

***Os Nunes Tinoco, uma dinastia de arquitectos régios
dos séculos XVII e XVIII***

Teresa Maria da Trindade de Campos Coelho

**Tese de Doutoramento em *História da Arte*
Especialidade *História da Arte Moderna em Portugal***

Vol. I

Março de 2014

***Os Nunes Tinoco, uma dinastia de arquitectos régios
dos séculos XVII e XVIII***

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
Doutor em ***História da Arte, especialidade História da Arte Moderna em Portugal,***

sob a orientação científica do

Professor Doutor Rafael de Faria Domingues Moreira

Teresa Maria da Trindade de Campos Coelho

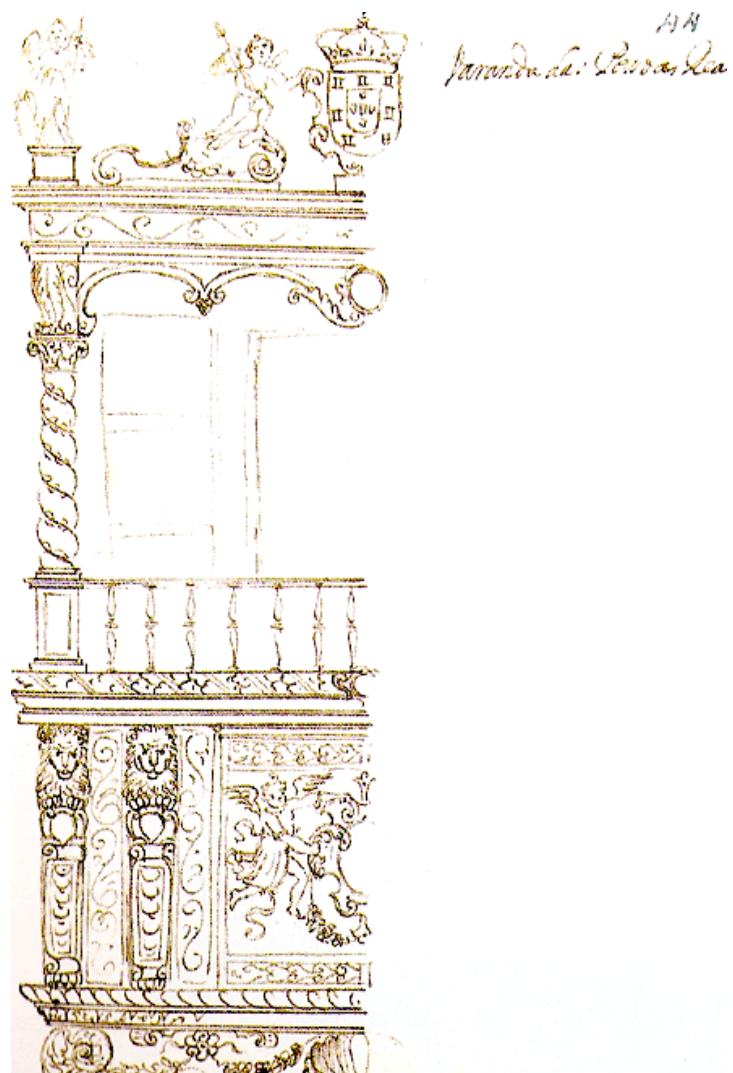
Março de 2014

Aos meus pais e avós, e em especial:

À *Edith*, minha avó

À *Bé*, minha mãe

À *Carlota*, minha sobrinha



“O mesmo Vitruvio a faz compendio de todas as Artes Liberais, e com razãõ, pois a sua fabrica he hũ Retrato do Composto Humano, imagem da Divina Sabedoria, em que se recopilaõ todas as Sciências, e Perfeições”

Luís Nunes Tinoco “Architectura Civil”, in *A Pheniz de Portugal Prodigioza em seus nomes D. Maria Sofia Isabel Raynha Serenissima & Sra Nossa*

(Biblioteca da Ajuda, ms 52-VIII-37)

Os Nunes Tinoco, uma dinastia de architectos régios dos séculos XVII e XVIII

Sumário

Agradecimentos.....	3
Resumo, <i>abstract</i> , palavras-chave e <i>keywords</i>	5
Acrónimos e Abreviaturas	7

Vol. I

Apresentação.....	9
-------------------	---

I PARTE – Os Tinocos: apontamentos para as suas biografias

Capítulo 1

Provável origem do nome e bibliografia	15
--	----

Capítulo 2

<i>Os Nunes Tinoco</i> e uma ligação à Casa do Infante D. Luís	37
--	----

Capítulo 3

<i>Os Tinoco da Silva</i> , uma outra família.....	85
--	----

II PARTE – Pedro Nunes Tinoco, famoso *Architecto* do período filipino

Capítulo 1

Os anos de aprendizagem: de Santa Catarina a S. Vicente de Fora.....	117
--	-----

Capítulo 2

Entre a Engenharia e a Architectura.....	157
--	-----

Capítulo 3

Trabalhando para os <i>Grandes</i> do Reino.....	189
--	-----

Capítulo 4

A enigmática Sacristia de Santa Cruz de Coimbra.....	231
--	-----

Capítulo 5

<i>André Ribeiro Tinoco</i> e a Igreja do Colégio Jesuíta de Angra.....	257
---	-----

Capítulo.6	
Mestre de S. Vicente de Fora: um cargo hereditário dos <i>Nunes Tinoco</i>	281

III PARTE – João Nunes Tinoco, *Arquitecto da Casa das Senhoras Rainhas*

Capítulo 1	
Formação teórica e prática.....	293
Capítulo 2	
Uma longa e intensa actividade	309
Capítulo 3	
João Nunes Tinoco e os conventos carmelitanos	347
Capítulo 4	
Igreja de Nossa Senhora da Piedade de Santarém.....	379
Capítulo 5	
Em S. Vicente de Fora: “ <i>avendo respeito a suficiencia e muita continuação</i> ”	397

IV PARTE – Luis Nunes Tinoco, *engenho soberano*

Capítulo 1	
Um arquitecto de múltiplos talentos.....	415
Capítulo 2	
Da Poesia à Architectura.....	453
Considerações finais.....	493
Bibliografia.....	497

Vol. II

Índice do Apêndice documental.....	1
Apêndice documental.....	11
Fichas biográficas e genealogia dos Nunes Tinoco.....	I
Assinaturas dos <i>Nunes Tinoco</i>	XIII

Vol. III (em suporte digital)

Índice das ilustrações.....	1
Ilustrações.....	(Fig. 1 a 212)

Agradecimentos

A investigação que aqui apresentamos não teria sido possível sem a colaboração das instituições e daqueles que aqui referiremos, e a quem queremos agradecer.

Ao Ministério da Educação, pela dispensa de serviço que nos permitiu realizar parte deste estudo.

À Fundação Calouste Gulbenkian, a atribuição de uma bolsa de investigação, que nos permitiu desenvolver e completar o nosso trabalho – nunca é demais salientar o papel que esta Fundação tem tido, ao longo de décadas, no apoio a todos os investigadores portugueses, no mais variados domínios. Um agradecimento especial ao Professor Doutor Jorge Rodrigues, por alguma informação que connosco partilhou referente ao Priorado do Crato.

Ao Professor Doutor Vítor Serrão, Director do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pelo incentivo e apoio que sempre nos deu.

À família do coleccionador António Capucho, que nos permitiu o acesso à sua colecção.

À Professora Doutora Isabel Soares de Albergaria.

Às instituições com que colaborámos, ou em que desenvolvemos a nossa actividade profissional – Gabinete Técnico Local da Mouraria da C.M.L., Universidade Aberta, Escola Secundária Sebastião e Silva – e, em especial, a todos os colegas que nelas sempre incentivaram o nosso trabalho.

Às instituições que nos facilitaram o acesso às suas instalações, para poder examinar algumas das obras dos arquitectos que tínhamos em estudo, em especial ao Padre António Pedro Boto de Oliveira, de Santa Catarina dos Paulistas, à Confraria de S. Vicente de Paula sediada no antigo Convento de Santa Teresa de Carnide, ao Lar Adolfo Coelho também em Carnide (Fundação António Silva Leal) e ao Seminário das

Agradecimentos

Missões, em Cernache do Bonjardim. Neste último, um agradecimento especial ao Padre Manuel Castro Afonso que nos facilitou o acesso, e forneceu cópias da documentação que aqui utilizamos. Ao Eng.º João Fernandes que nos deu elementos sobre a sua Quinta de Barcarena. Ao Centro Cultural Magalhães de Lima.

A Frei Jeremias Vechina e a Frei José Carlos Vechina, da Ordem dos Carmelitas Descalços, que nos disponibilizou documentação da sua investigação sobre esta Ordem religiosa.

A todos os funcionários de bibliotecas, museus e arquivos, em especial, Odete Martins e Paulo Tremoceiro (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), Luís Narciso, Lígia Azevedo Martins, Ana Cristina S. Silva e Teresa Duarte Ferreira (Biblioteca Nacional de Lisboa).

À família e amigos, em especial aos que contribuíram, de uma maneira ou de outra, para o nosso trabalho – Paulina Andrade, Rute Neves, Teresa Cardoso, Vitória Matos, Florença Melo, Joaquim Borges, Rui Matos, Miguel Soromenho, Conceição Lopes da Silva, João Loureiro e Tiago Rocha.

Um agradecimento especial à Alexandra Gago da Câmara, Luísa Arruda e Leonor Ferrão, pelo apoio incondicional, e pela grande amizade que temos partilhado ao longo de muitos anos de investigação. À Leonor, um agradecimento especial pela ajuda na fase final da tese.

À Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e ao seu Núcleo de Doutoramentos, em especial Andreia Teixeira, Carla Pacheco, Frederico Figueiredo e Rita Gomes, que foram incansáveis no apoio que nos deram.

Deixámos propositadamente para o fim aquele que é, na realidade, o primeiro agradecimento.

Ao nosso orientador, Professor Doutor Rafael Moreira, pela direcção científica sempre presente, numa tese cujo conteúdo foi intensamente debatido, à excepção das *Considerações Finais*, e pelo muito apoio que sempre nos deu, quer facilitando o acesso à sua imensa biblioteca, quer pela amizade que sempre demonstrou.

Os Nunes Tinoco, uma dinastia de arquitectos régios dos séculos XVII e XVIII

Resumo:

A presente tese de doutoramento tem por objectivo estabelecer o percurso biográfico e profissional dos *Nunes Tinoco*, uma das mais importantes famílias portuguesas de arquitectos régios do século XVII e inícios do século XVIII. Com uma actividade que se estendeu desde o domínio filipino até ao reinado de D. João V, marcariam a arquitectura portuguesa transmitindo, geracionalmente, toda uma tradição de conhecimentos teóricos e práticos, à semelhança do que aconteceria com outras famílias, como os Frias e os Couto, só para citar as mais importantes.

Sistematizados os dados biográficos dos seus membros, tendo em atenção o contexto social e da actividade profissional em que se inseriram, pretendemos esclarecer algumas questões que considerávamos importantes sobre a prática e características da arquitectura neste período, salientando a importância que a estrutura familiar desempenhou nos aspectos por nós considerados fundamentais para essa mesma análise: passagem de mestre pedreiro a arquitecto e consequente emergência de um novo estatuto social; formação, desempenho e transmissão de cargos; contribuição do binómio família/formação para o discurso da arquitectura portuguesa.

Por fim, pretendemos esclarecer ainda qual a evolução do seu estatuto profissional, relacionando-o com a evolução da própria arquitectura, e com as transformações culturais e sociais observadas ao longo do período em estudo.

Palavras-chave: Maneirismo, Barroco, séculos XVII e XVIII, Tinocos, Portugal, Arquitectura, Arquitecto

Abstract:

The current doctoral thesis aims at tracing the life and career path of the *Nunes Tinoco*, one of the most important Portuguese families of royal architects, back to the 17th century and early 18th century.

Their activity spanned from the reign of the Filipes to the reign of king John V and had a tremendous impact on the Portuguese architecture, transmitting, generation after generation, a whole tradition of knowledge and skills, as, in the future, it would be the case of other families, such as the Frias and the Couto, only to mention the most influential.

After having systematized this family members' biographical data and information about their professional activity, integrating it in the social context of that period, we intend to clarify some issues we consider important about the techniques and characteristics of architecture during this time, pointing out the relevance of the family structure concerning the facts we considered fundamental for this study: the passage from head mason to architect and the resulting new social status; training, performance, posts assignment, contribution to the binomial family/techniques Portuguese architecture speech.

Finally, we purpose to establish the evolution of their professional status, linking it with the evolution of architecture itself and with the cultural and social changes occurred over this period.

Key words: Mannerism, Baroque, 17th and 18th centuries, Tinoco, Portugal, architecture, architect, profession.

Acrónimos

ADB – Arquivo Distrital de Braga
AML-NH / AHCML – Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Histórico
AHMC – Arquivo Histórico Municipal de Coimbra
AHMF - Arquivo Histórico do Ministério das Finanças
AHPL – Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa
AME – Arquivo Militar de Estocolmo
ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo
APINSL- Arquivo Paroquial da Igreja de N.ª S.ª do Loreto
APISC - Arquivo Paroquial da Igreja de Santa Catarina
BA - Biblioteca do Palácio Real da Ajuda
BACL- Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa
BGUC – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
BN / BNL / BNP – Biblioteca Nacional de Portugal
BPDVV - Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa
BPE – Biblioteca Pública de Évora
BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto
BSMCBJ - Biblioteca do Seminário das Missões de Cernache do Bom Jardim
CNL – Cartório Notarial de Lisboa
FBN – Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).
FCG – Fundação Calouste Gulbenkian
LC – Library of Congress, Washington
MC – Museu da Cidade (C.M.Lisboa)
MJB – Mosteiro dos Jerónimos de Belém
MOPCI – Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria
VVBDM, BPDVV – Vila Viçosa, Biblioteca de D. Manuel II

Abreviaturas

Cx. - Caixa
C. - cerca de
Cf. – confronte-se
Cit. - citado/a
Cód. – Códice
Col. - Coleção
Compil. - Compilação
Doc. - Documento
Ed. - Edição
Fl., fls. - Fólio, fólhos
L.º - Livro
Mç – Maço
Ms. - Manuscrito

Acrónimos e abreviaturas

p. / pp. - Página, páginas

P^e. - Padre

P.^o - Processo

Publ. - Publicado

Ref. - Referido

s/d- Sem data

Sep. - Separata

Ss. - Seguintes

V.^o - Verso

Vol. - Volume

Apresentação

A presente Tese de Doutoramento resulta do desenvolvimento de um tema cuja investigação iniciámos quando ainda frequentávamos o Curso de Mestrado em História da Arte na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: a importância do papel que as famílias de arquitectos, verdadeiras *dinastias*, desempenharam, não apenas na formação dos seus elementos, mas também na formulação e adaptação de princípios teóricos e realizações práticas que determinaram o discurso da arquitectura portuguesa.

Foi neste âmbito que surgiu o nosso interesse pelos Tinocos cuja actividade, a par da de outros como os Arruda, Álvares, Frias, Couto ou Serrão Pimentel, constituíram uma referência incontornável nesse mesmo discurso.

À documentação citada na principal bibliografia sobre estes arquitectos então conhecida, juntou-se a descoberta de outros dados sobre um dos seus elementos, o Padre Francisco da Silva Tinoco¹, reforçando o nosso interesse pelo contexto familiar em que se fazia a aprendizagem da profissão de arquitecto no século XVII salientando, uma vez mais, o que vinha sendo apontado pela historiografia portuguesa, como um factor determinante na dinâmica da arquitectura nacional.

A partir desta documentação, e aproveitando o facto de estarmos perante o que parecia ser um conjunto de arquitectos cuja actividade se dilatava por um espaço de tempo muito abrangente - começando no início do século XVII com Pedro Nunes Tinoco, e acabando com Francisco Tinoco da Silva em 1730 - considerámos ser esta família (porque, assim, se referiam os investigadores aos seus elementos, como *uma família*, na qual estavam incluídos os *Nunes Tinoco* e os *Tinoco da Silva*) a ideal para tentar esclarecer algumas questões, que considerávamos importantes, sobre a prática e características da arquitectura neste período, tendo em atenção a importância que a

¹ Teresa de Campos COELHO, "Um concurso para o provimento do lugar de Arquitecto das Ordens Militares : "A propósito de um curriculum do Padre Francisco Tinoco da Silva", *Monumentos*, nº 7, Lisboa: Set. 1997, pp. 102-107.

Apresentação

estrutura familiar desempenhou nos aspectos por nós considerados fundamentais para essa mesma análise: a passagem de mestre-pedreiro a arquitecto, e consequente emergência de um novo estatuto social; a formação do arquitecto, desempenho e transmissão de cargos; e a contribuição do binómio família/formação para o discurso da arquitectura portuguesa.

Definidos os principais aspectos a analisar, foram definidos também os seus principais objectivos: mais do que um simples estudo sobre um conjunto de arquitectos, ele tentaria também esclarecer qual a influência que a *família* teve nos seus percursos profissionais, sendo neste contexto (isto é, na relação entre família, indivíduo, formação e prática profissional) que ele deverá ser entendido. Por esse motivo considerámos fundamental estabelecer a origem desta família, integrando-a no respectivo contexto social e profissional, estabelecendo, sempre que possível, as suas relações com as outras famílias de arquitectos já citadas, igualmente determinantes para a arquitectura portuguesa do período em estudo.

Partimos dos dados que a bibliografia já nos tinha dado sobre estes arquitectos, com especial destaque para os trabalhos de Sousa Viterbo, Ayres de Carvalho, Vítor Serrão, sobre o patriarca da família, Pedro Nunes Tinoco, e dos trabalhos referentes a Luís Nunes Tinoco e publicados por Ana Hatherly e Luís de Moura Sobral. A investigação viria a determinar a necessidade de uma reformulação dos objectivos por nós inicialmente definidos, de acordo com os dados que essa mesma investigação ia revelando. Referimo-nos ao facto de termos apurado que os *Nunes Tinoco* e os *Tinoco da Silva* pertenciam a duas famílias diferentes de arquitectos (contrariamente ao que era quase sempre referido, como pertencentes a uma única família), com percursos familiares e até profissionais diversos. Por essa razão tivemos que optar por aquela família, os *Nunes Tinoco*, cujo perfil obedecia ao que havíamos definido por objectivo, recuando a data que inicialmente determináramos para conclusão da nossa investigação, de 1730, data da morte de Francisco Tinoco da Silva (1656-1730),

vulgarmente conhecido como *Padre Tinoco*, para 1719, data da morte do último arquitecto da família em estudo, Luís Nunes Tinoco. Verificámos, também, um outro aspecto não menos curioso – a correspondência quase perfeita entre os ciclos de vida destes arquitectos, com os da própria arquitectura portuguesa do espaço cronológico em estudo – domínio filipino, Restauração, barroco. Com efeito, Pedro Nunes Tinoco, o patriarca da família, deverá ter nascido cerca de 1580, vindo a falecer em 1640, e o seu neto, Luís Nunes Tinoco, último arquitecto em estudo, deverá ter nascido pouco depois da Restauração, vindo a falecer num momento em que a arquitectura portuguesa abandonava a dinâmica (e paradigmas estéticos) em que se desenvolvera, ao longo de todo o século XVII, e o início do século XVIII.

A extensa actividade dos *Nunes Tinoco* e, conseqüentemente, o elevado número de obras em que participaram, não permitiram desenvolver alguns aspectos com a profundidade que gostaríamos, razão pela qual algumas obras aparecem apenas referenciadas, e nem sempre acompanhadas da respectiva iconografia. Estamos cientes de que, quase todas as obras destes arquitectos são meritórias de monografias individuais, o que não cabe no âmbito do nosso trabalho.

Procurámos, também, que o nosso discurso não fosse um simples elencar e “despejar” de documentos, mas reflectisse as muitas dúvidas com que deparámos na análise dessas mesmas obras, e no percurso dos seus autores. Agrupando-as por temas ou categorias, seleccionámos e tratámos em capítulos independentes aquelas obras que poderiam ser mais representativas e trouxessem um debate, mais vivo e interessante, sobre a verdadeira dimensão da actividade profissional destes arquitectos.

Como tal, a abordagem que fizemos não foi, de forma alguma, exaustiva, apenas uma reflexão em torno dos aspectos que se nos afiguraram mais significativos, quer no percurso profissional desta dinastia, quer no discurso da arquitectura portuguesa, integrando-os no respectivo contexto da época, abordagem essa feita a partir das atribuições e documentação já publicada, ou de outra inédita por nós

Apresentação

revelada, ou de atribuições feitas, as quais tentámos justificar na ausência de documentos de suporte.

Antes de iniciar a exposição do nosso trabalho pensamos ser oportuno tecer algumas considerações que ajudem a esclarecer o contexto, condicionantes e opções em que o mesmo se desenvolveu.

A investigação que aqui apresentamos foi realizada até ao final de 2012 e, só pontualmente acrescentámos alguns dados, no início de 2013. Como tal, é possível que tenham sido publicados, entretanto, novos dados e bibliografia.

No que diz respeito à escolha da metodologia adoptada, a primeira dificuldade com que nos deparámos foi a inexistência de um estudo semelhante, cuja organização servisse de modelo para o nosso trabalho. São escassas as biografias de famílias de artistas, e as que encontramos, não se adequavam ao perfil da nossa investigação.

A segunda dificuldade foi definir uma organização e um método de análise que não transformassem o nosso trabalho numa monótona lista e sequência de arquitectos, dados e obras. Não querendo aprofundar aspectos que já estavam estudados, só referimos esses mesmos aspectos quando os considerámos essenciais para a análise que tínhamos em curso. Depois de muitas possíveis articulações (e reformulados índices) chegámos ao que, para nós, se nos afigurou ser a melhor e mais coerente forma de abordagem, integrada no que considerámos ser, também, uma lógica sequência cronológica.

Embora a nossa investigação tenha trazido alguma documentação inédita, tivemos que recorrer, frequentemente, à documentação publicada por outros investigadores. Neste caso, optámos por transcrever integralmente documentos que já estavam transcritos só quando a mesma era absolutamente indispensável para a análise que tínhamos em curso. Caso contrário, eles vêm citados e integrados em excertos ao longo do nosso texto. Foram excepção os documentos publicados por

Sousa Viterbo, e alguns dos documentos revelados por Ayres de Carvalho, em especial os que continham dados biográficos, por terem servido como ponto de partida para a nossa investigação.

Na transcrição de documentos inéditos optámos por respeitar, na integra, a ortografia do documento, mesmo quando este oferecia várias versões na grafia de uma mesma palavra. Como tal, não desdobrámos nenhum vocábulo na sua transcrição, a não ser quando considerámos útil fazê-lo, ao longo da nossa exposição.

Esclarecemos, por fim, que no que diz respeito à redacção desta tese, optámos por não seguir o actual acordo ortográfico.

Os aspectos biográficos com que nos deparámos, “petites histoires” de algumas personagens, permitiu-nos, numa atitude quase de *voyeurs*, espreitar e desvendar um pouco da dimensão humana dos seus intervenientes, sem a qual a história das cidades (e dos próprios edifícios) não faz sentido, ou ficaria muito mais pobre. O colorido de alguns destes factos, numa Lisboa não menos colorida pela época e pelo exotismo a que o nosso contacto com outros mundos nos habituara, dariam enredos para guiões de excepcional efeito cenográfico e emocional. Temos, por exemplo, só para citar alguns deles, a aventura do casamento secreto de João Nunes Tinoco, com medo da reacção do pai, o famoso Pedro Nunes Tinoco, as atribuladas vidas de Paulo Nunes Tinoco e de Lourenço Pires de Carvalho cruzando os mares, a enternecedora relação entre a Infanta D. Maria, filha natural do rei D. João IV e este, a relação de amizade entre os Couto e os Nunes Tinoco, que se “visitavam” segundo o testemunho de Manuel do Couto (imaginamo-los a comentar, nos seus salões, a vertiginosa ascensão do pedreiro João Antunes ...), ou até mesmo o bizarro percurso profissional de Luis Pedro Nunes Tinoco, neto de Luís Nunes Tinoco, que antes de ingressar na administração do Reino terá sido um cabeleireiro reconhecido...

Apresentação

Uma certeza foi tomando proporções cada vez maiores: a de que ficava muito por investigar e esclarecer. Neste contexto, não podemos deixar de referir como teria sido importante que, à semelhança do que tentámos fazer com os Tinocos, o mesmo tivesse já sido feito nas outras famílias de arquitectos, como a admirável intuição de Ayres de Carvalho reclamava já na década de sessenta, e tem vindo a ser defendido, desde então, por todos os investigadores desta área. À medida que a nossa investigação avançava, tornava-se cada vez mais nítido, que a mesma só poderia ser completada, dada as muitas relações entre estes arquitectos, quando esse estudo estivesse realizado. Resistimos, frequentemente, à tentação que nos tomou de “espreitar” também para a dinâmica dessas famílias. Esperamos que a investigação venha a fazer, num futuro próximo – sabemos que alguns desses estudos foram já iniciados por investigadores como Miguel Soromenho, sobretudo no que diz respeito à família dos Frias.

Sem o conhecimento do que foi a actividade destas verdadeiras dinastias, jamais ficará completo o estudo do ensino teórico e da prática da arquitectura portuguesa durante o século XVII.

O que nos ficou por fazer? Quase tudo, se atendermos a que aqui apenas abrimos múltiplas perspectivas para trabalhos futuros. É nossa intenção continuar com o estudo sobre esta família, sobretudo no que diz respeito a muitos dos aspectos que aqui só referimos, sem entrar numa análise aprofundada, como foi o que aconteceu, por exemplo, com toda a poética de Luís Nunes Tinoco, que ele sempre tentou ligar à própria poética da Arquitectura. O que gostaríamos também de ter feito ? Estudar a dinâmica das outras famílias com as quais os Nunes Tinoco estabeleceram relações profissionais, e até de amizade, sem o que não nos será permitido conhecer a verdadeira dimensão do trabalho desta dinastia de arquitectos.

E, por que não confessar ? A curiosidade de nos cruzarmos com Luís Nunes Tinoco, num dos muitos corredores da Corte...

I Parte - Os *Tinocos*: apontamentos para as suas biografias

Capítulo 1

Provável origem do nome e bibliografia

1 - Origem deste apelido em Portugal

Em 1678, na *Pedatura Lusitana*, Cristóvão Alão de Moraes abre a brevíssima referência à família Tinoco da seguinte maneira ²:

“ A Diogo Tinoco homem fidalgo fez ElRei D. Jº o 2. boas merces por lhe descobrir a conjuração do Duque de Vizeu. E dos mais o qual soube de hũa hirmã aquẽ o Bpo. de Évora D. Garia queria bem. Sampaio na vida deste Rei, p.44 ”.

Com efeito, parece-nos que Diogo Tinoco, peça fundamental na conspiração que levaria ao assassinato do Duque de Viseu por D. João II foi, até ao aparecimento dos architectos que temos em estudo, a figura mais conhecida com este apelido, para além do Desembargador do Paço, António Velho Tinoco, morto no desastre de Alcácer Quibir. Dos muitos outros Tinocos que aparecem soltos nos livros de contabilidade de D. Afonso V, nada se sabe.

Constituindo alguma controvérsia entre os autores antigos, está ainda hoje por apurar a verdadeira origem do apelido Tinoco, o qual, para alguns se encontra em

² *Pedatura Lusitana : nobiliário de famílias de Portugal* , (pub.) Alexandre António Pereira de Miranda VASCONCELLOS, António Augusto Ferreira CRUZ, Eugénio Eduardo Andrea da Cunha e FREITAS , (ed.lit.), Porto : Livr. Fernando Machado, 1947, Tomo V, Vol. I, p. 440 . Não nos debruçaremos sobre as inúmeráveis genealogias manuscritas que integram os nossos fundos arquivísticos. Referiremos, apenas, aquelas que considerámos fundamentais para trazer algum esclarecimento sobre a origem do nome, ou refiram os elementos que estamos a estudar.

França e para outros (sobretudo para os genealogistas portugueses), em território nacional.

Diz-nos Andrade Leitão, citando o Marquês de Montebelo nas notas ao Conde D. Pedro, que os Tinocos descendem de D. Fernando Peres, o *Tinchozo*, que teria o seu senhorio em Tinhozeira, a duas léguas de Guimarães ³. Este autor menciona também que “ (...) *Naõ obstante a antiguidade desta familia (cujo appellido se demonstra nas escripturas dos primeiros reynados) e ter havido nella pessoas muy conspicuas em Artes e Letras se naõ acha tratado algum de sua genealogia nos Nobiliarios; apenas se encontraõ algumas memorias no Tº de Velhos (...)* ” ⁴ referindo, ainda, que a memória mais antiga recua a Martim Tinoco, no reinado de D. Sancho I, e à existência de ramos desta família em Fronteira, Elvas e Barcelos ⁵.

Notícia semelhante é-nos dada por Felgueiras Gayo, em 1798, no seu *Nobiliário das Famílias de Portugal* :

“ Esta família he antiga, e tem seu Sollar no Lugar de Tinhoseira, e terras de Lanhozo, duas legoas de Guimaraens onde viveo D. Fernão Peres o Tinchozo como diz o Marquez de Monte Bello nas Notas ao Conde D. Pedro plana 236. D. João de Flores de Olariz no Livro 2º da Genealogia do Novo Reyno de Granada diz a fl.217 q os Tinocos são originaes de França, e os ha em Treguenal com Armas hua Banda, e hua flor de Lix, e q igualm.te os ha em Portugal, e andão escriptos em o catalogo da sua nobreza, por nobres e q este appellido fora ao principio Tinchozo, q tomarão do Lugar de Tinhozeira em terras de Barrozo, ou Lanhozo duas legoas de Guimaraens entre Douro e Minho onde viveo Fernão Pires Tinchozo de q.m se derivão; He conforme o d.º Flores com o Marquez de Monte Bello em q os Tinocos se derivão do Lugar de Tinhozeira e sendo asim he contraditorio o m.mo Flores asi, pois não são originaes de França mas de Portugal donde paçarião a França

³ Belchior de Andrade LEITÃO, *Famílias de Portugal*, Lisboa: s/d, Tomo 20, , fl.325, BA, 49-XII-45.

⁴ Idem, Tomo 41, *Suplemento à Letra T*, Tomo 13º, fl.345, BA, 49-XIII-7.

⁵ Idem, *Ibidem*, fls. 348, 361, 379 e 395.

*tomando diferentes Armas das q uzão os de Portugal. Não continuou o Conde D. Pedro nem seus Notadores esta familia pellas rezoins q o m.mo Marquez de Monte Bello da de menos fortuna de seus descendentes, e falta de m.ce dos Reis e pella m.ma rezão delles se esquecerão os genealogicos antigos, e por isso lhe **não achamos hum titullo desta Família completo, com hum Tronco, e susessão continuada delle** ⁶, mas linhas dispersas e sem prizão huas com outras, inda q pude unir algumas, e por q não he justo fiquem assim dispersas mas se unão, fiz este titullo q poderá outro mais illuminado, e de melhores luzes, ordenar melhor pondo nelle em primeiro lugar os Tinocos q nesta Província são tidos por verdadeiros (Dos Tinocos descendem os Tenazes. Vid. Tt.º de Tenazes em princípio) Barcellos 15 de Março de 1798". (...) Entre varios Fidalgos que servirão com valor ao Sr. Rey D. João 1º. na Provincia do Alemtejo ouve um Cavalheiro da Familia dos Tinocos que o m.mo Rey fez Alcaide Mor de Juromenha onde rezistio com extremado valor, e nunca vista tenacidade a hum apertado cerco q os castelhanos lhe puzerão em cujo conflito elle, e os de sua familia não obstante verem-se reduzidos a ultima necessidade , forão Tenazes em não se entregarem ao inimigo, por cujo acontecim.to, em memoria deste grande feito deixarão o appellido de Tinocos, e tomarão o de Tenazes (...) ⁷.*

Vemos assim que, para os genealogistas como João de Flores de Olariz, segundo Felgueiras Gayo, a origem do apelido estaria em França, e daí terá passado quer para Espanha (Fregenal de La Sierra, perto de Badajoz), quer para Portugal, em terras de Lanhoso. Os genealogistas portugueses como o Marquês de Montebelo (e o próprio Felgueiras Gayo, tal como Andrade Leitão), atribuem-lhe uma origem

⁶ Sublinhado nosso.

⁷ Felgueiras GAYO, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: 1941, IX Volume, Tomo XXVII, pp. 215 a 228 (sublinhado nosso).

portuguesa, que remontaria ao reinado de D. Sancho I, como consta das Inquirições às Ordens Militares, segundo as quais terá vivido neste reinado um Martim Tinoco ⁸.

Felgueiras Gayo defende, assim, a origem portuguesa desta família, salientando a dificuldade que teve em estabelecer a relação entre os seus diferentes elementos. Não deixa de ser curioso que, situando o seu solar numa mítica *Tinhoseira*, em Póvoa do Lanhoso, exista ainda hoje neste concelho um lugar denominado *Tinocos*. É daqui que pensamos serem oriundos os vários Tinocos, sendo o nome do lugar de provável origem galaico-portuguesa, proveniente do antigo termo galego *tinoca*, que significaria “cisterna” ⁹. Mas reconhecemos tratar-se de uma mera conjectura, que só um medievalista poderia aprofundar...

Felgueiras Gayo encontra explicação, também, para a pouca atenção que lhe terão prestado os genealogistas, o que, na sua opinião, se deveu ao facto de não terem existido mercês reais dadas à família. Sabemos, no entanto, que as suas palavras não estão totalmente correctas pois, com efeito, como a documentação viria a mostrar, alguns Tinocos terão sido objecto dessas mesmas mercês.

É o que nos demonstra um manuscrito cuja caligrafia parece recuar ao início do século XX (reforçando o grande interesse por esta família já desde longa data) que, citando as *Chancelarias Reais* da Torre do Tombo e alguns documentos da Biblioteca Nacional ¹⁰, constitui uma espécie de *corpus* das mercês reais dadas a elementos que usam este apelido nos séculos XV e XVI.

⁸ C. MANUEL, “Tinoco”, in *Grande Enciclopédia Luso-Brasileira*, Edição do século XXI, Braga: 2003, Tomo 17, p. 1560.

⁹ Informação que agradecemos ao nosso orientador.

¹⁰ BGUC, Ms. 2968, fls 72 a 79v (autor anónimo). No que diz respeito à citação das *Chancelarias Régias*, estas nem sempre têm as referências completas. Dos manuscritos cita, por esta ordem, os códices 1107, fls 82 a 83v, e 1106, fl.76 da BN. Dá-nos, assim, notícia dos seguintes Tinocos e das respectivas mercês: Gomes Aires Tinoco, vassalo, morador em Elvas, mercê de umas casas no mesmo lugar em 1423, dadas por Nuno Álvares Pereira (*Chancelaria de D. João I*, L^o 1; confirmação da sua propriedade no termo de Elvas, em 1426 (*Chancelaria de D. João I*, L^o 2, fl.41). Trata-se de Rui Gomes Aires Tinoco, filho de Aires Pires Tinoco, cavaleiro casado, e de Joana Esteves solteira, conforme consta da respectiva carta de legitimação em 1426 (*Chancelaria de D. João I*, L^o 2, fl.43); Lopo Dias Tinoco, carta de privilégios para os seus servidores, em 1436; Lopo Dias Tinoco (o anterior ?), escudeiro real, mercê e privilégios em 1472, por estar prestes a servir o rei na guerra, “com homens, armas e bestas” (*Chancelaria de D. Afonso V*,

Nos finais do século XVI tal apelido não era ainda muito comum pois, como salienta Iria Gonçalves ¹¹, figuram apenas cinco Tinocos no *Livro do lançamento e serviço* da cidade ¹². Com efeito, entre os milhares de nomes que o compõem, encontrámos em Lisboa apenas um Francisco Tinoco natural do Algarve na freguesia da Madalena ¹³, um Fernão Tinoco mercador residente também na mesma freguesia ¹⁴, um Simão Tinoco oleiro na freguesia dos Mártires ¹⁵, e Bastião Tinoco e Nicolau Tinoco, ambos residentes na freguesia de Santa Justa ¹⁶. A data recuada deste documento – 1565 - não permite, no entanto, estabelecer qualquer possível ligação com os elementos que estamos a estudar, uma vez que Pedro Nunes Tinoco, elemento mais antigo desta(s) família(s), só iniciaria a sua actividade em 1604.

fl.270); Fernão Aires Tinoco, Juíz Ordinário em Elvas, aforamento de um chão em 1436 (*Chancelaria de D. Duarte*, fl.226); outro Aires Tinoco, cavaleiro da casa real, a quem é dado o Almojarifado de Estremoz em 1466 (*Chancelaria de Afonso V*, fl.92); Rui Tinoco, cavaleiro da Casa Real, a quem é dada uma mercê de 8 000 reis pagos no Almojarifado de Faro em 1462, outra em 1463 por estar prestes a servir o rei na guerra, “com homens, armas e bestas”, a mercê de Escrivão das Sisas e Portagens de Faro em 1469, por morte de seu pai João Mateus, bem como a mercê de 4 000 reis em 1476 pelos muitos serviços prestados (*Chancelaria de D. Afonso V*, fl.53, 39, 132, 135 e 162 respectivamente); Rui Tinoco, cavaleiro (deve tratar-se do mesmo), a quem é dada a mercê de Almojarife da Alfândega de Faro em 1482 (*Chancelaria de D. João II*, fl.41); Simão Tinoco, fidalgo da Casa do Conde Prior Mordomo Mor D. João de Menezes, 8 964 reis da sua moradia como escudeiro, em 1516; Gaspar Tinoco, da Casa do mesmo Senhor, 400 reis por mês da sua moradia como escudeiro, em 1516; António Tinoco, cavaleiro, mercê em 1520, de 48 140 rs dos 50 000 que deveria haver pelo seu casamento; Cristóvão Tinoco que em 1534 é procurador junto do Rei, de Jorge Telles de Menezes (que está então em Arzila), na mercê de 60 000 reis, enquanto não lhe é dada a este Senhor a Comenda da Ordem de Cristo; Cristóvão Tinoco (deve ser o anterior), cavaleiro fidalgo da Casa d’El Rei, filho de Jorge Dias Provedor dos Contos, pagamento de 900 reis por mês (*Lº dos Confessados da Casa d’El Rei*, 1539 a 1541); Pêro Tinoco, Moço de Câmara da Rainha, mercê de 406 reis por mês (*Lº dos Confessados da Casa d’El Rei*, fl.81). Para este período juntaremos outras mercês, constantes das *Moradias da Casa do Infante D. Luís*, quando tratarmos dos *Nunes Tinoco*.

¹¹ “Onomástica pessoal da Lisboa de quinhentos”, in *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, II Série, números LXXIX-LXXX, 1973-74.

¹² *Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a El Rei Nosso Senhor no ano de 1565 : documentos para a história da cidade de Lisboa* / [ed. lit.] Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa : C.M., 1947.

¹³ Idem, *Ibidem*, Livro I, p. 194, na “Travessa que vai da Rua dos Martinis para a Correaria”.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, Livro I, p. 218, no “Beco da Chamiça”, nas casas de Fernão da Silva.

¹⁵ Idem *Ibidem*, Livro II, p. 267, na “Rua da Pampulha”, nas casas do “doutor mestre Filipe”.

¹⁶ Idem, *Ibidem*, Livro III, respectivamente p. 318 na “Rua das Portas de S. Vicente”, nas casas de António Azevedo, como *braçal*, e p. 365, no “Campo de S. Lázaro”, em casas suas.

Embora Severim de Faria no “Discurso III” das *Notícias de Portugal*, publicadas em 1655 (no qual *disserta sobre a nobreza portuguesa*), refira que esta família não figura na Sala dos Brasões de Sintra ¹⁷, o seu brasão é já referenciado no século XVI, quer por João do Cró ¹⁸ (Fig. 1), quer por António Godinho, Escrivão de Câmara de D. João III ¹⁹ (Fig. 2). O facto de uma família não figurar na referida sala não quer dizer que não existisse já como fazendo parte da nobreza no tempo de D. Manuel, mas apenas que os seus membros não exerciam cargos na Corte e no Paço, como explica o próprio Manuel Severim de Faria: “ *Na casa de Cintra não estão todos os Brazoens, porque não cabião, e só se pintaraõ os das Familias, que entaõ parece andavaõ na Corte, e no serviço do Paço* ” ²⁰.

Recuando à problemática da sua origem, algumas diferenças se podem apontar entre os Tinocos portugueses e os espanhóis. Em Portugal, esta família terá recebido Cartas de Brasão em 1612, 1613, 1729, 1737, 1783 e 1793, apresentando como armas três águias a vermelho sobre timbre de ouro em bordadura de enxaquetado duplo em negro e ouro (Fig. 3), enquanto em Espanha apresenta flor de lis em ouro, perfilada de vermelho (Fig. 4), o que poderia reforçar a hipótese de uma origem francesa, tendo provado a sua linhagem quer na Ordem de Santiago em 1672, quer na de Calatrava em 1700 ²¹.

¹⁷ *Notícias de Portugal escritas por Manoel Severim de Faria...em que se declarão as grandes commodidades, que tem para crescer em gente, industria, commercio, riqueza e forces militares por mar, e terra, as origens de todos os appellidos e armas das famílias nobres do Reyno, as moedas, que correrão nesta província do tempo dos romanos até ao presente, e se referem varios elogios de principes, e varoens illustres portuguezes / acrescentadas pelo P. D. Jozé Barbosa, 2ª Edição, Lisboa Occidental: 1740, p.111.*

¹⁸ *Livro do Armeiro-Mor, 1509, fl.92, ANTT, Casa Real. Arquivo da Nobreza, Lº 19.*

¹⁹ *Livro da nobreza e perfeição das armas dos reis christãos e nobres linhagens dos reinos e senhorios de Portugal, fl.20, ANTT, Casa Real. Arquivo da Nobreza, Lº 20.*

²⁰ *Notícias de Portugal escritas por Manoel Severim de Faria..., ob. cit., “Discurso III”, p.111.*

²¹ C. MANUEL, ob. cit., p. 1560.

Continua por esclarecer, no entanto, quer a verdadeira origem deste apelido, quer a relação entre os duas famílias ibéricas, isto é, entre os Tinocos portugueses e os Tinocos espanhóis, relação que nos parece ser praticamente inexistente. Ainda hoje são comuns os Tinocos na Argentina, Venezuela e Costa Rica, existindo mesmo uma cidade com esse nome fundada em finais do século XVII no Norte da Argentina ²².

A documentação de que partimos, bem como outra que fomos juntando, referem sempre arquitectos reais de apelido composto, os *Nunes Tinoco* e os *Tinoco da Silva* (estes últimos citados também como *Silva Tinoco*). Felgueiras Gayo viria a ser fundamental para o estabelecer da genealogia destes últimos, tudo indicando que as Cartas de Brasão atrás referidas parecem dizer-lhes respeito, integrados numa pequena nobreza rural, como se pode inferir da genealogia por ele estabelecida (Comendadores de Adaúfe, Senhores das Quintas da Portela em Priz, e da *Quinta da Comenda em Garfe* a que estão ligados os arquitectos que aqui estudamos) aos quais são concedidos também alguns hábitos de Ordens Militares e alvarás de *escudeiros* e de *cavaleiros fidalgos*. Uma prova da nobreza dos Tinoco da Silva é-nos dada pela pedra de armas existente na capela da quinta de Diogo Tinoco da Silva em Barcarena, na qual constam as três águias representativas da família ²³ (Fig.5).

Quanto aos *Nunes Tinoco*, apesar de alguns descendentes invocarem, no século XIX, uma nobreza que recuaria a um antepassado da Casa do Infante D. Luís, como veremos, estes não figuram nos livros de linhagens, nem nas genealogias traçadas por Felgueiras Gayo. A atribuição de cartas de escudeiros e cavaleiros-fidalgos a alguns dos seus elementos (a Luís Nunes Tinoco seria atribuída *Carta de Escudeiro-Fidalgo* acrescentada à de *Cavaleiro-Fidalgo* em 20 de Julho de 1701, e a

²² Uma vez mais, agradecemos esta informação ao nosso orientador.

²³ Arquitecto com o estatuto de aprendiz, Diogo era sobrinho do célebre arquitecto régio Francisco Tinoco da Silva, conhecido como Padre Tinoco. Agradecemos ao Sr. Engenheiro João F. Fernandes, actual proprietário do que resta desta quinta, a imagem disponibilizada.

seu filho Pedro Nunes Tinoco *Foro de Cavaleiro-Fidalgo*, em 20 de Março de 1706 ²⁴) parece tratar-se de um processo diferente, que vinha já sendo praticado com outros arquitectos e seus familiares desde o século XVI, e que está intimamente ligado com a nobilitação do próprio estatuto de arquitecto, o qual iria gerar verdadeiras “aristocracias” familiares na esfera profissional e social.

A atribuição de foros de fidalguia era feita através das diferentes casas reais (do Rei, da Rainha ou dos Infantes), e pelas mais variadas razões, não apenas para confirmação das linhagens tradicionais, mas também como forma de reconhecimento no âmbito da administração da Coroa (magistrados e oficiais, na qual se poderiam integrar também os arquitectos reais, de acordo com as funções que exerciam, como é o caso de Luís Nunes Tinoco, Contador dos Contos do Reino e da Casa). Esta constituiu uma prática crescente na segunda metade do século XVII, em especial para os filhos de letrados a serviço da Coroa, sobretudo desembargadores ²⁵, mostrando como a máquina administrativa e os seus servidores adquiriam uma importância cada vez maior.

No que diz respeito aos elementos que nos propusemos estudar, citados por quase todos os historiadores como “**uma** família de arquitectos”, tentaremos, nas páginas seguintes, saber qual a origem e definir as genealogias dos *Nunes Tinoco* e dos *Tinoco da Silva* (ou Silva Tinoco) e estabelecer, de uma vez por todas, a relação familiar existente entre eles.

²⁴ ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. Pedro II*, liv. 4, fl.342 e liv. 17, fl.32, respectivamente. Outras mercês seriam atribuídas a estas duas famílias, as quais referiremos nos capítulos seguintes.

²⁵ Pedro António Almeida CARDIM, *O poder dos afectos* [Texto policopiado] : *ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, [s.n.], 2000, p. 547. Este autor refere que Visconde de Sanches Baena inventariou, de forma exaustiva, a concessão e o número de pessoas a quem a Casa Real concedeu moradias com foros de fidalgo de maior dignidade (Moço Fidalgo, Fidalgo, Fidalgo Escudeiro, Fidalgo Cavaleiro e Fidalgo Capelão) na segunda metade do século XVII: 914 no reinado de D. João IV, 86 no reinado de D.Afonso VI, e 1021 para o espaço cronológico entre 1668 e 1681.

Os principais problemas com que nos deparámos foi, para além da quase inexistência de dados biográficos referentes a estes arquitectos, esclarecer a origem e as relações entre eles, não só no que diz respeito aos dois ramos, mas também em relação a outros elementos até agora desconhecidos que foram surgindo ao longo da investigação, quer numa quer noutra família, o que se tornou ainda mais complicado devido ao facto de não haver regras estabelecidas para a adopção de apelidos, como hoje existem, pois era prática corrente estes serem escolhidos de uma forma mais ou menos arbitrária.

Como refere Nuno Gonçalo Monteiro, “ (...) ninguém tinha um nome oficial, e os apelidos podiam ir mudando ao longo da vida, mesmo até após a morte. Embora existam normas em Portugal, elas não eram rígidas e constituíam, muitas vezes uma espécie de carta de apresentação e, dentro de certos limites, um dos modos que cada um tinha de para manipular a sua própria identidade perante terceiros (...)”²⁶.

É o que parece ter acontecido com os principais elementos dos *Nunes Tinoco* em que a persistência do apelido composto, a partir do primeiro elemento com o estatuto de arquitecto, Pedro Nunes Tinoco (c.1580-1640), parece ter uma intenção propositada de vinculação e identificação com um reconhecimento familiar e profissional. Não deixámos de deparar, no entanto, no seio deste ramo com exemplos em que tal regra não foi adoptada, como é o caso do *mestre e medidor das obras da Cidade*, Manuel Quaresma, que descobrimos ser “irmão inteiro” de Pedro Nunes Tinoco, isto é, filho do mesmo pai e da mesma mãe: apesar das abundantes referências a uma colaboração entre ambos em vários contratos de obra, nunca tinha sido estabelecida, até agora, qualquer relação de parentesco entre eles. Manuel Quaresma parece ter seguido uma outra tendência, também bastante comum no século XVII, a de adoptar um apelido que não pertencia directamente ao pai ou mãe, mas a um antepassado anterior, herdado quase sempre de um avô.

²⁶ Nuno Gonçalo MONTEIRO, “As famílias e os indivíduos. Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos”, in *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*. José MATTOSO (dir.), Nuno Gonçalo MONTEIRO (coord.), p. 151.

Uma situação oposta, não menos curiosa, foi a com que deparámos relativamente ao Capitão Paulo Nunes Tinoco. Quando tudo parecia indicar tratar-se de mais um inédito parente próximo dos nossos arquitectos, a sua filiação (detectada através de uma carta de hábito) provou o contrário, levando a concluir que poderia tratar-se, no máximo, de um primo de Pedro Nunes Tinoco, numa relação cujos verdadeiros laços não pudemos detectar, nem mesmo através das respectivas filiações. Tudo indica estarmos, neste caso, perante mais um exemplo de busca e identificação de notoriedade com o nosso arquitecto, cuja reputação era, já na altura, amplamente reconhecida.

Já com os *Tinoco da Silva* (ou *Silva Tinoco*) a persistência do apelido estará relacionada com um estatuto de nobreza, ainda que de origem rural (isto é, não sediada na corte), como o demonstra a sua inclusão no nobiliário de Felgueiras Gayo, embora neste apelido composto os nomes surjam, em muitos casos, colocados por ordem arbitrária, primeiramente como *Silva Tinoco*, depois como *Tinoco da Silva*.

Nos dois ramos pudemos verificar que se seguiu, na maior parte das vezes, outra característica própria da época: a colocação do apelido principal, que se tomava por via do avô paterno, imediatamente a seguir ao nome próprio. Das poucas excepções que encontramos foi a que diz respeito ao jesuíta André Nunes Tinoco, filho de Pedro Nunes Tinoco, quando aparece também citado como André *Ribeiro* Tinoco (outra prática então vulgar, o assumir de mais de um nome) colocando em lugar primacial o apelido Ribeiro, do avô materno - talvez por este avô ter seguido, também, no final da sua vida, uma vida religiosa, embora André Ribeiro Tinoco já fosse assim conhecido mesmo antes da sua entrada para a Companhia de Jesus.

Quer com os *Nunes Tinoco* quer com os *Tinoco da Silva*, os nomes próprios constituíram também uma forma de afirmação familiar que passou de geração em geração, pelo menos até ao início do século XIX (século em que terminámos a nossa pesquisa sobre a existência de membros da família que tenham tido profissões relacionadas com a arquitectura.

Se, com os primeiros, Pedro foi um nome que passou ao longo de todas elas, já nos segundos foram Francisco e Diogo que alternaram, não apenas nos descendentes directos, mas também nas relações tio/sobrinho.

Dado que o estudo que aqui apresentamos diz respeito apenas aos architectos desta(s) família(s), estabelecemos inicialmente um espaço cronológico que recua aos finais do século XVI, data de nascimento do elemento mais antigo, Pedro Nunes Tinoco, e termina em 1719, data da morte do último deles, Luís Nunes Tinoco ²⁷ (embora inicialmente tivéssemos estabelecido como data final 1730, data da morte do Padre Francisco Tinoco da Silva, esta recuaria para 1719, data em que faleceu Luís Nunes Tinoco, por razões que oportunamente explicaremos), sendo os seus elementos integrados em espaços cronológicos cuja coesão tem, quase sempre, uma correspondência com os ciclos de vida das suas biografias.

Referiremos, esporadicamente, outros familiares cuja actividade possa estar relacionada com a profissão destes elementos, mas não traçaremos qualquer genealogia rigorosa fora destes limites cronológicos.

2 - Bibliografia referente aos architectos destas famílias.

Em 1604 (ano do nascimento do futuro rei D. João IV), Pedro Nunes Tinoco era nomeado aprendiz de arquitectura da Aula do Paço da Ribeira ²⁸ criada 10 anos antes

²⁷ As datas consideradas para a determinação da idade de cada um deles foram obtidas a partir das datas de baptismo de cada um.

²⁸ Documento transcrito por Francisco Marques de Sousa VITERBO in *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou ao serviço de Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, fac-símile da ed. de 1899-1922, Pedro DIAS (pref.), Lisboa: Impr. Nacional, 1988, Volume III, p. 120 (**Doc. 1**). No nosso estudo, neste e nos capítulos seguintes, não serão transcritos os documentos que já o tenham sido totalmente por outros autores, só o fazendo quando considerarmos absolutamente indispensáveis para a escrita que temos em curso. Constituem excepção os dados biográficos publicados por Sousa Viterbo, dos quais partimos para a organização deste estudo.

por Filipe I, dando origem a uma dinastia de arquitectos que, tal como os Turrianos, Frias, Álvares, Coutos e tantas mais, marcariam a arquitectura portuguesa ao transmitir, geracionalmente, toda uma tradição de conhecimentos teóricos e sobretudo práticos. Com efeito, 1604 é a data mais recuada até agora publicada para qualquer um dos Tinocos, quer se trate dos *Nunes Tinoco* ou dos *Silva Tinoco*²⁹, quase sempre referidos como uma família única de arquitectos.

Embora estivesse por apurar, até agora, a sua origem, com Pedro Nunes Tinoco terão tido início as primeiras referências a arquitectos com este apelido. Nele tiveram início três gerações de arquitectos reais que passariam, de pais para filhos, não só o tradicional saber já referido, mas também a posse dos cargos de que eram detentores, de acordo com essa mesma tradição, que se verificava também em outras famílias com a mesma profissão: a Pedro Nunes Tinoco seguir-se-ia seu filho, João Nunes Tinoco e, a este, Luís Nunes Tinoco que encerraria a geração dos arquitectos Nunes Tinoco, numa genealogia traçada já por Sousa Viterbo, a partir dos documentos por ele publicados³⁰. Como adiante veremos³¹, o mesmo aconteceria com os Tinoco da Silva, quase sempre citados como sendo outro ramo pertencente à mesma família.

Com efeito, dessa mesma tradição faz parte o transmitir geracional de cargos (frequentemente solicitado ao Rei pelo próprio “arquitecto patriarca” da família), indissociável de uma aprendizagem que se fazia no seio da mesma, numa estreita relação entre esfera familiar e profissional, como o comprova a vasta documentação referente à nomeação para os diferentes cargos e obras³².

²⁹ Francisco da Silva Tinoco é o elemento mais antigo de que temos notícia deste segundo ramo, também conhecido por Tinoco da Silva, apelido utilizado pelos seus sobrinhos.

³⁰ Sousa VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos...*, op.cit., Volume III, pp. 111 a 124.

³¹ Idem, *Ibidem*, pp.112, 124 e 125.

³² Assunto que discutiremos ao longo deste trabalho.

Embora não seja nossa intenção fazer neste capítulo uma referência exhaustiva a todos os autores que nos falam desta(s) família(s), não podemos deixar de mencionar a principal bibliografia que a elas se refere, a qual serviu de ponto de partida para o estudo que iniciávamos.

Neste capítulo, bem como nos outros que integram esta primeira parte, analisaremos apenas aqueles documentos que contenham dados biográficos indispensáveis para estabelecer o percurso de vida de cada um dos seus elementos, e só citaremos aspectos das suas obras que possam esclarecer sobre esses mesmos dados biográficos, ajudando a integrá-los nos respectivos contextos familiares e sociais.

A análise dos aspectos profissionais e, conseqüentemente, das suas obras, será desenvolvido nas partes e capítulos que dedicámos à actividade de cada um destes arquitectos, e será aqui mencionada apenas quando a considerarmos determinante para o esclarecimento desses mesmos ambientes.

A historiografia anterior a Sousa Viterbo ignorou, praticamente, a vida e obra destes arquitectos. Constituem excepção, a elogiosa referência feita a Pedro Nunes Tinoco no início do século XVIII (pouco mais de meio século volvido após a sua morte) pelo autor da *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*³³ a propósito da Igreja do Mosteiro de Santa Clara que, segundo o mesmo “ (...) *a fundou com tanta capacidade que se lhe nam iguala alguma de todas as igrejas que se vem em muytos mosteyros de Lixboa e nam so tem a ditta igreja a excellencia de sua muyta capacidade (...)* ”, obra cuja autoria é confirmada, também, por Frei Manuel da Esperança³⁴; ou as referências a Luís Nunes Tinoco feitas por Diogo Barbosa Machado

³³ *História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa, na qual se dá notícia da fundação e fundadores das instituições religiosas, igrejas, capelas e irmandades desta cidade*, Durval Pires de LIMA, Lisboa : Câmara Municipal, 1950, Tomo II, p.235.

³⁴ *História Seráfica da Ordem de S. Francisco*, Lisboa: Off. de Domingos Gonçalves: 1735, Vol.II, p.100. Sousa VITERBO, in *Dicionário...*, ob.cit., Vol. III, p. 120.

na *Biblioteca Lusitana* em meados do século XVIII ³⁵, na qual se define apenas a sua actividade como *Contador dos Contos*, tradutor de obras castelhanas e elegante calígrafo.

Esquecidos por Cirillo Wolkmar Machado na *Collecção de Memórias* publicadas em 1823 ³⁶, seriam referidos pelo Cardeal Saraiva ³⁷ (que nos fala apenas de João Nunes Tinoco, dando-o como autor do *Livro de Praças* existente na Biblioteca da Ajuda, e de Pedro Nunes Tinoco como arquitecto do Priorado do Crato em 1620), e por Raczyński no seu *Dicionário* editado em 1847 ³⁸.

Se as referências dadas pelo Cardeal Saraiva, apesar de escassíssimas, estão correctas, o mesmo não se pode dizer dos dados publicados por Raczyński. Dando João Nunes Tinoco como sendo arquitecto dos Filipes e autor dos planos de S. Vicente de Fora executados em 1582 (dados que, refere, lhe terão sido comunicados pelo Abade de Castro) ³⁹, é omisso em relação a Pedro Nunes Tinoco, como salienta Sousa Viterbo na biografia que traça deste último: “ (...) Raczyński, que tanto se serviu da Lista do Cardeal Saraiva, não folheou comtudo o seu aditamento e por isso não incluiu Pedro Nunes Tinoco, de que ali se faz abreviada menção (...) ” ⁴⁰. Mas Raczyński comete ainda outro erro: além de João Nunes Tinoco, refere também o Padre Francisco Tinoco da Silva e, como aprendiz deste, um seu sobrinho a quem chama Tiago e diz ter sido nomeado no cargo de aprendiz de arquitectura em virtude da “ (...) promotion d’Emmanuel da Costa au grade de maître et architecte de la ville de Salvaterra de

³⁵ 2ª edição, Lisboa: 1935, Vol. III, p. 125.

³⁶ Cirillo Volkmar MACHADO, *Collecção de memórias relativas às vidas dos Pintores, e Escultores, Architectos, e Gravadores Portuguezes, E dos Estrangeiros, que estiverão em Portugal*, Lisboa: Na Imp de Victorino Rodrigues da Silva, 1823.

³⁷ *Lista de alguns artistas portugueses/Francisco de S. Luís*, Lisboa: s.n, pp. 324 e 327.

³⁸ *Dictionnaire Historique Artistique du Portugal*, Paris: 1847.

³⁹ Dados que refere terem-lhe sido comunicados pelo Abade de Castro, e que não estão correctos, pois João Nunes Tinoco só nasceria no primeiro quartel do século seguinte.

⁴⁰ *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos...*, ob.cit., 1922, Vol. III, p. 120.

Magos, Almeirim et Monastère da Batalha (...) “⁴¹. Raczynski (que afirma que esta mesma informação lhe teria sido dada pelo Visconde da Juromenha) referia-se, sem dúvida, a Diogo Tinoco da Silva, sobrinho do Padre Tinoco, e a Manuel do Couto, verdadeiros protagonistas deste episódio.

Os mesmos erros constam no dicionário intitulado *Portugal*, editado em 1915⁴² que se serviu, sem dúvida, da obra de Raczynski. Nele, para além de João Nunes Tinoco e do referido “Tiago” Tinoco da Silva, inclui-se também Luís Nunes Tinoco repetindo, para este último, os dados publicados por Barbosa Machado, na já citada *Biblioteca Lusitana*.

Eduardo Freire de Oliveira dedicaria também algumas páginas da sua obra⁴³ a estas famílias, das quais se destaca a passagem em torno da polémica entre Lourenço Pires de Carvalho e o Senado de Lisboa para a nomeação de Francisco Tinoco da Silva (Padre Tinoco), em 1699, como “apontador” das obras de S. Vicente de Fora⁴⁴.

Com Sousa Viterbo seriam publicados os primeiros dados mais precisos (acompanhados da transcrição dos respectivos documentos) nas entradas que, na sua obra, dedica a cada um destes arquitectos⁴⁵. Definindo os graus de parentesco entre os principais elementos, quer dos *Nunes Tinoco*, quer dos *Tinoco da Silva* (embora não publique as datas de nascimento de nenhum deles, nem esclareça a relação entre os dois ramos), Sousa Viterbo dá-nos a conhecer outros dados cronológicos referentes, quase exclusivamente, às datas mais significativas dos seus percursos como arquitectos.

⁴¹ *Dictionnaire Historique Artistique du Portugal*, ob.cit., p.287.

⁴² J.M.Esteves PEREIRA, Guilherme RODRIGUES, *Portugal: Dicionário histórico, chorográfico, heraldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico : abrangendo a minuciosa descrição... de todos os factos notáveis da história portuguesa, etc., etc. / obra il. com centenas de fotografuras e redigida segundo os trabalhos dos mais notáveis escriptores por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues*, Lisboa: João Romano Torres e C.ª Editores, 1915, Vol. VII, pp. 149 e 158.

⁴³ *Elementos para a história do Município de Lisboa*, Lisboa: Tip. Universal, 1882-1943.

⁴⁴ *Elementos...*, ob. cit., 1896, Vol. IX, pp. 524 a 535.

⁴⁵ *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos...*, ob.cit., Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Volume III, pp. 111 a 125.

Dos documentos por ele publicados, salientamos aqueles que nos serviram como ponto de partida para o nosso estudo (embora a referência às obras realizadas por cada um deles venha desenvolvida em capítulos próprios):

- de Pedro Nunes Tinoco refere, a par da já citada nomeação como aprendiz de arquitectura em 1604, documentos relativos à sua nomeação como arquitecto de S. Vicente em 1624, em substituição de Baltazar Álvares ⁴⁶, a sua participação nas obras do Convento de Santa Clara em Lisboa ⁴⁷ e nas da Igreja da Madalena em 1635 ⁴⁸, na estimativa orçamental das obras necessárias para a Igreja de S. João da Praça em 1637 ⁴⁹, nas obras de Santa Cruz de Coimbra, e na construção de algumas pontes (nomeadamente nesta cidade) ⁵⁰, referindo ainda a sua actividade como arquitecto do Priorado do Crato ⁵¹, e como um dos principais intervenientes no estudo para a condução das águas a Lisboa, de acordo com o *Roteiro* manuscrito existente na Biblioteca Nacional ⁵².

- de André Ribeiro Tinoco, refere que era filho de Pedro Nunes Tinoco e que foi nomeado, em 1629, para um dos lugares de aprendiz de arquitectura, na vaga de Mateus do Couto e que, por ter entrado na Companhia de Jesus, foi substituído por seu irmão João Nunes Tinoco em 1631 ⁵³. Sousa Viterbo identifica André Ribeiro Tinoco com Bento Tinoco, referido num artigo de José Augusto Sampaio que lhe atribui o

⁴⁶ Idem, *Ibidem*, p. 120. **(Doc. 2)**.

⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 121.

⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p.123. **(Doc. 3)**.

⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p.123. **(Doc. 4)**.

⁵⁰ Idem, *Ibidem*, pp.121 e 122.

⁵¹ Idem, *Ibidem*, p.122.

⁵² Idem, *Ibidem*, p.123.

⁵³ Idem, *Ibidem*, p.111. **(Doc.5)**.

plano e direcção da Igreja dos Jesuítas em Angra, como “ (...) *filho do Architecto Mor do Reino (...)*”⁵⁴.

- de João Nunes Tinoco, filho de Pedro, transcreve a sua nomeação como aprendiz de arquitectura em 1631 (na vaga de seu irmão, André Ribeiro Tinoco)⁵⁵, a sua nomeação quer para as obras de S. Vicente em 1641⁵⁶, (por falecimento de seu pai), e como arquitecto da *Casa das Senhoras Rainhas* em 1666 (tendo trabalhado nos conventos do Monte Olivete e no do Grilo, em Xabregas)⁵⁷; bem como sendo de sua autoria uma certidão sobre a planta do tabuleiro e escadaria da Igreja de S. Vicente⁵⁸. Dá-o, ainda, como autor da planta de Lisboa datada de 1650, de plantas e desenhos que identifica como sendo seus para o Convento dos Teatinos, datados de 1656⁵⁹, do *Livro de Praças* existente na Biblioteca da Ajuda⁶⁰, e de um outro de plantas da costa brasileira, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, datado de 1631-33 e assinado *Tinoco* (cuja autoria discutiremos adiante)⁶¹;

- de Luís Nunes Tinoco, filho de João, refere ter nascido em 1642 ou 43, de acordo com o manuscrito existente na Ajuda⁶², e ter entrado como irmão para a

⁵⁴ *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses* Tomo VIII, p. 79 e seguintes. *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos...*, ob.cit., Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Volume III, p.111.

⁵⁵ *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos...*, ob.cit., Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Volume III, p.112. **(Doc.6)**.

⁵⁶ *Idem, Ibidem*, p.113. **(Doc.7)**.

⁵⁷ *Idem, Ibidem*, p.115. **(Doc.8)**.

⁵⁸ *Idem, Ibidem*, p.114. **(Doc.9)**.

⁵⁹ *Idem, Ibidem*, p.115.

⁶⁰ *Idem, Ibidem*, p.114.

⁶¹ *Idem, Ibidem*, p.114. *Desenhos e Plantas illuminadas do recife de Pernambuco, da bahia de todos os St.^{os} da Costa do mar, e Barra da Bahia até qã do Gamamû, da Fortificação da Taparica, e dous das fortificações do Morro de S. Paulo com alguma differença hum do outro*. FBN, Cartografia, CAM.05,009.

⁶² *Retratos de várias aves. Tirados ao natural. Por Luís Nunes Tinoco. Anno aetatis suae 23 &c. 1666.* (39 folios), seguido de *Outros retratos assim de Pássaros, como de animais quadrúpedes, & alguns fabulosos, & menos naturais* (27 estampas). *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos...*, ob.cit., Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Vol. III, p.117. BA 49-II-71.

Confraria de S. Lucas em 1689. Refere também a sua substituição no lugar de aprendiz de arquitectura por Manuel Lopes da Silva, em 1690, a sua nomeação para *apontador* das obras de S. Vicente nesse mesmo ano ⁶³, o recebimento de 20 mil reis de tença em 1716 por serviços prestados (formatura e reformação dos Livros dos Novos Direitos, assistência a Mateus do Couto nas traças e papéis), e a sua aposentação como *Contador dos Contos* em 1718 ⁶⁴. Refere ainda a sua autoria na fábrica do *Auto da Fé* que se celebrou no adro de S. Domingos em 1698 ⁶⁵, bem como a sua profícua actividade como iluminador de compromissos de irmandades (*Confraria do Bem Aventurado S. António dos Tanoeiros* na Igreja de S. Francisco no Porto, erradamente datado de 1621, de *Nossa Senhora de Porto Salvo* de 1675, de *Santa Catarina do Monte Sinai* em Lisboa, posterior a 1673) ⁶⁶. Sousa Viterbo atribui-lhe, ainda, umas décimas do *Ramalhete Apolíneo* de Francisco de Sousa Almada, de 1714 ⁶⁷. Contrariamente ao que sucede com Pedro, André e João Nunes Tinoco, Sousa Viterbo não transcreve nenhum documento referente à actividade de Luís Nunes Tinoco.

Dos elementos publicados por Sousa Viterbo para os *Silva Tinoco* (ou *Tinoco da Silva*) constam os seguintes documentos nas entradas que, na sua obra, dedica a cada um destes arquitectos:

⁶³ *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos...*, ob.cit., Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Volume III, p.116, documentos que não transcreve. Sobre a sua nomeação para aprendiz refere o documento citado por Eduardo Freire de OLIVEIRA, a propósito de uma resposta dada por Lourenço Pires de Carvalho, Provedor das Obras, ao Senado de Lisboa, contestando-lhe o direito de fazer estas nomeações, na qual consta a data de 23 de Junho de 1690.

⁶⁴ *Idem, Ibidem*, p.117.

⁶⁵ *Idem, Ibidem*, p.118.

⁶⁶ *Idem, Ibidem*, pp.117 a 119.

⁶⁷ *Ramalhete Apollineo que as nove musas tecem de varias flores em nove assumptos, descobertos no nascimento do Serenissimo Infante o Senhor D. Joseph...*, Lisboa : na Off. de Antonio Pedrozo Gairam, 1714. Sousa Viterbo refere o exemplar existente na Torre do Tombo, na coleção 10-B-314. In *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos...*, ob.cit., Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Vol. III, p.118.

- De Francisco da Silva Tinoco, a mercê concedida por D. Afonso VI em 1678 de poder nomear, por sua morte, o sobrinho Francisco Tinoco da Silva, na propriedade de praça de 50\$000, de que era proprietário (o que só aconteceria em 1698) ⁶⁸, bem como a referência a um alvará que, no mesmo ano, o nomeia tesoureiro do Depósito das Comendas da Ordem de Santiago ⁶⁹;

- Sobre Francisco Tinoco da Silva diz ser padre e ter, em 1690, o lugar de arquitecto e Mestre dos Paços da Ribeira lugar que, por sua morte, seria ocupado em 1734 por Custódio Vieira. Refere ainda que foi tio de Diogo Tinoco da Silva e que teve, como aprendiz de arquitectura, José Rodrigues Ramalho ⁷⁰, não transcrevendo nenhum documento que a este arquitecto diga respeito;

- Finalmente, sobre Diogo Tinoco da Silva, para além de ter já estabelecido o seu parentesco com o antecessor, publica a sua nomeação para um dos lugares de aprendiz de arquitectura, em 1690 ⁷¹.

Viterbo publica, ainda, certa documentação sobre dois outros elementos de nome Francisco da Silva: o primeiro terá sido engenheiro em Mazagão, onde trabalhou com Isidoro de Almeida em 1562 ⁷²; do segundo, diz ter sido nomeado aprendiz de arquitectura em 1632 (na vaga de Diogo Pais), e ter sido nomeado arquitecto (sucendo a Luís de Frias), por alvarás datados de 1632 e 1634, respectivamente ⁷³,

⁶⁸ Sousa VITERBO in *Dicionário...*, ob. cit. Volume III, p.112. (**Doc. 10**).

⁶⁹ *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos...*, ob.cit., Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Volume III, p.112. Sousa Viterbo limita-se a referir esta nomeação. A sua parcial transcrição seria publicada por Aires de Carvalho, que nos dá também a sua cota, in *D. João V e a Arte de seu tempo*, 1962, p.111 (**Doc. 11**).

⁷⁰ Sousa VITERBO in *Dicionário...I*, ob. cit., Vol. III, pp.124 e 125.

⁷¹ Idem, *Ibidem*, p.124, (**Doc. 12**).

⁷² Idem, *Ibidem*, p.34

⁷³ *Ibidem*, pp. 34 e 35 (**Doc. 13 e 14**). Sousa Viterbo refere que já em 1630, Francisco da Silva [Tinoco] fora nomeado aprendiz, como se refere na fl. 224 do mesmo livro da nomeação de 1632 (na realidade, uma confirmação da primeira). Como aprendiz sucederia, em 1634, a Francisco da Silva [Tinoco], Paulo Ferreira.

referindo ainda que terá trabalhado em S. Vicente de Fora . Sabemos hoje que este segundo Francisco da Silva e Francisco da Silva Tinoco são o mesmo e, embora essa relação não tenha sido referida por Sousa Viterbo, é Ayres de Carvalho quem a estabelece a propósito das nomeações para aprendiz e arquitecto real : nascido cerca de 1610 “ (...) sucedeu a Diogo Paes na Praça de Aprendiz em 1630. Foi Arquitecto régio desde 1634 na vaga deixada por Luís de Frias e ca. de 1641 foi servir na Índia por 3 anos. Foi também engenheiro de fortificações e Mestre de seu sobrinho o Padre Francisco Tinoco da Silva, antes deste ter a praça de Aprendiz (...) ”⁷⁴. Outro aspecto que nos vem confirmar tratar-se do mesmo arquitecto é o facto de, na petição mencionada sobre a mercê que lhe é concedida por D. Afonso VI em 1678, de poder nomear por sua morte o sobrinho Francisco Tinoco da Silva se referir “ (...) que tendo respeito a fran.^{co} da Silva Tinoco meu Arquitecto me estar servindo na dita faculdade a quarenta e outo annos (...) ”, demonstrando que as nomeações que aparecem no início de 1630 em nome de Francisco da Silva dizem respeito a Francisco da Silva Tinoco.

Em 1950 Reynaldo dos Santos publicava o artigo *Plantas e Desenhos Barrocos*⁷⁵, no qual chamava a atenção para a actividade de alguns destes arquitectos, em especial no que diz respeito à intervenção que deverão ter tido em Santa Engrácia, estudo que representa já uma grande evolução para o conhecimento das suas obras.

Seguir-se-ia a investigação publicada por Ayres de Carvalho, em especial na já citadas obras *D. João V e a Arte de seu tempo*, e *As obras de Santa Engrácia e os seus artistas*⁷⁶, que constituíram um passo fundamental para que a historiografia reconhecesse a verdadeira dimensão e importância de um grupo de arquitectos, cuja actividade foi responsável por algumas das mais emblemáticas obras que se fizeram

⁷⁴ *D. João V e a Arte de seu tempo*, Vol. II, “Vade-Mécum dos Arquitectos Reais de 1580 a 1750”, 1962, p. 99. Neste, Francisco da Silva Tinoco aparece frequentemente citado como Francisco da Silva e a indicação do último apelido (Tinoco) entre parêntesis.

⁷⁵ *Belas Artes*, 2ª Série, nº2, Lisboa: 1950.

⁷⁶ Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1971.

desde o domínio filipino até início do reinado de D. João V. Com efeito, as obras publicadas por Ayres de Carvalho, repletas de documentos e de pistas de investigação, fruto de uma incansável pesquisa e de uma extraordinária intuição, são ainda hoje uma referência obrigatória para quem investigue nesta área, tal como obrigatória continua a ser a obra de Sousa Viterbo. Deles daremos notícia à medida que formos analisando a obra dos diferentes arquitectos.

Mais recentemente, outros trabalhos completariam as importantes referências dadas por Sousa Viterbo e por Ayres de Carvalho. Deles destacamos, de Vítor Serrão *O arquitecto maneirista Pedro Nunes Tinoco*⁷⁷, na qual se traça uma primeira biografia escrita sobre a obra de um membro desta(s) família(s), e se revela já a maior parte dos dados que hoje conhecemos sobre este arquitecto, chamando a atenção para o papel relevante que a sua obra constitui no contexto da arquitectura portuguesa; dados esses que se completam em *Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses*⁷⁸, obra que abrange ainda a actividade dos principais artistas portugueses, entre 1563 e 1650. Alguns apontamentos biográficos seriam traçados também, sobretudo a partir deste trabalho e dos dados revelados por Sousa Viterbo e Ayres de Carvalho, por Horácio Bonifácio⁷⁹, Maria de Lurdes Craveiro⁸⁰, Carlos Ruão⁸¹, Sílvia Silva Ferreira⁸², e por Maria João Pereira Coutinho⁸³.

⁷⁷ “O arquitecto maneirista Pedro Nunes Tinoco: novos documentos e obras: 1616-1636”, separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa : 1979, III Série, nº83.

⁷⁸ Vítor SERRÃO, “Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650)”, separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa : 1989, III Série, nº 90.

⁷⁹ Horácio Manuel Pereira BONIFÁCIO, “Tinocos”, José Fernandes PEREIRA, Paulo PEREIRA (dir.), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Ed. Presença, Lisboa: 1989, pp.483.

⁸⁰ Maria de Lurdes CRAVEIRO, *O Renascimento em Coimbra: modelos e programas arquitectónicos*, tese de Doutoramento em História de Arte, Univ. de Coimbra, 2002.

⁸¹ Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA, *O Eupalinos Moderno: teoria e prática da arquitectura religiosa em Portugal : (1550-1640)*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra : [s.n.], 2006. Nesta obra Carlos Ruão transcreve alguns dos contratos cuja cota é dada por Vítor Manuel SERRÃO., in “Documentos dos protocolos...”, ob. cit.

Uma referência indispensável do Barroco em Portugal , especialmente no que diz respeito à actividade multifacetada de Luís Nunes Tinoco, são também os inúmeros trabalhos de Ana Haterly e Luís de Moura Sobral, que nos revelaram aspectos importantes da vida e actividade deste neto de Pedro Nunes Tinoco, sobretudo como poeta e pintor, os quais citaremos quando tratarmos da sua obra.

Nenhum dos trabalhos aqui citados é explícito, no entanto, no afirmar de estarmos perante duas famílias distintas (ou até mesmo de se tratarem de dois ramos distintos de uma mesma família), deixando por apurar uma possível relação entre o ramo dos *Nunes Tinoco* e o dos *Tinoco da Silva* e, conseqüentemente, entre os arquitectos em estudo, o que tentaremos esclarecer nos capítulos seguintes.

⁸² Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA, *A talha barroca de Lisboa (1670-1720) : os artistas e as obras*, Dissertação de doutoramento em História (História de Arte, Património e Restauro), Fac. de Letras, Univ. de Lisboa, Lisboa : [s.n.], 2009.

⁸³ *A produção portuguesa de obras de embutidos de pedraria policroma (1670-1720)*, Maria João Fontes Pereira COUTINHO, Vítor SERRÃO, Fernando GRILO (orient.), Lisboa : [s.n.], 2010.

I Parte - Os *Tinocos*: apontamentos para as suas biografias

Capítulo 2

Os Nunes Tinoco e uma ligação à Casa do Infante D. Luís

1. A partilha de bens entre os herdeiros de Pedro Nunes Tinoco

Nomeado “aprendiz de arquitectura” em 1604, quem era, afinal, Pedro Nunes Tinoco ? Seguiria a tradição de uma aprendizagem no seio de uma família de arquitectos ou mestres-pedreiros ?

Sousa Viterbo dá-nos como data da sua morte o ano de 1641, data que infere do já citado alvará da nomeação de seu filho João Nunes Tinoco (em 8 de Fevereiro do mesmo ano), na direcção de S. Vicente de Fora, em sua substituição ⁸⁴, data essa que é também avançada por Ayres de Carvalho, deduzida a partir dessa mesma nomeação ⁸⁵. Seria Vítor Serrão quem nos daria a data certa do seu óbito (3 de Outubro de 1640) ⁸⁶, posteriormente confirmada quer pela partilha de bens entre os seus herdeiros ⁸⁷ (a qual não é acompanhada, como conviria, da transcrição do respectivo testamento), quer pelo assento de óbito, que encontrámos, passado pelo padre Ricardo Tomé nesse mesmo dia, na freguesia das Mercês, no qual confirma que “*fes testamento*.”

⁸⁴ *Dicionário...ob. cit*, Vol III, p. 113. (Doc. 7).

⁸⁵ *D. João V...ob.cit.*, Vol. II, pp. 74 e 101, respectivamente.

⁸⁶ "Marcos de Magalhães, Arquitecto e entalhador do ciclo da Restauração (1647-1664)", sep. do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III Série, nº 89, 1º Tomo, 1983, p. 21, nota 54.

⁸⁷ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº 15 (antigo 7 A), Cx 56, Livro 260, fls. 3v a 5. Vítor SERRÃO, “Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650)”, Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa : 1989, III Série, nº 90, p. 46. Neste documento cita-se, apenas, a sua cota, tendo a respectiva transcrição sido feita por nós. Esta partilha data de 22 de Outubro de 1640. (Doc. 15).

*Testamenteiro Ant^o Pereira de Sousa seo cunhado*⁸⁸, e que seria sepultado em S. Francisco de Lisboa. Não se conhecendo nenhum outro documento até à data onde possivelmente pudesse constar a filiação de Pedro Nunes Tinoco, o seu testamento poderia trazer, à semelhança do que acontece com outros testamentos da mesma época, uma ajuda preciosa para esclarecer a sua origem familiar.

Esta partilha de bens não deixa de ser, no entanto, de primordial importância pelos dados que nos fornece sobre a sua família, nela aparecendo Pedro Nunes Tinoco citado como *“Arquitecto de Sua Magestade”*. Casado em segundas núpcias com Ana Pereira de Sousa (é o irmão desta, António Pereira de Sousa, que vem referido como seu testamenteiro), tinha como filhos do primeiro casamento com Maria Ribeira⁸⁹, para além dos já conhecidos André Nunes Tinoco⁹⁰ e João Nunes Tinoco, outros três filhos: Ana Vicência Tinoco (casada com João Vieira de Araújo, escrivão dos orfãos, moradores junto dos Fiéis de Deus, no Bairro Alto), Manuel Nunes Tinoco (casado com Leonor Henriques, moradores junto da Calçada de Sant’Ana)⁹¹, e um outro filho, frei Francisco de S. Francisco (razão pela qual deverá ter ficado sepultado neste convento, de acordo com a citada certidão de óbito).

⁸⁸ ANTT, *Registos Paroquiais da Freguesia das Mercês*, L^o 2, fl.7. (**Doc. 16**).

⁸⁹ Esta era ainda viva em 1613, como se pode comprovar pela escritura de compra que ambos fazem a 6 de Dezembro desse ano, de umas terras na freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Benfica, a Manuel João lavrador. Vítor SERRÃO, *“Documentos dos protocolos notariais de Lisboa...”*, ob. cit., p. 20. Neste documento, Pedro Nunes Tinoco aparece citado como *“Arquitecto de Sua Magestade”*, e morava já na Rua da Rosa do Carvalho, Junto aos Fiéis de Deus, onde viria a falecer.

⁹⁰ Que em alguns dos documentos aparece como André Ribeiro Tinoco, como já vimos anteriormente.

⁹¹ Não conseguimos apurar nenhuns dados sobre este filho de Pedro Nunes Tinoco. Localizámos apenas, um outro Manuel Nunes Tinoco (talvez seu filho) que nos aparece num documento datado de 1704 como *“Subdiaconus Egitanien Civitatis”* (B.A., 47-VIII-4 - *Rerum Lusitanicarum*, Vol. XCV, *“Decreta S. Congregat”*, Tomo 3^o, fl. 302v).

Pedro Nunes Tinoco vivia então na rua Rosa do Carvalho, ao Bairro de S. Roque (bairro tradicionalmente ocupado por mestres-pedreiros), no qual vivia também João Nunes Tinoco, na Rua da Barroca, então já casado com Maria Pereira de Sousa⁹².

Não menos importante é a referência a André Nunes Tinoco, confirmando a sua entrada para a Companhia de Jesus, como informa Sousa Viterbo quer na biografia que dele traça, quer na já citada nomeação de seu irmão João para “*hum dos tres lugares de estudar architectura, que vagou por André Ribeiro Tinoco, que se meteo na Companhia de Jesu...*”⁹³. Dando-o a viver na Ilha Terceira, reforça a hipótese de ter contribuído para a traça do Colégio dos Jesuítas de Angra como referem alguns historiadores, questão que retomaremos quando falarmos das obras de seu pai.

Neste documento vêm discriminadas todas as contas de Pedro Nunes Tinoco e de sua mulher, quer do dinheiro que o architecto tinha a receber como, por exemplo, 300 mil reis de Gonçalo Pires de Carvalho, Provedor das Obras Reais, para “*a demanda que corre no juizo dos corregedores do civil escrivão an.^{to} carvalho em que se pede a maria nunes tia do dito p.^o nunes tinoco cemto e vimte mil reis*” (não explicando porquê), quer das dívidas que tinha o casal. Escassas são as referências ao espólio que deixa, de que se salienta um “caixão” e uma colcha da Índia, e um “escritório” de nogueira⁹⁴. Este instrumento de partilhas, realizado na casa do casal, seria assinado também por Ana Vicência Tinoco, por Maria Pereira de Sousa (mulher de João Nunes Tinoco) e por Leonor Henriques (mulher de Manuel Nunes Tinoco) em suas casas, sitas respectivamente à Travessa dos Fiéis de Deus, Rua da Barroca e Calçada de Sant’Ana.

⁹² Apesar de ter o mesmo apelido da segunda mulher de Pedro Nunes Tinoco, não ficou provada qualquer outra ligação familiar entre ambas.

⁹³ Sousa VITERBO, *Dicionário...*, op. cit., Vol. III, pp. 111 e 113, respectivamente. (**Doc. 6**).

⁹⁴ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº 15 (antigo 7 A), Cx 56, Livro 260, fls. 4v.

2. O testamento de João Nunes Tinoco.

Seria a testamentaria a revelar-se, uma vez mais, o instrumento fundamental no conhecimento dos aspectos biográficos dos elementos desta família. Os testamentos de João Nunes Tinoco e de Luís Nunes Tinoco, falecidos respectivamente em 1690 e 1719, dar-nos-ão importantíssimas informações sobre a vida e obra de cada um deles.

Redigido a 6 de Abril de 1690 o testamento de João Nunes Tinoco, sabemos que era já falecido a 11 do mesmo mês, de acordo com a data da respectiva abertura ⁹⁵. Pedindo a seu filho “...*Luis Nunes Tinoco p.^{ra} ser meu testamtr.^o o que fio delle p.^{lo} amor q. sempre lhe tive...*” pede, também, para ser sepultado no hábito de S. Francisco, de que é irmão terceiro, no jazigo da dita irmandade. Curiosa é, sem dúvida, a escolha do seu testador, o Padre Diogo Tinoco da Silva, irmão de um importantíssimo elemento da outra família de arquitectos de apelido *Tinoco*, o padre e arquitecto Francisco Tinoco da Silva. Esta escolha deverá ter resultado, como veremos, do facto destas duas famílias se encontrarem então a trabalhar em simultâneo em S. Vicente de Fora, embora exercendo cargos diferentes, num dos raros momentos (e locais) em que parece que as suas actividades se terão cruzado ⁹⁶.

⁹⁵ ANTT, *Registo Geral de testamentos*, L^o 58 , fls. 23 a 24v, tendo sido registado em 23 de Agosto do mesmo ano. Publicado por João Miguel Ferreira Antunes SIMÕES, in *Arte e Sociedade na Lisboa de D. Pedro II. Ambientes de trabalho e mecânica do mecenato*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa : [s.n.], 2002, Vol.II, p.43 e 44 (**Doc. 17**). Actualizámos a sua transcrição a partir do original, Não nos foi possível encontrar o respectivo assento de óbito.

⁹⁶ Era prática corrente o testador recorrer a uma pessoa da sua confiança para redigir o seu testamento quando, por qualquer motivo, se encontrava impossibilitado de o fazer.

O testamento dá-nos a Rua do Barão como local da sua residência, onde falece, junto a S. João da Praça (na partilha de bens de Pedro Nunes Tinoco referia-se a sua residência à Rua da Barroca), e nele se afirma possuir também umas casas junto ao Postigo de Sant’Ana, foreiras ao Conde de S. Tiago, que deixa a seu filho. Possuía ainda um terreno na Ribeira da Penha Longa, foreiro aos frades do mesmo mosteiro (cuja descrição é-nos dada por outro documento constante do respectivo cartório) , e um pedaço de chão situado junto deste, foreiro a Manuel da Silva ⁹⁷.

O dado mais interessante é, contudo, a par do pedido para que seu filho Luís seja nomeado arquitecto de S. Vicente de Fora, a existência de um outro filho para além de Luís Nunes Tinoco “...declaro q. tenho feito húa petição a sua Mag.^{de} pr.^o me conceder a renuncia de meu off.^o de architeto das obras do mostr.^o de saõ v.^{te} em o d.^o meu f.^o de cuja m.^{ce} espero se consiga o d.^o requerim.^{to} sendo o off.^o o nomeio nelle como taõ bem todos os mais serviços q. fis a sua mg.^{de} na forma q. seg. ^{do} minha Lembrança lhe tenho feito com os q. me pertencião do meu f.^o o D.^{ôr} pedro nunes tinoco ...”⁹⁸. Depreende-se que este seu filho, citado como *doutor Pedro Nunes Tinoco* (repetindo o nome próprio do patriarca da família, o que se tornará um hábito nas gerações seguinte, como veremos adiante) era já morto à data deste testamento. Trata-se, sem dúvida, do mesmo Pedro Nunes Tinoco que publica em 1674 um texto de sete páginas no âmbito dos estudos que fez em Coimbra ⁹⁹, texto esse cuja autoria se atribui, no catálogo da Biblioteca Nacional, ao seu homónimo avô (atribuição que,

⁹⁷ ANTT, *S. Jerónimo da Penha da Longa*, Maço 16, Docs. 32 a 34. Agradecemos ao nosso orientador, Prof. Doutor Rafael Moreira, a referência a estes documentos.

⁹⁸ Doc. cit., fl. 23v.

⁹⁹ *PRO SUO PRIMI EXAMINIS PROEMIO IURIS CÆSAREI ET AUGUSTARUM LEGUM CONCUSIONES DEDUCTAS EX PRAE ACUTISSIME NOTATIS AD TEXT.I L. PRO HÆREDITARIUS. 2. COD A ERED. ACT. DISPUTABIT PRÆSIDE SAPIENTISSIMO DOCTORE, ac DOCTISSIMO PRACEPTORE, Francisco Barretto Froes, casarei juris Lecture Tusigni, Vesperaria Cathedra mouerature subtilissimo: D. Petri Collegii olim rectore prastantissimo: pro meritis ad omnia summa nato. Petrus Nonius Tinoco suo 4 Iuris civilis anno die Titulare programma est Utrum Per aditionem hæreditatis confundatur obligatio naturalis? Affirmandum est. Conimbricæ Superiorum Permission. Apud EMMANelem Diaz Universitatis Typograph. Anno Domni 1674.*

pelos data e conteúdo da publicação, se afigura completamente impossível ¹⁰⁰). Formado em Leis na Universidade de Coimbra, em 1677, de acordo com o respectivo processo da Universidade ¹⁰¹, a sua *Habilitação de Genere* a um lugar na administração do Reino, datada de Janeiro de 1678, dar-nos-ia mais algumas informações. Para além da naturalidade, filiação e residência, diz-nos que era solteiro, bom estudante, e que o seu pai o “... *d^o João Nunes Tinoco he actualm.^{te} Architecto do San.^{to} Off.^o...*”, profissão que refere terá tido também o seu avô paterno ¹⁰². Num processo conduzido pelo Dr. Gonçalo Mendes de Brito, entre os depoimentos das diversas testemunhas salienta-se o de Manuel de Abreu de Coito, de 50 anos, sargento-mor da comarca de Tomar e cavaleiro profeço da Ordem de Avis, morador ao Postigo de Sant’Ana, no qual se percebe que a discussão sobre se a profissão de architecto devia ou não ser considerada ofício mecânico se revelava, ainda, uma questão de primordial importância : “...*disse que o dito joão Nunes tinoco he arquiteto porem que não faz mais que riscar, e dar trasa e se trata com grande limpesa e criados e não tem ele testemunha por ofisio macanico o de arquiteto e mais não disse...*” ¹⁰³.

Sabemos pela experiência, e pelos documentos que fomos encontrando ao longo da nossa investigação (certidões de medição, relatórios de acompanhamento de obra, etc., os quais serão analisados quando julgarmos importante fazê-lo), que a

¹⁰⁰ Esta confusão entre neto e avô seria repetida por outros autores, vindo a ser esclarecida com a identificação deste segundo Pedro Nunes Tinoco feita por Joaquim M.F. BOIÇA e Maria de Fátima Rombouts de BARROS, como veremos.

¹⁰¹ AUC, IV-1^a D-1-1-42. Dele podemos extrair os seguintes dados: INST^a, 20/X/1760. Matrículas a 1/X/1672, 1/X/1673, 1/X/1674, 1/X/1675 e 15/X/1676. Bacharel em 10/7/1676 e Formatura em 28/5/1677. *Actas e Graus*, 1674-77, p. 75v. Não podemos deixar de verificar uma curiosa semelhança entre a assinatura deste Pedro Nunes Tinoco, com a do seu avô, como mostramos no final deste capítulo.

Neste arquivo encontrámos também processos referentes a outros Nunes Tinoco, mas que de acordo com as filiações que apresentam, não estão relacionados com nenhum dos elementos desta família, devendo o apelido resultar da junção dos apelidos de duas famílias, e não de um nome composto como passou a ser utilizado a partir do seu patriarca, Pedro Nunes Tinoco (c.1580-1640). Encontrámos assim um Francisco Nunes Tinoco, natural de Lagos e formado em Medicina em 1662, e um Baltazar Nunes Tinoco, natural de Teixoso, matriculado em Leis em 1764 e 1765.

¹⁰² ANTT, *Leitura de Bacharéis*, Letra P, Maço 2, Doc.32. (Doc. 18 – *Inédito*).

¹⁰³ Idem, *Ibidem*.

actividade de um arquitecto, mesmo daqueles que ocupavam cargos reais, não se confinava a um trabalho burocrático ou teórico de secretária, de simples “traça”, sendo obrigados a um acompanhamento das respectivas obras. Aqui a referência a um trabalho que se confina, segundo o depoimento, “...a riscar e dar trasas...” servirá para realçar a importância destas como elemento indispensável na diferenciação do trabalho do simples mestre-pedreiro, “mecânico” no verdadeiro significado do termo, do do *arquitecto*, entendido já como “uma actividade mental”, como assim o exigia o seu novo estatuto, o que lhe iria permitir (e às suas famílias) o acesso a mercês e cargos vedados às profissões mecânicas, como é o caso do hábito da Ordem de Cristo que aqui se cita, a propósito da habilitação de Pedro Nunes Tinoco (filho de João).

Este neto do patriarca Pedro Nunes Tinoco, seu homónimo, terá sido Juíz de Fora em Castelo Branco cargo que, pelo bom desempenho que teve, lhe valeu a nomeação em Março de 1682, como Desembargador da Relação do Estado da Índia por seis anos ¹⁰⁴, cargo que não cumpriu até ao fim pois terá morrido entretanto, como fica provado pela petição feita por seu irmão Luis Nunes Tinoco em 27 de Julho de 1684 (Luís Nunes Tinoco passaria a ser, assim, o único descendente de João Nunes Tinoco e continuador da sua obra). Trata-se do processo de habilitação de seu irmão Luís Nunes Tinoco à Ordem de Cristo, datada de 27 de junho de 1684, em substituição da que lhe fora dada, e que nunca chegou a receber ¹⁰⁵. A data dos documentos que

¹⁰⁴ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso VI*, L.º 40, fls 161 v e 162 (**Doc. 19 - Inédito**). A existência deste outro Pedro Nunes Tinoco, Juíz de Fora e Desembargador da Índia é já feita por Joaquim M.F. BOIÇA e Maria de Fátima Rombouts de BARROS, in *O Palácio e a Quinta dos Aciprestes*, Oeiras: Fundação Marquês de Pombal, Julho de 2007, pp. 74 e 75, notas 28 e 30, respectivamente.

¹⁰⁵ ANTT, *Habilitações á Ordem de Cristo*, Letra L, Maço 18, nº 81, documento citado por Joaquim M.F. BOIÇA e Maria de Fátima Rombouts de BARROS, in *O Palácio e a Quinta dos Aciprestes*, ob. cit., pp. 74 e 75, notas 28 e 30 respectivamente, documento por nós transcrito (**Doc. 20**). O Palácio e Quinta dos Aciprestes pertenceu a Francisco de Miranda Soares, genro de Luís Nunes Tinoco, casado com a sua filha Maria de Aguillar e Miranda, para quem terá passado a mercê de Pedro Nunes Tinoco. Os autores referem também a existência de um outro Pedro Nunes Tinoco, filho de Luís, que terá assinado vários termos de casamento nos livros paroquiais de S. Romão de Carnaxide, desde 1702, e a quem D. Pedro II terá dado a mercê de Cavaleiro Fidalgo (ANTT, *Chancelaria de D. Pedro II, Mercês*, Lº17, fl.321). Os autores citam ainda a dificuldade que Luís Nunes Tinoco teve em receber a dita mercê em 1684, o que atribuem ao facto de o seu avô materno ter sido alfaiate, e de não existirem dados sobre a naturalidade da sua avó materna, apesar de a seu favor ter intercedido Plácido Castanheda de Moura, Contador-Mor

compõem este processo mostram-nos que ele foi algo moroso: em 6 de Junho de 1685 era dado um parecer negativo do Tribunal da Consciência e Ordens sobre o pedido que formulara, em virtude de se acharem insuficientes as provanças nele contidas, e ao qual não deverá ser alheia a profissão mecânica do avô materno) , parecer esse que terá levado Luís Nunes Tinoco a juntar uma declaração, datada de 25 de Janeiro de 1686, de Plácido de Castanheda de Moura, Fidalgo da Casa de Sua Magestade e Contador dos Contos do Reino e Casa. Nela se afirma que Luís Nunes Tinoco era, à data, Escrivão dos Contos “ ... em grande assistencia, zelo, e satisfação. Pello q o julgo merecedor de toda a m.^{ce} que o d.^o S.^{or} for servido fazerlhe...”. Apesar do seu testemunho, este parecer seria confirmado em 18 de Junho de 1689, como se pode ver na anotação que tem à margem.

3. Luís Nunes Tinoco: filho varão, “ letra florida ”, e outros herdeiros.

Falecido este outro Pedro Nunes Tinoco, a descendência de João Nunes Tinoco resumir-se-ia, de acordo com o seu testamento, a Luís Nunes Tinoco. Nomeado aprendiz de arquitectura em 29 de Setembro de 1677 ¹⁰⁶ do pai herdaria, também, o lugar em S. Vicente de Fora, primeiro como “apontador” (deixando vago o lugar de aprendiz para Manuel Lopes da Silva, de acordo com os já citados dados fornecidos por Sousa Viterbo), que não nos dá muitos mais, referindo apenas 1642 ou 1643 como

dos Contos do Reino. Os autores estabelecem, nesta obra, a biografia de Francisco de Miranda Soares. De origem humilde, terá ingressado na Contadoria Geral da Guerra e do Reino em 1693, primeiramente como praticante e. Depois, como escrivão, vindo a receber em 1702 o Hábito da Ordem de Cristo. Viúvo de D. Mariana de Aguillar e Miranda, casaria ainda mais duas vezes. Em Julho de 1724 foi acusado de ter lesado gravemente o Estado, na qualidade de Contador Geral da Guerra, num processo relacionado com dívidas de alguns fornecedores, pelo que lhe seriam sequestrados os seus bens, e condenado ao degredo para Angola (cf. *O Palácio e a Quinta dos Aciprestes*, ob. cit., pp. 24 a 26).

¹⁰⁶ ANTT, *Chancelaria de D. Pedro II*, L^o 47, fl.114v. Cota fornecida e documento parcialmente transcrito por Ayres de Carvalho, in *D. João V e a arte do seu tempo*, vol. II, p. 110, transcrição que completámos e actualizámos (Doc. 21).

data provável de nascimento de Luís Nunes Tinoco, como se pode depreender da legenda “ *Por Luís Nunes Tinoco. Anno aetatis suae 23 &c. 1666* ”, constante do *Retrato de várias aves* existente na Biblioteca da Ajuda ¹⁰⁷. Estes dados sobre o seu nascimento são citados também por Ayres de Carvalho, salientando que Luís Nunes Tinoco falece em 1719 com 73 anos de idade, na Freguesia da Pena ¹⁰⁸. Ayres de Carvalho refere-se, sem dúvida, ao testamento de Luís Nunes Tinoco, o qual não transcreve, limitando-se a revelar alguns dos seus aspectos.

Ayres de Carvalho confirma a sua nomeação como aprendiz de arquitectura em 1677, na vaga deixada pelo Arquitecto e Engenheiro Mateus do Couto II (então promovido a arquitecto dos Paços de Almeirim), bem como a sua nomeação em 23 de Junho de 1690 para arquitecto de S. Vicente de Fora, em substituição do pai (falecido dois meses antes, como já vimos) nomeação feita, como era habitual, pelo então Provedor das Obras Lourenço Pires de Carvalho ¹⁰⁹.

Falecido a 2 de Novembro de 1719 e sepultado a 4 do mesmo mês na Igreja da Pena, como consta do óbito registado na respectiva freguesia ¹¹⁰, a data do seu falecimento é avançada por Ayres de Carvalho ¹¹¹. O respectivo testamento, datado de 29 de Maio desse mesmo ano ¹¹², à semelhança do que acontecera com João Nunes Tinoco, esclarece-nos um pouco mais sobre a sua biografia: “...*Muito achaqueado mas*

¹⁰⁷ Sousa VITERBO, *Dicionário...*, ob. cit., Vol. III, p. 117.

¹⁰⁸ Aires de CARVALHO, *D. João V...*, ob. cit., Vol. II, p.110.

¹⁰⁹ Aires de CARVALHO, *D. João V...*, ob. cit., Vol. II, p.34. (**Doc. 22**)

¹¹⁰ ANTT, *Registos Paroquiais da Freguesia da Pena*, L.º 7 de Defuntos, fl 7v – (**Doc. 23**), cit. por Aires de CARVALHO, “Novas Revelações para a História do Barroco em Portugal”, Separata de *Belas-Artes*, n.º 20, Lisboa, 1964, p. 23

¹¹¹ Aires de CARVALHO, “Novas Revelações para a História do Barroco”, Separata de *Belas Artes*, n.º 20, Lisboa: 1964, p. 23

¹¹² ANTT, *Registo Geral de Testamentos*, L.º 162, fls 51v a 54v. – (**Doc. 24**). Publ. in Maria João Fontes Pereira COUTINHO, *A produção portuguesa de obras de embutidos de pedraria policroma (1670-1720)*, Dissertação de Doutoramento em História (Especialidade Arte, Património e Restauro) da Faculdade e Letras de Lisboa, 2010, pp. 212 e 301.

de pé e em seu perfeito juízo...”, nas palavras do tabelião Joseph Caetano do Valle, residindo na Rua do Cemitério de acordo com o já referido óbito (embora na *Aprovação* do seu testamento se afirme que residia na Rua do Adro da mesma freguesia, que lhe ficava anexa), afirma ser, tal como o seu pai, irmão terceiro de S. Francisco, com cujo hábito pede para ser sepultado, elegendo por testamenteiros os Reverendo Padre Doutor Estêvão Gonçalves e o Padre João Pereira da Costa, pároco da freguesia, aos quais pede “... *que evitem pompas e vaidades*”.

Declarando que se encontrava já aposentado do cargo de *Provedor dos Contos do Reino e Casa* (conforme consta na respectiva *Aprovação*), afirma ser viúvo de D. Maria de Aguiar, tendo como filhos legítimos vivos sob a sua protecção, Pedro Nunes Tinoco (um outro Pedro, bisneto do homónimo arquitecto) e Joana Antónia de Sousa, (o que mostra que era já falecida a outra filha, Maria de Aguillar e Miranda, que fora casada com Francisco de Miranda Soares ¹¹³).

Luís Nunes Tinoco contraíra matrimónio com D. Maria de Aguiar e Miranda em 27 de Fevereiro de 1683, sendo então ambos já viúvos, como se pode comprovar pelo respectivo assento de casamento ¹¹⁴. D. Maria de Aguiar e Miranda fora casada com o Dr. Joseph Correia da Fonseca, falecido em Sofala, e Luís enviudara de Adeodata Thereza de Souto Maior ¹¹⁵, filha de Manuel David Souto Mayor ¹¹⁶, fidalgo da Casa Real, e sobrinha do carmelita descalço Frei António da Conceição. Como veremos ao longo deste trabalho, seria grande a ligação entre os Nunes Tinoco e esta ordem religiosa.

¹¹³ Francisco de Miranda Soares foi Contador da Contadoria Geral da Guerra e proprietário do Palácio e Quinta do Acipreste, em Linda-a-Velha. A sua biografia foi traçada por Joaquim M.F. BOIÇA e Maria de Fátima Rombouts de BARROS, in *O Palácio e a Quinta dos Aciprestes*, Oeiras: Fundação Marquês de Pombal, Julho de 2007.

¹¹⁴ ANTT, *Registos Paroquiais da Freguesia de Santa Justa*, Caixa 15, Livro 5 de Casamentos, fl. 226v (**Doc. 25**).

¹¹⁵ Fica por apurar a data do primeiro matrimónio, bem como os de óbito das suas duas mulheres.

¹¹⁶ Manuel David de Souto Mayor participou nas campanhas de Évora na Guerra da Restauração, vindo a integrar o Terço da Armada, de acordo com os dados que conseguimos recolher na alvará de mercê de capela a Luís Nunes Tinoco, datado de 20 de Outubro de 1686 (cf. **Doc. 27**).

Não tendo filhos do primeiro matrimónio, o feliz acontecimento do nascimento do seu filho varão (em 1689, como viríamos a apurar), de nome Pedro tal como o seu bisavô, constituiria o tema de um breve romancete a ele dedicado por Joseph Correia de Brito, intitulado *A um filho varaó que nasceo a Luís Tinouco grande debuxador escrivaó grande*¹¹⁷:

*Ilustre amigo tinouco / cuyo engenho soberano / bem que pintado se veyá /
naó merece retratado /*

*Disesteme esso no dia / que vos nascera hum morgado / Contandome hum
conto breve / na Caza dos Contos largos / para taó justa alegria*

*Que estimo / este Romance fasso / naó sei se aos vossos debuxos / podem
competir meus rasgos*

*Hum treslado a natureza / fizestes Tinouco raro / e hade admirar porque he
serto / que hade ser vosso treslado*

*Suposto que a vossa pena / consegue hum louvor estraño / agora mostrais ao
vivo / a diferença ao pintado*

*Bizarra penada, amigo / foi a que destes no Cazo / pois que sahio para os olhos
/ letra florida o muchacho*

*De todos quantos debuxos / fizestes para admirarmos / esse hum como nascido
/ no perfeito e no asertado*

Dizem que he retrato vosso / Apezar de feliciano

E naó cuide o nosso Apeles / que elle he so, quem fas retratos

Donde aporta essa pintura / como fez Apeles raro

La para ver os defeitos / quâ para admirar os pasmos

¹¹⁷ BA, mss. 50-I-1, “Metricas ociosidades em varias rimas. Desacordos da musa, & ociosa occupaçam da Penna”, in *MISCELANEA DE POESIA*, por Joseph Correia de Brito, fls. 109 a 110v.

*Hade Deos ao tenro Infante / fazer hum debuxo santo / da advertencia colorido
/ da vertude iluminado / sera raro esse menino / pasando a jovem galhardo / fugindo
as escuras sombras / do mundo em confusos quadros*

E sendo debuxo vosso / pode fazerse o mais raro

Se das vossas grandes prendas / se ajustar sempre ao compasso

Verdadeiro elogio às suas qualidades artísticas, nelas se inclui, como exemplo máximo das mesmas, este seu filho “*letra florida*”, que se lhe assemelha, e para o qual se vaticina já um futuro risonho.

Este outro Pedro Nunes Tinoco seria o primeiro filho varão que, em pelo menos cinco gerações de mestres-pedreiros e architectos, não seguiria uma carreira ligada à prática da arquitectura, como os seus antecessores, antes preferindo uma carreira na administração do Estado, como a documentação parece demonstrar.

Numa tendência que se reforçou no final do século XVII, sobretudo após a assinatura da paz com Espanha, o Estado sabia premiar, através da atribuição de mercês, aqueles que preenchendo cargos na administração pública colaboravam na sua organização, levando-os a considerar esta uma alternativa bastante aliciante (mesmo para uma família tradicionalmente composta por mestres-pedreiros e architectos). Títulos nobiliários, mercês pecuniárias a eles associadas e cargos de prestígio, formariam uma nova ordem social, frequentemente nobilitada, como quase sempre sucede em períodos de grandes transformações.

Terceiro e último architecto da família Nunes Tinoco, Luís seria aquele que mais beneficiaria dessas mesmas mercês:

- Do primeiro casamento, com Adeodata Teresa, Luis Nunes Tinoco receberia uma mercê de trinta mil reis ¹¹⁸, , de acordo com as petições que fez em Outubro de 1686;

- tendo servido nos Contos do Reino e da Casa desde 1676, desempenhando múltiplas tarefas (arrumando o seu cartório, executando registos da Marinha, assistindo o Contador Manuel da Silva nos Contos dos administradores das casas dos presos do Santo Ofício), estas permitir-lhe-iam aceder ao lugar de Escrivão dos mesmos em 29 de Outubro de 1688, na vaga deixada pela aposentação de João Pereira da Silva, lugar que ocupou até à sua nomeação como Contador, em 7 de Março de 1697, substituindo José Fiúza, com as mercês de Escudeiro e Cavaleiro Fidalgo ¹¹⁹;

- em 1706, quando da morte da morte de D. Catarina de Bragança recebe, juntamente com outros elementos da Casa das Obras, uma remuneração de catorze côvados ¹²⁰. Nesta lista, aparece em primeiro lugar o Conde de Soure, e o primeiro arquitecto citado, o Arquitecto dos Paços, o Padre Francisco Tinoco da Silva, aparece em quinto lugar (recebendo também catorze côvados), seguindo-se imediatamente Luís Nunes Tinoco, e só depois os arquitectos Manuel do Couto e João Antunes, respectivamente (recebendo a mesma remuneração que os anteriores) ¹²¹;

- já perto do final da vida, a preocupação com o futuro da filha Joana Antónia de Sousa e “ *por se achar / cõ 80 annos de idade e m.^{to} doente e não ter cõ q a poder*

¹¹⁸ Cf. **Docs. 26 e 27.**

¹¹⁹ ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. Pedro II*, Livro 4, fl. 32, e Livro 6, fl. 169 (**Doc. 28 e 29**). Citado por Ana HATHERLY, in *Elogio da pintura / Luís Nunes Tinoco*, Ana HATHERLY (apres. e ed.), Luís de Moura SOBRAL (est. crít.), Lisboa : Inst. Port. do Património Cultural, Galeria de Pintura do Rei D. Luís, 1991, pp. 11 e 12.

¹²⁰ ANTT, *Núcleos Extraídos do Conselho da Fazenda*, Casa das Obras e Paços Reais, L^o 108, fl. 58. Teresa Campos COELHO, cit. por Vítor SERRÃO, *A cripto-história de arte : análise de obras de arte inexistentes*, Lisboa : Livros Horizonte, 2001, p. 114. Documento transcrito por Maria João Fontes Pereira COUTINHO, *A produção portuguesa de obras de embutidos de pedraria policroma (1670-1720)*, Lisboa: 2010, Vol. II., pp.184 a 186.

¹²¹ Seguem-se, por ordem, os aprendizes Joseph de Souza e Joseph Rodrigues Ramalho, com a remuneração de doze côvados.

dotar e recear / q fique por sua morte dezempurada, em consideração do que : Há / Smg.^{de} p bem fazerlhe m.^{ce} de hú lugar de freira no Conv.^{to} de S.^{ta} Anna “ tê-lo-á levado a solicitar ao rei uma tença de vinte mil reis para esta sua filha, o que lhe seria concedido em virtude dos bons serviços prestados ¹²² . Em 1721, dois anos após a sua morte, era permitido ao seu filho Pedro Nunes Tinoco que renunciasse ao seu hábito da Ordem de Cristo a favor de Jacques Nobel, de modo a poder criar um dote para a entrada da irmã Joana Antónia de Sousa no Convento de Sant’Ana ¹²³ .

Voltando às informações contidas no seu testamento, mostra-se ainda que em sua casa vivia uma prima, D. Francisca de Lacerda, e o filho desta, Pedro Morais Sarmiento, aos quais deixa cem mil reis a cada um (deixando também, a uma outra prima, irmã de D. Francisca cinquenta mil reis). Não nos foi possível deslindar por que via se estabelecera este parentesco, nem saber quem era este sobrinho. Trata-se, muito possivelmente do mesmo Pedro Morais Sarmiento a quem foi conferido, em 1703, o alvará de Moço Fidalgo ¹²⁴ e que, no período compreendido entre 1734 e 1745 seria nomeado, sucessivamente, Desembargador da Casa da Suplicação, Provedor da Alfândega, Feitor-Mor do Reino e Conselheiro da Fazenda ¹²⁵ .

¹²² ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. João V*, Livro 8, fl. 73 (**Doc. 30**). Citado por Ana HATHERLY, in *Elogio da pintura / Luís Nunes Tinoco*, ob. cit., pp. 11 e 12.

¹²³ Idem, *ibidem*, fl. 73v.

¹²⁴ ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. Pedro II*, L^o 15, fl. 312

¹²⁵ ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. João V*, Livro 25 fl. 315v e Livro 23 fl. 315 v. Os filhos deste receberiam também algumas mercês. Entre eles, António Morais Sarmiento a quem foram concedidos , em 1734 e 1736 alvarás de Moço Fidalgo, e de Foro e Vestiaria de Capelão Fidalgo (ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. João V*, Livro 26, fl. 113). É provável que este seja também o mesmo António de Morais Sarmiento autor do *Obelisco Funeral do Obséquio* que integrou as exéquias de D. João V em 1750 em São João d’El-Rei, na capitania de Minas Gerais, cerimónias descritas por Matias António Salgado em *Monumento do agradecimento, tributo da veneraçam, obelisco funeral do obsequio, relação fiel das reaes exequias, que á defunta Magestade... D. Joaõ V / dedicou o Doutor Mathias Antonio Salgado Vigario Collado da Matriz De N. Senhora do Pilar da Villa de S. Joaõ del Rey*, publicado em Lisboa no ano seguinte. Maria Beatriz Nizza da SILVA, *D. João V*, 1a ed. Lisboa : Círculo de Leitores, 2006, p. 146. Encontrámos ainda outro Pedro Morais Sarmiento a receber a mercê de vários cargos nas décadas de 60 e 70 do século XVII mas que, pela data recuada, não nos parece ser o sobrinho de Luís Nunes Tinoco.

A par da referência ao facto de estar já aposentado do cargo de *Provedor dos Contos do Reino e Casa* (conforme consta na *Aprovação* do mesmo) o mais interessante é, sem dúvida, a surpreendente revelação da existência de livros prontos para impressão: “...seis tomos de folha cada hum de doze meses por q^{to} obra de hum Intitulada *Ephemeride Hystorial, ou Epitome diario, e outros mais de 4^o de versos e sonetos manuscritos...*”, trabalhos inéditos, alguns dos quais viríamos a localizar. Eles constituem um núcleo de obras (também inéditas) que encontrámos, os primeiros na Biblioteca Nacional (Secção de Reservados) e os segundos, que cremos integrar o espólio da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (Secção de Reservados), as quais analisaremos no capítulo dedicado ao estudo da obra deste artista ¹²⁶.

4. A importância de um nome e de um apelido que passa de geração em geração. Outros membros e ligações importantes para o conhecimento desta família.

Pedro, o filho de Luís Nunes Tinoco, herdaria do seu homónimo avô não apenas o nome próprio, mas também um apelido que, salvo raras excepções, seria usado pela família ao longo de várias gerações ¹²⁷. Como anteriormente afirmámos, isto parece ser uma intenção propositada de identificação e de vinculação a um grupo familiar e profissional que atingira uma considerável notoriedade a partir do momento em que Pedro Nunes Tinoco adquirira o estatuto de arquitecto.

Este outro Pedro não seguiu qualquer uma das profissões a que os Nunes Tinoco estavam tradicionalmente ligados, consequência de um progressivo

¹²⁶ Cf. IV PARTE, Cap. 1.

¹²⁷ Veremos de seguida como este Pedro, que surge até agora como o quarto da família (o terceiro terá sido o tio, Desembargador na Índia) seguiria afinal uma tendência de adopção de um nome próprio muito mais antiga.

afastamento da família de um trabalho efectivamente prático, passando a estar muito mais ligada a um aspecto institucional da profissão de arquitecto, como comprova o ingresso e aposentação de Luís Nunes Tinoco nos *Contos do Reino e Casa*. Quebrava-se, assim, uma tradição de aprendizagem e de sucessão profissional no seio da família e dos diferentes canteiros de obras. Com efeito, para este Pedro não conseguimos detectar qualquer nomeação para um cargo anteriormente detido por um dos seus parentes, à semelhança do que aconteceu com o seu pai e avô: a Luís Nunes Tinoco sucederia João Frederico Ludovice na direcção das obras de S. Vicente de Fora, nomeado em 10 de Dezembro de 1720 ¹²⁸, levando a concluir que Pedro terá seguido uma outra ocupação, como assim o sugere a possibilidade de ter assinado vários termos de casamento nos livros paroquiais de S. Romão de Carnaxide ¹²⁹.

Ao filho de Luís Nunes Tinoco seriam dadas também algumas mercês, confirmando a tendência que vinha a acentuar-se desde o final do século XVII: para além da confirmação como Cavaleiro-Fidalgo dada por D. Pedro II em 20 de Março de 1706 ¹³⁰, D. João V conceder-lhe-ia em 11 de Dezembro de 1721 o padrão de juro que pertencera a seu pai, de 40 mil reis da capela instituída por Diogo Castro Pacheco e sua mulher D. Mariana de Castro Pacheco ¹³¹.

Um outro Nunes Tinoco, de nome próprio Eusébio, aparecia na nossa investigação, sendo merecedor, como tal, da nossa atenção. Em 1637 era dado a publicar o *Sermaõ que pregou o Reverendo Frei Manuel das Chagas na Ordem do*

¹²⁸ Sousa VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos...*, ob. cit., Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Vol. II, pp. 100 e 101 e Vol. III, pp. 116.

¹²⁹ M.F. BOIÇA e Maria de Fátima Rombouts de BARROS, in *O Palácio e a Quinta dos Aciprestes*, Oeiras: Fundação Marquês de Pombal, Julho de 2007, p. 74, nota 28.

¹³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 74, nota 28 (ANTT, *Chancelaria de D. Pedro II*, Mercês, L^o17, fl.32).

¹³¹ ANTT, *Chancelaria de D. João V*, L^o 12, fls. 29v e 30. Encontrámos ainda dois documentos relacionados com a sub-rogação de uns moinhos e pomar da referida capela, a João Mendes de Faria, para neles se continuar a nova fábrica de atanados. *Chancelaria de D. João V*, L^o 88, fls. 313 e 313v, e L^o 94, fls. 9, respectivamente.

Carmo, Sábado 25 Novº. Pelo Padre Eusebio Nunes Tynoco, sobrinho do autor ¹³². Dedicado à *Sereníssima* Princesa (pensamos tratar-se da Duquesa de Mântua que então governava Portugal, e a quem era dado, muitas vezes, o tratamento de Princesa), realçava a dedicação desta ao Santíssimo Sacramento (tal como a dos seus antecessores, por ele protegidos), nomeadamente na construção do vasto império das Casas de Portugal e da Áustria. Eusébio Nunes Tinoco não deixa, também, de se dirigir ao leitor, a quem oferece o soneto que, de acordo com o seu conteúdo, lhe terá sido inspirado pelo próprio sermão proferido por seu tio ¹³³. Tendo estudado Filosofia em Évora e Teologia em Coimbra seria, no entanto, na parenética relacionada com a temática da Restauração que o carmelita Frei Manuel das Chagas (1590-1666) se distinguiria compondo, entre outros, o *Sermão no dia da Aclamação* (1646), a *Canção Lírica ao Nascimento do Sereníssimo Príncipe D. Pedro* (1648), *Elegia à Morte do*

¹³² Eusebio NUNES TYNOCO, *Sermaõ q. Pregou o Reverendo Padre Frey Manoel das Chagas, Religiosos da sagrada Ordem de Nossa Senhora do Carmo, no seu Convento de Lisboa, Sabbado 29 de Novembro, na solemnidade que Sua Magestade mandou fazer ao Sanctissimo Sacramento, que no mesmo dia esteve exposto: offerecido a Serenissima Princesa pello Padre Eusebio Nunes Tynoco, sobrinho do autor*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, Lisboa 1637. Eusébio Nunes Tinoco abre o livro com da seguinte forma:

“Dedicatoria à Serenissima Princesa

Este sermaõ, serenissima Senhora, que prègou o Padre Fr. Manoel das Chagas meu tyo, religioso da sagrada Ordém de N.ª Sr.ª do carmo, na festa q sua Magestade mãdou fazer ao sanctissimo sacramento, me pareceo digno q V.A. visse, lese, e considerasse, porq se abraza de amor: Fulciteme floribus, stipate me malisquia amore languero. Motivo me dá de offerecer estas flores, e estes frutos de devoçaõ do Sanctissimo Sacramento a esse Real peito, o qual arde em seu amor, com tantas chamas, quãtas enxergamos, no publico pellas muitas vezes q este Senhor, por mandado de V.A. hexposto e solénizado, e no particular pellas muitas horas que diante delle assiste de dia e de noite na Tribuna de sua Real Capella. Verá tambem V.A. com este como este amor he herdado cõ o sangue de seus reaes progenitores, pois das Imperiaes Casas de Portugal, e Austrias achará exemplos, de como os Senhores Reys, e Imperadores, fazendo sua escolha na devoçaõ do Sanctissimo sacramento, foraõ tao bem afortunados, que conquistaraõ Reynos, e alcançaraõ Imperios. Permitta Deos, que pera com o do Ceo abranja a mesma fortuna a V.A. cuja vida, e Estado o mesmo Senhor conserve por largos annos na Terra”.

¹³³ *“ Do Padre Eusebio Nunes Tynoco, ao Leitor. Soneto / As maravilhas vendo que fazia / O Ceo, Iacob mostrãdo a Deos Patête, / Hũ marmore levanta em continente, / Por titular memoria do que via / Eu que este Prègador ouvi hum dia / Tratar do paõ do Ceo taõ doutamente, / Sem me cegar o amor de ser parente, / Graõ título entendi que merecia;/ Mas naõ sigo este intento, porque quero / De Deos sacramentado, por servilo / Eternizar a gloria em que me esmero / E que Portugal veja porque estilo / Triunfarã do barbaro, e da fera: / Isto me deo no fim de imprimilo”.*

*Sereníssimo Infante D. Duarte (1648) e Threnos Funeraes a Morte de D. Teodósio (1653)*¹³⁴.

De Eusébio Nunes Tinoco encontraríamos mais uma referência quando, ao procurar o testamento de Pedro Nunes Tinoco, deparámos com o de Manuel Quaresma, datado de 27 de Dezembro de 1632. Medidor das Obras da Cidade, morador na Rua da Rosa do Carvalho, o testamento seria redigido pelo seu filho Eusébio Nunes “...que depois de feito lho lera e por estar a sua vontade e por nelle escrever o que elle testador lhe ordenara o asinara seu irmão pero nunes tinoco a seu rogo arquiteto de sua mag.^{de} ...”¹³⁵.

Conhecíamos já a existência do mestre-pedreiro Manuel Quaresma através de uma série de documentos referenciados dada por Vítor Serrão¹³⁶, nomeadamente a trabalhar com Pedro Nunes Tinoco nas casas do Conde de Linhares, bem como noutras obras de grande envergadura que atestam bem a sua importância profissional.

Desconhecíamos, no entanto, estarmos em presença de um irmão de Pedro Nunes Tinoco, facto que implicará uma análise mais detalhada das obras em que participou, quando nos debruçarmos sobre o trabalho deste arquitecto régio¹³⁷.

Casado com Marta Roiz, Manuel Quaresma pede em testamento para ser enterrado junto a seu sogro Diogo Roiz na porta lateral da igreja dos Mártires, junto ao altar de N.ª Sr.ª de Guadalupe mas, apesar da sua vontade e de acordo com o respectivo assento de óbito, seria sepultado em S. Francisco¹³⁸, tal como viria a acontecer com o seu irmão uns anos mais tarde.

¹³⁴ Zulmira COELHO, “Chagas, Frei Manuel”, in *Dicionário da Literatura Portuguesa*, org. e direcção de Álvaro Manuel MACHADO, Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 126.

¹³⁵ ANTT, *Registo Geral de Testamentos*, L.º 9, fls. 41 a 44 (**Doc. 31 - Inédito**).

¹³⁶ “Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650)”, ob. cit., *passim*.

¹³⁷ Cf. II PARTE, Cap. 1

¹³⁸ ANTT, *Registos Paroquiais da Freguesia das Mercês*, L.º 1º de Óbitos, fl.67v (**Doc. 32 - Inédito**).

Embora fora do espaço cronológico que nos propusemos estudar, não podemos deixar de referenciar a existência de outros elementos que a ela deverão ter pertencido, dada a persistência do nome próprio e do mesmo apelido. O primeiro, trata-se do Alferes Francisco Nunes Tinoco de Vila Nova de Portimão, que em 2 de Junho de 1772 pede extinção da capela de que era administrador, instituída por Sebastião do Couto ¹³⁹, que tudo indica ser um descendente de Pedro Nunes Tinoco, filho de Luís.

Outros dois teriam também Pedro no seu nome. Em 28 de Fevereiro de 1770 era nomeado *Fiel da Cal* um tal Luís Pedro Nunes Tinoco que, de acordo com uma referência aposta nessa nomeação, era já falecido em 12 de Março de 1791 ¹⁴⁰. Habilitando-se a *familiar do Santo Ofício* em 1780, o respectivo processo ¹⁴¹ diz-nos que era casado com Anna Joaquina, e ambos moradores na freguesia de Santa Justa, sendo filho legítimo de Pedro Nunes Tinoco e de sua mulher Maria Tereza (moradores na Rua da Oliveira, na freguesia dos Anjos), e neto de Luís Nunes Tinoco, Contador dos Contos, e de sua mulher D. Maria de Aguiar. No inquérito que integra as respectivas provanças, confirma-se a sua profissão de *Apontador* no Arsenal Régio, tendo 200 mil reis de rendimento anual ¹⁴², segundo o testemunho de João Pereira da Silva, “*Familiar da Casa do Exc.º Monteiro-Mor*” ¹⁴³. Surpreendentes são, ainda, os depoimentos de outras testemunhas que afirmam que Luis Pedro Nunes Tinoco tivera a ocupação de *cabeleireiro*, sendo posteriormente, “*cidadão almotacé*” ¹⁴⁴ levando-nos a questionar

¹³⁹ ANTT, *Chancelaria de D. José I*, L^o 54, fls. 173v e 174 (Doc. 33 - *Inédito*).

¹⁴⁰ ANTT, *Intendência das Obras Públicas*, Livro 1^o, fl 18v. (Doc. 34 - *Inédito*). Agradecemos à Professora Doutora Arq.^a Leonor Ferrão a referência a este documento.

¹⁴¹ ANTT, *Habilitações ao Santo Ofício*, Luís, maço 39, doc. 636 (Doc. 35 - *Inédito*).

¹⁴² Idem, *Ibidem*, fl. 36v.

¹⁴³ Idem, *Ibidem* fl. 38v.

¹⁴⁴ Idem, *passim*.

que importância teria, na altura, a profissão de cabeleireiro. De qualquer modo, e qualquer que tenha sido a sua verdadeira dimensão, não podemos deixar de considerar bastante estranho este percurso de acesso à profissão de apontador muito diverso, sem dúvida alguma, da prática profissional a que as primeiras gerações desta família nos habituaram...

Um outro Pedro Nunes Tinoco que, como conseguimos apurar, era um legítimo descendente dos nossos arquitectos, provavelmente bisneto de Luís Nunes Tinoco (evidente também na persistência do nome próprio e do apelido) faria, em 23 de Setembro de 1811, uma petição solicitando que lhe fosse passada uma certidão relativa às “ *Moradias que teve seo Avou Pedro Nunes* ” ¹⁴⁵. Estas moradias dizem respeito a um Pedro Nunes, da Casa do Infante D. Luís que, no espaço de 13 anos (entre 1538 e 1555) passava de *moço de câmara a fidalgo - cavaleiro*, como a seguir se descreve ¹⁴⁶:

Casa do Inf. D. Luís, 1538

Item – P(er)o Nunes que foy de dom Bras iijc bj ¾^{as} (= 306 reais e três quartos)

O primr^o que era sem r(en)dal ijc xbij Rs (=1218 reais)

O segnd^o que era sem r(en)dal iic vbij Rs (=1218 reais)

O tercr^o que era sem r(en)dal iic xbij rs (=1218 reais)

O qt^o que foy c(onhe)çid^o.....l ijc xbij rs (=1218 reais)

Casa do Inf. D. Luís, 1555

¹⁴⁵ ANTT, *Desembargo do Paço “Corte e Extremadura”*, Maço 800, Doc. 54 (**Doc. 36 - Inédito**).

¹⁴⁶ ANTT, *Moradias da Casa Real, Casa do Infante D. Luís*, - maço 6, L.^o 2, p. 13, 1538, (*Moço da Câmara do Infante D. Luís*); maço 8, L.^o 3, p.39, 1551, *fidalgos cavaleiros* da mesma casa. Agradecemos ao nosso orientador, Professor Doutor Rafael Moreira, a transcrição deste documento do século XVI.

Item – Pº Nuniz -----bijl (=750) alqueir(es)

Esta descendência de um Pedro Nunes pertencente à Casa do Infante D. Luís poderia levar-nos a supor que se tratava do célebre matemático e cosmógrafo, que também a ela pertenceu, exercendo um papel importante na educação dos filhos de D. Manuel. De acordo com a petição sabemos que se trata do mesmo Pedro Nunes que, no espaço de 13 anos (entre 1538 e 1555) passava de *moço de câmara a fidalgo cavaleiro*. Num primeiro momento poderíamos ser tentados a pensar que este Pedro Nunes era o Cosmógrafo-Mor, professor do Infante. O nome era bastante comum e terá gerado algumas confusões, levando a que, por vezes, ele tenha sido identificado quer com o vedor da fazenda da Índia e reitor da Universidade de Lisboa, quer com um outro Pedro Nunes, Inquisidor em Lisboa em 1565.

Seria Luciano Pereira da Silva (posteriormente confirmado por Joaquim de Carvalho) quem viria esclarecer em definitivo, serem estes personagens diferentes¹⁴⁷. Tendo ido estudar para Salamanca por volta de 1522, casou-se em Espanha com D. Guiomar Áreas de quem teria os seguintes filhos¹⁴⁸:

- D. Isabel da Cunha, falecida em 1621, casada com João Pereira de Sampaio, de quem teve quatro filhos : Apolónio Matias Pereira nascido em 1582, Pedro Nunes Pereira, nascido em 1589, e Rui Pereira de Sampaio, todos solteiros e sem descendência conhecida;

- D. Briolanja, que em 1623 era já falecida, casada com Manuel Lobo da Gama de quem teve as filhas Maria, Inês e Gabriela (freiras em Santa Clara de Elvas e no

¹⁴⁷ Luciano A. Pereira da SILVA, “Os dois Doutores Pedro Nunes”, *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. II nº1 e 4. Coimbra: Imprensa da Universidade: 1914. Nestes artigos esclarece-se definitivamente a polémica sobre a existência destes homónimos, que envolveu, segundo o autor, nomes como Ribeiro dos Santos, Teófilo Braga, Varnhagen, Inocêncio F. da Silva, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, Francisco Maria Esteves Pereira, Augusto Martins e até mesmo Sousa Viterbo, cujos trabalhos analisa em pormenor.

¹⁴⁸ Manuel Sousa VENTURA, *Vida e obra de Pedro Nunes*, 1ª Edição, Lisboa: Instituto de Língua e Cultura Portuguesa, 1985, p. 13 e 14.

Convento do Lorvão) e um filho, D. Francisco da Gama Lobo, que terá morrido solteiro e sem descendência conhecida;

- D. Francisca, falecida também em 1623, no Convento do Lorvão;

- Pedro Áreas e Apolónio Nunes, que viveram e morreram na Índia;- D. Guiomar Coimbra, também falecida em 1623, que ficaria conhecida como *A Dama da cutilada*, em virtude do triste episódio relacionado com Heitor de Sá, que com ela terá quebrado uma promessa de casamento. Deduz-se, assim, que a descendência do cosmógrafo terá terminado na geração dos seus netos, não ficando provada qualquer ligação à nossa família de arquitectos.

Afastada a hipótese de se tratar do célebre Pedro Nunes, e admitindo que este outro Pedro Nunes citado no documento de 1811 está realmente relacionado com a família que estamos a estudar, pelas razões já evocadas, não podemos deixar de salientar os seus laços com um círculo de grande erudição, como foi o da Casa do Infante D. Luís, “ *quarto fructo do Real thalamo dos Augustos Reys D. Manoel, e D. Maria* ” como refere Caetano de Sousa que dele tece um rasgado elogio: “ *Era o Infante de excellentes virtudes, entendido e discreto, explicava-se com graça (...) foy o Infante o fautor do augmento das Sciencias, favorecedor dos eruditos; teve na republica das letras eminente lugar, a que o elevou superior engenho; com grande applicaçã fez um hum Tratado dos modos, proporçoens, e medidas; e outro sobre a Quadratura do Circulo* ”, referindo ainda que na sua Casa havia vinte e dous Cavaleiros Fidalgos que compreendiam ocupações nobres¹⁴⁹. Consultada a lista de Moradores da Casa do Infante em 1555, ano do seu falecimento, publicada também por Caetano de Sousa¹⁵⁰ verificamos que não está referenciado nenhum Pedro Nunes entre os vinte e sete fidalgos cavaleiros nela enunciados, podendo o mesmo ter sido englobado noutra grupo de vinte e dois cujos nomes não são fornecidos (ou, ainda, ser já este Pedro

¹⁴⁹ *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, Tomo III, L^o 4^o, Cap. VIII. Coimbra: Atlântida, Livraria Editora, 1947, p.209, 211, 212 e 213.

¹⁵⁰ *Provas do Livro IV da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, Tomo II, II Parte. Coimbra, Livraria Editora, L.^{da}, 1948, pp. 108 e 109.

Nunes falecido à data). Voltando a analisar com mais atenção os nomes desta lista de moradias, vemos que em 1538 surge logo em primeiro lugar um Pedro Nunes “da casa de D. Brás”, personagem que, para vir referida de uma forma tão sucinta, deverá ter sido bastante conhecida e influente, levando-nos a encarar a hipótese de se tratar de Brás Teles de Meneses, Camareiro-Mor do Infante D. Luís. Brás Teles de Meneses foi pai de Fernão Teles de Meneses, Governador da Índia e depois do Algarve, General da Armada do Consulado, do Conselho de Estado ¹⁵¹, Presidente do Conselho do Estado da Índia, Comendador de Santa Maria da Lousã na Ordem de Cristo, e da de Moura na Ordem de Avis. Casado com D. Maria de Noronha, filha de D. Francisco de Faro, IV senhor do Vimieiro. Fernão Teles de Meneses e D. Maria de Noronha não tiveram descendência, pelo que empregaram toda a sua fortuna como benfeitores do Mosteiro das Carmelitas Descalças, e fundaram a Casa do Noviciado da Cotovia, onde foi colocado o seu túmulo, recentemente redescoberto e atribuído a Pedro Nunes Tinoco, estabelecendo mais uma ligação entre os Nunes Tinoco e esta ordem religiosa ¹⁵², e à própria Casa de D. Brás.

Do mesmo Pedro Nunes Tinoco que fizera a petição em 1811 é, quase seguramente, o pedido de justificação de nobreza feito em 1822, o qual nos ajuda a traçar com mais clareza a descendência de Luís Nunes Tinoco ¹⁵³. Este processo, apesar de conter uma incorrecção ao afirmar que os requerentes que o seu avô paterno Pedro Nunes Tinoco era Doutor pela Universidade de Coimbra e Desembargador da Relação de Goa (confundiram-no com o seu homónimo tio, irmão de Luís Nunes Tinoco), vem comprovar uma série de informações que já possuíamos ou adivinhávamos.

Luís Pedro Nunes Tinoco, neto de Luís Nunes Tinoco, começou a sua vida como cabeleireiro e cidadão almotacé. Posteriormente nomeado Apontador no Arsenal, de

¹⁵¹ Caetano de SOUSA, *Historia Genealogica...*, ob. cit., *Hist. Genealógica*, Tomo IX, Livº VIII, Coimbra: Atlântida, Livraria Editora, 1951, p.333.

¹⁵² Assunto que retomaremos quando falarmos da obra deste arquitecto.

¹⁵³ ANTT, *Feitos Findos, Justificações de Nobreza*, mç. 30, n.º 33 (**Doc. 37 - Inédito**).

acordo com os documentos aqui revelados ¹⁵⁴, ascendeu a Cavaleiro Fidalgo da Casa Real, e a Escriturário da Contadoria Geral da Intendência das Reais Obras Públicas, sendo neto pela parte materna de Manuel do Valle, Escrivão da Mesa Grande da Alfândega. Do seu casamento com Ana Joaquina Rosa de Viterbo do Valle teve os filhos Marianna Victoria de Aguiar e Miranda Tinoco (que vai buscar o apelido Aguiar e Miranda à sua bisavó, segunda mulher de Luís Nunes Tinoco) e Pedro Nunes Tinoco que, juntamente com Anacleto Pedro Nunes Tinoco (seu filho) assinam a petição de justificação de nobreza. Este parece último parece ter seguido uma carreira militar no Brasil, de acordo com a referência que o dá como capitão da Fortaleza de S. João da Barra do Rio de Janeiro ¹⁵⁵.

5. O Capitão Paulo Nunes Tinoco e a defesa de Pernambuco.

A 9 de Junho de 1628, Filipe III nomeava Capitão de Infantaria um tal alferes Paulo Nunes Tinoco, para ir servir na Baía pelo espaço de seis anos, de acordo com a respectiva carta de nomeação a qual nos diz, também, que este tinha já servido na Flandres ¹⁵⁶. Esta sua nova missão, integrando o exército que no Brasil combatia na guerra contra os holandeses (certamente comandado pelo general Matias de Albuquerque que nesse mesmo ano, partindo de Lisboa, fora nomeado para o fazer), justifica plenamente a habilitação deste outro Nunes Tinoco à Ordem de Cristo pois a Ordem tinha, como primeira e principal obrigação para os seus cavaleiros, pelear

¹⁵⁴ Cf. **Docs. 34 e 35 - Inéditos**.

¹⁵⁵ “Lista das pessoas empregadas na Administração Pública desta cidade [Rio de Janeiro], Almanaque da cidade do Rio de Janeiro em 1792”, in *Anais da Biblioteca do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

¹⁵⁶ ANTT, *Chancelaria de Filipe III*, L^o 17 *Doações*, fl 237 (**Doc. 38 - Inédito**).

contra os inimigos da fé cristã ¹⁵⁷ . Com efeito, em Janeiro do ano seguinte ao da sua nomeação como capitão, teria início o respectivo processo de habilitação deste Nunes Tinoco à referida Ordem, no qual se pede dispensa para o impedimento que representava o ofício mecânico de seu avô materno (pasteleiro) o que, de acordo com os mesmos Estatutos, impedia o acesso à Ordem aos filhos e netos de profissão mecânica ¹⁵⁸ . Nas respectivas consultas, vemos pela carta de mercê datada de 15 de Outubro de 1629, que Paulo Nunes Tinoco se encontrava já no Brasil ¹⁵⁹ . Em 8 de Fevereiro de 1630 seria passado, finalmente, alvará para ser armado cavaleiro, carta de hábito e profissão, ordenando o rei que a “ (...) *qualquer cavaleiro professo da dita ordem morador no Estado do Brasil a que este meu Alvará for apresentado q dentro qualquer Igreja ou mostr.º do dito estado Armeis cavaleyro a paulo nunes Tinoco (...) para o qual acto poderei mandar requerer a dous caval.ºs mais della para seus padrinhos (...)* ” com obrigação de mandar ao Convento de Tomar, no espaço de seis meses a contar dessa data, ordem para se fazer no *Livro de Matrículas* o seu registo ¹⁶⁰ .

Encontrámos, ainda, outros documentos referentes a este possível familiar dos nossos arquitectos. Em 1630, no mesmo ano em que foi nomeado cavaleiro, Filipe III fazia-lhe a mercê da Capela do Vodo em S. Martinho d'Árvore junto a Coimbra ¹⁶¹

¹⁵⁷ *Definição e Estatutos dos Cavalleiros, e Freires da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, com a História da origem e princípio della*, Lisboa: Pedro Craesbeeck, impressor del Rey, 1628, Parte I, Titº XI.

¹⁵⁸ *Definição e Estatutos dos Cavalleiros...*, ob. cit., Parte I, Título XVIII.

¹⁵⁹ ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Consultas*, Lº 31, fls. 85 e 85v (**Doc. 39 - Inédito**). Isto é patente também na respectiva habilitação (ANTT, *Habilitações à Ordem de Cristo*, Letra P, Maço 11, nº 32 – **Doc. 40 - Inédito**).

¹⁶⁰ ANTT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, Lº 26, fls 73v a 74v. (**Doc. 41 - Inédito**). De acordo com os estatutos (Parte I, Título XX) os cavaleiros deveriam ser armados em Lisboa na Igreja da Conceição, na Capela Real ou na Igreja de Nossa Senhora da Luz, à excepção daqueles que se encontravam fora do Reino.

¹⁶¹ ANTT, *Chancelaria de Filipe III, Privilégios*, fl. 255 e 255v (**Doc. 42 - Inédito**). Carlos Alberto Ferreira de Almeida refere um outro manuscrito datado de 16 de Março de 1633, existente na Biblioteca Nacional da Ajuda (51-VI-7, fl.42), correspondente a uma carta de resposta do Rei a uma consulta do Desembargo do Paço sobre esta mercê. *Inventário dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do; Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros, p.219. Diz-nos Bluteau, sobre o Vodo ou Bodo “Antigamente se ajuntavão em hum certo dia do anno o Juiz, & irmãos de muitas Irmandades, & com o dinheiro, que davão, compravão boys, vaccas, & varias cousas comestíveis; das quaes já cozinhadas davão oas pobres, & tan bem elles comião, & para se conservar*

(mercê que o obrigava a servir no Brasil por oito anos, dois anos a mais do que consta na sua nomeação para Capitão na Baía) e, em Maio de 1637 são-lhe concedidos 1000 cruzados (bem como 400 ao seu Ajudante Fr.^o Roiz) para a dívida dos seus resgates pagos na *Rendição dos Cativos*, por terem sido feitos prisioneiros pelos holandeses no cabo de Santo Agostinho ¹⁶². Neste documento podemos vislumbrar um pouco da atribulada passagem deste cavaleiro pelo Brasil e em parte testemunhada, posteriormente, por diversos cronistas: nele se afirma que, estando ao serviço do rei havia mais de dezasseis anos (pelo que deve ter iniciado a sua carreira como militar por volta de 1620), os últimos dos quais no referido Cabo, comandando oito companhias de Infantaria, ele e o seu ajudante “ (...) *foraõ tomados de olandeses, e largados em Indias, & vindo daly foraõ cativos de turcos, & levados a Sale (...)* ” ¹⁶³. Na *Nova Lusitania, História da Guerra Brasília* ¹⁶⁴ são descritas as peripécias por que

este costume deixavão huns duas ou mais oliveiras; ou algumas terras de pão, ou de vinha. Porem os Reys de Portugal tomarão tudo isto a si, & o repartirão em capellas, que dão em vidas (...) ” (*Vocabulário portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos...*, Vol. II, pp.139 e 140, Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712). As festividades do Bodo ficariam ligadas às do Espírito Santo, promovidas pela Rainha Santa Isabel. Em S. Martinho d’Árvore, perto de Coimbra, recuam pelo menos à primeira metade do século XVI, como o atesta alvará de D. João III datado de 20 de Março de 1535, mandando ao corregedor que das rendas dos casais do bodo de São Martinho de Árvore se digam as missas como antigamente, e o sobejo se destine aos enjeitados. A.H.M.C., *CARTAS/E ORDENS/A CAMARA*, fl.150, (<http://www.cm-coimbra.pt/dmdocuments/catalogo%20actualizado%20AHMC.pdf>), p.26. [Consulta de 9/3/2012]

¹⁶² Cf. **Doc. 43 - Inédito**.

¹⁶³ ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens*, Registo Geral de Portarias, l.^o 101, fl. 13v. (**Doc. 43 - Inédito**). Salé, colónia fenícia na Antiguidade, desempenhou um importante papel na política ibérica dos séculos XVI e XVII. Com efeito, a sua posição estratégica na margem direita da foz do rio Bou Regreg, fizeram com que fosse cobiçada nomeadamente pelos portugueses que, no século XVI, pensaram mesmo na sua integração. Em 1610, após a chegada de mouriscos expulsos de Espanha por Filipe III (II de Portugal), ganharia importância como local para refugiados religiosos, reforçando a sua actividade comercial. Tornando-se independente do sultanato em 1619, foi também um importante centro de pirataria, especialmente durante o governo de Van Haarlem, pirata holandês que a governou até 1627. Após esta data Rabat e Salé formaram a república Bou Regreg. Neste período (que coincide com a captura de Paulo Nunes Tinoco), começava já a perder a sua importância, apesar dos seus piratas só terem sido controlados a partir do início do século XIX.

¹⁶⁴ Francisco de Brito FREYRE, Lisboa: na Oficina de Joam Galram, 1675. Brito Freire foi por duas vezes Almirante da armada portuguesa no Brasil, tendo libertado Pernambuco do domínio holandês em 1654, vindo a ser seu Governador entre 1661 e 1664.

passaram os homens enviados para o Brasil para defender Pernambuco, comandados pelo já citado Matias de Albuquerque. Em 1631, Paulo Nunes Tinoco fazia parte dos capitães que ele deixava ao Mestre de Campo Dom Cristóvão Mexia Bocanegra e ao Sargento-Mor Dom Fernando de Lodueña para defender a Baía ¹⁶⁵. No ano seguinte, uma tentativa de assalto ao forte de Santo Agostinho levaria Matias de Albuquerque a decidir-se pela construção do Forte da Nazareth, sob orientação do experiente João Vicencio Sanfeliche, Conde de Bagnolo, que não deixou de condenar a eleição do lugar, pela distância da barra e a incapacidade do terreno.

Em 1635 Paulo Nunes Tinoco integraria o grupo de capitães enviados como guarnição para este Forte, tendo por Governadores Pedro Correia da Gama (que também estivera na Flandres), Sargento-Mor do *Estado e do Terço* de Portugal, e Luís Barbalho Bezerra ¹⁶⁶. No mesmo ano tentou o inimigo conquistar o Cabo de Santo Agostinho, tendo os nossos sido socorridos pelo Sargento-Mor Luís Barbalho, acompanhado dos capitães Francisco de França, Dom José de Souto de Ponce de Leon, Estêvão Alvarez, Dom Bernardo Soárez, Antonio de Gouveia e Pedro Teixeira. “ *Com morte de corenta & cinco , rechaçáraõ de dentro do reduto os inimigos. Duzentos, que a tiro de mosquete do Forte, commeteram depois a trincheira da Agoa, guarnecida dos Capitaës Teixeira, França, e Paulo Nunes, á custa de dezoito se retiraraõ (...)* ”, tendo por fim capitulado às mãos dos holandeses em 2 de Julho de 1635 “ *E com as novas da sua retirada, (por não terẽ nenhũa esperança em sy mesmos os Sitiados) capituláraõ a dous de Julho, na forma do Real; & ficou o Capitaõ Dom José de Soto Ponce de Leon,*

¹⁶⁵ Idem, *Ibidem*, Livro Quinto, pp. 213 e 214. Para além de Paulo Nunes Tinoco os outros capitães eram, nas palavras de Albuquerque “ *Dom Nuno Mascarenhas, irmão do Conde da Palma, Dom Fradique da Camera, tio do Conde da Ribeira Grande, Rodrigo de Miranda Henriquez, que foi Governador de Angolla, Dom Affõso de Mello, Antonio de Brito de Castro, Dom José de Gavira, Dom Diogo de Alcedo. Paulo Nunez Tinoco. Marcos de Torres, Alferes da Companhia do Mestre de Campo* ”.

¹⁶⁶ Idem, *Ibidem*, p. 324. Para além de Paulo Nunes Tinoco, os capitães que integravam a guarnição eram os seguintes: “ *João Babilão de Sousa, Paulo Nunes Tinoco, Pedro Teixeira Franco, Fernão da Silva de Miranda, Dom Christóvão de Villa-Vicencio, Dom Fernando Soarez de Laxára, Dom José de Soto Ponce de Leon, Dom Jeronimo de Loma Mexia, Francisco de França, Martim Munhós, Francisco de Léon, Estevão Alvarez, Antonio de Gouveia, Pedro Palomo e Lourenço Vaz Cerqueira* ”.

em refés pela segurança, tend das embarcações, que os hiaõ lançar nas Indias (...) “. Há muito sem provisão de mantimentos, “ *nem de animal imundo* ” ¹⁶⁷, a guarnição do Forte foi então mandada para a Holanda por Sigismundo Schkoppea a quem seria entregue a fortaleza no dia dezasseis do mesmo mês, de acordo com o tratado de rendição por ele assinado e pelos portugueses Pedro Correia da Gama e Luis Barbalho. Nele se estabelecia ainda que toda a Infantaria e religiosos fossem embarcados para as Índias de Castela (acompanhados pelo Capitão de Artilharia Lourenço Vaz e restantes artilheiros) aos quais seriam fornecidos, durante a viagem, mantimentos e assistência como se fossem simples soldados.

Está, assim, justificada a “esmola” de mil cruzados concedida pela Mesa da Consciência e Ordens em 1637 para ajuda do resgate de Paulo Nunes Tinoco, a quem perdemos o rasto depois desta data, desconhecendo se teria regressado ao Brasil, como aconteceu com alguns dos seus mais notáveis companheiros de armas, como Luis Barbalho e Matias de Albuquerque, este último descrito pelo cônsul francês em Lisboa como “ *verdadeiro homem de combate, entendido em matemática e fortificação* ” ¹⁶⁸. Paulo Nunes Tinoco deverá ter tido a seu cargo não apenas a defesa

¹⁶⁷ Alexandre José de Mello MORAES, Ignácio Accioli de Serqueira e SILVA, *Memorias diarias da guerra do Brasil por espaço de nove annos: começando em 1630, deduzidas das que escreveu o Marquez de Basto, Conde e Senhor de Pernambuco*, Rio de Janeiro: Tipografia de M. Barreto, 1885, p.113.

¹⁶⁸ Paulette DEMERSON, “Correspondance diplomatique de François Lanier, résidant de France à Lisbonne 1642-44”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, 1994-96, vol. XXXIII, p. 812. *Apud* Leonor Freire COSTA, Mafalda Soares CUNHA, *D. João IV*, 1ª ed., Lisboa: Círculo de Leitores, Rio de Mouro: 2006, P.132. Luís Barbalho Bezerra viria a ser Governador do Rio de Janeiro de 1643 a 1644, data da sua morte. Quanto a Matias de Albuquerque teria que passar por muitas outras vicissitudes. Nascido em Olinda, filho de Afonso de Albuquerque, ocuparia importantes cargos de chefia no Brasil sucedendo, nomeadamente, a Diogo Furtado de Mendonça quando este foi feito prisioneiro pelos holandeses. Chamado à Corte em 1626 voltaria ao Brasil nos finais de 1629. De regresso ao continente em 1635, seria responsabilizado pela perda de Pernambuco o que lhe valeu a prisão no Castelo de S. Jorge até ao final do domínio filipino. No entanto, após a Restauração a sua vida não terá sido mais tranquila, como se pode ver pelas suspeitas de envolvimento numa conspiração contra D. João IV. Preso na Torre de Belém, as suspeitas inflamadas pelo Conde do Vimioso, tinham como principal fundamento o facto de o seu irmão Duarte de Albuquerque, donatário da Capitania de Pernambuco, ter ficado em Madrid mas, na realidade, devem ter estado mais relacionadas com lutas de influência política no seio da Corte (*D. João IV*, ob. cit., p.132). Provada a sua inocência, o Rei recorreria frequentemente à sua perícia, embora nem sempre lhe tenha mostrado o seu reconhecimento . Nomeado 1º (e único) Conde de Alegrete, em 1 de Julho de 1644 após a sua vitória na Batalha do Montijo, travada em 25 de Maio

de alguns fortes, mas também a sua construção. Existe, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, um atlas manuscrito composto por seis plantas da Baía, das quais quatro estão assinadas “Tinoco”, cuja autoria tem sido atribuída a Pedro Nunes Tinoco, como ainda hoje se pode ver no respectivo catálogo ¹⁶⁹, atribuição essa feita já por Sousa Viterbo ¹⁷⁰. Analisado o seu conteúdo, vemos que os locais nelas constantes coincidem com os fortes onde esteve Paulo Nunes Tinoco, razão pela qual pensamos ser ele o seu autor.

Não nos foi possível encontrar o registo de Paulo Nunes Tinoco no referido livro de matrículas da Ordem de Cristo, bem como no das respectivas provanças, registos esses que nos poderiam fornecer informações mais completas sobre a sua ascendência, e uma mais que possível relação com a nossa família de arquitectos, em virtude do seu nome e apelido. Uma vez mais vimos goradas as nossas expectativas, pois não tendo encontrado as mesmas, a sua inexistência foi-nos confirmada por um outro livro da Mesa da Consciência e Ordens destinado ao registo dos processos de provanças inexistentes no qual se pode ler na página de abertura: “ *Servio Pantalleao*

contra o Barão de Mollingen, seria substituído em 1645 pelo Conde de Castelo Melhor, o que se revelaria um desastre para o exército português. Chamado pelo Rei para reassumir o comando em 1646, apresentaria a sua demissão após a derrota na Batalha de Televe, e regressaria ao Brasil, onde casou com D. Isabel da Câmara, filha do moço fidalgo Rui Gago da Câmara.

¹⁶⁹ FBN, Rio de Janeiro, cart1082406. Segundo se pode ver nos registos desta biblioteca, este manuscrito comprado no leilão da Biblioteca dos Castelo Melhor em 1879, é composto pelas seguintes cartas: fl.1 - Desenho da Bahia de todos os Santos no Estado do Brasil?; fl.2 - Desenho da fortificação q por orde de Diogo Ivis D. Oliveira ... ; fl.3 - Desenho da costa do mar de A barra da Bahia ...; fl.4 - Desenho do morro de S. Paulo ...; fl.5 - [Litoral do Recife] ; fl.6 - Folha anexa com informações sobre o atlas.A última carta é atribuída a João Teixeira Albernaz I em *Portugaliae Monumenta Cartographica*. v.5, p.142. O catálogo da Biblioteca do Rio de Janeiro dá-nos, ainda, 1641 como o da morte de Pedro Nunes Tinoco o que já vimos não estar correcto quando tratámos da sua biografia, pois ele terá falecido em 3 de Outubro de 1640 de acordo com o respectivo óbito atrás referido.

Nesta biblioteca existe ainda outro mapa também atribuído a Pedro Nunes Tinoco, assinado por Gonçalo Pires de carvalho, datado de 1631-33, o qual tem o carimbo da Biblioteca Nacional Publica da Corte. Este mapa deveria fazer parte de um outro conjunto, da Biblioteca da Ajuda (51-IX-21) o qual “*Descripçam da Barra do Reino de Amgolla q esta em altura de 8 graos emes : em aqual semostras as bahias em todas as entradas q nella ha como serce pelas declaracois neste alfabeto aqui apontadas*”.

¹⁷⁰ *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos...*, ob. cit., Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Volume III, p.119.

Figueira o meu officio da meza da Cons.^{cia} desde o principio do anno de 648 athe o de 663. E das provanças que no ditto tempo se fizeraõ faltaó as seguintes da ordé de Xp.º
" ¹⁷¹.

De acordo com os *Estatutos e Definições dos Cavaleiros* da Ordem de Cristo, e em virtude dos objectivos por ela estabelecidos “ *Como o intento desta sancta Milicia he pelejar contra os inimigos da Cruz de Christo com forças corporaes, & armas (...) nem passaraõ de sincoenta, nem seraõ menos de dezoito*” ¹⁷² quando foi nomeado Cavaleiro em 1630, Paulo Nunes Tinoco não deveria ultrapassar os limites etários por ela imposta, pelo que o seu nascimento só poderá ter ocorrido entre 1580 e 1612 sendo, como tal, da geração do arquitecto Pedro Nunes Tinoco ou da dos seus filhos. Sabemos já, pelo assento de óbito de Álvaro Gomes, que este era casado em segundas núpcias com Maria Soares quando faleceu. Percorrendo os registos paroquiais de Santa Catarina, deparámos com o baptismo do filho de um casal homónimo, em 1601, também de nome Paulo ¹⁷³, que nos levou a crer ser mais do que uma simples coincidência, e que era possível tratar-se deste cavaleiro (o testamento de Álvaro Gomes que, como atrás dissemos, não nos foi possível localizar, poderia ajudar a esclarecer um pouco mais este assunto). Esta hipótese foi, no entanto, desfeita quando deparámos com um manuscrito que transcreve alguns dos hábitos atribuídos

¹⁷¹ O processo de Paulo Nunes Tinoco figura com o nº 3, na letra P. Apesar de conter alguma incorrecção (o processo de Paulo Nunes Tinoco é anterior ao espaço cronológico nele referido), é notório que as provanças faltam já desde longa data, e que esta anotação terá já sido feita posteriormente ao período em que Pantaleão Figueira terá exercido o seu cargo. Com efeito, este livro não pode recuar mais do que a finais do século XVII pois no seu índice se anota que falta, também, a primeira parte das provanças de Luís Nunes Tinoco (n.º 15 da letra L), cuja habilitação data de 1685, como atrás vimos a propósito da morte de seu irmão, o Dr. Pedro Nunes Tinoco.

Curiosamente, o nome de Paulo Nunes Tinoco não figura num outro documento existente na Biblioteca Nacional de Madrid (Ms. 938) com o título *Catálogo de caballeros de la Orden de Cristo (1579-1631). Papeles tocantes al hábito de Cristo de Portugal.*, publicado por Juan de Ávila Gijón GRANADOS “La bibliografía de la Orden Militar de Cristo (Portugal). Del manuscrito al soporte electrónico”, in *Via spiritus*, 9, Porto: Faculdade de Letras, 2002, pp 349-428.

¹⁷² *Definição e Estatutos dos Cavalleiros...*, ob. cit., Titº XIX, § XII.

¹⁷³ ANTT, *Registos Paroquiais da Freguesia de Santa Catarina*, Lº 2º Baptismos, (1591- 1614), fl. 78 : Paulo (à margem). *Julho de 601 anos. #Em os 7 B. o p.º Cosme piz paulo f.º de alv.º gomes e m.º / Soares. p. Andre machado.*

no início do século XVII, no qual se esclarece definitivamente a origem deste outro Nunes Tinoco ¹⁷⁴: filho de Pedro Dias Tinoco, e de Maria Nogueira, teve como avós paternos Diogo Ennes Castro Verde e Catarina Nunes, lavradores de Santo António do Tojal, e por avós maternos Gonçalo Nogueira, pasteleiro (o que implicou, como já vimos, uma consulta para a dispensa do impedimento da sua profissão mecânica) e Isabel Mendes, naturais de Lisboa, e também de Santo António do Tojal.

Desfeita a possibilidade do enigmático Cavaleiro da Ordem de Cristo, cujo nome ficaria ligado à defesa do Brasil, poder ser um meio irmão de Pedro Nunes Tinoco (o que seria para nós muito mais aliciante, na medida que representava mais um elo importante desta família com a nossa História), não podemos pôr de parte a hipótese de se tratar de um familiar próximo, dada a estranha coincidência de apelidos. Talvez se trate de um primo por via materna (pela qual se herdava frequentemente o apelido), uma vez que a mãe de Pedro se chamava Grácia Nunes Tinoco, como atrás ficou provado. Ou, mais provavelmente, de uma coincidência resultante da junção dos apelidos dos pais de Paulo, a qual não invalida a hipótese de tentativa de identificação com a família dos nossos arquitectos, pois Pedro Nunes Tinoco era então um arquitecto já de bastante prestígio.

6. As Habilitações ao Santo Ofício. João Nunes Tinoco e um secreto amor.

Vimos já que as habilitações à Ordem de Cristo de Luís Nunes Tinoco não desvendaram a origem desta família, por estar incompleto o respectivo processo. Um

¹⁷⁴ BN, *Secção de Reservados*, Cod. 1335, *Genealogias várias*, fl.84. Este manuscrito foi publicado na íntegra por A. Botelho da Costa VEIGA com o título *Ementas de Habilitação de Ordens Militares no princípio do século XVII*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1931. É muito curiosa, também, a referência a dois nomes nossos conhecidos: na fl.7, com a data de 1625, a atribuição do hábito da Ordem de Cristo ao Doutor Antão Alves Sanches, Corregedor Cível da Corte, filho do “Arquitecto do Cardeal Infante”, Manuel Pires Dantas. A novidade reside na referência ao nome completo deste arquitecto, até agora conhecido apenas como Manuel Pires, de que nos dá notícia Sousa VITERBO (*Dicionário...*, ob. cit., Vol. II, p. e, na folha 88, hábito a Tomás Lavanha, filho de João Baptista Lavanha e de Leonarda de Mesquita, tendo como avós paternos Luís de Lavanha, que fora corrector de câmbios e, depois, da fazenda, e Geronne darça, “*gente da nação e por esta parte dispensado por S. Sanctidade*”, e por avós maternos Álvaro Nunes de Negreiros, e Filipa de Mesquita, “*gente honrada do serviço do Duque de Aveiro*”.

outro documento viria a ser a peça fundamental para, finalmente, se conhecer a origem desta família. Trata-se das *provanças das habilitações ao Santo Ofício*, nas quais conseguiríamos encontrar os elementos que nos permitiriam estabelecer, ainda que com algumas lacunas, a genealogia dos Nunes Tinoco. Sousa Viterbo referira já a participação de Luís Nunes Tinoco na *Fábrica do Auto de Fé* que se celebrou no adro da Igreja de S. Domingos em 9 de Novembro de 1698, de acordo com um manuscrito que vira em Lisboa ¹⁷⁵, à semelhança do que acontecera com o seu pai e o seu avô. Mais recentemente, Isabel Drumond Braga publica um documento de Luís Nunes Tinoco referente a este auto ¹⁷⁶, onde ele confirma essa participação em autos anteriores (documento que analisaremos quando nos debruçarmos sobre a sua actividade).

Estabelecidas as ligações desta família ao Santo Ofício, através das obrigações profissionais que o seu estatuto de arquitectos reais implicava, faltava só estabelecer outro tipo de ligação, como *familiares* do mesmo. São precisamente essas ligações profissionais que tem com o Santo Ofício que levam Luís Nunes Tinoco a solicitar, em 1698, a sua admissão como familiar, tal como o faria seu filho Pedro Nunes Tinoco em 1705 ¹⁷⁷, embora este último não continuasse já a tradição profissional da família. Passemos a analisar, então, os importantes dados revelados nas suas *provanças*.

No processo de habilitação de Luís, por informações datadas de 31 de Janeiro e de 12 de Março de 1699, respectivamente, se informa ser o mesmo Luís merecedor de ser admitido como familiar da Inquisição, não só pela limpeza de sangue dos seus

¹⁷⁵ *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos...*, ob. cit., Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Volume III, pp. 118.

¹⁷⁶ “Para Triumpho da Fé e mayor gloria de Deos: o Cadafalso do Auto da Fé de Lisboa de 1698 segundo o Projecto do Architecto Luis Nunes Tinoco”, in *Artis*, Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, nº 4, Lisboa: 2005, pp. 191-204.

¹⁷⁷ ANTT, *Habilitações ao Santo Ofício*, Maço 14, nº 331, Caixa 3158. (**Doc. 44 – Inédito**). O processo de Luís constitui uma capilha anexa ao processo de seu filho Pedro, na qual se pode ler na respectiva folha de rosto: *DILIGÊNCIAS DE LIMPEZA DE / SANGUE E GERAÇÃO Q SE FIZERAÕ A LUIS / NUNES TINOCO Pª SER FAMILIAR E NAÕ / TIVERAÕ EFEITO POR FALTA DE NOTICIAS*. Destes dois extensos processos, de que constam os interrogatórios para apuramento de limpeza de sangue dos respectivos antepassados, optámos por transcrever apenas os elementos que nos desvendassem e completassem os dados biográficos, nomeadamente no que diz respeito à filiação do arquitecto Pedro Nunes Tinoco.

familiares e de sua mulher (de quem estava já viúvo), mas também “ (...) *porq. desta sorte nos possamos servir delle nas occasioés que succederem (...)* ”¹⁷⁸. Esta “utilidade” de Luís Nunes Tinoco justificava-se, sem dúvida, pela sua participação como arquitecto nos Autos da Fé que se realizaram no Adro de S. Domingos, respectivamente em 1694 e em 1698, de acordo com o parecer dado no processo a Dezembro de 1698 “ (...) *fazendo p.^a esse effeito todas as Plantas, e dando aos off.^{es} as clarezas, e noticias necessr.^{as} com q. obraraõ tudo pela sua direcção, como he notório (...)* ”¹⁷⁹. Embora fosse já conhecida, como vimos, a sua participação no Auto da Fé de 1698, desconhecíamos que tivesse trabalhado também no de 1694, confirmando-se, ainda, a participação de seu pai e avô nos que se celebraram nos anos antecedentes, como nestes documentos vem mencionado. Apesar de todas estas informações abonatórias, Luis Nunes Tinoco não seria admitido a *familiar* por falta de algumas provas necessárias para o efeito, como se pode depreender da folha de rosto do respectivo processo de habilitação, onde se refere que as diligências “ (...) *não tiveram effeito por falta de notícias (...)* ”.

Que informações faltaram, então, ao processo? Na petição assinada por Luís Nunes Tinoco de 6 de Junho de 1699 (Luís teria de fazer mais do que uma petição, como se pode verificar pelos despachos, juntando sucessivas informações) confirma-se que à data era já viúvo de D. Maria de Aguiar e Miranda, repetindo-se os dados relativos aos seus filhos constantes de documentos por nós anteriormente referidos (testamento, habilitação à Ordem de Cristo, etc). A par destas informações, estabelece-se a genealogia completa até aos seus avós incluindo, como tal, Pedro Nunes Tinoco. Luís declara, assim, ser “ (...) *f.^o Legt.^o de Joaõ Nunez Tinoco, Architecto de S.Mg.^e, n.^{al} desta Cid.^e baptizado em S.^{ta} Cat. de Monte Sinai. E de M.^a P.^a de Souza, n.^{al} desta Cid.^e baptizada na Freg.^a da Conceyção; ambos já falecidos (...)* ”¹⁸⁰, e neto,

¹⁷⁸ Idem, *Ibidem*, fls. 3 e 4.

¹⁷⁹ Idem, *Ibidem*, fls. 5.

¹⁸⁰ Os dados referentes à sua mãe como à primeira mulher de Pedro Nunes Tinoco, vêm já referidos na partilha de bens entre os seus herdeiros, qual nos revela ainda dados sobre a primeira mulher de Pedro Nunes Tinoco, Maria Ribeira. Pedro Nunes Tinoco Morava, em 1613, na Rua da Rosa das Partilhas, junto aos Fiéis de Deus, de acordo com o instrumento de compra que ele e Maria Ribeira fizeram, em 6 de

pelo lado paterno, de “ (...) Pedro Nunez Tinoco, Architecto de S. Mg.^e n.^{al} desta Cid.^e. e m.^{er} M.^a Ribr.^a Leytoa n.^{al} de Bemfica, baptizada na freg.^a de N. Sr.^a do Amparo, termo desta Cid.^e. moradores q forão na Rua da Roza do Carvalho, freg.^a de N.^a Sr.^a das M.^{ces}. esta M.^a Ribr.^a foi f.^a de André Ribr.^a q depois de viúvo se fez clérigo e foi cura de S. Romão do Lugar de Carnichide; E também depois foi cura de Alcabedeche (...) ”¹⁸¹. Neste documento, onde se estabelece a sua genealogia, vemos ainda que pela parte materna Luís tinha já familiares ligados ao Santo Ofício (dois sobrinhos da sua avó), e que a sua mulher era filha de “ Francisco Jorge Fragozo, Corrieiro de S. Mg.^{de} e Rei de Armas da Índia ”. Embora estivéssemos agora na posse de mais alguns dados biográficos continuava, no entanto, por apurar a filiação do arquitecto Pedro Nunes Tinoco, a qual só viria a ser desvendada nas inquirições que se juntaram a este processo. Com efeito, dele constam alguns documentos nos quais se fazem surpreendentes revelações: diz-se que Pedro Nunes Tinoco foi “ (...) f.^o de Álvaro Gomes Medidor das Obras desta Cid.^e e de Gracia Nunez Tinoca; todos n.^{es} desta Cid.^e m.^{res} no Bairro de S. Roque (...) ”¹⁸².

Esta revelação é da máxima importância pois, para além de nos esclarecer, finalmente, quanto à sua origem, mostra-nos que Pedro Nunes Tinoco continuava uma velha tradição de aprendizagem, feita no seio da família (convém lembrar ainda que, segundo o testamento que revelámos, o seu irmão Manuel Quaresma era também, medidor das obras da cidade), aprendizagem essa que Pedro Nunes Tinoco completaria na Aula do Paço da Ribeira, na qual fora admitido em 1604 como aprendiz, como convinha ao emergente estatuto de arquitecto.

Quem era, afinal, este Álvaro Gomes? Num primeiro impulso, procurámos localizá-lo no indispensável *Dicionário* de Sousa Viterbo. Sem entrada própria,

Dezembro desse ano, a Manuel João lavrador, morador na Damaia, freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Benfica, de umas casas nesse lugar. ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa*, nº 11 (actual 3), Lº 122, fls. 141v a 144 (Vitor SERRÃO, *Documentos dos protocolos...*, ob. cit., p. 20).

¹⁸¹ ANTT, *Habilitações ao Santo Ofício*, Maço 14, nº 331, Caixa 3158, fl. 5.

¹⁸² Idem, *Ibidem*, fl. 10.

tentámos em Pedro Nunes (lembrando-nos daquele antepassado, da Casa do Infante D. Luís) encontrando, então, três registos. O primeiro, fala-nos do mestre de pedraria do Paço de Santarém nomeado para o cargo por D. Manuel em 1504 (data que se nos afigura bastante recuada)¹⁸³; o segundo, refere o célebre Pedro Nunes, hipótese por nós já anteriormente afastada¹⁸⁴. Por fim, vem referenciado um terceiro Pedro Nunes (talvez descendente do primeiro), como mestre pedreiro responsável pela reconstrução da Igreja de Santa Catarina do Monte Sinai em Lisboa, obra de referência para a época, na qual vem referida também a sua substituição por seu filho Álvaro Gomes em 1583, data da sua morte, mostrando como a tradição familiar continuava a constituir uma das principais fontes de transmissão de conhecimentos (senão mesmo a principal), e levando a admitir que os primeiros passos da aprendizagem de Pedro Nunes Tinoco se fizeram, quase seguramente, numa das mais importantes obras de Lisboa de então¹⁸⁵. No contrato de reedificação transcrito por Sousa Viterbo, são explicitas as razões que levaram a Mesa a escolher Pedro Nunes entre os oficiais que apresentaram os respectivos orçamentos¹⁸⁶: “ (...) sairão algũs ofiçiais antre os quais forão fernão dalvareze eitor barreiros e p.º nunez e outros pedrejros a cada hũ dos quais lhe forão dados apontam.^{tos} cõ declaração da calidade e sustança da obra f.^{tos} per a.º alvarez procurador da dita meza e trasladados por my escrivão e asim lhe foi mostrada a traça da dita obra, o que tudo por elles visto depois de algũs dias se Resolverão e vierã a dita meza cada hũ cõ seus apontamêtos e presos ã cada cousa por elles asinados, os quais eu escrivão tomej e dej delles Relação na meza e por algũs dias praticado sobre iso e f.^{tas} contas e tudo tenteado, tomados pareceres de pessoas que o entendião sobre a disparidade deles, asentarão que o dito procurador cõ a enformação que se tinha tomada poseçe os presos da dita obra é o que parece justo, e rezão e que poe eles se dese a p.º nunez casado e m.^{or} nesta cydade

¹⁸³ Sousa VITERBO, ob. cit, Vol. II, pp. 200 e 201.

¹⁸⁴ Idem, *Ibidem*, Vol. II, p.202.

¹⁸⁵ Idem, *Ibidem*, Vol. II, pp.202 a 216.

¹⁸⁶ Idem, *Ibidem*, Vol. II, p.214.

*na Rua da Rosa freguezia desta Igreja e esto posto que ouueçe outros lanços mais baixos q o seu por ser oficial mais antiguo e abastado e freges desta Igreja e se prosomir delle que o fará melhor que todos, e chamado ho dito p.^o nunez e mostrado os apontamentos na manr.^a emendados que pareceo bem ao dito procurador e mais ofiçiais, e perguntado se os queria aseitar forão por elle ã parte Reprycados o que visto por todos e alterquado sobre iso por final se Resumirão darẽ a dita obra ao dito p.^o nunez pelos preços e condisois adiante declarados os quais elle aseitou e foi contente fazer “. Pedro Nunes era, como se prova, um profissional conceituado e abastado, condições que lhe valeram a adjudicação do contrato para Santa Catarina, apesar de não ter apresentado a proposta mais baixa. Morador na Rua da Rosa, onde tradicionalmente moravam pedreiros e architectos importantes, o avô de Pedro Nunes Tinoco deve ser o pedreiro que aparece em 1569 no *Livro do Lançamento e Serviço que fez a Cidade de Lisboa*, a pagar cento e cinquenta mil reis, quantia elevada para a época ¹⁸⁷.*

A participação de Pedro Nunes Tinoco, no seguimento de seu pai e do seu avô, na mais monumental obra promovida na capital pela Rainha D. Catarina – a sua igreja da Irmandade dos Livreiros, destruída pelo terramoto de 1755 - seria o verdadeiro ponto de partida para a brilhante carreira do futuro architecto (de que apenas restou a pia de água benta renascentista , hoje conservada na sua paróquia substituta, a Igreja do Convento dos Paulistas na Calçada do Combro ¹⁸⁸). Com base nos dados revelados neste processo, procurámos os respectivos registos paroquiais, nomeadamente o de baptismo de Pedro Nunes Tinoco. Encontrámos o registo de casamento de seus pais, Álvaro Gomes e Grácia Nunes Tinoco, celebrado em 5 de Julho de 1578 na freguesia de Santa Catarina ¹⁸⁹, bem como os baptismos de Frei Diogo

¹⁸⁷ *Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a El Rei Nosso Senhor no ano de 1565 : documentos para a história da cidade de Lisboa* / [ed. lit.] Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: C.M., 1947, Vol.II, p. 312. Vivia na “Outra Rua da Rosa que se chama da Gouvea” (Freguesia de Nossa Senhora do Loreto).

¹⁸⁸ Agradecemos ao nosso orientador esta informação.

¹⁸⁹ ANTT, *Registos Paroquiais de Santa Catarina*, (Doc. 45 - *Inédito*).

e de Manuel Quaresma, irmãos de Pedro Nunes Tinoco, de 4 de Março de 1584 e de 30 de Março de 1586 da mesma freguesia, respectivamente ¹⁹⁰ (o processo confirmando não só a profissão de Manuel Quaresma como *mestre* pedreiro, mas também o seu casamento com Marta Roiz, no qual se afirma ser esta mãe de Mariana Romba, não constante do seu testamento, e de Eusébio Nunes, frade da Graça, o mesmo de que atrás falámos a propósito do sermão de Frei Manuel das Chagas ¹⁹¹). Após vários anos na direcção das obras de construção e reparação de Santa Catarina, Álvaro Gomes faleceria em Setembro de 1609, estando então casado em segundas núpcias com Maria Soares, de acordo com o respectivo assento de óbito, no qual se refere que fez testamento, tendo por testamenteiro os filhos Pedro Nunes Tinoco e Manuel Quaresma (testamento que não conseguimos localizar) ¹⁹². Não foi possível encontrar o assento de baptismo de Pedro Nunes Tinoco, tal como acontecera com o padre que procedeu às respectivas inquirições: “ *Buscouse o assento de Baptismo de P.º Nunez, nas freg.ºs das Mercês, e de S.ª Cn.ª de Monte Sinai (onde podia ser baptizado) e se não achou. Porq. havendo de ser dos annos de 1560 the 1577 diz o Cura de s.ª Cn.ª que não há L.ºs mais que / do anno de 1573 em diante. E o da M.ºs diz que nestes annos não havia ainda a freg.ª das M.ºs Se fora a do Loreto, dizem q todos aquelles L.ºs destes annos te o anno do incêndio se queimaraõ onde podia estar o Assento pretendido. Resta somente fazerse dilig.ª se acazo seria na freg.ª de N.ª sr.ª do Amparo de Bemfica, porq ali se recebeu o d.º P.º Nunez, e podia nascer naquelle lugar* ” ¹⁹³ (razão provável para que Luís não fosse admitido como *familiar* do Santo Ofício) .

Procurámos este registo nos anos imediatamente anteriores e posteriores à data de casamento de seus pais (1578), embora nos parecesse pouco provável que

¹⁹⁰ ANTT, *Registos Paroquiais de Santa Catarina*, (Doc.46 e 47 - *Inéditos*).

¹⁹¹ ANTT, *Habilitações ao Santo Ofício*, Maço 14, nº 331, Caixa 3158, fl. 10v.

¹⁹² ANTT, *Registos Paroquiais, Freguesia de Santa Catarina, L.º 2º Mistos, (1595-1615), Óbitos*, fl. 12 (Doc. 48 - *Inédito*).

¹⁹³ ANTT, *Habilitações ao Santo Ofício*, Maço 14, nº 331, Caixa 3158, fl 10.

fosse anterior a ela. Como já vimos, só encontramos os registos de baptismo de seus irmãos. Tendo procurado também, e sem sucesso, nos registos paroquiais de freguesias vizinhas, somos levados a admitir a hipótese, ainda que remota, de ele ter sido baptizado na freguesia de N.ª Sr.ª do Amparo de Benfca, hipótese avançada no documento atrás citado. De qualquer modo, o seu nascimento não deve ter sido muito posterior a 1578, pois em 1602 Pedro Nunes Tinoco era já casado.

Com efeito, neste processo de habilitação refere-se também o casamento de Pedro Nunes Tinoco com a sua primeira mulher, Maria Ribeiro, na freguesia de N.ª Sr.ª do Amparo de Benfca “ (...) na era de 1602 no mez de Outr.º dia de S.Simaõ e Judas ” (dia 22, de acordo com a respectiva transcrição feita em 30 de Agosto de 1699, pelo Padre José Lobato ¹⁹⁴). É referida ainda a lista dos filhos de Pedro Nunes Tinoco: “ E tem da d.ª sua M.ª M.ª Ribr.ª 4 filhos / 3 Religiozos e 2 Seculares e hú Natural ” ¹⁹⁵. Aparentemente errada esta contabilidade, ela será esclarecida logo de seguida. Os quatro filhos de Maria Ribeira aqui mencionados são os mesmos que vêm enunciados na partilha de bens entre os seus herdeiros (o documento não menciona Ana Vicência, embora ela conste como herdeira nas partilhas) : os religiosos Frei António de S. Francisco e o Padre André Tinoco da Companhia de Jesus, bem como os seculares João Nunes Tinoco “Arquitecto”, e Manuel Nunes Tinoco “Ajudante” (que, na partilha de bens, aparece também como mestre-pedreiro). O outro filho de Pedro Nunes Tinoco (o quinto), *filho natural* não era, como tal, filho de Maria Ribeira, e aparece referenciado como Pedro da Purificação, carmelita descalço, sepultado no Convento de Olhalvo “ com opinião de varão justo ”. Esta referência a Olhalvo e ao seu nome como religioso foi fundamental para sabermos um pouco mais sobre este filho de Pedro Nunes Tinoco. A pesquisa ¹⁹⁶ revelar-nos-ia que professara no Convento dos Remédios em 13

¹⁹⁴ ANTT, *Habilitações ao Santo Ofício*, Maço 14, nº 331, Caixa 3158, fl. 24v.

¹⁹⁵ *Idem*, *Ibidem*, fl. 10v.

¹⁹⁶ Agradecemos ao investigador José João Loureiro que com os seus conhecimentos de história religiosa nos ajudou na pesquisa e nos deu a conhecer a data desta profissão, bem como os cargos para que fora nomeado dentro da Ordem, a partir de um trabalho inédito de Frei Vecchina, que serviu de base para a pesquisa dos documentos originais. In: VECHINA, P. Fr. José Carlos, Catálogo O.C.D.

de Maio de 1638, figurando no respectivo documento como filho de Pedro Nunes Tinoco, natural de Lisboa, e de Maria Ribeira de Lemos, natural de Proença-a-Nova, Priorado do Crato ¹⁹⁷. Se pensarmos que a entrada na vida religiosa se deveria dar aproximadamente com 18 anos, este filho de Pedro Nunes Tinoco deverá ter nascido por volta de 1620, quando o pai andava a fazer o levantamento das igrejas do Priorado do Crato (no qual Proença a Nova aparece com o nº 21): pelo que, parece, Pedro Nunes Tinoco não terá de lá trazido apenas um livro...

Uma importante questão prende-se com a “legitimidade” desta relação. A partir do citado processo de Luís Nunes Tinoco, procurámos os assentos de baptismo dos seus filhos. Vimos que Ana Vicência a mais velha foi baptizada em 1603 ¹⁹⁸ (poucos meses após o seu casamento, tendo como padrinho o Provedor das Obras, Gonçalo Pires de Carvalho, sogro de Mateus do Couto-o-Velho, mostrando que já então, Pedro Nunes Tinoco se integrava nos círculos mais importantes da sua profissão, mesmo antes da sua nomeação, em Setembro de 1604 como aprendiz de arquitectura), André em 1611 ¹⁹⁹, e João em 1616 ²⁰⁰ (desconhecemos a data de baptismo dos outros filhos, Manuel e António), o que significa que Pedro da Purificação deverá ter nascido cerca de quatro anos depois de João. Sabemos que o pai ficara viúvo em 1618 da sua primeira mulher ²⁰¹, o que pode explicar o facto de este filho ser considerado *filho natural*, isto é, fruto de uma relação entre pessoas que se poderiam casar e assim legitimar os seus filhos, contrariamente ao que acontecia com os filhos nascidos de

¹⁹⁷ BN, *Secção de Reservados*, Cod. 8930, *Livro dos Capitulos Provinciais de Carmelitas Descalços da Provincia de S. Philippe de Portugal...1612-1808*, fl 257v. **(Doc. 49 - Inédito)**.

¹⁹⁸ ANTT, *Registos Paroquiais da Freguesia de Santa Catarina*, Lº 2º Baptismos, (1591- 1614), fl. 91v **(Doc. 50 - Inédito)**

¹⁹⁹ ANTT, *Registos Paroquiais de Santa Catarina*, Lº 2º Baptismos, (1591- 1614), fl. 150 **(Doc. 51 - Inédito)**

²⁰⁰ ANTT – *Registos Paroquiais de Santa Catarina*, Lº 3 de Baptismos, (1614 -), fl. 38 **(Doc. 42 - Inédito)**.

²⁰¹ Maria Ribeiro faleceu em 20 de Março (ANTT, *Registos Paroquiais Freguesia de Santa Catarina*, Lº 4 de Óbitos , fl. 12v). In Vítor SERRÃO, "Marcos de Magalhães, Arquitecto e entalhador do ciclo da Restauração (1647-1664)", ob. cit., p. 21, nota 54.

indivíduos cujo casamento era impossível, considerados “espúrios”²⁰². Nem Joana Ribeiro de Lemos nem Pedro da Purificação são mencionados na partilha de bens (como acontece com a primeira mulher, Maria Ribeira, e com os outros filhos religiosos, André Nunes Tinoco e Frei António de S. Francisco) o que só pode dever-se, sem dúvida, ao facto de Pedro da Purificação não ter sido considerado legítimo herdeiro, por ser fruto de uma relação não legitimada. Talvez por Joana Ribeiro de Lemos poder ser de uma condição social inferior, o que deveria desagradar a Pedro, se atendermos na oposição que fez ao casamento, em 1639, de seu filho João Nunes Tinoco, com Maria Pereira de Souza, por ela não ser tão rica quanto ele (lembramos que Pedro Nunes Tinoco voltaria a casar-se, mas não com Joana Ribeiro de Lemos) .

De qualquer modo, esta situação não impediu que Pedro da Purificação atingisse os mais altos cargos na hierarquia carmelitana, com fama de *varão ilustre*, como o descreve a testemunha do processo de habilitação a familiar do Santo Ofício de seu sobrinho Luís Nunes Tinoco, estando sepultado no Convento de Olhalvo²⁰³ onde trabalharia o seu meio irmão, João Nunes Tinoco.

Estes registos de baptismo permitem-nos concluir, também, sobre as respectivas idades quando das suas nomeações como aprendizes de arquitectura: nomeado por alvará de 24 de Fevereiro de 1629, André tinha 18 anos e João Nunes Tinoco apenas 15, quando foi substituir o irmão em 29 de Dezembro de 1631²⁰⁴. Denunciando uma certa “urgência” na entrada para aprendiz deste último, ela só pode

²⁰² Sobre este assunto consulte-se Joaquim Ramos de CARVALHO, “As famílias e os indivíduos. As sexualidades”, in *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, direcção de José MATTOSO, coordenação de Nuno Gonçalo MONTEIRO, p.109.

²⁰³ Não se enganou a testemunha do processo do Santo Ofício em lhe chamar varão ilustre. Com efeito, o facto de se tratar de um filho natural não o terá impedido de ocupar cargos relevantes na Ordem dos Carmelitas descalços: no 17º capítulo provincial, celebrado no Convento dos Remédios de Lisboa, no dia 17.4.1660, foi eleito Prior de Figueiró; (superior que era de Lisboa); no 21º capítulo provincial, celebrado no colégio de S. José de Coimbra, no dia 7.5.1672, foi eleito Prior do Bussaco; no 22º capítulo provincial, celebrado no Convento dos Remédios de Lisboa, no dia 4.5.1675, foi eleito 2º Definidor e 2º Substituto; no 25º capítulo provincial, celebrado no colégio de S. José de Coimbra, no dia 22.4.1684, foi eleito 1º Sócio e Provincial. *Livro dos Capítulos Provinciais de Carmelitas Descalços da Provincia de S. Philippe de Portugal...1612-1808*, Fls. 59; 79; 84r; 93r; e 97.

²⁰⁴ Sousa VITERBO, *Dicionário...*, op. cit., Vol. III, pp. 111 e 112, respectivamente.

ser explicada pela existência de uma organização estruturada no seio da família segundo a qual, o filho mais velho estaria destinado a ser arquitecto e, os que se lhe seguiam, abraçariam a profissão de mestres pedreiros e mestres das obras da cidade.

Interessante é também, no processo de habilitação, a identidade das pessoas que podem testemunhar sobre Pedro Nunes Tinoco (três religiosos de S. Vicente de Fora, atestando a importância da sua participação na obra, e quatro seculares, na sua maioria pedreiros e carpinteiros) ²⁰⁵, bem como a referência ao filho André Ribeiro Tinoco (que herda o nome próprio do avô materno, André Ribeiro), e à sua entrada na Companhia de Jesus a 21 de Outubro de 1631, com a idade de 21 anos, tendo como testemunhas os “ *mestre de obras* ” Fernão Ferreira e Adrião João, “ *arquitecto de 60 anos*” que Sousa Viterbo nos diz ter sido mestre pedreiro no Convento da Penha de França, juntamente com Manuel Quaresma ²⁰⁶ (irmão de Pedro Nunes Tinoco). Em Julho de 1705 Pedro, filho de Luís Nunes Tinoco, fazia também a sua habilitação a familiar do Santo Ofício na qual se apõe o seguinte parecer favorável, contrariamente ao que sucedera com seu pai “ *E quando nas dilig.^{as} do d.º seu Pay falte algũa clareza que necessite de mais dilação se poderá suprir no desp.º delle supp.^{te} em lugar do d.º seu Pay visto ter já depozitado* ” ²⁰⁷. Neste processo, repete-se a genealogia enunciada no processo de Luís Nunes Tinoco juntando-se, no entanto, novos documentos, tais como os assentos de baptismo e de casamento de João Nunes Tinoco, o assento de casamento de Luís, e o de baptismo de seu filho Pedro. Estranhámos destas provas não constar o assento de baptismo de Luís Nunes Tinoco, realizado na freguesia de S. Nicolau, como nelas se refere. Debrucemo-nos sobre alguns destes curiosos dados. Confirmando-nos os dados constantes das habilitações de seu pai, elucida-nos sobre a entrada de André para a Companhia de Jesus aos vinte anos (André terá falecido em 4 de Setembro de 1645, em Santarém ²⁰⁸).

²⁰⁵ ANTT, *Habilitações ao Santo Ofício*, Maço 14, nº 331, Caixa 3158, fl. 11.

²⁰⁶ Idem, *Ibidem*, fls. 17 e 18.

²⁰⁷ ANTT, *Habilitações ao Santo Ofício*, Maço 14, nº 331, Caixa 3158, primeira capilha, (Doc. 50).

²⁰⁸ C. MANUEL, “Tinoco”, in *Grande Enciclopédia Luso-Brasileira*, Edição do século XXI, Braga: 2003, Tomo 17, p. 1560. Segundo este, ter-se-á ordenado sacerdote nos Açores, donde regressou cerca de

Surpreendente é o assento de casamento de João Nunes Tinoco transcrito neste processo: datado de 29 de Janeiro (sendo, no entanto, omissos quanto ao ano), afirma-se que ele se realizou na freguesia de S. Nicolau “ (...) *sem banhos corridos por justificarem havia impedim.^{to} maliciozo com licença do S.^{or} Provizor dos Cazam.^{tos} “²⁰⁹. Que impedimento seria este ? Analisado o respectivo processo nele se afirma que os noivos deram “ (...) *de sua livre vontade o depoim.^{to} e correndose os banhos ordinariam.^{te} o pai do contrahente lhe impedir ao cazam.^{to} com malícia por não levar gr.^{de} dote, e por ser mais rico que ella contrahente (...) “, conduzindo ao casamento de João Nunes Tinoco, em 1639, sem conhecimento de seu pai. Este episódio (próprio de um qualquer libreto de ópera de Puccini, e invulgar para a época, pois os motivos de impedimento surgiam quase sempre por parte da família da nubente) dá-nos uma ideia do temperamento de Pedro Nunes Tinoco, certamente preocupado com o estatuto financeiro e, muito possivelmente, social (Maria Pereira de Sousa era filha de um alfaiate) do seu herdeiro, à data com 23 anos de idade...**

Tinha razão Baptista de Castro quando afirmava que “ (...) *entre todas as nações do mundo he só a Portugueza naturalmente conhecida por namorada (...) derretidos de amor nos chamaõ os Castelhanos...*”²¹⁰ !

No caso do casamento de João Nunes Tinoco o papel da igreja era aqui subvertido em relação ao que era comum: a sua acção fiscalizadora e moralizadora aplicava-se não como doutrina proibitiva de uma relação, mas como garantia do reconhecimento dessa mesma relação por parte da sociedade e da família: o argumento invocado para o casamento (“protecção”) deve ser entendido à luz dos preceitos tridentinos, segundo os quais o amor que o motiva (entendido como amor ao próximo), integra o conjunto de valores que deveriam reger a vida em sociedade.

1643, atribuindo-se-lhe a planta do Colégio Jesuíta de Angra, e a da actual Sé de Coimbra, avançando como data para o início desta, o ano de 1638.

²⁰⁹ ANTT, *Habilitações ao Santo Ofício*, Maço 14, nº 331, fl 33. Não foi possível confrontá-lo com o original pois os registos paroquiais de S. Nicolau anteriores ao terramoto, terão ardido com o mesmo.

²¹⁰ *Mappa de Portugal*, 2a edição, Tomo II, Partes III e IV, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763, p. 212.

Este argumento, quase “dilui” e legitima a desobediência perante o pai, e o que ela representava para a sociedade da época ²¹¹.

O processo refere também outros dados relativos ao casamento de Luís Nunes Tinoco constantes da sua habilitação à Ordem de Cristo, e por nós já anteriormente referidos. Um dado novo é, no entanto, o assento de baptismo de seu filho Pedro. Realizado em 12 de Fevereiro de 1689, teria como padrinho Dom Francisco Xavier José de Menezes, Conde da Ericeira, provando uma vez mais como Luís se inseria nas esferas culturais mais importantes da Corte.

Importantíssimo é ainda, nas respectivas provanças, o inquérito feito em Novembro de 1705 por Frei António Pacheco, na Inquisição de Lisboa. Vejamos o depoimento de algumas testemunhas. José Antunes, entalhador, morador na rua da Condeça na Freguesia do Sacramento (de 65 anos de idade e natural da Freguesia da Madalena) afirma que o conhecimento que tem dos pais de Luís (refere-se a João Nunes Tinoco) resultava do mesmo o solicitar para algumas obras e vistoria de outras.

Mas mais importante é sem dúvida o testemunho de Manuel do Couto (que sucedera já na direcção de inúmeras obras a Mateus do Couto tio): “ *Mandou o dito senhor Deputado vir perante sy a Manoel do Couto sargento mor natural desta cidade da freguesia de Saõ Vicente de fora e de presente morador na Rua do Telhal freg.^a de Saõ Joseph e sendo presente lhe foi dado juramento sobre dos santos Evangelhos em que pos a mão sobre qual lhe foi mandado dizer verdade (...)Disse ser de quarenta e oito annos de idade. Ao 2^o disse que conhece a Pedro Nunes Tinoco morador nesta cidade na Calçada de santa Anna donde he natural, e o conheçim.^{to} que delle tem he desde o nacim.^{to} do mesmo. Plo ver m.^{tas} vezes e ir a sua caza, digo a caza dos Pais do mesmo. Ao 3^o disse que conhece a Luis Nunes Tinoco Contador dos Contos morador na*

²¹¹ Sobre este tema cf. Pedro António de Almeida CARDIM, *O poder dos afectos: ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, Dissertação de Doutoramento História, Univ. Nova de Lisboa, 2000, p. 211. Nele aborda a questão do papel do “pater familias”, investido de uma autoridade quase pré-jurídica sobre os demais elementos do núcleo familiar, a chamada *patria potestas*, autoridade que só um argumento igualmente forte poderia contrariar.

*d.º Calçada de santa anna e a sua mulher D. Maria de Aguiar e Miranda já defunta. Pays do dito Pedro Nunes Tinoco elle natural desta Cidade e ella não sabe donde, e o conheçim.^{to} que delles tem a respeito delle em razão do pay delle testemunha ser Padrinho do recebim.^{to} dos mesmos e **irem huns a caça dos outros e se tratarem e comunicarem.** Ao 4º disse que conheceo a Joaõ Nunes Tinoco Architecto de Sua mg.^{de} e que não conheceo a sua mulher morador que foi em esta Calçada de santa Anna o qual he natural desta cidade e o conheçim.^{to} que o dito Pay do d.º Luis Nunes Tinoco e Avo Paterno do d.º Pedro Nunes Tinoco e o conheçim.^{to} que delle tem, he do mesmo tempo e pla mesma razão ”.*

Vemos, assim, que a ligação entre estas duas importantes famílias de arquitectos - Nunes Tinoco e Couto - ultrapassava os meros laços profissionais, pois segundo o depoimento de Manuel do Couto, Mateus do Couto (sobrinho) teria mesmo sido testemunha do segundo casamento de Luís Nunes Tinoco. E ambas se visitavam e “comunicavam” muitas vezes.

7. Estabelecendo uma genealogia.

Na posse destes novos elementos, e ainda que com muitas lacunas (não conseguimos definir com precisão a ligação directa do mestre-pedreiro Pedro Nunes, avô do arquitecto Pedro Nunes Tinoco, com o tal Pedro Nunes da Casa do Infante D. Luís, retendo apenas que os seus antepassados deverão ter integrado um dos círculos mais eruditos de então) estamos aptos a estabelecer, em síntese, a genealogia dos Nunes Tinoco (considerámos como ano de nascimento dos seus elementos os anos dos respectivos baptismos – Esquema em anexo):

Álvaro Gomes (? – 1609) + Grácia Nunes Tinoca (? - ?) (∞ 1578) 2a. *Pedro Nunes Tinoco* (1580 ? – 1640), arquitecto

2b. *Diogo* (1584 - ?), religioso de S. Bento de Lisboa

2c. *Manuel Quaresma* (1586 – 1632), mestre-pedreiro e medidor das Obras da Cidade, casado com Marta Roiz, pai de Eusébio Nunes Tinoco, frade da Graça, e de Mariana Rombo.

.....
Álvaro Gomes + Maria Soares (∞ ?)

(sem descendência conhecida)

2. *Pedro Nunes Tinoco + Maria Ribeira* (∞ 1602)

3a. *Anna Vicência* (1603 - ?), casada com Álvaro Vieira de Araújo (? - ?),
Escrivão dos Orfãos.

3b. *André Ribeiro Tinoco* (1611 - ?), Jesuíta professo em 1631

3c. *João Nunes Tinoco*, (1616 - †1690), arquitecto

3d. *António*, religioso de S. Francisco de Lisboa (? - ?).

3e. *Manuel Nunes Tinoco* (? +?), mestre-pedreiro

.....
Pedro Nunes Tinoco + Joana Ribeira de Lemos (possivelmente sem casamento)

3f. Frei Pedro da Purificação (c.1620 - ?), Carmelita Descalço (filho natural)

.....
Pedro Nunes Tinoco + Ana Pereira de Sousa (∞ ?)

· Não se conhece descendência

3. *João Nunes Tinoco + Maria Pereira de Sousa* (∞ 1639)

4a. *Luís Nunes Tinoco* (1642 ou 43 ? - 1719), arquitecto

4b. *Pedro Nunes Tinoco* (? – fal. antes de 1684), Desembargador da
Relação do Estado da Índia

4. *Luis Nunes Tinoco + Adiodata Teresa de Souto Maior* (∞ ?)

· Sem descendência

.....
Luis Nunes Tinoco + Maria de Aguiar e Miranda (? – fal. antes de 1705),
(∞ 1683)

5a. *Pedro Nunes Tinoco* (1689 - ?) + *Maria Teresa* (? +?)

5b. *D. Mariana de Aguiar e Miranda* (? – fal. antes de 1719)

5c. *D. Joana Antónia de Souza* (? + falecida depois de 1719)

5. *Pedro Nunes Tinoco* (1689 - ?) + *Maria Teresa* (∞ ?)

6a. *Luis Pedro Nunes Tinoco* (? + fal. Antes de 1791) + *Ana Joaquina Roza*
Viterbo do Valle(? + ?)

6. *Luis Pedro Nunes Tinoco* (? + fal. Antes de 1791²¹²) + *Ana Joaquina do Valle*

7a. *Marianna Victoria de Aguiar e Miranda Tinoco* (? +?)

7b. *Pedro Nunes Tinoco* (? +?)

7. *Pedro Nunes Tinoco* (? + ?) + *Maria Magdalena Joaquina da Conceição e*
Villas Boas (? + ?)

8. *Anacleto Pedro Nunes Tinoco* (19 de Fev.º 1798 + ?²¹³)

²¹² Como consta do documento da sua nomeação para *Apontador e Fiel da Cal* (Doc. 34).

²¹³ Capitão que, como já vimos, prosseguiu a sua vida profissional no Brasil (Doc. 38).

Estabelecida a filiação de Pedro Nunes Tinoco, vemos que o seu apelido é herdado por via do avô paterno (Pedro Nunes) e da mãe, Grácia Nunes Tinoca (ou Tinoco) de quem seria irmã, muito possivelmente, a tal tia com quem tem um processo, de acordo com a partilha de bens entre os seus herdeiros.

Perdida e por esclarecer fica, no entanto, a anteriormente citada ligação a Pedro Nunes, Cavaleiro da Casa do Infante D. Luís, bem como a ligação directa de Luís Nunes Tinoco ao Alferes Francisco Nunes Tinoco. Pelas datas, parece-nos também que o Pedro Nunes que vem referido nas tais moradias não pode ser o avô de Pedro Nunes Tinoco, empreiteiro de Santa Catarina nos finais do século XVI (talvez um pai deste).

Provada parece, também, a inexistência de qualquer ligação familiar entre os dois ramos dos Tinocos, uma vez que não existem referências na documentação analisada aos *Tinoco da Silva*, o que iremos comprovar também no capítulo seguinte, dedicado a estes últimos.

I Parte - Os *Tinocos*: apontamentos para as suas biografias

Capítulo 3

Os *Tinoco da Silva*, uma outra família



214

1. A Genealogia estabelecida por Felgueiras Gayo

Vimos, anteriormente, as referências que os genealogistas e historiadores fizeram aos arquitectos *Tinoco da Silva*, nomeadamente através dos documentos publicados por Felgueiras Gayo, Sousa Viterbo e Ayres de Carvalho.

Embora não façam parte do âmbito do nosso trabalho, como justificámos no início, pareceu-nos importante fazer uma reflexão sobre a sua origem e actividade, de modo a que ficassem explícitas as principais diferenças entre as duas famílias no que diz respeito aos respectivos contextos sociais, e como estes representaram para os seus elementos, percursos profissionais ditados por realidades diversas.

Vimos que os *Tinoco da Silva* (ou Silva Tinoco²¹⁵), não constavam da vasta documentação biográfica apresentada no capítulo anterior, à excepção de uma breve

²¹⁴ *Casa da Comenda*, Casa dos Tinoco da Silva, em Garfe (não está na posse da família) (foto Rute Laires e Paulina Bragança).

²¹⁵ Como já afirmámos, Francisco da Silva Tinoco é o arquitecto mais antigo deste segundo ramo, conhecido também por *Tinoco da Silva*, apelido utilizado pelos seus sobrinhos, e que passaremos a adoptar sempre que nos referirmos, de um modo geral, a esta família. Continuaremos a utilizar as duas

referência feita por João Nunes Tinoco no seu testamento, datado de 6 de Abril de 1690, no qual afirma “ *por ser esta minha ultima vontade. e pedi ao p.º D.º tinoco da silva q me escreveçe estes apontam.*^{tos} ”²¹⁶. Referimos, então, ser o Padre Diogo Tinoco da Silva, irmão de um importantíssimo arquitecto pertencente a esta outra família Tinoco, o padre Francisco Tinoco da Silva. Mostraremos agora, que também nos documentos relacionados com estes últimos não existe qualquer referência aos Nunes Tinoco, ficando bem demonstrado estarmos em presença de famílias distintas, com contextos e dinâmicas sociais e profissionais diferentes.

Convém salientar, uma vez mais, como o trabalho de Ayres de Carvalho foi fundamental para que se conhecesse a importância de um vasto grupo de arquitectos cuja actividade marcou indubitavelmente a arquitectura portuguesa dos séculos XVII e XVIII, em especial dos que integram estas famílias. Vimo-lo a propósito dos *Nunes Tinocos*, reafirmando-se nas múltiplas referências a estes outros Tinocos, em especial do que diz respeito ao Padre Tinoco.

Quem são, afinal, estes *Tinoco da Silva*, que nos aparecem como arquitectos reais entre 1630 e 1730 ? Se foi para nós tarefa árdua estabelecer a genealogia dos *Nunes Tinoco*, de quem pouco mais se sabia, para além da relações familiar existente entre Pedro, João e Luís, a genealogia destes outros Tinocos estava já estabelecida por Felgueiras Gayo, em 1798, no seu *Nobiliário das Famílias de Portugal*²¹⁷, ao qual nos limitámos a juntar alguns elementos, e a corrigir outros. Vimos, anteriormente, como

formas do apelido para estabelecer a diferença entre Francisco, tio e sobrinho e, para este último utilizaremos frequentemente a forma por que é mais conhecido, “Padre Tinoco”.

²¹⁶ ANTT, *Registo Geral de Testamentos*, Lº 58 , fls. 23 a 24v . Publicado por João Miguel Ferreira Antunes SIMÕES, in *Arte e Sociedade na Lisboa de D. Pedro II. Ambientes de trabalho e mecânica do mecenato*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa : [s.n.], 2002, Vol.II, pp.43 e 44 (**Doc. 17**).

²¹⁷ *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: 1941, IX Volume, Tomo XXVII, pp. 215 a 228. Considerámos ser útil publicar a fotocópia dos elementos mais importantes desta genealogia que, por ser extensa e complicada, resumiremos no texto. (**Doc. 54**). Contrariamente ao que fizemos com os *Nunes Tinoco*, optámos por transcrever, neste capítulo os dados referentes aos assentos paroquiais em nota de rodapé, à excepção dos referentes aos arquitectos Francisco da Silva Tinoco, Francisco Tinoco da Silva (Padre Tinoco) e Diogo Tinoco da Silva, que constarão como anexos documentais.

Felgueiras Gayo refere que “ (...) esta família he antiga e tem Sollar no Lugar de Tinhoseira, e terras de Lanhozo duas legoas de Guimaraens onde viveo D. Fernão Peres o Tinhozo (...) ” ²¹⁸ dizendo-nos, ainda, que segundo D. João de Flores de Olariz os Tinocos existentes em Portugal e Espanha teriam origem em França, facto de que discorda o próprio Felgueiras Gayo, que os tem como originários de Portugal ²¹⁹.

A partir dos testamentos destes arquitectos, citados por Ayres de Carvalho ²²⁰ (a testamentaria desempenharia mais uma vez um papel fundamental, tal como aconteceu com os *Nunes Tinoco*) procurámos os respectivos assentos de baptismo e de óbito, cuja informação articulámos com o texto de Felgueiras Gayo. Pertencendo a uma aristocracia rural, a documentação mostra que estes arquitectos tiveram a sua origem nas freguesias de S. Cosme e S. Damião de Garfe, com residência no concelho de Póvoa do Lanhoso, comarca de Guimarães. Seguindo a sua publicação ²²¹, poderemos resumir, deste modo, a genealogia dos arquitectos *Tinoco da Silva* ²²² :

1. António Tinoco (Comendador de Adaúfe)

2. Francisco Tinoco

3a. *Camila Tinoco*

3b. *Pedro F. Tinoco*

3. Pedro F. Tinoco (terá participado na Batalha de Cananor na Índia)

4. João Pires Tinoco

4. João Pires Tinoco

²¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 215

²¹⁹ Idem, *Ibidem*.

²²⁰ D. João V e a Arte de seu tempo, Vol. II, Lisboa: 1962, *passim*.

²²¹ Idem, *Ibidem*, pp. 215 a 217, 223 e 224.

²²² Felgueiras Gayo termina a descendência directa do pai dos padres Diogo e Francisco Tinoco da Silva (vulgo *Padre Tinoco*), em Jordão Tinoco da Silva, sobrinho destes. Continua a genealogia da família, no entanto, com os descendentes de outro sobrinho, o arquitecto Diogo Tinoco da Silva, filho de Mariana de Mello, irmã dos mesmos padres. Na nossa genealogia seguimos também este critério, terminando a transcrição em Jordão Tinoco da Silva.

5. Pedro Anes Tinoco

5. Pedro Anes Tinoco

6. Pedro Tinoco

6. Pedro Tinoco (Senhor da Quinta da Portela em S. Priz)

7a. Jordão Tinoco

7b. João Tinoco

8. Jordão Tinoco + Ant.^a Vieira da Silva - Quinta da Comenda em Garfe

9a. Diogo Tinoco da Silva

9b. Catarina da Silva Tinoco

9c. Maria do Valle Tinoco

9d. Marta Tinoco da Silva

9. Diogo Tinoco da Silva + Mariana da Costa de Mesquita -

Quinta da Comenda em Garfe

10a. Jordão Tinoco da Silva

10b. D. Luísa da Costa e Mello

10. Jordão Tinoco da Silva (? – 1698²²³) + Maria da Costa (? – 1691²²⁴)

²²³ ADB, *Registos Paroquiais*, L.º 2 Mistos, fl. 79 : “ Aos doze dias do mes de novembro do anno de / mil seiscentos e noventa e oito faleceo da vida prezente Jordaõ Tinoco da Silva herdeiro seu / f.º Damiaõ Tinoco fis hoje era ut supra. Constantino do vale”.

²²⁴ ADB, *Registos Paroquiais*, L.º 2, Mistos, fl. 68v : “ Aos vinte e seis dias do mes dagosto do anno / de mil seiscentos e noventa e hú faleceo da vi/da prezente Maria da Costa m.^{er} de Jordaõ Tinoco / da Silva deixou trinta missas em tres estados / tinha feito escretura de todos seus Bens / a seu f.º ttr.º Damiaõ Tinoco fis hoje / era ut supra. Constantino do vale ”. Em 2006, o genealogista Manuel Abranches de Soveral estabeleceu a ascendência de Maria da Costa, dando-a como neta, pela via materna, de Domingos da Cunha. Segundo este genealogista, Domingos da Cunha era, por sua vez, neto de Geraldo de Paiva Brandão de quem nos dá os seguintes dados: “ cidadão de Braga, vereador da Câmara em 1588 e juiz pela ordenação em 1590 e 1601. Viveu em S. Pedro d’Este (Braga) e tinha casa na rua do Souto (Braga), onde faleceu a 24.6.1605, sendo sepultado na Sé. A 18.2.1573 a Mitra renovou a Geraldo de Paiva, morador em S. Pedro d’Este, e a sua mulher Maria Parvi, o prazo da quinta do Minhoto, em Stº Estêvão de Urgeses. (...)Era membro do cabido da Sé de Évora, como arcediogo do bago e cónego magistral, tendo oficiado nesta cátedra. Contemporâneo de D. Martinho de Portugal, foi enviado régio a Roma para criar as dioceses de Angra, Cabo Verde, S. Tomé e Goa. Era natural da Normandia (Bayeux),

Quinta da Comenda em Garfe

11a. Damião Tinoco da Silva

11b. João Tinoco

11c. P.^e Diogo Tinoco da Silva (? - 1730)

11d. P.^e Francisco Tinoco da Silva (1656²²⁵ - 1730²²⁶)

11e. Gabriel Tinoco (? – 1686²²⁷)

11f. D. Marianna da Silva da Costa (∞ 1672) D.^{os} Vieira da Cunha

Quinta de Barcarena

12.fa Roza Maria da S.^a e Mello + Francisco Pinto Villaça

12.fb Diogo Tinoco da Silva (1676? – 1702²²⁸) + Teresa de Jesus

tendo sido naturalizado por mercê de D. João III. Documenta-se como doutor em 1520 na Universidade de Lisboa (Estudos Gerais). Esteve integrado no núcleo humanista de Évora, de que também fizeram parte D. Francisco de Melo, mestre André de Resende e Nicolau Clenardo. Demorou a ir para o bispado, permanecendo em Évora até Janeiro de 1545". Acrescenta, ainda, que Geraldo de Paiva Brandão era filho de Filipe de Paiva Brandão, cavaleiro, cidadão de Braga (1540), procurador do concelho em 1545, escrivão do Eclesiástico em 1545 e 1557, nascido entre 1505 e 1515, tendo falecido antes de 1565. Sucedendo a seu pai, em bens em Braga e Lisboa, era irmão de João de Paiva, cónego da Sé de Braga (5.8.1547), e de Diogo de Paiva Brandão, fidalgo da Casa Real, sargento-mor da Ordenança de Braga, vereador da Câmara em 1582, 1593, 1611 e 1615, juiz pela ordenação em 1580 e 1605, e 2º notário apostólico de Braga. [<http://www.soveral.info/mas/PaivaBrandao.htm>]. Vemos, assim, que pela via materna, existia na família do Padre Tinoco uma longa tradição de cargos relacionados com a administração do Reino.

²²⁵ ADB, *Registos Paroquiais*, L.º 1, *Mistos*, fl. 19 (**Doc. 55 – Inédito**).

²²⁶ Falecido a 22 de Janeiro de 1730, de acordo com a abertura do seu testamento (Doc. 56), e com o respectivo assento de óbito. ANTT, *Registos Paroquiais da Freguesia dos Anjos*, Lº3, cx. 36, fl. 123v (**Doc. 57 – Inédito**). Aires de CARVALHO publica já excertos do seu testamento, de que dá a cota, in *D. João V...*, ob. cit., Vol. II, p. 97.

²²⁷ ADB, *Registos Paroquiais*, L.º 2 *Mistos*, fl.64. Embora não conste da lista de Felgueiras Gayo, este registo paroquial é explícito quanto à sua filiação: “ Aos vinte e oito dias do mês de setembro de mil e seis/centos e oitenta e seis faleceu da vida presente Gabriel / tinoco f.º de Jordaõ tinoco da silva fis hoje era ut supra / Constantino do valle pr.º” (**Doc. Inédito**).

²²⁸ ANTT, *Registos Paroquiais de Barcarena (Oeiras)*, Lº 1 de Óbitos, fl.71, (**Doc. 58 - Inédito**). Na genealogia de Felgueiras Gayo vem referido o ano de 1767 como data para o seu nascimento, o que se trata de um engano. Esta deve ser na realidade 1677 (o que não conseguimos confirmar com o respectivo assento de baptismo), uma vez que o casamento de seus pais só ocorreu em 1672. A data do seu falecimento fora já revelada por Aires de CARVALHO, in *D. João V...*, ob. cit., Vol. II, p. 194.

11. *Damião Tinoco da Silva* (1650²²⁹ - ?) + *Mariana Cardoso* (? – 1693²³⁰)

12a. Jordão Tinoco da Silva

12b. António Cardoso da Silva

12c. D. Josefa (freira)

12d. Constantino Tinoco da Silva²³¹

12. *Jordão Tinoco da Silva* (1684 – 1737²³²) + *Maria Francisca de Lacerda*

(*Casa da Comenda em Garfe*)²³³.

²²⁹ ADB, *Registos Paroquiais*, L.º 1, *Mistos*, fl 6v : “ Aos 27 de setembro de 1650 naceo damiaõ / o qual damiaõ f.º de Jordam tinoco da S.º e de sua molher / m.º da costa da comenda baptizou o Rd.º reitor / Bartholameu do vale aos dous dias do mês de ou/tubro do dito anno foraõ p.ºs [...] da/Taide aleixo lopes e madrinha dona maria m.º / de Mathias da silva da mota e por verdade fiz / dia mês anno ut supra o p.º Bartholameu da pax “.Em 4 de Junho de 1683, é-lhe dada Carta de Padrão de Tença de 18\$000 rs. ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. Pedro II*, liv. 3, fl.124v. (**Docs. Inéditos**)

²³⁰ ADB, *Registos Paroquiais*, L.º 2, *Mistos*, fl. 70v : “ Aos onze dias do mes de Abril do anno de mil seiscentos / e noventa e tres faleceo da vida prezente D. Marianna Car/dosa da silva molher de Damiãõ Tinoco da Silva da q.º / da Comenda fizeraõse os Legados de sua alma na for/ma que costumaõ fazer fis hoje / era ut supra. Constantino do vale pr.º” (**Doc. Inédito**).

²³¹ Embora não conste da lista de Felgueiras Gayo, em 20 de Março de 1696, um Alvará de D. Pedro II concede-lhe a mercê de Escudeiro-Fidalgo acrescentado a Cavaleiro-Fidalgo, com o total de 1\$000 rs de moradia por mês, e 1 alqueire de cevada por dia, na qual é explícita a sua filiação: Damião Tinoco da Silva. ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. Pedro II*, liv. 10, fl.211v. Terá então assentado praça na Índia até ao dia 7 de Abril de 1708, data em que faleceu, tendo as suas mercês passado, em 1714, por justificação, para o pai, Damião Tinoco da Silva (ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. João V*, liv. 6, fl.267). Esta permite-nos vislumbrar um pouco da sua atribulada passagem pelo Oriente: “ faleceu com posto de Ajudante nas terras de Bardes e ajudante da Armada do Canarâ e Terras do Sulfez parte da armada que foi a fortaleza de Mombaça em socorro do General Francisco Pereira da Silva esteve queimado no hospital de Goa e faleceu na armada da canarâ ” (**Docs. Inéditos**).

²³² Jordão Tinoco da Silva nasceu a 26 de Outubro de 1684, e faleceu em Garfe, a 11 de Novembro de 1737 (ADB, *Registos Paroquiais*, L.º2, *Mistos*, fl. 17 e *Livro de Óbitos* nº1, fl. 40, respectivamente). In Vaz-Osório da NÓBREGA, *Pedras de armas e armas tumulares do distrito de Braga*, Braga : Junta Distrital, 1974, Vol. IV, p. 181. A Jordão Tinoco da Silva seriam atribuídas, em 20 e 23 de Abril de 1714, Cartas de Padrão de 12\$000 rs, com o hábito da Ordem de Cristo, e de 18\$000 rs de tença efectiva em cada ano . ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. João V*, liv. 6, fl.267 (**Doc. Inédito**).

²³³ Felgueiras Gayo termina a descendência directa do pai dos padres Diogo e Francisco Tinoco da Silva (vulgo *Padre Tinoco*), em Jordão Tinoco da Silva (1684-1737), sobrinho destes. Continua-a no entanto, com os descendentes de outro sobrinho, o arquiteto Diogo Tinoco da Silva, filho da irmã, D. Mariana de Mello. Como já esclarecemos, seguimos também este critério, terminando a transcrição em Jordão Tinoco da Silva (1684-1737), apesar da descendência deste estar traçada até à segunda metade do

Descendência de D. Marianna da Silva da Costa (11f), irmã de Damião e de Francisco Tinoco da Silva) casada, em 1672, com Domingos Vieira da Cunha (Quinta de Barcarena):

12fb. Diogo Tinoco da Silva (1677? – 1702)²³⁴ + Teresa de Jesus

Quinta de Barcarena

13fb. Francisco Tinoco da Silva

13fb. Francisco Tinoco da Silva + Antónia Maria da Encarnação

14fb. Diogo Tinoco da Silva

14fb. Diogo Tinoco da Silva + Anna Joaquina de Sande e Vasconcellos²³⁵

15fb. Francisco Tinoco da Silva

Da mesma maneira que o nome Pedro assumiu primordial importância nos *Nunes Tinoco*, Diogo e Francisco assumiram-se como os nomes próprios que marcaram a família dos *Tinoco da Silva* ao longo de várias gerações.

século XX, por Vaz-Osório da NÓBREGA, in *Pedras de armas e armas tumulares do distrito de Braga*, ob. cit., Vol. IV, pp. 181 e seguintes. A Maria Francisca de Lacerda, que casou com Jordão Tinoco da Silva em Geraz, a 21 de Agosto de 1724, se deve a reconstrução da *Quinta da Comenda em Garfe* nas décadas de trinta e quarenta, Quinta cuja posse remonta, pelo menos, a Jordão Tinoco da Silva, avô e bisavô de Francisco da Silva Tinoco e do Padre Tinoco da Silva, respectivamente. No portão de entrada, o brasão de armas dos Costas, senhores da *Quinta da Costa de Geraz*, a cuja família pertenceu de D. Maria Francisca de Lacerda, que ali o terá mandado colocar. Agradecemos às Dr.^{as} Rute Neves e Paulina Andrade as imagens que aqui apresentamos (Figs. 6 a 9).

²³⁴ Filho de D. Mariana da Silva da Costa (11f), irmã do Padre Tinoco, casada com D.^o Vieira da Cunha, da *Quinta de Barcarena*. Incluímos a descendência do arquitecto Diogo Tinoco da Silva pois, apesar dos elementos que referimos não terem seguido uma carreira ligada às artes, vêm citados nos documentos que divulgaremos, em seguida.

²³⁵ Felgueiras Gayo continua a genealogia deste ramo até à neta destes, D. Marianna Victória da Silva (Doc. 54).

Embora a bibliografia actual estabeleça já a descendência destes outros Tinocos até aos nossos dias ²³⁶, o espaço cronológico do nosso trabalho limitou a referência dos seus elementos ao período que se situa entre o final do século XVI e 1730, data da morte do último arquitecto régio com este apelido de que temos notícia, Francisco da Silva Tinoco, o célebre Padre Tinoco, e do seu irmão, o também padre Diogo Tinoco da Silva da Congregação do Oratório (já citado a propósito do testamento de João Nunes Tinoco).

2. Francisco da Silva Tinoco (C. 1610-1698) ²³⁷, escrivão e arquitecto real

Primeiro arquitecto de que há notícia nesta família, Francisco da Silva Tinoco não figura, como seria de esperar, na genealogia estabelecida por Felgueiras Gayo, tendo em conta a sua relação familiar com outros elementos nela referidos, em especial com o seu sobrinho Francisco Tinoco da Silva (Padre Tinoco).

Aparecendo citado muitas vezes apenas como Francisco da Silva, dos documentos a ele referentes Sousa Viterbo publica, quer o pedido para que o seu sobrinho o substitua como *arquitecto real* ²³⁸, quer o alvará que o nomeia *Tesoureiro do Depósito das Comendas de S. Tiago* ²³⁹, bem como as nomeações para aprendiz de arquitectura em 1630 e 1632 (na vaga deixada por Diogo Pais quando este foi

²³⁶ Remetemos uma vez mais para o trabalho de Artur Vaz Osório da NÓBREGA que, a partir do estudo da *Quinta da Costa em Geraz*, nos dá até à década de setenta do século passado, a descendência de Damião Tinoco da Silva, irmão do Padre Tinoco.

²³⁷ Aires de CARVALHO, *D. João V e a Arte de seu tempo*, 1962, Vol. II, “*Vademecum: Architectos e Mestres dos Paços da Ribeira*”.

²³⁸ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso VI, Doações*, Livro 43, fl. 194. Sousa VITERBO, *Dicionário Histórico...*, ob.cit., Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Volume III, p. 112. (**Doc. 10**).

²³⁹ ANTT, *Chancelaria da Ordem de Santiago*, L^o 20, fls. 222 e 222v - Transcrição nossa. Sousa VITERBO refere este alvará sem dar a sua cota, a qual seria publicada por Aires de CARVALHO, que o transcreve parcialmente. *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos...*, ob.cit., Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Volume III, p.112. *D. João V e a Arte de seu tempo*, 1962, Vol. II, p.111. (**Doc. 11**).

destacado como engenheiro para o Brasil ²⁴⁰), e como arquitecto real em substituição de Luís de Frias, em 1634 ²⁴¹. Nomeado para escrivão de uma nau na carreira da Índia, em 1638, onde terá estado perto de três anos ²⁴², não sabemos a data certa do seu regresso. Por um assento de vereação do Senado de Lisboa datado de 30 de Agosto de 1650, sabemos que foi nomeado *apontador* das obras de S. Vicente de Fora ²⁴³, nomeação essa que terá gerado uma situação pouco cómoda para João Nunes Tinoco como veremos quando falarmos deste arquitecto. ²⁴⁴.

O testamento de Francisco da Silva Tinoco dá-nos, como é habitual neste tipo de documentos, importantes referências biográficas ²⁴⁵. Datado de 9 de Janeiro de 1696 (de acordo com a data da *abertura*, Francisco Tinoco faleceria a 29 de Outubro de 1698) nele afirma ser natural do Concelho de Lanhoso, comarca de Guimarães, filho de Diogo Tinoco da Silva e de Ana Velha da Fonseca. Na genealogia traçada por Felgueiras Gayo, Diogo Tinoco da Silva terá casado, em Geraz, com Mariana ou Alexandra da

²⁴⁰ ANTT, *Chancelaria de D. Filipe III, Doações*, liv. 23, fl. 224v e fl. 384v. Citado por Sousa VITERBO, que não o transcreve, apenas o cita. In *Dicionário Histórico...*, ob.cit., Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Volume III, p. 34. (transcrição nossa - **Doc. 13**).

²⁴¹ ANTT, *Chancelaria de D. Filipe III, Doações*, liv. 25, fl. 411v, publicado por Sousa VITERBO, in *Dicionário Histórico...*, ob.cit., Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Volume III, p. 35 (**Doc. 14**).

Em 1635 surge a nomeação como *Apontador das Obras do Paço* de um Francisco da Silva, filho de João Roiz, na vaga deixada pela morte deste (ANTT, *Chancelaria de D. Filipe III, Doações*, L^o. 32, fl. 270v:

“ Dom Philippe etc. Aos que esta minha carta virem faço saber q confiando eu de fr.^{co} da / silva q no q lhe carregar me servira bem e fielm.^{te} como a meu servico cumpre / Ey por bem e me apraz de lhe fazer m.^{ce} do officio de apontador das obras dos / P.ços da Ribeira desta cidade assim e da man.^{ra} q o tinha Joaõ Roiz seu pai por / quem vagou e pagou de meya annata ao tez.^{ro} Joaõ paim. 17 de Agosto de 1635”. Trata-se de um homónimo do arquitecto, pois Francisco da Silva Tinoco era filho de Diogo Tinoco da Silva, como refere no seu testamento.

²⁴² ANTT, *Chancelaria de D. Filipe III, Doações*, L^o. 40, fl. 160v e 161 (**Doc. 59**). Aires de CARVALHO cita esta nomeação, sem referir o seu documento, in *D. João V e a Arte de seu tempo*, 1962, Vol. II, p.141).

²⁴³ Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1^a Parte, Tomo V, pp. 240 a 242. Sousa VITERBO, in *Dicionário Histórico...*, ob.cit., Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Volume III, p. 34.

²⁴⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 242 e 243, “ *Consulta da camara a el-rei em 30 d’agosto de 1650*”.

²⁴⁵ ANTT, *Registo Geral de Testamentos*, L^o 87, fls. 48 a 50v (**Doc. 60** – transcrição nossa.) AYRES DE CARVALHO refere a cota e transcreve algumas partes deste documento, in *D. João V e a Arte de seu tempo*, 1962, Vol. II, p.142.

Costa, de quem teve Jordão Tinoco da Silva e D. Luísa da Costa e Mello ²⁴⁶. A única explicação plausível para Francisco da Silva Tinoco não figurar nesta genealogia só poderá residir no facto de Francisco Tinoco ser filho de um outro casamento de Diogo Tinoco da Silva (casamento que não figura também nesta genealogia).

Pertencendo a uma nobreza rural, Diogo Tinoco da Silva deverá ter exercido um cargo na administração do Reino, de acordo com a nomeação de Provedor e distribuidor dos Contos de S. João de Reis, em 1624 ²⁴⁷, o que ajudaria a explicar, assim, a vinda de Francisco Tinoco para Lisboa, não tendo direito de sucessão na *Casa da Comenda* que seria herdada pelo irmão, Jordão Tinoco da Silva (filho de Diogo Tinoco da Silva e de Alexandra da Costa). Deslocando-se para a Corte, procuraria uma profissão afim da de seu pai, como escrivão na *carreira da Índia*, a par do seu estatuto como aprendiz de arquitectura. Trata-se, no entanto, de uma mera conjectura.

No testamento, Francisco Tinoco refere ainda que é viúvo de Catarina Colimer (falecida em 1683), e que deixa por herdeiros António Ferreira de Lima, seu compadre e testamenteiro, além dos sobrinhos Diogo, Constantino e Francisco Tinoco da Silva (Padre Tinoco) ²⁴⁸. A este último deixa o prazo de uma morada de *casas nobres*, fornos

²⁴⁶ Felgueiras GAYO, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga: 1941, IX Volume, Tomo XXVII, pp. 216, §4, nº4. Através da *Habilitação de genere* do Padre Francisco Tinoco da Silva esclareceremos, posteriormente, que Diogo Tinoco da Silva era casado com Alexandra da Costa, e não com Maria da Costa.

²⁴⁷ ANTT, *Chancelaria de Filipe III Doações*, L^o 11, fls. 226 a 226v. “ *À margem: diogo tinoco da silva. Dom Phelipe, etc Aos que esta minha carta virem faço saber que comfiando eu diogo tinoco da silva que no de que vem coreger me servira bem e fielm.^{te} como a meu serviço e bem das partes çumpre e per lhe fazer merçe ey por bem e o devera daqui én diante por contador em provedor e distribuidor dos Contos de Sam Joaõ de reis alli e de man.^{ra} que o elle desejar e como o fez gaspar de moraes per çujo falecim.^{to} os dittos officios vagaraõ os quaes elle tera e servira enq.^{to} o eu ouver por bem e não mandar o contr.^o com declaração que avendo eu por meu servico de lhos tirar ou extinguir em algú tempo minha faz.^a lhe não ficara per isso obrigada a satisfação algúa : E esta m.^{ce} lha faco prover tudo de hú meu alvara per mi asinao a pasado por minha chr.^a de qual treslado he o seguinte # Desembargadores do paco amigos. Avendo resp.to a estarem vagos no (...) Lx.^a 15 de Maio de 1624 ”.*

²⁴⁸ Felgueiras GAYO não refere nenhum Constantino Tinoco da Silva. Encontrámos um alvará de Escudeiro Fidalgo, acrescentado a Cavaleiro Fidalgo, com o total de 1\$000 rs de moradia por mês e 1 alqueire de cevada por dia, datado de 20 de Março de 1696, no qual consta ser filho de Damião Tinoco da Silva (e como tal, irmão do Padre Tinoco). ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. Pedro II*, L.^o 10, fl.211v.

e outras casas pequenas na Rua das Atafonas junto ao Arco de S. Pedro, que poderia usar, como fez com o primeiro património que lhe tinha dado para se ordenar. Pedindo para que o seu corpo fosse sepultado “ na sepultura q tenho no Claustro da Igr^a de São Vicente de fora pegado a porta / q entra p^a o cruzeiro da d^a Igr^a ”²⁴⁹, apesar de hoje já ter desaparecido a inscrição que nela constava, ficou-nos a transcrição feita pelo Padre Inácio de Nossa Senhora da Boa Morte, em 1761 ²⁵⁰ (Fig. 10):

“S^a PERPETUA DE FRAN.^{CO} DA SILVA TI= / NOCO CAVALEIRO
FIDALGO E CIDADÃO / DESTA CID.^{DE} E DE SUA MOLHER D. CATHE/RINA
GOLIMOR E DE SEU SOBRINHO DI= / OGO TINOCO DA SYLVA SOM.^{TE} POR
CUJAS / ALMAS HE OBRIGADO O COLEGIO DOS CO= /NEGOS REGULARES
DE S. AGOSTINHO / DE COIMBRA DE MANDAR DIZER HUMA / MISSA
COTODIANA P.^A SEMPRE E AS ES-/CRITURAS DESTA OBRIGACAÕ E A DA /
COMPRA DESTA SEPULTURA ESTA NAS / NOTAS DO TABALIAÕ DESTE
MOSTEI==/RO DE SAÕ VICENTE EM 1664 E 1667. / TEM OUTRA MISSA
QUOTIDIANA NO / MOSTEIRO DOS RILIGIOZOS DE N. S.^{RA} / DA BOA HORA
DESTA CID.^E OS QUAES / SAÕ OBRIGADOS A HÁ DIZER IMPRE=/PETUUM
POR ESCRITURA OUTORGA/DA NAS NOTAS DO TABALIAÕ LUIS / CORREA
DE ALMEIDA EM 26 DIA / N.^{RO} DE 1689.”

Outros aspectos, constantes do seu testamento, são igualmente importantes: Lourenço Pires de Carvalho, Provedor das Obras Reais (a quem Francisco Tinoco trata por *amo*, numa relação nítida de vassalagem), era também Comissário da Bula da Santa Cruzada, e fizera-lhe mercê do lugar de Comissário Geral da Igreja da Misericórdia de Lisboa, mercê essa que Francisco Tinoco daria, por sua vez, a António

²⁴⁹ Fls. 48v e 49.

²⁵⁰ ANTT, *Manuscrito da Livraria* nº 468, fl. 14v.

Franco ²⁵¹. Os seus pagamentos seriam utilizados para financiar o retábulo da Capela de Nossa Senhora do Socorro que encomendara para a *Ermida do Monte Agudo*, mandada construir pelo mesmo Lourenço Pires de Carvalho, que lhe concedera a respectiva administração ²⁵² (a qual legava, por sua morte, ao compadre e testamenteiro António Ferreira de Lima). Morava então junto à Igreja da Penha de França, ao que parece na propriedade do Provedor das Obras Reais, onde viria a habitar também o sobrinho, o Padre Tinoco (Fig.11).

Não menos curiosas são as instruções relacionadas com os seus papéis. Deixa ao já citado António Ferreira de Lima, entre outros pertences, todo o seu escritório “ (...) com papéis seus e alheios, e um armário de carvalho de dois corpos com papeis manuscritos da Fortificação de Lisboa e mais outros para deles dar conta sempre que lhe pedirem(...) ”. Francisco Tinoco deveria estar a trabalhar também no projecto de fortificação de Lisboa, o que pode explicar a referência a Mateus do Couto na entrega e recepção do testamento, quando da sua abertura em 7 de Maio de 1699, como podemos comprovar pela sua assinatura. Na *aprovação* constam como testemunhas, para além de José da Silva, criado de Lourenço Pires de Carvalho, elementos que deverão ter trabalhado com Francisco Tinoco nas diferentes obras: os pedreiros Francisco de Oliveira, António Leitão, José Roiz e João Dantas, bem como os mestres carpinteiros André Jorge e Manuel da Silva.

As informações dadas neste documento confirmam algumas das que tinham já sido referidas no testamento de sua mulher, Catarina Colimer, datado de 3 de Setembro de 1675, no qual afirma ser casada em segundas núpcias com Francisco da Silva Tinoco, havia perto de 26 anos (pelo que deverá ter casado cerca de 1649) ²⁵³, a quem nomeia como herdeiro. Instituindo António Ferreira de Lima por testamenteiro (tal como faria Francisco Tinoco uns anos mais tarde), o testamento mostra que

²⁵¹ Trata-se, sem dúvida, do conhecido cronista dos jesuítas.

²⁵² É provável que seja Francisco da Silva Tinoco o autor desta ermida (demolida no início do século XX, quando da urbanização deste local), dadas as suas relações e dependência do Provedor das Obras.

²⁵³ ANTT, *Registo Geral de Testamentos*, L^o 97, fls. 20 a 21 (**Doc. 61 – Inédito**).

morava então ao Chafariz del Rei, situadas junto ao Arco de S. Pedro e mencionadas no próprio testamento, e que com o casal residia também Francisco Tinoco da Silva, que aqui aparece como testemunha ²⁵⁴.

3. Os Padres Tinoco da Silva: entre o sacerdócio e a arquitectura

Na genealogia que temos vindo a citar, constam, como descendentes de Jordão Tinoco da Silva (? – 1698) e de Maria da Costa (? - 1691), da *Quinta da Comenda* em Garfe ²⁵⁵, Damião Tinoco da Silva (cabeça de casal, casado com Mariana da Costa, que herdaria a referida *Casa da Comenda*), João e Gabriel Tinoco (? – 1686), Mariana da Silva da Costa (casada com Domingos Vieira da Cunha, da *Quinta de Barcarena*), e os *clérigos Diogo e Francisco*. Damião Tinoco da Silva, casado com Mariana da Costa, como filho mais velho herdaria a referida *Casa da Comenda*. A casa, entendida como um conjunto de bens simbólicos e materiais representava, neste período, um valor fundamental para grande parte das elites sociais ²⁵⁶, cabendo como herança ao filho primogénito, deixando às famílias a difícil solução do que fazer com os outros descendentes. Diogo e Francisco Tinoco da Silva, como costumava suceder a todos os filhos secundogénitos de uma família da nobreza (ainda que rural, como neste caso), estariam destinados a uma vida religiosa ou a uma carreira nas armas, como terá sucedido, então, com cerca de dois terços dos filhos secundogénitos ²⁵⁷.

²⁵⁴ Francisco Tinoco da Silva aparece também como representante do tio num documento datado de 18 de Fevereiro de 1684, referente a umas casas foreiras a S. Vicente (ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, Livro de Notas nº 117, fl. 73 e 74).

²⁵⁵ Felgueiras GAYO, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, ob. cit., IX Volume, Tomo XXVII, p. 216.

²⁵⁶ Nuno Gonçalo MONTEIRO, “As famílias e os indivíduos. Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos”, in *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*. Direcção de José MATTOSO (dir.), Nuno Gonçalo MONTEIRO (coord.), Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, pp. 137.

²⁵⁷ Idem, *Ibidem*, p. 139.

Apesar de não termos encontrado o assento de baptismo do Padre Diogo Tinoco da Silva (? - 1730), que já vimos anteriormente citado na documentação que temos vindo a analisar, podemos deduzir que era alguns anos mais velho do que o irmão, o também Padre Francisco Tinoco da Silva (1656-1730), a partir das respectivas *habilitações de genere* ²⁵⁸. Datadas de 1666 e 1676, respectivamente, nelas se confirma mais uma vez a ascendência referida por Felgueiras Gayo.

Diogo Tinoco da Silva terá entrado para a Congregação do Oratório em 13 de Junho de 1673 ²⁵⁹, onde leccionou Filosofia, de 1679 a 1682 ²⁶⁰. Falecido em 13 de Abril de 1730, pouco tempo depois do seu irmão Francisco (falecido em Janeiro do mesmo ano), o seu testamento fornece-nos mais algumas informações a seu respeito ²⁶¹. Decidindo que tudo o que restasse dos bens que possuía fosse utilizado na obra do Recolhimento de Mantelatas e Terceiras da Ordem de Santo Agostinho, cita no Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, “ (...) o qual se determina fazer no citio de N. Sr.^a do Monte ao pé do mesmo Convento, com condição que as ditas Mantelatas, e terceiras depois de feito o edifício, e Recolhidas nelle serão obrigadas a encomendar a minha alma a Deos por este benefício que lhes ajudo a fazer(...) ”,

²⁵⁸ ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, Maço 122, Processo 15, e maço 521, Processo 4, respectivamente (**Docs. 62 e 63 - Inéditos**).

²⁵⁹ BN, *Secção de Reservados*, caixa 3-B, 1-4, ms. 3, nº 4.

²⁶⁰ A.A. Banha de ANDRADE, “Congregação do Oratório”, in *Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 14, Lisboa: 1973, col. 691, *apud* Nelson Correia BORGES, *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II : Lisboa 1687*, Porto : Paisagem, 1986, p. 69.

²⁶¹ ANTT, *Registo Geral de Testamentos*, L.º 195, fls. 119 a 120 (**Doc. 64 - Inédito**). Nomeando como testamenteiros os padres Manuel Róis Ramos, Secretário do Santo Ofício, e o Beneficiado Philipe Nery, o Padre Diogo Tinoco da Silva morava junto ao Hospital do Menino Deus (não deixa de ser curioso o facto do irmão, o Padre Tinoco ser apontado como um dos possíveis autores da Igreja homónima, que aí se situava), apresentando como testemunhas Domingos do Menino Deos, Manuel Francisco, Paschoal da Silva e Manuel Pinto da Silva, tecelão, todos moradores junto ao referido hospital, Manuel Mendes guarda do Colégio de Santo Antão, Manuel Afonso, aguadeiro, morador em casa do guarda-mor da Câmara, e António Pereira, criado do Conde da Ponte, morador na Junqueira. Encontrámos uma cópia transcrita num núcleo de documentos a ele referentes na Biblioteca Nacional, integrado naquilo que parece ter sido um processo que moveu contra os Padre de S. Vicente de Fora e Filipe de Sousa Vilela (BNL, *Reservados*, ms. 246, nº42, 45, 46 e 47). Este processo terá sido originado pela impressão que levaram a efeito de umas “folhinhas” de Diogo Tinoco da Silva, a quem Sua Magestade tinha dado o respectivo privilégio. O processo, decorria ainda alguns anos depois da morte de Diogo Tinoco da Silva, de acordo com as petições dos frades do Convento da Graça, na qualidade de herdeiros das verbas deixadas para construção do Recolhimento das Mantelatas.

declarava ainda que as referidas Mantelatas fossem nomeadas pelo seu sobrinho, Diogo Tinoco da Silva, filho de Francisco Tinoco da Silva (e, como tal, neto do arquitecto Diogo Tinoco da Silva, falecido prematuramente em 1702)²⁶², e que as filhas do mesmo sobrinho Francisco tivessem prioridade de entrada no referido recolhimento, caso entendessem nele ingressar. Referia, também, que tinha sepultura no Convento de S. Vicente de Fora o que, de acordo com a já citada transcrição feita pelo Padre Inácio de Nossa Senhora da Boa Morte em 1761 a propósito do tio, o arquitecto Francisco da Silva Tinoco, mostra ter sido sepultado junto deste e da a sua mulher Catarina Colimer²⁶³.

Diogo Tinoco da Silva apareceria citado, também, em dois importantes documentos da época, associado a reuniões em que se discutiam duas das mais importantes obras de então: falamos da Igreja do Colégio de Santo Antão-o-Novo, e da reconstrução de Santa Engrácia. Diz-nos Ayres de Carvalho que, na obra de Santo Antão, houve necessidade de se realizar, em 1672, uma Junta para discussão se se deveria ou não desmanchar a cimalha (que apresentava cachorrada e ressaltos entre os pilares), à qual terão comparecido os mais afamados arquitectos, como João Nunes Tinoco, Mateus do Couto, Luís Serrão Pimentel, o arquitecto Francisco da Silva (Tinoco) e “ (...) *hú sacerdote curioso chamado Diogo Tinoco da Sylva sobrinho do M.^e Architecto fr.^{co} da Sylva(...)*”, e bem como outro “ *Sogeito Curioso*”²⁶⁴, o arquitecto Bartolomeu de Sousa.

Já no que diz respeito a Santa Engrácia, o desmoronamento ocorrido em 19 Fevereiro de 1681 obrigaria à realização de numerosas reuniões, para se decidir o que fazer com o edifício arruinado. Na vistoria ocorrida em 26 do mesmo mês à capela-mor “ (...) *forão chamados a meza os Architectos, e Mestres abaixo asinados q por ordem da mesma meza forão ver a ruina que proximam.^{te} padeceo a capella mor q a*

²⁶² ANTT, *Registo Geral de Testamentos*, L.º 195, fls. 119 e 119v.

²⁶³ ANTT, *Manuscrito da Livraria* nº 468, fl. 14v.

²⁶⁴ ANTT, *Cartório Jesuítico*, Doc. 37, citado por Aires de CARVALHO, in *Novas revelações para a história do barroco em Portugal*, Lisboa : [s.n.], 1964, p. 13.

Irmandade fas na Igreja de S. Engracia & preguntandose o remedio q se havia de dar a este danno p.^a se continuar a obra desenhada notarão todos q era irremediavel & que era necess.^{rio} derribar toda porq sem isso não haveria segurança nem se poderia fechar a abobeda, so forão de contrario parecer Francisco da Silva & o P.^e Diogo Tinoco de q se fez este assento, e a meza resolveo chamar toda a Irmandade p.^a q com o voto de todos se rezolvera o q se deve fazer (...) “ ²⁶⁵. Como nos informa Ayres de Carvalho, entre os que não assinaram a decisão de demolir a primitiva capela, constavam Francisco da Silva e o Padre Diogo Tinoco da Silva ²⁶⁶.

Poderíamos crer tratar-se de uma confusão entre o Padre Diogo e o seu homónimo sobrinho, o jovem arquitecto Diogo Tinoco da Silva, nomeado aprendiz em 10 de Outubro de 1690, em substituição de Mateus do Couto ²⁶⁷, não fosse a data dos pareceres: em 1672, o jovem aprendiz de arquitectura Diogo Tinoco da Silva não deveria ainda ter nascido (os pais casar-se-iam apenas em 1672) e, em 1681, não teria idade suficiente para os elaborar. Um documento, divulgado por Joaquim de Carvalho permite-nos, no entanto, avançar com uma outra explicação. Em 1662, na *Aula Régia de Matemática*, em Lisboa, sob orientação de Luis Serrão Pimentel, tinha sido defendida, por um Diogo Tinoco da Silva ²⁶⁸, a *Tese 4 das Theses Hercotectonicas Militares*. Entre os vários Diogo Tinoco da Silva que encontrámos, só o Padre Diogo

²⁶⁵ Aires de CARVALHO, *As obras de Santa Engrácia e os seus artistas*, Lisboa: 1971, p. 33.

²⁶⁶ Idem, *Ibidem*. Ayres de Carvalho confunde o Padre Diogo com o seu homónimo sobrinho, ao dizer que aquele viria a ser discípulo do seu tio, o Padre Francisco Tinoco da Silva.

²⁶⁷ Cf. **Doc. 12**.

²⁶⁸ Joaquim de CARVALHO (Anotações), *Pedro Nunes. Obras*, Academia das Ciências de Lisboa (ed. lit.), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, Vol. VI, p. 504: “*Tese 4 das Theses Hercotectonicas Militares. Praeside Luis Serram Pimentel, Lente da hercotectonica Militar, por Sua Magestade. Defende Diogo Tinoco da Silva na Aula Regia de Matematica a ...todo o dia. Offerecidas ao Excellentissimo Senhor Marquez de Marialva*” (agradecemos ao nosso orientador, Professor Doutor Rafael Moreira, a referência a este documento). Joaquim de Carvalho não refere a cota deste documento, o qual não conseguimos localizar, na extensa bibliografia referente a Luís Serrão Pimentel, nomeadamente na Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão, dedicada a este, por Nuno Alexandre Martins FERREIRA, na Faculdade de Letras de Lisboa, Departamento de História, 2009. Encontrámos uma outra tese da mesma disciplina, defendida por Simão Madeira (s/d), Ajudante do Terço do Mestre de Campo Lourenço de Távora (ANTT, *Manuscritos da Livraria*, nº 1104, pp. 283 a 285, “*Theses de Architectonica Militar Offerecidas a El Rey nosso s.^{or} no Conselho de Guerra, Prezidi. Luis serraõ Pimentel lente de Forteficacão por Sua Magestade*”).

parece ser o seu possível autor, tendo em atenção a respectiva data de defesa: o seu homónimo avô vivera na primeira metade do século XVII, e o sobrinho, aprendiz de arquitectura, filho de Mariana da Silva da Costa, não era ainda nascido em 1662, como acabámos de ver.

Como filho secundogénito, Diogo Tinoco da Silva poderá ter tentado uma carreira militar, ingressando na *Aula da Aula de Fortificação e Arquitectura Militar* leccionada por Luís Serrão Pimentel, antes de se decidir pela vida eclesiástica, como a sua *habilitação de genere* realizada em 1666 demonstra (o irmão Francisco Tinoco da Silva abraçaria também a vida eclesiástica, já depois de ter iniciado aquela que viria a ser uma importante carreira na arquitectura). Apesar de se tratar apenas de uma hipótese, parece-nos ser a explicação mais plausível, dada a cronologia dos acontecimentos, tendo em atenção quer a data da tese, quer as referências ao seu nome nos pareceres dados sobre as igrejas de Santo Antão e de Santa Engrácia, ao lado de reputados nomes da arquitectura de então.

O arquitecto mais importante desta família seria, no entanto, Francisco Tinoco da Silva (1656-1730), mais conhecido como *Padre Tinoco*. Vimos já, no primeiro capítulo, as inúmeras referências que a ele fazem historiadores como Sousa Viterbo ou Ayres de Carvalho.

Filho de Jordão Tinoco da Silva, senhor da *Casa da Comenda*, a documentação que temos vindo a referir mostra-nos que terá nascido em 1656, como ficou provado pelo seu assento de baptismo (tendo por padrinhos Bento Alvarenga da Costa e a sua filha Alexandra da Costa, parentes por via materna ²⁶⁹). Em 1676, desejando seguir a carreira eclesiástica, faria a sua *habilitação de genere* ²⁷⁰, dez anos depois da do seu irmão Diogo. Para a sua carreira como arquitecto seria de primordial importância a figura do tio, Francisco da Silva Tinoco, com quem residia e estudava, participando,

²⁶⁹ Cf. Os assentos paroquiais transcritos em nota de rodapé no início deste capítulo.

²⁷⁰ Cf. **Doc. 63 - Inédito**.

sem dúvida, nas obras que este dirigia como arquitecto régio. Já com a habilitação realizada, 1678 seria um ano determinante na sua carreira. Nomeado *aprendiz de arquitectura* em 7 de Janeiro, na vaga deixada pelo falecimento de Paulo Ferreira ²⁷¹, a 20 de Setembro do mesmo ano, Francisco Tinoco faria a já citada petição ao Rei, segundo a qual lhe seria permitido deixar ao sobrinho o cargo de *arquitecto régio* ²⁷². Em 1683, o então Padre Tinoco, seria nomeado *Arquitecto dos Paços da Ribeira*, em substituição do falecido Teodósio de Frias ²⁷³, consolidando uma carreira que só terminaria com a sua morte em 1730, na qual parece ter desempenhado tarefas mais de controlo, fiscalização e de adaptação dos Paços Reais, e de outros trabalhos pontuais que o Rei designaria, a par da sua função como *Mestre da Aula do Paço*. Com efeito, são poucas as obras de grande vulto que lhe conhecemos (o único contrato de obra referente a obras por si realizadas é o da reformulação da Igreja de Santiago de Almada, por ordem do Infante D. António ²⁷⁴), apesar de os historiadores, em especial Ayres de Carvalho, na sua vasta bibliografia, o apontarem como possível autor de algumas das mais emblemáticas obras realizadas nos finais de seiscentos e início de setecentos, como é o caso da igreja de Santa Engrácia, e da Igreja do Menino Deus. No entanto, estas obras que lhe são vulgarmente atribuídas (ou por ele influenciadas, na qualidade de *Mestre da Aula*), não constam dos *curricula* que o próprio Francisco Tinoco da Silva elaborou sobre a sua actividade como arquitecto real, *curricula* esses que constituem, até ao momento, o mais completo e fiável elenco das obras que realizou.

No primeiro *curriculum*, apresentado no concurso para Arquitecto das Ordens Militares de S. Bento e de Santiago, em 1696, na vaga deixada por morte de Mateus do

²⁷¹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso VI, L^o 43, fls. 100 e 100v (**Doc. 65** - transcrição nossa). Citado por Aires de CARVALHO, in *D. João V...*, ob. cit., Vol. II, pp. 143 e 144.

²⁷² Cf. **Doc. 10**.

²⁷³ ANTT, Chancelaria de D. Pedro II. Registo Geral de Mercês, L^o 1, fl. 67. (**Doc. 66**). Publ. e transcrito por Aires de CARVALHO, in *D. João V...*, ob. cit., Vol. II, p.144.

²⁷⁴ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº1 (actual 2), maço 81, caixa 83, L^o 395, fl 69 a 70. (**Doc. 67**). Citado por AYRES DE CARVALHO, in *Documentário artístico do primeiro quartel de setecentos, exarado nas notas dos tabeliães de Lisboa*, Braga : [s.n.], 1974, (**Doc. 68**).

Couto sobrinho ²⁷⁵ e que, como oportunamente comentámos, dá-nos a conhecer a sua assistência nas obras dos Paços de Alcântara, Salvaterra, Sintra e Almeirim, na obra da Capela da Rainha Santa em Estremoz (²⁷⁶), bem como na Igreja e Convento do Crucifixo, fundado por D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, segundo um projecto de Mateus do Couto, hoje desaparecido. Não menos importante é a referência às obras de adaptação que realizou no Paço de Alcântara, na Quinta do Marquês de Marialva (pensamos tratar-se da Quinta que se situava em Belém, imortalizada nas memórias de William Beckford, e demolida em 1940 para a realização da *Exposição do Mundo Português*), e na do Conde de Vila Nova em Marvila (hoje conhecida como Quinta do Marquês de Abrantes), bem como as realizadas para a chegada, a 20 de Janeiro de 1693, de D. Catarina Rainha, da Grã-Bretanha (alterações essas que afirma ter ido mostrar-lhe, pessoalmente, a Salamanca).

O segundo *curriculum* (inérito), consta de um padrão atribuído ao Padre Tinoco, em Março de 1711 ²⁷⁷, *curriculum* no qual de confirmam e esclarecem alguns dados constantes do primeiro, juntando ainda novos elementos. Nele se afirma que, entre 1673 e 1709, Francisco Tinoco da Silva assistiu “ (...) a todas as obras que se fizeram com grande cuidado verdade e zello, inteireza e limpeza de mãos (...) ” ²⁷⁸ provando, como tal, ser digno do cargo que ocuparia toda a vida, dirigindo as obras

²⁷⁵ ANTT, *Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens*, maço 12. Publicado e transcrito por Teresa de Campos COELHO, “Um concurso para o provimento do lugar de Arquitecto das Ordens Militares. A propósito de um *curriculum* do Padre Francisco Tinoco da Silva”, in *Revista Monumentos* nº7, Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro de 1997, pp. 103 a 107. Apesar de o referido *curriculum* vir descrito neste artigo, decidimos transcrevê-lo de novo, pela importância dos elementos biográficos que revela sobre o Padre Tinoco (**Doc. 68**) não apresentando aqui, no entanto, as imagens que nele o acompanham.

²⁷⁶ O enorme incêndio que deflagrou, no dia 17 de Agosto de 1698, cerca das onze horas da manhã no paiol do Castelo, destruiu quase por completo a Capela, obrigando a uma nova campanha de obras no início do século XVIII.

²⁷⁷ ANTT, *Chancelaria de João V*, Lº 58, fls. 247 e 248v. De acordo com as anotações postas na margem, este padrão passaria, em 1787, para D. Maria Leonor de Sande e Vasconcellos, por renúncia do seu avô Francisco Tinoco da Silva. Trata-se de Francisco Tinoco da Silva, bisneto do arquitecto Diogo Tinoco da Silva. (**Doc. 69 - Inédito**). D. Maria Leonor era, possivelmente, filha de D. Mariana Victória da Silva que, como nos diz Felgueiras GAYO, “ *estando no Paço mas não sendo açafata* “, terá recebido as honras a que estas tinham direito. *Nobiliário das famílias de Portugal*, ob. cit., Vol. IX, Tomo XXVII, p. 224, N.º 11.

²⁷⁸ ANTT, *Chancelaria de João V*, Lº 58, fls. 247v. (**Doc. 69 - Inédito**).

dos Paços Reais, ou outras de iniciativa régia. O documento revela, ainda, que a actividade deste arquitecto se iniciara em 1673, cinco anos antes da sua nomeação para aprendiz de arquitectura, estando de acordo com o conteúdo da mesma no qual se refere que, em virtude da informação recebida pelo Rei “ (...) *das partes e suficiencia de francisco tinoco da Silva na Architectura militar que estuda com partido na Aula da Ribeira das naos e na civel que estuda com seu tio Francisco da Silva Tinoco Hey por bem de lhe fazer merce da propriedade da prassa de vinte mil rs para estudar Architectura civel. (...)* ” ²⁷⁹, nomeação que demonstra estar já bem definida a separação entre o ensino da arquitectura militar e o da arquitectura civil, as quais Francisco Tinoco da Silva praticava enquanto se ordenava.

Este segundo *curriculum* assume especial importância, também, por elucidar-nos sobre a quantidade de obras que no espaço de pouco mais de vinte anos lhe terão sido confiadas (o Padre Tinoco, tal como aconteceria com João Nunes Tinoco, estaria activo perto de sessenta anos): nas que se realizaram nos Paços, quando se tratava do casamento da princesa Isabel Luísa, filha de D. Pedro II com o Príncipe de Sabóia, com as que se fizeram para a vinda da Rainha D. Maria Sofia de Neuburg, bem como nas dos funerais de toda a família real – de D. Afonso VI, de D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, da Princesa Isabel Francisca, do Príncipe D. João, de D. Pedro II e de sua mulher, a já citada rainha D. Maria Sofia de Neuburg, da Princesa D. Teresa, irmã de D. João V, e no da Rainha D. Catarina. É referida, também, a sua participação nas obras de reparação do Paço dos Capelães de D. Dinis em Odivelas, no Recolhimento do Castelo em Lisboa (hoje desaparecido), afirmando estar a fazer então as obras do Paço de Sintra.

No documento não é mencionada qualquer participação em Santa Engrácia, omissão que se poderá dever ao facto de, neste *curriculum*, ter sido importante referir apenas as obras de encomenda régia. Como encomenda régia deve ser entendida, também, a sua participação na reformulação dos Paços do Duque de Aveiro e, embora Francisco Tinoco da Silva não esclareça a que Paços do Duque se refere, pensamos que

²⁷⁹ ANTT, *Chancelaria de Afonso VI*, L^o 43, fls. 100. (Doc. 65).

se trata dos Paços de Azeitão, onde D. João V terá estado hospedado em 1711, e em 1715²⁸⁰.

Datando de 1711, o documento abrange, no entanto, um período que termina em 1709, deixando de fora o início da construção, quer do Menino Deus em Lisboa, quer da Igreja dos Navegantes de Cascais, obras que lhe têm sido frequentemente atribuídas, não nos esclarecendo sobre a sua possível participação nas mesmas²⁸¹. Referindo as obras que constam do *curriculum* de 1696 dá-nos, sobre algumas delas, alguns esclarecimentos adicionais: “ *emendando muitos erros* ” no Convento das Capuchas Francesas, “ *assistindo nas obras* ”, e delineando as plantas dos Paços de Alcântara e das quintas do Marquês de Marialva e Conde de Vilanova, em Marvila, em 1692 (confirmando também a sua ida a Salamanca, para as mostrar a D. Catarina de Bragança, que regressava então de Inglaterra), indo a Estremoz, em 1680, para medir e fazer a conta do que faltava nas obras da Ermida da Rainha Santa.

Outras obras são ainda referenciadas, como a vistoria sobre a segurança no Convento de Palmela, as deslocações a Setúbal para examinar as muralhas, sondar a Barra e fazer a sua planta, a ida a Abrantes para orientar a construção da ponte que se fez em Vila Velha, em 1704, para a passagem do exército. É referida ainda a participação noutros trabalhos, como em fundições e fornos de biscoito²⁸², e o desempenho de cargos como o de Escrivão do Regimento de Expediente das Obras, desde 1680 até 1700, “ *sem emolumento* ” (foi neste período que realizou o *Livro das*

²⁸⁰ Margarida CALADO, *Azeitão*, 1ª Edição, Lisboa: Editorial Presença, 1993, p. 42.

²⁸¹ Sobre a sua possível autoria destas igrejas veja-se, entre outros, os trabalhos de Paulo Varela GOMES, “A Arquitectura: um tipo único de Igreja. A importância da planta centralizada da Igreja do Menino Deus”, in *Igreja do Menino Deus. Intervenção de conservação e restauro*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa., Reabilitação Urbana 01, 2005, p. 95 a 104, e de Teresa de Campos COELHO “A Igreja dos Navegantes: notável exercício de geometria” in *Revista Monumentos* nº 31, Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Junho de 2011, p. 76 a 83.

²⁸² Um decreto de 17 de Setembro de 1721, ordenava a comparticipação do Senado na despesa da reedificação dos Armazéns de Pólvora de Beirolos, segundo o orçamento elaborado pelo arquitecto Francisco Tinoco da Silva. AML-AH, *Chancelaria Régia*, Livro VIII de Consultas e Decretos de D. João V, do Senado Oriental, f. 149.

*Avaliações da Comarca de Barcellos*²⁸³ - Fig.12), tendo servido também como Secretário do *Tribunal da Bulla da Cruzada*²⁸⁴.

Merece especial atenção a referência às obras que se fizeram para a coroação de D. João V (fazendo a respectiva *varanda*), e as da ponte para o desembarque de D. Mariana de Áustria, bem como as que então se fizeram no Paço da Ribeira, Capela Real e Torre. De salientar a referência à ponte que se fez para o desembarque de Carlos III em Lisboa, em 1704, cujo projecto Ayres de Carvalho atribuíra a João Antunes, dada a dependência e ligações profissionais deste com os Provedores das Obras²⁸⁵. A descrição da ponte, que agora podemos afirmar ser da autoria de Francisco Tinoco da Silva, é-nos dada por Caetano de Sousa²⁸⁶:

“ [El Rey]...vindo pelo passadiço do Paço da Corte-Real para o do Forte, desceo à ponte, que se tinha fabricado do Forte até ao mar. Havia ElRey encarregado a obra desta ponte a D. Joaõ da Costa, III Conde de Soure, seu Provedor das Obras, em quem concorriaõ excellentes partes; porque era naturalmente animado de hum espirito generoso, e com hua actividade taõ viva que nenhuma cousa lhe parecia difficultosa poder

²⁸³ LIVRO / DAS / AVALIAÇÕES, / DOS / OFFICIOS / DA COMARCA / DE / BARCELLOS / Feyto de Ordem de S. Mag.^{de} / por / Lourenço Pires de Carvalho De=/putado da junta dos Tres Esta=/dos, da Meza da Consciencia, e=/ordens do Concelho do dito Se=/nhor, e seu sumilher de Cortina/ Escrito por / Francisco Tinoco da Sylva / Anno / 1690. Palácio do Correio Velho, Leilão da Biblioteca de António Capucho, Lote 102. Agradecemos à Família Capucho, em especial à Professora Doutora Luísa Capucho Arruda, o acesso incondicional a todas as obras, sobretudo às da autoria dos Nunes Tinoco e dos Tinoco da Silva.

²⁸⁴ O *Regimento da Bulla da Santa Cruzada* esclarece-nos, entre outros, quanto às funções do seu Secretário, cuja nomeação dependia do Comissário Geral. Reunindo em casa deste último (§ VII) duas vezes por semana, à terça e à sexta, de manhã ou de tarde, em reuniões que não poderiam durar menos de três horas nem serem interrompidas (§VIII), competia ao Secretário todos os assentos nos *Livros dos Provimientos e Posses dos Officiais da Cruzada*, bem como preparar todos os papéis que tivessem que ser analisados pela Junta (§ III e IX), auferindo de ordenado oitenta mil reis (§XL). In *Regimento da Bulla da Santa Cruzada*, Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1696.

²⁸⁵ *D. João V...*, ob. cit., pp. 151 e 152. Era então Provedor das Obras o Conde de Soure, D. João da Costa e Sousa (1677-1706), pelo seu casamento com D. Luísa de Távora em cuja família (Carvalho Patalim) andava o cargo desde o reinado de D. Manuel. Ayres de Carvalho salienta que a ligação de João Antunes ao Provedor das Obras fora reforçada pelo facto de, em 1690 e em 1693, o então Provedor Lourenço Pires de Carvalho ter sido padrinho dos seus filhos.

²⁸⁶ *História Genealogica...*, ob. cit., Livro VII, pp. 578 e 529. Ayres de Carvalho transcreve esta passagem atribuindo, como acima se afirma, a sua autoria a João Antunes (*D. João V...*, ob. cit., p. 152).

executar; e assim o seu cuidado em breves dias fez construir da parte do mar um magnifico espaço com huma Cupula, ou Domo, taõ bem executada pelos primores da arte, que era de agradavel vista; no fim, aonde fazia principio a entrada da ponte, era dourada, e pintada com grande primor, e guarneçada com Estatuas...O portico por onde se entrava no saguaõ do Forte era tambem de admiraveis talhas, magnificamente dourado, e pintado. Era esta ponte, ou transito do mar para o Paço, espaçosa, e com tanta largura, e proporções geometricas, que sem confusão, nem embaraço, antes com boa ordem, coube todo o grande acompanhamento de Sua Magestade”.

Embora as gravuras com a descrição do desembarque de Carlos III em Lisboa sejam todas bastante fantasistas, sobretudo no que diz respeito ao cenário urbano retratado que não condiz com a Lisboa de então ²⁸⁷, a gravura de I. Ottens, datada de 1704, mostra-nos um pavilhão no topo da escadaria (Fig. 13) que se aproxima da descrição de Caetano de Sousa, e do que poderá ter sido o projecto de Francisco Tinoco da Silva.

Apesar de o não referir neste seu último *curriculum*, Francisco Tinoco da Silva participou também das vistorias e pareceres da Juntas que se realizaram em Santo Antão, em 1672, para discussão se se deveria ou não desmanchar a cimalha, e em 26 de Fevereiro de 1681 em Santa Engrácia, após a derrocada da mesma, na qual participou também, como referimos, o seu irmão, o Padre Diogo Tinoco da Silva.

Realizou ainda trabalhos de medição de obras, como as que efectuou, em 1680, na Igreja de S. Miguel de Alfama ²⁸⁸, e em 1701 no Convento de Santo Elói ²⁸⁹.

²⁸⁷ Existentes no Museu da Cidade em Lisboa, estas gravuras são da autoria de I. Ottens (Grav. 1403, datada de 1704), de Gabriel Bodenehr (Grav. 0333, datada de 1704) e de Balthazar Friedrich Leizelt (Grav. 1403, da segunda metade do século XVIII), in *Arte Efémera em Portugal*, Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 95 a 97, Cat. 26, 27 e 28.

²⁸⁸ *Livro I de Receita e Despeza 1666-1678*, fls. 112, 20v e 25. Revelado por Rita Pereira dos SANTOS, “A Igreja de S. Miguel de Alfama. Renovação estética entre 1673 e 1728”, *Estudos de História da Arte. Novos contributos*, Vitor SERRÃO (coord.), Lisboa: C.M.L., 2002, pp. 111 e 112. Segundo o registo, o

A intensa actividade que desenvolveu em todos os anos que esteve ao serviço da Coroa valer-lhe-ia, ainda, 60 mil reis de *mercê de supervivência* em 1728²⁹⁰, os quais receberia pelo espaço de dez anos, a partir desse ano. Francisco Tinoco da Silva não os receberia por completo pois faleceria a 22 de Janeiro de 1730. No seu testamento, datado de dois dias antes²⁹¹, nomeia o mestre pedreiro José da Costa Negreiros por testamenteiro (José da Costa Negreiros daria origem a uma importante família de arquitectos no século XVIII, à qual pertenceria Eugénio dos Santos de Carvalho²⁹²), “*pela amizade que lhe teve*”, elucidando-nos um pouco mais sobre as suas relações profissionais. Francisco da Silva Tinoco vivia, então, na Quinta onde se situava a Ermida de Monte Agudo (membro da respectiva Irmandade, escolheria o carneiro da ermida para sua sepultura), em terras do Conde de Soure junto à Penha de França, tal como sucedera com o tio, o arquitecto régio Francisco da Silva Tinoco.

Não cremos, como diz Ayres de Carvalho “ (...) *que o velho mestre, Padre Tinoco, é relegado tristemente para um canto (mestre desde 1683) com a chegada do reinado de D. João V, quase posto de parte pelo monarca (...)* ”²⁹³, mas terá realizado obras de confiança deste, como o seu cargo como *Mestre e Arquitecto do Paço da Ribeira* assim o exigia, quer na gestão dessas mesmas obras, quer na realização e direcção dos principais eventos régios. Está, ainda hoje, por determinar a verdadeira dimensão da influência que teve como Mestre de tantos arquitectos, em especial de

Padre Tinoco terá recusado o pagamento pelo seu trabalho, tendo recebido em Outubro de 1682 “*um mimo*” de 2000 réis.

²⁸⁹ Miguel SOROMENHO, “O arquitecto João Antunes no Convento de Santo Elói de Lisboa. Uma carta e alguns desenhos” (no prelo). Agradecemos a Miguel SOROMENHO ter-nos disponibilizado o seu texto, que traz novos dados ao trabalho de João Antunes, e à história deste convento, no qual se poderá consultar, quando publicado, a referência completa à documentação que suporta a nossa afirmação.

²⁹⁰ ANTT, *Chancelaria de D. João V*, L^o 58, fls. 247 a 248v. (**Doc. 70 – Inédito**).

²⁹¹ Cf. **Doc. 56**.

²⁹² Cf. a este propósito Maria Leonor Morgado Ferrão de OLIVEIRA, *Eugénio dos Santos e Carvalho arquitecto e engenheiro militar (1711-1760) : cultura e prática de arquitectura*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa : [s.n.], 2007.

²⁹³ *D. João V...*, ob. cit., Vol. II, p. 96.

João Antunes, com quem a Historiografia de Arte Portuguesa tem feito partilhar a autoria de inúmeras obras.

4. Diogo Tinoco da Silva (c. 1677-1702): efémera passagem na arquitectura

Filho de Mariana da Silva da Costa, irmã do Padre Tinoco, e de Domingos Vieira da Cunha, Diogo Tinoco da Silva deverá ter nascido em 1677, cinco anos após o casamento dos pais ²⁹⁴. Nomeado *aprendiz de arquitectura* ainda muito novo, em Outubro de 1690, na vaga deixada pela promoção de Manuel do Couto a arquitecto dos Paços de Salvaterra de Magos e Almeirim, e do Mosteiro da Batalha, diz-nos o respectivo documento que “ (...)havendo respeito a Diogo Tinoco da Silva estar aprendendo Architectura civil com seu tio o P.^e francisco tinoco da silva Architecto e mestre dos Paços da Ribeira desta cidade e ao talento que mostra pera bem o poder servir na dita faculdade Hey por bem e me praz fazerlhe merce da propriedade da praça de aprender Architectura civil (...) com obrigação que estudará com o dito seu tio e fará todos os papeis que pello Provedor de minhas obras e Passos lhe for mandado e tudo o mais que for do meu serviço (...)” ²⁹⁵.

Estudando com o tio, como o documento diz, deverá ter sido na obra das Capuchinhas Francesas que terá conhecido o pedreiro Lourenço Gonçalves que viria a ser seu sogro, conforme podemos depreender pelo testamento deste último ²⁹⁶.

²⁹⁴ Como atrás comentámos, Felgueiras Gayo dá-nos como data do seu nascimento 1767, o que só poderá tratar-se de uma troca de números. Pensamos ser, na realidade, 1677, uma vez que os seus pais se casaram em 1672. Felgueiras Gayo poderá ainda tê-lo confundido com um homónimo parente, uma vez que Diogo e Francisco constituem nomes próprios que nesta família se alternam ao longo de várias gerações.

²⁹⁵ ANTT, *Chancelaria de D. Pedro II, Doações*, liv. 19, fl. 45v. Publicado por Sousa VITERBO, in *Dicionário Histórico...*, ob. cit., Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Volume III, p. 124. Cf. **Doc. 12**.

²⁹⁶ ANTT, *Registo Geral de Testamentos*, L^o 95, fls. 129 a 131v, transcrito por João Miguel Ferreira Antunes SIMÕES, in *Arte e Sociedade na Lisboa de D. Pedro II. Ambientes de trabalho e mecânica do mecenato*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro pela Faculdade de Letras da

Como comprova o seu óbito ²⁹⁷, viria a falecer prematuramente “ *de morte accidental* ” em 1702, na sua *Quinta de Barcarena* (Ayres de Carvalho afirma que, de acordo com o que pôde apurar na Torre do Tombo, falecera em Sacavém, na quinta do seu tio ²⁹⁸), tendo sido sepultado na Igreja do referido lugar. A quinta estava ainda na posse do filho Francisco, em 1758, pois como consta das Memórias Paroquiais, existia uma ermida de Santo António na quinta de Francisco Tinoco da Silva ²⁹⁹. Passando por inúmeros proprietários, embora muito adulterada e arruinada ³⁰⁰, a quinta seria recentemente urbanizada, dela ficando apenas alguns vestígios, sobretudo do que terá sido a sua capela. Uma descrição datada de 2002 da análise então feita ao edificado, diz-nos que ele deveria ter sido primitivamente composto pela capela e por um piso de habitação, ao qual se terá acrescentado posteriormente outros andares ³⁰¹ (Fig. 14). Da capela restam ainda alguns vestígios, como o púlpito (Fig. 15), e a pedra de armas dos Tinoco, já citada ³⁰².

Da obra de Diogo Tinoco da Silva não ficou qualquer registo, confundindo-se certamente com a intensa actividade do tio a quem, para além do papel que desempenhou como tutor e mestre, parece ter cabido também a tarefa de protecção

Universidade de Lisboa, Lisboa : [s.n.], 2002, Vol. II, pp. 107 a 109. Diogo Tinoco da Silva foi testamenteiro de Lourenço Gonçalves, sendo casado com a sua filha mais velha, Teresa. Para além de ser nomeado testamenteiro do sogro, seria também nomeado tutor da sua cunhada Maria. De acordo com o testamento, Lourenço Gonçalves era proprietário de casa na Praça de Barcarena, em que se situava a *Quinta da Franca*, onde Diogo viria a falecer.

²⁹⁷ ANTT, *Registos Paroquiais de Barcarena* (Oeiras), Lº 1 de Óbitos, fl.71.

²⁹⁸ D. João V..., ob. cit., Vol. II, p. 194. Esta confusão deve-se, sem dúvida, ao facto da Quinta de Diogo Tinoco da Silva ter passado para o filho, também de nome Francisco.

²⁹⁹ ANTT, *Memórias Paroquiais*, Vol. VI, nº 31, p. 203.

³⁰⁰ Em 2002, Fernando SILVA publica uma breve notícia sobre a quinta e os seus últimos proprietários e arrendatários, mostrando o estado de ruína em que se encontrava. In *Religiosidades e Tradições de Barcarena*, Oeiras: *Barcarena*, Oeiras: F. Silva-Câmara Municipal, 2002, pp. 131 a 137. Agradecemos à Dr.ª Filomena Serrão Rocha, da Divisão de Património Histórico e Museológico da Câmara Municipal de Oeiras, a informação dada sobre esta quinta.

³⁰¹ Idem, *Ibidem*, p. 136.

³⁰² Agradecemos ao actual proprietário da quinta, Engenheiro João Freitas Fernandes (que nos confirmou o elevado estado de ruína do edificado, em especial da capela, quando dele tomou posse), ter-nos cedido a fotografia da pedra de armas acima referida.

do seu filho Francisco, quando Diogo morre em 1702. Francisco deveria ter então cerca de quatro ou cinco anos, de acordo com a Habilitação à Ordem de Cristo realizada em 1711³⁰³; a documentação mostra-nos que viveria e casaria em casa do tio, o velho Padre Tinoco, conforme consta dos processos de *Habilitação de Genere* dos filhos Diogo e António³⁰⁴. A descendência destes Tinoco da Silva mostra que

³⁰³ Realizada em 18 de Novembro de 1711, com apenas 14 anos, dá-nos mais alguns dados biográficos sobre este filho do jovem arquitecto Diogo, confirmando a profissão de pedreiro do avô materno: “ Parecer Lx 27 de janeiro de 1712 / Das provanças q se mandaraó fazer a Fran.^{co} Tinoco / da Silva p.^a receber o habito da ordem de Christo / de que V. Mag.^{de} lhe fes m.^{ce} se deu conta a Vmag.^{de} pella / consulta incluza constava ser menor de dezouto an=/nos por ter somemte quatorze de idade e que seu Avo / Materno fora Pedreiro p.^{los} quais impedm.^{tos} se julga=/va naó estar capas de entrar na Ordem e Vmag.^{de} / foi servido mandar responder que estava bem. / Recorreo a Vmag.^{de} com húa petição em que pede lhe / faça m.^{ce} dispensa nos ditos imped.^{tos} allegan=/do serlhe feita a m.^{ce} do habito pellos serviços de seu / Tyo o P.^e Fran.^{co} Tinoco da Silva Ms. Architeto das / obras de Vmag.^{de}, e a mecanica do d.^o seu Avo se / achar m.^{to} diminuida por este ter hido á Caza dos / vinte e quatro, e conforme os Alvarás que os s.^{res} / Reys deste Rn.^o concederaó á d.^o caza os que a / ella vaó ficaó logrando nobreza p.^a si, e seus des=/cendentes, p.la qual rezaó, e p.^{los} m.^{tos} serviços que / a Vmag.^{de} tem feito o dito seu Tyo por espaço de / 36 a; como constava da Portr.^a que offerecia, se / fas digno de que Vmag.^{de} lhe faça m.^{ce} de o dis=/pençar p.^a poder receber o habito. / E por Vmag.^{de} mandar que a d.^{ta} petição se veja neste / Tribunal, e se consulte o que parecer, sem embargo / das ordens em contr.^o. Sendo por tudo visto. Pareceo que Vmag.^{de} faça m.^{ce} ao sup.^{te} de o dispençar / Nos ditos impedim.^{tos} por os serviços de seu Tyo, porq / Vmag.^{de} lhe fes a m.^{ce} do habito naó desmerecerem / esta graça. Lx.^a 25 de Jan.^{to} de 1712. Joaó da Mesq.^t e Matos Martim M. E Paym Dom Fern.d^o de Faro An.^{to} de Freitas Soares Dom Francisco de Sousa”. (ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações da Ordem de Cristo, Letra F, Maço 38, nº17) Em 27 de Janeiro de 1750 seria a vez de Diogo, filho de Francisco e neto do do aprendiz de arquitectura Diogo Tinoco da Silva, fazer a sua habilitação à Ordem de Cristo. O processo mostra que o facto de o avô materno ser “ (...) o primeiro que fez prezepios de baile, e taõ bem tocara viola nas múzicas, e na Cappella real (...)” constituiu impedimento para atribuição do hábito, o que levou a que realizasse um pedido para que tal impedimento não fosse tomado em consideração, uma vez que “ (...) ter prezepio em Caza he coriozid.^e, e naõ officio como o tanger de viola que he Arte, e no serv.^o de V. Mag.^e naõ pode haver mecanica p.^o tal exercicio (...)” (ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações da Ordem de Cristo, Letra D, Maço 12, nº100). Diz Rafael Bluteau no seu *Vocabulario* que “ Presépios chamamos a huãs representações das circunstancias do Nascimento de Christo Senhor nosso com figuras vivas, ou ao vivo, em casas particulares, ou nas Igrejas De maneyra que val o mesmo que Etribaria de animais domesticos, & segundo a interpretação de outros, Presepio he mágidoura. Presepios tambem, ou presepes se chamaõ humas lapas com o Menino Jesus, acompanhado de Anjos, pastores, etc. & ou humas representações que a devota industria de alguns curiosos expoem aos olhos dos espectadores com as causas, ... e& circunstancias do dito Nascimento, com varias figuras, apparencias, e alegres entretenimentos.” (Vol. VI: Lisboa: na Officina de Pascoal da Sylva, 1720, pp. 712 e 713).

Pensamos que, neste caso, mais do que uma representação teatral que ganhou raízes na tradição popular, o *Presépio de Baile* se refere na realidade, a um presépio de marionetes. Este tipo de presépios parece ter constituído também uma representação bastante divulgada, pois existe notícia de que no dia 15 de Janeiro de 1685 ardeu a *Casa das Pedras Negras* onde se fazia este tipo de espectáculo (António Machado CABRAL, “Memórias históricas de Lisboa (1680-1716)”, in *Lisboa e o seu termo*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1948, Vol. II, p. 22).

³⁰⁴ ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa, Habilitação de Genere*, Maço 121, P.^a 14. Nele se refere que foram baptizados, respectivamente, em Santa Justa de Lisboa e S. Pedro de Barcarena, filhos de Francisco Tinoco da Silva, baptizado na Igreja dos Anjos, e de Antónia Maria da Encarnação, baptizada

continuariam uma tradição familiar, vivendo de mercês e ocupando cargos na administração do Reino ³⁰⁵.

5. *Tinoco da Silva e Nunes Tinoco*: contextos familiares e cargos profissionais de natureza diversa

É Ayres de Carvalho quem primeiro sugere já haver alguma diferença entre estas duas famílias ao afirmar: “ *Não admira portanto que entre os «Tinocos de Lisboa» e os do «norte», filhos, netos e sobrinhos de «Pedro Nunes Tinoco» e de «Francisco da Silva Tinoco», houvesse razões de despeitos, intrigas e mal querenças artísticas, bem esclarecidas nos trabalhos executados pela firma completa do autor da obra João «Nunes tinoco» (...)»* ³⁰⁶.

A partir da documentação que atrás examinámos podemos afirmar que a principal diferença entre os Tinocos do “norte” (Tinoco da Silva) e os de Lisboa (Nunes

em S. Nicolau. As testemunhas chamadas a depor neste processo referem, ainda, que esta última era filha de Romão Franco, músico de D. Pedro II, e que conheciam o Padre Tinoco, bem como Diogo Tinoco da Silva e Teresa de Jesus, que moravam com este, tal como o seu filho Francisco. Uma das testemunhas referiu também que Diogo Tinoco da Silva, quando veio para Lisboa, terá vindo morar inicialmente com o tio, o Padre Diogo Tinoco da Silva.

No seu testamento, o Padre Francisco Tinoco da Silva faz alusão às despesas que teve com o casamento de Francisco, filho de Diogo (**Doc. 56**, fl. 181v).

³⁰⁵ Embora fora do espaço cronológico que nos propusemos estudar, encontrámos outros documentos referentes aos descendentes deste ramo dos Tinoco da Silva, confirmando o que acabámos de referir. Em 27 de Fevereiro de 1752 era baptizado, na Igreja de Barcarena, Francisco, filho de Diogo Tinoco da Silva (bisneto do arquitecto Diogo) e de sua mulher Ana Joaquina Sande de Vasconcellos (ANTT, *Registos Paroquiais de Oeiras, Freguesia da Barcarena*, L^o 3^o dos Baptismos - 1711-1755), fl. 361v, sendo-lhe atribuído o Hábito de Cristo em 24 de Março de 1770 (ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. José I*, L^o 23, fl.297). Encontrámos, ainda, a sua nomeação para escrivão da *Conservatória e Executoria da Junta da Administração do Tabaco*, em 10 de Dezembro de 1772, em substituição de João Falcão Maldonado, falecido em 24 de Novembro desse ano (ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. José I*, L^o 26, fl 10 e 10v).

³⁰⁶ *A Obra de Santa Engrácia e os seus artistas*, ob. cit., p. 73. Esta diferença quanto à origem é também salientada por Horácio Manuel Pereira BONIFÁCIO, “Tinocos”. José Fernandes PEREIRA, Paulo PEREIRA (dir.), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Ed. Presença, Lisboa: 1989, pp.483. Ainda hoje as duas famílias são frequentemente referenciadas como uma única família por numerosos autores.

Tinoco), utilizando a expressão de Ayres de Carvalho, reside no estrato social em que ambos têm origem. A documentação mostrou ainda que, além de pertencerem a famílias distintas, integradas em contextos sociais diferentes, a actividade dos seus membros raramente convergiu nos mesmos núcleos, mostrando que estavam bem definidas as respectivas competências. Isto mesmo é comprovado pelo desfecho do episódio de S. Vicente de Fora, quando da nomeação de Francisco da Silva Tinoco para apontador, no qual, apesar da sugestão do vereador Francisco Valadares para que se dispensasse João Nunes Tinoco, se decidiu manter os dois architectos, cujas funções eram distintas e bem definidas. Para além das intervenções que tiveram nos pareceres dados para as obras de Santo Antão e de Santa Engrácia, S. Vicente de Fora parece-nos ser a única obra em que a actividade destas famílias se cruzaram e coexistiram ³⁰⁷.

Os *Tinoco da Silva* pertencem a uma nobreza rural que tinha, pelo menos desde o século XVI, na carreira de armas e na administração do Reino os seus principais cargos, acompanhados, frequentemente, da atribuição de comendas e mercês diversas. Prova-o o facto de constar do nobiliário de Felgueiras Gayo, e de este nos dar como antepassado de Francisco Tinoco da Silva, Pedro Fernandes Tinoco que terá participado na Batalha de Cananor (Dezembro 1501/Janº 1502), sediando o ramo da família a que pertence, na já citada *Casa da Comenda* ³⁰⁸. Como afirmámos também, quer Francisco da Silva Tinoco, quer os irmãos e padres Diogo e Francisco Tinoco da Silva, na qualidade de filhos secundogénitos de uma família nobre, terão sido obrigados a procurar uma alternativa à sucessão da *Casa* a que pertenciam, reservada aos filhos primogénitos. Assim deveremos entender a comprovada formação do Padre Diogo Tinoco da Silva em arquitectura militar (sob orientação de Serrão Pimentel) tendo em vista, muito possivelmente, uma carreira nas armas, formação que teve também o seu irmão o Padre Francisco Tinoco da Silva (como vem explícito no seu alvará de nomeação para *aprendiz de architectura*), bem como o posterior ingresso de ambos na vida eclesiástica. Os outros irmãos e seus descendentes usufruiriam das

³⁰⁷ Veremos, também, Francisco Tinoco da Silva fazer uma medição numa obra de João Nunes Tinoco, na Igreja de S. Miguel (cf. III PARTE, Cap.2).

³⁰⁸ *Nobiliário de Famílias de Portugal*, ob. cit., Vol. IX, Tomo XXVII p, 216.

mercês a que a sua condição familiar lhes permitiu aceder, ou ingressariam também numa carreira militar, como aconteceu com Constantino Tinoco, falecido na Índia.

Com os *Nunes Tinoco*, ainda que tenhamos em conta o pedido de justificação de nobreza feita por um Pedro Nunes Tinoco, já no início do século XIX, fundamentado nas *moradias* da Casa do Infante D. Luís, não existe mais qualquer dúvida de que a sua origem assenta numa família plebeia (não constando os seus elementos, como tal, no referido *Nobiliário*) de mestres-pedreiros, com considerável riqueza e prestígio, como o atesta o contrato para a Igreja de Santa Catarina em Lisboa, ainda que no final do século XVII e início do século XVIII, as transformações sociais decorrentes da reorganização do Reino, lhes tenha permitido usufruir, também, da série de mercês com que a Coroa distinguia os seus servidores (atente-se nos exemplos de Luís Nunes Tinoco e do seu filho, Pedro Nunes Tinoco). No século XVII a “*nobilitação*” no seio desta família de mestres-pedreiros fez-se pelo acesso que tinham ao estatuto de arquitectos, reservado ao filho primogénito (como vimos com André, João e Luís Nunes Tinoco), num processo equivalente ao que, no contexto de uma nobreza rural, acontecia com os *Tinoco da Silva*, na sucessão do filho primogénito na *Casa da Comenda*.

Estas diferenças de contexto social traduziram-se, ainda, em práticas profissionais distintas, ou para sermos mais exactos, em campos e dinâmicas distintos. Embora todos os elementos possuam o estatuto de *arquitecto real* (após um período como *aprendizes*), as suas nomeações mostram que o trabalho e cargos eram já bastante diferenciados: se os *Tinoco da Silva* ocuparam os cargos de *Arquitectos dos Paços* (fazendo trabalhos de adaptação desses mesmos paços, em especial no da Ribeira) e alargando a sua actividade a outros trabalhos pontuais e ao ensino da arquitectura, os *Nunes Tinoco* constituíram uma “*dinastia de arquitectos reais*” cuja sucessão no cargo de dirigentes da maior obra real de então (S. Vicente de Fora), estava implícita e assegurada pela sua filiação. Com efeito, se no caso dos *Tinoco da Silva*, o Rei concedeu a Francisco da Silva Tinoco um alvará para poder nomear, por sua

morte, o sobrinho *Francisco Tinoco da Silva* como *arquitecto real*³⁰⁹, os alvarás de nomeação de aprendizes de arquitectura e de sucessão dos *Nunes Tinoco*, na direcção de S. Vicente de Fora, justificam todos essas nomeações através da filiação dos seus elementos, filiação essa que assegurava a qualidade dos seus desempenhos, como os próprios documentos deixam transparecer: de João Nunes Tinoco, para S. Vicente “ (...) *avendo respeito a suficiencia e muita continuação que tem nos papeis que se lhe emcarregarão (...)* ”³¹⁰, ou de Luís para o mesmo cargo “ (...) *joão nunes tinoco Architecto e mestre das obras do Real Mosteiro de Saõ Vicente de fora o haver servido há perto de sincoenta annos com toda a boa satisfação e em tudo o mais q lhe foi encarregado o qual officio foi já de seu Pay Pedro Nunes Tinoco e a Luis Nunes tinoco haver servido húa praca de aprender a Architectura com boa satisfação e ser filho do dito Joaõ nunes tinoco e este estar já velho, há S Mg.^{de} p bem fazer m.^{ce} ao dito Luis Nunes Tinoco de propriedade do dito officio de Mestre Architecto das obras do Real Convento de Saõ Vicente de fora p^a o servir assim e da maneyra q o servia o dito seu pay (...)* ”³¹¹.

Outra diferença entre as duas famílias é, ainda, fundamental para o entendimento da obra destes arquitectos. Se a arquitectura surgiu como alternativa profissional a alguns dos *Tinoco da Silva*, ocupando estes cargos de índole mais administrativa, ela foi sempre uma questão de sobrevivência e o principal modo de vida dos *Nunes Tinoco*, pelo menos até ao início século XVIII. Oriundos de uma família de mestres-pedreiros, como referimos, a nomeação de Pedro Nunes Tinoco para *aprendiz* conferiu um novo estatuto à família, estatuto esse que lhes assegurava também um lugar de referência no contexto profissional, no qual se posicionavam também outras famílias igualmente importantes, como os Frias ou os Couto, só para citar as mais importantes. Esta ascensão de um membro ao estatuto de arquitecto assegurava-lhes, ainda, uma perfeita organização familiar em moldes que, para a época, podemos definir quase como empresariais: a família funcionava como um

³⁰⁹ Cf. **Doc. 10.**

³¹⁰ Cf. **Doc. 7.**

³¹¹ Cf. **Doc. 22.**

grande atelier em que o arquitecto assinava a traça, e os outros membros poderiam surgir como empreiteiros, ou mesmo fiscalizando os trabalhos (como o cargo de *medidor de obras da cidade* lhes permitia desempenhar), assegurando a funcionalidade e qualidade total da obra (veja-se o exemplo de Álvaro Gomes, e dos filhos Pedro Nunes Tinoco e Manuel Quaresma).

Esta dinâmica familiar permitiu-lhes, também, uma multiplicidade de contactos que, isoladamente ou na sequência de uma colaboração com outros elementos da mesma esfera profissional, lhes garantiu uma abrangente actividade, expressa na quantidade de encomendas que lhes foi feita, não apenas no âmbito das encomendas reais, como sucedeu com os *Tinoco da Silva* (centradas com estes, sobretudo, na administração e nas adaptações que lhes eram confiadas como *arquitectos régios* nos diferentes *Paços*), mas abrangendo uma diversificada e intensa actividade. Esta, fruto de uma dinâmica familiar endógena com características próprias, desenhou a especificidade da arquitectura de todo o século XVII e inícios do século XVIII, razão pela qual (aliada ao grande e diversificado número de obras em que participaram), elegemos os *Nunes Tinoco* como objecto do nosso estudo.

II Parte - Pedro Nunes Tinoco, *famoso Architecto* do período filipino

Capítulo 1

Os anos de aprendizagem : de Santa Catarina a São Vicente de Fora



312

“Mas eu que considero as excellentes qualidades do sítio de Lisboa, não posso deixar de a fazer cabeça de hum grande Império; porque não fez Deos em vão as suas qualidades, que para isso lhe deo” ³¹³.

Luís Mendes de Vasconcelos, *Diálogos*, 1608.

1. Da cidade imaginada à cidade construída

“Lisboa rainha dos Oceanos” (ou “Lisboa princesa do mundo”, como a define Camões nos *Lusíadas*) é o epíteto mais que justificado para uma cidade que se afirma na privilegiada relação que tem com o Tejo, para o qual se abre num imenso cenário como se se abrisse para o mundo. Cidade de múltiplas virtudes (salubridade, abastecimento, defesa, riqueza das suas casas), como simbolicamente a representou Francisco da Holanda ³¹⁴, seriam essas mesmas virtudes que, dando continuidade a uma

³¹² João Baptista LAVANHA, *Viagem da catholica real magestade del rey D. Filipe II N. S. ao reyno de Portugal*, Madrid: Thomas Tunti, 1622, JJ. Alenda y Mira, op. cit., nºs 694-723.

³¹³ Luís Mendes de VASCONCELOS, *Do sítio de Lisboa. Dialogos*, Lisboa: Imprensa Régia, 1803, p. 119.

³¹⁴ *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, introdução, notas e comentários de José da Felicidade ALVES, Lisboa:, Livros Horizonte, 1984, p. 11.

tradição literária humanista, iriam ser realçadas também no discurso político da olisipografia de início de Seiscentos ³¹⁵, depois da “euforia” construtiva que o mecenato de Filipe I (1527–1598) tinha produzido no Reino. Seguindo de perto as obras que encomendava, Filipe I assumia-se como *monarca architecto*, (despertando na nobreza um “ (...) humor architectónico, o qual acabou por se converter num signo distintivo do seu status (...) ” ³¹⁶) o que, aliado a um profundo sentimento religioso e a toda uma retórica de poder, mudaria definitivamente a imagem de Lisboa. No centro, ou expandindo os limites da cidade, construções como o Torreão do Paço da Ribeira, o Mosteiro de São Vicente de Fora ou o de São Bento constituem, ainda hoje, importantes referenciais no perfil urbano.

Neste contexto, as festas assumem primordial importância, enquanto retórica e legitimação de índole política ou religiosa, em especial as entradas régias, ao desempenhar um papel preponderante no discurso urbano que, não sendo ainda *barroco* nas formas que elege, é já barroco no uso que faz dos sentidos.

Integrado numa segunda geração de arquitectos *aprendizes* da Aula do Paço, a partir da sua formação oficial iniciada em 1604, Pedro Nunes Tinoco assistiu, sem dúvida, a toda a dinâmica social e artística que envolveu a entrada de Filipe II em Lisboa, em 1619 ³¹⁷. Estava ainda na memória da cidade a entrada de Filipe I em 1581,

³¹⁵ Sobre a importância estratégica de Lisboa realçada na literatura dos séculos XVI a XVIII cf. Teresa de Campos COELHO, “Lisboa, a cidade «d’escrita»”, in *Actas do Colóquio Literatura e História*, Lisboa: Universidade Aberta, 2002, p. 301.

³¹⁶ Fernando Bouza ALVAREZ, *Portugal no tempo dos Filipes : política, cultura, representações, 1580-1668*, Lisboa : Cosmos, 2000, p.10.

³¹⁷ Sobre o significado das Entradas Régias em período filipino veja-se George KUBLER, *A arquitectura portuguesa chã : entre as especiarias e os diamantes, 1521-1706*, Jorge Henrique PAIS DA SILVA (trad.), José Eduardo Horta CORREIA (pref.). Lisboa : Vega, 1988, p. 110, Francisco Xavier PIZARRO “La Jornada de Filipe II a Portugal en 1619 y la Arquitectura Efímera”, in *Relações Artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos*, II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte, Coimbra: Livraria Minerva, 1987, pp. 123 a 146, Fernando Jesús Bouza ALVAREZ, “Retórica da Imagem Real. Portugal e a Memória Figurada de Filipe II”, in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, nº 14, Lisboa: Novembro de 1989, pp. 19 a 58, Krista DE JONG, “A Arte da festa em Portugal e nos Países Baixos meridionais, no século XVI e no início do século XVII”, Rafael MOREIRA (comm.), *Cat.Portugal et Flandre: Visions de L’Europa (1550-1680)*, *Europália’91, Bruxelas, 1991*, pp.85 a 101. Miguel SOROMENHO, “Ingeniosi ornamenti. Arquitecturas Efémeras em Lisboa no Tempo dos Filipes”, in *Arte efémera em Portugal*, Lisboa:

inspirada nas *joyeuses entrées* flamengas, muito possivelmente na que protagonizou a entrada de Carlos V, e a do mesmo Filipe em Antuérpia, em 1549.

No entanto, os festejos que marcaram a entrada de Filipe II em Lisboa, em 1619, adquiriram um outro significado, dadas as alterações políticas e sociais que, de há muito, vinham a verificar-se no Reino. Ao mesmo tempo que no esforço de salientar as virtudes de Lisboa na abertura para o Atlântico reinvidicavam, uma vez mais, o seu papel como capital da *corte ibérica* (tirando-a de uma posição solitária, “ sózinha, quase viúva ”³¹⁸), serviam para relembrar o monarca do contrato que o seu pai fizera com esse mesmo Reino, nas Cortes de Tomar.

Registados e publicados por Lavanha, em 1622, com gravuras de Hans Schorkens baseadas nos desenhos de Domingos Vieira Serrão³¹⁹, ao Cosmógrafo-Mor é atribuída a *ideia* que encenou a viagem filipina a Portugal, tarefa em que terá sido secundado por Domingos Vieira Serrão³²⁰. A ela não deverá ter ficado indiferente Pedro Nunes Tinoco, que à época adquirira já notável prestígio como arquitecto. Não sabemos se terá participado na realização da mesma, dada a sua proximidade com o que fora o seu *Mestre de geometria*, e com quem colaborara no estudo da *condução das águas a Lisboa*, havia pouco tempo, tal como Filipe Terzi e Baltazar Álvares tinham participado na entrada de 1581. Trata-se de uma mera hipótese, uma vez que não se conhece qualquer documento que confirme essa mesma participação.

Servindo-se dos mais prestigiados artistas, que materializam nos arcos triunfais a linguagem simbólica necessária a estes acontecimentos, e que só eles dominavam, as

Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 21 a 49, Ana Paula Torres MEGIANI, “Entre Arcos Triunfais e Fogos de Artifício: Práticas Festivas Efêmeras e o Diálogo dos Poderes nas Visitas Régias dos Filipes a Lisboa (1581-1619)”, Júnia Ferreira FURTADO (org.), in Colóquio Internacional *Sons, Formas, Cores e Movimentos na Modernidade Atlântica – Europa, Américas e África*, Belo Horizonte: 21 a 24 de Novembro de 2005, pp. 137 a 159. Cf. também a tese de doutoramento de Laura FERNÁNDEZ-GONZÁLEZ “King Philip I of Portugal and the Ceremonial Entry into Lisbon in 1581”, Universidade de Edimburgo, 2011. Sabemos que está a ser preparada também uma tese sobre o mesmo tema, na Universidade de Coimbra, por Milton Pacheco (agradecemos ao nosso orientador esta informação).

³¹⁸ Fernando Jesús Bouza ALVAREZ,, “ Lisboa *Sozinha, quase viúva*. A cidade e a mudança da Corte no Portugal dos Filipes”, *Penélope. Fazer e desfazer a História*, nº 13, Lisboa: 1994, pp. 71-93.

³¹⁹ João Baptista LAVANHA, *Viagem da catholica real magestade del rey D. Filipe II N. S. ao reyno de Portugal...*, ob. cit., nºs 694-723.

³²⁰ Georges KUBLER, *A arquitectura portuguesa chã...*, ob. cit., p. 111; Miguel SOROMENHO, “Ingegnosi Ornamenti...”, ob. cit., p. 23.

arquitecturas efémeras forneciam aos nossos architectos um modelo vivo (e, como tal, muito mais eficaz do ponto de vista didático) das soluções veiculadas pela tratadística, preenchendo mesmo as lacunas que a iconografia que então circulava entre nós não conseguia resolver.

Encontrando eco numa elite que, através da encomenda e de uma forte acção mecenática tentava afirmar a sua importância, exerciam indiscutível influência no discurso da arquitectura portuguesa, aproximando-a dos modelos eruditos que simbolicamente representavam. Não é por acaso que na sua execução se recorre também às figuras principais de uma outra elite, a artística, capaz de materializar e sintetizar na cidade construída, a retórica veiculada na cidade imaginada.

2. Aprendizagem e parcerias em família.

Nenhum dos outros architectos que nos propusemos estudar terá tido uma vida contida em limites cronológicos tão simbólica e oportunamente definidos: nascido, muito provavelmente, com a entrada dos Filipes em Portugal, viria a falecer em 3 de Outubro de 1640, dois meses antes do fim do domínio filipino - a sua vida acompanhou, como tal, um ciclo bem definido da vida política e cultural portuguesa.

Como anteriormente referimos, foi Vítor Serrão quem primeiro traçou a biografia deste architecto (primeira biografia conhecida sobre um elemento desta família)³²¹, na qual revela já quase toda a actividade profissional que dele conhecemos,

³²¹ “O architecto maneirista Pedro Nunes Tinoco: novos documentos e obras: 1616-1636”, Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa : 1979, III Série, nº83. Os dados revelados neste trabalho foram transcritos por Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA em *O Eupalinos Moderno: teoria e prática da arquitectura religiosa em Portugal : (1550-1640)*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra : [s.n.], 2006, na qual se juntam alguns elementos a que nos referiremos ao longo destes capítulos. Nele transcreve, também, os contratos notariais que Vítor Serrão referencia em “Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650)”, Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa : 1989, III Série, nº 90. No nosso trabalho não voltaremos a

à qual a historiografia pouco ou quase nada tem acrescentado. Analisando a sua obra do ponto de vista formal e estilístico, e estabelecendo também comparações com outros exemplos a partir de um vasto núcleo documental inédito por ele revelado que vem completar os dados publicados por Sousa Viterbo, o trabalho de Vítor Serrão elenca e agrupa a actividade de Pedro Nunes Tinoco, definindo-o como *tracista de edifícios religiosos* (Conventos de Santa Marta, e colaboração no do Salvador), como *construtor de dependências utilitárias* (Sacristia do Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra, claustros como o do referido Convento de Santa Marta), como *orientador da decoração subsidiária de interiores* (risco para retábulos e sacrários: coro alto de Santa Marta), bem como autor de *projectos de tumulária* (de D. Brites Brandoa na Lourinhã, e de Brás Teles de Meneses e sua mulher no transepto do Convento das Marianas), *tracista de edifícios civis* (desenhando fachadas de alguns palácios), como *reconstrutor de fábricas antigas* (levantamento de monumentos religiosos e militares, como fez no *Livro do Priorado do Crato*, em 1620), *engenheiro de obras públicas* (*Roteiro da águas livres de Montemor a Lisboa*, intervenções nas pontes de Coimbra), *tracista de solares e arquitecto paisagista* (Quinta do Conde da Castanheira a S. Roque), referindo ainda a sua intervenção no desaparecido Mosteiro da Esperança; este historiador chama, ainda, a atenção para a necessidade de analisar a influência que a sua obra iria ter noutros projectos.

Nomeado aprendiz de arquitectura em 1604, na vaga deixada por António Simões, dos documentos por nós anteriormente revelados podemos inferir que Pedro Nunes Tinoco deveria ter, então, pouco mais de vinte anos, pois data de 1578 o casamento dos seus pais, Álvaro Gomes (falecido em 1609³²²) e Grácia Nunes Tinoco³²³. Nascido no seio de uma família de mestres-pedreiros, Pedro Nunes Tinoco deveria ser

transcrevê-los, a não ser quando a explicitação de alguns dados for necessária para a escrita que temos em curso, o que faremos citando apenas excertos dos mesmos, tal como fizemos com a outra documentação.

³²² Cf. I Parte, **Doc. 48 – Inédito**.

³²³ Idem, **Doc 45 – Inédito**.

o filho mais velho para quem estava reservada uma profissão *mais nobilitada*, conferida pela passagem na recém criada Aula de Architectura nos Paços da Ribeira (datam de 1584 e de 1586, respectivamente, os baptismos dos irmãos Frei Diogo e Manuel Quaresma ³²⁴ pelo que Pedro, tendo sido o único que teve acesso a uma formação como *aprendiz* nessa mesma Aula, deverá ter nascido antes de 1584). Pedro Nunes Tinoco seria o primeiro membro desta família de pedreiros a usufruir do título de *arquitecto*, nela introduzindo assim um estatuto (e uma espécie de hierarquia) a par de uma prática que continuava a ser feita (ou pelo menos iniciada) no âmbito familiar. Esta apoiava-se nos outros elementos da família que asseguravam, na medida do possível, os aspectos mais práticos da profissão traduzidos na condução das obras, quase sempre com o estatuto de *mestres-pedreiros*, aos quais estava frequentemente destinada outra espécie de ascensão profissional, como *mestres medidores das obras da cidade*. Ascendendo a *arquitecto*, o seu novo estatuto permitia-lhe, também, um novo estatuto para a própria família, cujas consequências se estendiam ao mercado de trabalho em que inseriam. Com uma organização familiar quase empresarial, as obras poderiam ser asseguradas por um leque mais vasto de oferta, no âmbito profissional, que ia desde o *arquitecto* que “dava a traça”, até aos *mestres-pedreiros* (muitos destes com um conhecimento de obra privilegiado do ponto de vista prático e burocrático, resultante do seu estatuto como *medidores de obras da cidade*), tentando assegurar que a empreitada decorresse sem grandes contratempos tais como, má execução da obra, uso de materiais de má qualidade, não cumprimento de prazos com atrasos na conclusão, etc. Formavam-se, assim, pequenos grupos de *confiança* preparados para concorrer e realizar obras em conjunto.

Casado, desde 1602, com Maria Ribeira, Ana Vicência, a filha mais velha, teria como padrinho de baptismo, em 1603 ³²⁵, uma figura determinante para a arquitectura portuguesa de então: referimo-nos a Gonçalo Pires de Carvalho, Provedor das Obras

³²⁴ Idem, Docs. 46 e 47 – *Inéditos*.

³²⁵ Idem, Doc. 50 – *Inédito*.

Reais a quem cabia, de acordo com as competências inerentes ao cargo, mandar fazer todas as obras de iniciativa ou protecção régia, proporcionando a quem trabalhasse sob suas ordens o ingresso no que seria, na época, “uma carreira de estado”, num meio profissional em que as nomeações eram quase sempre bastante estáveis (não nos podemos esquecer de que os cargos ocupados quer pelos mestres, quer pelo próprio Provedor, se transmitiam geracionalmente no seio das respectivas famílias). Em 1611, Pedro Nunes Tinoco escolheria para padrinho de baptismo do filho André ³²⁶, Fernão Cabral que, estamos em crer, se tratar do mesmo Fernão Cabral que foi Desembargador do Paço e pertenceu ao “ Conselho de Sua Magestade”. Vemos, assim, que Pedro Nunes Tinoco se inseriu, desde muito cedo, num círculo de importantes relações, as quais deverão ter sido estabelecidas, ainda, na sua infância, numa das obras mais emblemáticas de finais de Quinhentos em que o avô, Pedro Nunes, e o pai, Álvaro Gomes, foram sucessivamente empreiteiros – referimo-nos à Igreja de Santa Catarina dos Livreiros, em Lisboa – na qual deve ter iniciado, também, a sua aprendizagem, muito antes da formação profissional que o seu estatuto de *aprendiz* implicava. Isto mesmo se deduz do respectivo alvará de nomeação, no qual se determina que “ (...) *avendo respeito ao dito Pero Nunez Tinoco continuar o estudo há annos a sua custa e sera obrigado a estudar a archetutura com qualquer mestre das obras que para isso lhe for ordenado e ouvir giometria de João Bautista Lavanha cosmografo mor destes Reinos quando a ler (...)* ” ³²⁷. Pedro Nunes Tinoco tinha, como tal, iniciado já a sua aprendizagem, a qual iria agora completar na sua vertente prática com os mestres das obras reais e, do ponto de vista teórico, com a *lição de geometria* de João Baptista Lavanha, “ *quando a ler* ”, o que pressupõe que nem sempre o fazia, certamente ocupado nos muitos afazeres que a sua actividade de Cosmógrafo-Mor implicava - nesse mesmo ano (1604), Lavanha entrava ao serviço do 3º Duque de Aveiro, D. Álvaro de Lencastre (1540-1626), o que resultava certamente da ligação que

³²⁶ Idem, **Doc. 51 – Inédito**.

³²⁷ *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou ao serviço de Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Volume III, p. 120. Cf. I Parte, Doc.1.

a sua mulher, D. Leonarda de Mesquita, tinha a essa Casa ³²⁸, e em Outubro de 1612, era nomeado professor de Matemática do futuro Filipe III ³²⁹.

Nesta aprendizagem, na qual Lavanha teria um papel determinante, o jovem aspirante a architecto Pedro Nunes Tinoco deverá ter reforçado as ligações com as mais altas esferas sociais iniciadas, quase seguramente, ainda em Santa Catarina dos Livreiros, nos muitos contactos da elite profissional em que se inseria a sua família.

Por esta razão, consideramos que os anos de aprendizagem abrangem um período que se estende desde 1595, data em que o pai, sucedendo ao avô Pedro Nunes, assume como empreiteiro as obras desta igreja (é bem possível que tenha começado ainda antes, quando Álvaro Gomes exercia a profissão de medidor das obras da cidade), até 1624, data em que é conferido a Pedro Nunes Tinoco o primeiro cargo de direcção (apesar de, desde 1615, estar já a trabalhar como architecto do Priorado do Crato, não chegou até nós a respectiva nomeação), na obra régia de São Vicente de Fora, por morte de Baltazar Álvares, e que marca a afirmação e ascensão da *dinastia dos Nunes Tinoco* no contexto da arquitectura nacional, ao longo de três gerações. Sensivelmente a meio destes limites cronológicos, situa-se a sua nomeação como aprendiz, bem como uma infinidade de obras que lhe são confiadas, as quais demonstram que os anos de aprendizagem tinham, com efeito, terminado havia muito tempo. Na realidade, a data em que é nomeado para chefiar a grandiosa obra de São Vicente de Fora aparece-nos mais como uma etapa burocrática numa carreira cujo acesso estava, tal como hoje acontece em diversos sectores, frequentemente condicionado não apenas pela actividade até então desenvolvida (intimamente relacionada, por sua vez, com a “esfera de influências” em que mestres e architectos se moviam), mas também pela existência de *vaga* no percurso profissional, independentemente do número de anos gastos nesse mesmo percurso de aprendizagem.

³²⁸ Antonio-Paulo Ubieto ARTUR “Aportações à Biografia de João Baptista Lavanha”, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXVI, 1991, pp. 400 e 402.

³²⁹ Idem, *Ibidem*, p. 403.

Vimos como no seio das famílias de mestres-pedreiros/arquitectos as parcerias estabelecidas eram determinantes na dinâmica, e no assegurar dos aspectos mais práticos da profissão, traduzidos na condução das obras. Exemplo disso é a parceria em obras adjudicadas ao irmão Manuel Quaresma (1586 – 1632), grau de parentesco por nós desvendado, cujas traças são explicitamente atribuídas a Pedro Nunes Tinoco. Embora Sousa Viterbo não lhe dedique nenhuma entrada na sua obra, vasta é já a documentação que menciona a actividade de Manuel Quaresma como mestre pedreiro e/ou medidor das obras da cidade, em especial no *corpus* de contratos notariais referentes a artistas portugueses no período que medeia entre 1563 e 1650, publicado por Vítor Serrão ³³⁰ (obra fundamental para a percepção das relações profissionais entre estes e/ou os seus encomendadores), dados que completaríamos com outras referências feitas por alguns investigadores. Nele se incluem os contratos em que consta essa parceria, como acontece quer para os Paços Arcebispaes, quer para as Casas dos Condes de Linhares ao Chafariz de El-rei, ambos em Lisboa. A documentação mostra que esta parceria se manteria até à data da morte de Manuel Quaresma em Dezembro de 1632 ³³¹, como se pode verificar pela referência no seu testamento, às contas que tem em curso com o irmão Pedro Nunes Tinoco, nomeadamente as que dizem respeito às obras da Condessa de Linhares: “ (...) *declaro que das contas q tenho com a snóra comdessa de linhares aserca das obras que eu lhe fis se fes medissam liqueda e contas como costa da ditta midisam e lembranssas q tem meu irmão pero nunes tinoco lamçado no livro das obras da ditta snora o que tudo por elle costar se pasava na verdade e por remate das contas me estam a dever o que se monta no escrito que pasou a ditta snóra pera joão de paiva seu criado duzentos e*

³³⁰ Vítor SERRÃO, “Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650)”, Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa : 1989, III Série, nº 90.

³³¹ Cf. I Parte, **Doc. 32 - Inédito**.

setemta e tantos mil rs o que costar na verdade pelo ditto escrito q tenho em meu poder de q não tenho resebido nada a conta delle(...) “³³².

O desvendar desta relação familiar e, conseqüentemente, da relação entre architecto e mestre pedreiro e/ou medidor das obras da cidade, seria da máxima importância para entender a dinâmica profissional no seio desta família, trazendo também algum esclarecimento sobre a forma de organização do trabalho no decurso das diferentes campanhas de obras.

A análise da informação constante destes contratos notariais, bem como outra que lhes fomos juntando, através das referências feitas por alguns investigadores ou em resultado da nossa investigação, permitiu-nos também tirar algumas ilações sobre a forma como se processava essa mesma dinâmica, confirmando a participação de Pedro Nunes Tinoco e/ou Manuel Quaresma em obras encomendadas por uma elite, e em parceria com importantes profissionais (é provável que Pedro Nunes Tinoco e Manuel Quaresma tenham assegurado as obras que o pai, Álvaro Gomes, tinha sob sua responsabilidade à data da sua morte, em 1609³³³).

Em 27 de Setembro de 1616, Manuel Quaresma aparece-nos como *medidor das obras da cidade*, a avaliar a obra que Adrião João fizera no Convento da Penha de França, segundo projecto de Teodósio de Frias³³⁴ - Adrião João seria uma das testemunhas na admissão de André Ribeiro Tinoco (1611 – 1645) na Companhia de Jesus, em 21 de Outubro de 1631³³⁵. Seria ainda Manuel Quaresma quem, pouco tempo depois da obra do Convento da Penha de França, apareceria como *medidor* por parte do Senado ao lado de Pedro Nunes Tinoco e de Luís de Frias, quando se fizeram

³³² Idem, **Doc 31 – Inédito** (sublinhado nosso).

³³³ Idem, **Doc. 48 - Inédito**.

³³⁴ Sousa VITERBO, *Dicionário...*, ob. cit., Vol. II, p.33.

³³⁵ Cf. I Parte, **Doc. 44 - Inédito**, fl. 18.

as medições para *Roteiro da águas livres de Montemor a Lisboa*³³⁶. E em 4 de Julho de 1625 firmava um contrato com D. Jorge de Mascarenhas, presidente do Senado da Câmara Lisboa, para lhe fazer as obras da sua casa, também segundo a traça de Teodósio de Frias³³⁷. Outros contratos dão-no já a trabalhar em obras da autoria do irmão Pedro Nunes Tinoco: em 20 de Julho do ano seguinte (1626), surge em parceria com outros mestres (com o pedreiro Estácio Correia, com o carpinteiro Manuel Correia, e com os ladrilhadores Domingos Martins e João do Porto) a fazer as obras dos Paços Arcebispaes³³⁸. Estácio Correia era um dos maiores mestres-pedreiros do seu tempo, senão mesmo o maior, a avaliar pela quantidade de contratos que celebrou para as mais diversas obras, colaborando com os mais importantes arquitectos de então - Baltazar Álvares, Nicolau de Frias, Diogo Marques Lucas e o próprio Pedro Nunes Tinoco³³⁹. Manuel Quaresma voltaria a aparecer numa obra com traça do irmão, em 29 de Outubro desse mesmo ano (1630), no contrato celebrado com D. Maria de Meneses, Condessa de Linhares, mulher do Vice-rei da Índia D. Miguel de Noronha, para conserto das suas casas junto ao Chafariz d'El Rei, contrato esse realizado em parceria com o mestre pedreiro Manuel Correia (Pedro Nunes Tinoco estaria presente no acto de assinatura), no qual Manuel Quaresma continua a figurar como *medidor das obras da cidade*³⁴⁰. O seu nome não consta, curiosamente, do contrato celebrado em 10 de Março do mesmo ano, entre a Confraria de N.ª Senhora do Loreto e os

³³⁶ BN, *Secção de Reservados*, Cod. 427//24, fl.61, *Roteiro da Agoa liure e Agoa de monttemor e mais fontes junto a ellas / feito por pero nunes tinoco Architecto de Sua mg.^{de} e mais pessoas que assestirão á diligencia que se fez sobre as medições das agoas que ã de vir a cidade de L.^a e no caminho que ande fazer ate os moinhos do vento junto a S. Roque. 1617*. Documento transcrito em *D. João V e o abastecimento de água de Lisboa / selecção e inventário* Irilva MOITA (sel e inv.), João SOARES (introd.), Lisboa : Câmara Municipal, 1990, Vol. I, "Fontes Manuscritas", pp. 128-126, Docs. LXIX. LXXI, e LXXX (com reprodução fac-similada a pp. 143 a 161).

³³⁷ Vítor SERRÃO, " Documentos dos protocolos ...", ob. cit, p.34.

³³⁸ Idem, *Ibidem*, p. 35.

³³⁹ Prova-o o facto de ter sido escolhido por Baltazar Álvares, (arquitecto do Mosteiro de São Vicente de Fora, maior obra e empreitada da época) para mestre pedreiro da casa que então para si construía (no terreno que comprara em Dezembro de 1605, a Joana Dias, de acordo com o contrato celebrado em 11 de Novembro de 1606. Vítor SERRÃO, " Documentos dos protocolos ...", ob. cit, pp.14 e 17.

³⁴⁰ Vítor SERRÃO, " Documentos dos protocolos ...", ob. cit, p.40.

mestres-pedreiros Antão Fernandes e Leonardo Jorge, para a realização do lajeado da Igreja, segundo traça de Pedro Nunes Tinoco ³⁴¹. A Manuel Quaresma seria adjudicada, ainda, a obra do Seminário dos Jesuítas em Bragança, em 16 de Fevereiro de 1616, de acordo com o *Memorial* que fez o próprio Manuel Quaresma a Frei João de Valadares, Bispo de Miranda ³⁴².

Como acabámos de ver, era de grande importância a profissão de *medidor das obras da cidade*. Relacionada com ela, não menos importante é a documentação relativa ao cordeamento de obras, constante dos *Livros de Cordeamentos* do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa ³⁴³.

A par dos contratos notariais, que nos descrevem minuciosamente a obra a executar e, por vezes, o nome do autor do projecto, os livros de cordeamentos completam a informação por eles dada sobre as obras, trazendo-nos um outro aspecto das mesmas: o olhar de quem tem a seu cargo a superintendência das construções urbanas, de modo a evitar abusos na implantação dos edifícios (e limites de propriedade, porque de *cordeamento* se trata), e a garantir, também, que as mesmas decorreriam com a maior segurança para os habitantes. Podemos interpretá-los, assim, como os antecedentes das actuais vistorias. Esta preocupação com a segurança faz com que não se restrinjam à delimitação das propriedades (definindo e medindo com exactidão as mesmas), mas que avaliem, também, aspectos variados dos espaços confinantes com a via pública – verificação de uma correcta elevação das fachadas,

³⁴¹ Idem, *Ibidem*, p. 39.

³⁴² ADB, *Mitra*, Cx. 58, doc. Nº 37. Publicado por Luís Alexandre RODRIGUES, “O edifício do Seminário de S. José e Paço Episcopal em Miranda do Douro. Subsídios para o estudo da arquitectura civil nos séculos XVII e XVIII”, in *Ciências e Técnicas do Património, Revista da Faculdade de Letras do Porto*, I Série, Volume VII-VIII, pp. 361-378, Porto 2008-2009. Luís Alexandre RODRIGUES indica Teodósio de Frias como possível autor do projecto, embora não exclua completamente a possibilidade de ter sido uma obra de Pedro Nunes Tinoco, uma vez que este viria a reconstruir Paços Arcebispais de Lisboa, em 1630, tendo também Manuel Quaresma como um dos empreiteiros (o autor não estabelece, no entanto, a relação familiar existente entre os dois, a qual é apenas por nós revelada).

³⁴³ Sobre esta documentação cf. Maria de Lurdes Ribeiro da SILVA, “Aspectos da intervenção do Senado da Câmara na reconstrução pombalina. Os Livros de Cordeamentos”, in *Actas das Sessões: I Colóquio Temático O Município e a Dinâmica Urbana (séculos XVI a XIX)*, Lisboa: CML, Divisão de Arquivos, 1997, pp. 101 a 120.

natureza e dimensão dos alicerces, abertura de vãos, construção de varandas e, até mesmo, acessos à propriedade.

Nenhuma obra poderia ser executada sem licença e acompanhamento do Senado, e os proprietários só a podiam iniciar depois do referido *cordeamento*, para o que tinham que a solicitar, mediante um requerimento no qual referiam o tipo de obra que desejavam realizar - construção nova, reconstrução com ou sem aproveitamento de materiais (em especial no que diz respeito aos alicerces) - e se a obra implicava intervenção na própria via pública, etc. Para tal, deslocava-se ao terreno o responsável máximo do Senado (o que seria hoje impensável) acompanhado de técnicos edis com experiência certificada (pedreiros e/ou carpinteiros, dependendo da natureza do trabalho), os chamados *medidores da cidade*. A experiência destes está amplamente documentada nas inúmeras referências notariais em que constam alguns nomes a celebrar contratos de obra, que depois vamos encontrar como medidores noutras situações (não os encontrando, obviamente, como medidores nas próprias obras que contratam), como já vimos com o próprio Manuel Quaresma. O cargo implicava, para além de conhecimentos múltiplos de construção (nomeadamente no que diz respeito à estabilidade dos edifícios abrangendo assim, e em conjunto com os arquitectos, conhecimentos próprios da profissão de engenheiro), o assumir de responsabilidades, quer perante os proprietários, quer perante o Senado, que representavam junto destes.

Executado o cordeamento, era passada uma certidão ao proprietário que o habilitava a iniciar os trabalhos solicitados, naquilo que poderemos definir como um misto de vistoria e de licença de obra.

Verdadeiros instrumentos de controlo urbano, os cordeamentos constituíam uma garantia não apenas para os habitantes da cidade, mas também para os próprios proprietários, pois essa mesma certidão “legalizava” do ponto de vista construtivo e da própria implantação, a obra em curso.

Este espólio tem, ainda, uma outra enorme vantagem: para quem pretenda analisar o faseamento de uma obra de grande envergadura (conventos, igrejas, etc)

eles podem ser instrumentos valiosos pois, à medida que as obras vão evoluindo, são necessários novos cordeamentos e, conseqüentemente, vão sendo produzidos novos documentos que nos elucidam sobre a evolução das mesmas ³⁴⁴.

³⁴⁴ Dos muitos elementos que recolhemos no trabalho que temos em curso sobre as obras constantes nestes livros, salientamos as seguintes referências:

Lº 11 (1670-74)

Fl. 12 – Obras da Varanda das Casas de Luís de Sousa Menezes, ao Chafariz del Rey;

Fl. 31 – Reedificação da Igreja de Santa Justa (28 de Julho de 1678);

Fl.56 – Casas de Sebastião e Carvalho e Mello à Rua Formosa. Parede para esta rua está arruinada, e pretende-se colocar janelas de sacada. Gregório Luís é o medidor (13 Fevº 1674).

Lº 13 (1684) - Mateus de Sousa é um dos medidores

Fl. 4v – Obra da cerca dos religiosos de S. Vicente, feito por João Luís medidor;

Fl.12v – Obra nos muros dos Teatinos da Divina Providencia, na Rua Formosa;

Fl.29v – Cordeamento das Casas do Marques de Arronches, ao Carmo;

Fl.30v – Petição de Dom Fernando de Meneses, Conde da Ericeira, para poder abrir canos que tragam água ao seu jardim, do seu paço de água, situado numas casas na Rua do Mouros. Tendo que atravessar a rua que vai de S. Roque para São Pedro de Alcântara, e descer pela Calçada da Glória, foi permitida a obra desde que reparasse as ruas, em caso de prejuízo causado pelas minas de água, não podendo lançar nas vias a terra que tirasse no decurso da mesma obra, nem causar prejuízo público (2 de Junho de 1684) – Conhecendo a localização do Palácio Ericeira, junto à Anunciada, a obra era já de considerável envergadura, para a época;

Fl.53 – Carmelitas Descalços, em Carnide, “*para convento que há-de fundar a Senhora Infanta D. Maria*”: obra referente a uma estrada mística, dando serventia pública de fora da igreja, de 40 palmos de largo. (13/9/1684)- A obra refere-se, sem dúvida, ao Convento de S. João da Cruz que então se fundou.

Lº 14 (1685) - Mateus de Sousa é um dos medidores

65 – Cordeamento de uma porta que o Visconde de Barbacena quer abrir no muro da Rua Nova do Almada.

Lº 15 (1686)

Fl.60 – Obras no muro dos frades da S.ª Trindade, no Livramento, junto à muralha da fortificação nova;

Fl.61 – Cordeamento de casa térrea e lanço de muro que Lourenço Pires de Carvalho tem à Penha de França.

Lº 16 (1687)

37 – Pedido da Irmandade do Sr. de S. Cristóvão, para obras na dita igreja. É preciso tomar cinco palmos da rua pública que vai para o Recolhimento, para a parede nova da capela-mor, dando-se, em troca, outro terreno (29 Outº 1687).

Lº 17 (1688)

Fl.12 – Cordeamento do muro e Casa do Convento da Divina Providência aos Caetanos. Parede arruinada;

Fl.14 – Misericórdia pede cordeamento para se fundar um Recolhimento do lado da Ribeira, junto a outro recolhimento (3 Abril 1688).

Lº 20 (1691)

Fl.44 – Obras referentes ao passadiço do Marques de Marialva para a Rua da Horta Seca.

Lº 18 (1688/9)

Fl.43 – Casas do Marquês do Alegrete na rua que vai para S. Lourenço junto ao muro da propriedade do Visconde de Ponte de Lima (17/8/ 1689);

Fl.50 – Cordeamento para se fazer a tribuna do Mosteiro de Vialonga.

Lº 19 (1690-91)

16 – Tribuna que Conde de Vila Nova quer fundar na capela-mor que está a fazer na Igreja de S. Martinho;

A informação neles contida, pelas suas características, deve ter sido um instrumento de trabalho importantíssimo para o traçar da cartografia da cidade: a eles deverá ter recorrido João Nunes Tinoco quando elaborou, em 1650, a planta da cidade de Lisboa.

A título de exemplo, comparemos a informação que é dada num contrato de obra, com a que consta de um livro de cordeamento, para o mesmo local. Escolhemos, para o caso, as casas que o Conde de Santa Cruz, em nome de sua filha D. Maria de Ataíde, queria construir junto ao Rocio, na Calçada que ia para Santo Antão. O cordeamento das mesmas precede o respectivo contrato de obra.

Elementos constantes do *auto de cordeamento*³⁴⁵: data, nome do proprietário, local da obra, nome dos representantes do Senado (vereador, procurador e medidor), descrição do tipo de obra constante da petição anteriormente feita pelo proprietário (e especificidades construtivas a que deve obedecer, quando é necessário), determinação dos limites da obra (apenas do confinamento com as vias públicas e com propriedades particulares). Documento escrito por um escrivão do Senado.

Elementos constantes do *contrato de obra*³⁴⁶: data, nome do proprietário, do(s) mestres contratados, testemunhas de ambas as partes, local e descrição da obra, identificação do autor da traça (por vezes), características e condições de fornecimento dos materiais a utilizar, prazo de entrega, preço unitário da obra com os respectivos materiais, forma de pagamento, consequências do não cumprimento do

21 – Petição da Irmandade do Sant^o Sacramento de Sant’Ana, para cordear o muro do chão para nova igreja (27 de Maio de 1690) - Trata-se, sem dúvida, da Igreja da Pena.

66 – Petição Irmandade do Sant^o Sacramento da Igreja da Trindade, para alargarem a capela-mor.

³⁴⁵ AHCMML, *L^o de Cordeamento referente ao ano de 1636*, fls. 27 a 28. – **Doc. 71 – Inédito.**

³⁴⁶ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº3 (antigo 11), Livro 209 f.26v-27v. Cota publicada por Vítor SERRÃO in “Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650)”, Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa : 1989, III Série, nº 90, p. 45. Transcrito por Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA, em *O Eupalinos Moderno: teoria e prática da arquitectura religiosa em Portugal : (1550-1640)*, Tese de Doutoramento em História (variante História da Arte); Coimbra : Faculdade de Letras, 2006, Vol. III, pp.185 a 188. Documento novamente transcrito por nós – **Doc. 72.**

estipulado e garantias por ambas as partes. Documento escrito por um tabelião público de notas.

Apesar das características que acabámos de enunciar, os cordeamentos não são assim tão numerosos nem dão toda a informação que seria de esperar para uma cidade como Lisboa. Pensamos, no entanto, que valeria a pena um levantamento exaustivo dos mesmos, e que o tratamento da respectiva informação só viria a enriquecer o conhecimento que temos da evolução e história da cidade, e daqueles que a construíram.

3. Da *traça* ao estaleiro de obra.

O último quartel do século XVI traria, em Portugal, um reforço do estatuto do arquitecto, o qual se afirmava, já desde meados do século, inspirado na diversa tratadística, retomando um conceito da Antiguidade que quase se perdera durante a Idade Média. Para o afirmar desse novo estatuto foi determinante, como Rafael Moreira provou ³⁴⁷, a verdadeira academia científica que se formou em Lisboa, a partir de 1536, em torno das lições do Cosmógrafo-Mor Pedro Nunes ao Infante D. Luís, e a Lição dos Moços Fidalgos reorganizada pela regente D. Catarina, em 1562. Seguir-se-ia a criação da Aula de Arquitectura do Paço da Ribeira por D. Sebastião em 1572, e a conseqüente criação da Academia, fundada por Filipe I em Madrid em 1582, e a Aula do Paço da Ribeira, em 1594, temas que foram já amplamente desenvolvidos por vários investigadores ³⁴⁸.

³⁴⁷ Rafael MOREIRA, "A Escola de Arquitectura do Paço da Ribeira e a Academia de Matemáticas de Madrid", in *As relações artísticas entre Portugal e Espanha na época dos descobrimentos*, II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte, Coimbra: Livraria Minerva, 1987, pp. 66 e 67.

³⁴⁸ Da vasta bibliografia sobre este assunto salientamos, entre outra, para além do artigo de Rafael MOREIRA anteriormente citado: Rafael MOREIRA, *Um Tratado Português de Arquitectura do século XVI (1576-1579)*. Lisboa: [s.n.]. Tese de mestrado apres. À fac. Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1982; Luís de ALBUQUERQUE, *A "Aula da Esfera" do Colégio de Santo Antão no século XVII*, Lisboa : Junta de Investigação do Ultramar, 1972, e "Origem da profissão de engenheiro em

Em Portugal, a profissão desenvolvia-se legitimada pela tratadística ³⁴⁹, então traduzida ou esboçada, inspirada em Vitruvius, reclamando para o arquitecto uma certa *nobreza* (confirmada pela atribuição do *grau de cavaleiro* com que foram homenageados alguns deles), não apenas na sua condição de actividade mental, mas também em resultado do entendimento da arquitectura como arte indispensável à *comodidade dos povos*. Prova-o, também, o interesse pela arquitectura demonstrado por D. João III ou pelo Infante D. Luís, que nos evocam o próprio Adriano que discutiria arquitectura com Apollodorus, numa relação de igual para igual.

Mas se a este novo estatuto é necessária uma educação teórica informada, sobretudo pela tratadística, a prática profissional continua a ser indispensável para um correcto exercício profissional, prática essa que constituiu, até à criação da *Aula do Paço da Ribeira*, a única forma de aprendizagem, num processo que remonta, pelo menos, aos estaleiros medievais. A necessidade dessa experiência profissional, a par de uma não menos importante ponderação, é salientada pelo próprio Mateus do Couto, no seu *Tratado*, ao afirmar que o arquitecto deve ser “ (...) *principalmente m.*”^{to}

Portugal”, *Sep. Bol. Ordem Engenheiros*, 2, Lisboa : Ordem dos Engenheiros, 1967. - p. 5-11; Horácio BONIFÁCIO, *Polivalência e contradição. tradição seiscentista : o barroco e a inclusão de sistemas ecléticos no séc. XVIII : a segunda geração de arquitectos*, Tese dout. , História da Arquitectura , Fac. Arquitectura, Univ. Técnica de Lisboa, 1990, pp. 77 a 85. Miguel SOROMENHO, “A Administração da arquitectura: o Provedor das Obras Reais em Portugal no século XVI e na 1ª metade do século XVII”, *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte*, Vols. IX-X, 1997-1998, p. 197 a 209, “Aspectos de uma profissão”, in *Do Renascimento ao Maneirismo*, História da Arte em Portugal, Vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa: 1995, pp. 396 a 401, e “Os grandes programas arquitectónicos filipinos para as Ordens Militares e o Mosteiro de Santos-o-Novo”, in *Revista Monumentos*, nº 11, Lisboa: Setembro de 2001, pp. 19 a 23, Rui CARITA, “Os engenheiros-mores na gestão do Império: a Provedoria das Obras dos meados do século XVI”, in *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822*, Walter ROSSA, Renata ARAÚJO, Hélder CARITA, Lisboa: C.N.C.D.P., 2001, pp. 393 a 405; João Miguel Ferreira Antunes SIMÕES, *Arte e Sociedade na Lisboa de D. Pedro II. Ambientes de trabalho e mecânica do mecenato*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa : [s.n.], 2002, Vol.II, pp. 63 e 64; Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA, em *O Eupalinos Moderno: teoria e prática da arquitectura religiosa em Portugal : (1550-1640)*, Tese de Doutoramento em História (variante História da Arte), Coimbra : Faculdade de Letras, 2006, Vol. I; Maria Leonor Morgado Ferrão de OLIVEIRA, *Eugénio dos Santos e Carvalho: arquitecto e engenheiro militar (1711-1760). Cultura e prática de arquitectura*, Tese dout. História da Arte (Época Moderna), Dep. de História da Arte, Fac. de Ciências Sociais e Humanas, Univ. Nova de Lisboa , 2007, pp. 349 a 407.

³⁴⁹ Cf., entre outros, Rafael MOREIRA, “Tratados de arquitectura”, José Fernandes PEREIRA, Paulo PEREIRA (dir.), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Ed. Presença, Lisboa: 1989, pp. 492 a 494, e Rafael MOREIRA (coord.), e Ana Duarte RODRIGUES (coord.), *Tratados de Arte em Portugal (Art Treatises in Portugal)*, Lisboa: Scribe, 2011.

*experimentado nas obras, sendo nellas mays temerozo, e considerado q. animozo. Porq. asi como a Natural geração de conceitos bem limados, e unidos por via de discurso, & fabrica; & quer Vitr.º q. o d.º Architecto seja dotado de grande engenho, & habilidade (...)”*³⁵⁰.

É precisamente este aspecto prático da profissão que nos interessa agora analisar, para podermos avaliar o contexto em que se desenvolveu a obra dos *Nunes Tinoco*. Não abordaremos, no entanto, a questão do ensino da arquitectura militar, pois a ela não terão estado ligados, os elementos desta família.

O ensino teórico da Aula do Paço da Ribeira era completado com a participação no estaleiro de obra, que continuava a assumir-se como a principal fonte de conhecimento e formação profissional, no que diz respeito à sua vertente prática. Integrados em estaleiros públicos, relacionados com esse mesmo ensino oficial fornecido pelo poder régio (limitado, inicialmente, a três vagas de aprendiz de arquitectura), a inclusão em oficinas privadas (as quais, de acordo com o seu maior ou menor prestígio obtinham, por concurso, a realização das diversas obras públicas e privadas) era igualmente importante como meio de formação, quase sempre inserido numa estrutura familiar, continuando uma tradição de período medieval. Esta organização de ensino no seio da família constituiria verdadeiras genealogias de arquitectos (como os Arrudas, Frias, Coutos, entre outros, à semelhança dos Tinocos que nos propusemos estudar) que, para além do saber, passariam a transmitir aos seus descendentes (ou outros familiares próximos), os cargos oficiais que detinham, como se de uma herança se tratasse. Esta estrutura de ensino familiar englobava, ainda, os aprendizes que por contrato escrito ou qualquer outro tipo de acordo nela se inseriam.

Sousa Viterbo, na nota biográfica de Nicolau de Frias (chefe da conhecida família de arquitectos) refere, a propósito das provanças feitas para determinar a genealogia da sua filha Madalena de Frias (casada com o pintor régio Domingos Vieira

³⁵⁰ BN, *Secção de Reservados*, COD. 946//1, *TRACTADO DE ARCHITECTURA Que leo o Mestre, e Archt.º Matheus do Couto o velho No Anno de 1631*, Livro I, Cap. 3º, p.4. Retomaremos a análise deste Tratado na III PARTE, Cap.1.

Serrão), a existência de uma espécie de escola na sua casa, onde se aprenderia, para além do ofício de marcenaria, a traçar e a debuxar ³⁵¹.

O ensino da profissão por mestres designados, simultaneamente, como mestres-pedreiro ou como arquitectos, resultava da evolução que a profissão de mestre-pedreiro medieval sofrera (imposta pelo progresso técnico), dando origem a variadas especializações, ainda que inicialmente confundidas, e frequentemente concentradas num mesmo técnico. Surge, assim, na variada documentação, a par da designação de *mestre-pedreiro*, a de *arquitecto* e a de *engenheiro*, aplicadas a profissões que surgem do mesmo mestre de obras do estaleiro medieval (agora detentores de uma posição social relevante), o que por si só explica a forma aleatória como estes novos mestres passaram a ser designados, mostrando que, ainda em finais do século XVI, existia hesitação na atribuição dos títulos de *engenheiro* e de *arquitecto*, como acontece com João de Ortega em (1550), com Jerónimo Jorge, Diogo Pais (já no século XVII), ou com o próprio Filipe Terzi escolhido para dirigir, em 1594, a citada Aula da Ribeira ³⁵².

A questão prática da profissão colocava, ainda, outras preocupações, como as dos próprios *utensílios de trabalho*, (problemas que atingem dimensões hoje para nós totalmente impensáveis), a julgar pela atenção que então mereceram, nas referências feitas por arquitectos: em carta a Giovanni di Tomaso, datada 2 de Dezembro de 1582, Filipe Terzi pede que este lhe envie um estojo com instrumentos de desenho que, supostamente, o Duque de Urbino lhe ofereceria ³⁵³. A mesma preocupação parece ter

³⁵¹ Sousa VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou ao serviço de Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1899, Volume I, pp. 381 e 382. Apesar de não muito frequentes, conhecem-se alguns destes contratos de aprendizagem. Cf., por exemplo, António de OLIVEIRA “Estrutura Social de Coimbra no século XVI”, in *Actas do Simpósio Internacional A Sociedade e a Cultura de Coimbra no Renascimento*, Coimbra: Epartur, 1982, pp. 86 e 87, e Vítor SERRÃO “Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650)”, Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III Série, nº 90, Lisboa : 1989, p. 19, doc. 68.

³⁵² Luis Mendonça de ALBUQUERQUE, “Origem da profissão de engenheiro em Portugal”, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros* 12(1), Lisboa : 1967, p.8

³⁵³ Guido BATTELLI, S.E. Henrique Trindade COELHO, *Filippo Terzi architetto e ingegnere militare in Portogallo (1577 – 97)*, Firenze: 1935, p. 28.

presidido, também, à intenção do arquitecto e medidor Mateus de Sousa (falecido em 2 de Julho de 1695) em deixar em testamento, à Ordem dos Agostinhos, onze livros de arquitectura e três compassos de latão com pontas de aço, ciente da importância que poderiam ter para outros arquitectos e utilizadores.³⁵⁴

Apesar da crescente importância do estatuto do arquitecto e da arquitectura como arte liberal, a actividade do arquitecto nunca o afastaria totalmente do estaleiro de obra, como comprovaremos, também, ao longo do nosso estudo.

Se analisarmos atentamente alguns contratos de obras, aparece explícito que o mestre de obras terá que seguir à risca a traça dada pelo arquitecto (mesmo que não figure o nome deste), sendo obrigado a desmanchar e voltar a edificar à sua custa, o que não obedecer a essa mesma traça. O controlo sobre o que seria construído era garantido pelas medições finais feitas por mestres reconhecidos por ambas as partes e, em último caso, pela confirmação em obra feita pelo próprio arquitecto.

Para o controlo efectivo que este tinha sobre a obra, contribuía a escolha de mestres de obras que com ele já haviam trabalhado em obras de ajuste directo (tal como hoje se faz), como se pode inferir da repetição de certos nomes em obras de um mesmo arquitecto, ou dos muitos testemunhos de proximidade entre as duas classes, como surge, frequentemente, na testamentaria, ou nas provanças de habilitação às Ordens ou ao Santo Ofício.

A estreita ligação entre o arquitecto e o estaleiro de obra está, também, bem documentada no *Regimento que se há de observar na receita, e despeza das Casas das Obras dos Paços desta Cidade e Reyno*³⁵⁵. Datado de 1689, definia o âmbito e competência das obras executadas à custa da fazenda real, dando corpo a um

³⁵⁴ Publicado por João Miguel Ferreira Antunes SIMÕES, in *Arte e Sociedade na Lisboa de D. Pedro II. Ambientes de trabalho e mecânica do mecenato*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa : [s.n.], 2002, Vol.II, pp. 63 e 64.

³⁵⁵ BN, *Secção de Reservados*, ENC 51//1. Tem junta a reimpressão feita em Lisboa, na Officina de Joseph da Costa Coimbra, em 1750.

conjunto procedimentos para os quais tinha sido determinante a actividade desenvolvida em período filipino, em especial sob a orientação de Gonçalo Pires de Carvalho que, desde cedo, concentrara no Provedor a supervisão dessas mesmas obras tentando alargar o seu poder ³⁵⁶, também, às que se faziam sob a égide da *Mesa da Consciência e Ordens*. Com efeito, podemos ver numa carta por si escrita, em 1604 ³⁵⁷, na qual recomendava já que o dinheiro das obras não deveria ficar na mão dos almoxarifes, e que as empreitadas fossem entregues apenas a oficial mecânico, pois isso evitaria muitos inconvenientes na condução das mesmas, alguns dos princípios que seriam desenvolvidos neste *Regimento*.

Logo no Capítulo I, dedicado às obrigações do Provedor (as quais tinham sido já definidas num documento de 1637 ³⁵⁸, se estabelece que serve a mesma Casa para gerir todas as obras que se faziam pela Fazenda Real (mesmo aquelas que não diziam apenas respeito aos Paços Reais), supervisionadas pelo referido Provedor, a quem deveriam ser entregues as traças dos edifícios.

O lançamento e gestão de obra não diferia muito, então, daquilo que hoje é hábito fazer-se. Nas obras executadas à custa da Fazenda Real, depois de definida a traça e programa pelo arquitecto escolhido, a execução das mesmas seria feita por empreitadas postas a concurso na *Casa das Obras* e, em raros casos, “ *de jornal (que serão só aquellas, que forem de pouca consideração, e se não puderem dar de empreitada)* ” ³⁵⁹. São escassas as referências que nos permitam deduzir como se fazia a selecção de arquitectos, e o lançamento de empreitadas nas obras não executadas à custa da Fazenda Real. Se, no caso das ordens religiosas, a traça do projecto estaria a

³⁵⁶ O papel do Provedor das Obras foi já profundamente estudado por Miguel SOROMENHO in “A administração da arquitectura: o Provedor das Obras Reais em Portugal no século XVI e na 1ª metade do século XVII”, ob. cit., e vem explicitado logo na I Parte do Regimento de 1689.

³⁵⁷ Publ. por J. M. Silva CORREIA, Natália Brito Correia GUEDES, *O Paço Real de Salvaterra de Magos*, 1.ª edição, Lisboa: Livros Horizonte, 1989, p. 86.

³⁵⁸ BA, 51-IX-4, fls. 4 a 48 (**Doc. 73**).

³⁵⁹ *Regimento que se há de observar na receita, e despeza das Casas das Obras dos Paços desta Cidade e Reyno*, Cap. XVIII

cargo do respectivo architecto, não existem praticamente dados de como seria feita a adjudicação das suas empreitadas.

Nas outras obras, o exame dos diferentes contratos notariais parece apontar para um contrato adjudicado directamente a um empreiteiro, muito possivelmente da escolha do architecto responsável pela traça, architecto esse que teria alguma notoriedade na esfera familiar ou profissional do encomendador.

De acordo com o *Regimento*, competia aos architectos fazer as traças dos edifícios, depois de examinado o sítio destinado aos mesmos, bem como os respectivos orçamentos detalhados, com o auxílio dos mestres-pedreiros e carpinteiros, sobre os quais recaía (architecto incluído) a obrigação de pagar a diferença de custos, caso as mesmas fossem orçamentadas por defeito ³⁶⁰.

Ao architecto e mestres cabia, também, o trabalho de verificar se, perante determinados edifícios, os mesmos deveriam ser reparados ou demolidos (e, neste último caso, os seus materiais analisados e avaliados para uma possível reutilização³⁶¹), dando origem a obra nova, de acordo com os orçamentos que o architecto e os mestres eram obrigados a fazer para as duas hipóteses ³⁶². Esses orçamentos eram entregues ao Provedor (que escolheria qual a melhor hipótese, certamente submetida a aprovação real), que os rubricava, juntamente com o architecto e mestres, sendo registados pelo escrivão, em livro próprio. Só depois eram as mesmas obras postas a concurso, e entregues aos oficiais que oferecessem o melhor preço ³⁶³.

Ao architecto e mestres competia acompanhar todo o desenvolver da obra, verificando se a mesma cumpria a traça, e se os materiais escolhidos, eram de boa qualidade, e suficientes para a segurança dos edifícios, cabendo aos almoxarifes o

³⁶⁰ Idem, Cap. II. Estes seriam também responsabilizados por uma deficiente controle da obra e dos materiais, conforme o disposto no Cap. VII

³⁶¹ Idem, Cap. X

³⁶² Idem, Cap. IV

³⁶³ Idem, Cap. VI. De igual modo seriam registados todos os preços oferecidos pelos diferentes empreiteiros.

controlo das obras que se realizassem fora de Lisboa ³⁶⁴. Depois de acabada, a obra seria medida e avaliada pelo medidor, mestre e escrivão dos Paços e, caso não houvesse consenso entre estes, o Provedor nomearia outros adjuntos ³⁶⁵. Nas obras feitas fora de Lisboa, competia ao *Arquitecto Mestre dos Paços*, ou a outro qualquer nomeado, programar todo o trabalho a realizar (prevendo-se um pagamento extra neste caso ³⁶⁶), pondo-o em pregão com o almoxarife, trazendo ao Provedor o registo de todos os lanços para que este pudesse escolher o mais conveniente ³⁶⁷. Aos oficiais da *Casa das Obras de todos os Paços* era proibido vender materiais para as mesmas, bem como trazer os seus escravos ou criados ao serviço delas, salvaguardando, deste modo, qualquer influência ou aproveitamento das mesmas ³⁶⁸.

No *Regimento* vêm já perfeitamente definidas as tarefas dos Arquitectos Reais: competia aos *Mestres Arquitectos* fazer as traças dos edifícios, orçamentos e acompanhamento da obra. O arquitecto encontrava-se, como tal, profundamente ligado ao estaleiro de obra, supervisionando materiais e o cumprimento do programa contratado com o mestre ou mestres, quer se tratasse de obra nova, ou de reparos e alterações em edifícios antigos, mesmo nas obras feitas fora de Lisboa. Essas obrigações vêm também repetidas no *Regimento dos Mestres Arquitectos dos meus Paços* ³⁶⁹, tal como a de pagarem de seu bolso todas as despesas que ficassem por pagar, resultantes de deficientes medições (exceptuando, obviamente, os trabalhos a

³⁶⁴ Idem, Cap. VII. Ainda no mesmo capítulo se estipula que caso as mesmas não ficassem de acordo com a traça e os materiais mencionados no concurso feito, seriam as mesmas desmanchadas e pagas pelo empreiteiro ou pelo seu fiador, preceito que vem também mencionado nos respectivos contratos notariais, como pudemos verificar nos muitos contratos publicados, ou por nós examinados. A falta de fiança era caso para de acordo com o estipulado no capítulo VIII, ser anulado o concurso, pondo o Provedor a obra de novo a concurso, “agindo”, isto é, accionando os meios legais contra o mestre em falta.

³⁶⁵ Idem, capítulo XIV

³⁶⁶ “Regimento dos mestres Arquitectos dos meus Paços”, Cap. XI.

³⁶⁷ “Regimento da Casa das Obras”, Cap. XVII

³⁶⁸ Idem, Cap. XVIII

³⁶⁹ Caps. I e III.

mais, para os quais não parece ter existido um limite, como hoje se estipula para os chamados “adicionais” das empreitadas)³⁷⁰.

Este Regimento não deixa já nenhuma dúvida quanto à necessidade de o arquitecto acompanhar toda a obra. Com efeito, para além de fornecerem as minutas e condições dos contratos³⁷¹, estabelece-se também que ao arquitecto competia vigiar a abertura de alicerces, desenhando e cordeando, e definindo a grossura dos mesmos e das paredes, bem como as características da obra de carpintaria³⁷², estando ainda presentes no final da obra, na medição e avaliação da mesma, assinando a respectiva certidão com o avaliador e os outros mestres³⁷³. Para além destes trabalhos de acompanhamento das obras que se fizessem, tinham também por obrigação supervisionar a compra dos materiais com os outros mestres³⁷⁴, e visitar anualmente todos os Paços, vistoriando-os, dando conta ao Provedor do estado em que se encontravam, bem como dos materiais que existiam nos respectivos armazéns³⁷⁵.

A uma actividade de índole prática, juntava-se uma outra não menos importante, de índole teórica, na formação dos futuros arquitectos, os que tinham a “praça de aprender Architectura”. Já num total de quatro, estes aprendizes auferiam o rendimento de vinte mil reis por ano, sendo obrigados a comparecer na lição de arquitectura, que os ditos mestres eram obrigados a lhes ler, na forma que o Provedor ordenasse, a quem eram obrigados a relatar sobre a aprendizagem e suficiência desses mesmos aprendizes. A não comparência, todos os dias, na aula de “Architectura civil” (bem como no assistir na abertura de alicerces, medições de obra, e traça de edifícios, para que se “possa conhecer a suficiencia e talento de cada um”), poderia ter como

³⁷⁰ Idem, Cap. I.

³⁷¹ Idem, Cap. III

³⁷² Idem, Cap. IV

³⁷³ Idem, Cap. VI.

³⁷⁴ Idem, Cap. VII.

³⁷⁵ Idem, Cap. V.

consequência a não passagem da respectiva certidão pelo Provedor ficando, assim, inibidos de cobrar o seu ordenado ³⁷⁶.

O conteúdo deste Regimento esclarece, de uma vez por todas, as dúvidas que pudessem existir quanto ao aspecto prático da profissão. Ele mostra que o arquitecto estava, efectivamente, profundamente ligado ao estaleiro de obra, o que pode ajudar-nos a entender melhor a natureza de obras como as *Taboadas Gerais*, elaboradas por João Nunes Tinoco, ou até mesmo alguns comentários, de índole prática baseados na experiência pessoal, como os que encontramos, por exemplo, no já citado *Tratado que leo Mateus do Couto*. Ele reforça, também, a importância de uma aprendizagem prática no seio da família, frequentemente citada nos alvarás de nomeação para os diferentes cargos.

4. Santa Catarina dos Livreiros, um primeiro contacto com a profissão.

Apesar de os contratos notariais serem pouco esclarecedores sobre a forma como era apregoada a obra, e escolhidos os seus mestres executantes (os arquitectos eram seleccionados de acordo com o prestígio dos cargos que ocupavam e, conseqüentemente, das relações sociais que estabeleciam), eles mostram-nos que o nome de arquitectos e empreiteiros andavam frequentemente associados (seria da máxima importância fazer um estudo sobre estas parcerias). Tal como hoje, em que os arquitectos escolhem os seus empreiteiros sempre que as condições e legislação assim o permitem, também os arquitectos de então procuravam estabelecer parcerias que lhes garantissem uma organização eficiente, e um trabalho de qualidade. No caso dos *Nunes Tinoco* elas procuravam assegurar, também, a continuidade de uma actividade no seio de uma família que se assumia como uma verdadeira dinastia.

³⁷⁶ Idem, Cap. IX.

Esta organização, que destinava ao filho mais velho a profissão de arquitecto, e aos secundogénitos que não abraçassem a vida religiosa, a de *mestre* ou *ajudante*, seria repetida com Pedro Nunes Tinoco e os seus filhos: primeiro com a nomeação de André para aprendiz em Fevereiro de 1629³⁷⁷, vindo a ser substituído, em 1631, por João (1616 – 1690) que contava então, apenas 15 anos de idade, quando André decide entrar para a Companhia de Jesus³⁷⁸. O irmão mais novo, Manuel Nunes Tinoco, apareceria citado na documentação referente à partilha de bens de Pedro Nunes Tinoco como *ajudante*³⁷⁹, de acordo com o que deveriam ser as exigências de uma organização familiar, e de uma dinâmica bem definidas.

Na geração seguinte, dos filhos de João Nunes Tinoco é Luís (1642/3 – 1719) que, como filho mais velho, está destinado a continuar a profissão do pai; o seu irmão Pedro (o terceiro Pedro Nunes Tinoco desta genealogia, num nome que se repetira já com Frei Pedro da Purificação, filho natural do patriarca), desempenharia um cargo administrativo no Reino, de acordo com uma tendência que se vai acentuando à medida que caminhamos para o final do século XVII. A Luís Nunes Tinoco caberia, também, a tarefa de encerrar a profícua colaboração, que se estendeu por mais de um século, entre a *dinastia Nunes Tinoco* e a arquitectura portuguesa.

Pedro Nunes Tinoco é o primeiro elemento de uma família de pedreiros que ascende, através da formação oficial como *aprendiz*, ao estatuto de arquitecto, formação que vem completar um estudo já iniciado por conta própria, como transparece do alvará da sua nomeação. Filho do mestre-pedreiro e medidor de obras da cidade Álvaro Gomes, a aprendizagem anterior por “ conta própria”, só pode ter sido feita, sem dúvida alguma, no acompanhamento das obras que o seu pai dirigia, das quais consta a empreitada da Igreja de Santa Catarina do Monte Sinai, ou Santa Catarina dos Livreiros, como também é conhecida. Embora esteja ainda por fazer um

³⁷⁷ Cf. I Parte, **Doc. 5**.

³⁷⁸ Idem, **Doc. 6**, e **Doc. 44 - Inédito**, fl.18.

³⁷⁹ Idem, **Doc. 15**.

estudo aprofundado sobre a sua história, será oportuno determo-nos um pouco sobre a sua fundação e projecto.

Muito arruinada pelo terramoto de 1755, demolida no século XIX, o projecto do século XVI pode ser avaliado apenas através dos elementos e dos desenhos que nos deixou Sousa Viterbo. É este historiador quem nos dá uma notícia detalhada sobre esta igreja, a propósito de Pedro Nunes (pai de Álvaro Gomes, e avô de Pedro Nunes Tinoco, como revelámos), empreiteiro das campanhas de obras de 1572, a partir dos livros que pôde consultar no respectivo arquivo ³⁸⁰. Obra de iniciativa da Rainha D. Catarina (1507 – 1578), traria para o centro de Lisboa uma confraria cuja origem remontava ao século XV ³⁸¹, até então sediada no Convento de Santa Catarina de Ribamar. A construção da Ermida de Santa Catarina do Monte Sinai terá sido iniciada em 1557, ano da morte de D. João III (1502 – 1557), sendo então juiz da Irmandade, Simão Guedes, fidalgo da Casa Real ³⁸². O contrato de cedência dos terrenos em que assentava (propriedade dos herdeiros de Bartolomeu de Andrade, conhecido até hoje como “Alto de Santa Catarina” – Fig. 16) ³⁸³ foi realizado em Maio de 1557, ainda em

³⁸⁰ *Dicionário Histórico e Documental ...*, ob. cit., Vol. II, pp. 202 a 216. Tentámos localizar os desenhos publicados por Sousa Viterbo, mas não foi possível encontrá-los, apesar de todo o esforço dispendido pelo Padre António Pedro Boto Oliveira, da Igreja de Santa Catarina dos Paulistas, a quem agradecemos a colaboração prestada. As vicissitudes por que passou esta documentação, mudando de arquivo frequentemente ao longo das décadas, e só recentemente tendo regressado ao Arquivo da Igreja de Santa Catarina, não nos terá permitido localizar, até ao momento, alguma documentação, nomeadamente o *Livro de Acordãos ou Advertencias para melhor governo da Irmandade da Gloriosa Virgem, Martyr, & Doutora, S. Catherina de Monte Synay Orago de sua Parochia extra muros desta Cidade; com as obrigações do Compromisso, & outras, que, despoys delle feyto, acrescerão*, que SOUSA VITERBO (pp. 212 e 213) diz ter visto e onde, apesar de muito deteriorado, diz ter lido ainda “LUDOVICUS NUNES...FACIEBAT”, que ele identificou como sendo Luís Nunes Tinoco.

³⁸¹ Maria do Carmo CORTEZ afirma que a Confraria dos livreiros tinha também capela na Igreja do Convento da Trindade. In “Alto de Santa Catarina”, Francisco SANTANA, Eduardo SUCENA (coord.), *Dicionário da História de Lisboa*: 1994, p.51.

³⁸² Maria Brak-Lamy Barjona de FREITAS, no seu estudo “Os livreiros da Lisboa quinhentista” elenca todos os livreiros que dirigiram a Irmandade no século XVI. In *Revista Municipal*, Ano XIII, nº54, Lisboa: 3º trimestre de 1952, pp. 5 a 25.

³⁸³ A Ermida seria erguida no local que ocupou uma porção de terreno sito no que era então conhecido como as herdades de Villa Nova de Andrade e da Boa Vista, propriedade de Paulo de Pina, filho de D. Isabel de Andrade. A implantação da igreja, antes da demolição empreendida no século XIX, pode ser verificada no *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa sob a direcção de Filipe Folque, 1856-1858*, C.M.Lisboa: Departamento de Património Municipal – Arquivo Municipal de Lisboa, 2000, p. 42. Nesta planta, datada de 1856, é ainda visível a implantação da demolida igreja.

vida do Rei. A grande devoção que lhe consagra a Rainha (que aqui afirma simbolicamente a sua importância, ao tomar a iniciativa de erigir um templo dedicado a uma santa que, para além de ter o mesmo nome, é padroeira de uma das corporações mais influentes para a cultura de então), transforma-a numa das mais prestigiantes obras da época.

Pouco tempo depois, em 1572, seria reedificada e ampliada, a que não deverá ter sido alheio o facto de ser freguesia desde 1570, pois como se refere no respectivo contrato de obra *“há necessidade de se acabar por ser muito pequena e não caberê nela os fregeses, e se acrescentar pela traça que se pera iso se fez...”*³⁸⁴. A esta razão poderá juntar-se uma outra, relacionada com os problemas de estabilidade que o terreno argiloso apresentava desde longa data: tendo-se verificado um primeiro desmoronamento pouco tempo antes da fundação da ermida, em 22 de Julho de 1552, que arrastou consigo algumas casas e separou este morro do das Chagas, uma nova derrocada teria lugar em 13 de Fevereiro de 1621³⁸⁵, tendo-se verificado sucessivos assentamentos de terreno, entre estes dois desmoronamentos³⁸⁶. Sabe-se que em

³⁸⁴ *Dicionário Histórico e Documental ...*, ob. cit., Vol. II, pp. 205, 206 e 214. Inicialmente dependente da Freguesia do Loreto, seria constituída englobando áreas quer desta freguesia, quer da dos Mártires, o que na época terá gerado alguns conflitos, nomeadamente com a formação da freguesia das Mercês.

³⁸⁵ Maria do Carmo CORTEZ, “Alto de Santa Catarina”, ob. cit., p. 51.

³⁸⁶ Seguir-se-iam alguns sismos antes do grande terramoto de 1755. Este deixou de pé apenas o corpo da Igreja, de acordo com o relato que fez o prior António Carlos de Oliveira, em 10 de Abril de 1758. A freguesia alojar-se-ia temporariamente na desaparecida Ermida do Espírito Santo do Recolhimento dos Cardais, regressando à sua igreja em 1757. Passaria definitivamente para a Igreja dos Paulistas em 1835, em virtude do incêndio que a destruiu, tendo sido posta em praça a antiga igreja em 1840. No seu local viria a ser construído o edifício que alberga hoje o Museu da Farmácia e que foi, anteriormente, residência do industrial Alfredo da Silva.

A destruição causada pelo terramoto e conseqüente campanha de obras, alteraria por completo o alçado da igreja, a julgar pelo apontamento de Pedroso que integra a obra de Gonzaga Pereira de 1833, no qual a igreja aparece elevada em relação à cota do terreno envolvente, sendo notório que houve uma escavação do mesmo, talvez para criar a “cenografia” que a escadaria então acrescentada exigia. A antiga marcação tripartida da fachada dilui-se agora, para o que contribuiu a transformação do corpo central num pano único. Mas a maior transformação situa-se no portal – a primitiva composição serliana dá agora lugar a um portal à face, sem galilé, encimado por um janelão, numa composição típica da segunda metade do século XVIII. O interior deverá também ter ficado bastante destruído, a julgar pelo comentário do próprio Gonzaga Pereira: *“ a sua planta he em arcadas lateraes, à maneira de naves;*

1605, em carta datada de 23 de Maio, o vice-rei Pedro de Castilho (sobrinho do grande arquitecto João de Castilho), encarregou Leonardo Turriano de constituir uma planta de que formasse parte a consolidação do monte de Santa Catarina, em Lisboa, com o fim de consolidar a igreja paroquial e as cento e dez casas destruídas pelo deslizamento de terras que se havia produzido oito anos antes, tragédia que fez desaparecer algumas ruas ³⁸⁷.

A 1 de Junho de 1572 reunia a Mesa da Irmandade (da qual fazia parte Afonso Álvares, mestre das obras d'El Rei, provável autor do projecto de alterações, que figura no respectivo contrato como procurador da Mesa) com o fim de mostrar os desenhos de obra aos empreiteiros que apareceram para a licitar - Fernão de Álvares, Heitor Barreiros e Pedro Nunes. A 29 de Junho a empreitada era entregue a este último (casado e morador na Rua da Rosa) em virtude das condições de segurança que oferecia por ser, simultaneamente, freguês da igreja e o oficial de pedreiro mais antigo e mais abastado presente na respectiva licitação ³⁸⁸ - tal como hoje, o abandono da obra pelo empreiteiro por motivos económicos seria já uma prática comum constituindo, desde sempre, uma preocupação e uma situação a evitar. Cremos que este Pedro Nunes é o mesmo que, como pedreiro, aparece em 23 de Junho de 1570, na certidão de avaliação e medição das obras do tanque do claustro do Mosteiro de Santa Maria de Belém, com traça de Jerónimo de Ruão, por Francisco Esteves e Domingos Fernandes, juízes dos ofícios de pedraria e alvenaria da cidade de Lisboa, e pedreiros da casa do arquitecto filho de João de Ruão, e por Dinis Carvalho medidor ³⁸⁹.

porem a architectura desta forma he sumptuoza, sendo de boa mão; porem a deste templo não offerece lição aos inteligentes, nem aos comuns". Luiz Gonzaga PEREIRA, A. VIEIRA DA SILVA (pref.), *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa : Of. Gráf. da Biblioteca Nacional, 1927, p. 373.

³⁸⁷ BA, 51-VIII-2 (cartas para o vice-rei D. Pedro de Castilho), in Rafael MOREIRA "Leonardo Turriano em Portugal", in *Leonardo Turriano : ingeniero del rey*, Madrid : Fundación Juanelo Turriano, 2010, p. 151.

³⁸⁸ *Dicionário Histórico e Documental ...*, ob. cit., Vol. II, pp. 207 e 208. Esta questão foi já por nós abordada na I Parte, Cap. II.

³⁸⁹ ANTT, *Santa Maria de Belém*, maço 2, doc. 59, nº 10. Transcrito em *Jerónimos 4 séculos de Pintura*, 2 vol. Ed do IPPAR e do Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa, 1992, vol. II, p. 413. Citado por Vitor Serrão em "O Retábulo-mor do Mosteiro dos Jerónimos (1570-1572) pelo pintor Lourenço de Salzedo" in *Cadernos*, 2ª

A confirmar-se, estabelece-se mais uma importante relação profissional, que salienta a importância de Pedro Nunes, a trabalhar na esfera das mais importantes obras de então.

Em 1583 era já falecido Pedro Nunes (muito possivelmente ainda antes de 1580, pois o último recibo que Sousa Viterbo encontrou passado em seu nome data de 8 de Março de 1579), com se pode deduzir do acerto de contas que a Irmandade fez com os seus herdeiros, a partir da medição das obras que deixou realizadas. A cobertura da igreja estaria então por realizar (pelo menos a da nave central), obrigando a que a Mesa tivesse de reunir-se algumas vezes para decidir se deveria ser feita em madeira, ou em pedra. Numa primeira reunião, Jorge Valente propunha que se consultassem Jerónimo de Ruão, Nicolau de Frias e Filipe Terzi. O primeiro não compareceu, muito possivelmente por andar demasiadamente ocupado com as outras encomendas régias que então tinha em mãos, em especial com a obra dos Jerónimos e da Igreja da Luz em Carnide. Em 30 de Novembro de 1585 a Mesa reuniria de novo com alguns mestres-pedreiros para avaliar se seria seguro cobrir a nave central de pedra, solução que teria um parecer favorável desde que a cobertura fosse suportada por quatro grossos pilares nos cantos (os desenhos publicados por Sousa Viterbo indiciam que as naves laterais seriam cobertas por abóbadas de arestas, a julgar pelo que parecem ser os respectivos arranques). Numa nova reunião, realizada a 29 de Fevereiro do ano seguinte, decidiu-se finalmente que a cobertura da nave central fosse feita em madeira de acordo com o parecer então dado por Filipe Terzi, Baltazar Álvares e Mateus Pires (segundo um desenho de Nicolau de Frias), em virtude dos problemas de estabilidade que o terreno argiloso apresentava; decidiu-se também que a respectiva empreitada fosse dada a Francisco Lopes, mestre das obras do hospital ³⁹⁰.

Série, nº2, Carmen Olazabal de ALMADA/ Luís Tovar FIGUEIRA e Vítor SERRÃO, *História e Restauro da Pintura do Retábulo–Mor do Mosteiro dos Jerónimos*, ed. do IPPAR, Lisboa: Julho de 2000, p. 22. *Apud* António Vazão TRINDADE, *A Arquitectura Maneirista em Portugal. Da capela-panteão de Santa Maria de Belém ao Real Mosteiro de S. Vicente de Fora*, Tese de Mestrado em arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Vol. II, pp. 2 e 3, Doc.2.

³⁹⁰ *Dicionário Histórico e Documental ...*, ob. cit., Vol. II, pp. 209 e 73. Esta decisão foi tomada em 14 de Abril de 1586.

Tem sido objecto de discussão até que ponto a nova igreja aproveitou e seguiu o projecto da primitiva ermida, ou se terá sido totalmente reedificada. Para Sousa Viterbo, que publica o contrato de 1572 bem como cópia dos desenhos constantes do livro de obra que consultou (que lastimamos, uma vez mais, não terem chegado até nós), a igreja deverá ter sido reedificada de novo, com aproveitamento dos materiais da primitiva ermida. Assim o confirma uma análise cuidadosa ao consultarmos os desenhos coloridos da edição original do *Dicionário* de Sousa Viterbo ³⁹¹, na qual o existente está representado em amarelo (alçado e cortes - Figs. 17 e 18), enquanto que na planta (Fig. 19) são visíveis duas campanhas distintas, figurando já a encarnado o que se há-de construir de novo. Estaremos, como tal, perante um projecto de alterações ³⁹² que nos permitem deduzir quais terão sido as alterações realizadas.

O contrato celebrado com Pedro Nunes parece indicar que terão sido abertos vãos novos em paredes existentes: *“E ao dito pero nunez lhe serão medidos os vãos dalvenarja per cheos descõtãdolhe a grosura da pedrarja honde a houver, e asim lhe será dada a pedra de alvenarja que sair das paredes pelo trabalho de as derrubar e tirar...”* ³⁹³ o que confirma, também, estarmos perante um projecto de alteração, e não de uma reedificação total. Este implicou um volume de obras considerável, resultante da ampliação que então se entendeu necessária – construção dos arcos das naves, abertura de vãos, alteração das paredes, nova cobertura, etc., como no contrato vem referido. Mesmo assentando no traçado pré-existente, a prova de que as alterações foram de grande envergadura reside no facto de, dez anos depois, ela estar por concluir, e em 1590 o retábulo da capela-mor estar ainda a ser realizado por Gaspar

³⁹¹ Data de 1904 a publicação do Vol. II.

³⁹² Paulo Varela GOMES afirmou já que estes desenhos se referem a um levantamento do existente antes da campanha de obras de 1572. In *Igrejas de Planta Centralizada em Portugal no Século XVII. Arquitectura, Religião e Política*, Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002, p.45. Trata-se, com efeito, de um levantamento do existente, à excepção da planta que, como acabámos de ver, tem já desenhadas as alterações.

³⁹³ *Dicionário Histórico e Documental ...*, ob. cit., Vol. II, p. 216.

Dias e António da Costa, de acordo com o pagamento de 40 000 mil réis que então receberam³⁹⁴.

O projecto inicial insere-se num rectângulo de ouro no qual os pilares cruciformes que marcam as capelas do transepto se situam a meio do comprimento total da igreja, ocupando as naves metade desta mesma dimensão (sendo a outra metade ocupada pelo transepto e capela-mor), conferindo-lhes uma proporção próxima do quadrado - o módulo ostensivamente quadrado já sido referido por Horta Correia, que salientava ainda a “ *hábil e contínua utilização da tratadística como inspiração* ”³⁹⁵.

O novo projecto mantém as dimensões (bem como a relação e a leitura espacial) que tinham as naves, transepto e capela-mor, não alterando estes espaços; mas ao construir um retro-coro (com um altar de dimensões iguais ao da capela-mor), tranforma a igreja num duplo quadrado, marcando as capelas do transepto o meio do comprimento total da igreja estabelecendo-se, agora, mais uma nova relação geométrica. A planta mostra ainda que o traçado anterior foi regularizado no espaço situado do lado da epístola junto da capela-mor, tendo sido colocados gradeamentos

³⁹⁴ *Dicionário Histórico e Documental ...*, ob. cit., Vol. II, p. 210. Do *Livro de receita e despesa* que começa em 1574, Sousa VITERBO compilou, entre outra, a seguinte informação: além deste pagamento efectuado a 27 de Maio, gastava o tesoureiro, a 30 do mesmo mês, mais 820 rs em tábuas “*emquanto pintão o retaballo*”); em Novembro continuavam ainda os trabalhos da referida pintura, pois no dia 10 eram pagos mais 15 000 e 39.000 rs a Gaspar Dias e António da Costa, respectivamente. Segundo Sousa Viterbo a análise da documentação mostra que a Irmandade teve uma demanda com Gaspar Dias que, ao que tudo indica, terá abandonado a pintura, sendo o retábulo terminado apenas por António da Costa (tendo António Fernandes por dourador, em 1590 e 1591), justificando assim a grande diferença nos valores pagos aos dois artistas. Sousa VITERBO revela ainda que o retábulo da primitiva ermida terá sido pintado por Jacques de Campos e Estácio Matias, entre 1568 e 1569, pelo preço de 149 000 rs, e que em 1590 Guilherme do Valle receberia 2 600 rs por assentar as vidraças (*Dicionário...*, ob. cit., Vol. II, pp. 210 a 212)

Esta documentação prova que, na realidade, a igreja deverá ter estado *ininterruptamente* em obras, com campanhas que se “colam” umas às outras. Isto mesmo pudemos comprovar através da consulta que efectuámos aos livros do referido Arquivo.

³⁹⁵ José Eduardo Horta CORREIA, *Arquitectura portuguesa : renascimento maneirismo estilo chão*, 1ª Ed. Lisboa : Editorial Presença, 1991, p. 50.

encerrando esta, as capelas do transepto e o espaço onde se encontrava a pia baptismal³⁹⁶.

Do ponto de vista formal e decorativo podemos estabelecer algumas semelhanças entre Santa Catarina dos Livreiros e outras capelas do século XVI³⁹⁷. A expressão que adquirem as capelas do transepto lembram-nos a Capela do Paço de Salvaterra (Fig. 21), atribuída a Miguel de Arruda (? - 1563) no modo como se autonomizam, marcadas pela expressão que lhe é conferida pelos dois grossos pilares cruciformes distintos dos outros quatro da nave³⁹⁸. Em Santa Catarina a autonomização das capelas e marcação do transepto faz-se, ainda, pela utilização de arcos encimados por frontões triangulares orientados para a nave central o que nos evoca, de imediato, os frontões triangulares que encimam as janelas a Ermida da Conceição de Tomar (Fig. 22), de João de Castilho (c. 1470 – 1552), não apenas no exterior mas sobretudo no uso e expressão que assumem no interior, onde o arquitecto de Santa Catarina terá podido ir buscar inspiração. A sua utilização no remate das capelas do transepto virado para a nave central, recua para o interior o que em Tomar marcava esse mesmo transepto no exterior numa composição que, segundo Kubler, encontrava paralelo no Palácio dos Mendonza em Guadalajara³⁹⁹.

Afonso Álvares (act. 1551-1575) tem sido apontado como responsável pela campanha de obras de 1572, uma vez que aparece a assinar com a Mesa o respectivo

³⁹⁶ Da primitiva igreja ficou a belíssima pia baptismal, obra que recua à sua fundação, e hoje colocada na Igreja de Santa Catarina dos Paulistas, à entrada do lado da epístola (Fig. 20). Agradecemos ao nosso orientador esta referência.

³⁹⁷ Paulo Varela GOMES integra Santa Catarina num conjunto de cinco igrejas da mesma época a que pertencem São Vicente de Évora, Santa Maria de Estremoz, a Misericórdia de Santarém e a *Sala dos Reis de Alcobaça* pelas características planimétricas que têm em comum, relacionadas com o facto de nelas se poderem inserir módulos simples ou múltiplos de quadrados e por partilharem, também, um percurso ascensional definido pela diferença de cotas entre nave, acesso à capela-mor, e a própria capela-mor. In *Igrejas de Planta Centralizada em Portugal*, ob. cit., p. 46.

³⁹⁸ Paulo Varela GOMES salienta já a importância destes pilares na diferenciação do transepto e da nave, diferenciação que aqui não é marcada pela tradicional diferença de cota.

³⁹⁹ George KUBLER, *A arquitectura portuguesa chã : entre as especiarias e os diamantes, 1521-1706*, Jorge Henrique Pais da SILVA (trad.), José Eduardo Horta CORREIA (pref. à ed. Port.), Lisboa : Vega, 1988.

contrato, onde figura como “*m.^{te} das obras delRey noso sñr procurador*”⁴⁰⁰; desconhecemos, no entanto, quem terá sido o autor do projecto inicial. Se as características que acabámos de referir em Santa Catarina deverão ser entendidas como uma persistência do classicismo que marcou a primeira metade do século XVI (que não se limita às semelhanças referidas, mas que se estende também ao rigor geométrico do seu desenho, expresso na planimetria e na fachada, em que o “*módulo ostensivamente quadrado e a utilização do motivo de Palladio como elemento essencial da galilé denuncia aqui e não só uma hábil e contínua utilização da tratadística*”⁴⁰¹), outras características como o despojamento decorativo anunciavam já um tempo de mudança, reforçando a hipótese de ter sido projectada por Afonso Álvares, como frequentemente é referenciado por diversos autores, para quem Santa Catarina seria “*mais do que suficiente para sintetizar o génio e cultura de Afonso Álvares, a três anos da sua morte*”⁴⁰².

Estas semelhanças, quer com a Ermida da Conceição de Tomar, quer com a Capela do Paço de Salvaterra, suscitam-nos algumas considerações sobre o possível autor do projecto inicial de Santa Catarina. Analisando a cronologia dos factos e a importância da obra (que pela sua simbologia se assume quase como um paralelo para a Ermida da Conceição de Tomar, embora não se conheça que Rainha tivesse qualquer intenção de nela ser sepultada), leva-nos a admitir a hipótese de esta igreja ter sido projectada por outro arquitecto régio. Falecido Francisco de Arruda em 1547, e João de Castilho em 1552, surge Diogo de Torralva como sucessor de ambos. Casado, desde 1534, com a filha de Francisco de Arruda, é nomeado em 7 de Novembro de 1548 mestre de todas as obras da comarca do Alentejo e dos Paços de Évora em sua substituição⁴⁰³. Em 1554 seria nomeado sucessor de João de Castilho⁴⁰⁴. Segundo

⁴⁰⁰ *Dicionário Histórico e Documental ...*, ob. cit., Vol. II, p. 214.

⁴⁰¹ José Eduardo Horta CORREIA, *Arquitectura portuguesa...*, ob. cit., p. 42.

⁴⁰² António João Medina MOUZINHO, *Afonso Álvares, arquitecto funcionalista - a tradição e a modernidade na arquitectura portuguesa do século XVI : os eixos das invariantes funcionais*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa : [s.n.], 1986, p. 95.

⁴⁰³ Sousa VITERBO, *Dicionário...*, ob. cit., Vol. III, p. 127.

Kubler⁴⁰⁵, citando uma declaração de Frei Vicente, Prior do Convento de Tomar datada de Agosto de 1558 (publicada por Sousa Viterbo⁴⁰⁶), nos anos de 1556 e 1557 Torralva não tinha em curso nenhum trabalho seu, uma vez que se encontrava na Corte, solicitando fundos e preparando os projectos para Tomar, sob orientação do próprio Rei. Sucessor de João de Castilho deverá ter acabado a Ermida da Conceição, projectada para panteão de D. João III. Diogo de Torralva contava já uma ampla experiência: nomeado mestre das obras do Mosteiro de Belém em 1540, trabalharia ainda na Madre de Deus, sendo-lhe atribuídos também os projectos da Torre do Outão, da quinta da Bacalhoa, e da Ermida de Santo Amaro⁴⁰⁷.

Faz sentido que o Rei, já muito perto da morte (ocorrida em Junho de 1557), ou a própria Rainha, o tenha escolhido para arquitecto de Santa Catarina (ocupando no projecto aquele tempo em que Kubler afirma não estar em curso nenhuma obra sua) e que, apenas após a sua morte, ocorrida em Setembro de 1566, apareça a figura de Afonso Álvares à frente da remodelação.

Em 1595, aparece-nos como empreiteiro a quem é adjudicada a construção da obra das torres, a 1 de Setembro⁴⁰⁸, o nome de Álvaro Gomes, filho de Pedro Nunes (e pai de Pedro Nunes Tinoco), embora devesse ter já acompanhado o pai, quando foi adjudicada a este a empreitada de 1572. Álvaro Gomes exercia também o ofício de *Medidor das Obras da Cidade*, como provámos anteriormente, a partir do processo de

⁴⁰⁴ Idem, Vol. I, pp. 200, 201 e 534.

⁴⁰⁵ Georges KUBLER, *A arquitectura portuguesa chã...*, ob. cit., p. 20. Em 4 de Novembro de 1557 era-lhe passado um Regimento de Obras do Convento de Tomar, de que era já mestre (Sousa VITERBO, ob. cit., Vol. III, p. 130).

⁴⁰⁶ Sousa VITERBO, ob. cit., Vol. III, p. 132.

⁴⁰⁷ Rafael MOREIRA, *O Rosto de Camões e outras Imagens*, CNCDP, Lisboa: 1989, p. 8.

⁴⁰⁸ Quando Álvaro Gomes casa com Grácia Nunes, em Julho de 1575, aparece-nos como testemunha Tomás de Gouveia, muito provavelmente o mesmo Tomás de Gouveia que era Mordomo da Irmandade quando, em 1572, foi celebrado o contrato de empreitada com Pedro Nunes – tudo indica que Álvaro Gomes estivesse a trabalhar então, com o pai. Cf. I Parte, **Doc. 45**.

Habilitação de Luís Nunes Tinoco a Familiar do Santo Ofício ⁴⁰⁹, processo esse datado de 1698/9. A sua actividade como medidor consta, também, de um documento de 1596, publicado por Sousa Viterbo, nas obras realizadas pelo mestre pedreiro Manuel Moreira no Convento de Chelas ⁴¹⁰.

Na pesquisa que fizemos no Arquivo da Irmandade conseguimos seguir as obras realizadas por Álvaro Gomes, cujos pagamentos foram efectuados até à data da sua morte, em 4 de Setembro de 1609 ⁴¹¹. Muito interessante é a referência a um pagamento efectuado a Pantaleão Dias pelo concerto dos papéis do frontispício da igreja. Tratar-se-ia de uma alteração do desenho primitivo da fachada, resultante das novas obras em curso, nomeadamente da construção das torres ? Tudo indica que sim. Após esta campanha de obras, que se estende até cerca de 1630, como se deduz do próprio livro de pagamentos, a existência de um segundo livro, que cobre as campanhas desde 1693 até 1750, mostra-nos como nos finais do século XVII a igreja sofreria outra campanha de obras, na qual se inclui uma nova pintura de tectos feita pelo pintor António Pereira ⁴¹².

⁴⁰⁹ Idem, **Doc. 44**.

⁴¹⁰ *Dicionário Histórico e Documental ...*, ob. cit., Vol. II, pp. 183 e 184.

⁴¹¹ AISCL, *Lº da Receita e despesa 1598 até 1630*: a 18 de Março 1601 é-lhe paga a quantia de 6160 rs como mestre das obras de pedraria da igreja (fl. 30v, Tesoureiro João Carvalho); em 1602/3 é-lhe paga a quantia de 2500 rs pelo nicho que fez na sacristia para a santa, e nos concertos do telhado (fl. 44, Tesoureiro António Ribeiro); a 9 de Março 1605, recebe mais 6 000 rs pelos concertos dos telhados que fez nos anos anteriores, assinando na folha (fl. 60v, Tesoureiro Domingos Miz), assinatura que publicámos na I Parte, quando tratámos da genealogia dos *Nunes Tinoco*. Em 1606 recebe ainda pagamentos pelo que a Mesa lhe ficara a dever referente ao ano de 1605 (fl. 71v, Tesoureiro Domingos Miz).

Outros pagamentos são também interessantes para a história desta campanha de obras: em 1599 paga-se a Pantaleão Dias 400 rs por “*concertar os papeis do frontespicio da igreja*” (fl. 96, Tesoureiro João Carvalho); em Novembro de 1606 paga-se ao pintor 2000 rs de pintar o painel grande sobre o arco do da capela-mor (fl. 75, Tesoureiro Domingos Miz); em 12 agosto de 1607 paga-se 23 300 rs a Andre Roiz, mestre carp^o pela mesa que se fez no corpo da igreja (fl. 83v, Tesoureiro Domingos Miz); neste período azuleja-se a capela-mor (fl. 117, Tesoureiro Domingos Miz). Em 15 de Outr^o de 1612 é paga a quantia de 4400 rs, referentes a dois milheiros de tijolo para a nave (fl. 342v).

⁴¹² AISCL, *Lº da Receita e despesa desde 1693 a 1750*. Citando apenas aqueles documentos que abrangem o período que estudámos (referimos, uma vez mais como seria importante fazer um estudo sobre esta esquecida igreja), salientamos: em 1693, paga-se a Jerónimo Nunes, mestre pedreiro, 50 mil

Em 1595 Pedro Nunes Tinoco era já um adolescente, capaz de acompanhar o pai nas suas obras, como a sua condição de filho de um mestre-pedreiro poderia obrigar. Deverá ter participado, como tal, nesta e noutras medições, bem como assistido na conclusão da obra de Santa Catarina, justificando a afirmação de que *“estudava architectura à sua custa “* antes de ser nomeado aprendiz. O seu primeiro contacto com a profissão, de acordo com uma antiga tradição, terá sido feito assim, numa obra cuja importância residia não apenas no facto de resultar de uma iniciativa régia (e conseqüentemente, nela convergirem as figuras mais importantes da Corte, nas quais se incluem os arquitectos régios), mas também do papel que os seus presumíveis autores (Diogo de Torralva, Afonso Álvares, Nicolau de Frias) desempenharam num período decisivo da arquitectura portuguesa.

A par dos muitos e influentes contactos que a família de Pedro Nunes Tinoco deveria possuir (não nos podemos esquecer, também, do tal “Pedro Nunes” da Casa do Infante D. Luís, cujas moradias um dos seus descendentes, também de nome Pedro Nunes Tinoco, reclamava no início do século XIX ⁴¹³), e embora sem documentação que o suporte, tudo aponta para que em Santa Catarina, ao lado do pai, Álvaro Gomes, Pedro Nunes Tinoco tenha contactado com as mais destacadas figuras da arquitectura

rs da tribuna, e a António João, mestre carpinteiro, 43400 rs dos caixões da sacristia, portas do campanário, tabuado da cimalha e friso da tribuna, pagamentos que continuam no ano de 1694 e 1695. Em 1695 e 1696, são feitos os portões no muro por detrás da capela-mor. De 1699 a 1701 forra-se o tecto da igreja, e fazem-se concertos nas torres e no telhado. Em 1702/3 é concertada a casa do padre tesoureiro e as portas da igreja. Em 1708/9 faz-se a escritura com o pintor António Pereira para a pintura do tecto da Igreja (pagamentos que continuam até pelo menos 1713). Em 1709/10, são concertados alguns azulejos das paredes, por conta dos estragos causados pelos andaimes. Em 1714/5 - o pedreiro Manuel Antunes concerta a nave da parte do evangelho, a torre do sino e a porta do cemitério. No ano seguinte paga-se ao pedreiro Joseph Ferreira a abóbada da igreja, o azulejo da casa da pia, e concertos na casa do Padre Tesoureiro e na sacristia. Em 1716/7 paga-se ao *“sargento-Mor M.^{el} do Couto 1440 rs de hú livro q se lhe deo por se lhe aver prometido em satisfação da medição q foi fazer da pintura a nossa igr^a de S.^{ta} Cna assim mais duzentos e corenta rs q tanto se despendeo no requerim.^{to} q se fez ..”* Em 1717/8 paga-se ao ladrilhador Filipe Cardoso, ao carpinteiro Francisco dos Santos, e ao pedreiro Manuel Vicente as obras da sacristia que efectuaram, e avalia-se a obra de carpintaria. Em 1721/22 fazem-se os dourados da sacristia.

⁴¹³ Cf. I Parte, **Doc.36**.

de então, e da multiplicidade de tendências que marcam este período, e que nela se cruzam.

O despojamento da sua decoração, expresso nas colunas toscanas que marcam o seu interior, é representativo das mudanças que se fazem sentir nas últimas décadas do século, em que a designação de «moderno» deverá ser entendida num novo contexto, marcando a diferença do purismo da Contra-Reforma com o Renascimento Clássico ⁴¹⁴. É neste contexto que devemos entender a expressão “ao Moderno” utilizada por Pedro Nunes Tinoco quando, em 1620, como arquitecto do Priorado do Crato, regista a igreja de Cernache do Bonjardim ⁴¹⁵, cujas colunas e articulação das naves não deveriam ser muito diferentes das de Santa Catarina, e na qual se devia destacar já a cobertura da capela-mor em abóbada de berço dividida em caixotões simples (Fig.23).

Se este acompanhamento de obra se revestiu da máxima importância para adquirir uma prática profissional que viria a ser complementada, do ponto de vista teórico, na Aula do Paço da Ribeira, não menos importante foi o contacto com os arquitectos régios que lhe abriram as portas para outras obras de igual envergadura. Neste processo terão desempenhado um papel determinante as figuras de Nicolau de Frias e de Baltazar Álvares.

Com Nicolau de Frias (que, como vimos, faria em 1586 o projecto para a cobertura da Igreja) estabelecia-se uma ligação que deverá ter conduzido à nomeação de Pedro Nunes Tinoco para aprendiz, em 1604, sob sua orientação, vindo o jovem arquitecto a substituir o seu mestre na obra de Santa Marta, como ficou já

⁴¹⁴ Rafael MOREIRA, “Arquitectura: Renascimento e Classicismo”, in *História da Arte Portuguesa*, Paulo PEREIRA (dir.), Círculo de Leitores: Vol. II, 1995, p. 318.

⁴¹⁵ Biblioteca do Seminário das Misões de Cernache do Bonjardim, *Livro de todas as plantas e perfis das igrejas e vilas do Preorado do Crato feito por Pedro Nunes Tinoco Architecto delrei n. S. E do dito Preorado. Anno de 1620*, fl. 15. Agradecemos ao Padre Manuel Castro Afonso o acesso incondicional a este manuscrito. Agradecemos também ao Professor Doutor Jorge Rodrigues a colaboração nos contactos que estabelecemos.

amplamente documentado ⁴¹⁶.

Em 23 de Fevereiro de 1586 decidia a Mesa da Irmandade fazer em madeira, e não em pedra, a cobertura da igreja, resultante de uma discussão que deveria estar presente em muitas outras construções. Nesta decisão participou também Filipe Terzi, Mateus Pires ⁴¹⁷ e Baltazar Álvares (sobrinho de Afonso Álvares) que conheceria bem Álvaro Gomes e, conseqüentemente, Pedro Nunes Tinoco. Estabelecia-se assim em Santa Catarina dos Livreiros uma outra relação que, aliada à grande actividade desenvolvida por Pedro Nunes Tinoco desde a sua nomeação para *aprendiz*, em 1604 (colaborando e substituindo Nicolau de Frias, entre outros trabalhos), e aos múltiplos contactos que estabeleceu, terá sido determinante para a sua nomeação como arquitecto da obra de S. Vicente - de Santa Catarina dos Livreiros a S. Vicente de Fora, muito possivelmente pela mão de Baltazar Álvares.

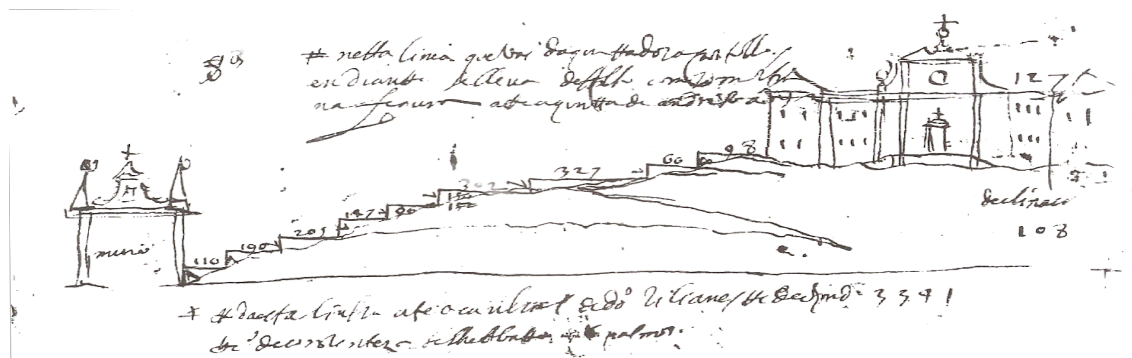
⁴¹⁶ Vítor SERRÃO “O arquitecto maneirista Pedro Nunes Tinoco: novos documentos e obras: 1616-1636”, Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa : 1979, III Série, nº83.

⁴¹⁷ *Dicionário Histórico e Documental ...*, ob. cit., Vol. II, p. 209.

II Parte – Pedro Nunes Tinoco, famoso Architecto do período filipino

Capítulo 2

Entre a Engenharia e a Arquitectura



418

*“ Ardentissimo é stato sempre il desiderio mio di mandar’ alla stampa cose, che non solamente diletino, ma che giovino ancora. La onde essendomi porta occasione di potere stampar’ i modi delle Misure di M. Cosimo giocandole non meno dilettevoli, o utili, che necessarie, mi è parso dare questa satisfattione, non tanto alla naturale mia intentione, quanto a coloro, che dilettrandosi de gli studi delle buone arti, aspettano che continuamente le scientie eschino com quelle miglior regole, & maggiore facilita... Parte delle quali, credo che vedranno in questi scriti coloro, che dilettrandosi delle Matematiche, li leggeranno accuratamente. Godetevi dunque delle pretensi fatiche, o studiosi”*⁴¹⁹.

Francesco Franceschi Sanese, 1564

⁴¹⁸ Pedro NUNES TINOCO, *Roteiro da Agoa liure e Agoa de monttemor e mais fontes junto a ellas feito por pero nunes tinoco Architecto de Sua mg.de e mais pessoas que assestirão á diligensia que se fez sobre as mediçois das agoas que ã de vir a cidade de L[isbo]a e no caminho que ande fazer ate os moinhos do vento junto a S. Roque. 1617, BN, Secção de Reservados, ms. 427//24, fl. Nº23 “nesta linea que vai da quinta dos apostollos en diante, se lleva de alto como se mostra na figura atte à quinta de André Soares”.*

⁴¹⁹ Introdução ao livro de Cosimo BARTOLI, *Del modo di misurare le distantie, le superficie, i corpi, le piante, la prouincie, le prospettiuue, & tutte le altre cose terrenne, che possono occorrere a gli huomini, secundo le uere regole d’Euclide, & de gli altri piu lodati scrittori*, Venetia : per Francesco Franceschi Sanese, 1564. Como editor, Francesco Sanese dedica este livro a “Allo Illustrissimo et eccellissimo s. il s. Cosimo de Medici, Duca di Firenze et di Siena, sig. et patrone mio osservandissimo (...) Quanto la Eccell. V. illust. habbi sempre com il favorire coloro, che hanno dato opera alle virtuti, porta occasione a tutti gli uomini di esercitarsi, & nelle arti, & nelle scientie, non è nessuno, che chiaramente non lo conosca”.

1. “Os mais peritos homens, que avia neste reino”

O desenvolvimento das cidades verificado no século XVI traria consigo um grande incremento das chamadas obras públicas, cuja importância era entendida não apenas na sua dimensão mais imediata, isto é, como solução dos problemas dos cidadãos, mas adquiria também um inegável valor simbólico como instrumento de prestígio, na imagem que os governantes pretendiam assumir como *reguladores do bem comum*.

Se a arquitectura e engenharia civil colocavam já problemas de grande complexidade, quer com a medição de terrenos, quer com todos os projectos relacionados com a hidráulica, no desempenho da actividade daqueles que se ocupam com este tipo de obras, com especial destaque para a hidráulica, como a condução e abastecimento de água, construção de pontes, e navegabilidade de portos, na segunda metade do século XVI careciam ainda de um ensino e de instrumentos especializados, os quais iam, pouco a pouco, sendo progressivamente desenvolvidos.

Entende-se, assim, a preocupação de Francesco Sanese em publicar uma obra (dedicada ao grande mecenas Cosimo de Medici) que, salienta a importância da Matemática como ciência fundamental na resolução deste tipo de tarefas. Obra da máxima importância para os trabalhos práticos de medição, foi seguramente conhecida em Portugal, como o comprova a existência do exemplar que terá pertencido à Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho do Convento da Graça, bem como uma cópia manuscrita do mesmo, hoje depositados na Biblioteca Nacional ⁴²⁰.

⁴²⁰ Cosimo BARTOLI, *Del modo di misurare le distantie, le superficie, i corpi, le piante, la prouincie, le prospettive, & tutte le altre cose terrene, che possono occorrere a gli huomini, secundo le uere regole d'Euclide, & de gli altri piu lodati scrittori*, Venetia : per Francesco Franceschi Sanese, 1564. A cópia manuscrita desta obra *Modo y regla para medir todas las cosas terrenas*, datada de 1601, está integrada numa miscelânea com outros escritos de geometria e fortificação (COD 1555/4). Cosimo Bartoli (1503-1602) amigo de Giorgio Vasari, trabalhou em Roma e Florença, tendo feito uma tradução de *L'Architettura* de Alberti, publicada pelo mesmo editor em Veneza em 1565, que parece ter circulado também entre nós.

No Reino, à semelhança do que aconteceu com toda a Península Ibérica (e por toda a Europa) a actividade relacionada com este tipo de obras não se limitou aos graves problemas de abastecimento de água, mas estendeu-se a outras áreas directamente ligadas com os problemas de comunicação terrestre, marítima e fluvial (construção de novas pontes e reconstrução de outras, estudos de navegabilidade de rios, etc), para além das urgentes questões relacionadas com os aspectos defensivos das costas do nosso vasto domínio, problemas esses que se multiplicaram quando da união das duas Coroas, unidas também na mesma política e nas respectivas empresas.

Mereceram especial atenção, para além do desenvolvimento da cartografia, os já citados estudos de navegabilidade e os que diziam respeito à defesa não apenas da costa do nosso território continental, mas também do litoral de África, do Índico e do Brasil, especialmente nos conflitos que travámos com os Holandeses, resultantes de uma acção e perspectiva que não eram isoladas, mas integradas no contexto ibérico que a situação política e administrativa obrigava.

Basta citarmos os já conhecidos problemas de navegabilidade do Tejo, ou a tentativa de condução das águas a Lisboa, para percebermos como a sua solução trouxe à Península Ibérica os mais afamados técnicos estrangeiros, vindos sobretudo de Itália e dos Países Baixos (que forneciam então a principal mão de obra especializada aos outros reinos da Europa) que, entre nós, colaboraram e trabalharam com os nossos arquitectos e engenheiros.

É o caso de Francesco da Cremona, João Baptista Lavanha, Leonardo Turriano, Filipe Terzi, Juan de Herrera, Tiburcio Spanocchi, Vincenzo Casale, Alessandro Massai e tantos outros que, vindo trabalhar em Portugal, lançavam discussões com um domínio científico até então nunca observado, impondo a Matemática como disciplina fundamental nos mais diversos domínios. Abrangendo os mais variados trabalhos, que iam das relacionadas com a Náutica a outros como a medição de terrenos, eles eram parte integrante e indispensável na própria formação não apenas dos engenheiros, mas também dos arquitectos, num período em que estes últimos eram solicitados também para tarefas próprias da engenharia, como o provam a forma como são tratados e referidos na documentação, simultaneamente quer como arquitectos quer

como engenheiros. A diferenciação entre uns e outros acentuar-se-ia só a partir da criação da *Aula de Fortificação* em 1647, sobretudo no que diz respeito à diferença entre arquitecto e engenheiro militar (ou arquitecto militar), como se pode inferir da leitura da documentação da segunda metade do século XVII, na qual as nomeações para aprendiz de arquitectura passaram a referir o facto de serem nomeados para “*estudar a architectura civil*”, o que expressa bem a diferença que se ia afirmando entre arquitecto e engenheiro (ou arquitecto militar) ⁴²¹. Esta diferença não estaria ainda perfeitamente definida nos séculos XVII e XVIII, mesmo após toda a actividade e ensino desenvolvidos por figuras como Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749) e Manuel Pinto de Villa-Lobos (?-1734) ⁴²².

Na documentação referente aos elementos das principais famílias de arquitectos do século XVII e início do século XVIII, como os Frias, Coutos ou Tinoco (*Nunes Tinoco* ou os *Tinoco da Silva*) não detectámos, no entanto, essa confusão no respectivo estatuto profissional (apesar de terem desempenhado tarefas comuns às duas ciências), aparecendo quase sempre citados como arquitectos, com excepção de Manuel do Couto que surge, simultaneamente, tratado quer por arquitecto, quer por engenheiro o que se deve, sem dúvida, à intensa actividade que desenvolveu em obras de natureza diversa, com especial destaque para as obras de arquitectura militar relacionadas com as Fortalezas da Barra.

O ensino passaria a exigir, para além da Matemática, conhecimentos maiores do que os que eram administrados nas simples escolas e oficinas familiares, o que terá levado a que, neste âmbito, tenha sido grande o incremento dado aos diversos estudos, no final do século XVI. Basta pensarmos que, tarefas de geometria que hoje nos parecem banais, eram de grande dificuldade na época (os indispensáveis métodos de triangulação, utilizados em tantas tarefas, começaram a ser utilizados apenas em

⁴²¹ Rafael MOREIRA, “A Arquitectura Militar”, História da Arte em Portugal, volume 7, 1986, p. 85.

⁴²² Basta examinarmos toda a documentação referente à reconstrução de Lisboa após o sismo de 1755 para verificarmos como os seus principais protagonistas, como Carlos Mardel (1696-1763) ou Eugénio dos Santos e Carvalho (1711-1760), aparecem simultaneamente citados como engenheiro e/ou arquitectos, apesar da sua actividade principal ser como engenheiros, dada a sua formação militar.

meados do século XVI). Explica-se, assim, que um aprendiz como Pedro Nunes Tinoco, nomeado em 1604, fosse obrigado a estudar na Aula do Paço da Ribeira “*a archetutura com qualquer mestre das obras que para isso lhe for ordenado e ouvir giometria de João Bautista Lavanha cosmografo mor destes Reinos quando a ler...*”, como anteriormente referimos ⁴²³.

Esta preocupação com a formação matemática e técnica, relacionada sem dúvida com as necessidades defensivas e de comunicação que se faziam sentir nos dois reinos da Península Ibérica, levaram à criação da Academia de Matemáticas. Fundada por Filipe I em Madrid, em 1582 (inspirada, como Rafael Moreira provou ⁴²⁴, na verdadeira academia científica que se formou em Lisboa, a partir de 1536, em torno das lições do cosmógrafo-mor Pedro Nunes ao Infante D. Luís, e na *Lição dos Moços Fidalgos* reorganizada pela regente D. Catarina em 1562), tinha um ambicioso programa estabelecido por Juan de Herrera (1530-1597), em colaboração com João Baptista Lavanha (1555-1624) que fora chamado a Madrid para a dirigir, entre 1583 e 1591 ⁴²⁵ (a morte de Lavanha em 1624 coincide com o fim da Academia, que viria a ser

⁴²³ Cf. I Parte, **Doc. 1**.

⁴²⁴ Rafael MOREIRA, “A Escola de Arquitectura do Paço da Ribeira e a Academia de Matemáticas de Madrid”, in *As relações artísticas entre Portugal e Espanha na época dos descobrimentos*, II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte, Coimbra: Livraria Minerva, 1987, pp. 66 e 67.

⁴²⁵ A biografia de Lavanha foi traçada por A. CORTESÃO e por A. TEIXEIRA DA MOTA in *Portugaliae Monumenta Cartographica*, 1960, Vol. IV., p. 61-76, à qual Antonio-Paulo Ubieto ARTUR juntaria novos elementos (“Aportações à Biografia de João Baptista Lavanha”, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXVI, 1991, pp. 396-408). É grande o *curriculum* deste mestre de Pedro Nunes Tinoco. Lavanha entrara ao serviço de D. Sebastião em 1572. Em Madrid ensina Cosmografia, Geografia e Topografia. Nomeado Engenheiro de Portugal em 1586, seria elevado a Cosmógrafo Mor em 1591, tendo ficado em Lisboa entre esta data e 1598. Referimos já anteriormente que a sua mulher, D. Leonarda de Mesquita, estava ligada à Casa de Aveiro. Em 1604 entrou para o serviço do 3º Duque, D. Álvaro de Lencastre (1540-1626) que, em 1613, lhe outorga a alcaidaria-mor de Torrão. Nesse mesmo ano escreve a crónica do casamento D. Ana Dória de Génova com o Conde de Torres Novas, futuro Duque de Aveiro. Entre 1604 e 1606 dedica-se a trabalhos hidráulicos relativos à navegação dos rios Esgueva e Pisuerga da cidade de Guadalquivir. Entre 1610 e 1611 escreve o *Itinerário de Aragão*, cuja importância resulta do facto de ter sido um dos primeiros mapas terrestres feitos à base de medições geodésicas. Encontra-se em Madrid, entre 1611 e 1618, onde se sucedem, cargos, honras e mercês reais, acompanhando a Itália o Duque de Sabóia, Carlos Emanuel I (1562-1630). Nos finais de 1618 é mandado a Lisboa para preparar a vinda de Filipe II (escrevendo em 1622 o relato da Viagem que o monarca fizera ao Reino em 1619) e participado também nos estudos realizados para a condução da água à cidade. Entre 1621 e 1624, é o período em que está mais ligado à família real. O casamento do seu filho Tomás realizar-se-á no Palácio Real, ao qual assistiram o Conde de Olivares e o Duque do Infantado (Antonio-Paulo Ubieto ARTUR, “Aportações à Biografia de João Baptista Lavanha”, ob. cit., *passim*).

substituída pelos *Estudios Reales*, o que já foi entendido como “o fim de um importante período da ciência tanto portuguesa como espanhola”⁴²⁶). De acordo com o texto da *Institución*⁴²⁷, faziam parte deste programa os seguintes estudos e autores, organizados de acordo com as diferentes profissões (embora alguns desses estudos nunca tenham vindo a ser implementados):

1. *Aritméticos* - deviam conhecer a obra de Euclides, Jordano Nemorario, Boccio, Frater Lucas, Pedro Nunes, Stifelio e Peletier.
2. *Geómetras e medidores* - Euclides, Teodósio, Apolonio Pergeo e Arquimedes.
3. *Mecânicos* - Euclides, Arquimedes, Comandino, Jordano Nemorario, Aristóteles, Guido Baldo, Vitruvius, Valturio, Vegetio, Herão e Tartaglia.
4. *Astrólogos* - com conhecimentos de Euclides, Montereio, Menelao, Ptolomeu, Afonso X o Sábio, Abrão Zacuto, Stoflerino e Teodósio.
5. *Relojeiros e Gnomónicos* - capazes de construir relógios solares ou astronómicos, deviam ser versados em Euclides, Teodósio, Apolonio, Cristóbal Clavio, Ptolomeu.
6. *Cosmógrafos* – deveriam ter conhecimentos profundos de Ptolomeu.
7. *Pilotos* – Tal como os anteriores, deveriam ter com conhecimentos profundos de Ptolomeu.
8. *Perspectivistas* - deviam estudar Euclides, Ptolomeu, Alhazen, Vitelio e Barbaro.
9. *Músicos* – deveriam ter conhecimentos de Euclides, Aristoxeno, Ptolomeu, Boecio, Jordano e Zarlino.
10. *Arquitectos* – para além de conhecer muitos dos livros que estudavam os anteriores, deviam ser especialistas em Vitruvius e Alberti.
11. *Pintores* – deveriam ser versados em Matemáticas, Anatomia e Perspectiva.

⁴²⁶ Antonio-Paulo Ubieto ARTUR, “Aportações à Biografia de João Baptista Lavanha”, ob. cit., p. 407.

⁴²⁷ Ignazio González TASCÓN, “La organización y financiación de las obras públicas. La formación de los técnicos”, in *Felipe II Los ingenios y las maquinas*, p. 49. Segundo o autor, a descoberta do plano de estudos da Academia (*Institucion*) e o seu estudo e publicação ficou a dever-se a Símón Díaz e Luis Cervera Vera em 1995 (pp. 46 e 47).

12. *Fortificadores* – formados no campo da arquitectura e das máquinas bélicas.
13. *Niveladores* – Euclides, Arquimedes, Herão de Alexandria, Vitruvius e Alberti.
14. *Artilheiros* – deviam conhecer Tartaglia, Vitruvius e Ateneu.

Vemos que do plano de estudos de *Aritmética* fazia parte a leitura de Pedro Nunes. Este interesse nas matemáticas fez com que o seu ensino não se restringisse a Madrid, mas que se estendesse também a outras cidades, como defendia o próprio Herrera em carta dirigida a Filipe II em 1588: “*con ellas se habituasen los hombres en las cosas pertenecientes a los buenos ingenios, arquitectos, cosmógrafos, pilotos, artilleros y otras artes dependientes de las dichas matemáticas y mui utiles a la buena policia de la republica*”⁴²⁸.

Tentando responder a estas necessidades, multiplicam-se assim os trabalhos teóricos conducentes à formação de técnicos e à prossecução das tarefas prioritárias no âmbito das obras públicas, como é o caso da já citada obra de Cosimo Bartoli *Del modo de misurare le distantie*, publicada em 1589, cujo conhecimento foi fundamental para os trabalhos de topografia. Desta, e de outras obras, deve ter tomado conhecimento, sem dúvida, Pedro Nunes Tinoco quando elabora o seu pormenorizado estudo sobre a possibilidade da condução das águas a Lisboa, como podemos comprovar nos apontamentos e desenhos que faz ao longo do seu registo.

Multiplicavam-se assim, desde o século XVI, os mais variados trabalhos que tentavam garantir a segurança e comodidade das populações, executados por um grupo de arquitectos e engenheiros que revelavam uma perícia até então nunca vista, elaborando traças e rascunhos realizados “*pellos mais peritos homẽs, que avia neste Reino*”, como o próprio Senado de Lisboa reconhece a propósito do estudo para a

⁴²⁸ C.WILKINSON- ZERNER, *Juan de Herrera, arquitecto de Felipe II*, Madrid: Akal, 1996, p. 182. Consuelo Gómez LÓPEZ, “El concepto de Bien público y la transformación del territorio”, *El arte en las cortes de Carlos V y Felipe II*, Departamento de Historia del Arte “Diego Velasques”, Centro de Estudios Hitóricos C.S.I.C., *Actas das IX Jornadas de Arte*, p.46.

condução das águas a Lisboa⁴²⁹, entre os quais se encontrava, por mérito do seu trabalho, Pedro Nunes Tinoco.

2. O abastecimento de água a Lisboa

A questão do abastecimento de água já foi amplamente estudada por Irisalva Moita⁴³⁰, dando continuidade à investigação e documentos anteriormente revelados por Eduardo Freire de Oliveira⁴³¹. Nela se refere, pormenorizadamente, o papel que teve Pedro Nunes Tinoco no seu estudo, e se transcrevem todos os documentos que efectuou neste âmbito, pelo que nos referiremos aqui a esta intervenção de uma forma resumida, abordando apenas alguns dos seus aspectos mais significativos.

O crescimento das cidades no século XVI trouxe consigo a necessidade de resolver o problema do abastecimento de água que, até então, era remediado com a multiplicação de poços. A Roma Papal debruçava-se também, no mesmo período, sobre esta necessidade de abastecimento de água, reconhecendo nos aquedutos romanos fontes de inspiração para a solução destes problemas. Prova-o a iniciativa de Gregório XIII ou de Sisto V, que foram ampliando sucessivamente o abastecimento de água à cidade, até esta atingir o Quirinal, o Fórum e o Capitólio, obra cujo sucesso levaria Sisto V a chamar a este sistema de abastecimento, construído entre 1585 e

⁴²⁹ Carta do Senado de Lisboa para Filipe II, datada de 23 de Julho de 1620. In Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a história do Município de Lisboa...*, ob. cit., Vol. II, p. 37. Republicada por Irisalva MOITA, João SOARES (int.) colaboração de Joaquim CAETANO (colab.), Maria de Lurdes SILVA (transc.), *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, Lisboa: Câmara Municipal, 1990.

⁴³⁰ *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, ob. cit., Lisboa: Câmara Municipal, 1990.

⁴³¹ Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa: Tip. Universal, 1882-1943, Vol. II, *passim*.

1588, *Acqua Felice*, permitindo a multiplicação de fontes que desempenhavam um papel fundamental na comodidade das população e na própria estética urbana ⁴³².

Mesmo numa cidade como Lisboa, onde as nascentes de água são numerosas (ainda hoje brotam, por vezes, espontâneas no interior das casas na velha colina do Castelo), e onde se multiplicava a construção de fontes, este problema (que se colocava já desde longa data tendo merecido atenção por parte de vários monarcas), continuava a exigir uma solução urgente.

É, no entanto, a partir do século XVI que parece ter constituído uma maior preocupação, o que se deve sem dúvida ao grande desenvolvimento demográfico e comercial verificado com a expansão, a qual encontrará eco na obra de Francisco da Holanda, *Da fábrica que falece à Cidade de Lisboa* dirigida a D. Sebastião “ *E ganhe Vossa Alteza esta honra de fazer este beneficio a Lisboa (ou lho faça fazer) de restituir esta fonte de Água Livre, que assim se chama, a esta cidade que morre de sede, e não lhe dão água. Daquela obra fiz eu a El-Rei vosso avô um desenho para a trazer ao Rossio por quatro elefantes, ao modo deste desenho, que El-Rei muito desejou fazer antes de sua morte, e o Infante Dom Luis me disse que desejava trazer-se esta água à Ribeira para a tomarem as naus da Índia, sequer por um dos elefantes*”.⁴³³ Embora escrito em 1571, muito antes da construção do *Acqua Felice* pode, no entanto, ter sido influenciada pela discussão que em Roma deverá ter antecipado a sua construção.

A obra de Holanda iria ser fundamental para o impulso decisivo que os estudos sobre a condução de água a Lisboa tiveram, ainda no tempo de D. Sebastião, e que quase levaram à sua resolução em período filipino. Com efeito, o jovem monarca parece ter sido receptivo a esta questão, tanto mais que ela vem grandemente desenvolvida na obra que Holanda lhe dedicara.

⁴³² Alexander G. KELLER, la ingeniería en Europa en tiempos de Felipe II, in *Felipe II Los ingenios y las máquinas*, p.27.

⁴³³ *Da fábrica que falece à Cidade de Lisboa*, Cap.º 6, “Da Água Livre”, José da Felicidade ALVES, (int., notas e comentários), Lisboa: Livros Horizonte, 1984, p.25.

Sabemos que em 1573 o Senado encarregara já Nicolau de Frias, Mestre de Obras das Igrejas do Arcebispado, de proceder a medições na fonte da Água Livre, de acordo com a certidão que elabora em 23 de Junho de 1588 ⁴³⁴. As obras para a condução das águas ao Chafariz do Rocio, parecem ter sido iniciadas, muito provavelmente, com projecto deste architecto, prosseguindo as diligências para o abastecimento da cidade nos anos seguintes, através da construção e/ou melhoramento de muitos chafarizes, até que, em em 1618, a Câmara solicitava a Filipe II a autorização para uma nova medição da Fonte da Água Livre ⁴³⁵.

É nesta fase que nos aparece Pedro Nunes Tinoco (sucendo, muito provavelmente, a Nicolau de Frias, como acontecera com outras obras, nomeadamente no Convento de Santa Marta), a fazer a medição das águas e a traçar o percurso da sua condução, os quais registará no seu *Roteiro da Água Livre e Água de Montemor e mais fontes junto a ellas* ⁴³⁶. A documentação mostra que, em 30 de Agosto de 1617, Pedro Nunes Tinoco tinha já estudado e esboçado o percurso que as águas deveriam percorrer para chegar à cidade, a pedido do Senado, como se depreende do relatório que ele intitulou “*Desenho no qual se mostra o caminho que ade fazer agoa livre da Ribeira de Carenque, e o lugar aonde se ajuntam o que de tudo mais largamente se declara no alfabetto, cada couza per si e os perfis dos Valles se faraõ em mor forma, avendosse de enxiquitar esta obra pera por elles se fabricar; e se fes estta diligensia mor per mandado da câmara destta cidade*” onde, pela anotação que coloca na margem, não restam dúvidas de que se trata de um estudo da sua autoria “*e fes esta diligência e trassa della Pero Nunes Tinoco Architecto de Sua magestade*” ⁴³⁷. E em 22 de Setembro do mesmo ano, Pedro Nunes Tinoco tinha já elaborado o “*Orsamentto da despeza que fas os canos e fábrika que se ade fazer desa*

⁴³⁴ D. João V e o abastecimento..., ob. cit., pp. 15 e 119.

⁴³⁵ Idem, p. 15.

⁴³⁶ BN, *Secção de Reservados*, ms. 427//24, fls. 62 a 102. D. João V e o abastecimento..., ob. cit., *passim*.

⁴³⁷ Idem, fls. 97 e 98. D. João V e o abastecimento..., ob. cit., pp. 18 e 129.

cabesa do marco atte Campolide, juntto ao cunhal da quinta dos padres da companhia aonde está hum pinheiro que he o lugar até donde se fas menção na traça e caminho desta agoa pera de ahi se repartir e caminhar per onde melhor paresser,porquanto fica en altura pera isso como nas declarações das traças se mostram “⁴³⁸.

Um ano depois, em 24 de Setembro, Pedro Nunes Tinoco fazia nova medição, informando também, no respectivo relatório, quais os técnicos que o tinham acompanhado “ *Medição das agoas que se fizeram em 24 do mês de Setembro de 1618, estando presentte a Câmara desta Cidade, e Joam Bautista Labanha, Coronell Mor; e Theodozio de Frias, e Pero Nunes Tinoco, Architectos de sua magestade, a qual medissão sse fes nas fontes abaixo declaradas”⁴³⁹ elaborando, logo no dia seguinte, outro extenso relatório que intitulou “*Rellação dos caminhos que ande ter agoas que a cidade lleva a Lixboa comessando em montte-mor, em 25 de setembro da era de 1618, Nos quais em ttodos elles ficam os sinais a serra e machado, que he olivel d’agoa”⁴⁴⁰. Em 31 de Outubro, seria a vez de Teodósio de Frias medir, na presença de João de Frias Salazar, vereador do pelouro das obras, e do Marquês de Alenquer, Vice-Rei, as quantidades de água encontradas a 4 de Agosto.**

Na vasta correspondência trocada entre o Rei e o Senado de Lisboa, percebe-se que o problema de abastecimento continuava por resolver, e que este último não estaria muito contente com a atitude de Leonardo Turriano. Na carta enviada ao Rei, datada de 23 de Julho de 1620, afirmava-se que “*se tinhão mandado fazer as traças e rascunhos pellos mais peritos homens, que avia neste R.^{no}, em q. também trabalharão João Batista Lavanha e Leonardo Torreano, todos per conta e custo desta cidade; e porque estamos informados que entre os mais requerim.^{tos}, que o ditto Leonardo Torreano tera com V. Mag.^d, faz consideração deste serv.^{co}, atribuindo assi só o merecim.^{to} delle, nos pareceo avisar a V. Mag.^d, p^a que mande estranhar ao ditto*

⁴³⁸ Idem, fls. 99 e 100. *D. João V e o abastecimento...*, ob. cit., p. 130.

⁴³⁹ Idem, fls. 101 e 101v. *D. João V e o abastecimento...*, ob. cit., p. 134.

⁴⁴⁰ Idem, fls. 85 a 96. *D. João V e o abastecimento...*, ob. cit., pp. 134 a 142.

*Torreano ir a V. Mag.^d com os dittos rascunhos, contra as ultimas ordões de V. Mag.^{de}, sem as deixar nesta cidade pera se verem neste tribunal, como tinha obrigação, pois por sua ordem as fez, e lhe mandou fazer o custo do trabalho delles”*⁴⁴¹. Era evidente o desagrado do Senado perante o protagonismo que Turriano parecia pretender junto do Rei ignorando, na realidade, quem tinha encomendado o trabalho. A carta sugere, ainda, que se delineava já o que parecia ser uma atitude pouca correcta de Leonardo Turriano, em guardar para si próprio os louros de um trabalho feito por técnicos em Lisboa, quase todo traçado pela mão de Pedro Nunes Tinoco, como a documentação mostrou.

Com efeito, logo no mês de Setembro, Leonardo Turriano apresenta ao Rei, em Madrid, quatro caminhos possíveis para o traçado do aqueduto, estudo esse que se apoiou, sem sombra de dúvida, nos extensos e minuciosos relatórios elaborados por Pedro Nunes Tinoco que preenchem as quase perto de oitenta páginas do referido caderno manuscrito, onde é evidente, através das notas e desenhos que faz, que dominava bem toda a ciência e técnicas necessárias a este projecto. Turriano propunha quatro traçados para a condução das águas, um dos quais seguiria o traçado do aqueduto romano, localizado por Pedro Nunes Tinoco, como se pode ver na referência que este faz no relatório elaborado em 25 de Setembro de 1618, identificando, junto à Fonte da Água Livre, elementos de construção romanos, “ (...) e dahi vai o adquidutto encaminhando ao longo do Ribeiro até a goa livre entrevessando junto a ella pella fabrica antiga que fizeram os Romanos (...)”, e nas estacas 19 e 20, entre Montemor e Água Livre, “ (...) a muralha antiga que fizeram os Romanos (...) ”, bem como na estaca 39, “o cano dos antigos”⁴⁴².

⁴⁴¹ *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, Lisboa : Tip. Universal, 1887. I Parte, Vol. II, p. 37.

⁴⁴² *Roteiro da Agoa Livre...*, Doc. cit., in *D. Joao V e o abastecimento...*, ob. cit., pp. 132, 129 e 163 a 175. João Carlos G. VIEGAS, António Guilherme B. GONZALEZ, *Aqueduto Romano da Amadora*, Amadora: Câmara Municipal, Gabinete de Arqueologia Urbana, 1996, p. 4.

Sobre os técnicos que realizaram os estudos, nem uma única palavra ou alusão por parte de Turriano, o que confirma que as relações que mantinha no meio profissional não seriam as melhores...⁴⁴³

O projecto não viria a ser executado, apesar da “*Declaração da diligencia que se fes na agoa e fonte que está em hum cavouquo junto a humas Cazas da Orta e Quinta de D. Jorge (?) Barboza, Corregedor que foi da Corte e Dezembargador que foi da Caza da Supplicação que está no Valle de Chelas junto ao mosteiro de S. Francisco de Enchobregas, o qual se fes per mandado do Senado da Camara, apestindo a ella Theodozio de Frias Architecto*” que em 26 de Julho de 1625 Pedro Nunes Tinoco enviava a Filipe III, mostrando que havia uma nova medição, efectuada agora na companhia do irmão Manuel Quaresma (parentesco por nós revelado no capítulo anterior), *Mestre das Obras da Cidade*, e uma nova tentativa de concretização desse mesmo projecto ⁴⁴⁴. A correspondência deste período mostra claramente que os estudos tinham preparado todo o trabalho para a obra ser “*posta em pregão*”, a que não faltaram sequer as minutas dos alvarás elaboradas pelo Senado, nos quais se tomavam cuidadosas medidas para que ninguém, ordens eclesiásticas incluídas, pudesse oferecer oposição à condução das águas, mesmo que isso implicasse a expropriação das suas propriedades. Talvez tenha sido este o verdadeiro motivo,

⁴⁴³ Para a biografia de Leonardo Turriano veja-se *Leonardo Turriano : ingeniero del rey*, Madrid : Fundación Juanelo Turriano, 2010, em especial o artigo de in Rafael MOREIRA “Leonardo Turriano em Portugal “. Turriano chega a Lisboa em 1597, e morre já velho em 1629, “*a sua vida lisboeta decorreu em pleno auge da União Ibérica – na qual o rei dominava um mundo no qual o sol nunca se punha*”. Nomeado Engenheiro Mor, quando da morte de Terzi, nos muitos trabalhos que lhe seriam confiados destacam-se os de defesa, como o plano que elabora para Cascais quando chega a Portugal, datado de Abril desse ano, que apresenta perante uma Junta de peritos composta por João Baptista Lavanha, Nicolau de Frias e Baltasar Álvares, o qual terá sido preterido por outro da autoria de Terzi. Participa também noutros projectos de defesa do litoral, nomeadamente no Rio Lima (1597, em Peniche (1605-6), elaborando ainda um estudo para o Porto de Sines, em 1606, contra o que Massai realizara, projecto esse que viria a ser preterido, em 1617-19, pelo deste engenheiro com quem Turriano entraria em acesa polémica, em 1627, a propósito das obras da cidade de Lagos (Rafael MOREIRA, ob. cit., *passim*). Vemos assim que a sua vida foi pautada por numerosas polémicas, que envolveram também a obra e estudos da condução das águas a Lisboa.

⁴⁴⁴ *Roteiro da Agoa Livre...*, Doc. cit., fls. 77 a 79. *D. João V e o abastecimento...*, ob. cit., pp. 184 e 185.

reforçado por outros tanto ou mais determinantes como a falta de dinheiro ou a necessidade defensiva da cidade após a Restauração (na qual seriam concentrados todos os esforços construtivos e, sobretudo, económicos), que explique a razão por que terá ficado por concretizar esta antiga necessidade e aspiração, quando tudo parecia indicar que o processo estava bem encaminhado para a sua realização.

Em 1671, deverá ter havido uma nova tentativa de solução para o problema de abastecimento de água, como se comprova pelo anónimo parecer no qual se salienta a urgência em começar, quanto antes, a obra da condução de água. Curiosamente, é também deste ano a dedicatória, ao Senado de Lisboa, que João Nunes Tinoco traça no manuscrito do pai “ *Dedicado. Ao illustre senado da Camara, Por Joaõ Nunes tinoco Architeto de S. A. F.º do Architeto P.º nunes tinoco q fes o dito Roteiro. Anno 1671*”⁴⁴⁵. É possível que este arquitecto, dado o seu estatuto (completava em S.Vicente de Fora, neste ano, a obra do túmulo de D. João IV), tenha sido chamado para continuar uma obra para a qual o pai tanto contribuíra cinquenta anos antes. Uma vez mais falhariam todas as tentativas, só vindo a ser solucionado o problema com a construção do grande aqueduto, no reinado de D. João V.

Qualquer que tenha sido a razão para a não conclusão deste projecto, quase seguramente por razões económicas, não foi por falta de estudos e da respectiva orçamentação. Prova-o os muitos relatórios então elaborados, que expressam a é inegável a qualidade e ciência dos técnicos que, no início do século XVII, realizaram os estudos para resolver a questão do abastecimento de água a Lisboa, os “*mais peritos homens do reino*”, nos quais devemos incluir entre os primeiros nomes, o de Pedro Nunes Tinoco.

⁴⁴⁵ *Roteiro da Agoa Livre...*, Doc. cit., fls. 77 a 709

3. Construindo pontes

Entre os grandes projectos de obras públicas, verdadeiros instrumentos reguladores do poder, situava-se pela importância que tinha na defesa e na administração do território, a questão das comunicações marítimas, fluviais e terrestres, a qual levaria a que neste período, se procedesse à construção de novas pontes, ou à substituição das de madeira, por outras de cantaria. Ao problema de resistência às águas, juntava-se agora um outro, cuja solução exigia igualmente grandes conhecimentos científicos – o problema do peso dos materiais – questão a que engenheiros e arquitectos tentavam responder conciliando os meios técnicos com a própria *traça* que elegiam.

O enorme surto construtivo a que se assistia por toda a Europa desde o século XVI - basta referir as famosas pontes então construídas, como a de *Santa Trinitá* em Florença (Bartolomeo Ammanati, c. 1560), a *Pont Neuf* em Paris (Androuet du Cerceau e Guillaume Marchand, 1578-1607), ou a de *Rialto* em Veneza (Antonio da Ponte, 1588-1591) - teve uma redobrada importância entre nós, quer pelas razões apontadas, quer em virtude das necessidades de comunicação que a união das duas coroas ibéricas impunha. Conhecida é a actividade de Juan de Herrera como tracista de pontes⁴⁴⁶, também, e, apesar da sua viagem a Portugal se efectuar apenas no âmbito do cargo que exercia como *Aposentador Real*, é possível que tenha tido alguma influência na grande campanha de renovação a que assistiríamos no início do século XVII. Embora sem o prestígio e ambição da famosa *Ponte de Santa Trinità* em Florença (cujos arcos rebaixados se terão inspirado nos túmulos dos Medici desenhados por Miguel Ângelo !), os nossos arquitectos e engenheiros não se pouparam a esforços para solucionar, uma vez mais, um dos muitos problemas com que se debatia o Reino.

⁴⁴⁶ Ignacio González TASCÓN, “Los Caminos y los Puentes”, in *Felipe II. Los ingenios y las máquinas. Ingeniería y Obras Publicas en la Época de Felipe II.* [Madrid]:_Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 1998, p. 131.

É já conhecida a participação de Pedro Nunes Tinoco na construção e obras de reparação de algumas pontes, num período em que o próprio poder régio tenta regular este tipo de obras, elaborando legislação específica para a sua adjudicação ⁴⁴⁷.

A esta actividade não deve ter sido estranha a experiência adquirida nos estudos que elaborou para a condução das águas a Lisboa, junto de engenheiros e arquitectos nacionais e italianos como Nicolau de Frias, João Baptista Lavanha, Leonardo Turriano e Alexandre Massai, só para citar alguns nomes.

Conhecido em Coimbra pelo menos desde 1622, data em que é chamado para a obra da Sacristia de Santa Cruz (que lhe terá dado um enorme prestígio, como o demonstram os relatos dos cronistas), Pedro Nunes Tinoco daria também a traça para a reparação de algumas das pontes desta cidade. Diz-nos Sousa Viterbo que, duas provisões, datadas de 29 de Julho e de 9 de Agosto de 1622, respectivamente, mandaram pôr em em lanço as obras das pontes e caminhos da cidade, para o que deveria ser ouvido, acerca do traço e do orçamento destas, o arquitecto Pedro Nunes Tinoco, que então se deslocava ao Mosteiro de Santa Cruz, “ *para outro negocio* ” ⁴⁴⁸.

Em 10 de Dezembro de 1626, uma nova provisão dava conhecimento aos oficiais da Câmara, da ida do mesmo arquitecto, para examinar as obras de acrescentamentos das pontes do Loureto, Rachado, Espertina, Cidreira e Fornos, que estavam *imperfeitas*, bem como para examinar a obra da calçada junto da Fonte dos Couros, sendo-lhe então entregues cinquenta cruzados, do *cofre da imposição das*

⁴⁴⁷ Em 29 de Janeiro de 1619, com o fim de prevenir as desordens praticadas no lançamento, arrecadação e aplicação das fintas que se lançavam para a construção ou reconstrução de pontes legislava-se que “*Quando os Officiaes de alguma Câmara pedirem ao Desembargo do Paço Provisão para construcção ou reparo de alguma ponte, o Tribunal mandará primeiro tomar mui particular informação pelo Corregedor e Provedor da Comarca aonde a obra se houver de fazer: Estes Ministros com Mestres d’obras ajuramentados, se informarão sobre as causas e necessidades da pedida construcção ou reparo; e parecendo-lhe que a há, mandarão fazer pelos ditos Mestres o molde ou planta da obra, e orsamento do seu custo. Depois a metterão em pregaõ na dita Comarca e nas visinhas, e conferindo sobre os lanços, a arrematarão no melhor a algum Mestre d’obras experimentado e não a pessoa que o não seja, sob nulidade do contrato e a pena que reserva o R. Arbitrio.*” Manuel Borges CARNEIRO, L^o, pp.430 e 431, *apud* Joaquim Veríssimo SERRÃO, *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Lisboa: Ed. Colibri, 1994, 142.

⁴⁴⁸ Sousa VITERBO, *Dicionário...*, ob. cit., Vol. III, pp. 121 e 122.

carnes ⁴⁴⁹. Em 20 de Outubro de 1629 era finalmente celebrado, com o mestre Izidro Manuel, o contrato para a reparação dessas mesmas pontes, “*na forma da traça do architecto Pêro Nunes Tinoco Architecto de Sua Magestade*” ⁴⁵⁰. Em 4 de Março de 1630, o mesmo Isidoro Manuel faria uma declaração, como complemento ao contrato anteriormente celebrado, sobre as obras da Ponte dos Fornos, “*...de modo que fique acabada e perfeita pelos riscos vermelhos de Pedro Nunes Tinoco...*” ⁴⁵¹, uma vez que esse contrato parece ter suscitado algumas dúvidas (a ponto de ter sido quase denunciado), pois nele não era muito explícita qual a solução a adoptar:

“Diz que as folhas outenta e tres verço e por que no dito contrato se não expecificou nem declarou bem o modo por que se avia de fazer os acreçimos da dita ponte porquanto nas traças do architecto de Sua Magestade Pedro Nunes Tinoco a q o d. contrato se refer a duas linhas ou trassos hum que se mostra com piquas vermelhos conforme a qual calçada da ponte e ha de ficar direita e igual a não com altos e baixos como se mostra no outro traço que leva os piques negros o que vinha a ser cousa de grande consideração e ouve duvidas sobre se desfaser o dito contrato por aver quem queria tomar (...) que a dita ponte se avia de fazer pella linha e traça de pontos vermelhos sem ter alto nem baixo algum dos que mostravaõ no risco preto e que por isso meteria todo o emtulho e faria todas as paredes necessarias e seguraria as paredes feitas de tal modo que a dita ponte ficaxe perfeita e acabada pelo perfil vermelho com todos os seus arcos na forma que se mostra na traça do dito architecto da qual se mandou tirar um rascunho que esta na mesma forma (...) e se declarou mais que a calçada seria pello meio mais alta com corente para os carros

⁴⁴⁹ Idem, *Ibidem*.

⁴⁵⁰ AHMC, L^o de Notas n^o7, (1626-1639), n^o 7, fls, 83v -85. Doc. Transcrito Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA in *O Eupalinos Moderno: teoria e prática da arquitectura religiosa em Portugal : (1550-1640)*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra : [s.n.], 2006, Vol. III, p. 165.

⁴⁵¹ AHMC, L^o de Notas n^o7, (1626-1639), n^o 7, fls, 96 a 98. Documento transcrito Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA in *O Eupalinos Moderno...*, ob. cit., p. 168.

*que hão de ficar entre os arcos conforme nas ditas traças se mostra e no que toca a cortina seria na forma da traça do dito Pedro Nunes Tinoco”*⁴⁵².

Em Maio desse mesmo ano Pedro Nunes Tinoco voltaria a Coimbra, desta vez na companhia de Mateus do Couto, para elaborarem a vistoria ao Colégio das Ordens Militares da cidade, (a que se seguiria uma visita a Buarcos, com o objectivo de estudar a fortificação do local)⁴⁵³.

Desta visita deverá ter resultado a observação que faz Mateus do Couto no ano seguinte, no *Tratado* que leu na sua *Lição* em 1631, no qual desaprova a solução adoptada nos arcos da Ponte de Coimbra: “ *Na Ponte de Coimbra há poucos annos q fizeraõ hús Arcos afastados dos outros na maneira que aqui reprovó; mas logo sentiraõ o dano; porq em poucos annos cahiraõ algús. E se assi como só com as cheas corre agua por elles, correra continuadam.^{te}, sem elles nenhum destes estivera em pé, pela muita distancia q há de hum arco a outro; e nestes macissos empregára a agoa sua furia...”*⁴⁵⁴.

Em 1632 aparecem-nos de novo os nomes de Pedro Nunes Tinoco e de Izidro Manuel, na obra da Ponte Real desta mesma cidade. O contrato, celebrado a 19 de

⁴⁵² Idem, *Ibidem*.

⁴⁵³ AHMC, L^o de notas n^o7, fls 111 a 113v. Documento transcrito por Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA in *O Eupalinos Moderno...*, ob. cit., Vol. III, p. 168.

Estavam presentes, para além dos vereadores Bernardo Cabral Aires e Francisco Vaz Perestrelo, o procurador geral Cristovão Monteiro e os procuradores do povo Manuel Correia e Jerónimo da Mota, o reitor e o vice reitor do referido colégio, Álvaro Roiz Cordeiro e Frei Jacinto Ribeiro de Castro, além de outro colegiais, bem como o Juiz de Fora Nicolau Dias Tinoco que, apesar do apelido, não estava relacionado com o architecto, como provámos na I Parte, cap. 2. Perante a autorização dada pela Câmara para que o Colégio pudesse ser edificado sobre o muro do castelo, terá parecido aos dois architectos mais útil que se juntasse uma parede de cinco palmos à parede exterior já existente, então pouco consolidada, aumentando a sua solidez e a defesa a cidade por este ponto

⁴⁵⁴ BN, *Secção de Reservados*, Cod. 946//1, *Tractado De Architectura Que leo o Mestre, e Archit^o Mattheus do Couto o velho No Anno de 1631*, Livro III, Cap. 13. Nos capítulos 14 e 15 continua as considerações sobre a construção de pontes, citando Paladio (L^o III, Capítulos 11, 12, 13, 14 e 15) e Alberti (L^o IV, Cap.^o 6). Interessante é também a referência que faz no Cap. 15 a uma ponte que existiu em Cascais, a qual terá sido levada por uma cheia, por não se terem observado as condições indispensáveis para uma boa construção.

Janeiro de 1632 ⁴⁵⁵, dizia respeito aos acrescentos necessários, uma vez mais com traça dada por Pedro Nunes Tinoco, recorrendo a arcos e talhamares. Estes trabalhos de *acrescento*, realizados em 1632, resultaram certamente do que Pedro Nunes Tinoco e Mateus do Couto tinham observado dois anos antes, e que terá dado origem ao comentário deste último no seu *Tratado*. Pedro Nunes Tinoco apareceria ainda a trabalhar em Coimbra, ao ser nomeado, por alvará régio datado de 28 de Janeiro, para acompanhar as obras do cais desta cidade ⁴⁵⁶.

A historiografia revelou, mais recentemente, a autoria de Pedro Nunes Tinoco na reconstrução, em 1618, da ponte de Lagos (que ainda hoje existe - Fig. 24), situada na Ribeira de Bensafrim, frente à Ermida de S. João Baptista, à saída da cidade, na estrada que a ligava com Alvor, Portimão, Faro, Tavira e Cacela, e que conduzia a Espanha ⁴⁵⁷. Então arruinada a “*fermosa ponte de doze arcos*”⁴⁵⁸, a Câmara terá mandado fazer uma recuperação provisória de madeira tendo decretado, por alvará de 28 de Novembro de 1618, a sua reparação em alvenaria, para o que foram entregues 80000 cruzados a Mateus de Carvalho e outros ⁴⁵⁹. Com traça de Pedro Nunes Tinoco, a morosidade na sua construção fez com que só viesse a ser termina no reinado de D. João IV, por pedido especial dos procuradores da cidade, Diogo Borges de Sousa e Pero

⁴⁵⁵ AHMC, L^o de notas nº7, fls 177v a 182. Documento transcrito por por Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA in *O Eupalinos Moderno...*, ob. cit., Vol. III, p. 178.

⁴⁵⁶ Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA in *O Eupalinos Moderno...*, ob. cit., Vol. II, p. 237.

⁴⁵⁷ Fernando Cecílio Calapez CORRÊA, *A Cidade e o Termo de Lagos no período dos Reis Filipes*, Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1994, p.217.

⁴⁵⁸ BACL, Ms. Azul nº 288, fl.35. da BACL, cit. por Fernando Cecílio Calapez CORRÊA, *A Cidade e o Termo de Lagos A Cidade e o Termo de Lagos...*, ob. cit., p.217, nota 11 (**Doc. 74** - Transcrição nossa). Conhecida hoje como Ponte D. Maria (por causa de uma outra reconstrução empreendida no reinado desta rainha, em virtude da destruição sofrida pelo terramoto de 1755), a sua construção recua a tempos imemoriais, tendo o tabuleiro actual sido construído entre 1958 e 1960.

⁴⁵⁹ Manuel João Paulo ROCHA, *As forças militares de Lagos nas Guerras da Restauração e Peninsular e nas pugnas pela Liberdade*, Porto: Typographia Universal (a vapor)., p. 445, *apud* Fernando Cecílio Calapez CORRÊA, *A Cidade e o Termo de Lagos...*, ob. cit., p.217, nota 12.

Lopes Corrêa, quando das Cortes de Lisboa em 1641 ⁴⁶⁰. Apesar de alterada por sucessivas campanhas de obras, podemos ainda hoje ver que a sua construção, em arcos separados por grossos talhamares, obedeceu ao que era usual então fazer-se, e que o próprio Mateus do Couto refere no seu *Tratado “E assim nos Pilares dos Arcos das ditas Pontes, fazemos huns angulos sempre oppostos á dita furia [das águas] (a que chamamos Talhamares) agudos, para q possaõ cortar a agoa, e talhalla, donde derivaraõ estes...”* ⁴⁶¹. Não é de admirar, assim, que a ponte de Lagos apresente semelhanças com outras construídas ou renovadas no mesmo período, como acontece, por exemplo, com a ponte de Tavira, cuja reconstrução foi feita entre 1655 e 1657, pelo próprio Mateus do Couto em colaboração com o francês Pedro de Santa Colomba.

A data da participação de Pedro Nunes Tinoco na reconstrução da ponte de Lagos (1618) coincide com a dos relatórios do estudo para a condução das águas a Lisboa, e com a data dos trabalhos de Massai no Algarve, quando este fazia o projecto para a Defesa de Costa e, em especial, as obras de defesa desta cidade ⁴⁶² (Massai

⁴⁶⁰ ANTT, *Cortes*, Maço 13, nº1: Cortes de 1641, Capítulos especiais de Lagos, in Fernando Cecílio Calapez CORRÊA, *A Cidade e o Termo de Lagos...*, ob. cit., p.218, nota 17. Este autor esclarece-nos sobre as diferentes vicissitudes por que passou a obra, até à decisão tomada por D. João IV: a morosidade na construção da ponte nova e a falta de fundos, levaram a que o Governador de Portugal, D. Diogo de Castro, escrevesse de Lisboa, em 27 de Maio de 1630, ao Governador do Algarve, D. Luís de Sousa, dando-lhe conhecimento de que mandara a Câmara de Lagos lançar uma finta de 12 000 cruzados (4 800 000 réis) para terminar as respectivas obras. Em Fevereiro de 1640 a ponte continuava por acabar, pois em carta datada do dia 1 endereçada à Duquesa de Mântua, o mesmo a informava de que por ordem sua continuava a construir-se a ponte, cujas obras tinha entretanto mandado suspender.

⁴⁶¹ *Tratado que leu Mateus do Couto...*, ob. cit., Livro III, Cap. 13.

⁴⁶² *Descrição do Reino do Algarve e descrição Relação do Reino de Portugal Segundo Tratado*, 1621. Este códice, que se encontra hoje no Museu da Cidade, em Lisboa, foi comprado em 1888 no leilão da Biblioteca Castelo Melhor, tendo vindo a ser incorporado no Museu da Cidade após a morte de Vieira da Silva. A este juntam-se outros estudos e relatórios, dispersos em diferentes obras. Para a biografia de Alexandre Massai, veja-se Livio da Costa GUEDES, Carlos BESSA (pref.) *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII : a descrição de Alexandre Massai (1621)*, Lisboa : Arquivo Histórico Militar, 1988, e António Martins QUARESMA, *Alexandre Massai: a "escola Italiana" de engenharia militar no litoral alentejano (séculos XVI e XVII)*, [Sines] : Centro Cultural Emmerico Nunes, 2007

casara com uma filha de Nicolau de Frias ⁴⁶³, arquitecto com quem Pedro Nunes Tinoco deve ter estudado e trabalhado, como se depreende do número de obras a que lhe sucedeu).

É bem possível que Pedro Nunes Tinoco tenha ajudado o italiano nesta tarefa, explicando-se assim a sua presença em Lagos (o que não passa, no entanto, de uma simples hipótese, tanto mais que no documento que aqui transcrevemos não existe nenhuma referência a uma possível colaboração entre os dois).

Ao assegurar a construção destas pontes, Pedro Nunes Tinoco mostrava uma vez mais a sua grande preparação no domínio das obras públicas, como comprovaríamos também, através dos trabalhos de cartografia por si realizados, os quais analisaremos em seguida.

4. Os trabalhos de cartografia

Quando traça a biografia de Pedro Nunes Tinoco, Sousa Viterbo cita-o como autor, em 1620, do *Livro de todas as plantas das igrejas e vilas de priorado do Crato*, manuscrito que terá pertencido à Biblioteca Castelo Melhor (item n.º 55) ⁴⁶⁴, integrado

⁴⁶³ Casa-se em 17 de Outubro de 1594 com a filha de Nicolau de Frias, Paula Frias Viegas, de quem enviuvou em 1599, vindo a casar com a cunhada, Vicência Frias. Livio da Costa GUEDES, *Aspectos do reino do Algarve...*, ob. cit., p. 67.

Massai nasceu em Florença em 1560 e, depois de ter trabalhado em Nápoles com o tio, João Vincenzo Casale, vem com este para Portugal em 1589. Começou por participar nos estudos e obras do Forte da Cabeça Seca e no de Santo António de Cascais, quando recebeu ordem para ir para a Ilha do Pessegueiro. Os trabalhos que realizou sobre a navegabilidade da embocadura do Tejo e a costa de Sines, em concorrência com Turriano, terão despertado a animosidade deste que criticar em 1627, as propostas de Massai para a reparação dos muros de Lagos. Comparando a sua planta com a de Massai, terá comentado que este propunha baluartes desnecessários e não contemplava as indispensáveis pontes, classificando as suas propostas como *quimeras*, financeiramente exorbitantes. A 1 de abril de 1638 falecia em Sines *Alexandro Massaj, Architecto e Engenhr.º maior de S. M.ª*, sendo sepultado na igreja do Espírito Santo (António Martins QUARESMA, *Alexandre Massai...*, ob. cit., pp. 23 e 30).

⁴⁶⁴ *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos...*, ob.cit., Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Vol. III, p.122. Sousa Viterbo diz que na altura estava, então, já em poder de J.M. Nepomuceno.

na do Seminário das Missões de Cernache do Bom Jardim ⁴⁶⁵. Como o próprio Pedro Nunes Tinoco refere no título da portada por si iluminada ⁴⁶⁶, assinada e datada de 1620 (Fig. 25), este livro tinha sido realizado na qualidade de *Architecto del Rey Nossos.^{or} e do dito preorado*, referindo ainda que o mesmo fora executado a mandado do governador Frei Manuel Carneiro, no ano de 1615 “*pêra ver o estado em q estavaõ as ditas igrejas e se ver o que cada húa delas tinha nessecidade de Reformaçaõ*” ⁴⁶⁷. Para além do incontornável estatuto como *arquitecto de Sua Magestade* (contactando com os *grandes do Reino*), não conseguimos definir, entre as muitas ligações sociais e profissionais que estabeleceu, qual delas possa ter levado à sua escolha para *arquitecto do Priorado do Crato* (a possível ligação de um antepassado de nome Pedro Nunes, à Casa do Infante D. Luís, como vimos anteriormente ⁴⁶⁸, o que não nos parece constituir razão plausível para essa mesma nomeação, dada a conjuntura

⁴⁶⁵ Não podemos deixar de agradecer sinceramente a forma como o Padre Manuel Castro Afonso nos recebeu no Seminário e facilitou o acesso a este documento, dando-nos as cópias que aqui utilizamos. Queremos agradecer também ao Professor Doutor Jorge Rodrigues a ajuda que nos deu nos contactos que estabelecemos.

⁴⁶⁶ “*Este livro tem todas as plantas e perfis das igrejas e volas do Preorado do Crato feito por Pedro Nunes Tinoco Architecto del Rei N. S.^{or} e do dito Preorado Anno 1620*”.

⁴⁶⁷ *Livro de todas as plantas...*, ob. cit. Destruída a documentação mais antiga do Priorado do Crato, em 1662 por D. João d’Austria, quando da Guerra da Restauração, é Joze Anastácio de FIGUEIREDO quem nos dá algumas notícias sobre Frei Manuel Carneiro: “*Tanto pelo menos se deve, ou póde verificar a respeito do Ballio de Acre (talvez desde 1598) D. Diogo de Sousa, de quem aliàs tenho encontrado unicamente a Especie, ou prova referida por Fr. Lucas de Santa Catarina em o Liv. II da sua Malta Port.n.38, p.247, como governando o Priorado do Crato, pelo Principe Victorio Amadeo, no anno de 1603: bem como a respeito de frei Manuel Carneiro governador do dito Priorado, de quem, naturalmente depois da morte daquelle, tenho visto alguns Papeis authenticos, que o mostram, e provam já pelos annos de 1607 concorrendo com o mesmo Principe de Piamonte Victorio Amadeu administrador do Priorado do Crato da Ordem de Saõ Joaõ. E he por algumas outras memorias, como estas, além da inserta em a Nota 60 ao&§ seguinte, que deve este Fr. Manoel Carneiro de Sousa achar-se contado no célebre Catalogo dos Priores a f.12 V. do authentico, mas nada exacto Livro do cartorio de Leça, mencionado mais particularmente em o § 50 da Parte I., como tendo chegado a ser 30º Prior; depois de allí se dizer, que o Ballio Brandáo foi quem acabou o Priorado, que não poude continuar o 29º Prior o cardeal Infante D. Fernando, e finalizou o seu governo: além de se ter acabado de escrever ainda a f.12 do Principe Victorio Amadeu de Saboya, que foi a 28ºPrior, Reynando o Sr. Rei D.Sebastião que dando se principio em Malta a Cidade Valeta, famoso propugnaculo daquela Ilha lhe applicou 30 mil cruzados sendo Grão-Mestre o Em.mo Fr. Pedro*” (*Nova História da Militar Ordem de Malta e dos Semhores Grão-Priores dela em Portugal*, Parte III, Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800, pp. 179 e 180).

⁴⁶⁸ Cf. I PARTE, Cap. 2.

política de então, ou através de Lavanha que nessa altura acompanharia a Itália Duque de Sabóia)⁴⁶⁹. Qualquer que tenha sido o contacto, a sua escolha para tal tarefa esteve sem dúvida, relacionada com a perícia e rigor da sua obra, como transparece no levantamento, registo e relatórios que efectuou, para o estudo da condução das águas a Lisboa, trabalhando com os mais importantes engenheiros de então, como atrás referimos.

Este trabalho, que corresponde ao levantamento de vinte e três lugares⁴⁷⁰, terá durado de acordo com o seu testemunho, cerca de cinco anos (de 1615 a 1620) durante os quais visitou, mediu e registou tudo o que as igrejas necessitavam, encontrando-as muito danificadas, informando sobre as que se tinham feito de novo, declarando que *“as que estão nas vilas não tem Retabolos nã outras couzas nessecarias ao Culto devino que todas tenho por lembrança e as não aponto neste livro por não terê lugar e asi darei delas Relasaõ todas as vezes que se me pedir”*⁴⁷¹, o que mostra que o trabalho não se limitaria ao simples levantamento, mas pressupunha o acompanhamento das obras que daí resultasse ser necessário realizar (o qual deverá ter continuado a fazer ou a orientar). Os dois primeiros registos dizem respeito ao próprio Crato, seguindo-se as plantas e perfis da Igreja e Paços da Flor da Rosa, S. Martinho da Aldeia da Mata, Igreja de Nossa Senhora das Mártires no termo da Vila do Crato, Igreja de Nossa Sr^a da Igreja da Luz em Val do Pêso, S. Sebastião do Chamisso e Igreja de S. João de Gafete também no termo da mesma vila, Tolosa, Santiago da Vila da Amieira, Santiago de Belver, S. João Baptista do Carvoeiro, Nossa Sr^a da Graça de Envendo, Igrejas de S. Simão e do Espírito Santo do Castelo do Esperal, Sernache do Bonjardim, N. S. do Olival na Cortiçada, S. Pedro da Sertã, N^a Sr^a da Conceição do Soeiro, Aldeia da Mata, Proença a Nova, Nossa Sr^a da Assunção da Vila do Gavião, e Pedrógão o Pequeno. Pedro Nunes Tinoco afirma ainda que neste livro não iriam traçadas as plantas da igreja da Comenda e de S. Pedro do Esteval, de S. Tiago do

⁴⁶⁹ Antonio-Paulo Ubieto ARTUR “Aportações à Biografia de João Baptista Lavanha”, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXVI, 1991, p. 402.

⁴⁷⁰ **Doc. 75**

⁴⁷¹ *Livro de todas as plantas...*, ob. cit., fl. 26, **Doc. 76**

Peral, nem de S. Vicente do Turcifal, pois não as visitara, embora refira que são todas do tamanho e medida da igreja de N.ª S.ª da Conceição que esta no julgado do Soeirinho ⁴⁷².

As igrejas retatadas no álbum aparecem representadas de duas maneiras, ou integradas em vistas panorâmicas, ou apenas em planta. Os desenhos, feitos à pena e aguada colorida (Fig. 26 a 28) ⁴⁷³, são compostos, como no texto se refere, por perfis dos diferentes lugares e plantas de todas as igrejas neles contidas. Se os primeiros se caracterizam por representações perspectivadas ainda muito incorrectas, evocando o *Livro das Fortalezas de Duarte d’Armas* ⁴⁷⁴ executado um século antes, cerca de 1508-10 (que tem sido caracterizado como um desenho em perspectiva tirado do natural à mão levantada ⁴⁷⁵), as Gravuras de Braunio ou até mesmo de Leonardo Turriano, as plantas, têm já um desenho mais cuidado que permite analisar as diferentes tipologias (aparecendo por vezes no mesmo desenho, plantas combinadas com vistas perspectivadas), demonstrando como o ensino da Aula do Paço os treinava para este tipo de representação, inerente e indispensável à prática profissional que desenvolveriam com outros técnicos. Como já foi salientado, “ (...) ao contrário dos *Livros de Fortalezas da Índia*, em que o construído adquire valor quase simbólico, aqui cada parte do edifício é realisticamente representada. Porém, o traço carregado, colorido excessivo, as perspectivas mal desenhadas, sobretudo quando em confronto com o superior trabalho e Massai, mostram o empobrecimento das técnicas de expressão trazido pela corrente nacional da arquitectura portuguesa” ⁴⁷⁶.

⁴⁷² Fl. 24v.

⁴⁷³ Não apresentamos aqui imagens de todas elas. Escolhemos algumas, só a título de exemplo.

⁴⁷⁴ ANTT, *Casa Forte*, nº 159.

⁴⁷⁵ Paulo PEREIRA, “O *Livro das Fortalezas* de Duarte d’Armas”, in Catálogo da *Exposição A Arquitectura Imaginária*, Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2012, pp. 42 e 43.

⁴⁷⁶ Rafael MOREIRA, “Arquitectura”, in *Catálogo da XVII Exposição de Arte Ciência e Cultura do Conselho da Europa*, *Arte Antiga - I*, Lisboa, 1983, p.349, nº 423.

De todas estas sobressai pelo pormenor e anotações, a dos Paços da Flor da Rosa ⁴⁷⁷ (Figs. 29 e 30), que Pedro Nunes Tinoco diz estarem muito danificados e inabitados ⁴⁷⁸.

Nas vistas panorâmicas dos lugares que retrata, o livro mostra alguns pormenores para além das já citadas representações perspectivadas dos diferentes templos, como as áreas arborizadas, muralhas defensivas, caminhos principais, casario disperso ao longo destes, cruzeiros, e até mesmo aspectos relacionados com a navegabilidade dos rios, como acontece com a representação da Vila de Belver, em que o Tejo aparece povoado de embarcações ⁴⁷⁹. Todos os desenhos são introduzidos por uma legenda em cartela, da qual consta uma escala em petipés, e informações relativas que podem elucidar sobre o estado de conservação das igrejas, número de fogos ou de habitantes, e outras que o arquitecto julgou necessárias, como a curiosa referência à Igreja de Cernache do Bom Jardim ⁴⁸⁰, que Pedro Nunes Tinoco diz estar feita “ao moderno” (única alusão a pormenores de estilo, em todo o livro) referindo-se, sem dúvida, às despojadas colunas toscanas, e à abóbada de berço em pedra da capela-mor, cujo desenho reticulado indicia ter sido (ou ter estado preparada para ser) de caixotões como anteriormente salientámos (Fig. 23). Algumas plantas têm desenhadas, ainda, rosas dos ventos de dois tipos: : à maneira portuguesa, isto é, com uma ponta de flecha ou flor de lis a indicar o norte e uma cruz ou floreado a indicar o oriente (aqui sem indicação específica de oriente, e por vezes representada só a flecha, sem flor de lis), e ao modo mediterrânico, com a indicação escrita dos pontos cardeais, apenas com inicial ou por extenso.

Embora não estejam assinadas, pelas características da caligrafia e do desenho, à mão de Pedro Nunes Tinoco parecem pertencer também os desenhos que integram

⁴⁷⁷ Fls. 3 e 4.

⁴⁷⁸ Fl. 26.

⁴⁷⁹ Fl. 12.

⁴⁸⁰ Fl. 15.

o tombo e levantamento de todas as propriedades que o Mosteiro de S. Vicente possuía na freguesia de São Julião do Tojal ⁴⁸¹, mandado fazer cerca de 1626 por Frei Marcos da Cruz (? - 1628) ⁴⁸².

Frei Marcos da Cruz tinha já mandado fazer o *Livro das Capellas, missas, & aniversarios, que se disem neste mosteiro de S. Viçete todolos anos de sua administração, e administradores* ⁴⁸³, que parece datar de 1619. O livro abre com uma portada iluminada com grinaldas e *putti* (Fig. 31), que nos faz lembrar, pelas características do desenho, composição, e o invulgar colorido em tons pastel, a obra de Estêvão Gonçalves, autor do cébre Missal Pontifical (escrito entre 1610 e 1622), obra que se conserva na Academia das Ciências de Lisboa ⁴⁸⁴.

⁴⁸¹ ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, Livro de notas nº22.

⁴⁸² O livro transcreve, no fim, dois autos de demarcação. O primeiro “Auto de demarcação do lugar de Sam Juliam do Toial e seu limite” está datado de 26 de Julho de 1606, (fls 281 a 290), e o segundo, Auto de demarcação da freguesia de Sam Juliam do toial aneixa ^{filial}, do mosteiro de Sam Vicente Câmara Real de sua Magestade desta Cidade de Lisboa”, datado de 7 de Setembro de 1606 (fls. 291 e 299). Frei Marcos da Cruz foi cônego de Santo Agostinho, professou em 1590 no Convento de S. Salvador de Moreira. Para além deste Catálogo, escreveu ainda *O Livro das capelas, missas e aniversários que se dizem no Mosteiro de S. Vicente de Fora, Memorias da Congregação de Santa Cruz de Coimbra, e Fundatio Mosteiro Beati Vicenti*.

⁴⁸³ BN, *Secção de Reservados*, il-104.

⁴⁸⁴ Sobre de Estêvão Gonçalves veja-se J. Cardoso GONÇALVES, Gustavo de MATOS SEQUEIRA (pref.), *O missal pontifical de Estevam Gonsalves Netto : subsidios para o estudo dêste célebre códice iluminado do século XVII*, Lisboa : Tip. do Comércio, 1927, J. Cardoso GONÇALVES *Uma jóia da iluminura portuguesa : o Missal Pontifical de Estevão Gonçalves Neto*, Gaia : Pátria, 1931, J. Cardoso GONÇALVES *Mais algumas achegas para a biografia de Estêvão Gonçalves Neto*, [S.l. : s.n.], 1936 e, em especial, Luís de MOURA SOBRAL “L’estampe anversoise et la peinture portugaise au début du XVII^e siècle. *Le Missel pontifical de Gonçalves Neto*”, Catálogo da Exposição *Portugal et Flandres. Visions de l’Europe*, Bruxelas: Musées royaux des Beaux-Arts de Belgique, 1991, pp. 56-67, (tradução portuguesa em *Portugal e Flandres, Visões da Europa (1550-1650)*, Lisboa: Mosteiro dos Jerónimos, 1992, pp. 54 a 65, Luís de MOURA SOBRAL “A Pintura Portuguesa no Começo do Século XVII e a Gravura : O Missal Pontifical de Estêvão Gonçalves Neto”, *Do Sentido das Imagens*, Lisboa: Editorial Estampa, pp. 131 a 144.

Estêvão Gonçalves Neto foi amigo e protegido do Bispo de Viseu João Manuel, como se pode comprovar no frontispício do *Missal* que tem as armas dos Manuéis (D. João Manuel terá depositado o livro no Convento de Jesus, razão por que se encontra hoje na Academia das Ciências). Estêvão Gonçalves foi Abade de Santa Maria Madalena de Sereijo desde 13 de Maio de 1613, indo muito provavelmente em 1618 como meio cônego para a Sé de Viseu. Até 24 de Abril de 1616 Estêvão G. Neto exerceu quase ininterruptamente os seu cargo como Abade de Sereijo, tendo estado ausente da freguesia entre 25 de Abril de 1616 e 12 de Maio de 1617 (283 dias), sendo os documento então assinados por Pero Fernandes, esta ausência tem intrigado os investigadores, pois não se sabe onde terá estado neste

A nossa atribuição do livro do tombo e levantamento de todas as propriedades que o Mosteiro de S. Vicente possuía na freguesia de São Julião do Tojal a Pedro Nunes Tinoco, deve-se não apenas o facto de haver alguma semelhança entre a caligrafia e o tipo de desenho das representações em planta dos diferentes lugares, com a caligrafia e o tipo de desenho do Livro do Priorado do Crato, mas também com o facto de, quando o tombo de S. Julião ter sido feito (1626), Pedro Nunes Tinoco ser já o arquitecto responsável por S. Vicente de Fora, Mosteiro a que pertenciam as propriedades desse lugar ⁴⁸⁵. É o próprio Frei Marcos da Cruz que nos elucida, na Introdução deste tombo, sobre as razões que o levaram a encomendar este levantamento, referindo a necessidade “ *de fazer hú livro do Índex de parte de suas rendas, q a incúria e descuido dos padres meus antecessores, tinha posto em esquecimento; e feito outro da 2ª parte dellas, que faltava, foi tomar m.^{to} a minha conta dar lume e conhecim.^{to} aos presentes, e futuros dos bens e propriedades que possuímos no lugar de sam Juliaõ do toial, que com ser a principal renda deste Mosteiro, e terra de seu senhorio* “ ⁴⁸⁶, necessidade essa que como explica também, resultou do facto de alguns foreiros não reconhecerem o senhorio ao mosteiro.

período, defendendo alguns autores que possa ter ida a Itália. Ou estaria a trabalhar para Frei Marcos da Cruz?

Recentemente, foi posto à venda o manuscrito *RELAÇÃO DO PRINCIPIO, E ORIGEM DA NOBILISSIMA, E ANTIQUISSIMA FAMILIA DO NOME, E APPELIDO D'AGUIAR*, documento que descreve a origem histórica da família deste apelido, seguindo-se a genealogia da mesma família, nomeadamente de Damião de Aguiar que foi o principal jurista português da sua época - todos os exemplares das constituições filipinas impressas no Mosteiro de S. Vicente de Fora, em 1603, estão assinados pelo seu próprio punho.

(<http://www.castroesilva.com/store/viewItem.asp?idProduct=381> [consulta 22 de Junho 2013]).

Este dado vem reforçar a nossa atribuição do frontispício do citado *Livro das Capellas* a este artista.

⁴⁸⁵ D. Afonso Henriques fizera mercê do lugar aos Padres Vicentinos, sendo prior da Igreja de S. Julião, o Prior de S. Vicente de Fora. Padre António Carvalho da COSTA, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, geologias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Tomo III, Lisboa: na Officina Real Deslandesiana, 1712, Tratado VIII, Cap. XLIV, p. 613

⁴⁸⁶ O que levou a que a Coroa nomeasse um procurador para resolver esta questão. Entre aqueles que não reconheciam os direitos do Mosteiro encontrava-se um Pêro Dias Tinoco, que tudo indica se tenha apoderado do senhorio destas terras, herdadas do seu sogro Gonçalo Nogueira por sua mulher Maria Nogueira, propriedades que se situavam, de acordo com o Tombo, no lugar de *Chãos* (fl. 186 nº 23, e fl. 195v) Ora este Pêro Dias Tinoco é, de acordo com os documentos que revelámos na Parte I, Cap.2, o pai do Capitão Paulo Nunes Tinoco que lutou contra os Holandeses na Baía. Continua por explicar, no entanto, por que razão Paulo Nunes Tinoco adoptou este apelido, e não Dias Tinoco. Uma questão

Embora tenhamos, ao longo do texto, anotações com datas diversas (como, por exemplo, 1631 e 1660), o que poderá tornar um pouco difícil e confusa uma correcta datação, o tombo terá sido elaborado em 1626, pois Frei Marcos da Cruz, ao referir-se a D. Miguel de Santo Agostinho, diz que este terminava então pela segunda vez o cargo de Prior Geral da Congregação. As outras datas registadas ao longo do texto, dirão respeito a anotações posteriores, como é o caso da data de 1660, que tudo indica tratar-se de uma actualização resultante de um segundo tombo que completa o de 1626⁴⁸⁷.

O manuscrito abre com uma listagem das propriedades do mosteiro vicentino, a que se segue a já Introdução, e uma planta com aguada de diversas cores com o registo das diferentes propriedades e a representação perspectivada do edificado, planta essa que parece estar truncada, faltando a segunda folha (Fig. 32). Seguem-se as plantas, desenhadas a negro e encarnado, dos diferentes lugares: *casa no lugar do Tojal*, Corredoura (fl. 1v), Quinta do Valbom (fl. 71v), Frandina (fl. 99v), Taipa (fl. 118), Valle (fl. 161), Costa (fl. 181v), Chãos (fl. 186), Alvisque (fl. 202v), Machio (fl. 206v), Machi – marinhas foreiras ao Mosteiro (fl. 234), Alem da Ponte (fl. 239v)⁴⁸⁸.

O Tombo encerra com os autos de demarcação do lugar de São Julião do Tojal e do seu limite⁴⁸⁹, e da freguesia homónima⁴⁹⁰, como já referimos.

Embora os desenhos não estejam assinados reforçamos a hipótese de os mesmos pertencerem a Pedro Nunes Tinoco, pelas razões acima referenciadas (semelhanças de desenho, contexto profissional e cronologia da obra). Outras razões poderão reforçar a hipótese da nossa atribuição. Em 1622 Frei Marcos da Cruz está

relacionada com o prestígio que os Nunes Tinoco poderiam já ter atingido?

⁴⁸⁷ Frei Marcos da Cruz refere ainda que, em 1602, se iniciara um tombo que ficara, no entanto, incompleto.

⁴⁸⁸ Tal como fizemos com as plantas do priorado do Crato, também aqui não apresentamos as plantas, apenas a inicial.

⁴⁸⁹ Datado 26 de Julho de 1606, (fls. 281 a 290).

⁴⁹⁰ Datado de 7 de Setembro de 1606 (fls. 291 a 299).

presente e assina a acta do Capítulo do Mosteiro de Santa Cruz realizado em 30 de Julho de 1622 ⁴⁹¹, para se decidir se se pretende ou não construir a nova sacristia. Quando é realizado o Tombo do Tojal, Frei Marcos da Cruz conheceria já bem o trabalho de Pedro Nunes Tinoco que, para além da participação da sua participação em Coimbra, dirigia já o estaleiro vicentino, sucedendo a Baltazar Álvares .

Aos trabalhos de cartografia atrás referidos, são ainda atribuídos a Pedro Nunes Tinoco outros levantamentos cartográficos, que estão hoje depositados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A primeira destas plantas (Fig. 33), intitula-se “*Decripçam da Barra do Reino de Amgolla q esta em altura de 8 graos emes: em a qual semostra as bahias em todas as entradas q nella há como serce nas declaracois neste alfabeto aqui apontadas*” ⁴⁹². Segundo a respectiva ficha bibliográfica, a planta que deve ser datada de cerca de 1626, apresenta ainda, no seu verso, a inscrição “*Copia e descrição da barra e cid.ª de Loanda do Reino de Angolla*”, estando assinada por Gonçalo Pires de Carvalho. A atribuição desta planta é feita, não apenas na *Portugaliae monumenta cartographica* ⁴⁹³, mas também confirmada por Beatrix Heintze ⁴⁹⁴ que nos revela ainda que neste período Pedro Nunes Tinoco terá integrado a *Junta de Fortificação* (constituída em 22 de Agosto de 1622 pelo Rei ⁴⁹⁵), da qual fizeram parte também Gonçalo Pires de Carvalho, Leonardo Turriano, Luís de Frias e Mateus do Couto, como se verifica no parecer

⁴⁹¹ ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Lº 95 – *Assentos e resoluções do Convento (1554 a 1724)*, nº4, (assentos de 1579 até 1628), fl. 139.

⁴⁹² FBN, Rio de Janeiro, ARC.029,01, 006 Cartografia. A ficha bibliográfica diz-nos que a planta apresenta um carimbo da *Biblioteca Nacional Publica da Corte*, à qual terá pertencido.

⁴⁹³ Armando CORTESÃO, Avelino Teixeira da MOTA, Alfredo Pinheiro MARQUES (apres. e introd.), *Portugaliae monumenta cartographica*, Lisboa : Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1987, Vol. V., p. 106.

⁴⁹⁴ Beatrix HEINTZE, *Fontes para a História de Angola do século XVII*, transcrição dos documentos em colab. com Maria Adélia de Carvalho MENDES (colab.), Stuttgart : Franz Steiner Verlag Wiesbaden, 1985, pp. 169 a 171.

⁴⁹⁵ CADORNEGA, António de Oliveira de, *História das Guerras Angolanas*, Vol. I, pp.168-9. *Apud* Beatrix HEINTZE, *Fontes para a história de Angola...*, *ob. cit.*, p. 169, nota 29.

datado de 12 de Outubro de 1626 sobre a Fortificação de Angola ⁴⁹⁶. Pedro Nunes Tinoco fazia parte da Junta ainda em 1632, como se pode deduzir da informação enviada por D. Fernão de Sousa, em 20 e Fevereiro de 1635 ⁴⁹⁷, sobre a fortificação de Luanda na qual, para além de referir que viu a descrição feita por “Joam Teixeira, cosmographo de Vossa Magestade”, do Reino de Angola, refere também o nome de Pedro Nunes Tinoco como tendo participado da reunião da Junta então realizada: “*Sobre a fortificação do porto, e cidãde de Loanda informei alguãs vezes, e no governo coando uim entreguei huã planta dos sitios e padraustos, que auia, e os apontei na junta, que se fêz sobre isso em que presidio o Conde de Ual de Reis Nuno de Mendonça sendo Governador deste Reino, e se achou Dom Gonçallo Coutinho do Conselho de Estado de Vossa Magestade e Gonçallo Pires Caruãlho, e eu, e Pero Nunêz Tinôco, architecto de Vossa Magestade e do que se açcentou, que conuinha se deu conta a Vossa Magestade*”. Vemos, assim, que Pedro Nunes Tinoco integrava um dos mais importantes órgãos de defesa do Reino (e no qual contactou com D. Fernão de Sousa que lhe encomendaria, em 1635, o projecto de reformulação do seu Paço de Amarante), num momento em que a guerra com os Holandeses impunha uma vigilância e defesa apertada nas principais cidades, quer do continente, quer das costas africana e brasileira.

Beatriz Heintz publica ainda uma outra cópia da mesma planta, feita na época, depositada hoje na Biblioteca da Ajuda ⁴⁹⁸.

Pertencente igualmente à Biblioteca do Rio de Janeiro é o códice composto por seis plantas, elaboradas para a defesa das costas do Brasil, quando das lutas contra os Holandeses ⁴⁹⁹, das quais quatro estão assinadas apenas com *Tinoco* (Fig. 34 a 37), e

⁴⁹⁶ Beatrix HEINTZE, *Fontes...*, ob. cit., Foto 9, Doc. 10..

⁴⁹⁷ Beatrix HEINTZE, *Fontes...*, ob. cit., pp. 192 a 194.

⁴⁹⁸ BA, integrada no Códice 51-IX-21. In Beatrix HEINTZE, *Fontes...*, ob. cit., Fot.9, Doc. 10.

⁴⁹⁹ Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, cart1082406, *Secção de Mapas*, N.º2: *Nunes Tinoco, desenhos e plantas do Recife de Pernambuco como da Bahia de Todos os Santos, da costa do mar e barra da Bahia, conservadas na secção até a de Camamu, da fortificação de Itaparica e*

catalogadas como sendo também da autoria de Pedro Nunes Tinoco. Inicialmente atribuídas a João Nunes Tinoco ⁵⁰⁰ (o que, a verificar-se, seria quando ele era nomeado para *aprendiz* em 1631, quando contava apenas 15 anos), a primeira referência a que estas plantas seriam de Pedro Nunes Tinoco é feita no Catálogo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Mais recentemente, essa autoria foi posta em causa, como se pode ver na obra *História das Artes Plásticas da Bahia* de Carlos Ott, nas páginas que no tema dedica à arquitectura militar e à fortificação da orla marítima ⁵⁰¹, atribuindo então as traça das mesmas ao Capitão Paulo Nunes Tinoco, atribuição essa que segundo nós faz todo o sentido, dado o contexto em que são realizadas e a sua biografia deste (cujas possíveis relações de parentesco com a nossa família de arquitectos, e vicissitudes por que passou tentámos estabelecer anteriormente ⁵⁰²). Dos seis desenhos que integram este álbum, Carlos Ott atribui os quatro que têm a assinatura *Tinoco* a este engenheiro militar que, segundo o mesmo autor, estaria a trabalhar então sob orientação do engenheiro Francisco de Frias de Mesquita, Engenheiro-Mor do Brasil.

Estudando as formas de abastecimento de água, construindo pontes ou cartografando o território, Pedro Nunes Tinoco é o exemplo paradigmático de como os nossos arquitectos estiveram atentos e aplicaram os ensinamentos dos grandes especialistas estrangeiros chamados a trabalhar entre nós, adquirindo uma formação

dois das fortificações do Morro de São Paulo com alguma diferença um do outro, sendo quatro deles assinado com a rubrica de "Tinoco".

Segundo se pode ver na ficha bibliográfica elaborada por esta biblioteca, este manuscrito foi comprado no leilão da Biblioteca dos Castelo Melhor em 1879, sendo composto pelas seguintes cartas: fl.1 - Desenho da Bahia de todos os Santos no Estado Brasil?; fl.2 - Desenho da fortificação q por orde de Diogo lvis D. Oliveira ... ; fl.3 - Desenho da costa do mar de A barra da Bahia ...; fl.4 - Desenho do morro de S. Paulo ...; fl.5 - [Litoral do Recife] ; fl.6 - Folha anexa com informações sobre o atlas.A última carta é atribuída a João Teixeira Albarnaz I em *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Vol. 5, p.142.

⁵⁰⁰ SOUSA VITERBO, ob. cit., Vol. III, p. 114. SOUSA VITERBO refere que este códice terá integrado a o *Catálogo da Exposição de História do Rio de Janeiro* com o número 1: 468.

⁵⁰¹ Carlos OTT, *História das Artes Plásticas da Bahia (1550-1900)*, Salvador da Baía: Alfa Gráfica, 1991, pp. 84 a 88. A atribuição de alguns destes fortes que constam nestas plantas, e a sua descrição pormenorizada tem sido feita e desenvolvida por Roberto TONERA, responsável pelo programa Fortalezas Multimídia, e pode ser consultada em <http://www.fortalezasmultimedia.com.br>.

⁵⁰² Cf. I PARTE , Cap. 2.

que os habilitava a realizar projectos no âmbito da engenharia, preparando-os para as grandes tarefas que a Restauração lhes iria exigir na geração seguinte, trabalhando, lado a lado, com uma nova vaga de técnicos que, vindos de fora, iriam ajudar a concentrar todos os esforços nas questões relacionadas com a defesa do Reino.

II Parte – Pedro Nunes Tinoco, *famoso Architecto* do período filipino

Capítulo 3

Trabalhando para os *Grandes* do Reino



503

1. Em “mármore polido”

É vasta a intervenção de Pedro Nunes Tinoco em mosteiros e igrejas paroquiais, embora sejam escassos os vestígios materiais que chegaram até nós. Socorrendo-nos das crónicas elaboradas ao longo dos séculos, a obra de Pedro Nunes Tinoco, como é testemunhada, dá-nos o perfil de um arquitecto que junta à qualidade da traça (expressa nas formas que utiliza e num cuidado jogo de proporções, como salientam alguns cronistas) a expressividade dos materiais que emprega, tirando partido do jogo cromático de mármore polido, e dos revestimento azulejar e em talha dourada. Em quase todos os seus projectos de natureza religiosa, mesmo nos que recorrem às mais depuradas formas são, com efeito, os jogos cromáticos dos mármore polido que utiliza que sobressaem, estabelecendo contrastes entre pilastras, capitéis, cornijas, fecho de arcos, e outros elementos arquitectónicos, contribuindo para uma maior riqueza do espaço.

⁵⁰³ Pormenor do frontão do portal da Igreja de Santa Marta. Nele podemos ver, ainda que bastante apagada, a data 163_, que remete para a década de trinta, e que poderá marcar a conclusão da igreja (agradecemos ao nosso orientador o chamar da atenção para este pormenor) (foto da Autora).

No vasto leque de trabalhos que realizou no âmbito da arquitectura religiosa, dois projectos nos merecem especial atenção. A primeira, é a reconstrução da Sacristia de Santa Cruz de Coimbra, cuja acentuada riqueza decorativa contrasta com aquilo que constitui a maior parte da obra que hoje conhecemos de Pedro Nunes Tinoco. A segunda, diz respeito ao maior empreendimento do Reino que, iniciado ainda no século XVI, atravessa todo o século XVII, o Mosteiro de S. Vicente de Fora. Projectada para ser panteão da dinastia filipina e, posteriormente, dos Bragança, viria a ser também o simbolo de uma outra dinastia, a dos *Nunes Tinoco*, que aqui materializaram nos cargos que ocuparam e transmitiram geracionalmente, a importância que o estatuto de *architectos régios* lhes conferiu. Por uma e outra razão, estas duas obras virão tratadas em capítulos independentes.

A Igreja do **Mosteiro de Santa Clara** de Lisboa, cuja fundação remonta a 1294 (o seu convento fora fundado em 1288, por D. Inês Fernandes, viúva do genovês Vivaldo Pandulfo) é o primeiro projecto que se conhece de Pedro Nunes Tinoco desde a sua nomeação como aprendiz em 1604, cuja reconstrução terá iniciado em 1613.

De acordo com o testemunho de Frei Manuel da Esperança, que tece um grande elogio a este architecto, a propósito do edificio, “ *A obra foi sumtuosa, & reformada depois pelo estilo moderno parece, que representa hũa nova maravilha. Em particular se vé isto na Igreja, a qual, despedindo-se o ano de 1613, começou a despir a sua forma antiga, reedificada noutra, pela traça do famoso Architecto Pero Nunes Tinoco, a qual obrou Diogo Vaz por ordem da Abadessa sòr Maria de Jesu, com singular artificio. Sobre marmores polidos, que compoem este majestoso corpo, resplandece ouro fino: as paredes, & abobada se vestirão das mais valentes pinturas: nas capelas de hũa, & outra parte, podem ser competidores o primor, & a riqueza.*”⁵⁰⁴. A

⁵⁰⁴ Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia serafica da ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal. Primeira parte, que contem seu principio, & augmentos no estado primeiro de Custodia / por Frei Manoel da Esperança, natural da cidade do Porto, filho da mesma Provincia, Leitor*

expressão “*ao moderno*” referia-se agora a um estilo novo que alterava o do primitivo edifício, construído no século XIII. O cronista não deixou incógnito, também, o nome do mestre pedreiro Diogo Vaz que, tendo trabalhado para Baltazar Álvares (executando as obras de sua casa, em parceria com Estácio Correia⁵⁰⁵), iria participar noutras obras da autoria de Pedro Nunes Tinoco, acompanhando-o até ao final da sua carreira, como se pode comprovar na obra da capela-mor da Igreja do Mosteiro do Salvador (1616)⁵⁰⁶, na da Igreja do Loreto (1630)⁵⁰⁷, bem como na da Igreja de S. Nicolau (1640)⁵⁰⁸.

Desaparecidos, hoje, a igreja e o convento, restam-nos apenas as escassas descrições dos cronistas para termos uma ideia de como seria *sumptuosa* esta obra de Pedro Nunes Tinoco. No início do século XVIII é o autor da *História dos Mosteiros* que, muito possivelmente informado pelo texto de Frei Manuel da Esperança, nos dá notícia do estado em que se encontrava então a igreja, repetindo o elogio anteriormente feito ao seu arquitecto: “...sendo Abadessa a madre soror Maria de Jesu, se resolveram a dar principio à reedificaçam da igreja na forma em que hoje se vê, sendo architecto Pedro Nunes Tinoco que a fundou com tanta capacidade que se lhe nam iguala alguma

jubilado na santa Theologia, & Examinador das tres ordens militares, II Parte, Lisboa: na officina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666, Livro VII, p. 100 (sublinhado nosso).

⁵⁰⁵ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº2 (antigo nº1), Maço 15, Lº 5, fls 108 a 111. Publ. por Vítor SERRÃO, “Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650)”, Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III Série, nº 90, Lisboa : 1989, pp. 17.

⁵⁰⁶ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº 15 (antigo nº7 A), Maço 18, Lº 9, fls 12-14. Publ.. por Vítor SERRÃO, “Documentos...”, ob. cit., p. 17.

⁵⁰⁷ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº 3 (antigo 11), Lº185, fls. 30v a 31v. Ref. por Vítor SERRÃO, “Documentos...”, p. 46. Publicado por Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA, *O Eupalinos Moderno: teoria e prática da arquitectura religiosa em Portugal : (1550-1640)*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra : [s.n.], 2006, Vol. III, pp. 169 e 170

⁵⁰⁸ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº3 (antigo 11), Lº 219, fls 85 a 87v. Ref. por Vítor SERRÃO, “Documentos...”, ob. cit., p. 46. Publicado por Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA, *O Eupalinos Moderno: teoria e prática da arquitectura religiosa em Portugal : (1550-1640)*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra : [s.n.], 2006, Vol. III, p. 192 a 194.

*de todas as igrejas que se vem em os muytos mosteyros de Lixboa e nam so tem a ditta igreja a excellencia de sua muyta capacidade, junta com grande proporçam em comprimento, largura e altura que se termina em hum nobilissimo tecto em meyo circulo, ornado de payneis que nam sam menos de vinte oyto, em que se representam algumas das proficias que o Evangelista amado refere no seo Apocalipse, que fazem mayns vistosas as molduras de talha dourada com que o tecto apparece muy digno de tam bella igreja ...”*⁵⁰⁹. O anónimo cronista realça, assim, as proporções usadas por Pedro Nunes Tinoco no projecto da igreja, bem como o seu tecto em abóbada, que ele designa por “*meyo circulo*”. Refere, no entanto, que a capela-mor, *obra que tem dado mayns lustre à Igreja*, se tinha fabricado havia poucos anos (não podendo ser, como tal, a que Pedro Nunes Tinoco traçara), acrescentando que em renovação estavam também os retábulos das capelas do corpo da igreja⁵¹⁰. A descrição menciona ainda o coro alto, bem proporcionado e grandioso, com tecto apainelado com *pinturas de boa mam*, guarnecidas com molduras de talha dourada, e paredes revestidas igualmente com painéis. Iluminado por seis grandes janelas rasgadas sobre o Tejo, possuía duas ordens de cadeiras de pau de angelim, e nele se situavam ainda sete capelas, duas das quais, a de Nossa Senhora da Conceição e a de S. João Baptista, ambas de embutido. No coro baixo situavam-se, também, outras capelas e a sepultura da fundadora.

Não sabemos se Pedro Nunes Tinoco terá tido intervenção nas outras dependências do Mosteiro, que se organizava em torno de um claustro quadrado, onde se situavam outras sete capelas admiravelmente ornadas. Continuando a descrição de todo o convento, o seu autor realça, entre outros espaços, a forma da arquitectura da Capela do Senhor dos Passos, nele situada, “*...cuja architectura he em*

⁵⁰⁹ *História dos Mosteiros Conventos e Casas Religiosas de Lisboa* (ed. de Durval Pires de LIMA), Lisboa: CML, 1950, Vol. I, p.235.

⁵¹⁰ *História dos Mosteiros...*, ob. cit., , Vol. I, p.237.

figura esferica toda de vidraça e macenaria dourada...”, tal como a da capela do Evangelista⁵¹¹.

Contemporâneo deste é o testemunho de Carvalho da Costa que reforça a grande qualidade arquitectónica do edifício: “ *A Igreja he toda de talha dourada, & a mayor q ha em Mosteyros de Freyras nesta Corte: o tecto he todo apaynelado de payneis do Apocalypse: a Capella mayor, & tribuna assentaõ todos, q he a a mais clara, & magestosa, q tem todo este Reyno...*”⁵¹².

Com o terramoto de 1755 todo o conjunto ficaria totalmente arruinado, à excepção de dois dos seus dormitórios, de duas varandas e de algumas capelas: “ *O seu famoso Templo, que era hum monte de ouro, e na grandeza excedia a todos os mais Mosteiros da Corte, ficou totalmente prostrado, excepto a tribuna, e costas da Capella mór (...)* O Coro de cima, que era hum Paraíso na terra também se abateo.”⁵¹³.

Extinto o que restou do convento em 1828, viria a instalar-se no seu espaço uma dependência do Arsenal Real do Exército⁵¹⁴.

⁵¹¹ *História dos Mosteiros...*, ob. cit., , Vol. I, p.242.

⁵¹² Padre António Carvalho da COSTA, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, geologias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*. Lisboa: na Officina Real Deslandesiana, 1712, Tomo Terceyro Offerecido à Sereníssima Senhora D. Mariana de Austria, pp. 380. O autor prossegue com prossegue com a descrição dos altares da Igreja: “ *...no corpo da Igreja estaõ sete Capellas, tres da parte direyta, entrando pela porta, & quatro da esquerda; a primeyra he da Trindade; a segunda da Magdalena; a terceyra de Santo Antonio, as quatro da parte esquerda entrando pela porta, he a primeyra de S. Joaõ Bautista, cuja fabrica pertence a Joaõ Luis, & tem seu Capellaõ; a segunda he do Euangelista, & pertence a Francisco Botelho Chacaõ, que tambem a fabrica, & tem Capellaõ; a terceyra he de N. Senhora da Conceyçaõ; a quarta he da Ascensaõ de Christo, com huma Irmandade bem governada, que consta de muytos Irmaõs, & Irmans, & tem quatro Capellaës muyto bẽ pagos; em cima da tribuna, que está no fundo da Igreja ha outra Capella, que fica nas costas do Coro, em que está o Sacrario cõ o Santissimo Sacramento. O Sacrario grnade da Igreja, o frontal, & o panno do pulpito, he de prata batida ao martello, & tem huma grande quantidade de ricos ornamentos, & muitas peças de prata, com duas Custodias, huma dellas feyta em Roma, com todo o primor da arte... ”.*

⁵¹³ Padre João Bautista CASTRO, *Mappa de Portugal antigo, e moderno*, Lisboa : Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762, Tomo Terceiro, Vol. V, p. 275.

⁵¹⁴ Sobre a evolução do espaço urbano de Santa Clara veja-se Maria Elisabete Gromicho SEROL, *O Campo de Santa Clara, em Lisboa. Cidade, História e Memória. Um roteiro cultural*, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património apresentada ao Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Aberta, Lisboa: 2012.

A Santa Clara seguir-se-iam, em 1616, as intervenções no Convento de Santa Marta e na capela-mor da Igreja do Mosteiro do Salvador.

A participação de Pedro Nunes Tinoco no conjunto de **Santa Marta**, à semelhança de outras intervenções suas, foi amplamente documentada por Vítor Serrão a partir do acervo que estava ainda inédito no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (hoje integrado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Na documentação então revelada podemos ver que a intervenção deste arquitecto surge na sequência do trabalho iniciado pelo seu mestre, Nicolau de Frias na capela-mor. A documentação revelaria também a intervenção de João Antunes e do Padre Manuel Pereira nas obras do dormitório e do claustro, na passagem do século XVII para o século XVIII ⁵¹⁵.

Erguido no lugar onde primitivamente se situava um recolhimento para donzelas pobres (mandado construir por D. Sebastião para as filhas das vítimas da grande peste de 1569), o mosteiro sofreria grandes alterações entre 1583 e 1602, sob orientação do arquitecto régio Nicolau de Frias (1530-1610) ⁵¹⁶. De acordo com o *Livro de Despesa do Mosteiro* ⁵¹⁷ nesta primeira fase deverá ter sido erguida a capela-mor (para a qual o pintor Amaro do Vale fazia, em 1584, o painel *Cristo em casa de Marta* destinado ao respectivo retábulo, provando que a mesma estava já concluída, ou muito próximo de o ser ⁵¹⁸) cozinha, refeitório e parte do corpo da igreja

⁵¹⁵ *O Arquitecto maneirista Pedro Nunes Tinoco...*, ob. cit., p. 158 a 168, onde se publicam todos os contratos aqui referidos.

⁵¹⁶ Idem, *Ibidem*, p.159.

⁵¹⁷ *Livro que tem escritas todas as despesas que se tem feito nas obras deste mosteiro de santa Marta asy das que deixou feitas a sra D. Maria da Cunha 1ª abadessa e fundadora dele que se começaram em fevereiro de MDLXXXV ate principio do ano de LXXXIX em que faleceo E das mais que se foram fazendo por mandado da sra D. Maria da Silvrª segunda abadessa deste Mosteiro (cota IV/F/140. Vítor SERRÃO, *O Arquitecto maneirista...*, ob. cit, *passim*.*

⁵¹⁸ Idem, *Ibidem*.

Em 1602 seria Teodósio de Frias a fazer a medição da obra realizada pelo pedreiro Jorge Dias, vindo a ser pago em 1611, pela obra do refeitório e cozinha.

Em 1616, celebrava-se um contrato entre a madre abadessa Soror Mariana da Assunção e os pedreiros Miguel Fernandes, Jerónimo Dias e Pêro Domingues para continuação das obras, no qual era já Pedro Nunes Tinoco quem figurava como *arquitecto de sua magestade*⁵¹⁹, embora na época devesse ter ainda o estatuto de *aprendiz* de arquitectura, primeiro sob a orientação de Nicolau de Frias (entre 1604 e 1610) e depois sob a de Teodósio de Frias (a partir de 1610). Estava assim justificada a ligação de Pedro Nunes Tinoco a Santa Marta, pela mão dos seus mestres, a qual deve ser entendida como uma sucessão natural se pensarmos que, de acordo com o estatuto de aprendiz, deveria já estar a trabalhar na obra com o seu mestre (o que constituía prática corrente, a julgar por outros casos de “passagem de obra” de mestre para aprendiz). De lembrar, uma vez mais, que Nicolau de Frias dera a traça para a cobertura da nave central de Santa Catarina, na qual haviam trabalhado o avô e o pai de Pedro, Pedro Nunes e Álvaro Gomes, o que reforça ainda mais essa mesma ligação.

O contrato contemplava o corpo da igreja, coro, antecoro e outras dependências. Do projecto inicial de Nicolau de Frias, restou apenas a capela-mor, adaptada a um corpo que tinha uma estrutura, e uma maior escala⁵²⁰.

Para abertura dos alicerces da igreja e do claustro, entre Abril e Maio desse ano, Pedro Nunes Tinoco elaborou quatro apontamentos com as medidas da igreja⁵²¹.

⁵¹⁹ Vítor SERRÃO, *O Arquitecto maneirista Pedro Nunes Tinoco...*, ob. cit., p.160.

⁵²⁰ Idem, *Ibidem*, p.161.

⁵²¹ Idem, *Ibidem*, pp.192, 193 e 196, documentos 3, 4, 5 e 7.

Doc. 3, p. 192 e 193: “*Lembranças das mididas fûdamentais da igreiiia / Ilembranças das medicois dos fundam.^{tos} / + o fundam.^{to} de parte do claustro des o posso athe o altar collateral da parte do mesmo claustro sendo de pavimento do cruzeiro athe o pavimento da grade tem de alto entrando os carneiros – vinte e hũ palmos – e de llargo – dezassete isto tudo ate o dito pavimento do andar do cruzeiro em que asinarã aqui os mestres com o dito arquitecto e a madre abadessa em 18 dias do mes de abril de 1616 anos. De pº alvz / jeronjmo dias / pº Nunes tinoco*” – AHMF – Mosteiro de Santa Marta de Lisboa, IV/F/165(5), avulso nº1.

Doc. 4, p. 193: “*Lembranças das mididas fûdamentais da igreiiia / Segunda medissão des o posso ate a divisam da parede do claustro da travessa da parte do sul / tem a parede do fundam.^{to} que vaj do posso*

No respectivo contrato estipulava-se, que os pedreiros eram obrigados a “*seguir em tudo a ordem que lhes for dando o dito Architecto Pero Nunez Tinoquo, como elle for dando conforme as ditas Traças que estão asinadas pelo dito snor vizo Rey seu Prelado. E pello dito Architecto que sempre hade vizitar, E ordenar a dita obra, para que assim se não excede a ordem que lhe for dando...*”⁵²², mostrando que o arquitecto não se limitava a dar a traça mas era também obrigado a segui-la de perto. O contrato é também explícito quanto à autoria, referindo elementos que deverão ser trabalhados de acordo com o desenho que seria dado pelo arquitecto: frontaria, cunhais, prumos dos pilares, nomeadamente na entrada dos arcos das capelas em pedra lioz bornida, embasamentos dos pilares, capitéis dos arcos das capelas⁵²³.

A obra continuaria nos anos seguintes pois, de acordo com a documentação citada, é possível acompanhar a sua evolução: em 1622, o coro alto já deveria estar concluído pois Pedro Nunes Tinoco está presente no contrato obrigação com o

*ate a ditta parede pera a parte do sul sendo do pavim.^{to} do ditto cruzeiro conforme adição atraz - tem de alto vinte e hũ palmo e meio – e de llargo entrando os trauezes dezanove palmos e de comprido ate a dita parede tem trinta e sinco palmos por verdade de 17 de maio da era de 1616 em que asinão os mestre com o dito arqitecto e a madre abadessa / p^o alvz / Jeronjmo dias / p^o Nunes tinoco “ . - Idem, *Ibidem*.*

*Doc. 5, p. 193 e 194: “ Lembranças das medidas fûdamentais da igreiiia / medição da parede das naves do coro no fundam.^{to} / tem o fundam.^{to} da parede do coro des o posso digo de a grossura da parede da adicam atraz . tem de alto des o pauim.^{to} do cruzeiro da capella mor athe o andar da grade do fundam.^{to} vinte e hũ palmo e meo e de llarguo sette palmos em lx^a a 17 de maio de 1616 anos em que assinarão os mestres cõ o dito arqitecto e a madre abadessa / p^o alvz / Jeronjmo dias / p^o Nunes tinoco “. - Idem, *Ibidem*.*

Doc. 7, p. 196: “ Lembranças das medidas fûdamentais da igreiiia / Lembranças dos fundamentos da parte da Rua da igreja / tem o Alissese de comprimentto des a parede de donde partte do nortte ate o traves que deuide os confisionarios e allem delles des palmos a todo tem de comprido oitenta e seis palmos e meo – 86 ½. / tem de alto ate des o pavimento do fundamento ate o nivel dos degraus das capellas qorenta palmos e tres quartos40 ¾. / tem de largo este alisese ate o pavimento do dito degrao dezanove palmos e meo.....19 ½. / a qual medisão se fes perante o s.^{or} g.^{io} piz carvalho do conselho de sua mag.^{de} e perante o padre capellão Roque da fonseca e perante os mestres a qual eu p^o nunes tinoco arqitecto das ditas obras fis a dita medissão em que todos asinarão cõ o s.^{or} prouedor em lx^a a 12 de outubro de 1616. / p^o Nunes tinoco / g.^{io} piz Carvalho / p^o alvz / jeronjmo dias / ao tempo que se acabava a medição entrou o padre Roque da fonseca e por isso não asinou – p^o Nunes tinoco.” – AHMF – Mosteiro de Santa Marta de Lisboa, IV/F/165(5), avulso nº1.

⁵²² O Arquitecto maneirista Pedro Nunes Tinoco... ob. cit., p. 187 (sublinhado nosso).

⁵²³ Idem, *Ibidem*, pp.186 e 187.

dourador André Pinheiro sobre a pintura do sacrário do coro, peça também desenhada pelo arquitecto, continuando ainda em 1629 as obras do sacrário do novo retábulo ⁵²⁴.

Em 1630 deverá ter sido concluído o pórtico da igreja, de acordo com a data que nele figura, sendo finalmente avaliada em 1633 toda a obra a ele referente por Fernão Ferreira, medidor das obras da cidade ⁵²⁵.

O pagamento de dois mil reis que foi feito por Soror Mariana de Jesus a Pedro Nunes Tinoco, em 1636, conforme consta de uma nova certidão feita pelo referido Fernão Ferreira sobre pagamentos efectuados, prova que a direcção da obra continuava a ser assegurada por este arquitecto ainda nesta data ⁵²⁶. E em 6 de Março de 1638 era finalmente feita a escritura do Mosteiro em nome das suas religiosas, na qual se refere que faltava acabar apenas a obra de azulejo a cargo do mestre Domingos Pinto (que viria a ser avaliada em só em 1654, por Mateus do Couto e João Luís ⁵²⁷).

Após a morte de Pedro Nunes Tinoco, a direcção das obras deverá ter sido assegurada por seu filho João Nunes Tinoco, de acordo com um acto de medição datado de 3 de Setembro de 1668 ⁵²⁸). Seguir-se-ia uma nova campanha de obras, em finais do século XVII, de que se salientam as obras que foram executadas por João Antunes no dormitório, e a reconstrução do claustro com o Padre Manuel Pereira (claustro anteriormente projectado por Pedro Nunes Tinoco).

Muito danificado pelo terramoto de 1755, o conjunto sofreria grandes alterações a partir da extinção das ordens religiosas, em 1834, e da sua adaptação a

⁵²⁴ Idem, *Ibidem*, p.161. AHMF – *Mosteiro de Santa Marta de Lisboa*, IV/F/7(2), avulso nº5 e IV/G/48(1), avulso nº20.

⁵²⁵ Idem, *Ibidem*, p. AHMF – *Mosteiro de Santa Marta de Lisboa*, IV/F/165(5), avulso nº5.

⁵²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 162. AHMF – *Mosteiro de Santa Marta de Lisboa*, IV/F/165(5), avulso nº5.

⁵²⁷ Idem, *Ibidem*, p. 162 e 163. AHMF – *Mosteiro de Santa Marta de Lisboa*, IV/F/50(1), avulso nº7 e IV/F/165(5), avulso nº7, respectivamente.

⁵²⁸ Idem, *Ibidem*, p. 163, AHMF – *Mosteiro de Santa Marta de Lisboa*, IV/F/165(5), avulso nº8.

hospital a partir de 1903 (em 1904 seriam removidos os retábulos), a que não escapou a própria igreja.

Possuindo entrada lateralizada, situada num vasto patamar (Fig. 38) ao qual se acede por uma dupla escadaria, como é habitual nos conventos femininos, as obras que no século XVII ocorreriam no vizinho Palácio dos Condes de Redondo, seriam responsáveis pela sobreposição deste à igreja, junto da cabeceira e transepto, ocupando cerca de um terço do comprimento da fachada desta, contribuindo para que se perdesse a leitura total do alçado lateral (escondendo dois dos cinco panos de fachada bem como as janelas que os encimam, prejudicando assim a iluminação do interior).

Articulada em dois níveis (o primeiro corresponde a altura das paredes da nave e o segundo à altura da abóbada da mesma) separada por uma cornija contínua em cantaria (que se repete também no interior, embora com uma expressão diferente), com gárgulas em forma de balaústre, a fachada é composta por cinco panos separados por pilastras que, no piso superior, se assumem como contrafortes, também da mesma cantaria (calcário), nos quais se abrem, ao nível do piso superior, cinco janelas de capialço bastante profundas ao longo de toda a fachada (uma por cada pano de parede).

No segundo tramo a contar da direita abre-se o portal de verga direita (Fig. 39), cuja largura corresponde à do próprio tramo. Ladeado por pilastras, é rematado por lintel com decoração maneirista, e encimado por frontão triangular interrompido bastante saliente (que, juntamente com os contrafortes, acentuam a expressividade da composição do alçado), enquadrando uma cruz sobre plinto flanqueada por pináculos e bola na prumada das pilastras (Vítor Serrão chamou a atenção para a semelhança entre a composição deste portal com o que viria a ser construído no palácio vizinho ⁵²⁹).

⁵²⁹ Idem, *Ibidem*, p. 165.

Danificado pelo sismo de 1755, no interior da igreja, hoje despojado dos altares e imagens que a decoravam, abrem-se para a nave única seis capelas laterais em arco de volta perfeita, assentes em pilastras toscanas que se prolongam pelos pilares, unindo os intradorsos de arcos consecutivos ⁵³⁰. A nave única repete aproximadamente a largura da capela-mor, embora as proporções do corpo da igreja estejam mais próximas das do rectângulo $\sqrt{2}$. Rematando as paredes, e separando as paredes do arranque da abóbada, uma cornija saliente contorna todo o interior.

A capela-mor (cuja traça é de Nicolau de Frias, como já vimos), bastante alta e profunda com uma planta de proporção sesquiáltera, está separada da nave por um arco triunfal de elevada dimensões, ladeado por dois arcos menores também de volta perfeita, correspondentes às capelas laterais. Coberta por abóbada de arestas, tem no interior uma tribuna que, de acordo com a *História dos Mosteiros* terá sido D. Catarina de Bragança que a mandou abrir quando habitou o palácio dos Condes de Redondo ⁵³¹.

A abóbada de lunetas que cobre a nave resulta de uma campanha de obras posterior, tendo sido a primitiva abóbada recentemente posta a descoberto em trabalhos de restauro ⁵³². Na parede oposta à da cabeceira ficam respectivamente o coro-baixo e o coro-alto, abertos para a nave através de vãos rectilíneos, sendo o primeiro ladeado por dois vãos de arco perfeito.

Mais problemática é a identificação da intervenção que Pedro Nunes Tinoco terá tido na construção do claustro (Fig. 40). O projecto deveria fazer já parte dos seus trabalhos, embora não venha referido no contrato anteriormente citado, só

⁵³⁰ Quando visitámos o edifício, a igreja funcionava como arquivo morto do hospital, pelo que não nos foi possível aceder ao seu interior.

⁵³¹ Ob. cit., p. 369. Em 1686 falecia sem descendência D. Francisco de Castelo Branco, 8º Conde de Redondo, pelo que o palácio passaria para a Coroa, vindo a ser habitado por D. Catarina de Bragança em 1693, antes de se mudar para a Bemposta.

⁵³² SIPA, IPA.00006531 (IPA Antigo: PT031106140062)
(http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA)

aparecendo nos seus autos de medição ⁵³³. Em 1701, o adiantado estado de degradação levou a que João Antunes se tivesse deslocado ao Mosteiro para o avaliar, tendo sido iniciado no mesmo ano o seu restauro, sob orientação deste arquiteto ⁵³⁴

A identificação do que poderá ser da traça de Pedro Nunes Tinoco afigura-se nos da máxima importância, pois várias são as semelhanças que se podem estabelecer com outros claustros, como Carlos Ruão de Lima evidencia, comparando-o com o claustro do Convento de Jesus, para quem este claustro deverá ser da autoria de Pedro Nunes Tinoco e não de Diogo Marques Lucas (que assinou a obra capela-mor e do transepto da Igreja), em virtude dessas mesmas semelhanças ⁵³⁵.

Tal como no Convento de Jesus (Fig. 41) que, curiosamente, possui uma cronologia de obras semelhante ao de Santa Marta, isto é, com campanhas no início do século XVII e início do século XVIII, como se pode verificar nas inscrições nele colocadas, em Santa Marta o claustro é de forma quadrada, composto inicialmente por um piso sobre o qual corria um varandim (como a construção posterior deixa ainda perceber), assente em pilares unidos por arcos de volta perfeita, pilares que integram pilastras centrais que terminam na cornija que contorna todo o claustro. No interior, abóbadas de aresta simples são ritmadas por arcos torais que marcam os diferentes tramos, os quais descarregam em mísulas de perfil simples na parede interior (Fig. 42).

Arcos e pilares têm, no intradorso, duplas pilastras num jogo de vazios e saliências que se opõem ao que encontramos nas faces voltadas para o exterior. Decorações em almofada triangular limitam os arcos nos panos rectangulares de pedraria em que se inserem.

⁵³³ Vítor SERRÃO, *O Architecto maneirista Pedro Nunes Tinoco...* ob. cit, p.165 . Documentos 1, 3 e 4.

⁵³⁴ Vítor SERRÃO, *O Architecto maneirista Pedro Nunes Tinoco...* ob. cit, IV/F/165(5) docs. avulsos 10 a 14, 18 a 21 e 30). João Antunes trabalharia ainda no dormitório novo em 1699, e noutras dependências, sendo também do seu risco a fonte do claustro, datada de 1703. Contrato de reconstrução do claustro, doc. IV/F/165-4, avulso 7 e um recibo do Padre Manuel Pereira, doc. IV/G/50(1).. Deste período datam ainda as pinturas de brutesco do tecto do coro baixo, realizadas por Miguel dos Santos e Lourenço Nunes – IV/G/50(1), doc. avulso 120.

⁵³⁵ *Eupalinos...*, ob. cit., Vol. II, p.320.

Analisando o orçamento realizado por João Antunes em 1701⁵³⁶, podemos ver que este contempla a reposição das características dos principais elementos arquitectónicos como o “...*emvazam.*^{to} *dos pilares de escoda na forma dos outros q estão no dito claustro (...)* *capitel dos mesmos pilares na forma dos q estão no dito claustro...*”, o que mostra que a sua reconstrução deverá ter consistido na consolidação do mesmo, obedecendo ao desenho inicial, hipótese que é reforçada pelas já referidas semelhanças com outros claustros da mesma época.

Apesar das semelhanças entre os dois claustros, e embora não tenhamos documentação que o contrarie (ou confirme) não nos parece provável que à data Pedro Nunes Tinoco fosse escolhido para a obra do claustro do Convento de Jesus, em detrimento de Diogo Marques Lucas que possuía já, também, um estatuto elevado como arquitecto. Parece-nos que as semelhanças devem resultar mais de uma tipologia que se foi instalando e que encontra paralelos noutros claustros como é o caso de Santos-o-Novo e do Convento da Encarnação, de Manuel do Couto (como este autor refere também), a que juntaríamos o claro traçado do claustro de S. Vicente de Fora, assunto que retomaremos noutra capítulo.

Data também de 1616 a intervenção de Pedro Nunes Tinoco na *Igreja do Mosteiro do Salvador*, que se centrou na reconstrução da igreja, de acordo com a documentação revelada por Vítor Serrão, da qual consta o respectivo contrato firmado entre a priora Soror Maria do Baptista e o mestre-pedreiro Diogo Vaz, que deveria fazer na capela-mor da Igreja toda “*a obra de pedraria e sepulturas e lageam.*^{to} *tudo conforme a trasa perfil e planta feita por p.º dias [sic] tinoco arquiteto de sua mag.*^{de} “

⁵³⁷.

⁵³⁶ Doc. publicado por Vítor SERRÃO, *O Arquitecto maneirista Pedro Nunes Tinoco...* ob. cit., p.167. **Doc. 77** em anexo – Transcrição e sublinhado nossos).

⁵³⁷ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº 15 (antigo 7A), maço 18, Lº8, fls. 12 a 14v. Vítor SERRÃO, “O arquitecto maneirista Pedro Nunes Tinoco: novos documentos e obras: 1616-1636”, *Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa : 1979, III Série, nº83, p. 194, doc. nº6

Tudo indica que Pedro Nunes Tinoco tenha continuado uma campanha de obras iniciada ainda no séc. XVI, como indicia o contrato de obras celebrado em 14 de Agosto de 1589 entre este Mosteiro e o mestre pedreiro Domingos Fernandes, no qual se obrigava a fazer a obra da capela-mor e cruzeiro da igreja ⁵³⁸, mestre pedreiro cujo nome andava associado às obras de Jerónimo de Ruão ⁵³⁹.

Como foi salientado também por Vítor Serrão, Luís Gonzaga Pereira afirmara já que a igreja seria obra de *um Tinoco* sem se referir, no entanto, de qual deles se tratava “...alguns dizem que serão de Tinoco...”⁵⁴⁰. De qualquer modo, a opinião que Luís Gonzaga tinha da sua planta, quando descreve esta igreja ⁵⁴¹ não era muito abonatória do autor do projecto, classificando-a de “*sufrível*”, por oposição ao *primor e grandeza do convento*, afirmando ainda que “...a Igreja e o Convento do Salvador não são dos piores

(contrato totalmente transcrito). “Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650)”, Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III Série, nº 90, Lisboa : 1989, p. 22.

⁵³⁸ António de Oriol Vazão TRINDADE, *A arquitectura maneirista em Portugal. Da capela-panteão de Santa Maria de Belém ao real Mosteiro de São Vicente de Fora*, Lisboa : [s.n.], 2002., Vol. II, pp. 7 a 10, Doc 4. Colaboraram também nesta obra os pedreiros Gaspar Pinto, Afonso Moreira, Marcos Pirez e Francisco Cardoso que deveriam realizar a seguinte obra: “...Arco cruzeiro de pedraria de grosso da parede de pedra lios com suas vazas e capiteis e sigintes e huma cimalha por cima do arco – a saber – as vazas e capiteis e sigintes am de ser vermelhos de pedra muito fina / e bornidos e a cimalha E o arco há de ser de pedra branca lios alva e boa e de receber E toda a dita obra pedha de ser bornida e asentada e asy mais há de fazer huma cimalha de pedraria no perlonguo da capela-mor donde começa a fechar abobada e asy mais o casquo da capela reformara e measquara de modo que fique redonda porque aguora nam esta garnecida de estuque de modo que toada a dita obra se obriga a fazer de todo acabada...”.

⁵³⁹ Como vimos anteriormente, a propósito de Pedro Nunes, avô de Pedro Nunes Tinoco, em 23 de Junho de 1570 Domingos Fernandes avaliava e media, juntamente com Francisco Esteves juízes do ofício de pedraria e alvenaria da cidade de Lisboa, e pedreiros da casa de Jerónimo Ruão, com Dinis Carvalho medidor, as obras do tanque do claustro do Mosteiro de Santa Maria de Belém que este architecto traçara. ANTT, *Santa Maria de Belém*, maço 2, doc. 59, nº 10. Transcrito em *Jerónimos 4 séculos de Pintura*, 2 vol. Ed do IPPAR e do Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa, 1992, vol. II, p. 413, citado por Vítor Serrão em “O Retábulo-mor do Mosteiro dos Jerónimos (1570-1572) pelo pintor Lourenço de Salzedo” in *Cadernos*, 2ª Série, nº2, Carmen Olazabal de ALMADA/ Luís Tovar FIGUEIRA e Vítor SERRÃO, *História e Restauo da Pintura do Retábulo –Mor do Mosteiro dos Jerónimos*, ed. Do IPPAR, Lisboa: Julho de 2000, p. 22. *Apud* António Vazão TRINDADE, *A Arquitectura Maneirista....*, ob. cit., , Vol. II, pp. 2 e 3 (Doc.2).

⁵⁴⁰ Vítor SERRÃO, *O architecto maneirista....*, ob. cit., pp. 169.

⁵⁴¹ Luís Gonzaga PEREIRA, *Monumentos sacros de Lisboa em 1833*, A. Vieira da Silva (pref.). Lisboa : Of. Gráf. da Biblioteca Nacional, 1927., pp. 285 a 287.

objectos deste ramo; o templo quando dos túmulos da capela-mor do Salvador se acabasse seria das Igrejas de Lisboa de ordem secundaria (...)”.

Importante é o testemunho da *História dos Mosteiros* sobre a capela-mor, que nos diz que as religiosas “... a edificaram de novo com muy boa obra, e assim a deram a Francisco Barreto de Lima, vedor que foy da casa d’El Rey Dom Phelippe o I de Portugal, e a Dona Izabel de Lima sua mulher, pera seo jazigo, que he muito nobre, lavrado com boa obra de diversos marmores, mettida no lado da capella da parte do Evangelho, com que veyo a ficar a capella mor muyto melhorada do que era...”⁵⁴². Da primitiva igreja, cujo corpo ficaria totalmente destruído com o sismo de 1755, ficaram apenas a volumetria inicial da nave e alguns trabalhos de cantaria, sendo hoje visíveis o arco e pilastras que a separam da nave (Fig. 43). Pedro Nunes Tinoco deverá ter-se limitado ao desenho dos túmulos, dos quais restam hoje apenas os arcossólios em que se inseriam, que analisaremos quando tratarmos da tumulária executada por este arquitecto.

A documentação revelou, também, na sequência da reconstrução empreendida pela comunidade italiana em finais do século XVI, a participação de Pedro Nunes Tinoco a dar a traça, em 1630, para o lageado da **Igreja do Loreto** em Lisboa, de acordo com o contrato celebrado entre a Irmandade e os mestres pedreiros Antão Fernandes e Leonardo Jorge⁵⁴³, segundo o qual eram obrigados a fazer o desenho

⁵⁴² *História dos Mosteiros...*, ob. cit., Vol. I p. 299.

⁵⁴³ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* n° 11 (actual 3), L° 185, fls 30v a 31v, ref. por Vítor SERRÃO. “Protocolos...”, ob. cit., p. 39, publicado por Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA, Vol. III, pp. 192 a 194.

“...estão contratados para o effeito de de elles ditos mestres averem de lagear o chao da dita igreja de nossa s.^{ta} do loreto conforme a traça q lhes foi mostrada assinada pelo architecto pero nunez tinoco q elles mestres disserão tere visto e e a te em seu poder, sobre a qual obra tem fito o contrato seguinte q quere q se cumpra e tenha effeito cõ as clauzullas condicois e obrigacois ao diate decllaradas, ittem q elles ditos mestres se obrigão e defeito obrigarão a fazer a dita obra e lageam.¹⁰ do chão da dita jgreia conformr a dita traça, e serão as ditas lageas de pedra lios de tircache branca evermelha assentadas sobre paredes q fiquem bem firmes e fixas, e cada cova tera tres pedras brancas de quatro palmos de comprido e tres de largo cada pedra e serão lavradas de duas escodas galgadas pelas juntas pera entrare nas sanefas de pedra vermelha, na juntura, e as paredes sobre q as ditas lageas se asentarem serão de pedra e cal m.¹⁰ fixas como dito he, e as pedras e faxas vermelhas serão burnidas em modo q a dita obra fique mui perfeita no q tudo elles mestres e cada hu delles seguirão a orde e modelo e traça e a mais ordem q lhez o dito architecto p° nuez tinoco der e as pedras vermelhas serão burnidas como dito he as faxas ou sanefas da dita pedra vermelha terão de largura palmo e mejo e fara de ranhura tres dedos

referente à marcação das campas em lioz branco e vermelho, de acordo com a traça que para isso dera o architecto. Destruído pelo grande incêndio de 29 de Março de 1657, ”... o pavim.¹⁰ q. era repartido não ficou izento de tanta violencia ficando feito em pedaços inuteis...”⁵⁴⁴, seria o seu filho João Nunes Tinoco quem iria colaborar, na nova campanha de obras então iniciada, no retábulo da nova capela-mor.

A Pedro Nunes Tinoco se deve também a reconstrução das **Igreja da Madalena** em 1635, e de **S. João da Praça** em 1637, de acordo com a documentação publicada por Sousa Viterbo. Praticamente desconhecidas as características das suas intervenções, só pelas descrições da época poderemos ter uma ideia de como seriam, uma vez que estas igrejas foram totalmente destruídas pelo sismo de 1755.

Através de um alvará enviado, em 19 de Setembro de 1635, pelo Rei ao Dr. Sebastião de Carvalho do seu Conselho⁵⁴⁵, ficamos a saber que estavam em curso obras de renovação da Igreja da Madalena “...para ella ficar com a perfeição que convem...” das quais faltava ainda fazer a cimalha, porta principal e travessa, cadeiras e grades do coro, que “...conforme aos apontamentos do dito arquiteto são as obras que de presente são necessarias na dita igreja na forma da trassa que dellas esta feita... “. No documento refere-se o architecto *Pero Dias Tinoquo* e não *Pero Nunes Tinoco*, o que só pode dever-se a um erro do escrivão. O Padre Carvalho da Costa descreve-a como sendo “...de tres naves, em fórma quadrada, com tres portas em igual distancia, todas para o

em roda de toda a pedra pellas partes onde for necess.rº, pera emcaixam.¹⁰ das pedras brancas, e os abruses das paredes sobre q se há de asentar este lageam.¹⁰ há de ser de seis palmos de altura, e hu palmo he meio de largo, de pedra e cal como dito he em bocados em preto e a terra q se tirar do chão da dita igrª assi dos alicesses como da mais obra desta mandarão elles mestres levar ao mar e se deitara em baixa mar onde a mare emchendo a possa cubrir e levar, e quanto as campas de pedra q oie estão na dita igreja servi/rão pª a dita obra conforme a dita traça e o feitio e conserto das pedras das campas se lhe pagara elles mestres como for justo e como o declarar o dito architecto. E todo otrabalho q tiverem em dare lugar e mudare os corpos dos defuntos q se achare no chão da dita igreja lhe darão dous mil rs “.

⁵⁴⁴ BA, 51-VI-14, fls. 164 e 164v.

⁵⁴⁵ ANTT, *Chancelaria de Filipe III, Doações*, Lº. 29, fl. 318v. Publicado por Sousa VITERBO, in *Dicionário Histórico...*, ob. cit., Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Volume III, p. 123.

*Occidente, & bom frontispicio: tem a Capella mòr húa magestosa tribuna, toda dourada (& foy das primeyras, que se fizeraõ nesta cidade) “*⁵⁴⁶.

É também através de um outro alvará, datado de 5 de Setembro de 1637⁵⁴⁷, enviado pelo monarca ao licenciado Afonso Mendes de Vasconcelos, Provedor dos Resíduos da Cidade de Lisboa, que conhecemos a intervenção de Pedro Nunes Tinoco na **Igreja de S. João da Praça** que, de acordo com o respectivo conteúdo, parece ter resultado do facto da igreja ser já muito pequena para acomodar os fiéis. O Rei terá então autorizado que se lançasse a finta sobre as propriedades da freguesia, de modo a custear as obras necessárias. Tudo indicia ter sido esta reformulação muito mais profunda do que a que teve lugar na Igreja da Madalena, uma vez que terá implicado a transformação de igreja de três naves, em igreja de nave única.

O documento não diz, explicitamente, que a traça da nova igreja era de Pedro Nunes Tinoco, mas só faz sentido que assim seja, dado o estatuto do arquitecto, que não se limitaria apenas a fazer o respectivo orçamento. Ele mostra ainda que essa transformação em igreja de nave única resultou, não tanto de uma decisão unilateral do arquitecto, mas que foi precedida e decidida na vistoria feita pelo próprio Pedro Nunes Tinoco e pelos responsáveis pela Igreja. Ao motivo alegado para a mesma (exígua dimensão do templo, maior conforto para os fiéis) juntou-se, certamente, o desejo de adopção de um modelo inspirado no modelo jesuítico de nave única, que se

⁵⁴⁶ *Corografia Portuguesa*, ob. cit., Tomo III, p. 452.

⁵⁴⁷ ANTT, *Chancelaria de Filipe III, Doações*, liv. 32, fl. 37v. Publicado por Sousa VITERBO, in *Dicionário Histórico...*, ob. cit., Vol. III, pp. 123 e 124. “*Eu ElRei faço saber a vos lecmceado Afomço Mendez de Vascõssellos provedor dos rezidos nesta cidade de Lisboa que o prior e binificiados da igreja de São João da Praça me emviarão a dizer por sua petição que eu lhes tinha concedido provizão para se fintarem pellas propriedades da dita freguezia quinhentos e outemta mil rs para a reedificação da ditta igreja conforme a traça e apomtamentos que disso se fizerão e porque ora se tenha alcançado que com o mesmo dinheiro ou pouco mais se podia fazer a dita igreja de hũa soo nave com tudo o mais que avia mister, ficando com isto mais ornada e capaz de recolher mais gemte por o sitio ser pequeno e muito limitado (...), por que constou que fazemdoce a ditta igreja de hua so nave ficaria mais segura e clara e com mais comodidade dos dittos freguezes e assim se assemtou pellos eleitos e architeto que assistirão comnosquo a vistoria que se fez sobre este particular e pomdoce por meu mamdado em preguão as obras dos acrescemtamentos da ditta igreja que mais erão necessarios para ficar de hũa nave, forão todos orçados em duzentos e sincoenta e quatro mil e quinhentos rs conforme a conta feita pelo architecto Pero Nunez Tinoco no papel atraz escrito, ei por bem e me apraz que se arematem as dittas obras aos mestres Diogo Botelho e Asenço Ruiz nos lanços que se fizerão, não havendo outros mais baixos somentos na forma dos apomtamentos do dito architecto...”*

tornara já comum, mais adequado ao ritual litúrgico, de acordo com os preceitos tridentinos, modelo esse que seria adoptado em quase todas as igrejas paroquiais.

Em 1638, na *Igreja Matriz de Colares*, Pedro Nunes Tinoco repetiria algumas das características encontradas em Santa Marta, sobretudo no que diz respeito à volumetria e ao tratamento dos panos das fachadas laterais. Reconstruída por iniciativa de D. Dinis de Melo e Castro, sucessivamente bispo de Leiria (1627), de Viseu (1637) e da Guarda (1638), a obra terá sido realizada pelo pedreiro André Duarte⁵⁴⁸ - é possível que Pedro Nunes Tinoco tenha dado a traça para outras obras suas, nomeadamente para a remodelação do Convento de Sant'Ana de Colares.

Tal como acontece na igreja de Santa Marta (Fig. 44), em Colares a fachada lateral é constituída por cinco panos de alvenaria separados por pilastras de cantaria, a que se acrescentou mais um pano correspondente à profundidade do coro. As pilastras são em tudo semelhantes às que podemos encontrar, à maneira de contrafortes, no exterior da cobertura de Santa Marta de Lisboa. Tal como na fachada lateral desta igreja, em Colares o portal ocupa, em largura, todo o pano da fachada em que se insere, embora nesta igreja seja de expressão muito mais simples do que no convento de Lisboa. A fachada principal é composta por um portal de verga direita, sem ornamentação, encimado por janela e óculo de moldura lisa que ilumina o coro alto (Fig. 45). As capelas laterais abrem-se para a nave central em arcos de volta perfeita de pedra lioz, assentes em pilastras dóricas de capitel saliente (Fig. 46). O interior é revestido a azulejo de meados do século XVII, que não cobrindo a totalidade da altura das paredes, seria colocado até à cornija de cantaria que contorna toda a igreja, terminando nos capitéis das pilastras em que assenta o arco da capela-mor. Este, de elevada dimensão como a própria capela-mor (Fig. 47), é rematado por uma composição em cantaria com frontão contracurvado e aletas, sendo interrompido para integrar uma pequena composição retabular em nicho com a imagem. Pelas suas características, esta composição deverá datar já de uma campanha de obras posterior. Sabemos que na

⁵⁴⁸ *Cartório Notarial de Sintra*, Maço 1, Lº5, fls. 21 a 24, Vítor SERRÃO “Documentos dos protocolos...”, ob cit., p.45. e “António Pereira Ravasco, ou a influência francesa na arte do tempo de D. Pedro II”, in *A Cripto-História de Arte*, Lisboa: Livros Horizonte, 2001, pp. 125-148.

segunda metade do século XVII, João Antunes reformularia a capela-mor, dando em 1701 o risco para o seu retábulo ⁵⁴⁹.

Em 3 de Agosto de 1640, dois meses precisos antes da morte de Pedro Nunes Tinoco, celebraria a Irmandade do Santíssimo Sacramento da ***Igreja de S. Nicolau*** um contrato para a obra da capela-mor com Diogo Vaz (que já encontrámos a trabalhar, em 1613, no primeiro projecto que se conhece deste arquitecto, na Igreja do Convento de Santa Clara) e Leonardo Jorge (que em 1630 trabalhara também noutra projecto do mesmo arquitecto, na Igreja do Loreto). De acordo com esse mesmo contrato, os mestres pedreiros eram “...*obrigados a fazer a obra segundo o rascunho modello e traça feito pelo architecto pero nunes Tinoco q elles diserão ter visto e entendido a obra q por ele ão de fazer na dita capella, e bem asi farão o cruzeiro com seus covais, e o carn.rº da dita capella moor tudo conforme a dita traca e apontam.*”^{tos} do dito architecto...”, ficando os papéis da traça dada pelo arquitecto em poder do procurador João Pinheiro ⁵⁵⁰.

Igreja de padroado real desde longa data, a reformulação iniciara-se umas décadas antes, tendo as obras sido concluídas em 1650, momento que ficou assinalado em lápide.

Diz-nos a *Corografia* que a igreja era das mais opulentas da cidade: “*He esta Igreja toda apaynelada, & dourada com todo o primor da arte; sobre o arco da Capella mòr (que he dos Irmaõs do Senhor por doação, que lhe fizeraõ o Prior, & Beneficiados com certas condiçoens) està em seu nicho N. Senhor resuscitado, & por bayxo da cimalha da banda da Epistola estaõ os quatro Doutores da Igreja, & da banda do Evangelho os quatro Euangelistas. Tem duas Sacristias, hũa dos Padres, & outra dos Irmaõs do Senhor, com seu Altar, aonde està huma imagem de nosso Senhor*

⁵⁴⁹ Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA, *A Talha Barroca de Lisboa (1670-1720). Os Artistas e as Obras*, Lisboa: Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 2009, p. 155.

⁵⁵⁰ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº 3 (antigo 11), Lº 219, fls 85 a 87v. ref. por Vítor SERRÃO, “Contratos...”, ob. cit, p. 46. Transcrito por Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA, *Eupalinos...*, ob. cit., Vol. III, p.192.

crucificado, em que se diz Missa; he toda dourada, & ricamente ornada com seus cayxoens de pao de angelim”⁵⁵¹.

Muito destruída pelo terramoto de 1755, um novo templo começaria a ser construído de raiz em 1780. Da primitiva igreja ficou-nos apenas o registo feito por Le Bas em 1757 não sendo possível, no entanto, avaliar a verdadeira dimensão do trabalho resultante da traça de Pedro Nunes Tinoco.

Terminaremos referindo ainda a participação de Pedro Nunes Tinoco em obras do Convento do Carmo de Évora, no corpo abobadado da escadaria entre dormitório e sacristia⁵⁵².

2. Dando a traça para as residências senhoriais

Em 13 de Abril de 1616, *Francisco do Carvalho* Contador dos Contos do Reino, morador na Rua Direita de Santa Catarina, celebrava um contrato⁵⁵³ com Inácio Luís, mestre pedreiro, para que este lhe fizesse a obra das casa em que então vivia, “... *a saber a frontaria dellas e tudo o mais que for necessario pera ficarem assêtes fica dito sobre o que estão contratados na forma seguinte ittem que elle dito mestre será obrigado a fazer a frontaria das ditas cazas conforme ao modello que tem feito por*

⁵⁵¹ *Corografia Portuguesa*, ob. cit., Tomo III, Lisboa, Officina Real Deslandesiana, 1712, p. 438.

⁵⁵² Vítor SERRÃO, *apud* Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA, *Eupalinos...*, ob. cit., Vol. II, p.324.

⁵⁵³ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº7 (antigo 9 A), Maço 14, Lº 66 fls. 63-65. Referido por Vítor SERRÃO in “Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650)”, Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III Série, nº 90, Lisboa : 1989, p.22.

pero Nunnez tinoco architecto de Sua Mg.^{de} o qual esta asinado pello dito architecto e por elle fr.^{co} do carvalho & inacio luis no que tudo elle mestre seguira a trassa que pello dito modello lhe foi dada sem discrepar^{em} couza alguma, e sendo cazo q ue resolve aver de fazer alguma obra fora da trassa sera obrigado elle mestre ao fazer a saber a elle fr.^{co} do carvalho prim.^{te} que a faça, pera o comunicar ao dito architecto ou cõ quẽ lhe parecer...”⁵⁵⁴. O arquitecto, Pedro Nunes Tinoco estava presente na celebração deste contrato, como se deduz da inclusão do seu nome entre os que o assinaram, no mesmo ano em que, como já vimos, trabalhava na reconstrução dos mosteiros de Santa Marta e do Salvador.

O contrato fornece poucas ou nenhuma informações sobre o projecto propriamente dito, apenas uma referência ao preço de cada braça de *dórico guarnecido*⁵⁵⁵. Para além dos habituais dados sobre os materiais, técnicas e respectivos preços, mais interessantes parecem ser as informações que nos dá sobre as condições de adjudicação da obra: *“Ittem os desmanchos que são dalvenaria serão todos por comta delle mestre, obrigação que elle mestre sera obrigado a mandar abrir alicersses levar a calissa mandar trazer agoa pera toda a obra fazer amdaimes e o mais que necess.^{ro} for // Ittem que a pedraria que sair dos cunhais se hade contar e arrumar totalmmente pera elle fr.^{co} de carvalho saber as pedras que tem e as que lhe aõde servir na emxelharia, a qual parede das ditas cazas sera toda mui perfeitas de bons materiais em pedra mais alva de picaõ mui meudo cõ as arestas bem feitas tudo assentado em seu lugar e as pedras das genellas e portas de trigache e o cunhal de cantaria e sendo cazo que o lavrar da pa/rede e da pedraria que nella se puzer não serão m.^{to} a contemto do dito fr.^{co} de carvalho em tal cazo podera avizar ao dito a refazer ou a quem lhe parecer veja a dita parede e a pedraria e achando-lhe que tem faltas ou imperfeisoins sera obrigado elle mestre a lhe fazer e perfeisoar toda a obra tais defeitos; e o mesmo sera em todas as mais obras que fizer...”⁵⁵⁶. Vemos assim que o empreiteiro, para além de ter de assegurar todos os materiais e dinâmica necessários à execução da obra, era*

⁵⁵⁴ Idem, *Ibidem*, fls. 63 e 63v.

⁵⁵⁵ Idem, *Ibidem*, fl. 63v.

⁵⁵⁶ Idem, *Ibidem*, fl. 64.

também responsável pelo aproveitamento dos materiais que revertiam para o proprietário da mesma, Francisco do Carvalho.

A 29 de Outubro de 1630 (ano em que Pedro Nunes Tinoco nos aparece a colaborar na reconstrução da Igreja do Loreto) celebrava a **Condessa de Linhares**, D. Inácia Maria de Meneses, em seu nome, e como procuradora do Conde seu marido, D. Miguel de Noronha (1585-1647), Vice-rei da Índia ⁵⁵⁷, um contrato de obras com os mestres pedreiros Manuel Quaresma, medidor das obras da cidade, morador na Rua da Rosa do Carvalho, Manuel Correia, carpinteiro morador na Calçada do Congro por cima da Ermida da Ascensão, e Domingos Dias, morador na freguesia de S. Miguel, estando presente Pedro Nunes Tinoco, *arquitecto de Sua Magestade*, “...*pra fazerẽ elles ditos mestres concertos e repairos q forẽ necessarios nestas cazas delles ditos conde e condessa de linhares conforme a traca q pera isso tem ordenada e dada ele dito architecto...*” ⁵⁵⁸. O contrato previa ainda que os materiais que se retirassem ficassem em poder da Condessa. Como dele se deduz, tratava-se de um trabalho de reparação e alteração proposta pelo arquitecto em casas já construídas e, como já revelámos, a ele se refere Manuel Quaresma, irmão de Pedro Nunes Tinoco, no seu testamento datado de 27 de Dezembro de 1632 “...*declaro que das contas q tenho com a snóra comdessa de linhares aserca das obras que eu lhe fis se fes medissam liqueda e contas como costa da ditta midisam e lembranssas q tem meu irmão pero nunes tinoco lamçado no livro das obras da ditta snora o que tudo por elle costar se pasava na verdade e por remate das*

⁵⁵⁷ D. Miguel de Noronha foi, na realidade um dos *grandes do Reino*. 4º Conde de Linhares, era filho de Afonso de Noronha Vice-Rei da Índia, e de D. Arcângela Maria de Portugal. Sucedeu a seu primo em segundo grau, D. Fernando de Noronha, Vedor da Fazenda de Filipe I e de Filipe II que, tendo acompanhado D. Sebastião a Alcácer Quibir, ficou cativo dos mouros, vindo a falecer em 1608, sem descendência. D. Miguel casaria D. Inácia de Meneses e Vasconcellos, sobrinha do 3º conde. Governador de Tânger, entre 1624 e 1628, seria Vice-rei da Índia entre 1629 e 1635, que governou com grande austeridade e zelo público. A ele se devem o Hospital da Piedade e a ponte entre Pangim e Ribandar, sucedendo-lhe Pedro da Silva, em 8 de Dezembro de 1635. Apesar de ter considerado que os Áustrias eram legítimos sucessores da Coroa portuguesa, não deixou defender os interesses de Portugal, opondo-se a Olivares e a Diogo Soares, que o apontou como um dos responsáveis pela alterações de Évora em 1637. Obrigado a recolher-se em Tordesilhas, ficaria em Espanha após a independência.

⁵⁵⁸ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº 3 (antigo 11), Lº 187, fls. 100 a 102v. Ref. por Vítor SERRÃO, “Documentos dos protocolos notariais...”, ob. cit., p. 40, publicado por Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA, *Eupalino...*, ob. cit., Vol. III, p. 175.

*contas me estam a dever o que se monta no escrito que pasou a ditto snóra pera joão de paiva seu criado duzentos e setemta e tantos mil rs o que costar na verdade pelo ditto escrito q tenho em meu poder de q não tenho resebido nada a conta delle # e assim declaro q em meu poder tenho hú escrito de meu irmão pero nunes tinoco de simcoenta e quatro mil e tantos rs q na verdade por o qual me tem dado a conta delle muito dinheiro que costara por meus escritos e suas lembransas que tem asentado em seu livro de q lhe fara...”*⁵⁵⁹.

Muito alteradas por construções posteriores, quase destruídas pelo terramoto de 1755, o que resta destas mesmas casas, situadas sobre a muralha de Lisboa (Fig. 48) junto ao Arco de Jesus (conhecidas hoje como *Casas do Conde de Coculim*, para quem passariam na segunda metade do século XVII⁵⁶⁰), podemos ver que a um corpo desenvolvido em comprido, se juntava como remate, uma torre paralelipipédica com cunhal liso em cantaria. Ao nível do piso nobre, vãos de sacada assentam sobre uma cornija que contornava esta mesma torre. A expressão dos vãos com moldura lisa de cantaria, bem como o seu ritmo e proporções, denotam semelhanças com os vestígios de outras obras que hoje estão atribuídas a Pedro Nunes Tinoco, como o que resta dos Paços Arcebispaes.

Em 1635, **Fernão de Sousa** (1563-1635), do Conselho de Sua Magestade, 6º Senhor de Gouveia, Governador e Capitão do Reino de Angola⁵⁶¹, pensou em reconstruir a casa da sua família em Amarante, a qual pertencera aos seus pais e avós.

⁵⁵⁹ Cf. I Parte, Cap. 2, **Doc.31**, fl. 31v.

⁵⁶⁰ Pertenceram ao 1º Conde de Coculim, D. Francisco de Mascarenhas (1662-1685), filho segundo dos Marquês de Fronteira, passando por sua morte para seu filho D. Filipe de Mascarenhas (1680-1735).

⁵⁶¹ A biografia de Fernão de Sousa está publicada por Beatrix HEINTZE em *Fontes para a história de Angola do século XVII*, transcrição dos documentos em colab. com Maria Adélia de Carvalho MENDES, Stuttgart : Franz Steiner Verlag Wiesbaden, 1985, pp. 11 a 46, na qual se cita numerosa documentação da Biblioteca Nacional da Ajuda e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e a partir da qual se pode estabelecer a relação com Pedro Nunes Tinoco. Filho de Filho de Matim Afonso de Sousa (1530-1602), 5º Senhor de Gouveia, vedor da Casa dos Duques de Bragança, D. João II e D. Teodósio, e de Joana de Tovar, filha do camareiro-mor do Duque de Bragança D. Teodósio I, Vasco Fernandes Caminha, D. Fernão de Sousa herdaria os bens e cargos do pai (nomeadamente como vedor e mordomo-mor da Casa dos Duques de Bragança, primeiro da viúva de D. João II, e depois de D. Teodósio II, bem como a confirmação da terra de Gouveia em 4/2/1626), a que juntaria outros cargos e honrarias. Destes, salientamos: *Moço Fidalgo* do Cardeal D. Henrique (25/4/1572), Hábito da Ordem de Cristo (2/1/1584),

Em Amarante, D. Fernão de Sousa e o irmão, Martim Afonso de Sousa, tinham já mandado reconstruir a capela-mor da igreja do mosteiro franciscano de Santa Clara, como jazigo para si e para a sua família, na qual ficaram depositados os restos mortais dos pais, avós, irmão e outros familiares tendo, em 1634, D. Fernão mandado aí sepultar também, o seu filho mais velho, Gonçalo de Sousa ⁵⁶².

Para a reconstrução dos Paços incumbia o cunhado, D. João de Castro (Senhor de Resende), de estabelecer como seu procurador um contrato de obra com o mestre pedreiro João Lopes, morador em Guimarães (à data a morar em Gouveia), para que reedificasse as referidas casas de acordo com “... o modelo e traça que para isso deu p^o nunez tinoco Architecto de Sua M.^{de} (...)”, contrato esse datado de 2 de Junho de 1635 ⁵⁶³.

Embora não tenhamos conhecimento da existência de qualquer prova documental que o confirme, não seria improvável que Pedro Nunes Tinoco tivesse trabalhado também na obra da capela-mor do citado Convento de Santa Clara, o que não passa, no entanto, de uma mera hipótese por nós levantada.

Desconhecemos como terá sido encomendado o projecto, mas tudo indica que tenha sido na sequência do contacto que este arquitecto e D. Fernão de Sousa tiveram durante vários anos na Junta de Fortificação do Reino, como o prova a documentação escrita pelo próprio D. Fernão de Sousa ⁵⁶⁴, ou recue mesmo à época em que Pedro Nunes Tinoco trabalhava em Santa Marta (a intervenção de Pedro Nunes Tinoco neste

Fidalgo Cavaleiro da Casa do Duque de Bragança, D. Teodósio II (20/1/1587), Fidalgo e Escudeiro do Rei (18/2/1589), Fidalgo (30/10/1602), Governador de Angola (5/10/1623), Conselheiro do Rei (22/2/1624). Partindo para Angola em 20 de Março de 1624, aportaria primeiro em Benguela e só depois em Luanda. Em 1631 regressaria a Lisboa onde deverá ter habitado até à data sua morte em 3 de Outubro de 1635.

⁵⁶² Beatrix HEINTZE, ob. cit., pp. 29 a 34. O mosteiro fora já reconstruído por iniciativa de seu pai, no final do século XVI. Quanto a Fernão de Sousa, Beatrix Heintze refere que, de acordo com uma descrição do século XVIII, não encontrou nenhuma indicação que o mesmo tenha aí sido sepultado com a sua esposa, como desejava, A capela seria demolida na segunda metade do século XX, para alargamento da rua.

⁵⁶³ BA, 51-IX-20, fls. 495 a 502v. Nele se transcreve a minuta do contrato, (como se refere no fl. 501v), que tudo indica, estava ainda por celebrar, pois é impreciso quanto à data, figurando apenas o ano, e faltando preencher muitos elementos. In Beatrix HEINTZE, ob. cit., p. 28. (Doc. 78)

⁵⁶⁴ Beatrix HEINTZE, ob. cit., pp. 171.

mosteiro está documentada, como vimos, desde 1616, e prolongava-se ainda na década de trinta). Tendo habitado em Vila Viçosa e em Évora, D. Fernão de Sousa viera para Lisboa, antes de ser nomeado capitão-mor do governo e conquista do Reino de Angola, em 21 de Outubro de 1623. Em Lisboa continuaria a morar após o seu regresso de África, até à data da sua morte em 3 de Outubro de 1635, em aposentos extra-muros junto a este mosteiro, os quais têm sido identificados com as casas onde, na segunda metade do século XVII, viria a ser construído o Palácio dos Condes de Redondo (o neto, D. Fernão de Sousa de Castelo Branco Coutinho e Meneses, seria o 10º Conde do mesmo título)⁵⁶⁵. D. Fernão de Sousa habitava já as casas vizinhas a Santa Marta, vindo a família a estabelecer ligações com o Mosteiro na segunda metade do século XVII, como se prova pelo facto deste seu neto ter sido sepultado na igreja, junto da Capela de Nossa Senhora da Natividade (de acordo com o desejo que deixara expresso em testamento, datado de 2 de Março de 1693), bem como o facto de duas das suas irmãs terem entrado para Santa Marta como freiras⁵⁶⁶.

Desconhecemos, também, se a reconstrução do Paço de Amarante (que integrava uma das muitas propriedades do Morgado de Gouveia), terá sido de facto iniciada, pois o seu proprietário morreria pouco depois, em 3 de Outubro de 1635⁵⁶⁷. Sabemos que ficaria conhecido também como a *Paços dos Condes de Redondo*, tal como aconteceria com as casas que tinham em Lisboa.

Em Amarante, o Paço situava-se à saída da ponte⁵⁶⁸, no lado oposto ao Mosteiro de S. Gonçalo, situação estratégica que permitia que a família controlasse uma das principais ligações de Amarante com outras localidades, através do pagamento de

⁵⁶⁵ Beatrix HEINTZE, ob. cit., pp. 23 a 26. Indo habitar as suas casas extramuros, junto ao Mosteiro de Santa Marta de Lisboa, D. Fernão de Sousa seria avô do 10º Conde de Redondo, D. Fernão de Sousa Castelo Branco Coutinho. Estas casas deverão ter continuado sempre na família, nelas se reedificando, na segunda metade do século XVII o seu Palácio, que ficaria conhecido como Palácio dos Condes de Redondo.

⁵⁶⁶ ANTT, *Registo Geral de Testamentos*, Lº 115, nº 24, fls. 54v. In Beatrix HEINTZE, ob. cit., pp. 27 e 28.

⁵⁶⁷ Coincidência curiosa, D. Fernão de Sousa faleceu no mesmo dia (3 de Outubro) em que Pedro Nunes Tinoco viria a falecer cinco anos depois.

⁵⁶⁸ Em 10 de Fevereiro de 1763 desmoronou-se a ponte devido a uma cheia do Rio Tâmega, tendo sido iniciada a sua reconstrução em 1782, com projecto de Carlos Amarante.

portagens, no balcão ou torre fronteira à mesma (uma ordem de 1782 determinaria a sua demolição, o que deixaria a população bastante satisfeita).

Sofrendo sucessivas remodelações, a *Casa da Calçada* (nome pelo qual é hoje conhecido o que dele resta) seria adquirida pela família Pereira Lago e totalmente reconstruída no século XIX. Mais recentemente, em 2001, a sua adaptação a hotel, torna ainda mais difícil perceber se existem vestígios daquilo que poderá ter sido o projecto de Pedro Nunes Tinoco, caso se tenha verificado, efectivamente, a sua concretização. Podemos apenas deduzir que o portal, muralha que a circunda, bem como o corpo composto por quatro pisos com três vãos de volta inteira cada, na prumada do porta que se abre nessa mesma muralha, voltada para o rio, devem pertencer ainda à primitiva construção, dada a expressão diferente do seu desenho e materiais (os cunhais parecem ser do mesmo aparelho que a muralha). (Figs. 49 e 50)

Como vimos no capítulo anterior, em 11 de Julho de 1636, o 2º *Conde de Santa Cruz* D. Martinho de Mascarenhas (1570-?), do Conselho de Sua Magestade, assinava em nome de sua filha D. Maria de Ataíde, um contrato ⁵⁶⁹ com Pêro Domingues, mestre pedreiro, e Simão Francisco, mestre carpinteiro, ambos moradores na Travessa do Cura aos Anjos, para fazerem as obras das suas casas sitas na entrada da rua que vai do Rocio para Santo Antão “...conforme a traça que lhes foi mostrada **de pº nunez tinoco architecto de sua mg^{de}** (...)os quais atras elles ditos mestres se obrigaó e de feito obrigaraó a fazer cada hú no q toca o seu officio pellos ditos preços atras declarados **na conformidade da traça do dito architecto q tem visto, e esta assinada por elles Condes e pello e pello dito architecto e por elles ditos mestres...**” ⁵⁷⁰. Pedro Nunes Tinoco apareceria como uma das testemunhas do contrato (tal como acontecera no contrato de Francisco do Carvalho), de acordo com o conteúdo do mesmo: “...**prez^{tes} o**

⁵⁶⁹ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº3 (antigo 11) Livro 209 f.26v-27v, Vítor SERRÃO, “Documentos dos protocolos notariais...”, ob. cit., p. 45, publicado por Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA, *Eupalino...*, ob. cit., Vol. III, p. 185.

⁵⁷⁰ Idem, *Ibidem*, fls. 26v e 27.

dito Architecto p^o nunes tinoco e Ant^o mouro escrivaó do juizo do sivel desta C^{de}, e r^{do} sebastiaó da fONSECA capellaó delles Condes... “⁵⁷¹. No contrato figuram as habituais disposições sobre preços dos materiais, prazos de entrega, obrigatoriedade de cumprir as instruções do arquitecto sendo omissos, no entanto, no que diz respeito às características do próprio projecto.

No livro *As obras de Santa Engrácia e os seus artistas* Ayres de Carvalho publica uma série de plantas que atribui a João Nunes Tinoco. Entre elas, a das casas de **D. António de Ataíde** (1567-1647), que data de 1647⁵⁷². No entanto, uma análise atenta da assinatura permite-nos verificar que se trata na realidade, de Pedro Nunes Tinoco, e não de João Nunes Tinoco, facto que foi já salientado por alguns historiadores⁵⁷³, com o nome próprio assinado abreviadamente como Pedro fazia (P.^o), segundo a forma *P.^oNunes Tinoco*. Outros elementos reforçam também a afirmação de que se trata efectivamente de uma obra da autoria de Pedro Nunes Tinoco, tais como uma forte semelhança entre determinados pormenores (desenho da rosa dos ventos e das árvores), com os mesmos elementos constantes do *Livro do Priorado do Crato*.

Esta planta levanta ainda uma outra questão que se prende com a sua datação. Ayres de Carvalho data esta planta de 1647, o que não pode ser aceite, uma vez que Pedro Nunes Tinoco falecera em Outubro de 1640, datação essa que, segundo nós, poderá recuar até cerca de vinte anos com base na análise da própria legenda da figura “*Planta Das cazas do s.^{or}Cõde D Antonio/de Ataide que tẽ na Calçada de N^a S.^{ra}/da gloria junto aos padres da compa/nhia. P.^o Nunes Tinoco*”. Com o nome de António temos o 1.^o Conde da Castanheira (1500 ou 1502-1563), o 2.^o (1530-1603), bem como o 5.^o Conde (1567-1647). Trata-se, sem dúvida, deste último. D. António de Ataíde, que seria feito 5.^o Conde da Castanheira em 1637, data da morte de seu sobrinho D. João de Ataíde, que não deixou descendência. D. António era já Conde de Castro Daire, título que lhe tinha sido dado por Filipe III em 30 de Abril de 1625. Como a planta não

⁵⁷¹ Idem, *Ibidem*, fls. 27v.

⁵⁷² *As Obras de Santa Engrácia e os seus Artistas*, Lisboa: 1971, Fig. 21.

⁵⁷³ Vítor Serrão corrigiu já este facto, o que seria mais tarde referido também por Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA que atribui já a Pedro Nunes Tinoco a realização deste projecto, embora não a fundamente. In *Eupalinos...*, ob. cit., Vol. II, p. 19.

especifica de que título se trata (Castro Daire ou Castanheira), podemos assumir que se refira a qualquer um deles, pelo que as datas limite para a sua realização se situam entre 1625 (data da primeira nomeação como Conde) e 1640 (data da morte de Pedro Nunes Tinoco), recuando assim a data inicialmente avançada por Ayres de Carvalho.

Outras anotações são também dignas de atenção. Na legenda refere-se que se trata de casas que o conde “tem” na Calçada da Glória, pelo que se trata de um desenho de levantamento do existente (com possíveis alterações a realizar) e não de um projecto a executar de raiz.

Voltamos atrás no tempo, a 1626, ano em que Pedro Nunes Tinoco realizava aquele que, até ao momento, nos parece ter sido o seu trabalho de arquitectura civil mais importante, as obras dos ***Paços e Quintas do Arcebispado de Lisboa***, de acordo com o contrato ⁵⁷⁴ celebrado entre Dom Afonso de Furtado e Mendonça (1561-1630), Arcebispo eleito, com os mestres pedreiro Manuel Quaresma e o carpinteiro Estácio Correia, que se obrigavam a “...fazerem todas as ditas obras assi nos ditos pacos arcebispais, como nas quintas q estão a saber hua em santo ant.º do tojal, e a outra junto a são bento de emxobregas q pertencem ao ill^{mo} s.^{or} ...” mestres que, como vimos já, trabalhariam nas mais importantes obras da época, nomeadamente para outro importante arquitecto, Baltazar Álvares.

Afonso Furtado de Mendonça foi das figuras mais ilustres do seu tempo, outro *grande do Reino* que recorreria ao experiente Pedro Nunes Tinoco, então já na direcção de S. Vicente de Fora. Nomeado Conselheiro de Estado por Filipe II ⁵⁷⁵, antes

⁵⁷⁴ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº 7 (antigo 9^A), Livro de notas 104, fl., 14v a 17v. Cota publicada por Vítor SERRÃO “Documentos dos protocolos notariais...”, ob cit., p. 35. Publicado por Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA, *O Eupálinos*, ob. cit., Vol. III, pp. 328 a 331.

⁵⁷⁵ Afonso Furtado de Mendonça foi membro do Conselho de Regência do Reino, em conjunto com Diogo de Castro, Conde de Basto, e Diogo da Silva, Conde de Portalegre, cargo que exerceu de 30 de Agosto de 1623 até à data da sua morte em 2 de Julho de 1630. Bispo de Viseu entre 1609 e 1616, desempenharia igual cargo em Coimbra entre 1616 e 1618, cidade em que fora Reitor (neste período deteria ainda o título de Conde de Arganil, título concedido aos bispos conimbricenses por D. Afonso V em 1472), sucedendo a Dom Afonso de Castelo-Branco. Entre 1618 e até 1626, seria nomeado Arcebispo Primaz de Braga, após o que os cargos que veio a desempenhar o fixaram em Lisboa, onde

de assumir o Arcebispado de Lisboa em 1626 (em Dezembro deste ano, pouco tempo depois do contrato aqui celebrado, no qual figura como “... *deaõ deste dito arcebispado em seu proprio nome e do reverendo cabido de santa see c.^{de} como administrador do dito arcebispado see vagante...*”), fora já nomeado Bispo de Coimbra em 1615 (cidade em que foi Reitor da Universidade) e Arcebispo de Braga em 1618.

No contrato, celebrado também com os mestres ladrilhadores Domingos Martins e João do Porto afirma-se que “...*os ditos mestres cada hu no que toca ao seu officio fazerem as obras dos ditos pacos arcebispaes das quintas a ele dito arcebispo tocantes conforme a traca que pera isso fez p^o nunez tinoco architecto de sua mg.^{de} p orde do dito r.^{do} deaõ, a qual traca elles ditos mestyres disseraõ que tem visto e a seguiraõ em tudo, guardando a orde q lhes der o dito architecto, e pera bem dos preços e mais couzas tocantes e pertencentes has ditas obras, foram chamados muitos officiais dos ditos officios q fizerão seus lancos diante do dto r.^{do} deaõ e do dito architecto, e per naõ aver que tomasse as ditas obras em preços mais acomodados, foraõ arematadas a elles ditos mestres, assi por as fazerem em precos mais comodoss como por serem pessoas amis abonadas e de mais confiança pera se lhe entregare semelhantes obras...*”⁵⁷⁶. Apesar da relação familiar entre Pedro Nunes Tinoco e Manuel Quaresma, a adjudicação da obra tinha sido feita por concurso, e de acordo com os preços mais baixos, salientando-se no contrato, que eram as pessoas *mais abonadas e de mais confiança*, repetindo um argumento que encontrámos já quando, em 1572, foi adjudicada a empreitada de Santa Catarina dos Livreiros a Pedro Nunes, avô de Pedro Nunes Tinoco⁵⁷⁷. Lembramos que nesta data, de acordo com atribuição por nós feita⁵⁷⁸ Pedro Nunes Tinoco estaria a fazer também o levantamento de

faleceria. Foi durante o seu governo como Arcebispo que teve lugar o célebre episódio do roubo do Sacrário da Santa Engrácia, na noite de 15 para 16 de Janeiro de 1630.

⁵⁷⁶ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa nº 7* (antigo 9^A), L^o 104, fl., 14v a 17v. Vítor SERRÃO, “Documentos dos protocolos...”, ob. cit., p. 35. Publicado por Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA, Vol. III, pp. 328 a 331.

⁵⁷⁷ Sousa VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental...*, ob. cit., Vol. II, pp. 183 e 184. Cf. II Parte, Cap. 1

⁵⁷⁸ Cf. II Parte, Cap.2.

propriedades que o Mosteiro de S. Vicente possuía na freguesia de São Julião do Tojal⁵⁷⁹, mandado fazer cerca de 1626, por Frei Marcos da Cruz.

O Contrato então celebrado menciona *Paços e Quintas do Arcebispado no Tojal e em Xabregas*. Pedro Nunes Tinoco deverá ter dado continuidade, ou remodelado, as construções anteriores, como no caso da Quinta de Santo António do Tojal, cuja campanha de obras recuava pelo menos ao tempo do Arcebispo D. Miguel de Castro (1536-1625), que concluíra a Igreja e Torre⁵⁸⁰. Muito remodeladas no século XVIII, por iniciativa do Patriarca D. Tomás de Almeida (1670-1754), desconhecemos hoje qual terá sido a intervenção de Pedro Nunes Tinoco. Podemos, no entanto, chamar a atenção para alguns pormenores. Em Santo Antão do Tojal, remodelado por Canevari (1681-1764) entre 1727 e 1732, este arquitecto poderá ter acrescentado uma ala a uma construção anterior em L, de modo a criar um palácio em U no qual encaixaria a monumental e cenográfica fonte, ficando o palácio rematado por duas espécies de torres cujas características (volumetria, proporções, ritmo e características dos vãos) apresentam fortes semelhanças com a torre das Casas do Condes de Linhares, também remodeladas por Pedro Nunes Tinoco (Fig. 51).

Quanto aos Paços Arcebispais de Lisboa, situados junto da Sé, estes foram muito destruídos pelo sismo de 1755, que destruiria também a vizinha Igreja de S. Martinho. Desconhecemos onde seria a sua entrada principal, uma vez que o que hoje vemos diz respeito, apenas, às antigas cocheiras⁵⁸¹ (Figs. 52 e 53).

Ao enorme prestígio que representou para Pedro Nunes Tinoco a sua nomeação para a direcção de S. Vicente de Fora juntavam-se agora as obras do arcebispado que, reforçando a sua qualidade como arquitecto demonstradas em obras

⁵⁷⁹ ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, Livro de notas nº22.

⁵⁸⁰ João Bautista de CASTRO, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Tomo. III, Parte V, Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763, p. 145.

⁵⁸¹ O edifício alberga hoje no primeiro piso o Museu do Teatro Romano, e a nível do r/c, uma galeria nas antigas cocheiras.

anteriores, como nas campanhas de Santa Clara ou de Santa Marta, fizeram dele um dos mais requisitados arquitectos do Reino.

3. Tumulária

Completando a obra de Pedro Nunes Tinoco não podemos deixar de referir os seus trabalhos no âmbito da arquitectura funerária, quer como projectos isolados, quer inseridos em programas arquitectónicos mais vastos, relativos aos projectos das estruturas que os integram, como aconteceu, por exemplo, com a já referida capela-mor do Igreja do Mosteiro do Salvador.

Quando em 1557 D. Catarina decide reconstruir a capela-mor dos Jerónimos transformando-a em Panteão Real ⁵⁸², inicia não um modelo único em Portugal como capela, mas também uma tipologia de arquitectura funerária cuja influência se faria sentir até ao século XVIII. Se para o projecto a escolha terá recaído em Jerónimo de Ruão, é possível que Francisco de Holanda, figura próxima da Rainha, tenha tido um papel importante na concepção do modelo iconográfico das arcas tumulares sustentadas por elefantes ⁵⁸³. Evocativos de poder imperial, sinal de glória e de eternidade, dotado de memória e de garante de paz, o elefante assume-se como o símbolo de poder apropriado para um monumento funerário comemorativo, sendo também o verdadeiro *leitmotiv* de Holanda, presente em grande parte dos seus álbuns

⁵⁸² Sobre a capela-mor dos Jerónimos veja-se Rafael MOREIRA, *Jerónimos*, Lisboa : Verbo, 1995; *Jerónimos 4 Séculos de pintura*, Anísio FRANCO (coord.), Lisboa: Mosteiro dos Jerónimos, 1992.

⁵⁸³ Jorge SEGURADO, *Francisco d'Ollanda*, Lisboa 1970, p. 332. *Apud* Sylvie DESWARTE-ROSA, "Francisco de Holanda e o Mosteiro de Santa Maria de Belém", *Jerónimos 4 Séculos de pintura*, ob. cit., Vol. II, p. 58, nota 90.

de desenhos ⁵⁸⁴, motivo que parece ter exercido também um enorme fascínio sobre a própria Rainha ⁵⁸⁵.

Foi já salientado que o modelo de túmulo proposto para a capela-mor de Belém, parece ter tido ido buscar a sua influência ao modelo da Capela de Sigismondo do templo dos Malatesta, em Rimini, concebida por Alberti, e executados por Agostino de Duccio entre 1446 e 1447, colocando como fonte de inspiração alternativa as ideias veiculadas no *De Re Aedificatoria* de Alberti, obra traduzida em português, em 1551, por André de Resende, sob as ordens de D. João III ⁵⁸⁶.

Qualquer que tenha sido o modo como nos chegou este modelo, os túmulos de Belém rompem com a tradição tumular anterior, estabelecendo aquele que viria a ser o protótipo do túmulo maneirista: *“Apoiados sobre o dorso de elefantes - único elemento figurativo -, os quatro cenotáfios, absolutamente idênticos, abrigam sob os arcos rasgados nos flancos da ousia uma severa estrutura moldurada de configuração piramidal que cristaliza, na dureza do mármore, a efémera armação dos catafalcos utilizados nas exéquias régias”* ⁵⁸⁷. Perfeitamente integrados na arquitectura,

⁵⁸⁴ Sylvie DESWARTE-ROSA, “Francisco de Holanda e o Mosteiro de Santa Maria de Belém”, ob. cit. Vol. II, p. 58.

⁵⁸⁵ Annemarie Jordan GSCHEND, “A Capela-mor: um panteão real para a dinastia de Avis”, in *Jerónimos 4 Séculos de pintura*, ob. cit., Vol. II, p. 80. A Rainha compraria, por diversas vezes, objectos dispendiosos com a forma de elefante para a sua *Kunstkammer*. O interesse pela iconografia relacionada com os elefantes está ainda expressa nas obras de Santa Cruz de Coimbra. De acordo com a descrição do Mosteiro de Santa Cruz que o Prior Geral D. Bento encomendou a D. Francisco de Mendanha em 1540, prior do Mosteiro de S. Vicente de Fora, para ser enviada ao Papa Paulo III, ao cuidado do Cardeal Antonio Puc, protector da Congregação em Roma, existia no Mosteiro à entrada do Terreiro que ficava junto das casas da Hospedaria *“...húa fermosa fonte de ágoa, que corria da tromba de hum lefante em hum tanque de pedra de nova invençãõ; a qual fonte fica encostada a húa fermosa torre de pdra parda de canto talhado tam forte, que tem as paredes de quatorze palmos de largo, & tem de alto cento & vinte. Junto desta torre estaõ outras duas da mesma altura, & fortaleza, em que estaõ fermosas casas forradas, & pintadas, que serviraõ antgamente de aposento aos Piores møres, que tinhaõ seu eirado na torre maior, com vista para o Rio Mondego, & seus campos. Agora servem estas casa de Celeiros...”*

⁵⁸⁶ Idem, *Ibidem*, p. 80.

⁵⁸⁷ António Filipe PIMENTEL “Vivência da morte no tempo barroco: tumulária portuguesa dos séculos XVII e XVIII”, in *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, Porto: Reitoria da Universidade do Porto: Governo Civil do Porto, 1991. Vol. 2, p. 252.

constituem uma tipologia que se repetiria pelo século XVII ⁵⁸⁸, em especial nos cenotáfios de todos os *Grandes* do Reino, nos quais a permanência de elefantes como apoio da arca tumular se verifica sempre que estes assumem uma outra simbologia, evocativa dos cargos desempenhados na Índia por aqueles que eternizam, como acontece com o panteão dos Castros em S. Domingos de Benfica, ou com o túmulo de Fernão Teles de Meneses na Cotovia (hoje Faculdade de Ciências de Lisboa). O modelo parece ter criado mesmo uma mão de obra especializada, como se pode deduzir do contrato celebrado com o mestre pedreiro. O sucesso deste modelo parece ter originado também uma tradição de mão de obra especializada, como o demonstra o documento de quitação de Jacinto Rodrigues, Miguel Rodrigues e Álvaro Fernandes, mestres pedreiros, e do escultor Manuel Jorge Barradas, referente aos 50 000 reis que este recebeu para esculpir em pedra de Sintra “*quatro ellifantes para a Capella do Inquizidor Geral*”, trabalho que fora encomendado ao escultor Vicente Gonçalves, que o não pudera fazer por se encontrar doente ⁵⁸⁹, para a Capela dos Castros em S.

⁵⁸⁸ Este modelo, numa versão mais simplificada sem os simbólicos elefantes, foi largamente utilizado na época. Além dos exemplos atribuídos a Pedro Nunes Tinoco, os quais analisaremos de seguida, podemos salientar os túmulos da capela-mor da Igreja do Convento de Jesus, cuja traça de deve a Diogo Marques Lucas, de acordo com os contratos de obra referidos por Vítor SERRÃO, datados de 15 e de 20 de Fevereiro de 1623, respectivamente – (ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº 1 (antigo 12 A), Maço 9, Lº 84, fls. 91 a 94, e Lº 94, fls. 97v a 99v (“Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650)”, Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III Série, nº 90, Lisboa : 1989, p. 31), e transcritos por Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA (*Eupalinos....*, ob. cit., Vol. III, pp. 132 e 133).

O contrato é celebrado nos aposentos do Conde de Vila Nova D. Manuel de Castelo Branco, como procurador do Bispo de Viseu D. João Manuel Cruz Ortega, com o mestre pedreiro Estácio Correia, um dos maiores senão mesmo o maior mestre pedreiro da época. D. João Manuel (que viria a ser arcebispo de Lisboa e nomeado Vice-rei, pretendia fazer na capela-mor o panteão da sua família (Padre João Bautista de CASTRO, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Tomo. III, Parte V, Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763, p. 148). Estácio Correia era obrigado a fazer a capela-mor e o cruzeiro na forma da traça assinada por Diogo Marques Lucas, *arquitecto de Sua Magestade*, bem como duas sepulturas, uma de cada lado da capela-mor. Destruída a capela-mor pelo terramoto de 1755, a reconstrução destes túmulos repetiu o modelo que temos vindo a analisar, inspirado no modelo de Belém, o que pode indiciar que os arquitectos que a empreenderam tentaram manter o projecto anterior.

⁵⁸⁹ Vítor SERRÃO, “Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650)”, Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III Série, nº 90, Lisboa : 1989, p. 48. Trata-se da Capela dos Castros em S. Domingos de Benfica, sendo então Inquisidor-Geral, D. Francisco de Castro.

Domingos de Benfica, sendo então Inquisidor-Geral, D. Francisco de Castro, túmulos de que não se conhece o autor.

Não pretendendo apresentar aqui um estudo exaustivo de toda a tumulária executada por Pedro Nunes Tinoco, podemos afirmar que muitos dos túmulos cuja traça lhe está hoje atribuída (túmulos dos Brandão na Igreja do Carmo no Funchal, dos Meneses no Convento de S. Francisco de Santarém, de Gil Eanes da Costa na Igreja da Graça da mesma cidade, de D. Brites Brandoa no Convento de Santo António da Lourinhã ⁵⁹⁰, tal como o túmulo de Fernão Teles de Meneses recentemente posto a descoberto ⁵⁹¹), atribuição essa feita através de documentação, ou apenas a partir da semelhança formal com outros exemplares e da possível relação entre encomendador e arquitecto, derivam do modelo estabelecido em Belém, quer mantendo a arca tumular assente sobre elefantes (túmulo de Fernão Teles de Meneses), quer adoptando uma versão mais simplificada em que estes não estão presentes (túmulo de D. Brites Brandoa no Mosteiro de Santo António da Lourinhã).

O primeiro projecto tumular feito por este arquitecto que nos aparece documentado está integrado na obra da capela-mor da antiga igreja do Convento do Salvador em Lisboa, de acordo com o contrato celebrado em 27 de Agosto de 1616 entre a priora e o mestre pedreiro Diogo Vaz, para executar a obra das sepulturas da capela-mor, segundo a traça de Pedro Nunes Tinoco ⁵⁹², e já anteriormente referido por nós, quando tratámos da sua intervenção em igrejas e mosteiros. No contrato,

⁵⁹⁰ Vítor SERRÃO, *História da Arte em Portugal. O Renascimento e o Maneirismo*, Barcarena: 2002, p. 220.

⁵⁹¹ Túmulo que Vítor Serrão atribui também a Pedro Nunes Tinoco. In Margarida Magalhães RAMALHO “Em busca do túmulo desaparecido”, *Revista Única, Separata do Jornal Expresso* de 17 de Setembro de 2011, p. 58.

⁵⁹² ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº 15 (antigo 7A), maço 18, Lº8, fls 12 a 14v. Vítor SERRÃO, “O arquitecto maneirista Pedro Nunes Tinoco: novos documentos e obras: 1616-1636”, *Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa : 1979, III Série, nº83, p. 194, doc. nº6 (contrato totalmente transcrito). “Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650)”, *Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III Série, nº 90, Lisboa : 1989, p. 22.

além de se estipular que o mestre pedreiro era obrigado a respeitar as traças e medidas indicadas pelo arquitecto, como é usual neste tipo de contratos, estabeleceu-se ainda que “... conforme as ditas trasas declaradas e q o lugar domde estauão armas asinadas se hão de por no frontespicio das ditas sepulturas e nele se dara a Repartição que lhe couber conforme a ordem do dito arquiteto por q.^{to} no dito lugar se não hã de por que hasi, mais as duas faxetas pretas que estão no tumbulo serão brancas compomdose niso a vontade da defunta dona Isabel de lima e asy maes ele mestre abraira uma fresta da parte do evangelho Rasguada por ambas as bandas sendo de pedraria da parte de dentro e fazemdo e guarnesemdo p.^a mais claridade da dita fresta...”⁵⁹³. Semelhantes aos outros túmulos projectados por este arquitecto, as arcas tumulares, eram enquadradas por arcos de volta perfeita, ladeados por pilastras lisas sobre as quais assenta um frontão triangular saliente e interrompido, o qual deveria ser rematado pelas armas dos fundadores (Fig. 54).

Os túmulos, encontram-se hoje no Convento Arqueológico do Carmo (Figs. 55 e 56), nas paredes do espaço correspondente às naves laterais da igreja no lado do Evangelho, e o de D. Isabel de Lima no lado da Epístola). O modelo é o mesmo que Pedro Nunes Tinoco utilizaria no túmulo de Brites Brandoa no Convento de Santo António da Lourinhã, à excepção dos almofadados coloridos situados no plinto em que assentam as arcas tumulares, que são neste último mais elaborados do ponto de vista cromático.

Deste período é também o túmulo mandado executar por D. Brites Brandoa no Mosteiro da Lourinhã (contrato celebrado em 27 de Abril de 1618 com o pedreiro André Duarte⁵⁹⁴ cuja arca tumular, realizada em mármore branco, vermelho e negro, está inserida em arcossólio que segue o modelo do da capela-mor do Mosteiro do Salvador, assente não em elefantes, mas num plinto com almofadados que joga com o

⁵⁹³ Extinto em 1884, o edifício alberga hoje instituições civis, ficando da primitiva igreja duas salas que servem como espaços de arrecadação e oficina.

⁵⁹⁴ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº7 (antigo 9 A), L^o 76, fl. 107-110, publ. Vítor SERRÃO, “O Arquitecto Maneirista...”, ob. cit., p. 170, transcrito por Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA, ob. cit., Vol. III, p. 316.

expressivo contraste do colorido da pedraria (Fig.57). Este mesmo modelo seguiu Pedro Nunes Tinoco também no projecto que fez para o túmulo de D. Duarte de Meneses, integrado na Capela dos Meneses (*Capela das Almas*), hoje situado no Museu de Alporão. No contrato, celebrado em 9 de Julho de 1637, entre D. Pedro de Meneses, fidalgo da Casa de Sua Magestade e o pedreiro António Pereira ⁵⁹⁵ : *“em tres papeis assinados por p^o nunez tinoco Architecto de Sua Mg^{de} elle mestre Ant^o p^{ra} se obriga e de feito obrigou, a fazer hũa sepultura de meio relievo p^a dõ duarte de menezes ja defunto q deos perdoe, e p^a dona Ant^a henriques sua molher pai e mãi delle dito dõ p^o de menezes, a qual sepultura hade ser feita de pedra liós branca, vermelha e preta tudo na conformidade da dita traça, q se fez particullarm^{te} p^a a obra da dita sepultura, a qual hade ser bornida e lustratada, e asentada sobre o pesbiterio da parte da epistola do altar da dita capella, em a parede q divide a via sacra, a qual parede se hade reformar e fazer em o meio da mesma capela acima declarada, outra sepultura de todo o relievo cõ quatro faces q hade ser de pedra azul de Sintra cõ hũ banco branco de pe/dra liós cõ seus embutidos burnidos e lustrados (...) na conformidade da traça q pello dito architecto se fez outrosi particullarm^{te} p^a esta segunda sepultura e no pavim^{to} e largura e comprim^{to} da dita sepultura fara elle mestre hũ carneiro no plumo della, q fique capaz, de sete palmos de altura a qual sepultura he para se sepultar o corpo de dõ fr^{co} de menezes q deos tem”* “ ⁵⁹⁶.

O túmulo de D. Fernão Teles de Meneses (1530-1605), mandado construir por sua mulher D. Maria de Noronha (Fig.58) é o único dos que estão atribuídos a Pedro Nunes Tinoco (embora sem provas documentais que o confirmem) que segue fielmente o modelo de Belém. Assente em elefantes (numa simbologia que evoca também o cargo que exerceu na Índia ⁵⁹⁷), são em tudo semelhantes nas formas,

⁵⁹⁵ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº3 (antigo 11), L^o 204, fls. 100v a 101v, Vítor SERRÃO, “Documentos dos protocolos notariais ...”, p.44, Publ. por Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA, *O Eupalinos...*, ob. cit., Vol. III., Doc.5.

⁵⁹⁶ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº 11 (actual nº3), L^o 204, fls. 100 v.

⁵⁹⁷ A biografia de Fernão Teles de Meneses está genericamente traçada na própria inscrição tumular:

composição, e colorido dos mármore, variando apenas na combinação desse mesmo colorido. O túmulo situava-se no antigo Colégio da Cotovia da Companhia de Jesus (edifício que albergaria mais tarde a Escola Politécnica de Lisboa, hoje pertencente à Faculdade de Ciências ⁵⁹⁸). Conforme nos relata o cronista da ordem, Padre António Franco, a propriedade situada no Monte Olivete, “...por ser o lugar, em que menos inconvenientes por estaõ se achavaõ, antes ficava com cômodo, por estar perto da Cidade, e da Caza de S. Roque, ser o sitio de belos prospectos, lavado dos ventos...” ⁵⁹⁹, tinha sido doada em 1597 aos Jesuítas por Fernão Teles de Meneses e a sua mulher, D. Maria de Noronha para nela fundarem um Noviciado ⁶⁰⁰. Lançada a primeira pedra em 20 de Março de 1605, e “...dahi athe os principios do anno de seiscentos, e nove teve

“AQUI IAZÊ FERNAÕ TELEZ DE MENESES FILHO DE BRAS TELEZ DE MENESES, CAMAREYRO MÓR, E GOARDA MÓR E CAPITÃO DOS GINETES, Q FOI DO IFFÃTE D. LVIS, E DE D. CATERINA DE BRITO SVA MOLHER: O QVAL FOY DO CÕSELHO DO ESTAD D’EI REY NOSSO SÕR. E GOVERNNOV OS ESTADOS DA INDIA E O REYNO DO ALGARVE E FOY REGEDOR DA IVSTIÇA DA CASA DA SVPLICAÇÃO E PRESIDENTE DO CONSELHO DA INDIA E PARTES VLTRAMARINA. E SVA MOLHER D. MARIA DE NORONHA FILHA DE D. FRÃCISCO DE FARO VEDOR DA FAZENDA DOS REYS D. SEBASTIAÕ E D. ANRIQUE, E DE D. MISIA DE de AIBVQVERQVE SVA PRIMEIRA MOLHER; OS QVAIS FORARAÕ E DOTARAÕ ESTA CASA DA PROVAÇÃO DA COMP^a DE IESV, E TOMARAÕ ESTA CAPELLA MÓR PÊRA SEV IAZIGO. FALECEO FERNAÕ TELEZ DE MÑS A XXVI. DE NOV.^o DE M.D.C.V. E DE M.^o DE NR. A VII DE MARÇO DE MDCXXIII”

Filho de Brás Teles de Menezes (c. 1485-1637), alcaide-mor de Moura, camareiro-mor, guarda-mor e Capitão dos Ginetes do Infante D. Luís (poderá ser este o D. Brás a que se refere a moradia de um tal Pedro Nunes, que julgamos ser o avô de Pedro Nunes Tinoco, conforme divulgámos na PARTE I, Cap. II). Depois de uma vida de glória na Índia, Fernão Teles de Meneses entregou o governo, a 17 de Setembro de 1581, a D. Francisco de Mascarenhas. De regresso ao Reino, desempenharia igualmente importantes cargos, sendo Governador e Capitão-General do Algarve, General da Armada, Conselheiro de Estado, Regedor da Casa da Suplicação e Presidente do Conselho da Índia, apesar de ser conhecida a sua simpatia por D. António Prior do Crato.

⁵⁹⁸ Posto a descoberto em Abril de 2011, o túmulo esteve escondido por um tabique havia mais de cem anos.

⁵⁹⁹ Padre António FRANCO, *Imagem da virtude em o Noviciado da Companhia de Jesu na Corte de Lisboa em que se contem a fundaçam da Caza & os Religiosos da virtude, que em Lisboa forão noviços... / pello P. Antonio Franco da Companhia de Jesu Noviço, que foy na mesma caza* . Coimbra : no Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1717, p. 9.

⁶⁰⁰ Idem, *Ibidem*, p. 6: “ No anno de mil quinhentos oitenta, e cinco comesou a ser da Companhia hua quinta naquelle sitio, que se chama Campolide, na qual determinaraõ os Padres desse Principio ao Noviciado, em quanto se naõ edificava outra caza. O Senhor Fernão Telles de Meneses, que fora Governador da India, e era Regedor da justiça, e a Senhora Dona Maria de Noronha sua mulher tomaraõ por devoção à Companhia em Lisboa Caza especial para noviços”. Por escritura celebrada em 26 de Dezembro de 1597.

*delle cuydado Balthezar Alvres, Arquiteto das obras del-Rey, o qual fez nova traça da Igreja, & Capella mor, e a fez mais custoza, do que os Padres imaginavaõ. Achou-se que a obra hia devagar, e que a continua assistencia dos nossos lhe fazia grande falta...”*⁶⁰¹ (razões que parecem ter originado o seu afastamento da obra⁶⁰²). Sabemos que D. Maria de Menezes mandou que a obra começasse pela Igreja, para poder dar sepultura a seu marido (Fernão Teles de Meneses falecera a 26 de Novembro desse mesmo ano): “*Quiz a Fundadora, que em primeyro lugarse fizesse com calor a Capella-mòr da Igreja, porque queria trazer a ella, e collocar em hum nobre mauzoleo os ossos de seu marido Fernão Telles, que com beneplacito de nosso R.P.Geral estavaõ depositados na sacristia da Caza de S. Roque. Mandou esta Senhora fabricar um majestozo mauzoleo de marmores, assentados sobre dous elefantes em hum vaõno lado do Evangelho da capella.mòr. He a obra neste genero grandioza, fez de custo tres mil cruzados...”*⁶⁰³.

Vimos anteriormente, quando tratámos da biografia desta família, como as relações profissionais estavam frequentemente ligadas ou determinavam relações de índole familiar. Realizado em 1623 ou pouco depois, como a própria inscrição deixa entender, a autoria do projecto tumular pode ser atribuída ainda a Baltazar Álvares (integrado nos desenhos feitos para a *nova traça* da Igreja) ou, numa sucessão lógica, como aconteceu com S. Vicente de Fora (Baltazar Álvares faleceria em 1624), a Pedro Nunes Tinoco. A confirmar-se ser este último o autor do projecto, estabelece uma relação importante deste architecto com a Companhia de Jesus (a primeira que se conhece, resultando de possíveis ligações com Afonso Álvares e, em especial, com

⁶⁰¹ *Idem, Ibidem*, p. 11.

⁶⁰² Sabemos, pelo cronista da *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas*, que para a boa condução das obras muito terá contribuído a fortuna e gestão de Lourenço Lombardo, rico comerciante de Anvers, que entrou como irmão em Junho de 1613 (*História ...*, ob. cit. Vol. II, pp. 48 e ss.).

⁶⁰³ Padre António FRANCO, *Imagem da virtude em o Noviciado da Companhia de Jesu na Corte...*, ob. cit., p. 12. António Franco transcreve a inscrição tumular, por nós atrás referida a propósito dos dados biográficos de Fernão Teles de Meneses.

Baltazar Álvares, constantemente referenciados como arquitectos dos jesuítas), podendo explicar a entrada do filho André Ribeiro Tinoco, em 1631, para a mesma Companhia ⁶⁰⁴ (baptizado em 1611 ⁶⁰⁵, André seria ainda uma criança quando da realização do túmulo em 1623, mas Pedro Nunes Tinoco poderá ter continuado a trabalhar no Noviciado).

A Pedro Nunes Tinoco deverá pertencer também a traça dos túmulos de D. Brás Teles de Meneses e de Dona Catarina de Faro Henriques, sua mulher, pais de Fernão Teles de Meneses, situados no transepto (do lado da Epístola) do Convento dos Remédios em Lisboa ⁶⁰⁶ (Fig. 59 e 60). Obedecendo ao modelo dos túmulos anteriormente descritos, quer na combinação e cromatismo dos volumes que os compõem, quer no desenho dos arcossólios em que se inserem, a única diferença reside no facto de não serem rematados por frontão triangular interrompido, mas estarem inseridos na composição geométrica de pedra lioz em rosa, branco e cinzento das paredes desse mesmo transepto, conforme nos descreve o cronista da *História dos Mosteiros*: “*No mesmo cruzeyro, fronteyra à porta qual vem à sancristia e do claustro entra nelle, fica huma capella, a qual abre no topo hum arco de vinte palmos de vam que se remata na cimalha da igreja, e o ditto vam vestem marmores brancos e vermelhos, das quaes pedras sam as paredes da capella em que estam embibidos dous arcos em correspondencia, dentro dos quaes se vem duas sepulturas lavradas de marmores...*” ⁶⁰⁷. Esta hipótese resulta não apenas das semelhanças de traça entre estes e outros túmulos atribuídos a Pedro Nunes Tinoco, que aqui descrevemos, mas é reforçada ainda pela data em foram realizados. De acordo com a inscrição lapidar de

⁶⁰⁴ ANTT, *Habilitações ao S^o Ofício*, Maço 14, nº 331, Cx 3158, fls. 17. *Habilitação de Luís Nunes Tinoco a familiar do Santo Ofício*, integrado no processo de habilitação de seu filho Pedro Nunes Tinoco. Cf. I Parte, **Doc.41**.

⁶⁰⁵ Cf. I PARTE, **Doc. 51**.

⁶⁰⁶ Esta hipótese terá já sido colocada por Vítor Serrão. *Apud*, Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA, *Eupalinos...*, ob. cit., p. 323, nota 795.

⁶⁰⁷ *Historia dos Mosteiros...*, ob. cit., Vol. II, p. 91.

Brás Teles de Meneses, este túmulo datará de 1637 ⁶⁰⁸. Ora em 13 de Maio de 1638 professava no Convento dos Remédios em Lisboa, como vimos, Frei Pedro da Purificação, filho natural e homónimo de Pedro Nunes Tinoco e de Maria Ribeira de Lemos, natural de Proença-a-Nova, Priorado do Crato ⁶⁰⁹, o que vem reforçar a hipótese de este arquitecto poder estar então a trabalhar no referido convento.

Por razões semelhantes, Pedro Nunes Tinoco poderá ter traçado também os túmulos de João Gomes da Silva (c. 1530-?), filho de Brás Teles de Meneses e irmão de Fernão Teles de Meneses, bem como do seu filho Luís da Silva (falecido em 1633), na Sacristia do antigo Convento do Carmo de Lisboa (actual Museu Arqueológico do Carmo), de acordo com o testemunho de Manuel de Sá (1674-1734), datado de 1721, no qual inclui também um desenho destes túmulos (Fig.61) ⁶¹⁰. Uma vez mais as

⁶⁰⁸ Os túmulos têm as seguintes inscrições:

SEPULTVRA DE DONA CATERINA MARIA DE FARO EMRIQVES E GUSMAÕ ESCRAVA DE IESUS MARIA IOSE. MOLHER DE BRAS TELLES DE MENESES CONDE E SENHOR DO ESTADO DA LAMAROSA FILHA DE DOM FERNAÕNDO DE FARO EMRIQVES. DA CASA REAL DE PVRTVGAL E BARGAONSA E DE DONA IONNA DE GUSMAÕ DA CAZA REAL DE CASTELA E SIDONIA QVIESCATINPASE

SEPULTURA DO INVENSIVEL E SEMPRE VITORIOSO IENERAL BRAS TELLES DE MENESES ESCRAVO DE IESUS MARIA IOSE PRIMEIRO CONDE E SENHOR DO ESTADO DA LAMAROSA FILHO DE LVIS SILVA TELLES DE MENESES DA CASA REAL DE SILVIO E GIGON E DE DONA ISABEL PEREIRA DA CASA DA FEIRA. QVINTO NETO DEL REI DOM FERNAODO DE PVRTUGAL E DEL REI DOM EMRIQVE DE CASTELA QVE COMESOV A SER IENERAL DESDE IDADE DE VINTE ANNOS DA (...) GUERA NA SIDADE DO PORTO E FOI POR IENERAL A IMDIA E FOI IENERAL DA SIDADE DE SAÕ JORGE CHAMADA MAZAGAÕ E IENERAL DA SIDADE DE SEUTA COMSIGVINDO EM TODAS AS PARTES ADMIRAVEIS IMPRESAS E GLORIOSAS VITORIAS CONTRA OS INIMIGVOS DE NOSA SANTA FEE EM DEFEMSAÕ DA PATRIA DE CVIOS VALEROSOS E INNAVDITOS FEITOS GOSAR OS PREMIOS AO CEO. EM 16 DE AGOSTO ANNO DO SNOR 1637.

⁶⁰⁹ cf. I PARTE, **Doc. 49**.

⁶¹⁰ BN, *Secção de Reservados*, ms. il. 238, *Noticias do real Conv.^{to} do Carmo de Lx.^a occid.^{al} extraidas de varios livros impressos, e manuscritos, reduzidas a forma historica. pello prezentado Fr. M.^{el} de Sa. 1721*, fls. 24 a 25:

“A Sanchristia ornou de Cappellas, e sepulturas a S.^{ra} D. Mariana de Lencastre, como se ve no seguinte rascunho, e pellos numeros q. nelle vaõ, se conheceraõ os lugares em q. estaõ os letreiros q. se seguem.

1^a

Esta capella, com o carn.ro dito a sanchristia, he de Luis da Sylva, q foi do concelho de Estado de S. Mag.de e Vedor de sua fazenda, e de seos Herd.ros e descendentes, q lha mandou fazer, e ornar D. Mariana de Lencastre sua m.^e a sua custa anno de 1641. H e esta sanchristia jazigo dos Exc.^{os} Marquezes de Alegrete, e Conde de Sarzedas.

2^a

relações familiares (como vimos já, o sobrinho de Pedro Nunes Tinoco, o Padre Eusébio Nunes Tinoco, era também sobrinho do carmelita Frei Manuel das Chagas ⁶¹¹), a par de razões de índole profissional, materializadas nas realizações anteriores, bem como o grande prestígio que teria já como arquitecto régio, poderão ter ditado a sua escolha para o projecto do Carmo.

No seu manuscrito, Manuel de Sá descreve as inscrições das sepulturas existentes nesta mesma Sacristia que teria sido mandada “ornar” por D. Mariana de Lencastre. Segundo a descrição, a sepultura nº 1 seria de Luís da Silva, seu marido, e teria sido mandada fazer em 1641. Isto coloca-nos, à partida, um problema de cronologia, pois como temos repetidamente referido, Pedro Nunes Tinoco faleceu em Outubro de 1640. No entanto, o seu desenho podia estar já traçado, uma vez que o Convento vinha sofrendo várias obras de remodelação desde o início do século XVII. Isso mesmo parece confirmar também a lápide da sepultura de Mariana de Lencastre, aia do Príncipe D. Teodósio, falecida em 1643 que, inserida na parede, não pertence à composição anterior, mostrando que nessa data a mesma estaria já terminada.

Na parede do fundo da actual loja do Museu (que corresponde à antiga Sacristia do convento) existe ainda a grande composição retabular desenhada no livro, quase intacta (Fig. 62) faltam as pedras negras de alguns embutidos, bem como as

Aqui jaz Joaõ Gomes da Sylva, fº de Bras Telles de Meneses, e de D. Catherina de Brito sua m.^{er}, do Conselho de Estado, e Vedor da Fazenda dos Reys de Portugal, seo Embaixador eRoma, a quem em seo nome deu obediencia ao Papa Greg.^o decimo tercio.^{ro} E Embaixador del Rey D. Sebastiaõ, ao mesmo Papa, a q.^m outrosim deo obediencia em nome do d.^o Rey, e Embaixador ao mesmo Papa por El Rey D. Henrique, e Embaixador em França.

3º

Aqui jaz Luis da Sylva filho de Joaõ Gomes da Sylva, e de D. Guiomar Henriques, do Cons.^o de Estado, e Vedor da Fazenda deste R.^{no} de Portugal, faleceo em 18 de 7.^{bro} de 1633.

4º

Sepultura de D. Mariana de Lencastre filha de D. Francisco de Faro 4º Neto del Rey D. João o S.^o por Baronia, e de D. Guiomar de Castro, molher q foi de Luis da Sylva do Cons.^o de estado, Vedor da Faz.^a, e Mordomo Mor; Faleceo a 3 de Dezembro de 1643 sendo Aya do Principe D. Theodozio.”

⁶¹¹ Cf. I Parte, Cap.2.

arcas tumulares que julgamos ser de Pedro Nunes Tinoco ⁶¹², embora existam os arcossólios em que inseriam, os quais repetem exactamente o mesmo modelo que este architecto usou nas outras composições tumulares por si feitas.

Em todos os túmulos que acabámos de referir, podemos denotar as mesmas características (mesmo nos que fazem parte do manuscrito do Carmo), diferindo apenas no apoio das arcas tumulares que, como já salientámos, nem sempre assentam em elefantes. Constituídos por arcas lisas com inscrição ou almofadados, encimadas por volumes piramidais e bolbosos, o seu efeito decorativo resulta quer desse jogo de formas, quer da alternância das cores dos mármorees que utiliza. Inseridos em arcossólios de volta perfeita, também de mármore, assentes em pilastras dóricas com capitéis salientes, são rematados por frontão triangular também saliente, sem figuras, preenchido com cruz ou pedra de armas. Nos cantos, sobre os arcos, almofadados triangulares repetem o jogo de cores de mármorees de cores contrastantes, tal como acontece com determinados pormenores architectónicos, como as bases ou plintos, capitéis ou fecho dos arcos. Mais rara é a sua inclusão em composições parietais de maiores dimensões ou complexidade, de mármorees coloridos, como encontramos no Convento dos Remédios ou no Convento do Carmo, como nos mostra o seu desenho e os vestígios ainda existentes.

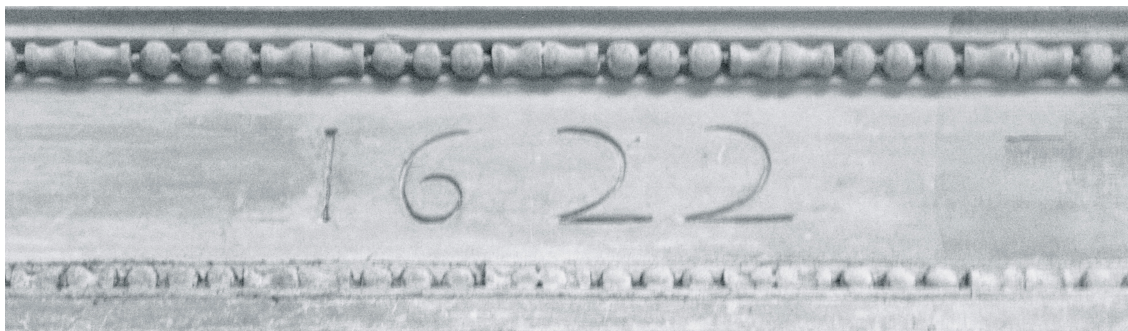
Tal como vimos nos projectos que elaborou para a arquitectura civil e religiosa, também na tumulária – apesar de constituir uma área mais ligada à Escultura do que à Arquitectura – Pedro Nunes Tinoco, executando as encomendas da mais alta fidalguia do Reino, soube transformá-la em projectos de elevada qualidade architectónica.

⁶¹² Os arcossólios em que se inscrevem têm o interior preenchido por um tapume, não tendo sido possível ver o que têm por trás. Pensamos, no entanto, que os túmulos já não devem existir, pois estariam à mostra, como o resto da composição.

II Parte – Pedro Nunes Tinoco, *famoso Architecto* do período filipino

Capítulo 4

A enigmática Sacristia de Santa Cruz de Coimbra



613

“ Hoje há outra Sacristia muito differente da antiga, ainda que no mesmo sitio,; casa tam grande, & fermosa, que não há outra semelhante no Reyno, nem fóra delle, por testemunho de todos os que a tem visto, assi naturaes, como estrangeiros, homens Sabios, & Architectos, & que tem visto o melhor da Europa ”

Dom Nicolau de Santa Maria ⁶¹⁴

1. As grandes reformas da segunda metade do século XVI

Usufruindo da preferência real desde a fundação da nacionalidade, e após uma perda de influência em período medieval, para o que contribuiu a transferência da Universidade para Lisboa em 1377, Santa Cruz de Coimbra recuperaria o seu antigo prestígio no início do século XVI, novamente sob protecção régia. Para tal muito contribuiu a acção de Duarte Galvão que, a mando de D. Manuel, recolhe elementos no mosteiro crúzio, estabelecendo, na Crónica que sobre este monarca escreveu, uma

⁶¹³ Sacristia do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, lintel da porta de ligação com a Capela de São Teotónio (foto da Autora).

⁶¹⁴ Dom Nicolau de SANTA MARIA, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho : primeira [-segunda] parte : dividida em VI. livros pello P. Dom Nicolao de S. Maria, natural de Lisboa, Conego Regrante, & Chronista da Congregação de S. Cruz de Coimbra*, Em Lisboa : na Officina de Joam da Costa, 1668, Livro VII, Capítulo XXII, p. 91.

linha de continuidade com D. Afonso Henriques⁶¹⁵, a partir da apologia que sobre este faz.

D. João III e D. Catarina, tal como o Infante D. Luís, continuariam os privilégios dados a este Mosteiro, a par de outros conferidos pela Casa de Bragança, a que não eram alheia a grande qualidade do ensino que nele praticavam. Determinante seria a visita de D. João III a Coimbra, em 1547, na companhia da Rainha, da Infanta D. Maria, e do príncipe D. João, bem como de toda a Corte, tendo-se hospedado no Mosteiro⁶¹⁶. Nele estavam então como estudantes D. António, futuro Prior do Crato (que o Infante Dom Luís para lá mandara, em 1548), e os irmãos do Duque de Bragança, D. Fulgêncio e D. Teotónio⁶¹⁷.

Instituída a Congregação de Santo Agostinho pelo Papa Paulo IV em 1556, decidiu o Mosteiro de Santa Cruz mandar dois delegados seus a Roma, em 1558⁶¹⁸ para resolverem algumas questões que tinham em curso, referentes entre outras, aos mosteiros de Salvador da Serra do Pilar e de S. Vicente de Fora, entre outros, bem como a problemas relacionados com o funcionamento da Universidade, que D. João III

⁶¹⁵ Joaquim VERÍSSIMO SERRÃO, *Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobça: um caso de rivalidade cultural ?*, Lisboa: 1977, pp. 93 e 94.

⁶¹⁶ Dom Nicolau de S. MARIA, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes...*, ob. cit., Livro X, Cap. VIII, pp. 315 e 316.

⁶¹⁷ Dom Nicolau de S. Maria, ob. cit., Livro X, Cap. VIII, p. 312. “No princípio do seu governo D. Luis agasalhou-se no Convento, de passagem em peregrinação a Santiago de Compostela, e agradando-se tanto do modo como o Mosteiro, se satisfez tanto de suas letras e virtudes e do modo como ensinavaõ aos irmãos do Duque de Bragança, os senhores D. Fulgencio e D. Teotónio, que logo mãdou vir para estudar naquele Mosteiro com aquelles senhores, a seu filho natural Dom Antonio, o qual foi depois Prior do Crato. Foy trazido ao Mosteiro por ordem do pai em Outubro de 1548”. Em 30 de Junho de 1549 D. Fulgêncio tomou o grau de Mestre em Artes tendo por padrinho D. Antonio. Assistiu toda a Universidade, “& aos que se achãraõ presentes, se deraõ luvas de cheiro, aos Doutores de ambar, & aos mais de puluilhos”. D. Teotónio terá querido fundar um mosteiro de Santo Agostinho em Évora, mas os cónegos não se mostraram receptivos, vindo a fundar o da Cartuxa. Neste período tão prestigioso para a história de Santa Cruz era Prior Geral D. Felipe Pegado. Tendo tomado o hábito neste mosteiro, viria a ser eleito Prior Geral, em Abril de 1548. Filho da nobreza de Elvas, de Mendo Pegado e de Catarina Casela da Fonseca “*Era gentil-homé, & de boa presença, dotado de grande prudencia, & sobretudo varão de rara virtude, & mui temente a Deus*”.

⁶¹⁸ O relato desta viagem foi transcrito e comentado por Maria Helena Cruz COELHO e Maria José Azevedo SANTOS in *De Coimbra a Roma : uma viagem em meados de quinhentos*, Coimbra : Coimbra Editora, 1990.

decidira transferir novamente para Coimbra, em 1537. As questões referentes aos outros mosteiros que tinham aderido à Congregação resultavam da reorganização que a mesma implicava, não apenas a nível institucional e jurídico, mas também a nível construtivo, com a necessidade de reformulação de alguns conventos.

Iniciadas então grandes transformações, delas sobressai a reforma espiritual empreendida por Frei Brás de Braga, no reinado de D. João III, que conduziria o Mosteiro a um lugar de destaque na vida religiosa e cultural, quer da cidade, quer do próprio Reino, à luz do qual devem ser entendidas as campanhas arquitectónicas então empreendidas, que se estenderiam, no espaço cronológico que nos interessa, até finais do século XVI e inícios do século XVII. Dando resposta às necessidades resultantes do papel relevante que desempenhavam no ensino e conseqüentemente na vida da Universidade, iniciar-se-ia a construção do Colégio da Sapiência em 1592 (embora a primeira pedra tenha sido lançada apenas em 30 de Março de 1593) num momento em que o prestígio dos crúzios seria ainda reforçado, em 1595, pela autoridade que lhe conferiria a chegada da Flandres das relíquias doadas por Dom Félix de Rojas (das quais fazia parte a primeira relíquia que possuíam de Santo Agostinho), prestígio esse simbolicamente expresso na retórica do espectáculo urbano que constituiu a procissão então realizada ⁶¹⁹, a qual contou com a presença das mais altas personalidades, como D. Afonso Furtado de Mendonça, Reitor da Universidade ⁶²⁰. Após as conturbadas relações com o Cardeal D. Henrique, relacionadas com as questões das fontes do Mosteiro, e com o problemas da Chancelaria da Universidade,

⁶¹⁹ Entre os cronistas que a relatam as festividades então realizadas salientamos as descrições de Dom Nicolau de SANTA MARIA, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes...*, ob. cit., Parte II, L^o VII, e Gaspar dos REIS, *Relacam do solenne recebimeto das Santas Reliquias que forão leuadas da See de Coimbra ao real Mosteyro de Santa Cruz : he carta coriosa que se escreueo da Uniuersidade a hum amigo per hum sacerdote canonista*. Coimbra : em casa de Antonio de Mariz, 1596. Sobre o significado da Procissão de recebimento das relíquias cf. o trabalho de José Adriano de Freitas CARVALHO, "Os recebimentos de relíquias em S. Roque (Lisboa 1588) e em Santa Cruz (Coimbra 1595). Relíquias e espiritualidade. E alguma ideologia.", in *Via spiritus*, Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso da Faculdade de Letras do Porto, 8, (2001), pp. 95 a 155.

⁶²⁰ D. Afonso Furtado de Mendonça viria a desempenhar um papel importante junto de Pedro Nunes Tinoco como encomendador das reformas das Quintas e Paços Arcebispais de Lisboa, em 1626, e como Arcebispo de Lisboa, assistiria à inauguração da Igreja de S. Vicente de Fora, em 1629, cuja obra era então já dirigida por este arquitecto.

agravada ainda pela preferência que o Cardeal dispensava ao Mosteiro de Alcobaça, acentuando uma rivalidade existente entre as duas instituições, as relações estabelecidas entre o Mosteiro e Filipe I parecem revelar a continuidade do prestígio crúzio (apesar de todo o apoio dado a D. António Prior do Crato), talvez por serem cabeça da Ordem, de quem dependia S. Vicente de Fora, que o monarca espanhol tomara como prioridade da sua intervenção arquitectónica em Portugal. O reconhecimento por parte dos crúzios está bem patente nas decisões dos Capítulos de 5 e 6 de Julho de 1594, nos quais D. Cristóvão de Cristo propunha, e pedia, autorização para ir a Madrid agradecer ao monarca as muitas mercês concedidas ⁶²¹.

É neste contexto, de redobrado prestígio, que devem ser entendidas as obras que, então iniciadas em Coimbra, se estenderiam pelo século XVII, acompanhando a renovação em curso no Mosteiro de Lisboa, provando que as grandes campanhas arquitectónicas são, na sua essência, resultado de grandes campanhas ideológicas.

2. As campanhas de reconstrução da Sacristia

As duas remodelações sofridas pela Sacristia, uma em 1582 ⁶²², e a outra em 1622, a qual ampliaria a anterior dando lugar ao espaço hoje existente ⁶²³, integravam-se

⁶²¹ ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, L^o 95 “ Assentos e resoluções do Convento (1554 a 1724)”, 3^a parte, fls. 106 e 107. A 5 de Julho de 1594 D. Cristóvão de Cristo propunha ao Capítulo que “...vendo ele as merces q. Elrey D, fiillippe nosso snõr tinha ffeito a esta nossa Congregação e particularm.^{te} ao m.^{ro} de s. v.^{te} dando-lhe hum conto cada anno de fabrica emquanto durarem as obras da dita igreya e outras q nelle se am de fazer q vendo tambem agora com quantos desejos e vontade procurou de S. SS.^{de} a uniaõ dos dez mosteiros q deu a nossa Congregaõ pera a ella se unirem e reformarem lhe parecia naõ avia outra cousa maior em q esta casa se lhe podesse mostrar mais grata e conhecida como em lhe offerecer huma carta de irmandade, parecendo bem a este convento, em q o dito P.^e Geral em nome de toda a Congregaõ lhe comunicasse todas as graças e bens espirituas q em ella há, e depois da morte fosse seu nome escrito no livro dos obitos”. A 6 de Julho o Padre Geral pedia licença ao Capítulo licença para ir a Madrid “...beijar a maõ a Elrey pellos mosteiros que deu a Congregação para se reformarem e juntarem a ella q de mais disto tinha Cartas dos Irmaõs q estaõ em Roma em q o avisavaõ q era necessario ir em pessoa a Madrid receber as Letras dos m.^{ros} porq Elrei tinha dado ordem ao seu agente q reside em Roma q como as ditas letras fossem expedidas lhas mandasse pera ele da sua maõ as dar ao dito P.^e geral”.

⁶²² Em 21 de Dezembro de 1582 decidem os crúzios a construção da segunda sacristia, como se pode ver no L^o 3, fl. 50v, das Actas dos Capítulos do Mosteiro de Santa Cruz: “ CXXXV / 21 de Dezembro de

numa vasta campanha de obras que, iniciadas no final do século XVI, iria transformar o Mosteiro numa ininterrupta sucessão de renovações ⁶²⁴, que se prolongariam pelo

1582 / *Ordem para se construir a sacrestia / sobre o fazerse a . s. cristia / Em os vinte & hũ dias do mes de dezẽbro de mill / quinhentos outenta & dous annos propos o padre gerall / ao conuento em cap.º que hũa das offiças mais necessarias em hũ m.º era a sancristia do quall esta casa / estava tam fallta quanto viaõ que se queriaõ que se / fizesse; assentou o conuento que o padre gerall fizesse / a dita sancristia o milhor que ser podesse naõ obstãte / a obra da capella de nosso padre s.º theotonio que ora / tambem se fazia pera lembranca do quall mandaraõ / se fizesse este assento em que assinou o dito padre ge/rall & os primeiros dous cõsillarios dom clemẽte / escriuaõ do conuento o fez em o sobredito dia mes / & anno ut supra. / D. Pedro geral “. A construção da Capela de S. Teotónio tinha sido decidida no assento do capítulo realizado em 3 de Março do mesmo ano. ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Lº 95 “ Assentos e resoluções do Convento (1554 a 1724)”, 3ª parte, fl. 50v. Publ. por Mário BRANDÃO, *Actas dos Capítulos do Mosteiro de Santa Cruz*, Coimbra: Arquivo do Museu de Arte da Universidade de Coimbra, 1946, pp. 131 e 129 (Mário Brandão publica os assentos até 11 de Abril de 1600).*

⁶²³ Cf Fig. 63 . Utilizámos uma planta retirada do SIPA *Mosteiro de Santa Cruz*, IPA.00004234 /Número IPA Antigo: PT020603170004 (http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4234)

⁶²⁴ Podemos seguir as principais campanhas de obras, para além das renovações da Sacristia em 1582 e 1622, a partir do já citado Livro de “ Assentos e resoluções do Convento (1554 a 1724)” :

- Parte 3ª (assentos de 1574 a 601): em 4 de Junho de 1575 o Padre Geral Dom Basílio obtinha autorização para fazer o dormitório dos noviços (fl.8); a 18 de Junho 1591 decidia-se a construção do dormitório sobre a varanda da que ia atestar na enfermaria (fl. 80v).

- Parte 4ª (assentos de 1579 até 1628): a 11 de Dezembro de 1599 decidiu-se tirar as laranjeiras do *Claustro do Silêncio*, por o ensombrarem muito (fl. 2 e 2v), sendo substituídas, uns anos mais tarde, pela fonte hoje existente. A 3 de Abril de 1600 que “*se pintasse ou fizesse de estuque as chaves da dita abobada da igreja, se dourasse depois as paredes, se faziaõ de azulão requeria a obra isto p.º de tudo ficar fermosa perfeita e acabada. Mandavam tambem que para a abóbada não ficar taõ húmida se fizessem algumas goteiras, se tirasse o entulho de sima della, e se fizesse de madeira o telhado...*” (fl. 8v), a 7 do mesmo mês que “*...as frestas do refeitorio se alargassem e fizessem de pedra de ançã...*” (fl.9), e no dia 11 seguinte decidia-se revestir a igreja e a capela-mor de azulejo para ficarem mais claras (fl.6); no dia 21 de Janeiro de 1602 informava-se o Capítulo que estava “*...concertado com Gaspar Coelho mestre de maçenaria para lhe fazer hú retabulo pº o altar da capella-mor e outro para a capela da piedade por um conto de reis...*” (fl. 17); a 14 de Abril do mesmo ano informava o P.º Geral o Capítulo que “*...Hyeronimo de Castilho cidadaõ desta cidade lhe pedira m.ºs vezes com m.ºta instancia q ele p o amor e afeição q tinha a esta Sancta casa e p m.ºs serviços que a ele seu pay fizera, desejava instituir capela para si e herdeiros se o convento a quiser dar...*”, tendo sido decidido dar-lhe a capela de Santo André que ele deveria “*dotar, fabricar e administrar*” (fl. 20); a 14 de Agosto de 1602, o marceneiro Antonio Dorta solicitava uma rectificação do preço, por se ter enganado no orçamento das grades novas que se faziam para o coro (fl. 24); a 9 de Maio de 1607, salientava-se a necessidade de concerto das varandas das cruces (fl.60), e a 23 de Junho de 1614 decidia-se a construção da nova hospedaria (fl. 101). A 29 de Novembro de 1614 analisava-se o pedido do cônego António Oliveira para fazer a sepultura do tio Domingos Gomes no cruzeiro da capela-mor. Assentou o mosteiro que o dito conego “*...ornasse primeiro a ditta capella, pondo-lhe retabolo novo, e azulejasse as paredes, e pintando e dourando o tecto e abobada na forma da Igreja, e tudo o mais q for necessario pera ornamento da ditta Capella...*” (fl. 109). A 12 de Janº de 1619 propunha o Padre Geral D. Miguel de Santa Cruz:

“*... averse de chegar com dormitorio grande mais fora como iaa algumas vezes se avia praticado, e assi maes fazerlhe húa baramda q fosse a dar em o choro se o tempo desse lugar, e ouvesse modo por isso...*”. Assentou o convento que , “*... por ser obra grandiosa e boa se fizesse mas que o dormitório se levantasse mais por assi ficar milhor podendo ser . E assim mais assentou o Convento se*

século XVII. Analisadas as Actas do Capítulo podemos concluir que essas mesmas campanhas de obras vão sendo propostas pelos sucessivos Padres Gerais, não havendo qualquer referência a um plano previamente traçado, aparecendo-nos mais como uma decisão tomada por cada um deles, de acordo com as necessidades do mosteiro, não existindo em nenhuma delas, qualquer referência ao nome de qualquer arquitecto.

São poucos os conhecimentos que hoje temos de como seria a Sacristia construída em 1582. Num manuscrito de finais do século XVI, uma descrição das medidas do Mosteiro de Santa Cruz diz-nos que a Sacristia tinha então “...seis braças de comprido e duas e m.^a de larguo o vistorio tem quatro braças de comprido e seis palmos de larguo e do alto do retabollo cinco palmos tem quatro almarios, hú sobre outro e sam quatro ordês destes por que os outros sam mais pequenos “⁶²⁵, isto é, praticamente um triplo quadrado. Estamos em crer, no entanto, que se trata ainda do espaço anterior à reforma de 1582, pois a descrição está junto a minutas de contratos com a data de 1579. A hipótese de ser anterior a 1582 é reforçada pelo facto de as

pudesse desfazer o cobelo que esta junto da torre dos sinos da banda do forno não faz.^{do} perjuizo da torre, e se fizesse serventia pello forno p^a o celeiro por ser m.^{to} necessaria per as officinas não serem capazes como he necesario, e com isso ficarem melhoradas, e assim se evitarem m.^{tos} inconvenientes.” (fl. 126v). A 8 de Agosto de 1620 decidiu-se fazer escada da *Claustra do Silêncio* até ao dormitório pela parte da Capela da Sr^a da Assunção (fl. 131v), e a 5 de Novembro do mesmo ano, fazer a *Árvore da Ordem* e os *Painéis da Vida de S. Theotónio* (fl. 133v). A 23 de Janeiro de 1621, assentava-se fazer as grades para as sepulturas dos reis (fl. 134v). Já depois da construção da nova Sacristia, entre 1622 e 1624, a 1 de Março de 1628 informou o Padre Geral D. Miguel de Santo Agostinho que a Capela de S. Teotónio estava “...muy danificada e havia necessidade de se reformular o retabulo e sepulcro em que estivesse com desensia, autoridade e reverencia o Corpo do Santo P.^e e asim mais pintar e dourar o capitulo e corpo da mesma Capella. E acabar de aprefeçoar a de S. Miguel, com azuleiio, e assim tambem a de Jesus” (fl. 155).

- Parte 5^a (assentos de 1628 até 1724): a 8 de Julho de 1628 decidiu-se fazer o arco novo da Capela de S. Teotónio e a capelinha no claustro onde estava a pia de água benta, e guarnecer de azulejo as capelas do claustro. Decidiu-se ainda a construção da varanda no topo do dormitório que cai sobre a horta (fls. 2 e 2v).

Entre 1630 e 1650 seria construída ainda a antiga enfermaria. Maria de Lurdes CRAVEIRO, Pedro MEDEIROS (Fot.), António Pedro PITA (pref.), *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra: Direcção Regional de Cultura do Centro, 2011, p. 54.

⁶²⁵ BPMP, ms. 86, *Miscelânea*, “Medidas de algúas pecas do mostr.^o de s.^{ta} +”, fl. 12v. (Doc. 79 em anexo). A *braça* era equivalente a duas *varas* e a sua medida correspondia a 2,2 metros. Quanto ao palmo, media aproximadamente 0,22 metros.

medidas nela constantes serem coincidentes com as que nos dá D. Francisco de Mendanha, prior do Mosteiro de S. Vicente de Fora em 1540 “ (...) *nas costas da sepultura del Rey D. Sancho esta a Sancristia de abobada de pedra, & bem lageada, que tem seis braças de comprido, & duas e meya de largo (...) A húa parte desta Sancristia contra o Ponente està a casa de thesouro feita a modo de Capella-mór, com seu arco de pedraria, com húas grades grandes, & grossas de ferro, com húa porta do mesmo...* “⁶²⁶.

Se no que diz respeito ao Colégio da Sapiência Dom Nicolau de Santa Maria, cronista dos agostinhos, refere que o autor da traça foi “...o famoso Architecto Felipe III...”⁶²⁷ (embora a historiografia actual aponte também o nome Jerónimo Francisco como seu possível arquitecto⁶²⁸), ele é omissos em relação ao autor da campanha de obras da Sacristia do Mosteiro. Apesar das imperfeições e dos erros que lhe são apontados, e que lhe valeram forte contestação por parte de outros cronistas, (em especial de Frei Inácio de S. Bento, que reivindicava para a sua Ordem o ter instituído os monges do Ocidente, que Dom Nicolau atribuía a Santo Agostinho), Nicolau de Santa Maria deveria conhecer bem as obras em curso uma vez que vestiu a murça de cónego no Convento de Santa Cruz de Coimbra, em 5 de Dezembro de 1615.

No que diz respeito à campanha de obras renovação da Sacristia empreendida em 1622, o problema tem girado em torno de duas questões fundamentais. A primeira diz respeito à autoria do projecto, que a historiografia centra na descrição de D. José

⁶²⁶ Dom Nicolau de SANTA MARIA, *História dos Cónegos Regrantes ...*, Livro VII, Capítulo XXII, p. 91. A descrição fora encomendada pelo Prior Geral de Coimbra D. Bento, para ser entregue ao Papa Paulo III, por intermédio do Cardeal Antonio Puc, protector da Congregação em Roma.

⁶²⁷ *Chronica da ordem dos conegos regrantes ...*, ob. cit., Parte II, L^o X, Cap. XXIX, p. 177.

⁶²⁸ Maria de Lurdes CRAVEIRO, *O Renascimento em Coimbra. Modelos e programas arquitectónicos*, dissertação de Doutoramento, Coimbra: Faculdade de Letras, 2002, pp. 278-283; *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra : Direcção Regional de Cultura do Centro, 2011, p. 49. Maria de Lurdes CRAVEIRO tem defendido a hipótese de a obra ter sido da autoria de um mestre local, embora não ponha de parte, completamente, uma possível autoria de Pedro Nunes Tinoco.

de Cristo, aceitando ou rejeitando o nome de Pedro Nunes Tinoco; a segunda, resulta da aceitação deste arquitecto como autor do projecto, centrando-se, agora, na explicação e integração de uma obra com estas características no percurso profissional de um arquitecto cujas obras que chegaram até nós, evidenciam características bem diversas.

Como afirmámos, o projecto tem sido tradicionalmente atribuído a Pedro Nunes Tinoco a partir do testemunho deixado por D. José de Cristo (1594 – 1663) no seu “ *Relato dos officiais que fizeraõ as obras de S. Cruz* ”, no qual afirma “ *Eu Vi hum grande mestre de Lisboa q ueo pera fazer a Sancristia noua a quem chamaõ o Tinoco, q se marauilhou da tal obra e dalguas figuras q nella uio muito bem lancadas, cõ notauel espirito* ” ⁶²⁹.

O texto de D. José de Cristo é da máxima importância pelas informações que nos dá, não só sobre a evolução do Mosteiro, mas também pela descrição das campanhas de obras que, em 1622, deram origem à actual Sacristia. Nele refere-se ainda que “ *...a sancristia velha, a qual agora neste anno de mil e seiscentos e uinte e dous se desfez, em cujo mesmo lugar se fabrica outra noua por traca de hu mestre de Lisboa q a isso ueo. Mandou fazer o P.^o D. Antonio da Cruz Geral. Correo Com elle D. Pedro Camerareo homem notauel em obras e de m.^{to} talento o qual fez quase todas as boas que a nesta casa, cõ m.^{ta} satisfacaõ de todos por lhe luzir m.^{to} o dinhejro nas mãos e fazer cõ pouquo o q outros fazẽ cõ m.^{to}. Nesta samcristia noua se poem este pedaço*

⁶²⁹ BPMP, ms 86. Deve-se a J. M. Martins de CARVALHO a primeira transcrição desta passagem do documento de D. José de Cristo (in *A cerâmica coimbrã*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, pp. 66 a 72 – **Doc. 80** em anexo). Esta transcrição seria completada por Vergílio CORREIA no seu artigo “Notícias sobre a Topografia do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, extraídas de manuscritos do antigo cartório” (in *Vergílio Correia. Obras*, Vol I, Coimbra: Universidade, pp. 247 a 261), no qual junta ainda alguns excertos deste e doutros manuscritos, que nos relatam as obras em curso no Mosteiro (sobretudo no tempo de D. José de Cristo - **Doc. 81** em anexo), e nos ajudam a esclarecer melhor onde assentou a nova Sacristia, que integrou o espaço da antiga portaria na qual se situava a *Porta da Trindade*, bem como uma relação de “acontecimentos milagrosos” que D. José de Cristo enuncia relativos aos acidentes sofridos pelos artistas que trabalharam nesta obra.

Mais recentemente, outros historiadores têm citado parcialmente o texto deste cronista como é o caso, por exemplo, Maria de Lurdes CRAVEIRO, *O Renascimento em Coimbra ...*, ob. cit., p. 517, nota 406, e de Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA, em *O Eupalinos Moderno: teoria e prática da arquitectura religiosa em Portugal : (1550-1640)*, Tese de Doutoramento em História (variante História da Arte); Coimbra : Faculdade de Letras, 2006, Vol. II, p.317.

de abobada q ficou da uelha, naõ em a samcristia, mas fora della em hum transito q esta pera a parte do occidente por onde uaõ pera o sanctuareo: onde também se comessa hũa escada noua q sobe pera o coro (...) A sancristia foi reedificada a segunda uez quando a jgreja, depois na era de mil e quinhentos e nouenta poquo mais ou menos se acrescentou pera a parte das figueirinhas, e agora no anno de mil e seiscentos e uinte e dous no mês de julho se reedificou ou comessa a edificar a terceira uez, e fica a parede da parte do sul encostada a huã rua a que chamaõ as figuejrinhas (...)”⁶³⁰.

Sabemos que nem sempre os cronistas corresponderam à verdade dos factos, inflamados pelos mais variados motivos e devoções, apesar da grande fama por que muitos ficariam conhecidos. Vimos já como o próprio D. Nicolau foi contestado. No entanto, a reputação de D. José de Cristo (também conhecido como D. José de Britiandos) como cronista⁶³¹ e profundo conhecedor dos arquivos dos mosteiros, legitima a sua afirmação, o que é reforçado pelo facto de ter professado em Santa Cruz, em 2 de Outubro de 1609, tendo contactado de perto com a realidade das obras (afirmando que ele próprio participara na conclusão da obra da Sacristia⁶³²), bem como com os Nunes Tinoco (em especial com João), quando foi nomeado Provedor do Mosteiro de S. Vicente de Fora em 1644 .

⁶³⁰ J. M. Martins de CARVALHO, *A cerâmica coimbrã*, ob. cit., pp. 66, 67 e 68.

⁶³¹ D. José de Cristo, também conhecido como D. José de Britiandos, nasceu em Ponte de Lima, em 1594, e morreu em 12 de Fevereiro de 1663. O seu verdadeiro nome era José Pereira e, por habitar com os pais na Quinta de Britiandos, seria assim apelidado. Incansável examinador dos arquivos dos Mosteiros, escreveu, entre outras obras que ficaram manuscritas na livraria do mosteiro, *Fundação do Novo Colégio de Coimbra, Fragmentos das Crónicas de Santa Cruz de Coimbra, Primeira Parte da Crónica de Santa Cruz de Coimbra que é a segunda dos Cónegos regulares do Reino de Portugal, onde se contam algumas coisas das muitas que sucederam neste mosteiro desde o dia da sua fundação até os trinta anos seguintes em que viveu seu prior S. Teotónio*.

⁶³² Vergílio CORREIA, “Notícias sobre a Topografia...”, ob. cit. p, 261, citando o referido ms.86 da BPMP, fl. 50.

De acordo com a documentação que temos vindo a referir, a obra da Sacristia (que corresponde a uma terceira reformulação da mesma ⁶³³) terá sido iniciada em 1622, data que está gravada no lintel de um vão de passagem para a Sala do Capítulo e que, desafiando uma possível lógica, corresponde ao início da obra e não à sua conclusão (Fig. 64). Através de uma escritura datada de 7 de Agosto de 1623, celebrada entre D. António da Cruz e o cabouqueiro Jorge Gaspar da Vila de Ançã ⁶³⁴, sabemos que este último era obrigado a dar ao mosteiro toda a pedraria necessária para a abóbada da sacristia que então se fazia, “ (...) *muito boa, macia, alva e bem desbastada, tudo a contento do dito mosteiro, e do Padre Domingos Pedro, camarario delle, e com parecer dos officiaes, mestre Manoel João, e aparelhadores; e isto até todo o mez de Novembro que vem do prezente ano (...)*”. Vemos, assim, que a abóbada estava ainda em plena execução no final do ano de 1623. Em Fevereiro de 1624 a Sacristia estava quase pronta, como se pode inferir do testemunho de D. José de Cristo que relata um incidente com um pedreiro “...*ante-ontem sabado dez dias de Fevereiro de 1624 anos de Christo succedeo hum caso notável, depois de muitos que logo contarei. Andaua hum carpinteiro sobre o arco da abobeda da sanchristia pregando huma escora para o telhado...*” ⁶³⁵, mostrando também que o seu testemunho data do mesmo mês, pelo que estaria bem informado, participando de toda a actividade.

A obra viria a ser concluída na Semana Santa de 1624 (no dia 1 de Abril), para o que foi necessário realizar, num só dia, aquilo que habitualmente era feito em quatro. Para assentar as pedras das abóbadas e terminar a obra, trabalhariam afincadamente, para além do aparelhador, quatro assentadores, dois alvanéus e perto de quinze servidores, bem como os irmãos e o próprio D. José de Cristo, tendo-se assentado oitenta e quatro pedras entre as seis da manhã e as duas da tarde, fazendo-se ainda

⁶³³ A primeira reconstrução foi feita no reinado de D. Manuel, e a segunda corresponde à campanha de 1582.

⁶³⁴ Joaquim Martins de CARVALHO, “A Sachristia de Santa Cruz”, in *O Conimbricense*, 4 de Abril de 1893, fl. 1v.

⁶³⁵ Vergílio CORREIA, “Notícias sobre a Topografia...”, ob. cit. p, 254 citando o referido ms.86 da BPMP, fl. 123v.

parte da parede da rua até ao telhado, a qual tinha mais de uma braça de alto, duas de comprido, e uma vara de largo ⁶³⁶.

Parece-nos, como tal, digno de todo crédito o documento escrito por este cronista e, embora refira apenas um Tinoco sem especificar qual, dada a cronologia dos factos, não podia ser outro senão Pedro Nunes Tinoco. Conhecida é a presença deste arquitecto em Coimbra em várias datas, nomeadamente através da provisão de 9 de Agosto de 1622 (ano de início da renovação da Sacristia) “ *a negócios* “ do Mosteiro de Santa Cruz, e para ser ouvido a propósito do lance e orçamento das obras das pontes e caminhos da cidade ⁶³⁷ (deslocando-se ainda a Coimbra em datas posteriores, para trabalhos diversos), o que vem reforçar o testemunho de Frei José de Cristo. A historiografia actual tem contestado, no entanto, esta atribuição propondo a sua revisão. Defendendo para o arquitecto régio um papel de *apoio circunstancial*, uma vez que a riqueza decorativa deste espaço parece ser estranha à obra de Pedro Nunes Tinoco ⁶³⁸, oferece como hipótese alternativa tratar-se de uma obra do mestre local Manuel João, hipótese que tem sido defendida por Lurdes Craveiro, para quem este teria sido na realidade o autor da obra ⁶³⁹, continuando outros autores, a manter válido o nome de Pedro Nunes Tinoco não apenas como seu autor, mas tendo também um papel activo na campanha do Colégio da Sapiência, nomeadamente na conclusão do projecto ⁶⁴⁰.

⁶³⁶ Idem, *Ibidem*.

⁶³⁷ Sousa VITERBO, *Dicionário...*, Vol. III, pp. 121 e 122. Cruz CERQUEIRA, “Para uma História da Arte Portuguesa. Pedro Nunes Tinoco chefe de uma família de arquitectos”, in Diogo de MACEDO e Eva Arruda de MACEDO (compil.), in *Artigos publicados na Imprensa sobre elementos para a História da Arte em Portugal / Cruz Cerqueira (164_/196_)*, FCG, Biblioteca de Arte, Reservados, DM 095/9. Publicado por Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA *O Eupalinos Moderno: teoria e prática...*, ob. cit., p. AHMC, *Provizões Antigas*, fl. 37 e 37v (nova transcrição e sublinhado nossos (**DOC.82** em anexo).

⁶³⁸ Miguel SOROMENHO, “Classicismo, Italianismo e « Estilo Chão». O Ciclo Filipino”, in Paulo PEREIRA (dir.), *História da Arte Portuguesa*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, Vol. II, p. 390.

⁶³⁹ *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, ob. cit., p. 54. Afirmando, no entanto, que se mantém ainda a possibilidade de Pedro Nunes Tinoco ser o arquitecto da obra, refere que lhe parece mais provável ser deste arquitecto apenas o lavabo da sala anexa.

⁶⁴⁰ Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA, em *O Eupalinos Moderno...*, Vol. II, p.319. Para Nelson Correia Borges, é mais provável que no Colégio se deva a Pedro Nunes Tinoco o projecto do claustro menor, o

Como entender, então, a intervenção de Pedro Nunes Tinoco na Sacristia de Santa Cruz? Embora o nome de Manuel João seja apontado como possível autor do novo espaço (cuja participação na obra está documentada, como mestre responsável pela construção da abóbada, no contrato realizado em Agosto de 1623), parece-nos que Pedro Nunes Tinoco reunia as condições necessárias para assinar o projecto – os cruzios queriam, certamente, um arquitecto de prestígio pois, como cabeça da Ordem desejariam estar altura das grandes obras em curso no Mosteiro da capital. A estas razão somava-se, certamente, a grande rivalidade com Alcobaça, que recebia também muitos privilégios dos Filipes, nomeadamente a de cronicado-mor, através de Frei Bernardo de Brito em 1614, quando da morte de Francisco de Andrada, cabendo aos cistercienses o papel de exaltar os feitos dos antigos reis de Portugal, afirmando-se como centro espiritual do Reino⁶⁴¹. A estes aspectos juntar-se-iam outros, tão ou mais importantes, relacionados com os problemas técnicos que a obra implicava (como a construção da abóbada, por exemplo), problemas a que a equipa técnica vicentina provava ser capaz de solucionar (Fig. 65).

Era, assim, mais que provável que Frei António da Cruz recorresse aos técnicos que construíam a maior obra do reino, pertencente também à Congregação que ele dirigia, o Mosteiro de S. Vicente de Fora (e de que fora Prior no triénio anterior), na qual se encontrava Pedro Nunes Tinoco, cujo prestígio era já notório.

Se existem dúvidas quanto à veracidade dos factos relatados por Dom Nicolau de Santa Maria como cronista, parece-nos que não anda longe da verdade a descrição relativa à obra da Sacristia e a discussão que terá gerado a renovação empreendida em 1622: “ *Foi o P. Prior gèral D. Antonio da Cruz de espiritos generosos, como mostrou na*

qual nunca seria terminado. Nelson Correia BORGES, “Colégio de Santo Agostinho. Espaços Monásticos-Ecolares”, in *Homenagem da Misericórdia de Coimbra a Armando Carneiro da Silva (1912-1992)*, Maria José Azevedo SANTOS (coord.), Coimbra, Viseu: Palimage, Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2003, pp. 139 e 140.

⁶⁴¹ Joaquim Veríssimo SERRÃO, ob. cit., p. 101.

*obra da Sancristia noua do Mosteiro de S. Cruz, que empreendeo, & leuou ao fim, contra o parecer dos Architectos, que diziaõ que se derrubasse a sancristia velha, a que estaua encostada à Capella mòr da Igreja, que hauia de cahir a Capella; porèm o P. Prior gèral lhes tirou este receyo com boas, & euidentes rezões, & a experiencia mostrou que os Architectos se enganauaõ, porque derrubada a sancristia velha, ficou a Capella mòr em pé, sem render por parte algũa. No lugar pois da antiga Sancristia se fez a noua com tanta perfeiçaõ, & primor da arte, que he o mais nobre & illustre edificio que pòde hauer neste genero de Sancristia em toda a Europa...”*⁶⁴². Ainda que esta tente exaltar a figura de D. António da Cruz, percebemos que o projecto da nova Sacristia terá gerado alguma preocupação aos técnicos pois temia-se que, demolindo a anterior, cedessem as paredes dos espaços anexos⁶⁴³.

Dom Nicolau de Santa Maria deixa-nos também uma completa e pormenorizada descrição da mesma⁶⁴⁴. Afirmando que *”Pera podermos bem*

⁶⁴² *Chronica da ordem dos conegos regrantes do patriarcha Santo Agostinho*, ob. cit., Parte II, Lº X, Cap. XL, p. 408.

⁶⁴³ O que resultava, sem dúvida, do facto desses mesmos espaços (Sacristia velha, Capela-mor, Sala do Capítulo) resultarem de uma mesma campanha de obras de período manuelino, apesar da reformulação de 1582. Como referiu D. José de Cristo, estes espaços tinham sido construídos *a la una*, isto é, lançados em simultâneo o que poderia, com efeito, pôr em perigo a capela-mor, se a obra agora a fazer fosse de grande envergadura e implicasse grandes demolições. *“...e o capitulo sancristia e Igreja corriaõ egoalm.ºe porq seruiaõ de acompanhar as paredes da jgreja, e asi como cada huã dellas chegaua a sua altura q a proporção pedia se fechaua, continuando a igreja por ser obra mais alta, e asi se fes o Capitulo, Sancristia e Capela mor quasi a la una...”*, in J.M. Teixeira de CARVALHO, *A cerâmica coimbrã*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, pp. 66 a 72.

⁶⁴⁴ *Chronica da ordem dos conegos regrantes do patriarcha Santo Agostinho*, ob. cit., Parte II, Lº VII, Cap. XXIV, pp. 96 a 98 – **Doc. 83** em anexo.

Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA dá-nos também uma descrição dos seus elementos arquitectónicos: *“ Segmentos da abóbada, dividida por arcos torais com silharia almofadada, apresentam três fiadas de caixotões octogonais decorados interinamente com florões em relevo – alguns assentes em pirâmides octogonais – caixotões esses interseccionados por outros em forma de diamantes piramidais igualmente em relevo. A ordem arquitectónica de pilastras sobrepostas dóricas profusamente ornadas é um dos momentos nobres, por excelência da sacristia, não atestando no chão mas limitadas a um rodapé ao nível do arcaz. Os fustes são preenchidos por segmentos geométricos em relevo, sendo que as bases nos cantos do rectângulo terminam em mísulas ornadas e enrolamentos florais à maneira de aletas. O capitel apresenta equino com as tradicionais fiadas de óvulos, pendentes e denticulos, - e moldura superior com folhinhas de acanto – e o ábaco trabalhado com um rendilhado semelhante as incisões das estrias das colunas. Por sua vez o entablamento é exposto com correcção. A arquitrave com tripla moldura, o friso ocupado por almofadas rectangulares piramidais de arestas cortadas, separadas por mísulas ornadas no dorso com folha de acanto e na voluta por escamas – mísulas essas que ritmam o ressalto do friso que incorpora triglifos duplos em correspondência com os capitéis das pilastras. Por fim*

descrever este illustre edificio, se requeria obra mais de pincel, que de pena, porque toda a narração fica curta nas excellencias de edificio tam nobre..., informa ainda que o Cardeal Palloto a considerara a mais perfeita da Europa e que *...he todo triunfado em obra Corintia, Dorica, Ionica e Asturga...*, com abóbada coríntia de florões e diamantes que, tal como o resto da sacristia, era de pedra de Ançã, salientando a sua qualidade ductil, *...toda lavrada do mayor polimêto que a arte usa, salvo de brunido, & lustrado...*. (Fig. 66).

Esta descrição mostra que Frei Nicolau tinha também alguma informação de arquitectura ao mencionar a ordem *asturga* querendo referenciar, certamente, *aticurga*⁶⁴⁵ O cronista exalta a “ proporção na arte “ de todo o conjunto : 72 palmos de altura, 47 de largura e 44 desde o pavimento até à cornija, aos quais se juntam os 22 palmos contados desde esta até à linha de fecho do dorso da abóbada, proporções

a cornija viva e ressaltada nos ângulos repete as molduras do capitel com óvulos e pendentes, denticulos e segmento superior com uma fiada de folhas de acanto. Resta referir os quatro elegantes portais apenas diferenciados entre si pelos mascarões centrais ao nível do remate superior: partem de um arco de volta perfeita suportado por duplas pilastras coríntias com fuste estriada e marcado no terço inferior e capitel de esparsas folhas de acanto bem lavradas. O corpo correspondente ao meio círculo desenvolve duas mísulas ornadas de acantos no seguimento das pilastras parietais e no dorso do arco, anjos estilizados – elemento caracteristicamente regional – nos triangulos mistilíneos e mísula central O remate superior é constituído por um frontão curvo interrompido, ornado no interior por mascarão ou carranca ladeada por duplos enrolamentos florais – ou em voluta e em acanto.” (ob. cit, Vol. II, p. 318).

⁶⁴⁵ A expressão aparece nos tratadistas que seguem Vitruvius, nomeadamente por Sagredo, que muito elogia esta ordem ou “género”. No entanto é muito interessante a completa definição que dela nos dá Inácio da Piedade Vasconcelos, comparando-a com a coluna ática, quando descreve a capela-mor da Igreja da Alcáçova de Santarém : “ *Acompanhaõ o seu arco da frontaria duas columnas, as quais chamaõ os Architectos Atticurgas, que tem a vista só de huma face, porque como aquellas columnas a que chamaõ Atticas, saõ quadradas sem diminiuiçaõ (como eu já escrevi no livro que compuz, intitulado Artefactos Symmetricos, e Geometricos) estas Atticurgas mostraõ o mesmo feitio, mas não se lhe ve, nem tem mais que huma face, tendo esta de vaõ, ou de saida da parede huma maõ travessa, respeitando porem a largura, e altura da colúna, porque assim terà mais ou menos de saida. Estas columnas pois que digo nesta Igreja, que acompanhaõ o arco da Capella mayor, vaõ do primeiro terço que sobe da sua vasa, astriadas athe acima dos capiteis, os quais sã Corinthios, que não he deeito nestas castas de columnas, ou sejaõ Atticas, ou Atticurgas, poremlhe quaisquer capiteis das sinco ordens gerais, não sendo porem da ordem Toscana” (História de Santarém edificada : que dá noticia da sua fundação, e das couzas mais notaveis nella succedidas : a saber das fundaçoes de todas as suas Igrejas, assim das paroquias, como dos conventos, e ermidas, dos prodigiosos milagres ali succedidos... Primeira [-segunda parte] / composta pelo padre Ignacio da Piedade e Vasconcellos... ; dada à luz por hum curioso amante da ditta Villa. Lisboa Occidental : vende-se a primeira, e segunda parte na logea de Jozè Francisco Mendes, a diante da Igreja da Magdalena : e na de Antonio Costa defronte da Igreja da Boa-Hora, 1740, Livro I, Capitulo VIII, p. 79).*

que nos dão para a planta uma dimensão muito próxima da sesquiáltera e que coincidem, praticamente, com as que mais tarde nos daria Vilhena Barbosa: comprimento 16 metros, largura 10,44, e altura 10,66 ⁶⁴⁶.

Não escapou também ao cronista a *unidade da obra*, ao salientar a semelhança entre o desenho dos elementos decorativos da abóbada, e os do próprio pavimento “...correspondente ao tecto da abóbada, todo de lisonja de pedra branca, & preta floreada como em cima...” ⁶⁴⁷. Esta mesma unidade é também reforçada pela decoração do *fino, & lustroso azulejo de Lisboa* cujo padrão se articula perfeitamente com os motivos da abóbada e do pavimento. (Fig. 67).

3. As possíveis influências

Referimos já como qualquer abordagem que se entenda fazer sobre a Sacristia de Santa Cruz terá que assentar, forçosamente, em duas questões fundamentais: autoria do projecto e possíveis influências sofridas na sua concepção.

Aceitando, com base nas evidências que acabámos de analisar, que a autoria do projecto se deve realmente a Pedro Nunes Tinoco, resta-nos tentar perceber quais terão sido as essas mesmas influências.

Quando entramos neste espaço somos duplamente surpreendidos – por um lado, o carácter áulico do espaço e, por outro, a exuberância decorativa que, embora tenha já sido conotada com um decorativismo de raiz flamenga, o ultrapassa no refinamento (ainda que exagerado), que quanto a nós resulta de uma síntese de

⁶⁴⁶ Inácio de Vilhena BARBOSA – *Monumentos de Portugal. Historicos, Artísticos e Archeologicos*, Lisboa: Castro Irmão Editores, 1886., p. 419

⁶⁴⁷ Frei Nicolau de SANTA MARIA, *História dos Cónegos Regrantes ...*, Livro VII, Capítulo XXIV, p. 98.

influências (Figs. 68 a 70)., sobretudo italianas. Não é por acaso que este espaço foi já comparado à *Sala Régia* do Vaticano ⁶⁴⁸.

Kubler analisou já de que modo nos chegaram as diversas correntes que influenciariam a arquitectura portuguesa, ainda no século XVI ⁶⁴⁹. A influência dos modelos decorativos flamengos far-se-ia por via da gravura flamenga em Portugal e de livreiros como Craesbeck ⁶⁵⁰, e de Jerónimo de Ruão, o seu veículo junto a Lisboa ⁶⁵¹ - a partir da Capela-mor dos Jerónimos, estender-se-ia a outros importantes edifícios como a Igreja da Luz, a Velha Misericórdia, ou até mesmo S. Vicente de Fora - influências essas que Pedro Nunes Tinoco deverá ter colhido na sua possível colaboração com Baltazar Álvares, quando este assume a direcção da obra do Hospital da Luz, ou em S. Vicente ⁶⁵². Quanto às influências italianas (e também espanholas) elas chegaram através dos numerosos engenheiros e arquitectos que connosco trabalharam (muitos deles por via espanhola) - Terzi, Herrera, Vincenzo Casale, entre outros - e com elas contactou Pedro Nunes Tinoco em S. Vicente de Fora e nos muitos trabalhos em que com eles colaborou, sem esquecer a importação de gravuras já referida.

O sentido áulico da Sacristia resulta, sem dúvida, das suas equilibradas proporções, em tudo semelhantes às que Serlio descreve no Livro III, num templo da

⁶⁴⁸ Pedro DIAS, Coimbra, *Coimbra : guia para uma visita*, Coimbra : Dias & Maleitas, 1977.p. 103.

⁶⁴⁹ George KUBLER, *A arquitectura portuguesa chã : entre as especiarias e os diamantes, 1521-1706*, trad. Jorge Henrique Pais da SILVA (trad.), José Eduardo Horta CORREIA (pref. à ed. port), Lisboa : Vega, 1988.

⁶⁵⁰ Cf. Marie Thérèse MANDROUX-FRANÇA, *L'image ornementale et la littérature artistique importées du XIe au XVIIIe siècle : un patrimoine meconnu des bibliothèques et musées portugais*, Porto : Câmara Municipal, 1983.

⁶⁵¹ George KUBLER, *A arquitectura portuguesa chã...*, ob. cit., p. 67.

⁶⁵² Pedro Nunes Tinoco aparece em 1620 como padrinho num baptismo da Freguesia de S. Lourenço de Carnide. ANTT, *Registos Paroquiais de S. Lourenço de Carnide*, Lº de Baptismos, fl..78: "A 20 de outubro baptizei na pia baptismal de s. lourenço de carnide a joze fº de felicio ou frº leitão e de antonia dias foi padrinho pedro nunes Arquiteto de S. Mag.^{de}". publicado por José Baptista PEREIRA "Memórias de Carnide", *O Instituto*, vol 61, p. 547, *apud* Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA, *O Eupalinos...*, ob. cit., Vol. II, p. 308

Antiguidade por ele observado: “*IL tempio qui sotto dimostrato è fuori di Roma molto ruinato, & è la maggior parte di pietra cotta, e non è molto grande, ne si comprende che havesse luce se non da la porta, e da finestre alte per testa sopra le cornici, tutti glialtri fori erano luoghi da statue, o da Idoli, o cose simili. La misura di questo tempio si perdette per il viaggio; e però io non la pongo altramente, ma l’Architetto si potra valere de la inventione; ma ben tengo in memoria che’l tempio dentro era un quadro e mezo, cosi ne la pianta come ne l’altezza*”⁶⁵³ (Fig. 71) as semelhanças não são apenas nas proporções, mas também na abóbada de berço com caixotões que cobre o edifício, bem como nas grandes janelas terminais (única fonte de luz, como salienta Serlio), que encimam as paredes de topo. Serlio chama ainda a atenção para o facto de os outros espaços, serem ocupados por nichos com estátuas. Não podemos, no entanto, afirmar até que ponto esta iconografia (ou por que vias) poderá ter influenciado o nosso arquitecto. Sabemos, pelo levantamento da tratadística que circulava em Portugal em período moderno, que desde longa data, existiam tratados seus entre nós⁶⁵⁴.

A dúvida coloca-se sobretudo no que diz respeito à decoração do espaço, a qual se afigura “excêntrica” (Figs. 72 a 74) em relação ao estilo depurado que associamos a Pedro Nunes Tinoco. Terá a mesma tido sido deixada ao cuidado de Mestre Manuel João, respondendo a um gosto e tradição local que, em simultâneo, se desenvolvia em outras obras como a do Colégio da Sapiência, ou terá Pedro Nunes Tinoco concordado em realizar, de acordo com as directivas dos encomendadores, um programa que seguisse essa mesma tradição, contrariando aquelas que são vulgarmente apontadas como características da sua obra ?

⁶⁵³ “II TERZO LIBRO di SABASTIANO SERLIO Bolognese, nel qual si fugurano, e descrivino LE ANTIQVITA DI ROMA, E ALTRE CHE SONO IN ITALIA, E FUORI D’ITALIA”, Cap. XXXII, in *Il primo [-quinto] libro d’architettura... di Sebastiano Serlio, Bolognese*, Vinetia : Nicolini da Sabbio : a instantia de Marchio Sessa, 1551. Esta gravura circulava também como estampa, como prova a existência de um exemplar na BN (E. 4701 P.), que, pelas características do papel, está datado de finais do século XVI ou inícios do século XVII.

⁶⁵⁴ *Tratados de Arte em Portugal/Art Treatises*, Rafael MOREIRA e Ana Duarte RODRIGUES (coord.), Lisboa: Scribe, 2011. Nas pp. 31 a 42 inclui um *Apêndice* com os tratados que circulavam entre nós em época moderna.

Uma vez mais é a leitura conjunta de Dom Nicolau e das Actas dos Capítulos que nos podem ajudar a entender qual teria sido o papel de Pedro Nunes Tinoco. Diz-nos Dom Nicolau de Santa Maria que *“Foi o P. Prior gèral D. Antonio da Cruz de espiritos generosos, como mostrou na obra da Sanchristia noua do Mosteiro de S. Cruz, que empreendeo, & leuou ao fim, **contra o parecer dos Architectos, que diziaõ que se derrubasse a Sanchristia velha, a que estaua encostada à Capella mòr da Igreja, que hauia de cahir a Capella; porèm o P. Prior gèral lhes tirou este receyo com boas, & euidentes rezoës, & a experiencia mostrou que os Architectos se enganauaõ, porque derrubada a Sanchristia velha, ficou a Capella mòr em pé, sem render por algũa parte. No lugar pois da antiga Sanchristia se fez a noua com tanta perfeiçaõ, & primor da arte, que he o mais nobre, & illustre edificio que pòde hauer neste genero de Sanchristia em toda Europa (...)**”*⁶⁵⁵.

O testemunho de Dom Nicolau, ainda que possivelmente exacerbado na tentativa de salientar o desempenho de Dom António da Cruz deve ter reflectido, no entanto, um problema construtivo que se colocou na altura. Ele mostra, ainda, que D. António tinha em mente um espaço bem definido, que teimou em construir, apesar das objecções dos *arquitectos* (D. Nicolau fala no plural). A hipótese de que a Sacristia correspondia a uma ideia de D. António é também confirmada pela Acta do Capítulo de 30 de Julho de 1622, no qual o P. Vigário D. Sebastião da Graça interroga o Conselho se pretende ou não fazer a obra, e no qual se decide avançar com a sua construção: *“(...) como o ornam.^{to} que o Rm.^o p.^e geral Dom An.^{to} da Cruz queria fazer p.^a a Sanchrestia se não podia fazer p. falta de officiais p.^a o q tinha licença do Convento, q vissé se quieriam que se fizesse a sanchrestia, por ser obra m.^{to} necessaria. Assento no cõvento nemine discripante se fizesse e p verdade eu Balthizar escriuaõ do Convento fiz este assento aly ao ditto cõvento e assinou este assento Rm.^o P.e Vig.^o e dous prim.^os Conciliarios D. Sebastião da Graça Vig. D. Marcos da Cruz (...)*⁶⁵⁶.

⁶⁵⁵ *Chronica da ordem dos conegos regrantes do patriarcha Santo Agostinho*, ob. cit., Parte II, L^o X, Cap. XL, p. 408. Sublinhado nosso.

⁶⁵⁶ ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, L^o 95 “ Assentos e resoluções do Convento (1554 a 1724)”, 4^a parte, (1599 até 1628) fl. 139 (Sublinhado nosso).

Não há dúvida que D. António além de ter uma ideia para o espaço que queria ela ocupasse, tinha também já uma ideia para o seu ornamento, de acordo com o fiável assento. Celebrado o Capítulo a 30 de Julho, a 9 de Agosto seguinte Pedro Nunes Tinoco ia já a caminho de Santa Cruz ⁶⁵⁷, para materializar, sem dúvida, o projecto que D. António tinha em mente (e que, de acordo com D. José de Cristo, terá ficado fortemente impressionado com os relevos de Nicolau de Chanterene ⁶⁵⁸).

Qual terá sido a sua inspiração, é a dúvida que nos deparamos agora. A história das relações religiosas e políticas dos agostinhos poderá conduzir-nos a uma hipotética fonte de inspiração para a actividade construtiva do Mosteiro de Santa Cruz na segunda metade do século XVI e início do século XVII. Referimos já que em 1558 tinha sido decidido enviar a Roma dois delegados seus de modo a resolver os problemas que tinham pendentes relativos a alguns mosteiros, e à questão com a Universidade.

A escolha recaiu sobre, D. Filipe e D. Clemente ⁶⁵⁹, dois prestigiados irmãos que nos deixaram um relato minucioso da viagem e da estada em Roma ⁶⁶⁰.

⁶⁵⁷ AHCMC, *Provizões Antigas*, fl. 37 e 37v. Publ. por Carlos Manuel Ruão da Costa LIMA, *O Eupalinos...*, ob. cit., Vol. III- **Doc. 82** em anexo (nova transcrição e sublinhados nossos).

⁶⁵⁸ D. José de Cristo, *Miscelânea...*, **Doc.80** anexo.

⁶⁵⁹ Pensamos ser oportuno, como tal, debruçarmo-nos um pouco sobre a biografia que destes religiosos traça Dom Nicolau de Santa Maria. De D. Filipe Pegado diz-nos que tomara o hábito em Santa Cruz em 1527, vindo a ser eleito Prior Geral do Mosteiro em 1548. Filho da nobreza de Elvas, de Mendo Pegado e de Catarina Casela da Fonseca, “*era gentil-homé, & de boa presença, dotado de grande prudencia, & sobretudo varaõ de rara virtude, & mui temente a Deus*”. De D. Clemente da Silva diz-nos que era filho de D. Luis da Silva e de D. Maria de Távora, e que se criou no Paço no tempo de El Rey D. João III. com os outros moços fidalgos (Dom Nicolau de SANTA MARIA, ob. cit., Cap. VIII, pp. 310 e 312). Criando-se no Paço no período referido pelo cronista, deveria ser aproximadamente da mesma idade do Infante D. Luís, e certamente dotado de uma cultura invulgar para a época, pois deverá ter participado daquela que foi considerada “*uma verdadeira academia científica em Lisboa a partir de 1536 em torno das lições do cosmógrafo-mor Pedro Nunes ao Infante D. Luís, das quais terá participado também D. João de Castro*” onde se fazia a leitura e comentário da Esfera de Sacrobosco, da Geografia de Ptolemeu, da Física de Aristóteles, bem como de uma possível leitura de Vitruvius que Pedro Nunes se dedicou a interpretar desde 1637, e que viria a traduzir em 1541. (Rafael MOREIRA, “A Escola de Arquitectura do Paço da Ribeira e a Academia de Matemáticas de Madrid”, in *As relações artísticas entre Portugal e Espanha na época dos descobrimentos*, II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte, Coimbra: Livraria Minerva, 1987, p. 65).

No seu relato, D. Filipe e D. Clemente deixaram-nos o registo da compra de livros que fizeram em Itália. Para além do grande número de livros relacionados com os ofícios divinos, o que dado o espírito da época devia preocupar todas as comunidades religiosas, nas aquisições feitas por D. Filipe e por D. Clemente (para o que pediram licença ao Prior Geral) constam outro tipo de livros, nomeadamente de música, (de que Santa Cruz tinha grande tradição desde o século XII), bem como algumas gravuras ⁶⁶¹. São precisamente estes últimos que nos interessam. Na minuciosa relação feita pelos dois religiosos podemos verificar a compra de oito *papéis* das imagens de Nosso Senhor e Nossa Senhora para os seus oratórios (Páscoa de 1559) ⁶⁶², *carta debuxo* da Terra Santa (em Julho do mesmo ano) ⁶⁶³, verónicas diversas da imagem de Nosso Senhor ⁶⁶⁴. Surpreendente é, no entanto, a referência a “ *...tres cartas grandes do dia do Juizo estanpadas e tiradas do que pintou Michael Angelo em a capella do papa que compramos pera cada húa das casas se pagaram tres escudos...*” ⁶⁶⁵, as quais terão servido de modelo, certamente, para uma cópia do Juízo final que está hoje no Museu Machado de Castro (o recurso a fontes gravadas

É bastante provável que a erudita formação de D. Clemente tenha sido determinante na vida de Santa Cruz, a par da reforma empreendida por D. Brás. Certamente que foi, ou não teria sido um dos escolhidos para a difícil tarefa que a Congregação lhes incumbiu de resolver em Roma, e que Frei Nicolau diz ter sido realizada com sucesso.

⁶⁶⁰ Maria Helena Cruz COELHO e Maria José Azevedo SANTOS in *De Coimbra a Roma : uma viagem em meados de quinhentos*, Coimbra : Coimbra Editora, 1990. Em Roma encontraram-se com outros portugueses, tais como Manuel da Gama, filho de Vasco da Gama, Lourenço Pires de Távora (nomeado por D. Catarina embaixador em Roma) e D. Álvaro da Costa, Deão da Guarda.

⁶⁶¹ Maria Helena Cruz COELHO organizou a *rubrica livros* tendo em consideração quatro aspectos: aquisição de livros; encadernação e iluminura; imagens; bulas, traslados e papéis. *De Coimbra a Roma...*, ob.cit., p. 30, nota 90. A autora faz ainda uma análise de alguns destes títulos ao longo da obra.

⁶⁶² *Livro de despesa...*, fl. 11v. *De Coimbra a Roma...*, ob. cit., p. 83.

⁶⁶³ *Livro de despesa...*, fl. 14v. *De Coimbra a Roma...*, ob. cit., p. 87.

⁶⁶⁴ *Livro de despesa...*, fl. 21 . *De Coimbra a Roma...*, ob. cit., pp. 99 e 105.

⁶⁶⁵ *Livro de despesa...*, fl. 31. *De Coimbra a Roma...*, ob. cit., p. 111. Agradecemos ao nosso orientador esta referência.

estendeu-se mesmo a outro campos iconográficos, e delas parece ter feito uso Chanterene e Ruão)⁶⁶⁶.

D. Clemente registava também que, de acordo com as instruções recebidas do Padre Geral da Congregação em 25 de Janeiro de 1561, “...o irmão Dom Filipe pode comprar hatee 10 ou 15 Livros e eu os que me forem necessarios o irmão Dom Filipe disse que queria tambem empregar este dinheiro em alguns livros em veronicas de Nosso Senhor e comprou doze que custaram 10 julios e as imagens de S. Pero e S. Paulo por um julio...” registando-se ainda que D. Filipe levava *certos debuxos de imagens*, constando também da *despesa particular do irmão D. Clemente* “... 30 papeis de marca de grande impressos de diversas figuras e debuxos e LX pequenos de imagens se pagaram 25 julios, 48 imagens da veronica de Nosso Senhor impressas em papel e hum livro de debuxos e outros dous livrinhos escriptos em a lingua italiana...”⁶⁶⁷.

Verificamos, assim, que estes dois emissários de Santa Cruz em Roma tinham também por incumbência recolher iconografia que pudesse servir à vida da Congregação, a integrou seguramente o seu acervo documental, servindo nomeadamente como fonte de inspiração artística, como a já citada cópia do Juízo Final o demonstra. É possível que entre estas gravuras estivesse alguma que tivesse servido de inspiração para o modelo decorativo da Sacristia.

Não menos importante é o testemunho de Frei Marcos da Cruz sobre a obra da Sacristia de Santa Cruz de Coimbra: “ No mosteiro de S.^{ta} Cruz tinha o governo o padre Dom Antonio da Cruz, como Prior delle; e geral de toda a Congregaçãõ; entre as obras, que intentou fazer de preço foi hum ornam.^{to} perfeito todo broslado de matiz dourado; e mandou fazer o debuxo delle a hum nosso religioso, que pos em admiraçãõ os brosladores de Lixboa, e avaliavaõ a obra em seis ou sete mil Cruzados. Mas como era já algum tanto tarde, e se arreceou; e o converteo em dar principiuo a outra obra tam neçessaria, e quanto dificultosa, que foi a samchristia, neçessaria por quanto a antiga

⁶⁶⁶ Pedro DIAS, J. J. Carvalhao SANTOS, *A pintura maneirista de Coimbra : ensaio iconográfico*, Coimbra : Inst. de História da Arte da Fac. Letras , 1988. pp. 50 a 53.

⁶⁶⁷ *Livro de despesa...*, fl. 130v. *De Coimbra a Roma...*, ob. cit., p. 163.

era m.^{to} piquena, e escura; dificultosa, por causa da abobada da Capella-mor, por lhe servir de repuxo, e outros impedimentos grandes, por respeito da pedraria, e caliça, q se tirava da obra vellha, q não cauza m.^{to} commodo pera se poder acomodar, por a estreitezado lugar; e no anno e meyo q lhe restava o seu triennio, a deixou acabado em preto em preto cõ as Cazas do Sacrario, lavatorio, e mais q de húa, e outra parte estaó. Com a Caza da Noviciaria; e Capitulo; em que se gastou m.^{to} dinheiro mas m.^{to} bem empregado; e no triennio logo seguinte perfeiçoou todas estas obras o padre Geral Dom Sebastiaõ da Graça; ornando a samchristia de fermosos caixões de iacaranda, pao preto, e fios de marfim, que cõ a ferviaõ e feitio chegaraõ a perto de dous mil e tantos cruzados.; e de azulejo, e mais cousas neçessarias. Tambem mandou o p.^e Geral D. Antonio da Cruz fazer o sepulchro, q agora serve de paó sancto; e algúns pannos de tella, q faltavaó pera ornato delle; e pera o sanctissimo Sacram.^{to} se enserrar nelle, o mandou fazer o pé da custodia grande, e douralla, com as outo christalinas, que tudo chegou a dusentos mil rs “⁶⁶⁸. Dom António da Cruz fora eleito Prior Geral da Congregação, em 7 de Maio de 1621, cargo que deteve até 21 de Abril de 1624, sendo simultaneamente Prior de Santa Cruz, tendo sido, no triénio anterior, Prior de S. Vicente. Frei Marcos da Cruz diz-nos ainda que neste triénio (1621-1624) estava já adiantado o lançamento da abóbada da Igreja de S. Vicente de Fora⁶⁶⁹, sendo contemporânea da obra da Sacristia de Santa Cruz, pelo que a presença de Pedro Nunes Tinoco em Coimbra deverá ter sido uma decisão sua, que testemunhara já o seu trabalho no mosteiro vicentino. Frei Marcos da Cruz esclarece-nos, ainda, que data do mesmo triénio a construção das dependências anexas (lavabo e Casa do Sacrário), confirmando a afirmação de Dom José de Cristo de que se temia pela construção da nova Sacristia, por poder pôr em perigo a abóbada da Igreja. Vimos também como a exiguidade do espaço dificultou bastante a obra, pelos entulhos que dela resultaram (pedraria e caliça), o que poderá explicar o aproveitamento da abóbada da velha sacristia para um espaço anexo.

⁶⁶⁸ ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, Livro 149, *Catálogo dos Piores de S. Vicente*, fls. 366.

⁶⁶⁹ ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, Livro 149, *Catálogo dos Piores de S. Vicente*, fl. 365v.

O seu testemunho é fundamental, ainda, por nos poder fornecer as possíveis fontes de inspiração para esta obra. Salientando a importância do triénio em que foi Padre Geral Dom Miguel de S.^{to} Aug.^o (1618-21), afirma que este “...mandou acrescentar o dormitorio e chegarlo a rua como agora esta, com a Casa das Relíquias, varanda q vai pera o Choro, có as duas cazas ante ele, e a dos livros, e a Caza do Miradouro; e todas as mais officinas q ficáo por baixo da barbaria, hospedaria, vestiaria, e caza do cartorio (...) se mandou mais fazer e pintar os dous quadros, q estão no fim do dormitorio, junto a Caza das Reliquias, hú em q nosso Padre s.to Aug^o está dando a regra, e todos os religiosos, que o aguardaõ; e outro da origem da nossa religião, e varões illustres della, asi em sanctidade, como em dignidade, e letras, mostrada em hua arvore, q se copiou de húa estampa assas curiosa, q esta no Cartorio do mesmo Mosteiro, q em Roma se estampou por ordem, e estudo de hum conego nosso laterassense, chamado Dõ Ascanio “⁶⁷⁰. Esta afirmação confirma a possibilidade de o modelo que orientou a construção da nova sacristia ter sido tirado não apenas de gravuras da tratadística (como Serlio), mas também de gravuras importadas de Roma, podendo explicar a sua semelhança com a Sala Régia do Vaticano. Torna-se urgente, como tal, tentar saber quem era o tal Dom Ascânio - muito possivelmente, o Cardeal Dom Ascânio Colonna (1560-1608), sobrinho de Vittoria Colonna, do círculo de Miguel Ângelo, com quem Francisco de Holanda contactou em Roma. Dom Ascânio está sepultado na capela da família⁶⁷¹, em S João de Latrão. Filho de Marcantonio Colonna, que teve um papel importante nas campanhas militares de Filipe I na Sicília, Ascânio Colonna chegou mesmo a ser nomeado, por Filipe II, vice-rei de Aragão, em 1600. Poderíamos, como tal, reconhecer na Sacristia de Santa Cruz um certo decorativismo de influência siciliana, ricamente ornamentada e, continuando as nossas hipóteses, pensar que a sua fonte de inspiração poderia estar numa qualquer gravura que, vinda de Roma, estaria na Biblioteca do Mosteiro... Quem sabe, se não

⁶⁷⁰ ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, Livro 149, *Catálogo dos Piores de S. Vicente*, fls. 368 e 369 (sublinhado nosso).

⁶⁷¹ Ascânio Colonna era filho de Marcantónio Colonna que teve um papel importante nas campanhas militares de Filipe I, nomeadamente na Sicília, chegando mesmo a ser Vice-Rei desta ilha.

inspirada nos trabalhos de Giacomo del Luca, arquitecto que colaborou com Miguel Ângelo (nomeadamente na Porta Pia de Roma (Fig. 75), e autor do Sacro Bosco de Bomarzo), e trabalhou em S. João de Latrão. Del Luca chegou mesmo a executar o tabernáculo desenhado por Miguel Ângelo, que Filipe I pensou adquirir para o Escorial, o que não veio a acontecer ⁶⁷². Trata-se de uma possibilidade que continuaremos a investigar.

A par desta possível fonte iconográfica, e das influências já referidas, podemos detectar ainda outras. A gramática decorativa presente nos diversos elementos arquitectónicos denota ainda uma forte influência da tratadística de Cerceau, que utiliza também os mesmos mascarões que integram os frontões interrompidos das quatro portas da Sacristia, em composições de vãos (Kubler salientara já como o próprio Terzi fora mais influenciado por modelos franceses do que italianos, nomeadamente pelas gravuras de Jacques Androuet du Cerceau datadas de 1576, no âmbito da arquitectura civil ⁶⁷³). As grandes janelas termiais que rematam os topos do espaço, de nítida influência italiana, para além de se poderem filiar na já citada gravura de Serlio, encontram também paralelo nas grandes janelas termiais do transepto de S. Vicente de Fora. E as grandes pilastras de cantaria, que se prolongam pelos arcos torais da abóbada, num exercício que confere uma grande unidade ao espaço, são preenchidos por nichos em composições verticais que desafiam a tratadística (na qual estes mesmos nichos são enquadrados por pilastras e não sobre elas) (Fig. 76), encontrando paralelo nas pilastras de S. Roque, tal como a forte cornija saliente que contorna todo o espaço.

⁶⁷² Fernando MARÍAS, “Felipe II y los Artistas”, in *El Arte en las Cortes de Carlos V y Felipe II, IX Jornadas da Arte*, Madrid: Departamento de Historia del Arte “Diego Velasquez”, Centro de Estudios Históricos, 1999, p. 244. É possível que a compra, no valor de 2500 escudos, não se tenha realizado não apenas por questões económicas, mas também por razões de ordem estética, não se coadunando, provavelmente, com o projecto de Herrera. O autor cita, na nota 34, toda a bibliografia referente a este assunto.

⁶⁷³ Kubler, ob. cit., pp. 81, e 94 nota 17. Mesma gramática decorativa que encontramos nos elementos arquitectónicos da sacristia, nomeadamente os mesmos mascarões, podemos encontrar no claustro do Silêncio, datada de 1638, cujo desenho poderá ser do mesmo autor da Sacristia, ou inspirado nela. Nesta altura, Pedro Nunes Tinoco continuava a deslocar-se a Coimbra, para dar assistência nas obras das pontes.

Apesar das muitas tentativas ensaiadas por cronistas e historiadores para explicar e desvendar a autoria do projecto da notável Sacristia de Santa Cruz, este parece continuar a constituir um enigma, que só será possível deslindar com a descoberta de nova documentação.

Tudo aponta para que seja, na realidade, Pedro Nunes Tinoco, o autor do projecto que D. António da Cruz tinha certamente em mente, facto que em nada diminui o seu prestígio como interveniente na obra. Apesar de contrariar o rigor e o depuramento decorativo que caracterizam as suas obras, ele demonstra, pelo contrário, uma grande capacidade como arquitecto, sintetizando as mais variadas influências numa obra de carácter único. Juntando ao seu percurso uma diversidade arquitectónica que só um exímio e experiente arquitecto seria capaz de projectar...

II Parte – Pedro Nunes Tinoco, *famoso Architecto* do período filipino

Capítulo 5

André Ribeiro Tinoco e a Igreja do Colégio Jesuíta de Angra



(foto cedida por Isabel Soares de Albergaria)

“ Consta passarem se os Padres da Companhia do seu primeiro Collegio cito nos altos da prainha (cujos vestigios hoje existem) pera o Collegio nouo em que de presente Rezidem moradores em hũ sabbado 16. de Fevereiro de 1608, e por este ser hũ dos da fundação real dos sete que fundou El Rey D. Sebastião, forão traçadas as obras delle como tais; Apenas se fizerão os primeiros cubiculos que correspondem a frente do meridiano em que se acomodarão os rellegiozos com as officinas por emquanto, se tratou da obra da igreja templo tão magestozo que foi deliniado pelo de São Roque de Lisboa, e na openião de todos o melhor das Ilhas. E porque esta obra dependia essencialmente d Architecto grande em ordem a ser deliniada segundo as regras, e preceitos da boa architettura, vejo do Reino o Padre Bento Tinouco da mesma Relligião, e filho do Architecto mór do Reino no qual se achava igoal ciencia a de seu paj, como provinda da criação, e nascimento. Eleito por elle o citio mais acomodado com Respeito a comonicacão dos claustros se abrirão os alicerces da igreja pellos annos de 1637 (hũ anno mais ou menos) estes pella banda do leste, que confronta com a rua do Marquez, se achou o Centro delle nas primeiras superficies tão mal seguro que denotarão serem compostas de hũa immundicie occasionada das inchentes das ribeiras que prouinhão dos altos da Cidade e que estas atulharão aquelle chão que em algũ tempo fora vale; e tanto assim que he tradicão antiga que o lugar em que hoje existe a Praça d Angra continguo com o Collegio era alagoa, e seos oredores pouoados de altas e grossas madeiras, e assim o mostra a experiencia nas que em dia se achão nas cercas e quintais das moradias mais proximas a dita Praça.

Em rezão deste tão notauelissimo defeito foi necessario chegarem os alicerces a tal fundura que quazi correspondeo outro tanto como mostra sua altura; Estando estes quazi chegados ao fixo, vejo em hũa hora o Padre Reitor que então era, e preuendo o risco em que uio os muitos homeñs que nelle trabalhauão que dezião serem quasi Sincoenta, e ou já fosse por notar algũs motos na terra da superficie que denotauão desunião, ou por inspiração divina por ser Relegiozo de grande virtude, e vida exemplar, mandou a toda ancia tirar do fundo da caua dos alicerces todos os que nelles trabalhauão, e retirados a pouco espacio que não chegou a quarto de hora se abateu a caua de hũ e outro lado em tal modo que a colher os homens debaixo perecerião todos sem nenhũ remedio “

Padre Manuel Maldonado, *Fenix Angrense*, Livro III, “Ano 1651”, Fl. 159⁶⁷⁴

1. André Ribeiro Tinoco (1611 – 1645), um architecto na Companhia de Jesus

Estando a fazer um trabalho sobre uma dinastia poderá parecer estranho que, numa parte do nosso trabalho dedicada a Pedro Nunes Tinoco, nos debrucemos sobre actividade de um dos seus filhos, André Ribeiro Tinoco. Fazêmo-lo, no entanto, por ter sido efémera a sua actividade, ainda hoje mal conhecida, da qual consta apenas a atribuição (sem qualquer prova documental) do projecto da Igreja do Colégio Jesuíta de Angra⁶⁷⁵, contrariamente ao irmão mais novo, João Nunes Tinoco, que continuaria a obra do pai, a que ele próprio estaria destinado, não fosse a sua vocação religiosa.

Em 21 de Outubro de 1631, dia das *onze mil virgens*, André Ribeiro Tinoco entraria para a Companhia de Jesus, vindo a professar no dia 1 de Novembro do mesmo ano⁶⁷⁶, data profundamente simbólica que a igreja católica dedica a *Todos os*

⁶⁷⁴ Helder F. Parreira de Sousa LIMA, 1990, vol. 3, p. 333. Respeitámos a transcrição feita pelo autor.

⁶⁷⁵ José Augusto Nogueira SAMPAIO, “Notícia sobre a IGREJA DO REAL COLLEGIO DOS JESUÍTAS em Angra do Heroísmo”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civise Archeologos*, Tomo VIII, 3ª Série, nº 1 e 2, p. 80. Sousa VITERBO, *Dicionario...*, ob. cit., Vol. III, pp. 111.

⁶⁷⁶ ANTT, *Habilitações ao Sº Ofício*, Maço 14, nº 331, Cx 3158, fls. 17. *Habilitação de Luís Nunes Tinoco a familiar do Santo Ofício*, integrado no processo de habilitação de seu filho Pedro Nunes Tinoco. Cf. Parte I, **Doc.41**.

Santos e em que apela, simultaneamente, ao chamamento de Cristo para que sigam os seus passos ⁶⁷⁷.

Vocação e desejo de amor ao próximo parecem ter sido as mais plausíveis razões para explicar a entrada do filho de Pedro Nunes Tinoco na Companhia de Jesus, contrariando um destino que parecia estar traçado desde o seu nascimento (na qualidade de filho mais velho estaria destinado à prática da arquitectura, repetindo o que sucedera com o seu pai), como parece comprovar a sua nomeação para aprendiz em 24 de Fevereiro de 1629 ⁶⁷⁸.

Nascido, provavelmente, no início de 1611 ⁶⁷⁹, aos dezoito anos André deveria ter já alguma experiência no âmbito da arquitectura, como se pode inferir da respectiva nomeação que salienta a habilidade já por ele demonstrada: *“ Eu EIRei faço saber aos que este Alvará virem que eu hei por bem fazer merce a Andre Ribeiro Tinoco, filho de Pero Nunes Tinoco, meu architecto, de hum dos tres logares de estudar architectura, que vagou por Matheus do Couto (...) avendo respeito a boa abilidade, que mostra ter na dita arte, que aprenderá com a pessoa que se lhe nomear, assistindo no estudo, e nesta cidade.”* Esta mesma experiência é confirmada também, na procuração que André passa a 23 de Setembro de 1631, dando plenos poderes a seu pai para *“ (...) mandar receber em obra juizo e fora delle todas suas dividas de dr^o e rendimentos de sua faz^{da} e tudo o mais que lhe for devido e lhe pertencer assi ao prezente como ao diante por s^{cos} escrit^{as} sentenças nomeaçois provizois ordenados e por qualquer outra cauza e rezaõ q seja p via cons^{te} cobrará o ordenado q elle cons^{te} té de sua mg^{de} de trinta mil rs em cada hú anno asentados na alfandega desta C^{de} por ocupar e servir hú dos tres lugares q o dito S^{or} ordenou para se aprender a arte*

⁶⁷⁷ Sobre os objectivos da Companhia de Jesus e o “perfil” necessário aos que nela queriam ingressar veja-se o artigo de Fausto Sanches MARTINS, “Culto e Devoções das Igrejas dos Jesuítas em Portugal”, in Actas do Colóquio *A Companhia de Jesus na Península Ibérica nos séculos XVI e XVII. Espiritualidade e Cultura*, Porto: 2004, pp. 89 a 117.

⁶⁷⁸ Cf. I Parte, **Doc. 5** “Nomeação de André Ribeiro Tinoco para o lugar de aprendiz de arquitectura em 24 de Fevereiro de 1629”.

⁶⁷⁹ Cf. I Parte, **Doc. 51** “Assento de Baptismo de André filho de Pedro Nunes Tinoco”.

de Architectura conforme o asento de sua mg^{de} e certidão do provedor das obras

do dito S^{or} e bem asi cobrará quaisquer outros ordenados q lhe pertencerem asi prez^{tes} como futuros por qualquer uso q seja, o q tudo por qual hé do dito seu pai por qual e foi cobrará de poder de quaisquer seus devedores cargos foreiros rendr^{os}, thr^{os} depozitr^{os} ou por outros q a paga devaõ fazer e de tudo o que cobrar ou confessar aver recebido poderá dar c^{tas} e quitaçois p^{te} contadr^{es} da man^{ra} q lhe pedidas foré e assinará por elle conste em quaisquer livros folhas rois de asentam^{to} p^{cois} em forma termos e autos verbas e assentos e onde mais for neçess^{ro} e poderá fazer concertos e composiçois quites de despesas no modo q lhe parecer, e poderá arendar sua faz^{da} delle conste ao p^{te} e pellos meses e annos q lhe bem parecer e receber os preços e rendas de tudo e outorgar e cellebrar escrituras p^{cas} com todas as clauzulas e condiçois penas e obrigaçois (...)”⁶⁸⁰.

A procuração parece indicar que, para além do rendimento que o alvará de aprendiz lhe conferia, parece ter auferido também outros rendimentos resultantes do seu trabalho e que, mesmo após a sua entrada para o Noviciado da Cotovia, continuaria a receber o seu pagamento de vinte mil reis como aprendiz, tencionando receber outros pagamentos decorrentes da realização de possíveis trabalhos. Esta actividade poderá não ser alheia ao que viria (ou esperaria) realizar no seio da própria Companhia (desconhecemos como se processava o pagamento, e se este tinha lugar no que diz respeito aos irmãos architectos).

Neste âmbito, provadaque parece ser a sua vocação, ela poderá ter sido “ajudada” pelos próprios jesuítas, que deverão ter visto em André mais do que um simples irmão, isto é, um *irmão architecto*. A sua ligação à Companhia foi feita, seguramente, nos muitos contactos do seu pai - não nos podemos esquecer que, ao que tudo indica, Pedro Nunes Tinoco deverá ter trabalhado na Cotovia, na realização

⁶⁸⁰ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº 3 (antigo 11), Livro 191, fl. 24. Cota fornecida por Vítor SERRÃO in “Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650)”, ob. cit., p. 41, transcrição nossa (**Doc. 84**).

do túmulo de Fernão Teles de Menezes ⁶⁸¹ - e na sua ligação profissional com Baltazar Álvares nesta e noutras obras (contacto que, como vimos, deverá ter começado na obra de Santa Catarina dos Livreiros) o qual, na sequência do tio Afonso Álvares, desempenhou intensa actividade como arquitecto dos Jesuítas.

Diz-nos o autor da *História dos mosteiros, conventos, e casas religiosas de Lisboa...* ⁶⁸² que a trasladação dos ossos de Fernão Teles de Menezes (1530-1605) para a Cotovia se efectuou em Novembro de 1616 ⁶⁸³. André teria, então, apenas cinco anos, pelo que o possível “aliciamento” por parte dos Jesuítas não poderá datar desse período. Mas, após esta data, Pedro Nunes Tinoco poderá ter continuado a trabalhar no Noviciado, constituindo uma das muitas possibilidades, ainda que remota, de contacto de André com a Companhia.

2. O “Modo Nostro”

A importância que os jesuítas iriam adquirir no ensino (que abrangia o clero regular e os jovens da própria nobreza), muito contribuiu para o grande desenvolvimento que a arquitectura jesuíta teria em Espanha e em Portugal, encontrando em Filipe II um dos deus mais fiéis defensores, em grande parte por influência da sua mulher, Margarida de Áustria, que teve por confessor o padre Ricardo Haller ⁶⁸⁴. Tendo, então, o monopólio do ensino (com aulas abertas também à

⁶⁸¹ Cf. o artigo de Margarida RAMALHO, “Em busca do túmulo desaparecido”, *Revista Única. Jornal Expresso*, de 17 de setembro de 2011, no qual cita a atribuição feita por Vítor Serrão.

⁶⁸² *História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa, na qual se dá notícia da fundação e fundadores das instituições religiosas, igrejas, capelas e irmandades desta cidade*, Durval Pires de LIMA. Lisboa : Câmara Municipal, 1950, Vol. I, p. 50.

⁶⁸³ Padroeiro do Noviciado, o seu túmulo foi mandado fazer por D. Maria de Noronha, a qual viria a falecer alguns anos mais tarde, em 7 de Março de 1623, ficando sepultada junto do marido.

⁶⁸⁴ Allonso Rodriguez de CEBALLOS, *La Arquitectura de los Jesuitas*, 1ª Edição, Maio 2002, p.10.

comunidade civil), os jesuítas diferenciaram-se das outras ordens também pelo grande desenvolvimento e importância que, no seio da Companhia, adquiriram as construções dedicadas aos colégios, casas e residências.

Eram não só as hierarquias de cada uma das províncias, mas também os próprios patronos dos diferentes conventos e igrejas quem frequentemente escolhiam e impunham à Companhia os seus arquitectos. Em Espanha, por volta de 1590, esta medida seria acompanhada pela sugestão de Claudio Acquaviva, Padre Geral da Companhia, de que para os edifícios de maior importância se consultassem “ (...) *no solo con los maestros de fuera que sean inteligentes, conformándose los superiores con su parecer para evitar yerros, gastos y murmuraciones que por falta de esto han sucedido (...)* ” ⁶⁸⁵, o que terá implicado que as principais construções tenham sido conduzidas, maioritariamente, por arquitectos seculares, e não pelos da própria companhia. Apesar da obrigatoriedade estipulada na Segunda Congregação Geral, celebrada em 1565, de enviar para Roma, ao Padre Geral da Companhia, todas as traças e desenhos para serem aprovados (hoje reunidos numa colecção da Bibliothèque Nationale de France ⁶⁸⁶), é indiscutível a importância que tiveram estes mesmos arquitectos na definição dos diferentes programas arquitectónicos que, mais do que uma obediência a uma tipologia ordenada por Roma (decretada por questões de índole funcional), são reflexo da sua formação e experiência. Mais do que um estilo arquitectónico, as directivas jesuítas contemplavam efectivamente um objectivo funcional, concentrando na organização planimétrica das suas igrejas toda a sua atenção, facto que aliado à dupla simbologia da planta em cruz latina, conduziria à adopção da tipologia de nave única. A questão das directivas em relação ao modelo adoptado tem sido amplamente discutida e assumiu particular importância, também

⁶⁸⁵ CEBALLOS, ob. cit., pp.34 e 35.

⁶⁸⁶ Jean VALLERY-RADOT, *Le recueil de plans d'édifices de la Campagne de Jésus conservé à la Bibliothèque nationale de Paris; suivi de l'inventaire du recueil de Quimper*, Rome: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1960.

em Portugal onde, as normas emanadas de Roma não terão impedido que se tenham desenvolvido modelos próprios⁶⁸⁷.

Através do *Consiliarius Aedificorum*, instituído pelo Padre Geral da Companhia, formou-se um grupo cujas funções eram, para além de analisar as plantas enviadas à Cúria Generalícia, sugerir emendas e alterações, de modo a assegurar que as mesmas fossem elaboradas de acordo com o chamado “modo nostro”, criando um esquema planimétrico cujas características lhe permitissem adaptar-se às mais variadas necessidades⁶⁸⁸. Isto mesmo seria desenvolvido pelo Padre Giovanni di Rosis, sob orientação do Padre Geral Everardo Mercuriano, que o encarregou de delinear um conjunto de plantas que pudessem servir de modelo para as mais diversas situações⁶⁸⁹, tarefa em que desempenharam também um papel relevante, entre outros, Giovanni Tristano, Padre Lainez e o Padre Francisco de Borja.

Se, entre 1579 e 1580, sob o governo do flamengo Everardo Mercuriano, terá existido o desejo de que Roma comandasse também, do ponto de vista projectual, as construções da Companhia, através da realização de um modelo tipo (a análise funcional foi sempre realizada, através da confirmação e da aprovação das plantas que para Roma eram enviadas), a partir de 1585 cada província voltava a ter liberdade para realizar os seus projectos (continuando a ser submetidos, no entanto, à aprovação de Roma) delineados de acordo com uma tendência local, nunca pondo em causa a

⁶⁸⁷ José Eduardo Horta CORREIA, *Arquitectura portuguesa: renascimento, maneirismo e estilo chão*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 53.

⁶⁸⁸ Fausto Sanches MARTINS, *A Arquitectura dos primeiros colégios jesuítas de Portugal. 1572-1759: cronologia, artistas, espaços*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Universidade do Porto, Porto : [s.n.], 1994, pp. 721 e 722.

⁶⁸⁹ CEBALLOS, op. cit. pp. 26 a 28. Ceballos refere que destes desenhos enviados por Roma às províncias existe hoje uma pequena colecção composta por seis plantas na Biblioteca Estense de Modena, atribuídas ao Padre Giovanni Battista de Rosis, conselheiro para assuntos construtivos. Publicadas por Fausto Sanches MARTINS, *A Arquitectura dos primeiros....*, ob. cit., Vol. I, p. 886. Nelas podemos observar não apenas a tipologia de Il Gesù de Roma, modelo que viria a ser amplamente difundido não apenas na Companhia, mas em toda a arquitectura da época, mas também o modelo basilical de três naves (no cerne da discussão em torno de Afonso Álvares) e, até mesmo de planta centralizada, respectivamente circular e elíptica.

importância que a planta de nave única continuaria a ter. Mais do que uma questão de “estilo artístico” as directivas dos documentos emanados das Congregações Gerais debruçavam-se sobre questões de índole funcional, apesar da polémica que a referência a um “*modo que nos é próprio*” possa gerar, o qual deverá ser entendido mais como uma alusão à simplicidade que deveria estar presente em todas as construções⁶⁹⁰ como prova, por exemplo, a chegada a Lisboa, em 30 de Junho de 1579, do Irmão José Valeriano que, vindo de Roma, trazia a incumbência de trabalhar na traça de Santo Antão, uma vez que a planta anteriormente desenhada, pela sumptuosidade revelada no projecto, parecia não satisfazer o reitor⁶⁹¹.

Sabemos que da comunidade jesuíta fazia parte também um grupo de leigos (carpinteiros, mestres de obras, etc.) que tinham por objectivo a manutenção dos seus edifícios, não sendo raro que a companhia empregasse na construção, por razões económicas, mão de obra própria quase sempre recrutada entre irmãos leigos ou coadjutores, uma vez que parecem ter sido escassos os sacerdotes que se dedicaram a esta actividade⁶⁹². Destinados ao ensino, no qual podia estar incluída a Matemática ou a Arquitectura (como aconteceria no Colégio de Santo Antão em Lisboa), muitos dos irmãos não dispunham do conhecimento prático que a direcção de obra exigia, razão pela qual esta era atribuída frequentemente a esses mesmos irmãos leigos que, a par da referida experiência, possuíam também conhecimentos teóricos que a suportavam. A preocupação com a formação teórica está bem patente em alguns dos títulos existentes na Livraria da Casa Professa de S. Roque, de acordo com o catálogo bibliográfico existente no Biblioteca da Ajuda⁶⁹³. Não admira, como tal, que muitos

⁶⁹⁰ CEBALLOS, op. cit. pp. 22 a 25. Na 1ª Congregação, realizada em 1548, dois anos após a morte de Santo Inácio de Loiola, este parece ser o sentido dessa mesma expressão, tal como na de 1565, da qual sairiam instruções mais precisas quanto à planimetria dos edifícios, como já vimos.

⁶⁹¹ Fausto Sanches MARTINS, *A Arquitectura dos primeiros colégios...*, ob. cit., p. 344.

⁶⁹² CEBALLOS, ob. cit., *passim*.

⁶⁹³ Fausto Sanches MARTINS, *A Arquitectura dos primeiros colégios...*, ob. cit., pp. 65 e 66. O autor elencou uma lista significativa da qual constam os seguintes tratados:

jesuítas tenham entrado na companhia quando já exerciam algumas das actividades relacionadas com o projecto e construção de edifícios, tendo sido assim promovidos a lugares de direcção ⁶⁹⁴, estreitando a necessária ligação entre a Companhia e essa mesma prática - basta citar o caso dos irmãos arquitectos Juan Bautista de Villalpando (1552-1608) e Giuseppe Valeriano (1542-1596), que terão seguido a escola de Juan de Herrera (1530-1597) ⁶⁹⁵.

Conhecidos são os problemas que o Noviciado da Cotovia teve com a gestão das próprias obras quando da sua fundação, no início do século XVII, como nos relata, em 1717. o Padre António Franco, cronista da Companhia de Jesus:

“ No anno de mil seiscentos e cinco aos vinte de Março se lançou a primeyra pedra da Igreja pello Bispo de Malaca (...) Athe seiscentos, e sette coreo com a obra o Padre Ioaõ Delgado dahi athe os principios do anno de seiscentos, e nove teve delle cuydado Balthezar Alvres Arquitecto das obras del-Rey, o qual fez nova traça da igreja, & Capella Mor, e a fez mais custoza, do que os Padres imaginavaõ. Achou-se que a obra hia divagar, & que a continua assistencia dos nossos lhe fazia grande falta; pois sò dous tinhaõ a seu cuydado obra, & fazenda, & moravaõ no Collegio de Santo Antaõ.

-
- B.eus Viniola – *De Architectura*
 - Gilberto Durerus – *De Symetria Corporis Humani*
 - Girolamo Maggi – *Fortificatione della Cita*
 - Gubertus Durerus – *Symetria Corporum*
 - Jacomo Barosio – *Ordem de Architectura*
 - Jacomo Barosio – *De perspectiva*
 - Leon Baptista Alb. – *Architectura Hispaniae ex.florenti*
 - Pietro Cataneo – *De Architectura*
 - Sebastianus Serlius - *Architectura et Descriptio Ant. Rom.*
 - Sebastianus Serlius *Regras Geraes da Architectura*

Como já referimos, entre os muitos prejuízos causados ao Património pela extinção das Ordens Religiosas em 1834, podemos incluir o das respectivas bibliotecas. Desfeitas e integradas em núcleos dispersos, é hoje difícil reconstituir os seus conteúdos. Seria interessante, no entanto, tentar fazer um levantamento e reconstituição do acervo que cada um dos conventos que cada ordem possuía referente aos títulos artísticos.

⁶⁹⁴ CEBALLOS, ob. cit., p.37.

⁶⁹⁵ CEBALLOS, ob. cit., p.40.

Portanto ordenou o Padre vice-Provincial Martim de Mello com os Padres Consultores da Provincia, ouvesse no Monte Olivete Rezidencia de quatro religiosos nossos, que tivessem cuydado das obras, e fazenda. Com esta assistencia começou a obra a luzir a olhos vistos. “ ⁶⁹⁶

A gestão das obras constituía (tal como hoje), um dos principais problemas, mesmo quando estas corriam sob a responsabilidade de um dos mais prestigiados arquitectos, como era Baltazar Álvares que, como se pode comprovar pela excelência dos seus projectos, não se deve ter poupado a custos, nem submetido a questões de prazos, como o texto nos elucida (conhecida é também a querela que manteve com os padres vicentinos, a propósito das plantas do mosteiro...).

É neste contexto (necessidade de fiscalização também por parte do encomendador, com “ *continua assistencia* ” como se refere) que deveremos analisar a entrada e participação (e possível autoria) do jesuíta André Nunes Tinoco na Companhia de Jesus em 1631 e, em especial, no projecto do Colégio de Angra - como um entendimento por parte dos jesuítas da mais valia que ele representava, tendo em atenção o seu percurso familiar e profissional, o qual lhe permitiria não só projectar, mas também a dirigir a obra.

3. Fundação do Colégio da Ascensão. Cronologia do edifício.

“Desta sorte foi continuando o Collegio da Companhia em Angra, & no primeyro sitio chamado da Rocha, até que se (como diz Guedes Cap.7)

⁶⁹⁶ Padre António FRANCO, *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus, Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu na Corte de Lisboa em que se contem a fundaçam da Caza & os Religiosos da virtude, que em Lisboa forão noviços... . / pello P. Antonio Franco da Companhia de Jesu Noviço, que foy na mesma caza . Coimbra : no Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1717, pp. 11 e 12.*

mudou o Collegio para sitio mais commodo à Cidade, & aos estudos della, que he pouco acima da praça, no fim da rua direyta à mão esquerda, ficando à mão direyta, & ainda um pouco mais acima o Paço do Marquez Donatário, & abayxo do jardim do Marquez fica huma cerca do Collegio, a qual chamaõ o Sitio, com hum bom solo bayxo, & outro alto, donde se vê o melhor da Cidade, & neste sitio corta huma ribeyra de agua doce, com que não só tem horta, mas muytas, & grandes arvores, & até Bananeyras do Brasil: deste sitio se da mão direyta se passa por boa abobada, & por bayxo da rua publica, a outra cerca mais pequena, que fica da parte esquerda, com fonte de agua dentro, & de beber, & com boas hortas & latadas, tudo contíguo ao Collegio, detraz delle.”

Padre António Cordeiro, *História Insulana das Ilhas*⁶⁹⁷

A história da fundação do Colégio Jesuíta de Angra consta de algumas crónicas de autores, dos quais se destaca o Padre António Cordeiro que nos dá, em 1717, a primeira descrição que conhecemos da Igreja. Seguir-se-ia o já citado artigo de Nogueira Sampaio que descreve, também, para além do edifício, a composição dos seus altares e, mais recentemente, Nestor de Sousa⁶⁹⁸ e Francisco Ernesto de Oliveira

⁶⁹⁷ Livro VI. “Da Regia Ilha Terceira”, cap. XII “Da Relligião da Companhia de Jesus”, 1ª Edição, Lisboa: na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1717, pp. 285.

Natural de Angra, onde terá nascido em 1641. veio para o continente em 1656 para frequentar a Universidade de Coimbra, onde fez o Curso de Cânones. Tendo professado na Companhia de Jesus em 12 de Junho de 1657, faleceria no Colégio de Santo Antão em 2 de Fevereiro de 1722, após uma vida dedicada ao ensino (como professor de Retórica e Filosofia) e à escrita de numerosas obras à qual não faltou, também, algumas peripécias: o navio em que viajava para o continente foi tomado pelos espanhóis e António Cordeiro feito prisioneiro, ficando preso em Cádiz. Tentou fugir, e acabou por obter o perdão do Duque Medinaceli, general das costas de Andaluzia que “simpatizou com o moço estudante português, rapaz cultíssimo” e lhe deu passaporte para o Algarve. Por causa da peste foi detido em Setúbal e obrigado a fazer quarentena, tendo finalmente seguido para Coimbra. (GEPB, vol VII, p. 663). Embora se afirme que na sua *História Insulana* o Padre António Cordeiro possa ter-se inspirado na obra *Saudades da Terra*, escrita por Gaspar Frutuoso entre 1586 e 1590, nesta última não poderia constar ainda quaisquer referências à nova igreja, pelo que esta descrição é genuinamente da sua autoria.

⁶⁹⁸ Nestor de SOUSA, *A Architectura Religiosa de Ponta Delgada nos séculos XVI a XVIII*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, pp. 151 a 159.

Martins ⁶⁹⁹ que lhe consagram algumas páginas no seu trabalhos dedicados quer à arquitectura religiosa de Ponta Delgada (a propósito da importância e características que nortearam a fundação dos colégios da Companhia nos Açores), quer à adaptação do colégio jesuíta a Palácio dos Capitães-Generais, respectivamente.

Escassos anos após a construção da casa-mãe de S. Roque (iniciada em 1565, quinze anos depois da fundação da Companhia), e da do Colégio do Espírito Santo de Évora (iniciado em 1567), chegavam a Angra no dia 1 de Junho de 1570 os primeiros onze jesuítas que levavam por reitor e mestre Luís de Vasconcelos, para fundar o Colégio da Ascensão, aquele que seria o primeiro colégio da companhia nos Açores, realizando uma vontade expressa por D. Sebastião em 1568 ⁷⁰⁰. Tendo ficado inicialmente instalados em dependências da Santa Casa da Misericórdia, só em Agosto de 1575 se deslocaria a Angra o mestre Francisco Dias, mestre de obras na construção de S. Roque em Lisboa, com o intuito de fazer a traça de um novo colégio, para o que João da Silva Canto doara umas casas. Francisco Dias deverá ter-se limitado a dar a traça (ou ajudado nesta) e as orientações para a sua construção, pois sabemos que em 1578 se encontrava já no Brasil, donde nunca mais regressaria ⁷⁰¹. Os Jesuítas ficariam ainda alguns anos sem instalações próprias, pois a construção do novo colégio, que ficaria conhecido como Colégio da Ascensão, só seria iniciada em 1595 (não temos indicação se seguiu ou não a traça que supostamente Francisco Dias terá realizado) e terminada em 1608, ano em que já era habitado pelos jesuítas. Quando estes chegaram a Angra terão construído uma pequena ermida sob a invocação de Nossa Senhora das Neves. Com a construção do convento iniciar-se-ia também a construção

⁶⁹⁹ *Palácio dos Capitães-Generais, subsídios para a sua história*, Angra do Heroísmo: Região Autónoma dos Açores – Secretaria Regional da administração Interna, 1989. Francisco de Oliveira MARTINS transcreve já nesta obra a descrição do Colégio e respectiva Igreja, o que faz a partir da 2ª Edição, publicada em Lisboa em 1866. Na nossa transcrição utilizámos a 1ª Edição, datada de 1717.

⁷⁰⁰ A este seguir-se-ia a fundação do Colégio de S. João Evangelista no Funchal no mesmo ano, e o de Ponta Delgada em 1591, vindo o da cidade de Horta a ser fundado só quase um século depois, em 1652.

⁷⁰¹ Padre Serafim LEITE, *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil, 1549-1760*, Lisboa-Rio de Janeiro: 1953, pp. 39 e ss. , citado por Nestor de SOUSA, *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada...*, ob. cit., p.154.

de um segundo templo, que viria a ser reconstruído em 1631, dando origem à actual Igreja de N.ª Sr.ª do Carmo, também conhecida como Igreja de Santo Inácio de Loyola. De qualquer modo, na década de trinta, as obras da Igreja estavam a decorrer plenamente, sendo inaugurada em 17 de Junho de 1651. E “...em 1658 deram-se por concluídas todas as obras de ornato, douradura, collocação de retábulos e de quadros a óleo que se encontram neste esplêndido templo...”⁷⁰². Do seu recheio fazem parte, ainda, alguns silhares de azulejos colocados na Capela de Nossa Senhora da Pureza e na sacristia, de produção e motivo raros entre nós, como registou Santos Simões⁷⁰³.

A seguir à Igreja, outros espaços seriam iniciados. Em 26 de Março de 1638 era lançada a primeira pedra do Colégio (junto ao chafariz da Praça), seguindo-se em 1683 a inauguração do Pátio dos Estudos e, em 1709, o chamado "Colégio Novo". Decretada a expulsão dos Jesuítas, o convento seria abandonado por estes em 15 de Agosto de 1760, e em 1766 iniciada a sua adaptação a residência dos Capitães Generais da ilha (nome por que ainda hoje é conhecido), no Governo do primeiro capitão, D. Antão de Almada, tendo as alterações sido então feitas pelo do Sargento-Mor João António Júdice, como consta de um desenho existente no Arquivo do Ministério das Obras Públicas⁷⁰⁴

Outras campanhas de obras seguir-se-iam até aos nossos dias, de acordo com as necessidades impostas pelos diferentes usos a que, desde então, ia sendo

⁷⁰² Nogueira SAMPAIO, ob. cit., p. 80.

⁷⁰³ *Azulejaria portuguesa nos Açores e na Madeira*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963, pp. 43 e 44, respectivamente. Santos Simões salienta, integrados na Capela de Nossa Senhora da Pureza, um revestimento azulejar de cerca de 1,90 m de altura do tipo de tapete ornamental da família a que chama de camélias, os quais compara aos da capela do Forte do Pau da Bandeira de Lagos, datáveis de cerca de 1660. Curiosamente, encontrámos um padrão afim na cozinha do Convento de Santa Teresa de Carnide, postos quando da campanha de obras de João Nunes Tinoco, datáveis também do mesmo período. Na Sacristia, Santos Simões chama a atenção para um conjunto de 278 azulejos inteiros, em 22 fiadas de altura por 18 de largura, provenientes da Holanda e que considera que “constituem, no seu género, uma colecção única no mundo”.

⁷⁰⁴ Nestor de SOUSA, *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos séculos XVI a XVIII*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, Fig.8.

destinado ⁷⁰⁵ o que dificulta, em parte, a leitura da organização do último piso da fachada.

4. Autoria e características do projecto da Igreja

“A igreja deste se segue logo com o alto frontespicio corrente da parte do sul para o Norte, com largura, & comprimento proporcionado, feroso, & grande Coro, ao principio, & adiante delle se seguem tres nobres Capellas, & depois amplo cruzeyro, com não só grandes grades à entrada, mas adiante as pequenas da Comunhaõ, & na frente mais tres altares, dous das ilhargas riquíssimos, & ainda de mais ricas Relíquias, & a nobre Capella mór, como cabeça grande, & digna de tam regio corpo, & tudo ricamente dourado: por cima das Capellas, sem estas ficarem bayxas, vaõ taes tribunas, que cada huma he huma linda sala, donde os mais nobres vaõ ouvir as pregações, e se ouvem bem, e para ellas se entra em boas entradas do Coro por cada parte, e todas tem primeyras luzes, que vaõ dar em a Igreja já como segundas, fóra as de cada parte do cruzeyro, & as do grande frontespicio que saõ luzes em tudo primeyras. O tecto deste Igreja he todo de abobada, porém de cedro finissimo, (& todo admiravelmente lavrado, & repartido em

⁷⁰⁵ Entre os muitos e significativos momentos e alterações por que passou o edifício, salientamos os seguintes: após a Restauração da Independência, aqui tiveram lugar as reuniões do Conselho de Guerra, em Abril de 1641, presididas pelo padre jesuíta Francisco Cabral, coordenando-se o assédio ao Castelo de São Filipe (actual Fortaleza de São João Baptista) até à sua capitulação a 4 de Março de 1642; a 15 Agosto de 1760 os jesuítas abandonariam o Colégio que, em 26 de Setembro de 1766, seria transformado em Palácio dos Capitães - Gerais; sob o governo do primeiro Capitão-General dos Açores, D. Antão de Almada, as celas seriam então transformadas em quartos, criando-se algumas salas para a secretaria do Governo Geral e para a Junta da Real Fazenda na capitania, tendo como autor das obras de adaptação o Sargento-mor e Engenheiro João António Júdice. O palácio seria ainda sede da Junta Provisória, entre 1828 e 1834, e Paço Real quando da estada de D. Pedro IV na Terceira. Entrando na posse do Ministério da Guerra em 1850, voltaria a servir como Paço Real em 1901, quando da visita do Rei D. Carlos e da Rainha D. Amélia à ilha Terceira. Em 1928 seria demolida pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo parte do antigo Colégio, para dar lugar à abertura do actual Largo do Prior do Crato. Na década de 80 teria lugar uma nova remodelação na zona do antigo Colégio para a adaptar a Secretaria Regional de Educação e Cultura.

payneis) que se foi buscar à Ilha das Flores, onde ainda entaõ, & mais cheyroso o havia.

Do frontespicio de fora, & do de dentro, que cerca a Capella mór, muyto podia dizer, porque ambos saõ altos, magestosos proporcionadamente, com as Reaes Armas humanas do Serenissimo Rey seu Fundador, & do seu Divino Padroeyro o Santíssimo Nome de JESUS & naõ menos poderia referir do nobre, & largo terreyro, & suas boas entradas que ha para a tal Igreja; & ainda muyto mais do excellente Pateo dos Estudos, que se segue logo para a maõ esquerda da Igreja (...)”⁷⁰⁶.

Algumas publicações apontam 1631 como data de início dos trabalhos de reformulação da Igreja, dirigidos por “Bento” Tinoco. Esta atribuição resulta do já citado artigo de Nogueira Sampaio. Sabemos, também, que em 1640 André Ribeiro Tinoco se encontrava na Ilha Terceira, de acordo com a partilha de bens entre os herdeiros de Pedro Nunes Tinoco, realizada em 22 de Outubro desse mesmo ano⁷⁰⁷, o que vem reforçar a hipótese levantada por Nogueira Sampaio de ser ele o arquitecto da igreja.

Na ausência de qualquer documento que comprove ou negue esta atribuição (nem da informação em que o mesmo se baseou⁷⁰⁸), partimos do princípio que devemos aceitá-la como verdadeira, e considerar André como autor da traça da actual igreja do Colégio de Angra, aceitando também, que Bento Tinoco e André são a mesma pessoa, como sugere Sousa Viterbo⁷⁰⁹.

⁷⁰⁶ Padre António CORDEIRO, ob. cit., pp. 285 e 286.

⁷⁰⁷ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº 15 (antigo 7A), Maço 26, Lº2, f.3v. Cota publicada por Vítor SERRÃO in *Documentos dos protocolos notariais...*, ob. cit., p. 46. Transcrição nossa. Cf. I Parte, **Doc. 15**.

⁷⁰⁸ Neste artigo Nogueira Sampaio queixava-se já da ausência de documentos nos arquivos públicos que elucidassem sobre a fundação do Colégio e da Igreja.

⁷⁰⁹ *Dicionário...*, ob. cit., Vol. III, pp. 111 e 112.

Desconhecemos ainda hoje qual terá sido a verdadeira dimensão da obra de André Ribeiro Tinoco como arquitecto. Decerto acompanhou todos os trabalhos do seu pai Pedro Nunes Tinoco, nomeadamente em S. Vicente de Fora, devendo ter colaborado também em muitos outros, de acordo com o que o seu estatuto de aprendiz impunha, o qual determinava “ (...) *que aprenderá com a pessoa que se lhe nomear, assistindo no estudo, e nesta cidade (...)* ” ⁷¹⁰. Terá estudado, certamente, com Teodósio de Frias “O Velho” que ocupou o cargo de Mestre da *Aula* do Paço da Ribeira entre 1610 e 1634, ou mesmo com Mateus do Couto, sendo muito provável que a ele ou ao seu irmão João Nunes Tinoco se deva a transcrição do *Tractado De Architectura Que leo o Mestre, e Archit[ect]o Mattheus do Couto o velho No Anno de 1631* ⁷¹¹ (tradicionalmente atribuída a Pedro Nunes Tinoco), uma vez que a sua entrada para a Companhia de Jesus se verificou só a 21 de Outubro desse ano.

Interessante é, também, o nome de duas das testemunhas que apresentou na sua habilitação para Jesuíta: os mestres de obras Fernão Ferreira e Adrião João, este último citado também como arquitecto, e como tendo perto de 60 anos (pelo que devia ser pouco mais velho que Pedro Nunes Tinoco) ⁷¹² e que, de acordo com o que refere Sousa Viterbo ⁷¹³, terá realizado, a 27 de Setembro de 1616, as medições do Convento da Penha de França, sendo avaliadores Manuel Quaresma (irmão de Pedro Nunes Tinoco) e Diogo Vaz. A presença destes dois nomes mostra, também, que eles conheciam bem André Ribeiro Tinoco, muito possivelmente em virtude dos trabalhos que este realizara como aprendiz, ou de parcerias que estes mestres terão tido em trabalhos com o seu pai.

⁷¹⁰ Cf. I Parte, **Doc. 5**.

⁷¹¹ BN, *Secção de Reservados*, COD. 946//1.

⁷¹² ANTT, *Processo de habilitação a familiar do Santo Ofício de Luís Nunes Tinoco (apenso ao processo a familiar do seu filho)*, Pedro Nunes Tinoco, Cx 3158, Maço 14, nº 331, fl. 18. Cf. I PARTE, **Doc. 44**.

⁷¹³ Sousa VITERBO, *Dicionário...*, ob. cit., Vol. II, p.33.

A igreja do Colégio dos Jesuítas de Angra do Heroísmo constitui a única obra cuja autoria é atribuída a André Ribeiro Tinoco a partir do já citado artigo publicado por Nogueira Sampaio em 1898, no qual se afirma ser obra de " *Bento Tinoco, filho do Arquitecto Mor do Reino* " ⁷¹⁴ e que, como vimos, Sousa Viterbo identifica com André colocando a hipótese de Bento ser o nome que terá adoptado após a sua entrada para a Companhia de Jesus, o que está de acordo com os documentos que analisámos na I Parte, dos quais não consta que Pedro Nunes Tinoco tenha tido algum filho com este nome ⁷¹⁵.

Vale a pena determo-nos, também, no que diz Ayres de Carvalho a este respeito: " *Se esta igreja realmente foi fundada em 1569 por el-rey D. Sebastião, juntamente com o Colégio, a missão de André Tinoco (ou «Bento») deve ter sido semelhante à do ignorado arquitecto Jesuíta que acabou as obras da Sé Nova de Coimbra (antes do «Santo Nome de Jesus») cuja traça (1598) certamente de Baltazar Álvares (...) Mas se em muitas igrejas da Companhia, nos meados de Seiscentos, André Tinoco terá sido apenas um continuador, com todas as probabilidades lhe pertence a traça da grandiosa e magnífica Igreja dos Jesuítas, em Santarém, que foi iniciada por 1650 e terminada por 1676 (conforme está datada) ou nos fins do ano de 1679 (...)* " ⁷¹⁶. Ayres de Carvalho chama a atenção para outro aspecto importante referente à actividade de André Ribeiro Tinoco como arquitecto, a sua possível participação no projecto do Colégio Jesuíta de Santarém, cidade referida como local para a sua morte em 1645 ⁷¹⁷ (data que não conseguimos confirmar), o que nos poderia fazer supor que André (ou Bento) estaria nesse local para dar andamento às obras do respectivo Colégio e Igreja (o Colégio de Santarém, de invocação de N^a Sr^a da Conceição, terá sido fundado em 1621 ⁷¹⁸). Se aceitarmos como sendo de sua autoria o projecto da igreja de

⁷¹⁴ José Augusto Nogueira SAMPAIO, "Notícia ...", ob. cit., p. 80.

⁷¹⁵ *Dicionário...*, ob. cit., Vol. III, pp. 111 e 112.

⁷¹⁶ *D. João V e a Arte de seu tempo*, 1962, Vol. II, pp. 82 e 83.

⁷¹⁷ C. MANUEL, "André Tinoco", *Enciclopédia Luso-Brasileira*, Edição do século XXI, Braga: 2003, Tomo 17, p. 1561.

⁷¹⁸ Fausto Sanches MARTINS, *A Arquitectura dos primeiros colégios...*, ob. cit., p.462.

Angra (1638-1651), esta estaria ainda em acabamento (muito possivelmente em fase de conclusão, com os trabalhos de talha e outros ornamentos, pelo que a sua presença na mesma poderia ser dispensada) quando foi traçado o projecto da de Santarém. Neste caso poderíamos considerar como provável a sua colaboração no Colégio desta cidade, reforçando a hipótese levantada por Ayres de Carvalho, hipótese que não é inconciliável com a documentação. Com efeito, a presença de André em Santarém poderia dever-se a um trabalho inicial de estudo do local e traçado de uma primeira planta para o Colégio, ou até mesmo com a realização de uma primeira planta para a igreja, a qual poderá ter sido refeita por um outro arquitecto. Num alvará de D. João IV, datado de 1647, mostra-se que Mateus do Couto Tio iria trabalhar em Santarém: “ (...) tendo consideração ao Reitor e mais Rellig.^{os} do colégio da companhia de Jesus sito na villa de santarem me representaram acerca da necessidade que tinham do sitio de huãs casas que antigam.^{te} serviram de paços dos senhores Reis que foram deste Reino de Portugal meus antecessores e dos princípios de outras que estão contigas aos mesmos paços por serem pertencentes a elles e em minha presença e de dom jorge de mello que ora serve de provedor das obras dos meus paços e do doutor p.^e joão monr.^o procurador de minha faz.^a se asentou e resolveu que eu desse ao dito Reitor e mais Relleg.^{os} do colégio da dita companhia de Jesus de santarem os paços e casa acima referidos que me pertencem com todas suas entradas saidas di.^{tas} pertenças caçoais para que elles possam fazer e fabricar no dito sitio casas onde vivaõ igreja onde celebrem os officios devinos e os mais que lhes parecer como de feito lhes deve e concedo por este alvará com condicão que os ditos Relleg.^{os} serão obrigados a fazer no mesmo sitio para mi hús paços conforme a traça que fez Mateus do Couto mestre de minhas obras (...) ” ⁷¹⁹. Neste alvará D. João IV concede aos Jesuítas os velhos Paços Reais e casas contíguas para poderem construir a sua igreja, com a condição de lhe reconstruírem o seu Paço conforme a traça que para eles dera Mateus do Couto, sem

⁷¹⁹ ANTT, Livro XX da Chancelaria de D. João IV, L^o 20, fls 13. J. J. Andrade e SILVA, *Collecção Chronológica de Legislação Portuguesa (1633-1640)*, p. 446, apud Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal (1640-1750)*, vol. V, Ed. Verbo, Lisboa, 1980, p. 182-3. Vítor SERRÃO in *Santarém*, 1^a Edição, Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 180, nota 11, na qual remete para outra publicação sua: “Marcos de Magalhães, arquitecto e entalhador do ciclo da Restauração (1647-1664)” in *Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III^a Série, n^o 89, 1^o Tomo, 1983, pp. 5-6 - (Doc. 85).

ficar explícito, no entanto, que Mateus do Couto dera também a traça para a referida igreja. A cronologia dos factos conciliam, no entanto, as duas hipóteses - dada a data avançada para a morte de André (1645) não poderia, como tal, ter acompanhado a obra pelo que poderemos admitir a intervenção de outro arquitecto, neste caso Mateus do Couto, na sua reformulação. Acabada a fachada em 1676 (em 1673 Roma terá alterado o desenho da mesma, de que constavam duas torres que não chegaram a ser construídas)⁷²⁰, tendo sido alterado o projecto inicial, proposto muito possivelmente por Mateus do Couto ou até mesmo por André, o que coincide com a informação dada por Rui Carita, de ter existido mais de um plano para Santarém⁷²¹.

Voltada para o actual Largo D. António Prior do Crato, abrindo para uma ampla escadaria, a fachada da igreja do Colégio Jesuíta de Angra é composta por três corpos que correspondem às dimensões da organização interna em nave única ladeada por capelas laterais: o corpo central, com três vãos, tendo cada um dos laterais um vão por piso, vãos esses que apresentam uma grande variedade de formas, o que pode ter resultado das sucessivas alterações impostas ao edifício (Fig. 77)⁷²². Uma forte e expressiva cimalha separa o segundo do terceiro piso, em correspondência com a que se verifica também na divisão destes pisos no interior da igreja (Fig. 78). Algumas dúvidas se colocam quanto ao desenho original sobretudo ao nível do terceiro piso, na expressão do corpo central, e nos corpos laterais que sugerem a possibilidade de

⁷²⁰ Vítor SERRÃO, ob. cit., na nota 16, p.118, Pais da SILVA, *Estudos sobre o Maneirismo*, p. 166, em nota.

⁷²¹ Rui CARITA, Maria Teresa Homem de Gouveia Figueira de FREITAS (coord.), *O Colégio dos Jesuítas do Funchal*, Funchal : Sec. Regional de Educação, 1987, p. 185, nota 247. (a quem agradecemos ter-nos disponibilizado esta obra). Nela refere que identificou no Arquivo da S. J. um primeiro plano para Santarém, constante da informação dada na obra de VALLERY-RADOT, *Le recueil de plans d'édifices de la Compagnie de Jésus conservé a la Bibliothèque Nationale de Paris ; suivi de L'inventaire du recueil de Quimper / par Jean Vallery-Radot et de L'inventaire des plans des archives romaines de la Compagnie ; par Edmond Lamalle*. Roma: Institutum Historicum, 1960, pp. 451-53, cota 175, plano esse que não pudemos consultar.

⁷²² Não nos foi possível deslocar a Angra para analisar a organização do edifício. Esta só foi possível a partir do levantamento fotográfico disponibilizado pela Professora Doutora Isabel Soares de Albergaria e pelos Drs. Florença Melo e Joaquim Borges, a quem agradecemos toda a colaboração prestada.

terem existido duas torres sineiras à face da fachada. Essa parece ser também a ideia que transparece do artigo de Nogueira Sampaio: “*O frontispício da igreja dos jesuítas em Angra não prima pela beleza da sua architectura. A não ser a existência das duas sineiras collocadas na sua arte superior, poder-se-ia tomar este edificio por um estabelecimento de qualquer outra natureza (...)*”⁷²³. Tudo parece indicar que no tempo em que o escreveu, existiam ainda duas torres sineiras. Com efeito, uma análise mais atenta dos vãos do 2º e do 3º pisos sugerem também que estes poderão não ser os originais. Ao nível do segundo piso, o remate dos vãos parece ter sido alterado, especialmente no que diz respeito à composição do vão circular inserido num quadrado que remata a composição axial do portal, bem como nos semi-círculos que rematam os vãos dos corpos laterais. No terceiro piso, quer os vãos do corpo central, quer os dos corpos laterais sugerem também grandes alterações no seu desenho, certamente resultantes das adaptações que sofreu ao longo dos séculos, o que dificulta em parte a leitura da organização do último piso da fachada. Os vãos dos corpos laterais (rematados em semi-círculo) indiciam mesmo ter existido duas torres sineiras à face da fachada (citadas no artigo de Nogueira Sampaio), posteriormente fechadas em vãos o que, apesar de não ser habitual nas igrejas da Companhia, constituiu excepção em algumas delas (como é o caso da igreja da Horta e de S. Salvador da Baía). Estas dúvidas são confirmadas no alçado interior do coro alto, no qual o desenho destes mesmos vãos nos parece mal inserido no conjunto.

Algumas dúvidas se colocam também no que diz respeito ao remate do corpo central, constituído actualmente por uma balaustrada que se prolonga pelos corpos laterais, ficando por esclarecer se seria esta a sua expressão inicial, ou se seria rematado por um frontão recortado, como podemos encontrar também noutras igrejas da Ordem.

Indiscutível é o seu aspecto quase palaciano que parece resultar, mais do que das possíveis alterações sofridas pelo o edifício a Palácio dos Capitães Generais, de uma influência colhida na Igreja de S. Vicente de Fora, cuja direcção esteve a cargo de

⁷²³ Ob. cit., p. 80.

Pedro Nunes Tinoco a partir de 1624, após a morte de Baltazar Álvares. Inaugurada em 28 de Agosto de 1629, as respectivas obras deverão ter sido acompanhadas por André, mesmo antes da sua nomeação oficial para aprendiz de arquitectura, nesse mesmo ano.

No interior da Igreja de Angra são visíveis as directivas impostas pelo modelo jesuítico contra-reformista adoptado pela Companhia, e introduzido em Portugal a partir de S. Roque de Lisboa e da Igreja do Espírito Santo de Évora, caracterizado por nave única ladeada por capelas intercomunicantes, e falso transepto, como podemos analisar a partir da planta, a qual nos permite ainda verificar que naves e transepto se inserem num rectângulo de proporções $\sqrt{2}$. Esta mesma proporção se repete na própria capela-mor, implicando que esta seja bastante profunda. (Fig. 79).

A par destas, outras semelhanças se podem encontrar com a Casa-Mãe, nomeadamente no uso de janelas em galeria colocadas a eixo dos arcos das capelas da nave (Fig. 80), e nas capelas de menor dimensão com janelas sobrepostas ladeando o arco da capela-mor. Se os princípios ordenadores impostos pela ordem e difundidos por S. Roque foram sendo adoptados nas construções sucessivas, elas não ficariam imunes a pequenas alterações em relação a esse mesmo modelo, de que resultariam algumas pequenas diferenças. Em Angra o transepto diferencia-se em relação ao de S. Roque, apresentando semelhanças com o da Igreja do Espírito Santo de Évora (na qual se deve ter inspirado) repetindo-se noutras igrejas, como é o caso da do Funchal, sua contemporânea, ou da de Salvador, só para citar alguns exemplos⁷²⁴: os vãos dos arcos das capelas do topo apresentam maiores dimensões do que os das capelas da nave, elevando-se à altura do da capela mor (e das janelas que se sobrepõem aos arcos das capelas laterais das naves) marcando, de certo modo, um transepto inscrito (Fig. 81).

⁷²⁴ Apesar da análise feita por Nestor de SOUSA para as Igrejas Jesuítas dos Açores in *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada nos séculos XVI a XVIII*, Tese de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Ponta Delgada: Univ. dos Açores, 1986, e em “A Igreja do Colégio da Companhia de Ponta Delgada: sinais de arquitectura chã e inovações de gosto barroco”, in *Museu Carlos Machado, núcleo de Arte Sacra: Igreja do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada*, Ponta Delgada: Presidência do Governo Regional dos Açores, 2006, e de outros trabalhos, como o de Fausto Sanches MARTINS, *A Arquitectura dos primeiros colégios...*, ob. cit., está ainda por realizar um estudo sistemático e comparativo que registe todas as características planimétricas das igrejas e colégios jesuítas construídos pelos portugueses.

Este é marcado ainda pela expressiva pilastra toscana que o separa da nave e na qual assenta, de cada um dos lados, um púlpito cujo desenho repete a composição verificada em S. Roque, inserido não na parede mas numa larga pilastra da nave (Fig. 82).

Composições retabulares em talha nas capelas cujo perfil acompanha o das próprias paredes, oferecem-se como uma alternativa a estas, como se se tratassem de verdadeiras paredes de fundo. O notável trabalho de talha que cobre os altares bem como o de madeira da abóbada de berço do tecto, ou ainda os de marchetaria que podemos ver em alguns pontos (Fig. 83) contrasta com o rigor do desenho depurado das cantarias dos arcos, vãos e cimalthas que percorrem a igreja, próprio da arquitectura vernacular chã que se impusera desde finais da centúria anterior.

Mas a principal e mais surpreendente diferença diz respeito à solução adoptada nas janelas da galeria (Fig. 84). Abertas para espaços colaterais delas a nobreza de Angra podia assistir às cerimónias. Apesar de se situarem a eixo dos arcos das capelas das naves, como na maior parte das igrejas dos colégios jesuítas, estão aqui colocadas segundo a largura (o que acontece também em Évora), o que lhe dá uma dimensão mais “atarracada”, contrariamente às da maior parte das igrejas (como S. Roque), mais estreitas e altas. No entanto, o efeito que esta orientação poderia causar foi aqui anulado pela engenhosa habilidade demonstrada pelo arquitecto André Nunes Tinoco (aceitamos ser ele, até prova em contrário, o autor do projecto), ao colocar no centro de cada vão um par de pequenos pilares, de cunhais chanfrados, criando um efeito que parece inverter a orientação das dimensões. Esta solução, que não detectámos até agora em mais nenhuma igreja da Companhia, confere-lhes um aspecto muito mais elegante ao transformar estas janelas quase em duplos vãos. Engenharia solução quer do ponto de vista construtivo (os pequenos pilares proporcionam uma maior estabilidade a estes vãos, de acentuada largura), quer do ponto de vista estético, não só pela já citada inversão de proporções, mas também pelo efeito simultaneamente palaciano e quase “místico” que o seu desenho permite (o aspecto arcaizante dos pilares remete para um ambiente próximo do de um

claustro), o qual só pode resultar de uma grande sensibilidade e domínio do desenho, expressos também no tratamento dado aos outros elementos arquitectónicos, e nas próprias proporções adoptadas na planimetria da igreja (V2) ⁷²⁵.

Obra única de um arquitecto, a Igreja do Colégio de Angra revela-se também única nesta solução adoptada para as janelas da galeria, revelando ainda que o seu autor conhecia bem quer os modelos adoptados pela companhia, quer outros, como o de S. Vicente de Fora onde poderá ter colhido o aspecto palaciano da fachada, o que reforça ainda mais a hipótese de ter sido André Ribeiro Tinoco o seu arquitecto pelas razões já expostas. Nogueira Sampaio salientara já que o projecto da Igreja de Angra se filiava no modelo das igrejas da Companhia, como S. Roque de Lisboa, lembrando ainda as semelhanças com o da Sé Nova de Coimbra, hoje reconhecida como sendo da autoria de Baltazar Álvares ⁷²⁶.

Nestor de Sousa definiu bem as tendências que nela podemos encontrar: “Dominante o vernaculismo chão das tendências jesuíticas sebásticas, foi essa a direcção da igreja do Colégio de Angra (1638 – 1651), mas segundo a prática frequente do hibridismo programático, por combinação do seu frontispício com influência vicentina” ⁷²⁷.

⁷²⁵ Não dispomos de um levantamento arquitectónico que nos permita estabelecer outras relações numéricas, nomeadamente nos alçados exterior e interiores.

⁷²⁶ Nogueira SAMPAIO, ob. cit., p. 80.

⁷²⁷ “A Igreja do Colégio da Companhia de Ponta Delgada: sinais de arquitectura chã e inovações de gosto barroco”, in *Museu Carlos Machado, núcleo de Arte Sacra : Igreja do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada*, Ponta Delgada: Presidência do Governo Regional dos Açores, 2006, p. 9

II Parte - Pedro Nunes Tinoco, *famoso Architecto* do período filipino

Capítulo 6

Mestre de S. Vicente de Fora: um cargo hereditário dos *Nunes Tinoco*



(foto da Autora)

“Descobrese pella eminencia do sitio de varias partes de Lisboa, & Rio Tejo, & he o primeiro edificio, & obra, que por sua fermosura se vem aos olhos. “

Frei Nicolau de Santa Maria

A campanha filipina de S. Vicente de Fora tem ocupado um lugar de destaque na historiografia portuguesa, não apenas pelo seu significado político, mas sobretudo pelo que representou no discurso da arquitectura portuguesa. Dominando estrategicamente o perfil da cidade, característica que podemos encontrar em outras iniciativas de Filipe I (1527-1598) como, por exemplo, no Mosteiro de S. Bento da Saúde, a grande obra vicentina resulta da intenção régia de assinalar simbolicamente o seu governo, ao empreender, como primeira iniciativa construtiva, aquela que tinha sido também a primeira iniciativa de D. Afonso Henriques. Na carta régia de doação de um padrão de juro datada de 26 de Janeiro de 1582, Filipe I revelava já quais as suas intenções quanto ao programa arquitectónico do Mosteiro e da nova Igreja dedicada

agora não apenas ao mártir vicentino, mas também a S. Sebastião ⁷²⁸, transferindo para lá todo o material do templo que a este último se construía no Terreiro do Paço. A esta mesma carta de doação alude já frei Nicolau de Santa Maria quando trata da reformulação do Mosteiro: “ *E no mesmo Padraõ de Iuro declara o Rey Catholico a causa, & rezaõ que o moueo a fazer esta mudança, dizendo :E por quanto o Mosteiro de S. Vicente desta Cidade de Lisboa he de minha Camera Real, & foi fundado pello Senhor Rey D. Affonso Henriquez, primeiro Rey destes Reynos; he cousa conueniente, que assi como aquele lugar foi o primeiro em que nesta Cidade em aquelle tempo fundou o primeiro Rey o primeiro Templo, no mesmo lugar se funde tambem a Igreja de S. Sebastiaõ, por ser a primeira que nella mando edificar, & pella Relíquia do Santo Martyr estar no dito Mosteiro de S. Vicente ha muito tempo..*” ⁷²⁹.

Tem sido objecto de acesa discussão na historiografia de arte ibérica a atribuição da autoria do projecto de S. Vicente de Fora, centrada em três figuras proeminentes da arquitectura do início do período filipino, qualquer uma delas apontada como igualmente importante para a afirmação da arquitectura portuguesa de então : Juan de Herrera, Filipe Terzi e Baltazar Álvares. Se, para uns o projecto inicial foi da responsabilidade do arquitecto régio Filipe Terzi (1520-1597) em virtude da importância crescente que desempenhou junto do rei, em especial na sua estada em Lisboa, para outros ele deveu-se à traça do *Aposentador-Mor* de Filipe I, Juan de Herrera (1530-1597). Uns e outros concentram em torno de si razões válidas e pertinentes, como salientaram os que se debruçaram sobre esta obra régia, razões demasiado válidas que levam a que, até mesmo Miguel Soromenho (historiador que melhor tem estudado e aprofundado a campanha de obras filipina) confesse

⁷²⁸ Eduardo Freire de OLIVEIRA em *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa: Typografia Universal, 1887, Tomo II, pp. 365-370. Miguel SOROMENHO, “ *Hum dos Mayores e Magníficos templos não só de todo o Reyno mas da Europa: a obra filipina*”, in *Mosteiro de S. Vicente de Fora. Arte e História*, Lisboa: Centro Cultural do Patriarcado Português, 2010, p. 130.

⁷²⁹ Dom Nicolau de SANTA MARIA, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, ob. cit., II Parte, p. 146.

reequacionar o problema da autoria da respectiva traça ⁷³⁰, hesitando entre atribuir autoria a Terzi (ainda que filtrada por Baltazar Álvares ⁷³¹), ora Herrera, a partir das afirmações de Frei Marcos da Cruz ⁷³². Uma vez mais a discussão poder-se-ia centrar no sentido que as definições de *tracista* e *arquitecto* significam, não se aplicando apenas a quem cria os desenhos de um projecto, mas também a quem dirige a própria obra ⁷³³. Não nos podemos esquecer, no entanto, que obras como S. Vicente ocupam sempre várias gerações de trabalhos e, como tal, mesmo que se cumpram os planos inicialmente definidos, elas são sempre marcadas pelas características dos arquitectos

⁷³⁰ Miguel SOROMENHO, “*Hum dos Mayores e Magníficos templos não só de todo o Reyno mas da Europa: a obra filipina*”, ob. cit., p. 136, referindo os partidários de um e outro nome. Entre os que defendem Filipe Terzi como autor do projecto cita nomes de Manuel Severim de Faria *Memoria do Convento de S. Vicente de fora dos Conegos regrantes de Santo Agostinho* (c. 1604), BNP, *Secção de Reservados*, Cod. 7642, fl. 143; Frei Nicolau de SANTA MARIA, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho ...*, ob. cit., II Parte, Lº. VIII, p. 146 ; Frei Inácio de Nossa Senhora da BOA MORTE, ANTT, *Manuscrito da Livraria* nº 468, fl. 4 e, mais recentemente, Reinaldo dos SANTOS, *A Arte Portuguesa*, Lisboa: s.d., Vol II, p. 198, e os historiadores espanhóis Augusto BUSTAMANTE e Fernando MARÍAS, “Francisco de Mora y la arquitectura portuguesa”, in *As relações artísticas entre Portugal e a Espanha na Época dos Descobrimentos*, Coimbra: Livraria Minerva, 1987, pp. 298 e ss. Entre os que defendem que o projecto terá sido da autoria de Juan de Herrera cita os nomes do cronista Frei Marcos da CRUZ, *Catalogo dos Priores do Mosteiro de S. Vicente* [1626], ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, Lº 149, fl. 272v. Ayres de CARVALHO, *D. João V e a Arte do seu tempo*, Lisboa: edição do autor, 1962, Vol. II, Jorge SEGURADO, *Da obra filipina de S. Vicente de Fora*, Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1976, p. 25, Rafael MOREIRA é o primeiro historiador a atribuir, indubitavelmente, a autoria do projecto a Baltazar Álvares, “Arquitectura”, in *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento*, Lisboa: 1983, p. 336). A estes autores devemos juntar ainda o nome de José Eduardo Horta CORREIA, *Arquitectura portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão* Lisboa: Presença, 2002. Para além de “*Hum dos Mayores e Magníficos templos não só de todo o Reyno mas da Europa: a obra filipina*”, ob. cit., pp. 129 a 151, destacamos os seguintes títulos da bibliografia que Miguel SOROMENHO tem dedicado à campanha filipina de S. Vicente de Fora: “Classicismo, italianismo e «estilo chão». O ciclo filipino”, in Paulo PEREIRA, *História da Arte Portuguesa*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, Vol. II, pp. 377-403. “Do Escorial a S. Vicente de Fora – Algumas notas sobre Filipe II e a arquitectura portuguesa”, *Monumentos* nº2, Lisboa: Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais, pp. 24-26. “Juan de Herrera, Baltasar Álvares y la iglesia filipina de San Vicente de Fora de Lisboa”, in *Juan Herrera, Arquitecto Real*, Madrid: Lunwerg Editores, 1997, pp. 133-144. “O Mosteiro e a Igreja de S. Vicente de Fora” (em colaboração com Nuno SALDANHA), in *O Livro de Lisboa*, Irisalva MOITA (coord.), Lisboa: Lisboa 94/ Livros Horizonte, 1994, pp. 207-218.

⁷³¹ Miguel SOROMENHO, “Classicismo, italianismo e «estilo chão». O ciclo filipino”, ob. cit., p. 380.

⁷³² “*Hum dos Mayores e Magníficos templos não só de todo o Reyno mas da Europa: a obra filipina*”, ob. cit., p. 136.

⁷³³ Remetemos uma vez mais para as definições que nos dá Rafael BLUTEAU, em que “Architecto não só he o que faz as plantas, & desenhos dos edificios, mas tambem o mestre das obras, & o que sabe, & poem em execuçaõ a arte de edificar”. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos... / pelo padre D. Raphael Bluteau*. Coimbra : no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712, Vol. I, p. 476.

que as dirigem e que nelas vão trabalhando ao longo dos anos, bem como dos reajustes que o próprio contexto histórico, e a evolução da própria arquitectura obrigam.

A esta discussão juntar-se-ia ainda uma outra relacionada com a própria definição de *aposentador-mor*, isto é, “ (...) *officio, a quem toca, quando caminha El-Rey, partir um dia diante a prevenir a pousada, & resolver as dúvidas, que se offerecerem sobre a aposentadoria (...)* ” ⁷³⁴, definição que poderia excluir à partida a participação de Juan de Herrera na concepção da traça inicial.

Qualquer que tenha sido o seu autor, ele não exclui a forte possibilidade de uma colaboração entre ambos, à semelhança do que hoje se pratica, tendo em atenção as diferentes fases de desenvolvimento de um projecto, desde a fase de estudo prévio, até à fase de execução. Assim o parece ter entendido também Jorge Segurado, para quem poderá ter existido um projecto original de Herrera e um papel activo de Terzi ⁷³⁵, realçando a dinâmica inerente à construção de um grande projecto na qual terão participado outras figuras igualmente importantes, como é o caso de Baltazar Álvares. A autoria do plano de S. Vicente de Fora continua a ser assim um segredo bem guardado no qual anda envolvido, uma vez mais e à semelhança do que acontece com a Sacristia de Santa Cruz de Coimbra, o nome de Filipe Terzi.

Se durante muito tempo Terzi e Herrera disputaram quase sempre, nessa mesma historiografia, a respectiva autoria, tendo sido apontados alternativamente como os mais prováveis responsáveis pelo projecto em virtude das sugestões/afinidades com outros exemplos, essa mesma historiografia tem vindo a salientar cada vez mais o papel determinante de Baltazar Álvares nas possíveis alterações ao projecto inicial e sucessivas decisões para a execução da obra. Sucedendo a seu tio Afonso Álvares (a quem foi dada inicialmente a direcção de Santa

⁷³⁴ Rafael BLUTEAU, *Vocabulario....*, ob. cit., Tomo I, p. 434.

⁷³⁵ Miguel SOROMENHO in “ *Hum dos Mayores e Magníficos templos não só de todo o Reyno mas da Europa: a obra filipina*”, ob. cit., p. 136.

Catarina, e a da nova igreja de S. Sebastião iniciada no Terreiro do Paço), a sua actividade tem sido amplamente referenciada a propósito das obras mais emblemáticas na transição do século XVI para o século XVII ⁷³⁶, dirigindo (e assinando, muito provavelmente) os projectos das principais obras de patronato régio, quer ainda no reinado do Cardeal D. Henrique (como o novo Convento de Santo Antão, iniciado em 1579, e para o qual deverá ter dado a traça), quer já sob mecenato filipino, como é o caso dos conventos de S. Bento de Lisboa (1598) e de Coimbra (1600), e do Mosteiro de S. Vicente de Fora.

Avançámos com a hipótese de ter sido pela sua mão que Pedro Nunes Tinoco terá iniciado a sua actividade (e observado essas mesmas obras) transitando para S. Vicente de Fora, obra que lhe viria a ser confiada após a morte de Baltazar Álvares em 1624. Este deverá ter desempenhado também um papel primordial no contacto de Pedro Nunes Tinoco com as figuras mais importantes do panorama político e artístico de então, a quem o talento do jovem arquitecto não deverá ter passado despercebido, como se pode comprovar pelas encomendas e trabalhos que ao longo dos anos lhe seriam confiados.

Vimos, anteriormente, a importância que deverá ter tido a obra de Santa Catarina dos Livreiros na formação e nos múltiplos contactos profissionais de Pedro Nunes Tinoco ⁷³⁷. Não deixa de ser relevante que em 1582 apareça, como oficial responsável pelo transporte da pedra resultante da demolição da Igreja de S. Sebastião do Terreiro do Paço para S. Vicente de Fora, um Mateus Pires, muito provavelmente o mesmo que, em 23 de Fevereiro de 1586, participaria com Baltazar Álvares da decisão

⁷³⁶ Sobre a obra de Baltazar Álvares cf. Ricardo Lucas de Sousa BRANCO, *Italianismo e contra-reforma : a obra do arquitecto Baltazar Álvares em Lisboa*, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: 2008.

⁷³⁷ Cf. Cap. I desta Parte.

da Mesa da Irmandade de Santa Catarina de fazer em madeira a cobertura da igreja, reunião em que participaria também Filipe Terzi ⁷³⁸.

Lançada a primeira pedra de S. Vicente de Fora em 25 de Agosto de 1582 (data próxima da que supomos ter sido a do nascimento de Pedro Nunes Tinoco, como vimos), mais do que o nome do autor do projecto, interessa-nos saber qual a evolução da obra, desde a sua nomeação como aprendiz em 20 de Setembro de 1604, como consta do respectivo alvará ⁷³⁹, até 1624 data em que é nomeado responsável pela mesma, para tentarmos avaliar qual o papel que Pedro Nunes Tinoco terá tido na sua concepção, para além do cargo de direcção que lhe foi atribuído. Das muitas tarefas que o estatuto de aprendiz o obrigava a cumprir fazia parte, como vimos, “ (...) *estudar a archetutura com qualquer mestre das obras que para isso lhe for ordenado e ouvir giometria de João Bautista Lavanha cosmografo (...)* ” ⁷⁴⁰, e delas deve ter constado, sem dúvida, a assistência a Baltazar Álvares na condução da obra, pois só assim fará sentido e poderemos entender a sua nomeação em substituição deste último, embora não esteja explícito no respectivo alvará que se limita a referir que a mesma se fazia “ (...) *avendo respeito a sufisencia muita continuasão e trabalho que há tido em minhas obras que lhe forão cometidas e correrá com o dito cargo asi da maneira que o fasia baltezar alves e haverá com elle o mesmo ordenado, mantimento, proes e percalços que baltezar alves tinha (...)* ” ⁷⁴¹.

Embora Pedro Nunes Tinoco fosse já um architecto com um vasto e reconhecido *curriculum*, esta mesma nomeação só faz sentido se entendida na

⁷³⁸ Sousa VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental ...*, ob. cit., Vol. II, p. 209. Cf. Cap. I desta Parte Esta coincidência não passou também a Miguel SOROMENHO, in “ *Hum dos Mayores e Magníficos templos não só de todo o Reyno mas da Europa: a obra filipina*”, ob. cit., pp. 139 e 152 (nota 31).

⁷³⁹ ANTT, *Chancelaria de Filipe III, Doações*, L^o. 30, fl. 64v. Publicado por SOUSA VITERBO, transcrito na I Parte.

⁷⁴⁰ ANTT, *Chancelaria de Filipe II, Doações*, L^o. 17, fl. 44v. Documento publicado por Sousa Viterbo, transcrito na I Parte.

⁷⁴¹ ANTT, *Chancelaria de Filipe II, Doações*, L^o. 30, fl. 64v. Documento publicado por Sousa Viterbo, transcrito na I Parte.

continuidade de uma colaboração iniciada havia muito tempo tanto mais que, de acordo com o que seria de esperar, a Baltazar Álvares deveria ter sucedido o seu filho Manuel Álvares que nesse mesmo ano de 1624, concorre a par Pedro Nunes Tinoco num lugar para arquitecto das Ordens Militares. Dele não teríamos mais notícias.

São escassos os documentos referentes à evolução e características da obra propriamente dita, especialmente no período que decorre sob orientação de Pedro Nunes Tinoco, e de parte da gestão de seu filho João Nunes Tinoco, pelo menos até à década de 60 do século XVII. Tivemos que nos socorrer, uma vez mais, dos textos dos cronistas. Mesmo com todas as reservas que daí possam resultar.

O autor da *História dos Mosteiros* pode ajudar-nos a perceber qual a evolução da obra até ao momento em que Pedro Nunes Tinoco foi nomeado para a sua direcção. Em relação à igreja, diz-nos ele que “ (...) *em dezoyto de Mayo de 1605 se poz a capella-mor, coro bayxo e cruzeyro em estado de se poder mudar o Senhor da igreja velha pêra a nova capella-mor (...) E tendo-se feyto uma parede que dividisse o cruzeiro e o corpo da igreja (servindo então de igreja seo grande cruzeiro), se foy continuando a obra com grande fervor e diligência, que passados já vinte e quatro annos, no de 1629, tirada a parede que dividia o cruzeiro do corpo da igreja, em vinte e sette de Agosto, véspera do grande patriarcha Sancto Agostinho, se abriram as portas da nova Igreja para a solemnidade das Vésperas (...)* ”⁷⁴². Um ano depois de Pedro Nunes Tinoco ter sido nomeado aprendiz de arquitectura (1605) faltava construir a nave e a fachada da igreja, o que estaria já completamente realizado em 1629, como o texto refere. Nos vinte e cinco anos que medeiam entre estas duas datas a obra ocupou-se, como tal, na construção destes elementos. Em 1624, cinco anos antes da data da conclusão da igreja, ela deveria estar já bastante adiantada, a julgar não só pelo texto que acabámos de citar, mas também pela própria dinâmica das obras de então: esses cinco anos deverão corresponder ao ultimar dos trabalhos pelo que, após 1624, Pedro Nunes Tinoco deverá ter-se limitado apenas a definir alguns aspectos

⁷⁴² *Historia dos mosteiros.....*, ob. cit., Vol. I, p.18.

pontuais (muito possivelmente na fachada e no pórtico), concentrando a sua actividade na conclusão do projecto de Baltazar Álvares.

Recorremos uma vez mais à descrição da *História dos Mosteiros* que reforça esta hipótese, ao estabelecer a relação existente entre as janelas do coro alto e as da própria fachada, mostrando a articulação entre ambas, a qual só pode resultar da unidade do projecto, ou da habilidade do arquitecto caso este tivesse que o completar “ (...) na parede em que se termina o comprimento do coro se vem três janelas, excedendo a do meio a grandeza das duas que ficam a seus lados. E as ditas três janelas deste coro correspondem às três que ficam no frontespício da igreja, que com a luz que por ellas entra illustram muyto nam somente ao coro, que fica por bayxo, mas também a todo o corpo da igreja (...) ” ⁷⁴³.

Grandes são as semelhanças entre S. Vicente de Fora e outra das mais emblemáticas obras de então, o Palácio Corte Real (Figs. 85 a 87). Com efeito, se compararmos a disposição volumétrica e, sobretudo, a forma de articulação das fachadas, rematada com torreões, e a própria disposição dos vãos, podemos deduzir que deverá ter sido a mesma mão a traçar os dois edifícios, muito provavelmente Baltazar Álvares. Pedro Nunes Tinoco terá seguido, assim, tal como o seu filho o faria, um plano previamente definido, o que é reforçado, ainda, pela análise das plantas que chegaram até nós.

Sem pôr em causa a incontestável capacidade de Pedro Nunes Tinoco, provada nas múltiplas encomendas que desde cedo lhe são feitas, e nos mais variados testemunhos, estamos em crer que na igreja se cumpriu integralmente o projecto definido por Baltazar Álvares ⁷⁴⁴ (e muito possivelmente esboçado por um dos arquitectos que têm sido apontados como seus autores), como deverá ter acontecido

⁷⁴³ *História dos Mosteiros...*, ob. cit., Vol. I, p. 27.

⁷⁴⁴ Hipótese avançada como uma certeza por Rafael MOREIRA in “Arquitectura”, *Catálogo da XVII Exposição de Arte Ciência e Cultura do Conselho da Europa*, Arte Antiga - I, Lisboa, 1983, e seguida também por outros autores também, nomeadamente por Ricardo Branco na sua tese.

para o resto do Mosteiro. É possível que de Pedro Nunes Tinoco seja o remate exterior da cobertura da Igreja, em terraço e com contrafortes em rampa que lembram, em tudo, o desenho de Villalpando para o Templo de Salomão (Figs. 88 a 90).

Continuando a seguir a *História dos Mosteiros*, ficamos a saber que apesar da abertura da igreja em 1629, em 1704 (a data é dada pelo próprio cronista) nela estavam ainda por concluir os trabalhos de pedraria da capela-mor, faltando-lhe, entre outros, o respectivo retábulo ⁷⁴⁵. Com a igreja ou o final da obra da mesma, a lógica construtiva aponta para que, se seguissem os claustros e a delimitação da própria Sacristia, elementos indispensáveis na articulação com os dormitórios que estavam também a ser lançados.

Devemos então perguntar, uma vez mais, qual a intervenção que Pedro Nunes Tinoco deverá ter tido, não apenas como director da obra, mas também como projectista da mesma. Se compararmos o desenho da igreja, claustros e sacristia (dos outros espaços falaremos depois) podemos ver que existem intervenções de natureza diferente, na linguagem e expressão dos próprios elementos arquitectónicos, apesar de todos eles fazerem parte de um mesmo plano inicial, isto é: pensada a sua implantação desde o início, o ritmo de construção das diferentes partes não foi o mesmo, como o prova a conclusão da igreja, prematura em relação às outras dependências, o que não implica que estas não estivessem já projectadas ou até mesmo iniciadas.

Se na igreja Pedro Nunes Tinoco se deverá ter limitado a dirigir a obra de conclusão (embora Ayres de Carvalho refira, ao analisar o portal que poderá ser obra da autoria de Baltasar Álvares ou do próprio Pedro Nunes Tinoco ⁷⁴⁶), no que diz respeito aos claustros e parte conventual, a sua intervenção deverá ter sido mais

⁷⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p. 26.

⁷⁴⁶ - Ayres de CARVALHO, *D. João V e a Arte do seu Tempo*, Lisboa: 1962, p. 114.

completa, devendo ter contribuído para o próprio desenho dos elementos arquitectónicos.

Frei Nicolau de Santa Maria refere como claustro principal aquele que se situava mais a nascente, por ser aquele que melhor se situava tendo em atenção os espaços de distribuição da vida conventual. No seu texto refere quais os espaços que subsistiam ainda da primitiva construção: o claustro principal e parte do claustro da Portaria, o que sugere que este estaria já em reformulação, o que deverá ter começado ainda sob gestão de Pedro Nunes Tinoco, pelo que se nos afigura provável que o desenho da sua arquitectura seja da autoria deste arquitecto. Podemos apoiar a nossa afirmação na análise comparativa com o desenho de um outro claustro, também de Pedro Nunes Tinoco. Provámos num capítulo anterior que no Mosteiro de Santa Marta (apoiados na documentação divulgada por Vítor Serrão ⁷⁴⁷), o desenho do claustro hoje existente se devia ainda ao traço de Pedro Nunes Tinoco, uma vez que nos documentos referentes à obra de reconstrução iniciada no fim do Século XVII, sob orientação de João Antunes, se alude frequentemente, a propósito dos preços da pedraria trabalhada, a uma reconstituição dos elementos existentes (nomeadamente pilares e seus embasamento e capitéis), “ (...) *na mesma forma dos que estão no dito claustro (...)*” ⁷⁴⁸. Comparando o desenho do claustro de Santa Marta com o da Portaria de S. Vicente podemos verificar que os elementos arquitectónicos têm praticamente o mesmo desenho, especialmente no que diz respeito às pilastras desses mesmos pilares (Figs. 91 e 92). As diferenças existentes (em Santa Marta existe apenas um piso com varandim por cima, enquanto em S. Vicente temos dois andares Fig. 93) poderão resultar do facto de estarmos perante um convento feminino, e outro masculino, mas sobretudo da sua necessidade de articulação com igrejas de escalas muito diferentes. Já no que diz respeito a pequenas alterações em determinados detalhes (como na dimensão dos ábacos, por exemplo) estes deverão resultar da

⁷⁴⁷ Cf. o que dissemos no Cap. 3 a propósito da obra de Santa Marta, e da documentação divulgada por este investigador.

⁷⁴⁸ Idem.

reconstrução realizada. Apesar de poderem ter seguido um modelo mais ou menos

divulgado na época, como referimos a propósito destes e do claustro do Convento de Jesus, estamos em crer que se deve a Pedro Nunes Tinoco o seu desenho, embora as proporções e implantação já devessem estar previamente determinadas.

Talvez pela monumentalidade do projecto em que se insere e pela qualidade da própria pedra aqui utilizada, salientada já por Frei Nicolau ⁷⁴⁹, o mesmo desenho que no projecto de Pedro Nunes Tinoco para o claustro de Santa Marta podemos designar por um *traço de desenho duro*, assume em S. Vicente de Fora um intenso sentido introspectivo, num silêncio que quase poderíamos definir como *metafísico e «chiriquiano»*, se nos fosse permitido inverter o discurso do tempo (Fig 94).

Nos anos em que seguiu a obra, até à sua morte em 1640, Pedro Nunes Tinoco iria demonstrar toda a sua capacidade não apenas como arquitecto, projectando as mais variadas obras, mas também no domínio das obras públicas.

Se não nos é possível determinar, hoje, com exactidão, qual terá sido a sua traça neste conjunto, a obra de S. Vicente de Fora desempenharia, no entanto, um papel importantíssimo, para além de todo o seu valor arquitectónico e retórico – ela foi, ao criar um cargo de sucessão dinástica, o de *Mestre das Obras de S. Vicente*, o assumir da importância que as famílias de arquitectos representavam no discurso da arquitectura nacional.

⁷⁴⁹ Dom Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, *ob. cit.*, II Parte, p. 146: “ He toda esta Igreja de pedraria mui bem laurada, assi por fóra, como por dentro, mas sem lauores pela dureza da pedra, que he toda de h~ua qualidade muito alua, & forte, que se tira das pedreiras de Alcantara junto à Cidade de Lisboa: só os capiteis das entre colunas de toda a Igreja são de lauores, porque nelles se laurãraõ palmas de S. Vicente, & setas de Saõ Sebastiaõ seus Padroeiros.”

III Parte - João Nunes Tinoco, arquitecto da *Casa das Senhoras Rainhas*

Capítulo 1

Formação teórica e prática



750

“...Hey por bem, e me pras de fazer merce a João Nunes Tinoco do cargo de Architecto de minhas obras para assistir a execução dellas, havendo respeito ao zello com que sempre me servio...”

Nomeação para *Arquitecto da Casa da Rainha* D. Luísa de Gusmão ⁷⁵¹

1. Um jovem aprendiz, e outros cargos.

Em 29 de Dezembro de 1631, João Nunes Tinoco (c.1616-1690 ⁷⁵²) era nomeado para o lugar de *aprendiz* de arquitectura ⁷⁵³, em substituição do seu irmão, André Ribeiro Tinoco.

⁷⁵⁰ João Nunes TINOCO, pormenor da portada do *Livro de Praças de Portugal com suas fortificações*. Desenhadas pellos *Engenheiros de S. Mg. de Cosmader, Gilot, Langres, Santacolomba, & outros; Delineadas por Ioão Nunez Tinoco Architecto de S. Mg. de Anno 1663*. BA, 52-XIV-22. Publ. por Sousa VITERBO, *Dicionario...*, ob. cit., Vol. III, p. 114.

⁷⁵¹ Alvará de nomeação para *Arquitecto da Casa da Rainha* D. Luísa de Gusmão, ANTT, *Casa das Rainhas*, L^o 1, fl. 19v, 19 de Dezembro de 1665 (confirmada em 24 de Maio de 1666). Sousa VITERBO, *Dicionario...*, ob. cit., Vol. III, pp. 115 e 116.

⁷⁵² Ayres de CARVALHO dá como datas prováveis para o seu nascimento e morte os anos de 1610 e 1689 o que, como já vimos, não corresponde à verdade (*D. João V...*, ob. cit., Vol. II, p. 101).

Não fora este último ter ingressado na Companhia de Jesus dois meses antes ⁷⁵⁴, e talvez João estivesse destinado a ser um simples mestre de obras, medidor ou ajudante de arquitectura, como aconteceu com o tio Manuel Quaresma, e o seu próprio irmão Manuel (de quem só temos notícia pela partilha de bens entre os herdeiros de Pedro Nunes Tinoco, como já vimos ⁷⁵⁵).

João Nunes Tinoco teria então cerca de 15 anos, tendo em conta o respectivo assento de baptismo ⁷⁵⁶, sendo muito mais jovem do que o eram seu pai e o irmão André quando adquiriram o mesmo estatuto, respectivamente em 1604 e em 1629 ⁷⁵⁷ (Pedro Nunes Tinoco deveria ter mais de vinte anos, já casado e com uma filha, Ana Vicência, e André deveria ter cerca de 18 anos, de acordo com o seu assento de baptismo ⁷⁵⁸).

A urgência da sua nomeação deveu-se, sem dúvida, ao facto de com o abandono de André da vida civil, ter ficado “vago” no seio da sua família o lugar de aprendiz destinado ao filho mais velho, o qual garantiria a existência de um arquitecto numa estrutura familiar que, tudo indica, estava bem organizada de acordo com as necessidades e exigências de uma actividade ligada ao projecto e à direcção de obras.

Tal como acontecera com o pai (que ao ser nomeado aprendiz continuava o estudo que iniciara havia anos), e o seu irmão André nomeado para a vaga deixada por Mateus do Couto Tio, João Nunes Tinoco mostrava já “habilidade” na arquitectura quando da sua nomeação, ” (...) *avendo respeito a boa abilidade, que mostra ter na dita arte, que aprenderá com a pessoa que se lhe nomear, assistindo no estudo, e nesta*

⁷⁵³ ANTT, *Chancelaria de Filipe III, Mercês*, L^o. 23, fl. 386v. Sousa VITERBO, *Dicionário Histórico...*, ob. cit., Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Volume III, pp. 112 e 113 (Cf. I PARTE, **Doc. 6**)

⁷⁵⁴ Cf. I PARTE, **Doc. 44**.

⁷⁵⁵ Cf. I PARTE, **Doc. 15**.

⁷⁵⁶ Cf. I PARTE, **Doc. 49 – Inédito**.

⁷⁵⁷ Cf. I PARTE, **Docs. 1 e 5**.

⁷⁵⁸ Cf. I PARTE, **Doc. 51 - Inédito**.

cidade (...) “⁷⁵⁹, também João Nunes Tinoco deveria ter já iniciado a sua aprendizagem, de acordo com o respectivo alvará real no qual salienta “ (...) *a sua boa habilidade e a servir já nas traças que se fazem do meu serviço (...)* “. Continuando uma tradição familiar, essa mesma aprendizagem fazia-se também, sem qualquer espécie de dúvida, nas numerosas obras que Pedro Nunes Tinoco dirigia, em especial no importante e maior estaleiro de então, S. Vicente de Fora.

O enorme prestígio do pai como arquitecto, trabalhando nas maiores obras de iniciativa régia ou de outros importantes encomendadores, e a prática adquirida por João na sequência dos estudos que tinha feito como aprendiz, terão sido certamente determinantes na sua nomeação, em 8 de Fevereiro de 1641, quando contava apenas 25 anos de idade, na direcção da Igreja de S. Sebastião e S. Vicente⁷⁶⁰, auferindo os mesmos 70.000 reis anuais (tal como acontecera com Pedro Nunes Tinoco, a nomeação menciona apenas a direcção da obra da Igreja, embora saibamos que se estendia também ao próprio Mosteiro). Iniciava-se, assim, a prestigiante sucessão num dos principais cargos de arquitectura (senão mesmo o principal cargo), naquela que seria também uma das mais importantes famílias de arquitectos. Comprova-o o conhecido episódio de S. Vicente de Fora: a 30 de Agosto de 1650 decidia o Senado, de acordo com uma resolução régia⁷⁶¹, que passaria a haver um apontador, o arquitecto régio Francisco da Silva [Tinoco], tio do Padre Francisco Tinoco da Silva, o que terá dado origem a que o vereador Francisco de Valladares tenha proposto a dispensa de João Nunes Tinoco da condução da obra, e sua substituição por Francisco Tinoco⁷⁶². A esta proposta não seria o Senado receptivo, alegando que João era filho de Pedro Nunes Tinoco, e que havia grande diferença entre o cargo de apontador e o de

⁷⁵⁹ Cf. I PARTE, **Doc. 5.**

⁷⁶⁰ Cf. I PARTE, **Doc. 7.**

⁷⁶¹ *Livro I de Registo e de Consultas dos srs Reis D. João IV e D. Affonso VI*, fl. 62v. Publicado por Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, ob. cit., 1ª Parte, Tomo V, pp. 240 a 242.

⁷⁶² *Livro II de Consultas e Decretos de El Rey D. João IV*, fl. 287; publicado por Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História do Município ...*, ob. cit., 1ª Parte, Tomo V, Lisboa: Typographia Universal, 1891, p. 242.

arquitecto. João Nunes Tinoco asseguraria a direcção da obra até à data da sua morte, certamente com a colaboração de Luís Nunes Tinoco que herdaria, por sua vez, o mesmo cargo.

O grande incremento dado por D. João IV à reformada *Casa das Senhoras Rainhas* em 1642 (após um longo interregno em período filipino ⁷⁶³), apoiado num corpo legislativo que conduziria à sua progressiva desvinculação da Casa de Bragança, viria a desempenhar um importante papel na dinâmica da Casa Real ⁷⁶⁴, levando à nomeação de um arquitecto próprio, em 19 de Dezembro de 1665. Trata-se da primeira e única nomeação de um arquitecto para o período em estudo apesar de, logo no início de 1641, a instituição possuir já um corpo próprio de oficiais com assentamento de ordenados, moradias e mercês ⁷⁶⁵, nomeação essa que recairia em

⁷⁶³ Por Carta Patente de 10 de Fevereiro de 1642, D. João IV doava a D. Luísa de Gusmão os bens que tinham pertencido a D. Catarina. No ano seguinte estes bens seriam ampliados e confirmados por outra legislação, nomeadamente pelo Decreto de 16 de Julho de 1643, que criava o Conselho ou Tribunal do Despacho da Fazenda e Estado da *Casa das Senhoras Rainhas* que teria por objectivo a gestão desses bens. Era então nomeado um ouvidor presidente, dois deputados, um provedor, um escrivão e um porteiro. O *Regimento* de 11 de Outubro de 1656 determinava ainda a existência de um Vedor da Fazenda, um Ouvidor e dois Deputados, um dos quais *Ouvidor Geral das Terras das Rainhas*, um procurador da Fazenda e respectivo Escrivão, um Chanceler e um Escrivão da Câmara. Este Regimento viria a ser confirmado por Alvará de 11 de Maio de 1786 apesar de, em 25 de Janeiro de 1770, o Marquês de Pombal ter determinado que os seus rendimentos fossem geridos pelo Erário Régio (mantendo-se, no entanto, a sua autorização pela Rainha).

Um decreto de 31 de Outubro reorganizava o Conselho ou Tribunal do Despacho e a Secretaria dos Negócios e o Tesouro, corrigindo as alterações introduzidas pela anterior reforma e pelo governo revolucionário. Foram, então, nomeados novos oficiais, fixados os seus ordenados e emolumentos, a forma de acesso e de progressão, reforma que entraria em vigor a partir de 1 de Janeiro do ano seguinte. Este Tribunal viria a ser extinto em 9 de Agosto de 1833 tendo a administração de seus bens ficado a cargo do Tesouro Público. A *Casa das Rainhas* viria a ser extinta por D. Pedro IV (Decreto de 18 de Março de 1834), e os seus bens integrados na Fazenda Nacional. As rainhas passaram a dispor de uma dotação anual votada em Cortes e foram-lhes destinados os palácios de Caxias e de Queluz para *decência e recreio da Rainha* (ANTT, *Casa das Senhoras Rainhas. História Administrativa/ Biográfica / Familiar*).

A dinâmica e importância da *Casa das Senhoras Rainhas* para o período entre 1640 e 1754 foi já objecto de estudo, do qual constam também todas as nomeações dos seus elementos, incluindo a de João Nunes Tinoco. Cf. Maria Paula Marçal LOURENÇO, *CASA, CORTE E PATRIMÓNIO DAS RAINHAS DE PORTUGAL (1650-1754). Poder, Instituições e Relações Sociais*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa: 1999.

⁷⁶⁴ Maria Paula Marçal LOURENÇO, *CASA, CORTE E PATRIMÓNIO...*, ob. cit., Vol. I, p. 61.

⁷⁶⁵ BN, *Secção de Reservados*, Cod. 4173, *Do Governo de Portugal Das Casas dos Reis e das Rainhas*, fl. 13 a 18, publ. por Maria Paula Marçal LOURENÇO, *CASA, CORTE E PATRIMÓNIO...*, ob. cit., Vol. I, p. 60.

João Nunes Tinoco (confirmada por D. Afonso VI em 24 de Maio do ano seguinte, já depois da morte da Rainha, ocorrida em Fevereiro). Os termos em que é redigida, demonstram a confiança que nele depositava D. Luísa de Gusmão: “...**havendo respeito ao zello com que sempre me servio, em fazer as trassas pera os dois conventos, de religiosas e de religiosos descalsos de Santo Agostinho que tenho fundados neste destrito de Xabregas, e pera as mais obras que por minha ordem se fizerem com o qual cargo haverá de ordenado em cada hum anno trinta mil reis pagos...**”⁷⁶⁶. O zelo com que sempre servira, reconhecido no alvará real, resultava, sem sombra de dúvida, da intensa actividade que desenvolvera como arquitecto régio, em inúmeras tarefas encomendadas não apenas ao serviço da Rainha, mas também de D. João IV, nomeadamente no âmbito da esfera militar – basta pensarmos nos trabalhos de cartografia que elaborou ou, por exemplo, na sua colaboração como escrivão com Luís Serrão Pimentel.

De qualquer modo, a sua nomeação para o cargo de *Arquitecto da Casa das Senhoras Rainhas*, única que se conhece para este cargo no espaço cronológico por nós estabelecido, demonstra bem o imenso prestígio que João Nunes Tinoco atingira como arquitecto régio.

2. Trabalhos de apoio às campanhas militares

Fora do âmbito da Arquitectura propriamente dita, o nome de João Nunes Tinoco ficaria conhecido por ser o autor da mais antiga planta de Lisboa que chegou

No mesmo livro de que consta a nomeação de João Nunes Tinoco (ANTT, *Casa das Rainhas*, L^o37, *Alvarás*), não deixámos de notar outras nomeações, tais como: de Manuel Jorge, pedreiro, a 16 de Maio de 1676 (fl. 33), de Domingos Antunes, carpinteiro, a 29 de Maio 1676 (fl. 33v), e a carta de pintor a Antonio de Oliveira, “*official de pintor da Sua casa*” em 28 Fev^o 1698 (fl. 69).

⁷⁶⁶ Cf. I PARTE, **Doc. 8** (sublinhado nosso).

até nós, datada de 1650 ⁷⁶⁷. Desaparecido o original, conhecemo-la através de uma cópia aguarelada, oferecida à Câmara Municipal em 1850, pelo General Pinheiro Furtado, a qual integra hoje o espólio do Museu da Cidade ⁷⁶⁸, dela se tirando várias cópias ⁷⁶⁹. Intitulada “ *Planta da Cidade de L.^a em q. semostrão/ os muros devermelho com todas as Ruas/ E praças da cidade dos muros a dentro cõ/ as de clarações postas em seu lugar. De Li/ neada por João Nunes Tinoco Architecto de/ S. Mgde. Anno 1650./ Joao Nunes Tinoco* ” (Fig. 95), de acordo com o apontamento feito e assinado pelo próprio João Nunes Tinoco no canto superior direito (Fig. 96), a planta tem, na parte inferior em toda a sua largura, a seguinte legenda “ *Nomes d' algumas ruas, praias, travessas e becos que não estão escriptos na planta original, mas por se terem conservado athe hoje os mesmos, agora aqui vão escriptos em numeração seguida nas respectivas freguesias* ”. Nela podemos ver o nome das praças ruas e becos da Lisboa de então numeradas por freguesias, permitindo a sua identificação também na própria planta. Ao longo dos anos que trabalhamos no centro histórico da cidade pudemos comprovar que, no traçado urbano não afectado pelo grande sismo de 1755 se mantém, em grande parte, a toponímia pré-terramoto, bem como a configuração de muitos dos seus quarteirões, o que mostra bem o grande rigor com que, para a época, foi delineada. João Nunes Tinoco ter-se-á certamente socorrido dos registos dos *mestres medidores da cidade* (profissão que, como vimos, tivera o avô, o seu pai Álvaro Gomes, e o tio Manuel Quaresma ⁷⁷⁰) que, na sua obrigatoriedade de cordear, medir e acompanhar todas as obras em curso, tinham um conhecimento minucioso e

⁷⁶⁷ Sabemos que estão a ser desenvolvidos estudos sobre um fragmento de uma antiga planta de Lisboa, sobre a qual não temos ainda dados certos. Relembramos, no entanto, que referimos anteriormente a existência de um levantamento cartográfico elaborado no século XVI, quando de um dos desmoronamentos de Santa Catarina (Cf. II PARTE; Cap.1).

⁷⁶⁸ MC.DES.1084, Dim: 880x620 mm.

⁷⁶⁹ Referimos aqui as edições mais utilizadas. A primeira, datada de 1853, é uma litografia da Imprensa Nacional, impressa a preto (Dim: 801 x 571 mm), e foi publicada por Augusto Vieira da SILVA em *Plantas Topográficas de Lisboa*, Lisboa: Câmara Municipal, 1950, Planta nº1; a segunda trata-se de uma cópia gravada e publicada pela Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino em 1884, tendo sido gravada por Carvalho J^{or}, a preto (dimensões 825 x 650 mm).

⁷⁷⁰ Cf. I PARTE, Cap.2, e II PARTE, Cap. 1.

privilegiado do cadastro urbano.

A necessidade de elaboração de estratégias defensivas impostas pela Restauração do Reino, deverá ter sido o principal motivo para a realização desta planta, como se depreende da atenção dada ao traçado das muralhas, referidas pelo próprio João Nunes Tinoco.

Ela estará também ligada à recém criada Aula de Fortificação Militar, em 13 de Junho de 1647, sob orientação de Luís Serrão Pimentel (1613-1679). Seria a partir da alteração estratégica de defesa do território, a que a ausência de homens preparados para a condução de fortificações, quer fossem erguidas de raiz ou recuperadas na sua operacionalidade, não foi alheia, que a formação científico-militar se desenvolveria, conduzindo à necessidade de implementação do ensino da arquitectura militar ⁷⁷¹. Prova-o a ligação entre João Nunes Tinoco e o próprio Serrão Pimentel, consubstanciada nos trabalhos de escrita que o primeiro executou, passando e ilustrando alguns dos livros relacionados com o ensino da arquitectura militar. Prova-o, também, o facto de João Nunes Tinoco ter executado outros trabalhos de cartografia militar, relacionados com as campanhas da Restauração, como a planta que traçou para o cerco de Badajoz em 1658⁷⁷² (Figs. 97 e 98), actualmente no Arquivo Militar de Estocolmo, ou o *Livro de Praças de Portugal com suas fortificações*, composto em 1663, existente na Biblioteca da Ajuda ⁷⁷³, colaborando com Nicolau de Langres e com o próprio Luís Serrão Pimentel (que terá prestado assistência nesse mesmo cerco, marcando presença nas *Batalhas das Linhas de Elvas*, em 1659, e na do

⁷⁷¹ Nuno Alexandre Martins FERREIRA, *Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal*, Dissertação de Mestrado em *História dos Descobrimentos e da Expansão* apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Departamento de História, Lisboa: 2009, p. 73.

⁷⁷² AME, *Utländska Krigsplaner. Kriget mellan Frankrike och Spanien 1635-1659. Va Nr 1a*, “Planta da linha da circunvalação, redutos et fortes do sitio de Badajoz”. In Isabel Testón Nuñez Rocio SÁNCHEZ RUBIO, Carlos SÁNCHEZ RUBIO, *La memoria ausente. Cartografía de España y Portugal en Archivo Militar de Estocolmo. Siglos XVII y XVIII*, Badajoz: Editorial 4 Gatos, disponível em <http://www.4gatos.es/MemoriaAusente/> [consulta de 10/11/2011].

⁷⁷³ *Livro de Praças de Portugal com suas fortificações...*, ob. cit., BA, 52-XIV-22.

Ameixial, em 1663 ⁷⁷⁴).

É o próprio João Nunes Tinoco que nos informa, de acordo com a legenda constante no canto superior esquerdo do desenho, como traçou a planta de Badajoz a partir de um desenho feito no terreno por Nicolau de Langres: “ *PLANTA / Da linha da circunvalação, redutos, e Fortes / do sítio de Badajóz, com os quarteis, e ataques / dos Fortes de S. Xpuão, & S. Miguel, de dese-/nhada no terreno por Niculao de Langres emge=/nheiro de S. Mg.^{de} conforme as ordéns do S.^{or} Joanne Mendes de Vasc.^{os} Tenente G.^l de S. Mg.^{de} no Exer/çito, e Prouinçia de Alentejo. 11 de Agosto / de 1658. / Delineauit Joannes Nunes tinoco* “. No canto inferior direito, uma legenda identifica todos os lugares e construções que tiveram um papel relevante nesta campanha militar.

No que diz respeito ao *Livro de Praças de Portugal com suas fortificações*, mandado realizar pelo Conde da Torre em 1663, actualmente na Biblioteca da Ajuda (Fig.99) ⁷⁷⁵, é notória também a influência de Nicolau de Langres, em especial do livro de *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação* ⁷⁷⁶, composto cerca de 1661 (Fig.100). Com efeito, a folha de rosto da obra de João Nunes Tinoco não é senão uma cópia, de inferior qualidade, da do livro de Nicolau de Langres, como se pode comprovar pela composição e desenho dos troféus e *putti* que enquadram os plintos onde se inscrevem os títulos das obras.

Sousa Viterbo, citando o *Catalogo da exposição de história do Rio de Janeiro*, atribui-lhe, também o álbum dos “ *Desenhos e plantas illuminadas do recife de Pernambuco...*” existente na Biblioteca do Rio de Janeiro ⁷⁷⁷ que, como já vimos, deve

⁷⁷⁴ Nuno Alexandre Martins FERREIRA, *Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro...*, ob. cit., p. 73.

⁷⁷⁵ Apresentamos aqui, apenas a título ilustrativo, o desenho com que abre este códice.

⁷⁷⁶ BN, *Secção de Reservados*, Cod. 7445.

⁷⁷⁷ Sousa VITERBO, *Dicionario...*, ob. cit., Vol. III, p.114.

ter sido feito pelo Capitão Paulo Nunes Tinoco ⁷⁷⁸.

A par da produção teórica relacionada com a sua profissão, João Nunes Tinoco deverá ter dado apoio à Aula de Fortificação de Luís Serrão Pimentel, escrevendo e ilustrando alguns dos seus livros. É o caso da *Architectonica militar ou Fortificação moderna* (Fig. 101 e 102), realizada em 1661 (com desenhos de muralhas e de artefactos militares)⁷⁷⁹, e do *Compendio Da Sphera Material, & Celeste* (Figs. 103 e 104) e *Arte De Navegar Speculatiua, & Practica*, datadas de 1671 ⁷⁸⁰ (Figs.105 e 106).

3. Da prática à teoria: o equívoco em torno do *Tratado de Mateus do Couto*

Para além dos textos manuscritos que acabámos de referir, feitos pela mão de João Nunes Tinoco, e que pensamos tenham sido feitos para a *Aula de Fortificação* de Luís Serrão Pimentel, um outro manuscrito terá sido por si realizado. Trata-se das *Taboadas gerais* ⁷⁸¹ (Fig. 107) manual que, como o nome indica, é constituído por tábuas para facilitar a medição das obras dos pedreiros, quer fossem de cantaria ou de alvenaria (e que chega a ter uma tábua copiada de Durer), a que se junta um pequeno apontamento de geometria elementar. A natureza deste escrito, essencialmente prática, destinada à execução, análise e gestão de obra, e que se afasta de outras obras que seriam elaboradas, nomeadamente pelo filho Luís Nunes Tinoco, vem

⁷⁷⁸ Cf. I PARTE, Cap. 2.

⁷⁷⁹ BN, *Secção de Reservados*, Cod. 13473, *Architectonica militar ou Fortificação moderna*. Por Luis Serrão Pimentel *Cosmographo mor q foi deste Reyno de Portugal, e lente de Astronomia, e Nauegação, e ao prezente de Fortificação, esquadrões, Artelhar.^o, e castrametação por espeçial decreto de sua Magestade ; Scripsit Joannes Nunes Tinoco. 1661.*

⁷⁸⁰ BN, *Secção de Reservados*, Cod. 4268//2, *Compendio Da Sphera Material, & Celeste. E Arte De Navegar Speculatiua, & Practica*. Ioannes Nunes Tinoco, *Scripsit, et delineauit. 1671.*

⁷⁸¹ BN, *Secção de Reservados*, Cod 5166, *Taboadas gerais para com facilidade se medir qualquer obra do officio de pedreiro, assim de cantaria como de aluenaria, com outras varias curiozidades da geometria pratica... feitas pello architecto de Sua Mag.de João Nunes Tinoco. 1660.*

confirmar a grande actividade e o sentido prático que caracterizaria toda a vida profissional de João Nunes Tinoco e confirmar, uma vez mais, que o arquitecto não se limitava a um trabalho meramente teórico, mas que participava activamente na gestão do próprio estaleiro de obra. Só assim se explica a posse deste manuscrito nas mãos de Frei Custódio de Santa Brígida, responsável pelas obras dos Agostinhos na Província de Portugal, como consta no próprio documento.

Por ser um dos raros tratados de arquitectura compostos em Portugal, precedido apenas pelo tratado manuscrito, incompleto, de António Rodrigues, datado de 1576-79⁷⁸², e de um *Tratado de Arquitectura Política e Militar*, hoje desaparecido, feito pelo arquitecto Pero de Araújo⁷⁸³ o *Tractado De Architectura Que leo o Mestre, e Archit.^o Mattheus do Couto o velho No Anno de 1631*⁷⁸⁴ (Fig.108), tem sido amplamente referenciado por numerosos autores, e a sua redacção tradicionalmente atribuída a Pedro Nunes Tinoco⁷⁸⁵. Construído sobre o modelo albertiano, que cita a partir da tradução espanhola castelhana de 1582, foi já definido como tardo-renascentista na substância, e barroco no método que usa de acumulação retórica e bricolage de referência⁷⁸⁶.

Como o nome indica, o manuscrito trata de um conjunto de lições de arquitectura lidas por Mateus do Couto em 1631, em forma de tratado dividido, em 4

⁷⁸² Rafael MOREIRA, *Um Tratado Português de Arquitectura do século XVI (1576-1579)*, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: 1982 e "Tratados", in *Dicionário da arte barroca em Portugal*, José Fernandes PEREIRA (dir.), Paulo PEREIRA (coord.), 1a ed. Lisboa: Presença, 1989, p. 492.

⁷⁸³ Sousa VITERBO, *Dicionário*, ob. cit., Vol. III, pp.233 e 234. Rafael MOREIRA, "Tratados", in *Dicionário da arte barroca em Portugal*, ob. cit., p. 492.

⁷⁸⁴ BN, *Secção de Reservados*, COD. 946//1. Cf. Rafael MOREIRA, "Tratados", in *Dicionário da arte barroca em Portugal*, ob. cit., p. 492. Transcrito por Carlos Ruão de LIMA, *O Eupalinos Moderno: teoria e prática da arquitectura religiosa em Portugal: (1550-1640)*, Tese de Doutoramento em História (variante História da Arte); Coimbra: Faculdade de Letras, 2006, Vol. III, p. 195 e ss.

⁷⁸⁵ Rafael MOREIRA diz tratar-se de uma versão manuscrita do século XVIII, in "Tratados", *Dicionário da arte barroca em Portugal*, ob. cit., p. 492.

⁷⁸⁶ Idem, *Ibidem*, p. 492.

partes, inserindo-se num códice do qual faz parte, ainda, um tratado de perspectiva, bem como quatro páginas referentes à genealogia dos Reis de Portugal integrada numa tábua cronológica comparativa com a dos monarcas de outros países (onde figura, como data mais recente, o ano de 1715, referente ao rei Luís XV de França - Fig.109), bem como um quadro com a ascendência do Conde Nuno Álvares Pereira. Numeradas as páginas de 1 a 97 (numeração que inclui as páginas referentes a esta cronologia, faltando algumas pelo meio), uma análise atenta do manuscrito mostra-nos que existem diversas numerações, estando assinado, no fim, por *Pero Nunes Tinoco*. Esta assinatura é acompanhada da declaração "*Este livro tem enssi sento e oitenta e nove meas folhas conforme o nu mero delas e o asento que esta escrito no prensipio dele que fiz o dito enserramento e me asineie me asinei ao pe delle (...)*", a qual tem sido responsável por um enorme equívoco que se prende quer com a sua autoria, quer com a data dessa mesma redacção. Se, num primeiro momento, em virtude da data mais recente da *Taboada dos Reis*, pudéssemos pensar que a assinatura pertence a um dos seus homónimos descendentes (Pedro, irmão de João Nunes Tinoco, ou Pedro, filho de Luís), um estudo comparativo com outras assinaturas e textos seus, nomeadamente com os que constam no *Livro do Priorado do Crato* mostra-nos que, com efeito, se trata do arquitecto Pedro Nunes Tinoco, patriarca da família.

Que razão poderá explicar a transcrição das aulas de Mateus do Couto por um seu contemporâneo, já perfeitamente integrado na prática profissional, como era o caso de Pedro Nunes Tinoco - como escrivão na *Licção de Architectura* para a qual Mateus do Couto fora nomeado? Como explicar a lista de reis, que não pode ser anterior a 1715, de acordo com os dados que contem ?

A estas dúvidas juntam-se ainda outras, a começar pelo próprio título "*Architectura (...) Mattheus do Couto o velho*". Não deixa dúvida de que se trata de Mateus do Couto tio, denunciando que era já conhecido um outro Mateus do Couto, **o novo**, isto é, sobrinho. Como tal, a transcrição desta *lição de arquitectura*, só poderá ter sido feita bastante depois, uma vez que Mateus do Couto sobrinho só seria

nomeado aprendiz de arquitectura em 1647⁷⁸⁷, não havendo necessidade de distinção entre os dois, ainda em 1631.

Quem poderia, então, estar a assistir à aula do *Mestre* nesta data? Não deixa de ser curioso que se faça precisamente no ano em que João Nunes Tinoco é nomeado aprendiz de arquitectura (29 de Dezembro), em substituição de seu irmão André Ribeiro Tinoco, recentemente entrado na Companhia de Jesus. (21 de Outubro desse ano). Apesar da nomeação ter sido feita apenas a dois dias do fim desse ano, é possível que desde o momento em que estivesse decidido o abandono da vida secular por André, João tenha começado, de imediato, a frequentar a aula. Outra hipótese é que os apontamentos tenham sido coligidos pelo próprio André Ribeiro Tinoco, o que nos parece menos provável, pois a sua nomeação para aprendiz ocorrera havia já dois anos, em Fevereiro de 1629⁷⁸⁸. A análise da caligrafia remete, no entanto, para a mão de Luís Nunes Tinoco, o que explica a inclusão do quadro com a cronologia dos reis, que termina no ano de 1715, tanto mais que Luís Nunes Tinoco a ele se refere numa das suas obras até agora inéditas, no “*Tractado de Architectura*” integrado no manuscrito a que chamou *Universidade Moral das Sciencias, e Artes*⁷⁸⁹.

Creemos, como tal, que a transcrição desta lição tenha sido feita por João Nunes Tinoco, enquanto aprendiz (ou, menos provavelmente, por André), e mais tarde copiada por Luís. Tudo indica, também, que estamos em presença de uma espécie de caderno ou *sebenta de família* que seria utilizada como apoio no seio desta, reunindo apontamentos de vários dos seus elementos, o que só vem reforçar a sua importância na transmissão de conhecimentos teóricos e práticos.

Um outro tratado manuscrito do século XVII foi já revelado, tendo como datação proposta, a segunda metade do século (por volta de 1660), referindo que

⁷⁸⁷ ANTT, *Chancelaria de D. João IV*, L^o 19, fl. 285.

⁷⁸⁸ Cf. I PARTE, **Doc.5**.

⁷⁸⁹ BGUC, ms. 500. Apesar de referenciado por Augusto Mendes Simões de CASTRO no *Catálogo Geral da Universidade. Manuscritos*, Vol. 2: Códices 251 a 555, Coimbra: Publicações da Biblioteca Geral da Universidade, 1945, p. 404, este manuscrito tem permanecido inédito no tratamento do seu conteúdo. A ele nos referiremos na IV PARTE, Cap. 1.

deverá ter pertencido a um arquitecto ou entalhador⁷⁹⁰ (Fig.110). Necessitando de um estudo mais aprofundado, parece-nos ser, no entanto, um apanhado de tratadística vária, em especial no que diz respeito ao *Tratado das cinco ordeñs de edificar dos Antigos*, que é uma tradução do Livro IV do Tratado de Juan de Arphe Villafane, *Varia commensuración para la escultura y arquitectura*, ao qual o junta um desenho sobre as proporções da arquitectura, a partir do corpo humano. A seguir às grandes obras citadas por Villafane, nomeadamente as que se referem ao Escorial e a Juan Bautista [Villalpando], o nosso tradutor junta um interessante relato sobre o que considera serem as melhores obras da arquitectura portuguesa :

“ Tambem no nosso Portugal há maravilhosos templos, & sumptuosos edificios fabricados ao antigo, moderno, & Romano; como são o Templo Real da Batalha, o de Alcobaça, o de Thomar, o de S.^{ta} Cruz de Coimbra, o de Belem em Lx.^a, & outros muitos mandados fazer pellos nossos Serenissimos Reys de Portugal; como tambem o Templo Real de S V.^{te} de fora, o do Collegio de S.^{to} Antão da Comp.^a de jHs, o do Carmo de Lx.^a o do Loreto q ao prezente se está fabricando, o da Ermida nova feita por ordem da Serenissima Raynha de Portugal nossa Senhora. E outros muitos infinitos, q há em todo o Reynoq por não ser preluxo os não relato. Como tambem o Edificio Real da obra do Forte do Palacio em q asistem os serenissimos Reys de Portugal. Os Paços de Syntra, os de Almeyrim, os de Villa Viçosa, os de Salvaterra, & outros muitos. Como tambem o Edificio sumptuoso do Marquez de Castel R.^o que hoje hé do serenissimo Infante de Portugal D. Pedro, Irmão del Rey D. Afonso 6^o nosso Senhor q Deos guarde. “⁷⁹¹

Esta descrição é de grande importância pois mostra-nos que o seu autor estava bem informado sobre a arquitectura portuguesa, mesmo que a que considerava exemplar englobasse edifícios de épocas diferentes. Por outro lado, ajuda-nos a datar

⁷⁹⁰ ANTT, *Manuscrito da Livraria 528*, publ. in Paulo VARELA GOMES, *Arquitectura, religião e política em Portugal no século XVII : a planta centralizada*, 1a ed. Porto : FAUP-Faculdade de Arquitectura, 2001, p. 217.

⁷⁹¹ ANTT, *Manuscrito da Livraria 528*, fl. 30.

o manuscrito – dando o Infante D. Pedro a viver já no Palácio dos Marqueses de Castelo Rodrigo, não poderá ser anterior a 1662, pois terá sido essa a data em que o palácio terá passado a ser a sua residência ⁷⁹²; já a menção ao “(...) Loreto q ao presente se está fabricando (...)” remete para para o final dessa mesma década.

Interessantes são também as referências à “ (...)Ermida nova feita por ordem da Serenissima Raynha de Portugal (...) ”, que pensamos ser a Igreja de *Corpus Christi*, mandada construir por D. Luísa de Gusmão e que, tendo sido iniciada em 1648, deveria encontrar-se ainda em construção.

Um outro importante aspecto deste tratado tem passado, também, despercebido – na folha 53v, respeitante à coluna coríntia, um pequeno apontamento sobre as proporções da mesma, em letra diferente do resto do tratado (Fig.111) está assinado “p.^o vz pr.^o”, assinatura em tudo semelhante às que encontramos em contratos notariais referentes ao entalhador Pedro Álvares Pereira, o que nos poderá conduzir ao autor do manuscrito. Conhecida é a intervenção de Pedro Álvares Pereira em obras que tiveram intervenções dos Nunes Tinoco, em especial de João: em 1668-9 encontramos-lo a trabalhar para a Irmandade de Nosso Senhor dos Passos da Graça ⁷⁹³, e em 1674 na Igreja do Socorro ⁷⁹⁴, cujas obras da capela-mor seriam seguidas por este arquitecto desde 1667 (segundo documento inédito que revelamos ⁷⁹⁵), ou ainda a sua autoria no retábulo de S. Tiago na nave da Igreja de S. Vicente de Fora, em 1682 (contrato inédito também por nós revelado) ⁷⁹⁶.

⁷⁹² Paulo Drummond BRAGA, *D. Pedro II : uma biografia*, Lisboa : Tribuna da História, 2006 , p. 148 .

⁷⁹³ Ernesto SALES, *Nosso Senhor dos Passos da Graça*, Lisboa: Edição do Autor, 1925, pp. 27 e 28, apud Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA, *A talha barroca de Lisboa (1670-1720) : os artistas e as obras*, Lisboa : [s.n.], 2009, Vol. I, p. 534 e Vol. II, Doc 1, pp. 119 a 121.

⁷⁹⁴ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa*, n.º 11, (actual n.º 3), Cx. 82, L.º 310, fls. 30 v-31 v, publ. por Vítor SERRÃO, *A Cripto-história da Arte. Análise de obras de arte inexistentes*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 81 e 233, nota 177, Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA, *A talha barroca de Lisboa (1670-1720...*, ob. cit., Vol I, p. 534 e Vol. II, Doc 1, pp. 119 a 121

⁷⁹⁵ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa n.º3* (antigo 11), Cx. 78, L.º 291, fls.56 a 57). Cf. capítulo seguinte.

⁷⁹⁶ ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, Livro de notas 117, fls. 29 e 29v – **Doc. Inédito**. Cf. Capítulo 4.

Pensamos, assim, que à semelhança do que aconteceu com as *Taboadas gerais* escritas por João Nunes Tinoco, em 1660, que se encontravam na mão de Frei Custódio de Santa Brígida, é possível também que este tratado tenha sido emprestado a Pedro Álvares Pereira. Faz sentido que assim tenha sido, e que tenha sido João Nunes Tinoco o seu autor ou, mais provavelmente, Luís Nunes Tinoco, dada a grande semelhança com a caligrafia deste último.

A par das referências aos principais tratadistas, como Vitruvius. Palladio, Alberti ou Serlio, entre outros, estes tratados compostos entre nós têm uma outra característica que atesta bem a ligação dos nossos arquitectos à parte prática da sua profissão – seja em Mateus do Couto, ou neste último tratado que acabámos de analisar.

III PARTE – João Nunes Tinoco, *Arquitecto da Casa das Senhoras Rainhas*

Capítulo 2

Uma longa e intensa actividade



“ Quando llegase a Merida el Rey de Castilla, ya me hallará em Yelves ”

D. Luísa de Gusmão ⁷⁹⁷

1. A defesa e reconstrução do Reino

Como Ayres de Carvalho salientou, a Lisboa vista do Tejo que figura nas gravuras de Stoop ou nos desenhos de Baldi (1668) permaneceu fiel ao perfil traçado, em 1619, por Domingos Vieira Serrão, quando da chegada de Filipe II, apenas alterado pela grande fábrica vicentina ⁷⁹⁸ que continuava em curso, e que constitui ainda hoje uma referência urbana.

As campanhas da Restauração trariam novas necessidades defensivas, com a modernização dos sistemas antigos, e a construção de outros novos, obrigando a um esforço económico e construtivo extra, num conflito que iria ter os seus momentos mais dramáticos ao longo da fronteira terrestre com Espanha.

* Fragmento da vista de Lisboa em 1668 por Pier Maria Baldi (*Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669)*, edición y notas por Angel Sánchez Rivero y Angela Mariutti de Sánchez Rivero, est.53 (www.purl.pt/12926).

⁷⁹⁷ Frase atribuída a D. Luísa de Gusmão em resposta à notícia, oriunda de Campo Maior em 1657, de que se encontrava já em Mérida um fidalgo castelhano para preparar o palácio do Rei Filipe que vinha em pessoa fazer a conquista de Portugal. In Eduardo BRAZÃO, “Ditos, e acções da R.^a D. Luiza”, *Revista Ocidente*, vol VIII, p. 427.

⁷⁹⁸ *D. João V e a Arte do Seu Tempo*, Lisboa: 1962, Vol. II, p. 37.

É neste contexto, e apesar da especialização crescente que *Aula de Fortificação e Arquitectura Militar* fomentava, que vemos muitos arquitectos trabalharem nos sistemas defensivos, desenhando as plantas dos mesmos. É também neste contexto, que devemos entender os trabalhos de cartografia de João Nunes Tinoco, bem como os muitos trabalhos que ocuparam os nossos arquitectos nas primeiras décadas após a Restauração, até ser assinada a paz com Castela. Basta pensarmos na questão da defesa de Lisboa que, por muitos anos, constituiu uma das tarefas prioritárias do Reino.

Em 24 de Março de 1650, o Conde da Torre, então Presidente do Senado de Lisboa, enviava a este uma carta acompanhada da vistoria feita por Mateus do Couto às portas das muralhas da cidade, ordenando que a obra se fizesse em poucos dias⁷⁹⁹. As obras de reconstrução do sistema defensivo ocupariam os arquitectos régios ao longo de todo o século XVII, estendendo-se ainda ao século seguinte, como o atesta a *Corografia Portuguesa* em 1712 “ *Os segundos muros mandou fazer El-Rey D. Affonso o Sexto, em cuja fabrica se trabalha ainda hoje (...)* ”⁸⁰⁰. Confirmamo-lo, também, pelo testamento de Francisco da Silva Tinoco, datado de 9 de Janeiro de 1696, membro da outra família de arquitectos Tinoco, que deixa ao seu testamenteiro António Ferreira Lima, “ (...) *hu Armario de dous corpos de castanho p.^a delles recolher os papeis*

⁷⁹⁹ AHCML, *Livro III de consultas e decretos de El Rey D. João IV*, fls 35 a 37, publicado in Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a história do município de Lisboa*, Vol. V, Lisboa : Typographia Universal, 1882-91, pp 200 a 203: “ *Conforme a esta relação ha em torno da muralha exterior d'esta cidade quarenta portas, entrando as duas de fora da Mouraria e S.^{to} Antão, das quaes se hão de tapar de pedra e cal dezoito, e ficam vinte e duas as que hão de servir; e n'estas vinte e duas as vinte estão para servir e as duas se farão de novo: uma ao chafariz d'Alfama, outra à Mouraria. E para estas duas portas, portas novas, e para as vinte que é necessário reformarem-se e pôrem-se correntes com suas chaves, são necessários cento e cincoenta mil réis. E para as dezoito que se hão de tapar se porão em cada uma d'ellas, logo, até cinco barcadas de pedra de alvenaria, e quatro moios de cal com sua areia; e custará o tapar d'estas dezoito portas, acabado de todo, com mãos dos ofliciaes e trabalhadores e todas as mais achegas, duzentos e vinte mil réis. Os quaes juntos aos cento e cincoenta das portas de madeira e ferragens fazem somma de trezentos e setenta mil réis, com que saio...*”.

⁸⁰⁰ Padre António Carvalho da COSTA, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, geologias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*. Tomo III, Lisboa : na Officina Real Deslandesiana, 1712, Tratado VIII, Cap. II, p. 342.

*manuscritos em q entraõ os da fortificaõ da Cid.^e de Lix.^a, e outros mais p.^a dar conta delles todas as vezes q lhos pedirem (...)*⁸⁰¹. Sabemos, também, que os referidos papéis terão sido entregues a Mateus do Couto (sobrinho), de acordo com o texto do escrivão quando da abertura do testamento⁸⁰². Data também da mesma época o álbum com plantas da fortificação de Lisboa⁸⁰³ feito, muito possivelmente, na sequência dos trabalhos aqui referidos.

Lutava-se, assim, por assegurar a defesa e reorganização do Reino, numa sociedade em que, na transição do domínio filipino para a Restauração, nem sempre os comportamentos dos seus membros pareciam agir de um modo coerente (ou conveniente), e na qual se sucediam os mais variados episódios de espionagem (veja-se a planta de Lisboa elaborada em 1661 por um espião espanhol⁸⁰⁴ - Fig. 112), e se assistia à passagem de algumas figuras determinantes da nossa defesa militar para o exército de D. João de Áustria (1629-79), como sucedeu, por exemplo, com Nicolau de Langres (?-1665).

Em Espanha a situação não era, também, menos confusa, ao ponto de, em 1663, numa carta a Pedro Fernández del Campo, *el Gran Capitán* (Gonzalo Fernández de Córdoba) utilizar uma imagem arquitectónica para expor a situação em que se encontrava a Monarquia Hispânica, comparando-a a um grande palácio arruinado: “

⁸⁰¹ Cf. I PARTE, **Doc. 60**, fl. 49v (sublinhado nosso).

⁸⁰² Na abertura do testamento diz o escrivão “ (...) *consertei como Escrivão abaxo asinado, e entreguei a Matheus do Couto q foi o q mo apresentou de como o recebeu asinou aqui comigo Escrivão em Lx.^a 7 de Maio de 1699.* “, o que nos parece um pouco confuso, pois tem sido referenciado o ano de 1696, como data da morte de Mateus do Couto. Poderemos afirmar tratar-se de uma troca de nomes do tabelião, confundindo Mateus do Couto com Manuel do Couto. No entanto, a assinatura constante no documento, parece ser de Mateus.

⁸⁰³ ANTT, *Casa de Cadaval* nº27, *PLANTAS DA CIDADE DE LISBOA NO TOCANTE À SUA FORTIFICAÇÃO E EMENDAS NELA PROPOSTAS E ASSENTADAS PELOS ENGENHEIROS FRANCISCO PIMENTEL, MANUEL MEXIA DA SILVA, MANUEL DE AZEVEDO FORTES, ANTÓNIO VELHO DE AZEVEDO, MANUEL DO COUTO E MANUEL PINTO DE VILA LOBOS QUE POR ORDEM DE SUA MAJESTADE QUE DEUS GUARDA SE FEZ NO ANO DE 1700.*

⁸⁰⁴ AME, *Utländska stads-och fästningsplaner. Portugal. Lissabon Nr. 1*, “Ciudad de Lisboa, 1661, a 4 de febrero. Verdadera Relación del porto de Lisboa y sus fortificaciones modernas que aún non están acabadas “. In Isabel Testón Nuñez Rocio SÁNCHEZ RUBIO, Carlos SÁNCHEZ RUBIO, *La memoria ausente. Cartografía de España y Portugal en Archivo Militar de Estocolmo. Siglos XVII y XVIII*, Badajoz: Editorial 4 Gatos, disponível em <http://www.4gatos.es/MemoriaAusente/> [consulta de 10/11/2011].

Cayósele por el suelo el quarto entero de Portugal, están amenazando ruyna otros muy principales y no obstante trata de fabricar de nuevo el de Portugal”⁸⁰⁵, mostrando que Castela não tinha ainda desistido da integração do reino português - datada de Setembro, tinham passado apenas três meses sobre a Batalha do Ameixial, determinante para a consolidação da independência de Portugal, e que iria permitir a João Nunes Tinoco elaborar um dos mais interessantes projectos de arquitectura da segunda metade do século XVII, o da Igreja de Nossa Senhora da Piedade em Santarém, erguida em comemoração desta vitória militar.

Neste período foi especialmente importante a iniciativa de D. Luísa de Gusmão, conhecida pela sua determinação. Podemos mesmo afirmar que com a Restauração havíamos passado da situação de dois reinos com uma só cabeça, para um *reino com duas cabeças*, expressão que a própria Rainha iria utilizar, embora em contexto diferente, não a propósito do reinado de D. João IV, mas do de D. Afonso VI – segundo um escrito da Livraria do Duque do Cadaval, redigido por D. Luísa de Gusmão quando quis deixar o governo do Reino “ (...) *Yo vivo una vida penozosissima porque si el Reyno es monstruosidad por ser con dos cabeças, yo quiero, justicia, y seguir razon, ElRey o no la conoce, o no se la dexan hazer (...)*”⁸⁰⁶. À Rainha se deve a iniciativa (ou a influência) da construção dos edifícios mais significativos do terceiro quartel do século XVII, a que se seguiria um novo surto construtivo, já no reinado de D. Pedro II, em virtude da situação política e económica que então se vivia, lançando as bases para a “época de ouro” que caracterizaria o grande movimento artístico que marcou o reinado de D. João V.

Contemporâneo de figuras como Mateus do Couto (tio e sobrinho), Teodósio de Frias ou os Tinoco da Silva, João Nunes Tinoco iria desenvolver durante sessenta anos uma longa e intensa actividade que espelharia as mutações, e consequentes

⁸⁰⁵ *Carta del Gran Capitán a Pedro Fernández del Campo*, Archivo Geneal de Simancas, Estado, L^o 653, *Recueil de differens memoires sur l’Espagne de la bibliotèue de la Chevaliere d’Eon*, fl. 76, publ. por Fernando Bouza ALVARES, *Portugal no tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações, 1580-1668*, Lisboa: Cosmos, 2000, p. 25.

⁸⁰⁶ Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo IV, II Parte, “Provas do Livro VII, Num.º26”, Coimbra: Atlântida, 1950, p. 453.

necessidades do Reino. Como arquitecto régio, elaboraria trabalhos de cartografia, e daria as traças para palácios, conventos, igrejas, para além de participar nas arquitecturas efémeras necessárias ao cerimonial da Corte.

A esmagadora maioria do que se conhece da obra de João foi já revelada quer por Sousa Viterbo, quer por Ayres de Carvalho. Para além das obras referenciadas em *D. João V e a Arte do Seu Tempo*⁸⁰⁷, Ayres de Carvalho fornece em *As Obras de Santa Engrácia e os Seus Artistas*⁸⁰⁸ uma lista de obras inéditas de João Nunes Tinoco, quase todas para Lisboa, as quais tencionava publicar (sem, no entanto, nos ter revelado as cotas desses mesmos documentos). Poderemos referir que, no âmbito da arquitectura religiosa, é conhecida a sua intervenção no claustro grande da sacristia e Igreja do Convento de S. Francisco de Xabregas em Lisboa (1652), na Casa do Capítulo do Convento de S. Francisco de Lisboa (1655), na Igreja do Colégio de Jesus de Portimão (1661), na Capela para o Santo Cristo no cruzeiro da Igreja do Convento da Graça (1667 e 1669), S. Tiago de Alfama (c. 1668-70), na reedificação da Igreja de Santa Justa (1671), da Igreja de S. Miguel de Alfama (1673), do Convento e Igreja de N.ª Sr.ª da Boa Hora (1677) e da Capela-mor da Igreja de S. Martinho (1689), intervindo também nas obras de Santa Engrácia (1673), e dando o desenho para os embutidos no arco da Capela-mor da Igreja de Santa Justa (1676). A estas juntamos a intervenção na Igreja de Santo Estêvão (1676) e, a documentação inédita que agora revelamos sobre a Capela-mor da Igreja do Socorro, em 1667.

No que diz respeito a composições retabulares, está comprovada a sua intervenção na Capela-mor da Igreja de Santa Justa (1661), na do mosteiro de Santo António da Lourinhã (1666), na Tribuna da Capela do Santo Cristo na Graça (1669), no retábulo da Capela-mor da Igreja de Santa Teresa de Jesus das Carmelitas Descalças em Carnide, na Capela-mor da Igreja de N.ª Sr.ª do Monte Sião de Amora, no termo de Almada (1684), e na Tribuna da capela-mor da Igreja da Ressurreição em Cascais (1687).

⁸⁰⁷ *D. João V e a Arte do Seu Tempo*, Lisboa: 1962.

⁸⁰⁸ *As Obras de Santa Engrácia e os Seus Artistas*, Lisboa: 1971, pp. 101 e 102.

Quanto à arquitectura civil, segura é a sua traça nas casas nobres de António Cavide em Chelas (1654), numas casas na quinta entre Vale Cavalinho e Vale Escuro em Lisboa e no Poço do Borratém (1655), sendo-lhe atribuídas também, por outros autores, as traças dos palácios dos Marqueses de Fronteira, Palhavã e Galveias, bem como a da Quinta do Calhariz em Sesimbra, projectos que carecem ainda de documentação comprovativa.

Sendo impossível analisar aqui toda a sua obra, não quisemos, no entanto, deixar de referir alguns aspectos que a caracterizou, ainda que sumariamente abordadas.

Deixámos para outros capítulos, tal como fizemos com a obra de Pedro Nunes Tinoco, algumas intervenções que considerámos emblemáticas no seu percurso – a colaboração com os Carmelitas, a já citada Igreja de Nossa Senhora da Piedade, ou a intervenção em S. Vicente de Fora.

Bastava-nos seguir o rasto da obra de João Nunes Tinoco para podermos concluir que a história de Lisboa é feita também de grandes catástrofes. Para além dos grandes sismos que a assolaram, não menos destruidores foram os inúmeros incêndios e outros desastres que se verificaram ao longo dos séculos, nos quais poderemos incluir os que foram provocados pela mão humana. Destruídos por catástrofes, ou profundamente alterados ao ponto de não nos ser possível ter hoje uma verdadeira leitura do que terá sido a sua fisionomia, restaram-nos os testemunhos dos cronistas (que, quase sempre laudatórios das obras, não nos permitem muitas vezes inferir das suas características projectuais), ou de alguns documentos que a investigação tem vindo a revelar.

2. Igrejas e edifícios conventuais

Da vasta lista de obras de João Nunes Tinoco de que temos notícia, dela constituem as intervenções que efectuou para duas das principais ordens religiosas, os Agostinhos e os Carmelitas, efectuadas quase sempre por iniciativa régia. Conhecida é a ligação familiar dos Nunes Tinoco a estas duas ordens religiosas, como revelámos anteriormente ⁸⁰⁹ – relembramos que o Padre Eusébio Nunes Tinoco, filho de Manuel Quaresma (irmão de Pedro Nunes Tinoco), era frade da Graça, e o próprio Pedro Nunes Tinoco, teve um filho homónimo, natural (meio irmão de João, como tal), que professou no Convento dos Remédios.

Foi precisamente na sequência dos seus projectos para os dois conventos agostinhos de Xabregas que D. Luísa de Gusmão o nomeou, em 19 de Dezembro de 1665, arquitecto da *Casa das Senhoras Rainhas* ⁸¹⁰. A estes dois conventos, um feminino designado por Convento das Grilas, e um outro masculino, conhecido como Convento de Nossa Senhora do Monte Olivete, juntamos um terceiro, na zona oriental da cidade, o de S. Francisco de Xabregas, em que João Nunes Tinoco terá também intervindo, de acordo com a documentação citada por Sousa Viterbo ⁸¹¹ e por Ayres de Carvalho ⁸¹². Situados a oriente da cidade, profundamente alterados ou até mesmo destruídos foram já objecto de um estudo pormenorizado ⁸¹³, pelo que nos limitaremos a citar apenas alguns dos seus aspectos principais.

O convento conhecido como de Santa Maria de Jesus, ou Convento de S. Francisco de Xabregas, foi fundado em 1460 por D. Guiomar de Castro. É Ayres de Carvalho quem nos informa que João Nunes Tinoco terá tido uma intervenção no claustro, sacristia e igreja deste convento, em 1652, não nos deixando, no entanto,

⁸⁰⁹ Cf. I PARTE, Cap. 2.

⁸¹⁰ Cf. I PARTE, **Doc. 7**.

⁸¹¹ Sousa VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou ao serviço de Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Facsímile da ed. De 1899-1922, (pref.) Pedro DIAS, Lisboa: Impr. Nacional, 1988, Volume III, pp.115 e 116.

⁸¹² Ayres de CARVALHO, *As Obras de Santa Engrácia e os Seus Artistas*, ob. cit., p. 101.

⁸¹³ José Sarmento de MATOS, Jorge Ferreira PAULO, *Caminho do Oriente : guia histórico*, Vol. II, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, pp. 25 a 31, e 65 a 75.

mais nenhuma informação a respeito da mesma. Igreja e convento ficariam muito arruinados pelo sismo de 1755, pelo que hoje nos é difícil reconhecer o que terá resultado da sua campanha de obras.

Sabemos que na igreja, Panteão dos Condes de Atouguia, esteve sepultado Tristão da Cunha ⁸¹⁴, cujos restos mortais seriam trasladados para a Igreja de Nossa Senhora da Encarnação em Olhalvo ⁸¹⁵, fundada por D. Manuel da Cunha para panteão da sua família. Tendo assinado as plantas do convento do mesmo lugar, em 1658, é possível que, após esta obra tenha sido contratado para intervir em S. Francisco de Xabregas.

Em 2 de Abril de 1663 fundava D. Luísa de Gusmão o convento feminino da ordem de Santo Agostinho no mesmo local, para o que levou do Mosteiro de Santa Mónica de Lisboa a venerável Soror Maria da Apresentação, e outras cinco religiosas ⁸¹⁶. Nele terá residido até à data da sua morte em Fevereiro de 1666. Conhecido como “Convento das Grilas”, seria quase totalmente reconstruído depois do terramoto de 1755 e, com a extinção das Ordens Religiosas, no que dele restou seria instalada a Manutenção Militar.

Sentimos a mesma dificuldade em falar da intervenção de João Nunes Tinoco a propósito do Convento de Nossa Senhora do Monte Olivete. Construído por iniciativa do padre Manuel da Conceição, confessor de D. Luísa de Gusmão, a primeira pedra seria lançada em 15 de Maio de 1666, já depois da morte da Rainha: “*D. Affonso VI, em companhia de seu irmão o Principe D. Pedro, a primeyra pedra neste Convento de N. Senhora da Conceyçã aos 15 de Mayo de 1666, assistindo a esta solemnidade toda a Corte, & a Comunidade de N. Senhora da Graça*” ⁸¹⁷. No dia 23 de Outubro de 1683

⁸¹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 25.

⁸¹⁵ Cf. o que dizemos a propósito desta Igreja e Convento no capítulo seguinte, dedicado às obras que João Nunes Tinoco fez para os Carmelitas.

⁸¹⁶ Padre António Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa ...*, ob. cit., Tomo III, p. 594.

⁸¹⁷ Idem, *Ibidem*.

padeceu a Igreja e o convento grande incêndio que em duas horas consumiu parte da sua primeira fábrica ⁸¹⁸. Reedificado em 1746, e reparado após o terramoto, apresenta uma galilé com três arcos de acesso ao interior, que poderão ter repetido o modelo da campanha de obras do século XVII. Do antigo convento ficou apenas a Igreja que, após a extinção das Ordens Religiosas em 1834, passaria a ser Paróquia do Beato no ano seguinte, com o nome de igreja de S. Bartolomeu ⁸¹⁹.

Na zona oriental da cidade fundou D. Luisa de Gusmão, em 18 de Março de 1660, um outro convento feminino, o Mosteiro de Nossa Sr^a da Conceição, de religiosas de Santa Brígida. Embora não figurando no alvará de nomeação para *Arquitecto da Casa das Senhoras Rainhas*, é possível que seja também uma obra de João Nunes Tinoco, tanto mais que, como vimos no capítulo anterior, estavam na mão de um Frei Custódio de Santa Brígida as *Taboadas gerais* ⁸²⁰ que compôs. Organizado segundo uma planta em U, a igreja é “*de sufficiente grandeza, com altura comprimento e largura proporcionadas*” ⁸²¹, com tecto de abóbada de pedra. Em 1672, estava ainda por acabar, sem retábulo no altar-mor ⁸²² e, só depois da entrada no convento de D. Isabel Henriques e de sua filha D. Juliana, em 1681, que o dotaram de bens, foi possível construir os dormitórios, claustro e oficinas, bem como acabar o programa decorativo da igreja e sacristia ⁸²³.

⁸¹⁸ Padre João Bautista de CASTRO, *Mappa de Portugal antigo, e moderno*, Lisboa : Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762, p. 480.

⁸¹⁹ Para a talha que podemos encontrar no seu interior cf. Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA, *A talha barroca de Lisboa (1670-1720)*, Vol. I, pp. 197 e 198.

⁸²⁰ BN, *Secção de Reservados*, Cod 5166, *Taboadas gerais para com facilidade se medir qualquer obra do officio de pedreiro, assim de cantaria como de aluenaria, com outras varias curiosidades da geometria pratica... feitas pello architecto de Sua Mag.de João Nunes Tinoco. 1660.*

⁸²¹ *Historia dos Mosteiros...*, ob. cit., pp. 398 e 399.

⁸²² Idem, *Ibidem*.

⁸²³ José Sarmento de MATOS, Jorge Ferreira PAULO, *Caminho do Oriente : guia histórico*, Vol. II, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, pp. 133 e 135.

A igreja, “*de sufficiente grandeza, com altura comprimento e largura proporcionadas*” com tecto de abóbada de pedra, terá sido construída com o apoio de Ruy Correa de Lacerda e, em 1672, estava ainda por acabar, sem retábulo no altar-mor ⁸²⁴.

Do que terá sido a intervenção de João Nunes Tinoco na Casa do Capítulo do Convento de S. Francisco de Lisboa, em 1655 ⁸²⁵, não nos resta nenhum vestígio, reduzido a cinzas em Junho 1707 e em 30 de Novembro de 1741 ⁸²⁶, a que se seguiriam as destruições do sismo de 1755.

O nome de João Nunes Tinoco aparece ligado a uma outra campanha de obras, em 1677, no Convento da Boa Hora ao Chiado, tendo como mestre o canteiro João Roiz ⁸²⁷. O edifício, que albergaria sucessivamente os domenicos irlandeses e os oratorianos, seria ocupado, em 1674, pelos agostinhos ⁸²⁸. Não sabemos qual terá sido a sua intervenção neste convento, muito possivelmente ligada à capela que D. Pedro II mandou construir no corpo da Igreja, para a imagem do Santo Cristo de Tânger ⁸²⁹.

Socorremo-nos, uma vez mais, dos cronistas para saber como seria a Igreja : diz-nos a *Corografia* que “ (...) *he Igreja de huma só nave com boa tribuna, & tres Capellas de cada banda, com as portas para o Norte, & seu adro pequeno fechado com grades de ferro. He seu Padroeyro o Visconde de Barbacena, & nelle residem 30 Frades, que celebraõ os Officios Divinos com grande perfeçaõ, e aceyo*” ⁸³⁰, a que se junta a descrição da fachada dada pelo autor da *História dos Mosteiros*: “ *Fundasse a frontaria*

⁸²⁴ *Historia dos Mosteiros...*, ob. cit., pp. 398 e 399.

⁸²⁵ Ayres de CARVALHO, *As Obras de Santa Engrácia...*, ob. cit., p. 101.

⁸²⁶ Padre João Bautista de CASTRO, *Mappa de Portugal antigo, e moderno*, ob. cit., Tomo III, p. 375.

⁸²⁷ Ayres de CARVALHO, *D. João V e a Arte do Seu Tempo*, ob. cit., Vol. II., p. 86.

⁸²⁸ Padre João Bautista de CASTRO, *Mappa de Portugal antigo, e moderno*, ob. cit., pp. 304 e 305.

⁸²⁹ *História dos Mosteiros...*, ob. cit., Vol. II., p. 153.

⁸³⁰ Pe. António Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa ...*, ob. cit., Tomo III, p. 304 e 305.

da igreja sobre tres arcos de pedra, e sobre cada hum delles assenta huma janella grande, e sobre a janella correspondente ao arco do meyo tem lugar hum nicho de pedraria bem lavrada, e no ditto nicho sobre sua peanha tem lugar huma imagem de pedra de boa escultura da Virgem Senhora, e a cada lado do ditto nicho corresponde de cada parte sua janela de igual grandeza às de bayxo, e por cima do nicho e janelas se segue o remate da frontaria da igreja, que he de quartelas e molduras, tudo muyto bem obrado “, informando-nos ainda que, no interior, os seus altares eram feitos “ao moderno”⁸³¹, expressão vulgarmente empregue por uma clientela que pretendia mostrar-se actualizada⁸³², que se refere, sem dúvida, a uma intervenção realizada na época de D. Pedro II.

Em 19 de Fevereiro de 1661 era celebrado um contrato no Colégio de Santo Antão entre o Padre Manuel Luís, procurador da igreja nova do Colégio da Baía, e como procurador também de Tiago Gomes Luís, cavaleiro-fidalgo da Casa de Sua Mag.^{de} morador em Vila Nova de Portimão, e António Gonçalves, mestre pedreiro morador junto à Cruz de São Bento, para fazer todo o trabalho de pedraria do Convento da Companhia de Jesus, em Portimão, cuja fundação se deveu a Diogo Gonçalves⁸³³. No contrato da obra, que seria seguida pelo jesuíta e matemático Padre Bartolomeu Duarte, refere-se que o mestre pedreiro seria obrigado a fazer cinco arcos de pedra lioz clara, para a capela-mor e para as capelas laterais do cruzeiro, “*pla trasa e perfil q fez joão nunes tinoco*”, (que Bartolomeu Duarte mandara de Portimão), e mais quatro portais, um deles de vermelho com seus embrechados pretos e brancos. No contrato referia-se ainda a execução de duas pias, como as que se encontravam na Igreja de Santo António de Lisboa. A igreja, que só seria sagrada em 1707, obedece ao programa divulgado pela Companhia, e que veríamos ser largamente adoptado até em

⁸³¹ *História dos Mosteiros...*, ob. cit., Vol. II., pp. 151 e 152.

⁸³² Francisco LAMEIRA, *O retábulo em Portugal : das origens ao declínio*, Faro : Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve ; Évora : Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2005, p. 94.

⁸³³ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº 3 (antigo 11), Lº 277, Cx 75, fls. 65 a 67. Publ. em Maria da Graça Mateus VENTURA, Maria da Graça Maia MARQUES, Portimão, 1ª ed., Lisboa: Presença, 1993, pp. 45, 48 e 125, nota 72.

igrejas paroquiais – nave única com três capelas de cada lado, separadas da nave por arcos de volta inteira nos quais assenta uma cimalha de cantaria, e galerias a eixos desses mesmos arcos; transepto inscrito que se distingue da nave pelos arcos das capelas de topo, de altura igual ao da capela-mor. (Fig.113)

Na capela-mor, o túmulo de Diogo Gonçalves, de forma em pirâmide e inserido em arcossólio, apresenta fortes semelhanças, no modelo e no jogo decorativo, com outras obras de João Nunes Tinoco. Toda a arquitectura reflecte uma sobriedade chã própria deste arquitecto, na qual se destaca o contraste cromático dos calcários vermelhos, pretos e brancos dos diferentes elementos arquitectónicos, como é habitual também na sua obra, e que já encontrámos na obra do pai, Pedro Nunes Tinoco.

No exterior, contrariamente ao que sucede na maior parte dos edifícios conventuais, a fachada não se autonomiza em relação ao corpo conventual. Não sabemos, também o que poderá ter resultado da traça dada por João Nunes Tinoco.

O nome de João Nunes Tinoco aparece-nos, ainda, ligado a campanhas de obras em outros edifícios conventuais. Em 3 de Setembro de 1668 faria as medições no Convento de Santa Marta ⁸³⁴, obra em que trabalhara também o seu pai. Em 1667 e 1668 seriam celebrados contratos para a realização da tribuna da Capela do Santo Cristo no cruzeiro do Convento da Graça, para a Irmandade, os quais não se outorgaram vindo a ser celebrado um outro contrato em 1669 ⁸³⁵. Será interessante recuarmos um pouco no tempo e ver como terá surgido a Irmandade de Vera Cruz e Passos ⁸³⁶. Fundada, entre outros, pelo pintor Luís Álvares de Andrade, um dos quatro

⁸³⁴ ANTT, *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Convento de Santa Marta IV/F/165 (5)*, doc. avulso nº8, publ. in Vítor SERRÃO, “O arquitecto maneirista Pedro Nunes Tinoco: novos documentos e obras: 1616-1636”, *Sep. Bol. Cultural Assembleia Distrital de Lisboa*, 83, Lisboa : 1979 , p. 23.

⁸³⁵ Ayres de CARVALHO, *As Obras de Santa Engrácia...*, ob. cit., p. 101.

⁸³⁶ Cf. para a história da Irmandade de Vera Cruz e Passos, Padre Ernesto SALES, *Nosso Senhor dos Passos da Graça (de Lisboa). Estudo histórico da sua irmandade com o título de “Santa Cruz e Passos”*, Lisboa: 1925.

pintores que assinaram o Compromisso de S. Lucas ⁸³⁷, em 1630 o Convento terá cedido à irmandade uma capela, jazigo e um terreno situados no claustro, para que esta pudesse construir a Casa do Despacho, tendo as obras sido iniciadas em 1631 por Diogo Vaz, mestre pedreiro do Convento ⁸³⁸. Como vimos anteriormente, Diogo Vaz era um dos mais conceituados pedreiros da época, tendo trabalhado com Estácio Correia nas obras da casa de Baltazar Álvares (1611), e com Pedro Nunes Tinoco nas obras da Igreja de Santa Clara, na nova capela-mor do Salvador (1616), no lajeado da Igreja do Loreto, bem como na obra de pedraria da capela-mor de S. Nicolau (1640) - é possível, como tal, que também estas obras tenham sido da autoria de Pedro Nunes Tinoco (recordamos, uma vez mais, que o seu sobrinho Eusébio Nunes Tinoco, era frade da Graça). De qualquer modo, outra ligação importante poderá explicar, alguns anos depois, a presença de João Nunes Tinoco nas obras do convento, cuja capela-mor era do padroado dos Condes da Ericeira. Em 1667 a Irmandade obteria da Confraria de S. Marçal o jus e domínio sobre a capela que esta tinha no cruzeiro da Igreja e, em 1668, António Cavide, na qualidade de Provedor da Irmandade de Vera Cruz contratava com o pedreiro Jacinto Simões ⁸³⁹, as obras da nova capela, no cruzeiro da igreja. É natural que António Cavide, na qualidade de Provedor, tivesse escolhido João Nunes Tinoco, arquitecto que fizera já, em 1654, a planta das suas *casas nobres* em Chelas ⁸⁴⁰. Ligado a esta obra aparece-nos ainda o nome de Pedro Álvares (frequentemente associado a obras dos Nunes Tinoco) que receberia, por contrato datado de Julho de 1669, 150 mil reis pela obra da tribuna da capela ⁸⁴¹.

⁸³⁷ C. Volkmar MACHADO, *Colecção de memórias relativas às vidas dos pintores*, Lisboa: 1823, pp.72 e 73. Padre Ernesto SALES, *Nosso Senhor dos Passos da Graça ...*, ob. cit., Lisboa: 1925, p. 15.

⁸³⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 21 e 22.

⁸³⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 27 e 28.

⁸⁴⁰ Ayres de CARVALHO, *As Obras de Santa Engrácia...*, ob. cit., p. 101.

⁸⁴¹ Padre Ernesto SALES, *Nosso Senhor dos Passos da Graça ...*, ob. cit., p. 28, Doc. transcrito por Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA, *A talha barroca ...*, ob. cit., Vol. II, doc. 1. ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa*, n.º 12A (actual n.º 1), Cx. 53, L.º 215, fls. 63 v e 64.

A João Nunes Tinoco se deve ainda a traça de obras como a tribuna e capela-mor da Igreja de Santiago em Alfama (1668-70)⁸⁴², do arco da capela-mor da primitiva Igreja de Santo Estêvão, também em Alfama (em 1676)⁸⁴³, que seria praticamente reconstruída após o sismo de 1755, tal como aconteceria com a Igreja de S. Sião da Amora, para a qual traçaria, em 1684, o retábulo da capela-mor⁸⁴⁴, hoje desaparecido.

Em 1689 faria a reconstrução da Igreja de S. Martinho (já demolida), cujo padroado pertencia ao Conde de Vila Nova, D. Luís de Lencastre⁸⁴⁵.

Em 1661 daria a traça para o retábulo da capela-mor da Igreja de Santa Justa⁸⁴⁶ e, em 1671, iniciaria a reconstrução da mesma igreja⁸⁴⁷, sendo juiz perpétuo da Irmandade o Duque de Cadaval. Apesar de ter resistido ao terramoto (o aspecto que tinha então pode ser observado na gravura publicada na obra *Últimas Acções do Duque D. Nuno Álvares Pereira de Mello*, Lisboa, Officina da Musica, 1730)⁸⁴⁸, a igreja seria “ (...) mandada deitar abaixo, por causa do novo Plano da Cidade (...) ”⁸⁴⁹.

⁸⁴² Vítor SERRÃO, *Barroco*, ob. cit., p. 135. Doc. transcrito por Maria João Fontes Pereira COUTINHO, *A produção portuguesa de obras de embutidos de pedraria policroma (1670-1720)*, Dissertação de Doutoramento em História (Especialidade Arte, Património e Restauro) da Faculdade e Letras de Lisboa, 2010, Vol. II.

⁸⁴³ AHPL, *L^o de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santo Estêvão de Alfama*, (1664-1685), fl. 20, *apud*, Maria Maria João Fontes Pereira COUTINHO, *A produção portuguesa de obras ...*, ob. cit.

⁸⁴⁴ Ayres de CARVALHO, *D. João V e a Arte de Seu Tempo*, Vol. II, p. 86.

⁸⁴⁵ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa nº 1* (antigo 12A), Cx 68, L^o 290, fls. 19 e 19v, Ayres de CARVALHO, *As Obras de Santa Engrácia...*, ob. cit., p.102.

⁸⁴⁶ Ayres de CARVALHO, *D. João V e a Arte de Seu Tempo*, Vol. II, pp. 102 a 105, e *As Obras de Santa Engrácia...*, ob. cit., p. 101.

⁸⁴⁷ ANTT, *Cartório Notarial nº 2* (antigo 1) Cx 53, L^o263, 22v a 25, Ayres de CARVALHO, *D. João V e a Arte de Seu Tempo*, Vol. II, p. 85 e 86. Os documentos referentes ao trabalhos de embutidos foram publicados por Maria João Pereira Coutinho, *A produção portuguesa de obras ...*, ob. cit., Vol. II, Docs. 4 e 6.

⁸⁴⁸ Duque Dom JAIME, *Últimas acções do Duque D. Nuno Alvares Pereira de Mello : desde 11 de Setembro de 1725 até 29 de Janeiro de 1727... / pelo Duque Dom Jayme*. Lisboa : Of. da Música, 1730.

⁸⁴⁹ Padre João Bautista de CASTRO, *Mappa de Portugal antigo, e moderno*, ob. cit., p. 311.

De primordial importância foi a sua intervenção na Igreja do Loreto, onde terão sido utilizadas, pela primeira vez no Reino, colunas salomónicas em pedra, integradas numa vasta campanha de obras já estudada ⁸⁵⁰. Após o incêndio de 29 de Março de 1651 a reconstrução ficaria a cargo de Marcos de Magalhães que, nos meses seguintes, receberia vários pagamentos pelas traças que fez da igreja, na qual trabalharia, pelo menos até 1661 ⁸⁵¹.

Seria João Nunes Tinoco quem executaria, em 1661, o retábulo da capela-mor, pelo que receberia, em Agosto de 1668, 10.000 réis ⁸⁵², seguindo-se em 1671 a remodelação total da igreja, que viria a ser inaugurada em 9 de Setembro de 1676. Destruída pelo fatídico terramoto de 1755, a admiração que as suas estátuas de mármore de Carrara e as colunas salomónicas verdes com capitéis coríntios causaram, deslumbrariam e serviriam de modelo à Lisboa de então, permanecendo até hoje no nosso imaginário.

A actividade profissional de João Nunes Tinoco estendeu-se por mais de meio século, o que lhe permitiu trabalhar nas principais igrejas e conventos da cidade de Lisboa e em muitas encomendas, nomeadamente na Igreja de Santiago de Alfama (c. 1668-70)⁸⁵³, na Igreja da Ressurreição de Cascais (1687, demolida)⁸⁵⁴, obra do entalhador Estêvão da Silva; na capela-mor da Igreja do Convento de Santo António da Lourinhã (1666), onde terá efectuado também o arco mestre ⁸⁵⁵, bem como o do

⁸⁵⁰ Vítor SERRÃO, “Marcos de Magalhães. Arquitecto e entalhador do ciclo da Restauração (1647-1664)”, *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, n.o 89, Tomo I, 1983.

⁸⁵¹ Idem, *Ibidem*, pp. 17.

⁸⁵² APINSL, *Livro 13 de Despesas (1667-8)*, fl. 10v: “ Em 9 de agosto de 1668 dez mil rs a Joaõ Nunes Tinoco pelas trasas q fez para o retabolo da Capela mor”, publ. por Vítor SERRÃO, “Marcos de Magalhães. Arquitecto e entalhador...”, ob. cit., p. 22, nota 60.

⁸⁵³ Vítor SERRÃO, *O Barroco...*, ob. cit., p. 135.

⁸⁵⁴ Ayres de CARVALHO, *As Obras de Santa Engrácia...*, ob. cit., p. 101. Vítor SERRÃO, *O Barroco...*, ob. cit., p. 135. Contrato transcrito por Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA, *A talha barroca...*, ob. cit., VOL. II, Doc. 39.

⁸⁵⁵ Vítor Serrão, *O Barroco...*, ob. cit., p. 135.

desaparecido retábulo da Capela-mor da Igreja de N.ª Sr.ª do Monte Sião de Amora (1684)⁸⁵⁶.

Apesar dos muitos estragos que sofreu a Igreja de S. Miguel com o sismo de 1755⁸⁵⁷, terá sido das poucas igrejas que João Nunes Tinoco traçou que chegaram até nós com uma fisionomia pouco alterada em relação ao que ficara estipulado no contrato para a sua reedificação – merece, como tal, que nos detenhamos um pouco mais nestes elementos, alguns dos quais poderão ser comprovados ainda hoje com uma visita ao local.

Com uma fundação que parece recuar ao início da nacionalidade, em 1674 seria iniciada a sua reconstrução de acordo com a decisão tomada pela Irmandade do Santíssimo. Em 1712 Carvalho da Costa descreve-a como igreja de uma só nave com três portas e fachada voltada a sul tendo, além da capela-mor, seis capelas: do lado da Epístola, N.ª Sr.ª da Estrela, S. Sebastião e S. Pedro Gonçalves, e junto a esta última, uma escada que dava acesso ao coro; da parte do Evangelho, as capelas eram consagradas a N.ª Sr.ª das Candeias (que durante algum tempo se intitulou dos Milagres pelos muitos milagres que fazia), “ *imagem de pedra, mas de vestidos* ”, ao Senhor Jesus Crucificado, e a Santo António, esta última situada junto da pia baptismal, todas com seus retábulos⁸⁵⁸.

⁸⁵⁶ Ayres de CARVALHO, *As Obras de Santa Engrácia...*, ob. cit., p. 101. Vítor SERRÃO, *O Barroco...*, ob. cit., p. 135.

⁸⁵⁷ Padre João Bautista de CASTRO, *Mappa de Portugal antigo, e moderno*, ob. cit., Tomo Terceiro, Vol. V, p. 384: “ (...) *arruinando-se o tecto que ficava sobre o Coro, o prostrou, com tudo o que comprehendia; tambem o precipicio das suas duas torres não só fez estremecer as paredes do lado esquerdo, mas quase as te toda a Igreja. O que obrigou que a paróquia se estabelecesse em casas fronteiras, até estar reparada (...)* ”.

⁸⁵⁸ Padre António Carvalho da COSTA, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, geologias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*. Lisboa : na Officina Real Deslandesiana, 1712, *Tomo Terceyro Offerecido à Sereníssima Senhora D. Mariana de Austria*, pp. 386 e 387.

A investigação revelou já a documentação referente às principais campanhas de obras decorrentes num período de pouco mais de cinquenta anos, correspondente ao último quartel do século XVII e ao primeiro do século XVIII. A partir do *Livro I de Receita e Despeza 1666-1678* do seu arquivo ⁸⁵⁹, à semelhança das muitas campanhas que se faziam também nas outras igrejas da capital. A planta terá sido traçada em 1674 por João Nunes Tinoco, recomendando-se aos construtores que não se desviassem do risco original, numa obra que continuava ainda em 1676 ⁸⁶⁰. Entre 1675 e 1679 proceder-se-ia à armação da capela-mor, com os madeiramentos em castanho e pau do Brasil adquiridas pelo entalhador Domingos da Silva. Em 1676 a Mesa paga 6600 réis a “um architecto” para a realização dos perfis da igreja ⁸⁶¹, que se depreende serem de João Nunes Tinoco, cuja traça iniciara em 1674. Em 1680 a obra da capela-mor estaria concluída, depois do madeiramento do cruzeiro, como se pode comprovar pela medição então feita pelo Padre Francisco Tinoco da Silva, enquanto o mestre António João aprovava a pedraria, de modo a poder continuar-se a obra do corpo da igreja ⁸⁶². Para além do já cohecido episódio de S. Vicente de Fora, no qual se tentou substituir o seu architecto, João Nunes Tinoco, por Francisco da Silva Tinoco, este constitui um dos raros momentos e obras em que parece que se terá cruzado a actividade dos *Nunes Tinoco* com a dos *Tinoco da Silva* - tinham-se encontrado em 9 de Julho de 1672, num parecer sobre a Igreja de Santo Antão, e voltariam a encontrar-se na vistoria a Santa Engrácia, em 26 de Fevereiro de 1681, participações que consubstanciam, dentro do mesmo âmbito profissional, enquadramentos diferentes daquele que aqui se verifica.

⁸⁵⁹ Revelado por Rita Pereira dos SANTOS, “A Igreja de S. Miguel de Alfama. Renovação estética entre 1673 e 1728”, *Estudos de História da Arte. Novos contributos*, SERRÃO, Vítor (coord.), Lisboa: C.M.L., 2002, pp. 10 a 122.

⁸⁶⁰ *Livro I de Receita e Despeza...*, fls. 62v e 98. Rita Pereira dos SANTOS, “A Igreja de S. Miguel de Alfama...”, ob. cit., p. 111.

⁸⁶¹ *Livro I de Receita e Despeza...*, fl. 9. Rita Pereira dos SANTOS, “A Igreja de S. Miguel de Alfama...”, ob. cit., p. 112.

⁸⁶² *Livro I de Receita e Despeza...*, fls. 112, 20v e 25. Rita Pereira dos SANTOS, “A Igreja de S. Miguel de Alfama...”, ob. cit., pp. 111 e 112. Segundo o registo, o Padre Tinoco terá recusado o pagamento pelo seu trabalho, tendo recebido em Outubro de 1682 “um mimo” [sic] de 2000 réis.

Em 1681 é feita uma nova planta, de acordo com um pagamento feito a “um arquitecto”, o que tudo indica tratar-se de uma correcção à planta anterior feita pelo mesmo arquitecto João Nunes Tinoco ⁸⁶³. Em Outubro de 1682 são pagos os mestres pedreiros por fechar o arco e alargar a igreja, fazendo as paredes e colocando os telhados, ano em que o Padre Francisco Tinoco da Silva nos aparece a fazer uma nova medição, desta vez referente ao corpo da Igreja ⁸⁶⁴.

Esta campanha de obras terminaria com a remodelação da fachada, para o que se pagou, em 1689, 3900 réis ao arquitecto João Antunes por um perfil da frontaria, na qual se colocaria então a estátua de S. Miguel Arcanjo ⁸⁶⁵. João Nunes Tinoco deveria já estar bastante velho e doente (vindo a falecer em Abril do ano seguinte), justificando-se assim a presença de João Antunes a continuar os trabalhos, embora fosse legítimo esperar a presença de Luís Nunes Tinoco na sucessão de uma obra do pai.

O contrato celebrado em dezasseis de Julho de 1673 ⁸⁶⁶ entre Nicolau Dias, Juiz da Irmandade do Santíssimo Sacramento (que tinha ainda em sua representação o escrivão Paulo Francisco, o Procurador António de Macedo e o tesoureiro Manuel Rodrigues) e os mestres pedreiros Manuel Rodrigues, Francisco Pereira, e Manuel Soares, moradores respectivamente ao Colégio, à Mouraria e a S. Vicente, confirma e dá-nos mais alguns pormenores sobre a documentação já revelada. Nele se explicitam as razões invocadas para esta renovação, como para a escolha destes mestres: “ (...) a dita Igreja esta damnificada ameaçando ruyna, e ser prosizam.^{te} nes.^{ro} fazersse de novo por m.^{to} antiga, e por não haver outras pessoas com mais zello e fervor tratassem da dita obra e dar a ella principio, lanços, e os mais convenientes e baixos, e seguros q

⁸⁶³ *Livro I de Receita e Despeza...*, fl. 12. Rita Pereira dos SANTOS, “A Igreja de S. Miguel de Alfama...”, ob. cit., p. 112.

⁸⁶⁴ *Livro I de Receita e Despeza...*, fls. 24 e 37v. Rita Pereira dos SANTOS, “A Igreja de S. Miguel de Alfama...”, ob. cit., pp. 112.

⁸⁶⁵ *Livro I de Receita e Despeza...*, fls. 99 e 70. Rita Pereira dos SANTOS, “A Igreja de S. Miguel de Alfama...”, ob. cit., p.112.

⁸⁶⁶ ANTT, Cartório Notarial de Lisboa nº 15 (antigo 7 A), Cx. 71, L^o343, fls. 82v a 85v. Contrato parcialmente transcrito por Ayres de CARVALHO, in “Novas Revelações para a História do Barroco”, Separata da Revista *Belas-Artes* nº 20, Lisboa: Academia de Belas Artes, 1964, p. 62.

acharaõ e ouve, foram os q elles mestres (...) ”⁸⁶⁷. A estas juntavam-se ainda outras razões relacionadas com o culto do Santíssimo, as quais conduziriam a uma renovação dos retábulos das capelas-mor de todas as igrejas, como a investigação tem vindo a revelar.

Para além das clausulas de obrigação normais neste tipo de contrato, são fornecidos ainda dados sobre a natureza dos materiais: a obra seria “ (...) *de Alvenaria sendo m.^{to} bem feita mosiça e farta de cal da grossura q for conviniente conforme a arte e fortificaçam q pedir (...)* ”, sendo usada a pedra liós de Alcântara nos principais elementos arquitectónicos (que encontramos em grande número de contratos de obra, nomeadamente nas de João Nunes Tinoco) nos pilares, pés-direitos (entenda-se pilastras ou colunas) das capelas, nos arcos, degraus, etc.⁸⁶⁸; a pedra vermelha era utilizada para realçar alguns elementos arquitectónicos (como João Nunes Tinoco sabiamente costumava fazer nas suas obras, nomeadamente na Igreja da Piedade de Santarém), em especial na capela-mor, em *obra dórica*, era utilizada a pedra vermelha nos embasamentos das pilastras e nos capitéis⁸⁶⁹. Já para o exterior, nos cunhais, preferia-se o uso da *obra toscana*.

Os mestres eram obrigados a realizar a obra pelos preços declarados, “ (...) *tudo m.^{to} bem feito, e obrado, e na forma da planta q esta feita p.^{lo} Architeto Joaõ Nunes Tinoco por elle asinada, e por elle juis, escrivão e mestres, e por mim t.^{am}, sem da forma da dita planta se afastarem, deminuirem, nem acrescentar em cousa alguma. E q em prim.^{ro} lugar comecaram logo elles mestres a fazer a Cap.^{la} mor, da dita Igre/ja no sitio das casas q ficam em huma das ilhargas della, q p.^a esse efeito se tem comprado, de man.^{ra} q fique a dita Cap.^{la} edeficada, p.^a q venha a porta principal da dita Igreja aonde hoje tem a travessa, por asim se ter ajustado sem melhor obra,*

⁸⁶⁷ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº 15 (antigo 7A), Cx. 71, Lº343, fls. 82v. Ayres de CARVALHO, in “*Novas Revelações ...*”, ob. cit., p. 62.

⁸⁶⁸ Idem, fl.83.

⁸⁶⁹ Idem, *Ibidem*.

*destar nesta forma feita a dita planta (...)*⁸⁷⁰. Vê-se, assim, que a reedificação alterou a implantação e desenho da primitiva igreja, confirmando a autoria da traça de João Nunes Tinoco, como já se tinha declarado no pagamento efectuado em 1674, constante do *Livro de Despesa* da Irmandade⁸⁷¹. Determinava-se ainda que “ *elles ditos mestres não poderam bolir, nem derrubar cousa alguma da dita Igreja o ser em q hoje esta sem prim.^o terem feita e acabda a dita Cap.^{la} mor, de man.^o q nella se possa com toda a dessencia celebrar os officios divinos, e tanto q assim estiver acabada, entraram a fazer e obrar o corpo da dita Igreja na forma da dita planta (...)* ”⁸⁷². Em caso de necessidade qualquer uma das partes poderia solicitar que a obra fosse medida e avaliada pelos mestres que entendessem e necessitassem, e pelos mestres da Cidade, cláusula que poderá explicar a presença do Padre Tinoco, como atrás se referiu.

Quando hoje nos aproximamos da Igreja de S. Miguel, podemos reconhecer o que resultou já da intervenção de João Antunes – fachada rematada por duas torres, com nicho do santo ao centro (Fig. 114).

O interior, de nave única e transepto inscrito, obedece a uma tipologia introduzida pelos Jesuítas e que seria largamente difundida, ainda que com alterações, também nas igrejas paroquiais do século XVII. Duas cimalthas marcam todo o interior: a primeira assenta nos arcos que rematam as capelas do corpo da igreja, e vem rematar nos capitéis em que nasce o arco da capela-mor; a segunda, assenta no fecho deste arco e, percorrendo toda a igreja, marca a separação com o tecto apainelado em madeira com pinturas (Fig. 115). No corpo da igreja, a eixo das capelas laterais, abrem-se tribunas que se encontram, também, sobre as capelas do transepto. Na capela-mor, os panos murários dividem-se em dois registos – no inferior, composições com elementos geométricos de coloridos variados, de volume e escala maior do que o habitual - no superior, separado do anterior por uma cimaltha, destaca-se um rico

⁸⁷⁰ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº 15 (antigo 7 A), Cx. 71, Lº343, fls. 83. Ayres de CARVALHO, in “*Novas Revelações ...*”, ob. cit., p. 62 (sublinhado nosso).

⁸⁷¹ *Livro I de Receita e Despesa...*, fls. 62v e 98. Rita Pereira dos SANTOS, “*A Igreja de S. Miguel de Alfama...*”, ob. cit., p. 111.

⁸⁷² ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº 15 (antigo 7 A), Cx. 71, Lº343, fls. 83v.

programa decorativo em talha dourada (Fig. 116). Por toda a igreja, os diferentes elementos arquitectónicos, num jogo contrastante de mármore coloridos, remetem para os pormenores do contrato anteriormente citado.

Na nossa investigação deparámos com um contrato inédito de João Nunes Tinoco para uma igreja que, embora já desaparecida, nos merece também alguma atenção. Trata-se da renovação da capela-mor da Igreja do Socorro (Fig. 117), demolida em meados do século XX. Sabemos que em 14 de Novembro de 1674, a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja do Socorro encomendava ao entalhador Pedro Álvares a execução do trono de talha do retábulo da capela-mor ⁸⁷³. Esta obra vinha na sequência do trabalho que se queria realizar desde 1667 na igreja, com renovação da sua capela-mor, de acordo com a pública-forma de uma petição feita pelos Irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento, em 8 de Março deste ano, na qual declaravam e se comprometiam, perante a Misericórdia como administradora da Igreja, que a obra que queriam fazer não lhe traria prejuízo. Para tal, juntavam um parecer do arquitecto João Nunes Tinoco, datado do dia 3 desse mesmo mês e ano:

*“Dizé o juiz e mais Irmãos da hir.^{de} do S.^{mo} Sacramento cita na freg.^a de Nosa Snr.^a do Socorro desta Cidade q em louvor de Ds e da virgem Snra nossa querem **fazer húa tribuna na Capp.^a Mor da dita Igr.^a** para dentro della estar em hú Trono a mesma s.^{ra} E juntam.^{te} para se expor o S.^{mo} em as solemnidades q se fazem na dita Igr.^a **imitando as mais freg.^{as} desta Cidade pois todas fazem suas tribunas** e sendo citio da dita Capp.^a capaz P.^a nella se fazer a dita tribuna a qual querem fazer a sua custa e em Louvor de D^s e da mesma sn.^{ra} e porque esta S.^{ta} caza he administradora da dita Capp.^a pede a vossa s.^{ria} lhe faça m.^{ce} conceder licença para que possaõ fazer a dita Tribuna com o mais della pertencente pois he para serviço de D^s e da virgé*

⁸⁷³ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* n.º 3 (antigo 11), Cx. 82, L.º 310, fls. 30v a 31v, publ. por Vítor SERRÃO, *A Cripto-História (...)* p. 81 e 233, nota 177. Transcrito por Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA, *A talha barroca ...*, ob. cit., Vol. II, Doc.8

*S.^{ra} nossa, e aumento da dita Capp.^a com que fica mais melhorada a igr.^a emgrandesida e receberão m.^{ce}. Por ordem do s.^{or} Provedor e mais sn.^{res} da Meza da s.^{ta} m .dia fui em tres de Março deste prez.^{te} anno estando prez.^{tes} os sn.^{res} visitadores Dom Antonio de Carcome e Domingues Pereira a Capp.^a Mor da dita Igr.^a de nossa s.^{ra} do Socorro desta Cidade de que a Meza da sancta My.^a he administradora para efeito de hú Trono que os Irmãos do Sanctissimo Sacramento cita na dita Igr.^a querem fazer a sua custa na dita Capp.^a p.^a ter o S.^o exposto com mais decencia **na forma em q hoje se pratica em todos os Conventos e Igr.^{as} Parroquiais e na dita obra q se quer fazer não hade prejuizo a dita Capp.^a pois senão bulle em paredes né nas casas que estão por detras e som.^{te} se atrai para diante o que pede a traça e antes sera de grande uti/lidade a fazenda da s.^{ta} mi.^{dia}. Lx.^a dia mês e anno asima **João Nunes Tinoquo.** “⁸⁷⁴.***

Como declara João Nunes Tinoco, a sua presença fora a mando do Provedor e demais membros da Mesa, pelo que só faz sentido que o tenha feito como autor das alterações que se queriam fazer, as quais demonstra conhecer bem do ponto de vista projectual e de estabilidade. A renovação explicava-se pela vontade que tinha a Irmandade em “ *expor o Santíssimo nas solemnidades que se fazem na dita Igreja imitando as mais freguesias desta Cidade* “, de acordo com a renovação operada no último quartel do século XVII e início do século XVIII, correspondente a um gosto que que o ambiente de paz e prosperidade do reinado de D. Pedro II permitiria desenvolver-se, segundo um formulário estético já de características barrocas⁸⁷⁵. Dez anos depois, numa nova petição para pequenas alterações, sabemos que a obra da capela-mor já estava terminada⁸⁷⁶, e em Janeiro de 1678 fazia-se um novo contrato

⁸⁷⁴ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº3 (antigo 11), Cx 78, Lº 291, fl.56 a 57 - **Doc. 86** em anexo-*inédito* (sublinhado nosso).

⁸⁷⁵ Francisco LAMEIRA, *O retábulo em Portugal : das origens ao declínio*, ob. cit., pp. 94 a 98.

⁸⁷⁶ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº3 (antigo 11), Cx 83, Lº 315, fl.22 a 22v - **Doc 87** em anexo-*inédito* .

com o mestre pedreiro André Dias “(...) p.^a efeito de fazer as obras q faltaõ na d.^a Igr.^a o que tudo consta de hú auto de arrematação feito pelo d.^o Escrivão Ant.^o Marques e assinado pelo d.^o Juis e mais officiais e por elle d.^o mestre pedr.^o e test.^{os} que estiveram presentes, da manr.^a seguinte: que será elle d.^o m.^e pedr.^o obrigado a fazer uma Torre p.^a os sinos na conformidade da outra que esta feita com a pedraria da mesma casta e outrosim se avia de fazer hú parapeito de Torre a Torre com suas almofadas de pedraria pla banda de fora e se havia de fazer húa simalha de empena e asentam.^{to} da cruz se avia de fazer o lagiado de varanda de torre a torre e se avia de retocar e guarneser toda a Igr.^a pla banda de fora e a frontaria reformada e a escada do coro e se avia de fazer o adro da Igr.^a da porta principal de lagiado dir.^{to} de lages q chamaõ de machucado de pedraria de Oeiras para duas Pias de pedra branca lavradas p.^a agoa benta ovadas q estavaõ na porta principal q se faria húa garbulla q falta de pedra q serve de cano como as outras q estaõ postas na dita Igr.^a (...) “⁸⁷⁷. Nestes contratos não se cita o nome de João Nunes Tinoco, mas tudo indica tratar-se de pequenas alterações e acabamento do projecto anteriormente definido.

Um outro aspecto a salientar é a presença do entalhador Pedro Álvares (Pereira) a executar o trono da capela-mor, segundo o contrato celebrado em 14 de Novembro de 1674 ⁸⁷⁸, em mais uma obra de João Nunes Tinoco – encontrámo-lo a trabalhar com este arquitecto na Igreja da Graça, em Santo Estêvão de Alfama, e iremos ver a sua participação a executar uma obra, também inédita, em S. Vicente de Fora, para além de o termos encontrado, como vimos no capítulo anterior, a assinar o apontamento de um esboço de tratado que pensamos tenha pertencido a João ou a Luís Nunes Tinoco.

⁸⁷⁷ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* n.º3 (antigo 11), Cx 83, L.º 316, fl.39 a 39v - **inédito** .

⁸⁷⁸ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* n.º3 (antigo 11), Cx. 82, L.º 310, fls. 30 v a 31v, publ. por Vítor SERRÃO, *A Cripto-História* (...) p. 81 e 233, nota 177, e transcrito por Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA, *A talha barroca de Lisboa (1670-1720) : os artistas e as obras*, Dissertação de Doutoramento em História (Especialidade Arte, Património e Restauro) da Faculdade e Letras de Lisboa, 2009, Vol. II., Doc.8.

3. Um projecto para os Teatinos

A construção da igreja dos Teatinos em Lisboa constitui mais um dos enigmas da arquitectura portuguesa sobre o qual a historiografia de arte se tem debruçado, tentando definir não só a autoria, como a cronologia e evolução do edifício. Com efeito, o acervo iconográfico existente na Biblioteca Nacional referente ao convento construído pela Congregação, tem lançado a discussão sobre a autoria dos projectos de cada uma das diferentes fases construtivas, em especial sobre a questão relativa à efectiva participação de Guarino Guarini na mesma. Sobre este assunto são de salientar os trabalhos de Ayres de Carvalho, que publicou e analisou alguns destes desenhos ⁸⁷⁹, de Rafael Moreira que se debruçou quer sobre o edifício que a ordem construíra em Goa segundo uma nítida influência romana ⁸⁸⁰, quer sobre o projecto de Guarino Guarini ⁸⁸¹, e de Paulo Varela Gomes que a esta ordem e à sua actividade religiosa e construtiva em Portugal dedicou já algumas páginas ⁸⁸².

⁸⁷⁹ Ayres de CARVALHO, *D. João V e a Arte do Seu Tempo*, Vol. II, Lisboa: 1962. *Catálogo da colecção de desenhos. Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa : B.N., 1977.

⁸⁸⁰ Rafael MOREIRA, *Riflessi della Ghiara nell'India Portoghese: La Chiesa dei Teatini a Goa*, separata de *La Basilica della Ghiara. Il miracolo della Città*, Reggio Emilia: 1997. *Apud* Paulo Varela GOMES, *Arquitectura, Religião e Política em Portugal no século XVII* : a planta centralizada, 1a ed. Porto : FAUP-Faculdade de Arquitectura, 2001.

⁸⁸¹ "Guarino Guarini", in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, José Fernandes PEREIRA e Paulo PEREIRA (dir.), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Ed. Presença, Lisboa: 1989, pp. 214 e 215.

⁸⁸² Paulo Varela GOMES, *A confissão de Cyrilo : estudos de história da arte e da arquitectura*, Lisboa : Hiena, 1992. "As iniciativas Arquitectónicas dos Teatinos em Lisboa, 1648-1698, (mais alguns elementos)", in *Penélope. Fazer e desfazer a História*, nº 9/10, Lisboa: Editorial Cosmos, 1993, pp. 72 a 82; *Arquitectura, Religião e Política em Portugal no século XVII* : a planta centralizada, 1a ed. Porto : FAUP-Faculdade de Arquitectura, 2001, pp. 305 a 355.

Conhecido é também o contexto da chegada da Congregação a Portugal, e da sua aceitação pela nobreza, como nos informam os cronistas, em especial D. Tomás Caetano de Bem, nas suas *Memórias Históricas e Chronologicas*⁸⁸³.

Vindos de Goa, e não de Itália como seria de esperar, os Teatinos entrariam em Portugal em 1648, pela mão de D. António Ardizzone (1609-1697). Tal como acontecera quando da sua chegada a Espanha (1644), ou a França (1648), os Teatinos expandir-se-iam rapidamente no Reino, em virtude da grande popularidade que de imediato cultivaram no seio da Corte. Tal como acontecera em França, em que Francesco Maria Monaco ascende a confessor de Mazarino, ganhando a confiança de Luís XIV e de Ana de Áustria, também em Portugal Ardizzone rapidamente ascenderia a confessor de D. João IV.

Mas o grande sucesso dos Teatinos em Lisboa não se deve apenas à obra de Ardizzone (que seria fundamental em todo o processo de oficialização da Ordem entre nós e da construção do seu convento e igreja), mas também à figura do missionário Alberto Maria Ambiveri. Através da biografia deste último, escrita por Bagatta em 1683⁸⁸⁴, ficamos a conhecer mais alguns pormenores de como esta Congregação entrou em Portugal. Diz-nos Bagatta que, pretendendo Ambiveri levar a palavra do S. Caetano para a Índia, partira de Livorno a 2 de Fevereiro de 1650. Chegando a Lisboa a 23 do mesmo mês, iniciaria de imediato uma série de curas e feitos milagrosos que o biógrafo descreve ao longo da obra⁸⁸⁵, que tornariam o religioso italiano objecto de uma profunda veneração por parte de todas as camadas sociais de Lisboa, com especial atenção para a família real e a nobreza, sobretudo a Marquesa de Nisa e a Casa de Aveiro. A grande afeição que lhe dedicaria D. Luísa de Gusmão prendeu-se,

⁸⁸³ D. Thomaz CAETANO DE BEM, *Memorias Historicas Chronologicas da Sagrada Religião dos Clerigos Regulares em Portugal, e suas Conquistas na India Oriental*. Escritas por D. Thomaz Caetano de Bem, Clerigo Regular. Lisboa : na Regia Officina Typografica, 1792.

⁸⁸⁴ Giovanni Bonifacio BAGATTA, *Vita del venerabile servo di Dio D. Alberto Maria Ambiveri da Bergamo, Cherico Regolare Teatino e missionario apostolico all'Indie Orientali*, Venezia: Gio: Battista Tramontin, 1683.

⁸⁸⁵ Dos quais fazia parte, por exemplo, a milagrosa “ajuda divina” dada à Condessa de S. Lourenço, quando esta dava à luz (ob. cit., p.120).

sem dúvida alguma, com a tentativa que terá feito para curar o Príncipe D. Afonso VI, que “aveva un braccio alquanto impedito, e quasi storpiato”⁸⁸⁶, benzendo-o com a relíquia de S. Bento. O biógrafo não nos elucida sobre o efeito real de tal tentativa, mas o fascínio que passaria a exercer sobre a Rainha terá sido o motivo pelo qual esta o impediria de partir para a Índia, como era sua intenção, ficando retido no Reino.

Vivendo no pequeno hospício improvisado que tinham então os Teatinos junto às portas de Santa Catarina, a importância crescente dos seus feitos e da sua prédica, que atraíam muita gente em especial as damas da corte, levaria a que a Congregação, que não tinha ainda casa nem igreja, começasse por reunir-se em casa de Dona Inês de Noronha, 1ª Marquesa de Niza⁸⁸⁷, e que a própria Rainha, em audiência a D. António Ardizzone e a Ambiveri tenha dado todo o apoio para a realização da primeira festa realizada pela Ordem em Lisboa, a 7 de Agosto de 1650, dia de S. Caetano, disponibilizando para tal a Capela Real.

Efémera foi a estada de Ambivari em Lisboa. Adoecendo em Julho de 1651, viria a falecer em 6 de Agosto do mesmo ano. Diz-nos o seu biógrafo que o visitou toda a nobreza de Lisboa, em especial os membros da Casa de Aveiro, e que a Casa Real, em especial a Rainha, indagavam constantemente sobre o seu estado de saúde.

O acervo iconográfico existente na Biblioteca Nacional referente ao Convento da Divina Providência, tem lançado a discussão, como já referimos, quer sobre a cronologia do edifício, quer sobre a autoria dos projectos de cada uma das diferentes fases construtivas. Deste espólio fazem parte os desenhos de Guarino Guarini⁸⁸⁸, dedicados a Dom Ardizzone, um alçado e uma planta da autoria de Pascoal Roiz⁸⁸⁹, pai de Santos Pacheco, um esboço em italiano para o convento, e uma planta de

⁸⁸⁶ Giovanni Bonifacio BAGATTA, *Vita del venerabile*, ob. cit., p. 98.

⁸⁸⁷ Giovanni Bonifacio BAGATTA, *Vita del venerabile...*, ob. cit, p. 109.

⁸⁸⁸ *Disegni d'Architettura civile ed ecclesiastica*, Turim: 1686.

⁸⁸⁹ BN, *Secção de Iconografia*, D 121A e D122A .

Guilherme Paes de Menezes, executada em 1748 ⁸⁹⁰, com todas as alterações à construção antiga, a que se juntam ainda duas plantas de início do século XX, elaboradas quando da adaptação do edifício a Conservatório Nacional existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, tendo estes últimos desenhos sido já comentados também por Paulo Varela Gomes ⁸⁹¹.

Independentemente da questão relacionada com a possível estada de Guarino Guarini em Portugal, já amplamente analisada por Rafael Moreira ⁸⁹², e das razões que terão conduzido à não realização do projecto elaborado pelo arquitecto italiano, interessa ao nosso estudo saber qual terá sido, na realidade, a intervenção de João Nunes Tinoco. Para o esclarecimento desta questão, é indispensável uma análise detalhada da já citada planta de Guilherme Paes de Menezes (Fig. 118) a qual, numa leitura conjunta com o álbum de (c. 1656) existente também na Biblioteca Nacional ⁸⁹³, composto por onze desenhos, dois dos quais assinados por João Nunes Tinoco, e os dados fornecidos pelos cronistas, nos poderão dar uma noção do trabalho realizado por este arquitecto para o Convento.

Tendo tido os Teatinos como primeiras instalações umas casas junto a Santa Catarina, em 29 de Junho de 1653 mudar-se-iam para umas casas que D. Ardizzone comprara às freiras carmelitas. Diz-nos a *Corografia* que “ (...) No primeyro de Julho do sobredito anno começou a fabrica da Igreja, que dentro em tres mezes se poz capaz de fazer publica; & em hum Domingo 28 de Setembro do mesmo anno, a benzeo elle mesmo solemnemente, conforme os privilégios da sua sagrada Religião, & com todas as cerimoniaes do Ritual Romano, & com grande festa, & solemnidade, concurso da Nobreza, & povo, a dedicou à Virgem Senhora nossa da Divina Providencia, & nella disse a primeyra missa; no mesmo dia à tarde sahio da Igreja da Sanctissima Trindade

⁸⁹⁰ BN, *Secção de Iconografia*, D 12R.

⁸⁹¹ Paulo Varela GOMES, *Arquitectura, Religião e Política em Portugal no século XVII* : a planta centralizada, 1a ed. Porto : FAUP-Faculdade de Arquitectura, 2001, pp. 318 a 329.

⁸⁹² “Guarino Guarini”, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal...*, ob. cit, pp. 215 e 216.

⁸⁹³ BN, COD. 256.

*o Santissimo Sacramento em hũa bem ordenada procissão, acompanhada daquelles festins, com que a devoção deseja mostrar a Deos seus affectos, & com andores ricamente concertados...acompanhados de muita nobreza, povo trinos e chegaram à nova Igreja (...) No dia seguinte, do arcanjo S. Miguel padroeiro das missões na India estava exposto o Santíssimo e fez o Pontifical D. Manuel da Cunha, Bispo de Elvas, Capelão Mor do Rei D. João IV e Arcebispo de Lisboa (...)”*⁸⁹⁴. Carvalho da Costa diz-nos, ainda, que só em 11 de Outubro de 1681, D. Pedro II daria autorização para fundarem casa, lançando-se em 7 de Abril de 1698, a primeira pedra da nova igreja, “ (...) *pela qual mercè se deraõ a Deos sa devidas graças, com hũa solemnissima festa; & por quanto para a Igreja se tinha servido de edificios antigos, consagrando em Casa de Deos, o que dantes fora de seculares; ficou Igreja muy pequena, & irregular; & como ameaçasse ruina, cuydaraõ os Padres em fundar Igreja nova, a qual lançou a primeyra pedra o Eminentissimo Senhor Luis de Sousa, Cardeal da Santa Igreja, & Arcebispo de Liboa, em 7 de Abril de 1698 benzendo-a por ordem do mesmo cardeal o Padre Dom Manuel Caetano de Sousa, que entaõ era Prelado da Casa; o que se fez com muita solemnidade (...)”*⁸⁹⁵. De acordo com esta cronologia, só poderão resultar da mão de João Nunes Tinoco, as alterações às construções antigas em que se instalaram em 1653 (as quais duraram apenas três meses, pelo que as obras não terão sido de grande envergadura), cuja igreja está bem definida na planta levantada por Guilherme Paes de Menezes, fazendo todo o sentido que os desenhos de Pascoal Roiz sejam, efectivamente, para esta segunda fundação datada de 1698. Esta cronologia levanta-nos outro problema. Datado o álbum de desenhos de c. 1656, a sua cronologia deverá recuar pelo menos até 1653.

Os desenhos assinados por João Nunes Tinoco dizem respeito a um pequeno altar (Fig. 119), muito possivelmente para a capela em forma de cruz grega, situada juto à igreja, do lado da Epístola, e para o qual parece ter sido feito também o relicário constante do mesmo álbum (Fig. 120) que poderá ser também de João Nunes Tinoco,

⁸⁹⁴ Padre António Carvalho da COSTA, *Corografia Portugueza*, Tomo III, Lisboa, Officina Real Deslandesiana, 1712, p. 506.

⁸⁹⁵ Idem, *Ibidem*.

e a um altar com trono ricamente adornado, de inspiração hindu ⁸⁹⁶ (Fig. 121), ladeado por duas portas que dariam acesso a um retrocoro, numa solução adoptada desde o projecto da Igreja de Nossa Senhora da Luz de Carnide. Isto poderá eplicar a existência dos outros desenhos assinados por *Crasto* (António Vaz Crasto ⁸⁹⁷, com reconhecida actividade como entalhador), muito possivelmente destinados para o altar deste espaço. A campanha seguinte, a que corresponde a construção da nova igreja, terá tido como autor, certamente, Pascoal Roiz, como se depreende dos desenhos que realizou.

Por fim, um pequeno pormenor que reforça o que temos vindo a dizer sobre as relações profissionais de João Nunes Tinoco: no dia seguinte à inauguração da primeira igreja, a 28 de Setembro de 1653, o Pontifical seria feito por D. Manuel da Cunha, Bispo de Elvas, para quem João Nunes Tinoco traçaria as plantas para o Convento de Olhalvo, em 1658.

4 . Moradas para uma elite

Figura proeminente da arquitectura portuguesa da segunda metade de seiscentos, a actividade de João Nunes Tinoco não se limitaria, como referimos já, ao projecto de edifícios religiosos (embora estes constituam o grosso da sua obra), mas

⁸⁹⁶ Rafael MOREIRA, “Castro, António Vaz de”, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal ...*, ob. cit., pp. 110-111.

⁸⁹⁷ Sobre a actividade de António Vaz de Castro cf. Rafael MOREIRA, “Castro, António Vaz de”, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal ...*, ob. cit., pp. 110-111, Francisco LAMEIRA e Vítor SERRÃO “O Retábulo proto-barroco da capela do antigo Paço Real de Salvaterra de Magos (c. 1666) e os seus autores”, *Actas do II colóquio internacional do Barroco*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 215-226., João Miguel Ferreira Antunes SIMÕES, *Arte e Sociedade na Lisboa de D. Pedro II: ambientes de trabalho e mecânica do mecenato*, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002, p. 195, e Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA, *A Talha Barroca de Lisboa (1670 - 1720). Os Artistas e as Obras*, ob. cit., Vol. I, pp. 145 e 146, Vol. II, Doc. V.

estender-se-ia também à arquitectura civil, como o seu estatuto e importância fariam prever. Contrariamente à arquitectura religiosa, abundantemente documentada, apesar de ser referido por diversos investigadores como autor da traça de alguns palácios, estas atribuições são na sua maioria fundamentadas em análises estilísticas, ou deduzidas das muitas relações profissionais e sociais que caracterizam a complexa trama social e política em que se inserem.

Se a arquitectura civil da primeira parte do século XVII foi marcada pelas grandiosas obras do Palácio Real e do Palácio Corte Real, paradigmas de afirmação de um novo poder político, seguidos por algumas intervenções de remodelação de palácios senhoriais de que demos notícia a propósito da obra de Pedro Nunes Tinoco⁸⁹⁸ (estes últimos quase sempre condicionados pela apertada malha urbana que caracterizava a Lisboa de então), só no final do terceiro quartel desse século voltáramos a assistir a um grande surto construtivo, fruto da situação política, marcada a nível interno, pela consolidação de poder em torno do futuro rei D. Pedro II e, a nível externo, pelo assinar da paz com Espanha.

Segundo os dados revelados por Ayres de Carvalho, João Nunes Tinoco terá elaborado projectos para as *casas nobres* de António Cavide na sua Quinta de Chelas (1654), para umas casas entre Vale Cavalinho e Vale Escuro também a Chelas (1655), bem como para umas casas ao Poço do Borratém, no mesmo ano⁸⁹⁹. Destes projectos (de que não conseguimos identificar qualquer vestígio construído) ficou apenas o desenho referente à casa de António Cavide, pertencente à colecção da Academia de Belas Artes, reproduzido por Ayres de Carvalho⁹⁰⁰, e que não nos permite elaborar qualquer análise ou teoria sobre o que terá sido a sua intervenção na arquitectura civil.

Reconhecido o seu prestígio como arquitecto régio, autor dos principais projectos de arquitectura religiosa que se faziam na época, seria responsável pela

⁸⁹⁸ Cf. II PARTE, Cap. 3.

⁸⁹⁹ Ayres de CARVALHO, *As obras de Santa Engrácia e os seus artistas*, Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1971, p. 71.

⁹⁰⁰ Ayres de CARVALHO, *As obras de Santa Engrácia e os seus artistas*, ob. cit., p. 71.

condução da mais importante obra de então (referimo-nos a S. Vicente de Fora), parece-nos estranho, com efeito, que não exista nenhuma prova documental sobre a sua autoria em qualquer um dos palácios que os principais do Reino encomendavam para sua residência. São escassas as referências ao nome dos arquitectos nos diferentes contratos. Quando existem, funcionam como *elemento regulador* para aqueles que iriam executar a obra entenda-se pedreiros, carpinteiros, entalhadores, etc., subalternos do arquitecto em contexto laboral – constituíam uma espécie de garantia quer para o encomendador, quer para esses mesmos trabalhadores, que certamente já conheciam algumas características do trabalho projectual dos autores das traças. Já no que diz respeito ao *contrato entre encomendador e tracista*, eles são ainda mais raros, o que remete para a possível existência de um *contrato de palavra* a que deveriam obedecer as encomendas nas esferas mais altas da sociedade – ele estaria tacitamente assegurado na posição que cada um deles ocupava no quadro dos cargos que desempenhavam.

A par dos documentos referenciados por Ayres de Carvalho, não existem outras provas que atestem a autoria de João Nunes Tinoco nos muitos palácios que lhe têm sido atribuídos – Palácio Palhavã e Palácio Fronteira, que foram já objecto de pormenorizadas monografias ⁹⁰¹, o palácio hoje conhecido por Távora-Galveias dos Duques de Aveiro, bem como a Quinta do Calhariz em Sesimbra, e no Paço Real da Ribeira ⁹⁰². Datando quase todos o último quartel do século XVII, têm em comum o fato de não serem, na realidade, verdadeiros palácios urbanos, mas sim *quintas de recreio* situadas na periferia o que, libertando-as das condicionantes da já citada apertada

⁹⁰¹ Para o Palácio Palhavã cf. José de Monterroso TEIXEIRA, *El palacio de Palhavã : arquitectura y representación*, [Lisboa] : Embajada España en Portugal, 2008. Da vasta a bibliografia que refere o Palácio Fronteira, salientamos a tese de mestrado de Cristina CASTELO-BRANCO, *An Analysis and Restoration Proposal for a Seventeenth Century Garden*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Massachussets Boston: 1989, pp. 51 a 54, a tese de doutoramento de Marieta DÁ MESQUITA, *História e arquitectura uma proposta de investigação : o Palácio dos Marqueses de Fronteira com situação exemplar da arquitectura residencial erudita em Portugal*, [Texto policopiado] Lisboa : [s.n.], 1992, p. 503, e o texto de Cristina CASTELO-BRANCO, *Os Jardins dos Vice-Reis*, Lisboa: 1992. Embora se debrucem sobre aspetos diferentes do Palácio, as duas coincidem na atribuição da sua autoria a João Nunes Tinoco, sendo que Marieta Dá Mesquita, ao fazer a sua atribuição, remete para a atribuição feita por Cristina Castelo-Branco em 1989.

⁹⁰² Vítor SERRÃO, *O Barroco...*, ob. cit, pp. 128 e 145.

malha urbana, permitiu uma liberdade de projecto que, aliada às influências que então se faziam sentir, se traduziu em projetos de elevada qualidade estética.

O *Palácio Palhavã* situa-se na propriedade comprada à família homónima, em 1660, pelo 2º Conde de Sarzedas, D. Luís Lobo da Silveira (1640-1706), partidário de D. Pedro II na causa que o opôs a D. Afonso VI. No Palácio terá falecido a sua primeira esposa, a Rainha Maria Francisca Isabel de Sabóia.

Apresentando nítidas influências do Palácio Corte Real, da tratadística de Androuet Cerceau, Vignola e Serlio, e de modelos veiculados pela arquitectura efémera, a sua traça tem sido atribuída a João Nunes Tinoco quer pela proximidade do Conde de Sarzedas à família real, quer pelas características arquitectónicas que apresenta que encontram paralelo na obra deste arquitecto - semelhanças entre a galeria que se abre sobre o jardim e o palanque que terá construído para a entrada da Rainha em 1666, bem como em alguns dos seus pormenores decorativos, como as áticas de coroamento da fenestração dos torreões e de algumas portas, com folhagens de acanto ao modo da talha, que sugerem os que João Nunes Tinoco terá utilizado nas decorações efémeras das exéquias de D. Duarte na Capela Real, em 1649, e na Pirâmide de Fogo que desenhou para a entrada real ⁹⁰³.

Projectado para pavilhão de caça de D. João de Mascarenhas (1633-1681), 2º Conde da Torre, o *Palácio Fronteira* tornar-se-ia residência permanente da família Fronteira após o terramoto de 1755 que destruiu o palácio principal, então sito na Rua das Chagas . A sua construção terá sido iniciada na década de sessenta do século XVII, ainda antes da nomeação de D. João de Mascarenhas como primeiro Marquês de Fronteira pelo príncipe regente D. Pedro, em 1670, facto a que não deve ter sido alheio o papel que desempenhou nas campanhas do Alentejo, nem a sua posição na questão que levou à deposição de D. Afonso VI. A grande e prestigiante amizade entre

⁹⁰³ José de Monterroso TEIXEIRA, *El palacio de Palhavã...*, ob. cit., pp. 160 a 168.

o Príncipe e D. João de Mascarenhas tem sido avançada também como explicação plausível para a rapidez com que o palácio foi construído ⁹⁰⁴, ficando concluído cerca de 1674, de acordo com o Inventário feito quando da morte da primeira Marquesa de Fronteira ⁹⁰⁵.

Composto por quatro elementos construídos em momentos diferentes (capela, elemento mais antigo, pavilhão de caça, terraço, e ala ocidental, a que se juntariam posteriormente a casa de fresco abobadada e o pombal na mata), a propriedade estaria ainda em construção em 1669, quando da visita de Cosme de Medicis a Lisboa, de acordo com os relatos do Conde Lorenzo Megalotti, e de Corsini, que o acompanharam o monarca, e descreveram a propriedade ⁹⁰⁶.

Foram já referidas as possíveis influências sofridas no seu projecto: para além de ser directamente inspirado em Serlio, e na Villa de Poggio a Caiano, que Giuliano da Sangallo terá construído para os Medici em 1485 ⁹⁰⁷ (Sangallo é um nome que nos voltará a aparecer referido em obras de João Nunes Tinoco) teremos, ainda, como fonte principal, as gravuras de Rubens dos Palácios de Génova, em especial os de Villa Sauli em Bisagno, construída por Galeazzo Alessi em 1555-56 ⁹⁰⁸. Entre as razões de atribuição do projecto a João Nunes Tinoco, salienta-se a colaboração com o Conde da Torre, para quem terá feito o *Livro das Fortalezas* em 1663, e o uso de um sistema hidraulico nos jardins semelhante ao que é descrito no *Roteiro da Ágoa Livre* feito por

⁹⁰⁴ José Sarmiento de MATOS, “Alla Fronteira. Il palazzo del marchese di Fronteira”, in *FMR mensile di Franco Maria Ricci*, nº 37, Abril 1985, p. 83. *Apud* Cristina CASTELO-BRANCO, *Os Jardins dos Vice-Reis*, ob. cit., p. 362, nota 19.

⁹⁰⁵ Cristina CASTELO-BRANCO, *Os Jardins dos Vice-Reis*, ob. cit., p. 363.

⁹⁰⁶ *Idem*, *Ibidem*, pp. 363 a 365.

⁹⁰⁷ Cristina CASTELO-BRANCO, *Os Jardins dos Vice-Reis*, ob. cit., p. 368.

⁹⁰⁸ G. Kubler, *apud* Cristina CASTELO-BRANCO, *Os Jardins dos Vice-Reis*, ob. cit., p. 368.

Pedro Nunes Tinoco ⁹⁰⁹, que João Nunes Tinoco conhecia, tendo mesmo oferecido e dedicado o manuscrito do pai ao Senado, em 1671 ⁹¹⁰.

Quanto ao *Palácio Távora-Galveias*, parece-nos pouco provável que se possa atribuir a João Nunes Tinoco a autoria do seu projeto. Mandado construir por um elemento da família dos Duques de Aveiro, a atribulada história de como este título foi conservado no seio da mesma, poderá ajudar-nos a datar a sua construção. Após várias pretensões ao título, D. Maria de Guadalupe de Lencastre, irmã do 4º Duque, depois de requisitar o seu direito de sucessão na Casa de Aveiro, viu a sua pretensão satisfeita em 1679 ⁹¹¹. Residência de campo, inserida numa vasta área hoje desaparecida, pelas características que apresenta tudo indica que a construção do Palácio date da segunda metade do século XVII ou, caso existisse já uma construção anterior, seja deste período grande parte da volumetria maior do que hoje dele podemos observar. A confirmar-se esta datação, só pode tratar-se de uma construção empreendida por D. Pedro de Lencastre ou, probabilidade que nos parece mais plausível, de iniciativa da 6ª Duquesa, D. Maria de Guadalupe, quando esta decide vir viver para Portugal. Aceitando esta última hipótese, estaríamos perante uma construção que deverá datar do último quartel do século XVII, em pleno reinado de D.

⁹⁰⁹ Cristina CASTELO-BRANCO, *Os Jardins dos Vice-Reis...*, ob cit., p. 370 a 374.

⁹¹⁰ Cf. II PARTE, Cap.2.

⁹¹¹ Associada à Casa Real Portuguesa, a Casa de Aveiro terá tido origem em D. João de Lencastre (1501-1571), 1º Duque. D. Raimundo de Lencastre (1620-1666), 4º Duque de Aveiro, pouco depois de ser nomeado conselheiro de Estado por D. Luísa de Gusmão em 1659, que lhe confiou também o governo das armas do Alentejo, terá passado secretamente para Castela, pelo que a mãe, D. Ana Manrique de Cardenas (c.1600-1660), Duquesa de Torres Novas, e a sua irmã, D. Maria Guadalupe de Lencastre e Cardenas Henrique (1630-1715) seriam obrigadas a deixar também o Reino, indo viver para Madrid. Este episódio levaria a que lhe fossem confiscados todos os bens em 1663. Mais tarde, seria o seu tio, D. Pedro de Lencastre (1608-1673), Arcebispo e Inquisidor-Mor do Reino quem se habilitaria ao título, acabando por ser nomeado 5º Duque de Aveiro. Morto D. Pedro de Lencastre seria sua sobrinha, D. Maria de Guadalupe de Lencastre, irmã do 4º Duque que, depois de requisitar o seu direito de sucessão na Casa de Aveiro, viu a sua pretensão satisfeita em 1679. D. Maria de Guadalupe casara-se em 1665 em Madrid, com Manuel Ponce de León (1632-1693) futuro 6º Duque de Arcos, Marquês de Zara e Conde de Bailén. Tendo sido estipulado que as Casas de Aveiro e dos Arcos deveriam ficar separadas, D. Maria Guadalupe estava firmemente determinada a assumir a herança da sua família pelo que, divorciando-se do seu marido, veio viver para Portugal.

Pedro II, período em que para além de João Nunes Tinoco, muitas outras figuras se afirmavam também como elementos importantes na nossa arquitectura.

A hipótese de atribuição a João Nunes Tinoco parece-nos ainda mais remota se tivermos em conta alguns dados por nós publicados ⁹¹² a propósito de um concurso para o provimento do lugar de *arquitecto das ordens militares* realizado em 1713, após a morte de João Antunes, em 1712, que até então era detentor do cargo. Entre os candidatos que se apresentaram a concurso, dos quais destacamos Manuel do Couto, Manuel da Maia, Joseph Roiz Ramalho e Carlos Baptista Garvo, só para citar os mais conhecidos, figurava **Manuel Nunes** que se apresentou como “arquitecto da Casa de Aveiro” ⁹¹³, e uma experiência certificada pelos mestres pedreiros Manuel Antunes e Domingos Nogueira ⁹¹⁴, que afirmam ser ele o “ (...) *mais perito q. qualquer edeficio q. se lhe offerecer assim de templos como de palacios e experiente na arte de debucho para os adornos dos d.ºs edeficios executor em pedra lavrada, aritmetica e todas as sciências referidas assim pelas obras q. lhe temos visto deleniar (...)*” .

São escassíssimas as referências a este arquitecto. Não citado em Sousa Viterbo, é Ayres de Carvalho quem dele nos dá algumas notícias ⁹¹⁵, referindo a sua

⁹¹² ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens*, Ofícios, Maço 12 “Arquitectos” . Esta documentação foi já por nós publicada e transcrita a propósito de vários concursos. Teresa de Campos COELHO, “ Um concurso para o provimento do lugar de arquitecto das Ordens Militares – A propósito de um *curriculum* do Padre Francisco Tinoco da Silva”, in *Revista Monumentos*, nº 7, Lisboa: Setembro de 1997, e “Concursos para o lugar de arquitecto das Ordens Militares no séc. XVIII”, in *Pedra e Cal* nº15 , Lisboa: Gecorpa, Setº 2002, pp. 21 a 23.

⁹¹³ Teresa de Campos COELHO, “Concursos para ...”, ob. cit,

⁹¹⁴ De Domingos Nogueira sabemos ter sido dourador, tendo trabalhado em 1683 no Convento de S. Bernardo de Portalegre

(http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3748, 12 de Agosto de 2012). Quanto a Manuel Antunes, Ayres de Carvalho referencia-o como mestre pedreiro em algumas obras de autoria de João Antunes, nomeadamente no Palácio da Bemposta, mandado construir pela Rainha da Grã Bretanha, D. Catarina (contrato de 1701), na reconstrução da Igreja de Nossa Senhora da Saúde (contrato de 1705), e no Mosteiro de Chelas, onde trabalhava ainda em 1727. In *D. João V...*, ob. cit., pp. 181, 188 e 190. Isto parece indiciar mais uma ligação de Manuel Nunes à esfera de actividade de João Antunes.

⁹¹⁵ Segundo Ayres de CARVALHO, quando Manuel Nunes vai dourar e estofar o retábulo, acabado em 1712 pelo entalhador Manuel Machado, esta capela já tinha sido renovada em 1709, com obras de embutidos executada pelo mestre pedreiro Francisco Gomes. *D. João V...*, op. cit., Vol. II, pp. 234 e 235.

atividade como arquiteto e pintor de óleo, assente na Irmandade de S. Lucas desde 1675, trabalhando no retábulo da Capela de S. Joaquim e de Sant'Anna no Convento de Nossa Senhora do Carmo em 1715, e na Capela dos Agonizantes de S. Roque em 1718, onde terá sido responsável pelo desenho dos trabalhos de embutidos ⁹¹⁶. Com uma atividade documentada desde o princípio do último quartel de seiscentos (muito possivelmente ligada à esfera de atividade de João Antunes, como a documentação parece indiciar) nada nos leva a duvidar da afirmação de Manuel Nunes quando se apresenta como arquiteto da Casa de Aveiro. **Manuel Nunes** (cuja atividade tem passado quase despercebida) aparece-nos, assim, como um provável autor do Palácio Távora-Galveias, no qual a sua experiência “ *na arte do debucho para os adornos de edifícios*” terá sido da máxima utilidade como podemos comprovar nos trabalhos de cantaria do portal e vãos (Figs. 122 e 123), num período em que estão ainda por esclarecer muitas das questões relacionadas com a autoria de outras emblemáticas obras de então, como Santa Engrácia e o Menino Deus, entre tantas outras.

5. Trabalhos diversos

Conhecida é também a participação de João Nunes Tinoco numa série de outras actividades. O grande conhecimento técnico que deveria possuir (a ele se deve o revestimento de estuque das colunas da Sé de Évora, para evitar uma maior

⁹¹⁶ A intervenção em S. Roque dá-nos um Manuel Nunes já com responsabilidades de tracista, como se depreende do excerto do contrato realizado com os mestres pedreiros Joseph Freire e Luis dos Santos, publicado por Ayres de CARVALHO “ *E em lugar das vieiras tarjas e os capiteis do(s) Pilharinhos que ficão entre os paineis ressaltados e o frizo da simalha embutido de brutesco o que tudo falta no dito risco ... com condição que no que respeita a de imbutidos tirara os padroins o Arquitecto Manuel Nunes, os quais sendo por elle juiz e mais irmãos aprovados os seguirão elles mestres sem menor duvida...*”. In *D. João V...*, op. cit., Vol. II, p. 235. Também Maria João Fontes Pereira COUTINHO o refere, In *A produção portuguesa de obras de embutidos de pedraria policroma (1670-1720)*, Lisboa: Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 2010, 3 vols, pp. 385 e 386. Documentada parece estar também a sua participação, em 1677, na Capela da Ordem Terceira de Nossa senhora de Jesus nas Mercês em Lisboa, na mesma altura em que nela trabalhava também João Antunes (http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4945, 12 de Agosto de 2012). Francisco José Gentil BERGER, *Lisboa e os Arquitectos de D. João V*, Lisboa: 1994.

degradação da pedra das mesmas, patologia que se arrastava desde longa data ⁹¹⁷), como ficou provado pelos livros técnicos que compôs, e no relatório que fez para a Igreja do Socorro, e patente nos muitos trabalhos que assegurava, terá levado a que fosse chamado a dar parecer sobre algumas das mais importantes obras de Lisboa, como aconteceu com o parecer para a frontaria do Colégio de Santo Antão, em 9 de Julho de 1672 ⁹¹⁸, e a vistoria à capela-mor da Igreja de Santa Engrácia em 26 de Fevereiro de 1681 ⁹¹⁹.

À semelhança do que aconteceu com o pai, e se repetira com o filho Luís, João Nunes Tinoco traçaria também uma planta para um Auto de Fé ⁹²⁰.

Tendo dado o desenho para uma custódia para a Infanta D. Maria para o Convento de Carnide, em 30 de Janeiro de 1678 ⁹²¹, está-lhe atribuído ainda o sacrário de prata do Convento do Bom Sucesso ⁹²², sendo provável que seja também da sua autoria o relicário da Divina Providência, constante do álbum de desenhos da Biblioteca Nacional, como vimos anteriormente ⁹²³.

Daria, ainda, o risco para algumas das construções efémeras que se realizam quando do casamento de D. Afonso VI (galeria, desenho para as máquinas de fogo de artifício) ⁹²⁴ (Figs. 124 e 125).

⁹¹⁷ *Inventário artístico de Portugal* : Concelho de Évora. Lisboa : Academia Nacional de Belas Artes, 1966 , Vol. I, p. 23 e p. 383 (*Adenda*).

⁹¹⁸ ANTT, *Cartório Jesuítico*, Cx. 15, Mç. 67, nº37, publ. Fausto Sanches MARTINS, *A Arquitectura dos Colégios ...*, ob cit., Vol. I, p.801.

⁹¹⁹ Ayres de CARVALHO, *As Obras de Santa Engrácia e os Seus Artistas*, ob. cit., p. 33.

⁹²⁰ BGUC, ms. 456, publ. por Nelson Correia BORGES, *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II : Lisboa 1687*, Porto : Paisagem, 1986, p. 70.

⁹²¹ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº1 (antigo 12 A), publ. por Ayres de CARVALHO, *As Obras de Santa Engrácia...*, ob. cit., p. 102.

⁹²² Vitor SERRÃO, *O Barroco*, ob., cit., p. 135.

⁹²³ BN, COD. 256.

⁹²⁴ Nelson Correia BORGES, *A Arte das Festas...*, ob. cit.

No âmbito da sua actividade como arquitecto régio, responsável pelos programas decorativos de muitos acontecimentos efémeros (para além da participação nas festas do casamento de D. Afonso VI, e na realização das exéquias fúnebres de D. Duarte, irmão de D. João IV, que tiveram lugar na capela do Paço da Ribeira em 1649, de que se conhece o desenho de um alçado interior (Fig. 126)⁹²⁵, bem como da eça então armada⁹²⁶), é provável que tenha sido o responsável, também, pelo programa decorativo da Capela Real, quando das festas que nela realizaram os Teatinos em 7 de Agosto de 1650, sob protecção de D. Luísa de Gusmão (armada, com uma decoração que não deixava dúvidas sobre a devoção régia, nas paredes pendiam troféus alusivos às virtudes de S. Caetano, nela se colocando a imagem do santo, ornamentada com um friso de ouro, margaridas e preciosas gemas), bem como pela armação da Sala dos Tudescos quando do Auto de Juramento de D. Pedro II, em 27 de Janeiro de 1668.

A extensa actividade que João Nunes Tinoco exerceu durante sessenta anos como arquitecto régio, realizando os mais diversos e importantes trabalhos, leva-nos a acabar como começámos, com uma citação de Ayres de Carvalho, na qual se reconhece a importância da sua obra no contexto da arquitectura portuguesa: *“João Nunes Tinoco (n.ca. 1610-1689) um dos arquitectos de maior renome e projecção artística durante um largo período de quase meio século, (1640-1689) apesar de ter feito a sua aprendizagem (1631) na severa disciplina das teorias de Herrera e de ter iniciado a sua actividade construtiva na interminável fábrica de S. Vicente de Fora, foi sem dúvida o artista nacional que primeiro compreendeu e assimilou – embora com sobriedade e moderação – as novas correntes estéticas que de Roma, com Bernini e Borromini irradiaram por toda a Europa”*⁹²⁷.

⁹²⁵ BA, 51-IX-3, fl. 304, publ. por Paulo Varela GOMES, *A planta centralizada...*, ob. cit., p.170

⁹²⁶ José Ramos COELHO, *apud* Paulo Varela GOMES, *A planta centralizada...*, ob. cit., p.170

⁹²⁷ *D. João V e a Arte do seu Tempo*, Vol. II, p. 101.

III PARTE - João Nunes Tinoco, *Architecto da Casa das Senhoras Rainhas*

Capítulo 3

João Nunes Tinoco e os conventos carmelitanos



928

“Minha filha, foy Deos servido, que a primeira ves, que tendes Carta minha seja despedindome de vós, e dandovos a minha benção, acompanhada com a de Deos, que fique comvosco, e lembraivos sempre de mim, como eu o fis de vós: escrita em Lisboa a 4 de Novembro de 1656. Vosso Pay, que fica com grande sentimento de não vos ver” .

Carta de D. João IV à Infanta D. Maria ⁹²⁹

1. Carmelitas Descalços, uma Ordem de devoção real

Para o estabelecimento da Ordem dos Carmelitas Descalços em Portugal muito contribuiu a relação de amizade de Santa Teresa (1515-1582) com D. Teotónio de Bragança (1530-1602) ⁹³⁰, a qual terá nascido do seu encontro em Salamanca, em 1574, tendo Santa Teresa assumido o papel de guia espiritual do ilustre português ⁹³¹.

⁹²⁸ Pormenor de painel de azulejo do Convento de Santa Teresa de Carnide.

⁹²⁹ António Caetano de SOUSA, *Historia Genealógica da Casa real Portuguesa*, Vol. VII, Coimbra: Atlântida, 1949, p. 142, Carta de D. João IV à Infanta D. Maria do Mosteiro de Carnide, escrita de mão própria.

⁹³⁰ Filho do 4º Duque de Bragança, D. Jaime I de Bragança (1479-1532), e irmão do 5º Duque, D. Teodósio (1510-1563), D. Teotónio estudou no Colégio de Santa Cruz de Coimbra, tendo posteriormente entrado no Colégio da Companhia de Jesus na mesma cidade, em 1549, contra a vontade dos pais. A sua fama fez com que Inácio de Loiola (1491-1556) o tivesse chamado a Roma.

Santa Teresa pretendia, juntamente com S. João da Cruz (1542-1591), e à luz do espírito da Contra-Reforma, o retorno à simplicidade que caracterizara a vida e mística inicial dos carmelitas, objectivos que seriam largamente difundidos nos seus escritos.

O fervor fundacional e construtivo dos Carmelitas Descalços em Portugal seria acompanhado de um forte espírito missionário como pretendia Santa Teresa (especialmente em Angola e no Brasil), o que terá reforçado, também, o acolhimento dispensado por Filipe I (1527-1598) à Ordem.

Dando continuidade ao seu desejo de instalar a Ordem em Portugal chegaria a Lisboa ,em 1581, o Padre Mariano, italiano que atraiu imediatamente a simpatia de Filipe I e do Arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida (1531-1585).

A comunidade carmelitana instalar-se-ia na Pampulha perto de Belém, mudando-se em 1604 para umas casas de Garcia de Noronha que lhe ficavam perto. Em 27 de Setembro de 1606, lançavam primeira pedra do Convento dos Remédios, à Janelas Verdes, que em 1611 estava já pronto a habitar ⁹³². O local gozava então de uma privilegiada vista, como nos descreve Frei Belchior de S. Anna em 1657: “ *Vamos a baranda ou horta para gozarmos da apprazivel vista das naos, que vão entrando* ” ⁹³³.

Uns anos antes, em 1585, coincidente com a presença de S. João da Cruz (1542-1591) em Lisboa, teria sido fundado também às Janelas Verdes, o Convento de Santo Alberto, primeiro convento feminino da Ordem em Portugal, sob protecção do Arquiduque Alberto da Áustria.

⁹³¹ Padre Jeremias VECHINA, *Reforma Teresiana em Portugal. História*, p.1.
http://www.domuscarmeli.net/ficheiros/dossier/capitulo_24Abr_ReformaOCD_Pt.pdf [consulta a 26 de Set.º de 2012].

⁹³² Frei Belchior DE S. ANNA, *Chronica de Carmelitas Descalços Particular do Reyno de Portugal e Provincia de Sam Felipe*, Tomo I, Lisboa: Officina de Valente de Oliveira, 1657, Livro Segundo, Cap. LX, Tit. 587, p. 495.

⁹³³ Idem, *Ibidem*, Livro Terceiro, Cap. XXVII, Tit. 750, p. 620.

A protecção dos Áustrias aos Carmelitas Descalços seria fundamental para o estabelecimento e desenvolvimento que a Ordem teria em Portugal, mesmo após a Restauração, como ficaria provado pela acção da sua sobrinha a Infanta D. Micaela Margarida (1582-1663), filha natural do Imperador Matias da Alemanha (1557-1619) como consta da inscrição posta no seu túmulo na parede da capela-mor da igreja do Convento de Santa Teresa em Carnide, embora Baptista de Castro ⁹³⁴ afirme ser filha do irmão deste, o Imperador Rodolfo II (1552-1612), personagem igualmente controversa, e de reconhecida excentricidade ⁹³⁵:

“AQUI DEBAIXO DESTA GRADE JAZ A VENERAVEL M^E MICHAELLA MARGARIDA DE SANCTA ANNA FILHA DO EMPERADOR MATHIAS FUN/DADORA QUE FOI DESTE CONVENTO. RESPLANDECEO EM VIRTUDES. FALECEO EM 28 DE SETENBRO DE 1663 DE IDADE DE 82 ANNOS AVENDO ENTRADO NA RELIGIAÕ DE 4 P.^A SINCO ANNOS.” (Fig. 127)

Fundadora do Convento de Santa Teresa de Carnide, apesar deste ter sido autorizado só em 1642, D. Micaela terá iniciado, ainda em período filipino, as respectivas negociações, tendo contado com o apoio da Duquesa de Mântua e do Marquês de La Puebla, (então em Lisboa ao serviço de Filipe III), para vencer a resistência de alguns outros membros ligados ao governo espanhol que, apesar da grande devoção que em Espanha havia a Santa Teresa, não viam com bons olhos a

⁹³⁴ Padre João Bautista de CASTRO, *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*, Tomo III, Parte V, Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763, p. 464.

⁹³⁵ Educado em Espanha, fervoroso partidário da Contra-Reforma, o reinado de Rodolfo II ficaria marcado por constantes lutas, sobretudo com o seu irmão Matias, com quem sempre disputou a soberania das suas possessões. Fascinado pelas ciências ocultas e alquimia, ficaria conhecido pela sua excentricidade (consta que colecionava anões), a qual está bem presente na protecção que deu ao não menos excêntrico pintor Giuseppe Arcimboldo, que dele fez um retrato com frutos e legumes, de acordo com a sua característica pintura, considerada uma das precursoras do Surrealismo.

D. Micaela fora enviada para Espanha pela sua avó, a Imperatriz Maria, para que fosse criada pelo tio. Encontrando-se o Arquiduque então em Lisboa, a Princesa terá ficado a viver, inicialmente, no Palácio Real, situação que, segundo Frei Belchior de S. Anna, não terá agradado muito ao Vice-rei, pois sendo religioso, considerava que parecia mal ter em casa as mulheres necessárias à criação da jovem Micaela, vindo a determinar que a Infanta fosse para o Mosteiro de Santos, ao cuidado de D. Maria, filha de D. Francisco de Sousa. O afecto que as uniria determinou que ficassem juntas, tendo então ambas passado para o Convento de Santo Alberto, quando D. Micaela contava apenas cinco anos de idade.

fundação de novos conventos. Com efeito, diz-nos a *Crónica dos Carmelitas* que, apesar da colaboração do Padre Provincial Frei Ângelo de S. Domingos (que em 1637, obteve no Convento de Pastrana um parecer favorável para a proposta da Madre)⁹³⁶ a fundação terá tido a objecção de alguns ministros, e do próprio Filipe III ⁹³⁷. Entre eles estaria Miguel de Vasconcelos, rival do Marquês de La Puebla na complicada trama social e política que caracterizou os anos que precederam a Restauração.

O maior apoio terá sido dado, no entanto, pela Casa de Bragança. Vimos já como D. Teotónio, Bispo de Évora, foi influenciado por Santa Teresa, , chegando mesmo a promover a publicação publicação do *Camino de perfección* em 1583 ⁹³⁸.

Com a Restauração outros factores terão reforçado a ligação da Casa de Bragança aos Carmelitas Descalços, para além de uma simples questão de devoção religiosa. Segundo o cronista dos Carmelitas, entre os "Oráculos da sabedoria" consultados quando da preparação do 1º de Dezembro, encontrava-se Frei Tomás de S. Cirilo, então Provincial da Ordem: " (...) *naõ causou novidade ao Venerável Prelado esta resolução, quando lha communicaraõ a primeira vez; porque já, dous annos antes, recebêra elle huma carta, em que se lhe dizia nesta formalidade : V.P. encommende a Deos , e faça que a sua Communidade lhe encommende tambem este Reyno; porque*

⁹³⁶ Frei José de Jesus MARIA, *Chonica de Carmelitas descalços Particular do Reyno de Portugal e Provincia de S. Filippe do Reyno de Portugal, Algarve & suas Conquistas*, Tomo III, Lisboa: Na Officina de Bernardo Antonio de Oliveira, 1753, Livro Settimo, Cap. XIX, Tit. 150, p. 135.

⁹³⁷ Idem, *Ibidem*, p. 136: "*Voltando o Padre Frey Angelo de S. Domingos a Lisbôa com este despacho, foy logo pessoalmente dar conta delle, e de si á Mdre Micaéla, a qual recebeo a noticia com o mesmo alvoroço, que a esperava; gratificando tambem ao Mensajeiro a pontual observancia do que promettera. Naõ era esta a difficuldade da empresa, mas o consentimento d'ElRey, que ouvia semelhantes vozes com tal desagrado, que, condescendendo com elle os seus Ministros, eraõ as licenças, para fundar Conventos em Portugal, a materia mais odiosa, e a que nunca se queria dar atençaõ em Castilla*".

⁹³⁸ Padre Jeremias VECHINA, *Reforma Teresiana em Portugal*, ob. cit., p.1, nota 4. O livro de Santa Teresa de Jesus, *Tratado llamado Camino de perfeccion*, seria publicado em Portugal sob o patrocínio de D. Teotónio com o título *Tratado que escriuió la Madre Teresa de Jesus a las hermanas religiosas dela orden de nuestra Senora del Carmen del Monesterio del Señor sanct Ioseph de Auila de donde ala sazón era priora y fundadora*. Euora : en casa dela Viuda muger que fue de Andres de Burgos, 1583.

naõ tardará muito tempo, que tenha Rey Portuguez, e mais naõ há de ser El ElRey D. Sebastião (...)”⁹³⁹.

Esta ligação da Ordem com a preparação do 1º de Dezembro e, conseqüentemente, com a Casa de Bragança, seria reforçada também pela lenda então posta a circular que contava que “ (...) *Leonor Rodrigues teve uma visão em 1639 que via Duque de Bragança sentado num trono real e Santa Teresa que com a mão lhe punha um ceptro (...)*”⁹⁴⁰ (Fig. 128).

Entre lenda e realidade, os Carmelitas conquistavam agora uma posição privilegiada junto do Rei⁹⁴¹ e, sobretudo, junto da própria Rainha (a qual que terá tido origem ainda na Casa dos Duques de Medina Sidónio, seus pais), levando a que a Congregação, reunida em 11 de Maio de 1642 em Figueiró dos Vinhos, decidisse que seria da maior conveniencia oferecer-se “*o Padroádo da mesma Província [de S. Filippe no Reino de Portugal] à Serenissima Rainha D. Luiza, vista a grande devoção, que com*

⁹³⁹ Fr. José de Jesus MARIA, *Chonica de Carmelitas Descalços Particular do Reyno de Portugal e Provincia de S. Filippe do Reyno.....*, Tomo III, ob. cit., Livro Settimo, Cap. III, Tit. 17.

⁹⁴⁰ Idem, *Ibidem*, Livro Settimo, Cap. IV, Tit. 22.

⁹⁴¹ A confiança que o Rei neles depositava permitiu que fosse a Ordem a acompanhar ao patíbulo os conspiradores envolvidos no atentado real (Arcebispo Primaz D. Sebastião de Matos, Marquês de Vila Real, D. Miguel Luís de Meneses, o Conde de Armamar, Rui de Matos Noronha, e D. Agostinho Manoel), tendo sido permitido dar-lhes sepultura no Convento dos Remédios em Lisboa, como refere Frei José de Jesus MARIA “*Conspiradores ficaram sepultados nos Remédios. Na Capela do Capitulo, mais tarde sacristia. Marquez junto ao altar, duque no meio da capela, o conde junto à porta. Ossos trasladados em 1678 para o claustro, para capela junto a este, fundada por D. Filipa de Mattos Noronha com esta inscrição no Evangelho « Esta Ermida mandou fazer Dona Filippa de Mattos Noronha, como herdeira e testamenteira do Bispo de Martyria, D. Francisco de faria, para satisfação do seu voto, e promessa, que tinha feito em sua vida a S. João de Deos, e a S. Mathias, a quem se dedica. Nella estaõ enterrados os ossos do Conde de Armamar, e de D. Catharina da Sylva, sua mãy, e será jazigo perpetuo de todos os descendentes da sua Casa, por a dita D. Filippa haver comprado este sitio aos Reverendos Padres deste Convento, com licença do Reverendissimo Provincial, e Geral, anno de mil seiscentos e setenta e oito »*” (ob. cit., Livro Settimo, Cap. IV, Tit. 22).

publicos votos professava a N. Madre Santa Teresa de Jesus, e á sua Refórma ”⁹⁴², o que a Rainha aceitaria, por Alvará de 26 de Setembro do mesmo ano⁹⁴³.

2. Arquitectura carmelitana em Portugal

A arquitectura dos Carmelitas Descalços foi já amplamente estudada por Fernando Ponce de León, a propósito do Convento do Desterro de Santa Teresa de Olinda⁹⁴⁴.

⁹⁴² Fr. José de Jesus MARIA, *Chonica de Carmelitas Descalços Particular do Reyno de Portugal e Provincia de S. Filippe do Reyno...*, ob. cit., Tomo III, ob. cit., Livro Settimo, Cap. XXVIII, pp. 285 e 286. Tinham as seguintes obrigações:

Primeira: *Quem em todos os Conventos da Provincia, assim fundados como nos que pelo tempo adiante se fossem fundando, se applicaria por tenção de Sua Magestade, dia de N. Madre Santa Teresa, a sua Magestade, a sua Missa Solemne;*

Segunda: *Que assim mesmo em cada hum de nossos Conventos haveria sempre por alternativa hum Religioso em Oração, o qual pedisse instantemente a Deos a saude, e vida de Suas Magestades, a conservação, e augmento destes Reynos, e suas Altezas Reaes.*

Terceira: *Que em todas as Sextas feiras do anno jejuariaõ os Religiosos, tomariaõ disciplina, e teriaõ duas horas de Oração em Commuidade por Suas Magestades, e augmento da Casa Real.*

Quarta: *Que pela mesma tenção se applicariaõ todos os mais exercicios espirituáes, que se fizessem em toda a Provincia nos mencionados dias das Sextas feiras. E para que estas obrigaçoens tivessem irrevigavel firmeza, e constassem a todos, se mandariaõ escrever na Táboa publica das Memorias perpetuas, que há nos Conventos, com a mesma formalidade, que se tinhaõ decretado no Capitulo;*

⁹⁴³ Idem, *Ibidem*, Livro Settimo, Cap. XXVIII, pp. 286 e 287:

“ Eu a Rainha faço saber aos que este Alvará virem; que pela particular devoção, que tenho á Santa Teresa de Jesus, Fundadora da Refórma das Carmelitas Descalças, e pela querer mostrar em alguma cousa aos Religiosos, e Religiosas de sua Ordem, hei por bem, e me práz de aceitar de aceitar o ser Padreira da sua Provincia destes Reynos, e Senhorios de Portugal, como mo tem pedido com instancia. E para que assim se tenha entendido, lhe mandey passar a presente, que se cumprirá, e valerá, posto que seu effeito deva durar mais de hum anno, sem embargo de qualquer Ley, Regimento, ou Ordenação em contrario. Pantaleão o fez em Lisboa a 26 de Setembro de 1642. E eu, Francisco de Lucena o fiz escrever = Rainha = Há V. Magestade por bem, pela devoção, que tem á Santa Madre Teresa de Jesus, Fundadora dos Carmelitas Descalços, de aceitar por sua Padroeira da Provincia destes Reynos, e Senhorios de Portugal = Para V. Magestade ver.”

⁹⁴⁴ Fernando Ponce de LÉON, *Carmelitas Descalços – Terésios – em Pernambuco. Padroado e Vida Conventual*, Dissertação de Doutoramento em História apresentada na Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco: 1995. “O Convento do Desterro. Santa Teresa de Olinda e a arquitectura carmelitana”, Separata da *Revista Museu*, 4ª Série, nº 6, [Lisboa : s.n.], 1997.

Obedecendo aos princípios que a reforma teresiana defendia, eles reflectir-se-iam na própria arquitectura dos conventos da ordem, segundo os critérios de simplicidade e despojamento que orientaram sempre as suas construções.

Estes mesmos princípios, integrados e difundidos nas *Constituciones* contemplariam instruções referentes à própria organização e características dos seus diferentes espaços, tais como coro, cela, casas de labor, clausura, cárcere, refeitório, ermida, torno e grade, capítulo e dormitório tendo também sido contemplados na obra *No camino de Perfección*, cuja impressão em 1583 terá sido promovida pelo próprio D. Teotónio de Bragança ⁹⁴⁵.

Entre os finais do século XVI e o início do século XVII, sob a direcção de Frei Elias de San Martín (1594-1600), e de Frei Francisco da Madre de Deus (1600-1604) consolidou-se, através de uma série de recomendações, a teoria referente aos princípios ordenadores a que deveria obedecer a arquitectura carmelitana ⁹⁴⁶, a qual viria a ser perfeitamente assimilada pela Ordem. Prova-o a polémica suscitada pela construção do Convento de Santa Teresa de Ávila no século XVII que, segundo o protesto dos próprios Carmelitas nas reuniões capitulares, contrariava os princípios de reforma e pobreza defendidos que haviam sido anteriormente definidos ⁹⁴⁷.

As recomendações elaboradas no seio da Ordem seriam responsáveis pela construção do que se pode designar por uma *arquitectura carmelitana*, cujas características foram já enunciadas por diferentes historiadores para os conventos masculinos. Atendendo a tipologia definida por Frei Emígdio da Sagrada Família para os conventos espanhóis ⁹⁴⁸, vemos que ela se repete também em Portugal. José

⁹⁴⁵ Fernando Ponce de LÉON, "O Convento do Desterro. Santa Teresa de Olinda e a arquitectura carmelitana", Separata da *Revista Museu*, 4ª Série, nº 6, [Lisboa : s.n.], 1997, p. 122.

⁹⁴⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 123 e 124.

⁹⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 124.

⁹⁴⁸ Frei Emígdio da SAGRADA FAMÍLIA: "Planta rectangular, circunscrevendo uma cruz latina, ladeada por duas naves, com seis capelas em geral. Abóbada de meio canhão de aresta ou lunetas – quase sempre desta última modalidade – cúpula semi-esférica sem lanterna: iluminação escassa; grandes pilastras sobre as quais corre uma cornija de molduras clássicas e sobre a qual principiam as abóbadas; nas naves menores demarcação robusta das capelas; paredes branqueadas.

Eduardo Horta Correia, ao analisar a arquitectura portuguesa maneirista reconhecia já que, contrariando o que aconteceu com as outras ordens religiosas, os Carmelitas haviam definido uma tipologia própria desde muito cedo (inícios do século XVII), a qual se iniciou no Colégio dos Remédios de Évora (1606), desenhado por Francisco de Mora, discípulo de Herrera, daqui passando para os outros conventos da ordem: “ (...) igreja em cruz latina abobadada, cúpula no cruzeiro e nártex profundo. A fachada, de severidade escorialesca, desenha-se em forma de rectângulo encimado por frontão triangular ladeado por esferas sobre plintos cúbicos. Três arcos, sendo o central mais elevado, formam a galilé, sobre a qual se repete uma composição tripartida constituída por uma grande janela central, acompanhada a um e outro lado pelas armas do Reino e da Congregação.”⁹⁴⁹.

Fernando Ponce de León completa esta sistematização, nomeadamente no que diz respeito ao interior, claustros, e sacristias⁹⁵⁰. Descrevendo o interior, sublinha a entrada no subcoro sob abóbada abatida, planta em cruz latina com transepto sob cúpula de “meia laranja” (com extradorso coberto por telhado de quatro águas, zimbório ou açoteia), comunicação entre a capela-mor e a sacristia. Transepto pouco saliente, com retábulos no cruzeiro. Nos topos do transepto, acesso ao claustro, de um lado, e do outro, capelas particulares. Coro oposto à capela-mor, cobrindo o subcoro na entrada, e o nártex até à fachada.

O exterior mais simples: fachada (“bastial”) de três corpos. No primeiro, portada com um ou até três arcos, simulando, um simples pórtico; no segundo, nicho na espessura da parede circunscrito por edícula, protegendo a estátua do titular da fundação sobrepujado de uma janela rectangular ladeada por dois escudos, um da Ordem, outro do fundador ou da cidade; no terceiro coroamento com um ático de frontão triangular, com uma “espadaña” ou duas a seus lados; no tímpano há um vão circular ou um escudo; sobre as cornijas esferas de pura estirpe hereriana”. In “Arquitectura hispano-carmelitana II Reseña histórica de los principales ejemplares”, Monte Carmelo. Ano XLIX, Burgos: Abril-Setembro de 1948, pp. 136 e 137. Citado por Fernando Ponce de LÉON, “O Convento do Desterro...”, ob. cit., p. 126.

⁹⁴⁹ José Eduardo Horta CORREIA, “A arquitectura maneirista e o estilo-chão”, *História da Arte em Portugal. O Maneirismo*, Vol. VII, Lisboa: Edições Alfa, 1984, pp. 126-127. Fernando Ponce de LÉON, “O Convento do Desterro...”, ob. cit., p. 127.

⁹⁵⁰ Fernando Ponce de LÉON, “O Convento do Desterro...”, ob. cit., pp. 129 a 131.

Quanto à sacristia, refere que pode estar disposta lateralmente à capela-mor, ou transversalmente a esta, formando três espaços: antesacristia, sacristia propriamente dita e um terceiro espaço por identificar (possivelmente um oratório).

Já para os claustros, identifica três situações distintas ⁹⁵¹. Na primeira, as galerias que os formam foram abertas como *loggie* no corpo do próprio edifício, cinco vãos em cada face, com dois arcos abertos para acesso ao pátio. Na segunda, verificada nos conventos ultramarinos, as alterações resultam da adaptação ao clima: proporções menores nas suas quadras, arcadas de vãos mais baixos e largos. Finalmente, a terceira solução, na qual se integra o convento dos Remédios de Lisboa, caracterizada por terem galerias com corpos salientes, justapostas ao edifício.

Vimos como poderá ter nascido a ligação dos Nunes Tinoco aos Carmelitas Descalços, na qual se inclui a entrada de um filho natural de Pedro Nunes Tinoco, Frei Pedro da Purificação, na própria ordem ⁹⁵², ligação essa que se prolongaria na colaboração com João Nunes Tinoco. Veremos, seguidamente, alguns aspectos dessa mesma colaboração.

3. O mecenato da Infanta D. Maria (1644–1693) e os conventos de Carnide.

Filha natural de D. João IV (1604-1656), a carta a ela dirigida pelo monarca, datada de 4 de Novembro de 1656 (dois dias antes de morrer, e dois dias depois do testamento em que a reconhecia como filha, dotando-a de avultados bens), mostra bem o “*amor e equidade deste Rey*”, nas palavras de Caetano de Sousa, consagrado a

⁹⁵¹ Idem, *Ibidem*, p. 131.

⁹⁵² Cf. I PARTE, **Doc. 49**.

esta Infanta, que mandara recolher no Convento de Santa Teresa de Carnide, quando contava apenas seis anos de idade.

Pertencente à Ordem das Carmelitas Descalças da Província de Portugal o mosteiro de religiosas Santa Teresa de Jesus de Carnide foi, como vimos, fundado pela princesa Micaela Margarida (1582-1663), filha natural do Imperador Matias da Alemanha, numa quinta que para o efeito fora doada em 29 de Novembro de 1640, por João Gomes da Mata, Correio-Mor do Reino, com a cláusula de que se deixasse de haver religiosas no Convento, os bens reverteriam para os seus descendentes (com efeito, em virtude desta cláusula, após a extinção do convento em 31 de Julho de 1891 com a morte da última religiosa, madre Maria Teresa de São Tomé, os descendentes do Correio-Mor reclamariam, no ano seguinte, a posse do terreno e imóvel)⁹⁵³.

Determinada a fundar outro mosteiro, conta-se que mesmo antes do mesmo ter sido autorizado, em 22 de Junho de 1642, por D. Rodrigo da Cunha Arcebispo de Lisboa⁹⁵⁴, a Madre Micaela Margarida habitava já, desde Abril desse ano, a modesta quinta de Carnide com outras irmãs que para o efeito a haviam acompanhado.

À história do Convento, para além da Madre Micaela e da Infanta D. Maria, ficaria ligada também uma outra princesa, a Infanta D. Luisa de Bragança (1679–1732), filha natural de D. Pedro II.

É o próprio D. João IV que, no seu testamento, datado de 2 de Novembro de 1656, nos deixa notícia desta sua filha, não revelando o nome da mãe, segredo que ficaria para sempre bem guardado com Antonio Cavide, a quem fora confiada a princesa: “ *Houve uma filha em huma mulher solteira, limpa de sangue, por nome D. Maria, que está recolhida no Convento de Carnide, que he de Capuchas do Carmo, declaro, que he minha filha, e que quero e mando seja tida e havida por atl daqui em diante; e posto, que confio da Raynha, do Principe, e dos Infantes meus filhos, façaõ*

⁹⁵³ Julieta da Cunha GONÇALVES, “Santa Teresa de Carnide”, in *Dicionário da História de Lisboa*, Francisco SANTANA e Eduardo SUCENA (dir.), Lisboa : Carlos Quintas e Associados - Consultores, Lda., 1994, p. 854.

⁹⁵⁴ Julieta da Cunha GONÇALVES, “Santa Teresa de Carnide”, ob. cit.,, p. 854.

della estimação, que são obrigados, e trataraõ de seu remedio como devem, a si, e a mim, porque sou obrigado a deixarlhe o necessario para sua vida, com a decencia de minha filha, lhe faço a merce da Commenda mayor da Ordem de Santiago, que se há de fazer, com a renda, e na fórma, que tenho ordenado. “⁹⁵⁵. D. João IV fazia-lhe ainda mercê das Vilas de Torres Vedras e Colares com seus termos, e dos Lugares da Azinhaga e Cartaxo, bem como “ (...) *mais cinquenta mil cruzados para compor sua Caza, quando for tempo (...)*”, e instruções para que quando não pudesse receber qualquer parte da doação, lhe fosse paga igual quantia em valor⁹⁵⁶.

Estas doações seriam posteriormente confirmadas nos reinados de seus irmãos D. Afonso VI (1643-1683), a 2 de Novembro do mesmo ano, e de D. Pedro II (1648-1706), em 25 de Novembro de 1677, o que lhe permitiu enriquecer este mosteiro e aplicar os seus rendimentos num outro que fundaria também em Carnide, da mesma Ordem, sob invocação de S. João da Cruz.

A deferência e respeito com que sempre foi tratada, quer pelo próprio Rei como fica demonstrado pela carta e excerto do testamento que atrás transcrevemos, quer pelos seus irmãos (D. Pedro II dar-lhe-ia o tratamento de *Alteza* e, quando da sua morte em 7 de Fevereiro, tomaria luto por um mês, assim como toda a Corte⁹⁵⁷), e pelas constantes visitas que lhe faziam (nomeadamente o Rei), não deixa dúvidas sobre a sua elevada origem, e reafirma a importância que tinham os laços de sangue, ainda que se tratasse de uma *filha natural*, e tenha sido mantido em segredo o nome da mãe.

Essa mesma deferência é também descrita por Caetano de Sousa, a propósito da primeira visita da rainha D. Maria Francisca de Sabóia (1646-1683) ao Mosteiro⁹⁵⁸,

⁹⁵⁵ Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo IV, II Parte, “Provas do Livro VII, Num.º20. An. 1656”, Coimbra: Atlântida, 1950, p. 426.

⁹⁵⁶ Idem, *Ibidem*, p. 427.

⁹⁵⁷ *Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Volume IV, Lisboa: João Romano Torres, 1908, págs. 827-828.

⁹⁵⁸ Caetano de SOUSA, ob. cit., Livro VII, p. 143 “*A Senhora D. Maria esperou a Rainha na portaria na parte de dentro, e se poz de joelhos para lhe beijar a mão, a Rainha com grande agrado a fez levantar, e indo para o Coro a fazer oração, havia no sítial, que estava para a Rainha, huma almofada, que estava descoberta, mais affastada, para a Senhora D. Maria se pôr de joelhos. Acabada a oração, foy a rainha*”

afirmando que era “ *tratada pela Corte por Alteza, tornando Excellencia aos grandes, e Senhoria aos Fidalgos de qualidade, que não eraõ Titulos* ”.

Nunca revelando a identidade da mãe, o rei ordenaria a sua entrada a 25 de Março de 1650 na clausura de Carnide, sob vigilância da fundadora, Madre Micaela Margarida de Sant'Ana, filha do imperador Matias da Alemanha, que terá confiado a sua educação à religiosa Margarida da Ressurreição, estimada pelas suas virtudes, inteligência e instrução ⁹⁵⁹.

Citada, por vezes, como D. Maria de Áustria ⁹⁶⁰, isto poderá resultar de uma certa confusão entre a sua presença e protecção dispensada ao Convento de Carnide, e a da sua fundadora, Madre Micaela, princesa da Casa de Áustria. Vivera, até então, ao cuidado de António de Cavide, cuja partilha de segredos reais seria comentada até pelo embaixador de França, Lanier, que dizia servir este secretário apenas para tratar apenas de assuntos pessoais do rei ⁹⁶¹. A Infanta passaria a ser conhecida como D. Maria Josefa de Santa Teresa.

Qualquer que tenha sido a sua origem, é inegável o afecto enternecedor que unia o Rei e a Infanta, comprovada pela troca de correspondência com o monarca, como se infere do excerto da carta que transcrevemos, ou por uma outra, que lhe endereçou a princesa - sem data (não poderá ser muito anterior à data da morte do rei), tratando-o por “ *meu de pai de minha alma* ” e manifestando as saudades da

para o aposentada Senhora D. Maria, e postas no estrado as almofadas para a Rainha, no mesmo estrado se poz huma almofada para a dita Senhora defronte da Rainha, mais chegada, do que se costuma às Duquezas. Merendou a Rainha, e assentando-se para comer ficou em pé a Senhora D. Maria, e quando Sua Magestade tomou a copa para beber, a Senhora D. Maria lhe quiz dar a toalha, o que a Rainha não consentiu ”.

⁹⁵⁹ Idem, *Ibidem*.

⁹⁶⁰ Portugal - *Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, ob. cit., Volume IV, págs. 827-828.

⁹⁶¹ Paulette DEMERSON, “Correspondance diplomatique de François Lanier, resident de France à Lisbonne, 1642-44”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol.XXXV, p. 736, citado por Leonor Freire COSTA e Mafalda Soares da CUNHA, *D. João IV*, 1ª Edição, Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 146.

ausência que se faz sentir ⁹⁶², a carta revela uma verdadeira afeição e um certo à vontade no tratamento que não é muito frequente encontrar neste tipo de documentos reais.

Isto poderá explicar o comportamento da princesa quando soube da morte de D. João IV. Conta-se que com o desgosto (tinha então 12 anos de idade) terá cortado os seus próprios cabelos, vestindo o hábito de Carmelita Descalça, que nunca mais abandonaria, despojando-se das honrarias que o estatuto especial da sua origem régia lhe permitia usufruir ⁹⁶³. Consta, também, que terá recusado o lugar de Comendadeira de Santos e um casamento com D. Nuno Álvares Pereira de Melo (1638-1727), 1º Duque de Cadaval ⁹⁶⁴.

⁹⁶² Não muito frequentes, encontramos paralelo, por exemplo nas cartas de Filipe I para as suas filhas, escritas quando da estada do Rei em Lisboa, ou nas de D. Mariana Vitória, mulher do futuro rei D. José I (1714-1777), para seus pais. Cf. Fernando Bouza ÁLVAREZ, *Cartas para duas infantas meninas : Portugal na correspondência de D. Filipe I para as suas filhas (1581-1583)*, ed., introd. e notas Fernando Bouza Álvarez ; apresnt. António HESPANHA (apres.), Nuno SENOS (trad.), Pedro CARDIM (rev. cient.). 1a ed. Lisboa : Dom Quixote, 1999, e Caetano BEIRÃO, *Cartas da Rainha D. Mariana Vitória : para a sua família de Espanha*, Lisboa : Emp. Nac. de Publicidade, 1936.

⁹⁶³ Idem, *Ibidem*. Escolheria para confessor um homem de também de grande erudição, Frei Martinho da Conceição, sobrinho de D. Martim Afonso de Mexia, Bispo de Leiria, de Lamego e de Coimbra, e Governador do Reino. Para a sua companhia entraria no mosteiro, a 21 de Fevereiro de 1687, D. Luísa de Bragança (1679-1732), filha natural de D. Pedro II, que até então fora entregue aos cuidados do Secretário de Estado Francisco Correia de Lacerda. D. Pedro II casar-se-ia com D. Sofia Isabel de Neuburgo (1666-1699), em 2 de Julho desse. D. Luísa, legitimada por carta de 25 de Maio de 1691, era filha de Maria da Cruz Mascarenhas ou Maria de Carvalho, *moça de varrer* e criada de uma dama da Câmara do Paço, a qual viria a entrar como freira no Convento de Santa Mónica. Repetindo-se a pretensão anterior de ligação entre as Casas de Bragança e do Cadaval, recusada pela Infanta D. Maria, D. Luísa casaria em 1695 com D. Luís Ambrósio Álvares Pereira de Melo, 2º Duque do Cadaval. herdando o recheio da casa de sua tia, D. Maria, quando esta faleceu em 1693, D. Luísa viria a falecer em 1727, estando sepultada no Convento de S. João Evangelista, em Évora.

⁹⁶⁴ Foi D. Nuno Álvares Pereira de Melo (1638-1727), 4.º marquês de Ferreira e 5.º conde de Tentúgal. Criado no Paço Real, foi feito 1.º Duque de Cadaval em 26 de Abril de 1648, dia do nascimento do Infante D. Pedro, título cuja importância se verifica no facto de serem as armas da Casa de Cadaval as antigas armas da Casa de Bragança, por terem a mesma varonia, descendendo do 2º Duque de Bragança. D. Nuno participaria no cerco de Badajoz em 1658, bem como noutras campanhas militares. Criticando o governo de D. Afonso VI, seria exilado para Almeida, vindo a tomar um papel importante na nomeação de D. Pedro como regente. Plenipotenciário para o Tratado de Paz, que se assinou em Lisboa, a 13 de Fevereiro de 1668, foi enviado a Turim, em Maio de 1682, na embaixada para negociar o casamento de Isabel Luísa Josefa de Bragança (1669-1690), filha de D. Pedro II, com o seu primo, o Duque de Sabóia. Desempenharia, desde 1668 até à sua morte, o cargo de Mordomo-Mor das sucessivas rainhas. Foi pai dos 2º e 3º Duques de Cadaval, D. Luís e D. Jaime.

A protecção da Infanta D. Maria seria determinante para a reconstrução e para o prestígio que o mosteiro atingiria. Usando o largo património com que D. João IV a dotou, a ela se deve a grande campanha de obras do convento no início da segunda metade do século XVII empenhando-se na construção do vizinho convento masculino da mesma Ordem, de S. João da Cruz, cujo padroado deixaria em testamento a seu irmão D. Pedro II, em 24 de Junho de 1685. Numa cerimónia a que assistiu toda a Corte, seria lançada a primeira pedra, que continha a inscrição: «*Maria Filia Joannis IV, Lusitaniae Regis hoc edificavit Monasterium anno de 1685, regnante Petro II, fratre suo amantissimo, et invictissimo.*»

Aplicando no Convento de Santa Teresa de Carnide grande parte dos seus rendimentos, especialmente na reconstrução da igreja (iniciada em 15 de Outubro de 1662 e concluída quinze anos depois, no mesmo dia, um ano antes da morte da sua protectora, a Madre Micaela), a acção benemérita da Infanta D. Maria torná-la-ia padroeira da igreja, em 1664, o que seria novamente confirmado por escritura pública de 15 de Outubro de 1685⁹⁶⁵. Adornando-a de excelentes pinturas, e de valiosas alfaias, nela fez a Capela do Senhor dos Passos, no que gastou para cima de 210.000 cruzados, e estabeleceu para seu fundo os rendimentos anuais de 40.000 cruzados.

Vimos como em 22 de Junho de 1642 D. Rodrigo da Cunha, Arcebispo de Lisboa, satisfazia a pretensão de da Madre Micaela Margarida, autorizando a fundação do **Mosteiro de Santa Teresa de Carnide**, embora a intenção remontasse ainda à vigência dos Áustrias, como demonstra a doação da quinta pelo Correio-Mor, João Gomes da Mata, em 29 de Novembro, a escassos dois dias da Restauração.

⁹⁶⁵ ANTT, *Carmelitas Descalças de Carnide*, mç 3, nº 47, in Maria João Fontes Pereira COUTINHO, *A produção portuguesa de obras de embutidos de pedraria policroma (1670-1720)*, Dissertação de Doutoramento em História (Especialidade Arte, Património e Restauo) da Faculdade e Letras de Lisboa, 2010, Vol. II, Doc. 14.

Instalado nos arredores de Lisboa (o seu afastamento do centro da cidade parece obedecer também a uma preferência da Ordem), não sabemos se algumas das estruturas da quinta terão sido aproveitadas, pois nela residia já a Madre Micaela Margarida, mesmo antes de ter sido autorizada a sua construção. A primeira pedra foi lançada pelo Duque de Aveiro, D. Raimundo de Lencastre (c. 1620-1666), em 1646. Como já referimos, quatro anos depois entraria para o convento a Infanta D. Maria, o que parece indiciar que as obras do mesmo estariam em estado adiantado ou, então, as freiras habitariam ainda as instalações da antiga quinta, o que nos parece pouco provável.

A data para o lançamento da primeira pedra, em 1646, coloca-nos, de imediato, algumas questões relacionadas com a autoria das duas campanhas de obra do século XVII – a da fundação, contemporânea da Restauração, e a que decorreu sob o mecenato da Infanta D. Maria, entre 1662 e o final da década de setenta (a data de 1667 posta no portal da igreja deve corresponder apenas à conclusão das obras de arquitectura desta, uma vez que em 1671 ainda se estava a elaborar o retábulo para a capela-mor, como revela Ayres de Carvalho⁹⁶⁶). (Fig. 129).

Quem terá sido, então o arquitecto da primeira fase ? Tratando-se de uma encomenda da esfera real, podemos avançar de imediato com algumas hipóteses. A primeira, dá-nos Teodósio de Frias arquitecto régio que assinara já as obras do Panteão Ducal dos Bragança em Vila Viçosa, e que no final da década de quarenta se encontrava a trabalhar para a Rainha D. Luísa de Gusmão (nomeada padroeira das Carmelitas Descalças), na Ermida de Corpus Christi, da mesma Ordem ; a segunda, aponta para a possibilidade de ser da autoria de Mateus do Couto (tio), cuja actividade como arquitecto régio era sobejamente reconhecida; a terceira, coloca-nos João Nunes Tinoco que, em 1640, após a morte do pai, Pedro Nunes Tinoco, herdaria o cargo de *arquitecto de S. Vicente de Fora*⁹⁶⁷, obra régia mais importante de todo o

⁹⁶⁶ Ayres de CARVALHO, *D. João V e a Arte do Seu Tempo*, ob. cit., Vol. II., pp. 84 e 85, e *As Obras de Santa Engrácia e os Seus Artistas*, ob. cit., p. 101.

⁹⁶⁷ Cf. I PARTE, **Doc. 7**.

século XVII. Esta última hipótese seria a mais coerente, de acordo com a atribuição que lhe é feita da autoria do retábulo-mor da igreja, datado de 1671, feita por Ayres de Carvalho, a partir do documento que diz ter encontrado, constante do rol de documentos inéditos que tencionava publicar ⁹⁶⁸.

Integrado já na segunda campanha de obras, promovida pela filha de D. João IV, embora o cargo de *Arquitecto da Casa das Senhoras Rainhas* só lhe tenha sido atribuído em 19 de Dezembro de 1665 ⁹⁶⁹. Faz sentido que, dado os cargos que então ocupava, e conseqüente estatuto como arquitecto régio, e sendo o autor do referido retábulo, tenha sido também o autor da arquitectura senão da primeira, pelo menos da segunda campanha de obras. Reforça também esta hipótese o facto de João Nunes Tinoco estar a assinar, em 1654, os desenhos do projecto da Quinta de António Cavide em Chelas ⁹⁷⁰, homem de confiança e ministro de D. João IV, em casa de quem morou a Infanta até à sua entrada para o Convento, em 15 de Março de 1650, como já referimos

Uma outra questão, relaciona-se com a análise do edifício, e saber até que ponto ele obedece a uma tipologia já estabelecida, como acontece com os conventos masculinos da mesma ordem.

Constituído por dois pisos de aparência modesta no exterior (Fig. 130), nele se destaca o corpo da igreja, pela volumetria e tratamento da fachada (a que corresponde no interior, uma campanha decorativa de igual qualidade). Sensivelmente a meio da fachada principal, voltada a poente, um outro corpo, assinalado de uma forma bastante mais tímida e de mais modestas proporções e ornamento, é marcado por pilastras em cantaria rusticada e rematado por frontão triangular que repete o da própria igreja, no qual se insere, num nicho enquadrado por aletas, uma escultura de S. José com o Menino. A eixo, abre-se o portal que dá acesso ao Convento (Fig. 131).

⁹⁶⁸ *As Obras de Santa Engrácia e os Seus Artistas*, Lisboa: 1971, p. 101.

⁹⁶⁹ Cf. I PARTE, **Doc. 8**.

⁹⁷⁰ Ayres de CARVALHO, *As Obras de Santa Engrácia...*, ob. cit., p. 77.

Gonzaga Pereira salientara já o contraste entre a qualidade do projecto da igreja, e a simplicidade do convento que qualifica de *sofrível*⁹⁷¹ “ *A planta da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e S.^{ta} Thereza de carnide merece muita atenção pelo bem distribuido; o alçado he simples; a porta e seos pertences faz muita harmonia; o alçado lateral que se descobre da parte do Evangelho he magestoso, e o convento he sufrível* ”.

Se está já definido, como vimos, o modelo utilizado nas fachadas das igrejas dos conventos masculinos para Espanha e Portugal, parece não existir uma tipologia definida para as fachadas dos conventos femininos. Comparando a fachada da igreja com a tipologia atrás definida por Horta Correia para os conventos masculinos portugueses da mesma Ordem, podemos concluir que Santa Teresa de Carnide repete o modelo destes, à excepção da existência da galilé e do pórtico com três arcos no primeiro piso, aqui substituído por um portal único de verga recta, decorado com motivos maneiristas (Fig. 132), cujos lintéis apresentam uma grande semelhança com as molduras da Portaria de S. Vicente de Fora. Nele assenta o escudo com as armas da Infanta e, sobre este já no segundo piso, salientando uma composição axial, o típico nicho com uma imagem do santo de sua invocação (neste caso Santa Teresa), ladeado não pelas tradicionais armas do fundador e do padroeiro (as armas da Infanta, estão em escudo com coroa sobre o portal), mas por duas janelas rectangulares com grades de ferro.

O terceiro piso obedece à tipologia que encontramos nos conventos masculinos: frontão triangular com óculo sobre cornija saliente, ladeado e rematado por esferas assentes em plintos cúbicos, também característicos da arquitectura carmelitana dos conventos masculinos⁹⁷², num modelo que denuncia inspiração

⁹⁷¹ Luiz Gonzaga PEREIRA, *Monumentos sacros de Lisboa em 1833*, pref. por A. Vieira da SILVA (pref.), Lisboa : Of. Graf. da Biblioteca Nacional, 1927, p. 259.

⁹⁷² Frei Emígdio da SAGRADA FAMÍLIA, “Arquitectura hispano-carmelitana II Reseña histórica de los principales ejemplares”, *Monte Carmelo*. Ano XLIX, Burgos: Abril-Setembro de 1948, pp. 136 e 137. *Apud* Fernando Ponce de LÉON, “O Convento do Desterro...”, ob. cit., p. 126. José Eduardo Horta CORREIA, “A arquitectura maneirista e o estilo-chão”, ob. cit., p.127

herreriana ⁹⁷³. As mesmas esferas sobre plintos cúbicos podem ainda ser observadas a rematar os cantos dos diferentes corpos da igreja, nomeadamente na capela-mor e no transepto, acentuando a sua forma em cruz latina (Fig. 133).

O alçado norte reflecte bem a organização tripartida da igreja e a sua verdadeira dimensão: no braço do transepto (pouco saliente), abre-se uma imensa janela termal e, no cruzeiro, uma cobertura em telhado de quatro águas.

Numa das pilastras que constituem os cunhais da fachada, uma inscrição regista obra patrocinada pela Infanta : “ *M.^A F.^A JOANNIS IIII LUSITANIAE REGIS OPVS STRUXIT ANNO DNI MDCLXII* ”.

Já no interior, as dimensões modestas do convento, apelam para as orientações da Ordem. A entrada na igreja faz-se através de um subcoro assente em arco abatido (Fig. 134), como acontece com os conventos masculinos teresianos ⁹⁷⁴. Quanto à sacristia, ela dispõe-se ao longo do corpo da igreja. A data de 1725 colocada no revestimento azulejar parece indicar a data da sua conclusão, ainda que tardia em relação ao que foi a campanha de obras de iniciativa da Infanta, cujas armas figuram, com as da Ordem também no mesmo painel, sustentadas por dois anjos.

O claustro, de planta quadrada constituído por cinco arcos em cada lado, obedece ao que Fernando Ponce de León definiu como a primeira tipologia, constituída por galerias que foram abertas como *loggie* no corpo do próprio edifício ⁹⁷⁵ (Fig.135). Estando actualmente transformados em janelas assentes em balcões revestidos por azulejo do século XVIII com motivos de albarradas, deveriam ser originariamente totalmente abertos para o pátio central, onde se situa uma fonte com tanque quadrado em lioz branco (quadrado esse rodado em relação ao da quadra do claustro, criando uma composição de forte dinamismo) no qual se repete, ao centro, o mesmo

⁹⁷³ Frei Emígdio da SAGRADA FAMÍLIA, “Arquitectura hispano-carmelitana...”, ob. cit.

⁹⁷⁴ Fernando Ponce de LÉON, “O Convento do Desterro...”, ob. cit. 131

⁹⁷⁵ “ O Convento do Desterro...”, ob. cit., p. 131.

motivo com esfera assente em plinto cúbico que remata, exteriormente, a igreja. Os arcos de volta inteira do claustro, também de pedra lioz branca, assentam em pilares da mesma cantaria rematados por capitel simples com ábaco e equino salientes (Fig. 136). A eixo destes, já no segundo piso, janelas de peitoril alternam com janelas de sacada com gradeamentos de ferro.

No interior do claustro, cada um dos tramos é coberto por abóbada de arestas que, nas paredes interiores, descarregam em mísulas de moldura simples .

Se a escala modesta da arquitectura está de acordo com a o que defendia a Ordem, já a riqueza da campanha decorativa (muito feminina na sua essência) revela bem estarmos perante uma encomendadora de grande sensibilidade, pelo que não podemos deixar de referir alguns dos seus elementos.

Já não existe o retábulo da capela-mor, da autoria de João Nunes Tinoco, cujo contrato Ayres de Carvalho diz ter encontrado, e que está na origem da atribuição da obra deste convento ao mesmo arquitecto. Dele não ficou também qualquer relato, à excepção da referência feita por Gonzaga Pereira à sua substituição no reinado de D. Maria I, por um outro ⁹⁷⁶.

Dos elementos mais notáveis é, sem dúvida, a pintura de brutesco que cobre o tecto da igreja, constituído por abóbadas de berço (à excepção do cruzeiro, coberto por abóbada de aresta), (Fig. 137), e o revestimento azulejar em azul e branco (Fig. 138). No transepto, nas capelas laterais ao arco da capela-mor, e na Capela do Senhor dos Passos anexa a esta, altares com frontais de azulejos policromos do século XVII inspirados em motivos orientais, com pássaros, flores, e as armas de Portugal ao centro (Fig. 139), semelhantes aos que podemos encontrar também nos cantos do claustro, nos quais as armas de Portugal são substituídas pelo escudo da Ordem. De referir, ainda, o revestimento azulejar da antiga cozinha (objecto de um restauro recente), constituído por azulejos policromos do século XVII com motivos de camélias, e uma paisagem com casario e igreja (representação do próprio convento?) por cima da porta de ligação com o refeitório.

⁹⁷⁶ Luiz Gonzaga PEREIRA, *Monumentos sacros de Lisboa em 1833*, pref. por A. Vieira da SILVA (pref.), Lisboa : Of. Graf. da Biblioteca Nacional, 1927, p. 258.

Não menos notável é o túmulo da Infanta D. Maria, falecida em 1693, cuja autoria está atribuída a Luís Nunes Tinoco ⁹⁷⁷: a sua sucessão na obra do pai (falecido em Abril de 1690 ⁹⁷⁸), assim o indicia, para além das semelhanças com a tipologia do túmulo de D. João IV em S. Vicente de Fora, da autoria de João Nunes Tinoco, e no qual deverá ter colaborado já Luís (Fig. 140). Obedecendo ainda a um modelo, que recua ao século XVI – inserção em arcosólio, volumetria piramidal organizada por segmentos que exploram o cromatismo do mármore – o tratamento destes elementos apresenta aqui já um sentido ornamental barroco, quer no modo como tendem a autonomizar-se, quer no tratamento decorativo das superfícies. A estes junta-se, também, uma gramática formal e decorativa que colhe os seus modelos em tratadística como a de Bockler ou Cerceau ⁹⁷⁹. A mesma gramática formal pode ainda ser observada em alguns pormenores do revestimento azulejar, como a custódia nele representada (Fig. 141), que pode ter sido feita à imagem da que foi encomendada pela Infanta a Vicente da Silva, em Janeiro de 1678, segundo traça de João Nunes Tinoco ⁹⁸⁰ “ (...) *presentou da letra e sinal da dita sr.^a Infanta, que por ser verdr.^a se tresladara ao diante, e tambem estava presente Visente da Silva ourives da prata m.^{or} nesta cidade na Rua delrey por elles partes foi dito a mim t.^{am} perante as t.^{as} ao diante nomeadas q estavaõ contratados com elle visente da silva fazer a Custodia q a dita s.^{ra} Infanta ordena se obre plo seu escrito p.^a ser colocada no dito Convento de Carnide como em effeito se obriga fazela quer fazela com a perfeiçã e forma da traça e Rascunho do architeto Joaõ Nunes tinoco q elle visente da silva tera bem visto e conçiderado, da qual senaõ afastara em cousa alguma, salvo a mayor perfeiçã aprovada por elle R.^{do} P.^e e plas pessoas q para tal entenda e dada de todo acabada oito dias antes de quarta fr.^a de*

⁹⁷⁷ Vítor SERRÃO, *História da Arte em Portugal. O Barroco*, ob. cit., p. 136.

⁹⁷⁸ Cf. I PARTE, **Doc. 22**.

⁹⁷⁹ Cf. o que dizemos a propósito de Luís Nunes Tinoco na IV PARTE, Cap. 2.

⁹⁸⁰ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa*, nº1 (antigo 12 A), Cx. 59, Lº 245, fls. 65 a 66, ref. por Aires de CARVALHO, *As Obras de Santa Engrácia e os Seus Artistas*, ob. cit., p. 102.

*sinzas do anno proximo q vem de mil seissentos secenta e nove de manr-^a q tenha serventia p.^a se depor o santissimo (...)”*⁹⁸¹.

Em 1681, deveria estar praticamente terminada a campanha de renovação no Convento de Santa Teresa, pois a Infanta fundava, ali perto, o Convento de S. João da Cruz.

Consultando as *Memórias Paroquiais*, sabemos pelo relatório de 21 de Abril de 1758 elaborado pelo cura Manoel Joze Nunes Tavares, que estava já concertados os estragos causados pelo terramoto de 1755: “ *O Real Convento de Santa Thareza [sic] de Carmelitas descalsas, em cuja fabrica se ve a magnifica genorezidade da Senhora Infanta Donna Maria filha illegitima do nosso feliz lebertador, o Senhor Rey Dom Joam o quarto, he obra regullar com bom tempo, que teve ruina grande com muita parte do mosteyro no terrível dia do terramoto; mas está já reedificado tudo quanto aqui se lhe aruinou, e a Igreja mais clara do que dantes com luzido beneficio que se lhe fes.*”⁹⁸²

Vemos, assim, que o convento sofreu alguns danos e a igreja algumas melhorias no que diz respeito à sua iluminação (entenda-se, nova fenestração). Estas poderão ter consistido na abertura ou ampliação da grande janela termal no topo do cruzeiro ou das duas janelas com grades na fachada principal.

À semelhança do que aconteceria com os outros mosteiros, a extinção das ordens religiosas em 1834 traria outras alterações, já fora do espaço cronológico que nos propusemos estudar, resultantes das necessidades de adaptação a novas funções. Está hoje alojado no seu edifício um Lar de idosos que pertence à Confraria de São Vicente de Paula.

⁹⁸¹ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa*, nº1 (antigo 12 A), Cx. 59, Lº 245, fls. 65.

⁹⁸² ANTT, *Memórias Paroquiais. Carnide*, Vol. IX, fl.920, in Fernando PORTUGAL e Alfredo de MATOS, *Lisboa em 1758. Memórias Paroquiais de Lisboa*, Lisboa: Coimbra Editora, 1973, pp. 52 e 53.

Como vimos, 1681 é a data em que a Infanta D. Maria fundava, ali perto, o **Convento de S. João da Cruz**. Tal como acontece com Santa Teresa de Carnide, é escassa a documentação anterior ao processo de extinção, sendo a mais importante o livro manuscrito da sua fundação⁹⁸³ que serviu de base ao texto de Francisco de d'Oliveira Martins⁹⁸⁴. Vemos pelo ano que consta na portada (Fig. 142), 1681 (ano da fundação), que este livro foi realizado para a descrição da mesma e, como se pode constatar pelo seu *índice*⁹⁸⁵, ele inclui já informações anexadas em anos posteriores, apresentando referências que se estendem até 1833.

A fundação do Convento parece ter obedecido ao desejo da Infanta de que as freiras do Convento de Santa Teresa fossem assistidas por sacerdotes de completa formação moral (entenda-se *elevada*), e que estes não tivessem que se deslocar do longínquo Convento dos Remédios. Na respectiva *escritura de padroado*, datada de Fevereiro de 1681 instituía-se que, à semelhança do que acontecera com o convento de Santa Teresa, no cruzeiro da capela-mor do convento se enterrassem apenas religiosos ou quem a Infanta ordenasse⁹⁸⁶.

Diz o cronista do *Livro da Fundação do Real Convento de Carnide* que a primeira pedra foi lançada a 24 de Junho de 1681 pelo Duque do Cadaval, sob governo de Frei Gregório de Jesus, tendo sido colocada no cunhal do dormitório voltado a sul a seguinte inscrição: “ *Maria Filia Ioannis 4º Lusitaniae Regis hoc oedificavitmonasterium, anno Domini 1681, regnante Pedro 2º, fratre suo amantissimo*

⁹⁸³ ANTT, *Convento de S. João da Cruz de Lisboa*, Lº 1, *Livro da Fundação do Real Convento de Carnide de Carmelitas Descalços De q é Fundadora e Padroeira a Sereniss.ª Sñra D. Maria, filha do Sereniss.º Rey, & Sñor D. João o 4º Restaurador da liberdade Portuguesa, & verdadeyro Pay da Patria. Anno de 1681.*

⁹⁸⁴ Francisco d'Assis d'Oliveira MARTINS, *O Convento de S. João da Cruz de Carmelitas Descalços de Carnide na Historiografia Portuguesa*, Lisboa [s.n.]: 1977.

⁹⁸⁵ ANTT, *Convento de S. João da Cruz de Lisboa*, Lº 1. Consta do seu índice: “Fundação do Convento e suas obras” (p.1); “Escripturas do Convento e Lições p.ª a fundação” (p.12); “Prelados que governaraõ” (p.30); “Religiosos que nelle professaraõ” (p.180); “Religiosos que nelle morreraõ” (p.360); “Obrigaçóis perpetuas” (p.690).

⁹⁸⁶ Francisco d'Assis d'Oliveira MARTINS, *O Convento de S. João da Cruz...*, ob. cit., p. 336.

et invictissimo ”⁹⁸⁷. Benzeu-a D. João de Mascarenhas, filho dos Condes de Óbidos, mais tarde Bispo de Portalegre. D. Pedro II não estaria presente por se achar doente, fazendo-se representar pela filha.

As obras terão decorrido, inicialmente, a um ritmo normal (igreja, dormitório sul e varanda deste) até que a morte da princesa em 7 de Fevereiro de 1693, e a consequente impugnação do seu testamento (segundo o que consta, entre lenda e realidade, por aquela que é apontada como sua provável mãe, Justa Negrão, então no Convento de Chelas⁹⁸⁸) terão implicado a paragem e o atraso das mesmas.

A nova igreja só viria a ser continuada nas segunda e terceira décadas do século seguinte, utilizando materiais que tinham sido comprados ainda na campanha de finais do século anterior⁹⁸⁹. Sofrendo bastantes estragos com o terramoto, o convento seria, no entanto, rapidamente concertado, de acordo com o relato do cura Manoel

⁹⁸⁷ Francisco d’Assis d’Oliveira MARTINS, *O Convento de S. João da Cruz...*, ob. cit., p. 342. Transcrevemos e actualizámos o texto do manuscrito *Livro da Fundação do Real Convento de Carnide de Carmelitas Descalças De q é Fundadora & Padroeira...*, ob. cit., fl. 2v.

⁹⁸⁸ Idem, *Ibidem*, p. 348. Esta hipótese é sugerida por Camilo Castelo Branco (1825-1890), na obra *O Regicida*, escrita em 1874.

⁹⁸⁹ Em 1716, dado que a causa que opunha os religiosos e o convento de Chelas ainda não estava resolvida, foi dada uma autorização especial para que se tomassem dez mil cruzados a razão de juro para continuar as obras de modo a acomodar os religiosos, e se pudesse mudar o Santíssimo para a nova igreja. Utilizando a pedra que tinha sido comprada nos decénios anteriores, fez-se então o dormitório que corria de sul a norte, com quatro celas, e levantaram-se as paredes mestras do dormitório norte, ficando fechado o claustro. Na igreja, construiu-se o presbitério, púlpito, altares, e lajeou-se de tijolo o cruzeiro. A nova igreja seria benzida a 23 de Abril de 1718 pelo prior Padre de Jesus Maria, mudando-se o Santíssimo no dia seguinte, Domingo de Páscoa. Realizou-se, então, uma enorme procissão em que participaram todos os religiosos da Ordem dos Conventos de Lisboa e de Cascais, bem como os de outras ordens, como de S. Domingos de Benfica, para além de inúmeras irmandades. A procissão integrava “ *muitos e riquissimos andores, todos cobertos de riquissimas joyas, e concertados curiozissimam.^{te}, os quais andores deraõ diversos Conv.^{tos} de Religiozas, e outras Pesoas particulares; taõbem hiaõ m.^{tas} e bem consertadas figuras de pê como de cavallo; diversas danças, e m.^{to} boas; e taõbem diversos ternos de charamelas, e clarins; e finalm.^{te}húa boa Muzica; tudo o qual ajudava a solemnizar a acção daquela tarde, em a qual concorreu innumeravel gente, asim de todos estes arredores, como de outras, Belem, Sacavem, e outras partes mais remotas; E tudo o sobredito, asim de figuras, danças, ternos de charamelas, clarins, e Muzica, deraõ Pesoas particulares devotas da Religiaõ. Levou o SS.^{mo} debaixo de hum riquissimo palio o P.^e Prior asima nomeado [Padre de Jesus Maria]; athe que junto da Noite chegou a Procição à Nova Igreja que estava toda m.^{to} bem armada, e nela se recolheu o ss.^{mo} em o Sacratioathe o dia seguinte”. *Livro da Fundação do Real Convento de Carnide...*, ob. cit., fl.2 a 3.*

Joze Nunes Tavares, o qual já citámos a propósito das Memórias Paroquiais do convento de Santa Teresa:

“ Menor destruição fes o terremoto no real Convento de São Joam da Crus de Rellegiozos Carmelitas descalsos; mas sempre deve louvarse o zelo e promptidam com que os mesmos Padres ainda no tempo em que os tremores da terra tiravam o animo para semelhantes providencias, na ocaziam do mayor susto pozeram a sua Igreja no melhor estado em que hoje a vemos podendo tanto a sua actividade que entendo forão os primeyros que fizeram trabalhar offeceaes em edeficios de pedra, e cal com que logo despois do terramoto se concluiu o seu não piqueno concerto de Igreja e Convento, fundação que he da mesma Senhora Infanta filha do Senhor Dom Joam o quarto “⁹⁹⁰.

Não se conhece o nome do arquitecto que terá dado a traça para o Convento. Parece-nos, no entanto, ser o nome de João Nunes Tinoco o mais provável, dada a sua posição como arquitecto régio, e por ter trabalhado para a Infanta sua fundadora, pelo menos até à década anterior, no vizinho convento feminino .

Contrariamente a este último, S. João da Cruz não escapou incólume às vicissitudes por que, a partir do séc. XIX, passaria o edifício, nomeadamente com a extinção das Ordens Religiosas em 1834. A mais grave teve como consequência a destruição total da sua igreja, já no século XX, uma das mais ricas dos conventos da Ordem, de acordo com o testemunho que nos deixaram os cronistas. Dela ficaram-nos apenas alguns vestígios no corpo a que estava adossada (Fig. 143), De acordo com o desenho publicado por Gonzaga Pereira em 1833 parece obedecer à tipologia definida para os conventos masculinos, anteriormente descrita: no piso térreo três arcos formam a galilé, e no segundo, assente na cornija que o separa do primeiro (que não é comum nos outros conventos), o tradicional nicho com a imagem do santo ladeado por dois escudos, certamente o da fundadora e o da ordem. Remata a igreja um

⁹⁹⁰ ANTT, *Memórias Paroquiais. Carnide*, Vol. IX, fl.920, in Fernando PORTUGAL, ob. cit., p. 51.

frontão triangular (no desenho sem óculo) coroadado por cruz assente em plinto (Fig. 144).

Quanto ao convento propriamente dito (Fig. 145), o desenho mostra-nos a fachada principal composta por dois corpos separados por pilastra, sendo o primeiro composto por seis janelas de peitoril em cada um dos pisos e, o segundo, cinco janelas de sacada, e apenas três de peitoril ao nível do piso térreo.

Comparando com o que hoje existe, podemos ver que o desenho de Gonzaga não estaria completamente correcto, pois os vãos hoje existentes (e que nos parecem originais), mostram que no piso térreo já deveriam existir algumas portas e que, embora o desenho não deixe ver, o segundo corpo deve corresponder ao da actual porta de acesso ao átrio da escadaria.

Interessante é a referência de Gonzaga Pereira sobre a arquitectura do convento que, desconhecendo a existência de uma tipologia definida para os conventos da Ordem, intui a semelhança entre todos eles: “ *Tudo o que diz respeito a plantas de templos, feitas no seculo decimo setimo, são quaze a mesma formatura; os alçados não percizão d’era; parece que os artistas herão uns imitadores. Este alçado variou nos dous brazões aos lados do nicho central* ”⁹⁹¹.

Outro dados reforçam a hipótese de o arquitecto ser o mesmo do Convento de Santa Teresa, muito provavelmente João Nunes Tinoco, com colaboração do seu filho Luís ; o primeiro diz respeito ao modelo utilizado no claustro - embora bastante alterado por ocupações posteriores, a escala e características dos seus elementos arquitectónicos são em tudo semelhante ao do convento feminino: arcos e pilares toscanos em cantaria, sendo estes rematados por capitel simples com ábaco e equino salientes; o segundo consiste na grande semelhança de traço entre a portada do *Livro da Fundação do Real Convento de Carnide de Carmelitas Descalços* e determinados trabalhos de Luís Nunes Tinoco, nomeadamente na caligrafia e nas portadas que abrem alguns compromissos por si ilustrados. Grande é também a semelhança entre o

⁹⁹¹ *Monumentos sacros de Lisboa...*, ob. cit., p. 95.

desenho da coroa que ilustra a portada, e a coroa que encima o túmulo da Infanta em Santa Teresa, que pensamos serem da sua mão, obedecendo ao mesmo modelo e com o mesmo tipo de elementos decorativos.

4. Olhalvo: uma promessa de D. Manuel da Cunha.

Contrariamente ao que é habitual acontecer, a fundação do convento de Olhalvo iniciou-se só após a da respectiva igreja, na sequência de um voto do Bispo de Elvas e Capelão-Mor de D. João IV e de D. Afonso VI, D. Manuel da Cunha.

Dedicada a N^a Sr.^a da Encarnação, a Igreja de Olhalvo seria mandada erigir após a Restauração, ao que parece como cumprimento de uma promessa que D. Manuel fizera a Nossa Senhora, quando se encontrava bastante enfermo.

Pertencente a uma família que desempenhava, desde longa data, os mais altos cargos na Corte, D. Manuel da Cunha destinaria a capela-mor para seu panteão, mandando para ela trasladar os ossos dos seus antepassados ⁹⁹², nomeadamente de Tristão da Cunha que, até então, estivera no Convento de S. Francisco de Xabregas.

⁹⁹² Na capela-mor da igreja de Olhalvo, Do lado do evangelho e junto ao altar-mor, ficaria a sepultura dos seus trisavós, Tristão da Cunha (c. 1460 – 1539) e D. Antónia de Albuquerque e, imediatamente em baixo, a dos bisavós Simão da Cunha (c. 1460 – 1539) e Isabel de Meneses. Do lado da epístola, a sepultura dos avós, Rui Gomes da Cunha (c. 1510 - 1579) e Joana de Mendonça (c. 1530 - ?) e, em baixo, a dos pais Simão da Cunha (c. 1570 - 1624) e D. Luiza de Almeida (c. 1575 - ?). De acordo com *Crónica dos Carmelitas Descalços...*, ob. cit., Tomo IV, Livro X, Capítulo XXIV, Tit. 156, pp. 94 e 95, tem as seguintes inscrições:

“Sepultura do Grande Tristaõ da Cunha, Senho de Gestaço e de Penajoya do Concelho de ElRey D. Manoel, e de D. Joaõ III primeiro ViceRey da India, nomeado Embaixador de Roma, General da Liga Catholica nomeado pelo Papa Leaõ X contra o Turco e o primeiro Capitaõ que tomou cidades aos Mouros no Oriente. Faleceo anno 1539. E da sua mulher D. Antonia de Albuquerque”.

“Sepultura de Simaõ da Cunha, Trinchante mor de ElRey D. Joaõ III, General do mar da India. Faleceo no anno de 1529, e de sua mulher, Isabel de Menezes”.

“Sepultura de Ruy Gomes da Cunha, copeiro mor dos Reys D. Joaõ III e D. Sebastiaõ. Faleceo no anno de 1579 e de sua mulher D. Joanna de Mendonça”.

Apesar de o cronista dos Carmelitas nos dar como data para a sua construção o ano de 1647, ela deverá ter começado alguns anos antes, pois de acordo com o livro de obra da capela-mor ⁹⁹³ existem já pagamentos que recuam a 1643, sendo a obra então dirigida por Mateus do Couto (pela data trata-se, sem dúvida, de Mateus do Couto Tio). Desta campanha de obras constam também outros nomes conhecidos, como Marcos de Magalhães (a partir de 1646) e André Reinoso ⁹⁹⁴.

A data mais recuada que conhecemos para início da sua actividade de Marcos de Magalhães é a de 1647, a trabalhar na Igreja de S. Julião, em Lisboa ⁹⁹⁵, pelo que a referência que lhe é feita no livro de obra é da máxima importância, não só por revelar uma obra inédita, mas também por recuar a data de início da sua actividade.

A ligação de Marcos de Magalhães a D. Manuel da Cunha está também perfeitamente documentada num outro contrato celebrado entre ambos, em 30 de

“Sepultura de Simão da Cunha, Copeiro mor de Elrey D. Sebastião, e depois Trinchante dos Reys de Portugal. Faleceu no anno de 1624, e de sua mulher D. Luiza de Almeida. Pays de Pedro da Cunha. Trinchante dos Reys desta Casa. Vedor da Casa da Raynha D. Luiza, e Alcaide Mor de Aldêa Gallega, casado com D. Elena de Mendonça, a cujos filhos e herdeiros ica o Padroado desta casa”.

⁹⁹³ *Livro das despesas que fez o Ex.^{mo} Snr. D. Manoel da Cunha Bispo de Elvas Capellão Mor na Igreja de N.ª Snr.ª da Encarnação de Adolhalvo, Termo de Alenquer*, Arquivo Particular de D. Pedro da Cunha de Mendonça e Meneses, Marquês de Olhão, *Núcleo Eclesiástico*. Agradecemos à Professora Doutora Luísa Capucho Arruda o acesso a esta documentação, com quem estamos a elaborar uma monografia, dado o interesse da obra, por não ser muito frequente a existência de um livro deste género, e pelas informações que nos dá sobre o programa artístico da capela-mor, panteão dos Cunha.

⁹⁹⁴ De acordo com o que atrás referimos, ocupar-nos-emos do programa artístico da Igreja na monografia que estamos a preparar. Podemos adiantar que em 1643, Mateus do Couto assinava uma declaração em como se obrigava a que seu cunhado, Domingos Vicente, fizesse os quatro arcos em pedraria do coro e da capela-mor. Em 1646 aparece-nos já o nome de Marcos de Magalhães na obra, que a deverá ter dirigido a partir desta data, e preparam-se já as pinturas da capela: em 1644 e 1645 António Carvalho recebia pagamento por várias pinturas encomendadas pelo Bispo, nomeadamente um S. Pedro, e um Cristo na Cruz. Em 22 de Outubro de 1644 eram pagos a André Reinoso vinte mil réis por algumas pinturas e concertos.

⁹⁹⁵ Vítor SERRÃO, “ Marcos de Magalhães. Arquitecto e entalhador do ciclo da Restauração (1647-1664)”, Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III Série, Nº 89, I Tomo, 1983, pp. 49 a 51. Rafael MOREIRA, “Marcos de Magalhães”, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, in José Fernandes PEREIRA e Paulo PEREIRA (dir.), Lisboa: Ed. Presença, 1989, pp. 276 e 277. Posteriormente Vítor Serrão enuncia já esta participação de Marcos de Magalhães em Olhalvo, citando uma informação dada por Luísa Arruda.

Outubro de 1649, para a realização do retábulo-mor da Igreja Matriz de Olivença⁹⁹⁶. D. Manuel da Cunha era então Bispo de Elvas, e Marcos de Magalhães obrigava-se a fazer “ (...) o dito Retabolo assim e da maneira da traça que por elle está feita em que no pee della está assinado (...) ”⁹⁹⁷.

Embora não caiba aqui o estudo de outras campanhas de obras para além das que poderão ter sido da autoria ou dirigidas por João Nunes Tinoco, será oportuno lembrar que existia também uma relação profissional entre Mateus do Couto e os Cunha, já desde a obra de Santa Engrácia de Lisboa. Tendo assinado a traça da capela-mor desta igreja em 1633, e dirigido a obra até 1640, os respectivos Livros de Acórdãos mostram-nos que entre os superintendentes figuravam nomes como D. João de Castro, D. Pedro da Cunha e D. Antão de Almada⁹⁹⁸.

Conhecida é, também, a ligação dos Couto aos Nunes Tinoco, quer na aprendizagem, colaboração e sucessão a Mateus do Couto (Tio), protagonizada por João Nunes Tinoco, quer na que viria a ser realizada no mesmo âmbito entre Mateus do Couto (Sobrinho) e Luís Nunes Tinoco, como veremos ao longo de todo o nosso trabalho.

O facto de o nome de Mateus do Couto (Tio) não aparecer depois de 1643 na obra de Olhalvo, poderá indiciar que, à data, a igreja estaria já em fase de conclusão da campanha de obras de arquitectura, tendo Mateus do Couto dado a traça e “balanço” para a construção, e de ter tido necessidade de se ausentar, envolvido nas muitas tarefas que implicaria a sua nomeação, nesse mesmo ano, como arquitecto das Fortalezas da Barra ou até mesmo mais tarde, envolvido nas obras dos Paços e Igreja do Colégio de Santarém, como vimos anteriormente, a propósito da Igreja de Angra.

⁹⁹⁶ Contrato revelado por Vítor SERRÃO em “Marcos de Magalhães. Arquitecto e entalhador do ciclo da Restauração (1647-1664)”, ob. cit., Doc. 2, pp. 51 a 54.

⁹⁹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 52.

⁹⁹⁸ Ayres de CARVALHO, *As obras de Santa Engrácia e os Seus Artistas*, Lisboa: 1971, pp. 26 e 27.

Quanto a Marcos de Magalhães, poderá ter feito todo o trabalho como entalhador dos retábulos, e como arquitecto secundando Mateus do Couto, e dirigindo a obra após a saída deste. Podemos referir que esta ligação/sucessão entre Mateus do Couto Tio, Marcos de Magalhães e João Nunes Tinoco nos iria aparecer documentada, também na obra da Igreja de Nossa Senhora do Loreto de Lisboa⁹⁹⁹.

As plantas do Convento de Olhalvo, datadas de 1658, são dos poucos desenhos assinados por João Nunes Tinoco que chegaram até aos nossos dias, e constituem um conjunto de três desenhos aguarelados, a cores, pertencentes à Academia Nacional de Belas Artes. Às três plantas originais juntar-se ia uma quarta, que completa posteriormente a “Planta Primeira”, constituindo um aumento e alterações ao desenho original de João Nunes Tinoco, alterações essas feitas no início e finais da década de trinta do século XVIII.

Publicadas por Ayres de Carvalho¹⁰⁰⁰, num primeiro momento a leitura destes desenhos é um pouco confusa, deixando-nos algumas dúvidas no que diz respeito ao projecto inicial e evolução do Convento. No entanto, a cronologia da construção¹⁰⁰¹ ajuda-nos a entender as plantas e a esclarecer esta questão.

⁹⁹⁹ Vítor SERRÃO, “Marcos de Magalhães. Arquitecto e entalhador ...” (1647-1664) “, ob. cit., *passim*.

¹⁰⁰⁰ *As Obras de Santa Engrácia e os Seus Artistas*, Lisboa: 1971, p. 71.

¹⁰⁰¹ Juntámos aos nossos dados, outros retirados da publicação do Padre Carlos Alberto da Silva Ferreira BRANCO, *Igreja de N^a Sr^a da Encarnação*, “Viagem no tempo. Convento dos Carmelitas Descalços”, Olhalvo: Paróquia de Olhalvo, Janeiro de 1994, pp. 6 e 7:

1640 – Nomeação de D. Manuel da Cunha, Bispo de Elvas e Confessor do Duque de Bragança, para Capelão-Mor da Corte

1643? – Fundação da Igreja de N^a Sr^a da Encarnação.

1646 - Escritura de fundação do Convento

1647 – Chegada a Alenquer dos primeiros Carmelitas. Instalam-se na Balaqueira, propriedade do lavrador Manuel Dias.

1648 – Fundação do Convento

1656 – Regência de D. Luísa de Gusmão. Lançamento da primeira pedra.

1657 – Grande incremento nas obras, sob gestão de Frei Luís de Jesus.

1658 – Planta de João Nunes Tinoco. Morte de D. Manuel da Cunha a 30 de Novembro.

1662 – É terminado o dormitório sul. Os frades usam já o refeitório.

1675 – Construção da dispensa, casa do azeite e tanque da horta.

1702 – Instala-se a botica do Convento.

Tudo indica ser de 1658 o projecto inicial do Convento de Olhalvo, como se pode concluir pela indicação que acompanha a assinatura do arquitecto régio João Nunes Tinoco, apesar de as crónicas falarem no lançamento da primeira pedra ainda em 1648. Da sua mão serão a *Planta Primeira*¹⁰⁰² (Fig. 146), a *Planta Segunda*¹⁰⁰³ e a *Planta Terceira*¹⁰⁰⁴ que devem corresponder ao projecto inicialmente realizado. O quarto desenho, de dimensões menores que os anteriores (e realizado por outra mão) é, como vimos, um acrescento com as alterações que se fizeram, já no século XVIII, como se comprova nas respectivas anotações¹⁰⁰⁵, e que correspondem a pequenas adaptações de necessidades funcionais, aparecendo também nos outros três desenhos

1706 – Terminam as obras dos dormitórios.

1710 – Instalam-se as mesas do refeitório, feitas com madeira do Brasil.

1714 – Constrói-se a sacristia, a casa do lavabo e o corredor até ao coro.

1726 – Jardim da sacristia do Convento.

1750 – Faz-se a nora do quintal de cima.

1753 – Abre-se o largo em frente à Igreja.

1755 – Convento e Igreja são muito afectados pelo terramoto.

1771 – Fim dos trabalhos de reedificação da fachada da Igreja.

1812 – Pintado e dourado o altar-mor da Igreja.

1820 – Comprado um órgão a um convento de freiras de Lisboa.

1834 – Com a extinção das Ordens religiosas, foram nacionalizados os bens do Convento.

1841 – Convento é arrematado em hasta pública, no dia 27 de Novembro, pelo Visconde da Arcada.

1843 – Construção do guarda-vento da igreja.

1863 – Vendido o convento, por portaria de 20 de Abril, a igreja conventual passa a Igreja paroquial.

¹⁰⁰² ANBA, nº de Inventário 875. *PLANTA PRIMEIRA / Planta do Sitio do Convento de N.ª Sr.ª da Encarnação de / carmellitas descalsos. cito no Lugar de Dolhalvo. Padro/ado do S.ºr D. Manoel da Cunha. Bpo Cappellaõ Mór. Arçe-/bispo elleyto de Lxª. Anno 1658.*¹⁰⁰²

Dimensão: 54 x 43,5 (aguarelada a cores). Assinado: Joao Nunes Tinoco. Data: 1658

¹⁰⁰³ ANBA, nº de Inventário 877. *PLANTA SEGUNDA / Do Convento de N.ª Sr.ª / da Encarnação de Dolhalvo/ Pavimento da Igr.ª*

Dimensão: 57,5 x 41 (aguarelada a cores)

¹⁰⁰⁴ ANBA, nº de Inventário 878. *PLANTA TERCEIRA / Do Convento de nossa Sr.ª Da em/carnasaõ Dolhalvo*

Dimensão: 55,6 x 41,5 (aguarelada a cores)

¹⁰⁰⁵ ANBA, nº de Inventário 876. *[PLANTA PRIMEIRA] / Tudo o que falta fazer nesta primeira /planta se fará conforme ella mesmo o mostra / A devir tudo tam-bem que as cazas dos mosos e amasado/ria e palheiro e estrumaria e as mais cazas que se / costumaõ fazer for a da clauzura se faraõ no ci/tio que esta planta as mostra acomodadas ao pre/ceito e conviniencia da Religiam.*

(completa a anterior). Dimensão: 29 x 41,2 (aguarelada a cores)

Assinada por Frei Pedro da Conceição Carmelita. Data: 15 de Maio 1739. À esquerda em cima “Aprovada de Frei António de Santo Eliseu”.

originais. Temos, assim, espaços que tendo o nome primitivo riscado, surgem com uma nova funcionalidade, nomeadamente na *Planta Primeira*, assinada por Frei Pedro da Conceição, com a anotação dos que estavam já construídos (Fig. 147).

Nestas plantas não consta o traçado da Igreja, provando que estes espaços obedeceram a campanhas construtivas diferentes. De todo o traçado ressalta, na *Planta Segunda*, a organização do claustro – de forma quadrada, é composto por cinco tramos em cada lado, permitindo o central de cada um deles o acesso ao seu interior, dividido em quatro alegretes com o que parece ser uma fonte ao centro. Na *Planta Terceira* três dos lados aparecem cobertos em telhado, e o quarto ocupado com construção, o que indicia que o claustro estava adossado ao corpo conventual, sem corredor.

Muito arruinado com o terramoto de 1755, a venda do Convento ao Visconde da Arcada em hasta pública, em 1841, iria marcar um novo ciclo de alterações, que o adaptariam às mais diversas situações, responsáveis pela descaracterização que hoje podemos observar (Fig. 148).

A colaboração de João Nunes Tinoco com os Carmelitas, à semelhança do que acontecera com os Agostinhos, é mais uma prova das suas qualidades como arquitecto, e da imensa confiança que nele depositava D. Luísa de Gusmão, e das figuras da Corte que lhe estavam próximas.

III parte - João Nunes Tinoco, arquitecto da *Casa das Senhoras Rainhas*

Cap. 4

Igreja de Nossa Senhora da Piedade de Santarém



1007

“ Em os primeiros dias deste anno passou El Rey, e o Infante a Santarem a lançar a primeira pedra em huma Igreja da invocação de Nossa Senhora da Piedade, Orago, a que a devoção commua attribuhio a vitoria do Canal, afirmando-se, que sendo de barro a materia , de que era formada, se viraõ na vespera daquelle dia na Imagem sacro-santa movimentos sobrenaturaes á vista de todo o Povo. Entrou ElRey em Santarem pela porta de Leyria adornada sumptuosamente: dentro della estava levantado hum theatro donde o Juiz de Fóra, Francisco Luiz de Carvalhosa referiu huma bem composta Oração, e entregou as chaves da Villa. Foy ElRey acompanhado de toda a Nobreza a pé; lavavalhe a rédea do cavallo (...) Havia elRey antes da entrada feito oração na Igreja da Piedade... ”

Conde da Ericeira, *Historia de Portugal Restaurado...*¹⁰⁰⁸

1. Em comemoração de uma vitória

Dizem-nos os cronistas que, em 26 e 27 de Maio de 1663, na sequência da grande derrota infligida às tropas portuguesas pelo exército espanhol, comandado

¹⁰⁰⁷ Batalha do Ameixial, pormenor do Exército de D. Sancho Manuel de Vila Flor. BN, *Secção de Iconografia*, E. 649 A., *Emtrada do exercito del rey de Castella, governado por D. Ioam de Avstria, no reino de Portvgal, com sette mil cavallos, doze mil infantes e vinte pessas de artilharia...*(pormenor).

¹⁰⁰⁸ Dom Luis de MENEZES, *Historia de Portugal restaurado : ofrecida ao Serenissimo Principe Dom Pedro Nosso Senhor / escrita por Dom Luis de Menezes Conde da Ericeyra, do Conselho de Estado de S. Alteza, seu Vêdor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c.*, tomo I [-II]. Lisboa : na Officina de Joaõ Galraõ, 1679, Tomo II, L^o X, pp. 661 e 662.

por D. João d'Áustria, terá Nossa Senhora ouvido as preces do povo de Santarém, reunido na primitiva capelinha de Nossa Senhora da Piedade ¹⁰⁰⁹, que a ela teria recorrido na iminência de uma nova ameaça por parte do inimigo “...*encomendando-se à Senhora e ao seu precioso Filho, viram o rosto da Senhora muito mais encarnecido, e resplandecente e o do Senhor muito enfiado e diferente do que se costumava ver, a qual maravilha não declararão logo as pessoas, que virão, ou já por se terem por indignas de favor tão grande, ou por lhes parecer, não seria o que a seus olhos se lhes representava*”¹⁰¹⁰. No dia seguinte observava-se de novo o mesmo milagre, inclinándose a Senhora sobre o seu Filho, ganhando sinais de vida, milagre que se repetiria ainda a 1 de Julho, quando o povo agradecia à Virgem a recentíssima vitória, a 8 de Junho, conseguida pelas tropas portuguesas na Batalha do Ameixial ¹⁰¹¹, na qual “...*a perda dos*

¹⁰⁰⁹ O culto a Nossa Senhora da Piedade terá sido iniciado por Frei Afonso da Piedade, segundo descrição do mesmo, por volta de 1611, junto à Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe, fundada em 1588 na chamada “Porta de Leiria” na antiga muralha da Vila, in Martinho Vicente RODRIGUES, *Santarém no Tempo dos Filipes, Campus documentales*, p. 96, *apud* Luís Nazaré FERREIRA, “A Devoção de Nossa Senhora da Piedade de Santarém”, in *Igreja da Nossa Senhora da Piedade, Santarém : história e património*, Santarém: APRODER - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo : Diocese-Paróquia do Divino Salvador-Sé, 2008, pp. 25 e 26. O autor, para além de nos dar notícia do milagre e conseqüente construção da Capela, cita também os principais cronistas que a um e outro se referem, nomeadamente: Jorge CARDOSO, *Agiologio Lusitano*, Tomo II, Lisboa: 1657,; Dom Rodrigo da CUNHA, *Historia Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, Vol. I, Lisboa 1642; Frei Luís de JESUS, *Miscellanea, que comprehende a fundação dos Religiosos Descalços de Santo Agostinho na Vila de Santarem...*, Lisboa Occidental: Na Offic. de Pedro Ferreira, 1734; Luiz Montez MATOSO, *Santarém Ilustrada: História Cronológica, Política e Eclesiástica da Vila de Santarém*, BPE, ms. 1738; Frei Agostinho de SANTA MARIA, *Santuário Mariano e História das imagens milagrosas de Nossa senhora e das milagrosamente aparecidas, em graça dos pregadores e dos devotos da mesma Senhora*, Lisboa: na Officina de Antonio Pedro Galraõ, 1707; Inácio da Piedade e VASCONCELOS, *História de Santarém Edificada que dá Notícia da sua Fundação, e das couzas mais notáveis nela sucedidas, A saber...*, Lisboa: 1740.

¹⁰¹⁰ Frei Agostinho de SANTA MARIA, *Santuário Mariano...*, ob. cit., Vol. II, pp. 252-255, *apud* Luís Nazaré FERREIRA, “A Devoção de Nossa Senhora da Piedade ...”, ob. cit., p. 28.

¹⁰¹¹ O exército português era comandado por D. Sancho Manuel de Vilhena (?-1677), 1º Conde de Vila Flor e por Schomberg, com a importante participação de D. Luis de Meneses Conde da Ericeira. D. Sancho Manuel obtivera já grande sucesso na Batalha das Linhas de Elvas como Mestre-de-campo General, o que se repetiria na Batalha de Montes Claros em 1665.

Os espanhóis reuniram um dos maiores exércitos das Guerras da Restauração (cerca de 26.000 homens), com o intuito de retomar definitivamente o domínio de Portugal, mas acabariam por sofrer uma pesada derrota, com perto de 4.000 mortos, 2.500 feridos e 3.500 prisioneiros durante a batalha, a que se juntariam mais 3.700 prisioneiros do cerco de Évora. A vitória portuguesa nesta batalha, decisiva para os portugueses, explica plenamente o interesse na rápida construção da ermida, iniciada seis meses apenas após o seu desenlace.

*Castelhanos nesta batalha foy taõ consideravel, como se deixa ver da pouca resistencia, que fizeraõ aos furiosos golpes das espadas Portuguezas...”*¹⁰¹².

Fundou-se de imediato, a 11 de Julho, a Irmandade da Senhora e Manuel Dias da Costa, Prior de S. Martinho (a que pertencia a Ermida), estabelecendo a ligação entre estes acontecimentos numa conveniente e simbólica união entre poder religioso e político, tratou de imediato da sua legitimação. A 1 de Dezembro de 1663 recebia a Irmandade por Irmão a D. Afonso VI (1643-1683), e a 20 de Abril de 1701, a D. Pedro II (1648-1706), e ao Príncipe D. João (1689-1750), futuro D. João V, bem como aos outros Infantes¹⁰¹³.

Publicado o milagre por sentença do Cabido, a 22 de Janeiro de 1664, decidiu o Rei construir uma nova ermida dedicada a Nossa Senhora da Piedade, no local da primitiva capelinha “... *partiraõ para Santarem no mesmo anno a vinte e tres do dito a magestade del Rey D. Affonso sexto com o Serenissimo Infante D. Pedro seu Irmaõ, e a mayor parte da sua Corte, a venerar aquellas sacrissimas Imagens, e para esta jornada tinha já mandado fazer hum nobre risco, para logo se fundar em sua real presença huma Igreja a esta Senhora...”*¹⁰¹⁴.

Na companhia da Corte, o monarca lançou então a primeira pedra¹⁰¹⁵ na primitiva capela (que seria integrada na capela-mor da nova igreja), *adornada*

Dom Sancho Manuel de Vilhena foi pai de outra figura ilustre da nossa História, Dom António Manuel de Vilhena (1663-1736) que se distinguiu como 66.º Grão-Mestre da Ordem dos Hospitalários no governo da ilha de Malta desde 19 de Junho de 1722 até à sua morte em 1736.

¹⁰¹² Dom Luis de MENEZES, *Historia de Portugal restaurado*, ob. cit., Tomo II, Lº IX, p. 187.

¹⁰¹³ Inácio da Piedade e VASCONCELOS, *Historia de Santarem Edificada*, ob. cit., pp149 e 150.

¹⁰¹⁴ *Idem, Ibidem, Historia de Santarem Edificada*, ob. cit., p. 140.

¹⁰¹⁵ A pedra seria colocada pelo monarca e pelo Príncipe D. Pedro, no local onde se situa hoje a porta lateral voltada para o interior da cidade, com a seguinte inscrição: “ *Deiparae Virgini à Pietate denominata Alphonsus VI. Lusitania Rex, quod ejus ope ad miraculum insigni Joannē Austriacū Philippi IV. Regis filium pugna Canalensi, sexto idus Junias anno Domini 1663, circa Stremotium comissa profligaverit multos hostium interfecerit, plures ceperit, tormentis, armis, impedimentis, potitus sit. Hoc saccellum impensis suis faciendum curavit; primunquem fundamentorum lapidem propria manu in aeternum grati, devotique animi monumentum posuit sequenti anno 1664*”. Seguimos a transcrição

sumptuosamente, dentro da qual se ergueu um *theatro* onde o Juiz de Fora, Francisco Luiz de Carvalhosa, proferiu o discurso de boas vindas, sendo celebrada missa pelo Bispo de Targa D. Francisco Sotto-Mayor que benzeu o campo “...*que já estava demarcado para o assento do novo Templo...*”¹⁰¹⁶.

Pretendendo os Eremitas Descalços de Santo Agostinho construir um convento na vila, compraram para o efeito umas casas aos Condes de S. Lourenço, junto à Capela, ficando provisoriamente alojados na Ermida de S. Sebastião, de acordo com o contrato então celebrado com o Senado.

Em 10 de Março de 1688 D. Pedro II doar-lhes-ia a Capela da Piedade, tendo os religiosos construído um convento anexo, para o qual se mudariam em 4 de Fevereiro de 1690.

feita por Inácio da Piedade e VASCONCELOS, in *Historia de Santarem Edificada*, ob. cit., p. 141, a qual apresenta algumas divergências em relação à que foi transcrita por Zeferino BRANDÃO (*Monumentos e Lendas de Santarém*, Lisboa: 1883, p. 187) e publicada por Luís Nazaré FERREIRA, “A Devoção de Nossa Senhora da Piedade ...”, ob. cit., p. 33. Para além dos autores já citados que se referiram ao milagre da Senhora da Piedade, por a construção da nova Igreja estar ligada a um acontecimento decisivo para a vitória dos portugueses nas Guerras da Restauração, dela nos deixaram relatos numerosos cronistas como o Conde da Ericeira, que participou na Batalha, António de Sousa Macedo e o próprio Francisco Luiz de Carvalhosa em *Notícia da entrada que S. Mag.^e fez na v.^a de Santarém em 1664 p. lançar a 1.^a pedra da Piedade*, BNL, Ms Coleção S. Vicente, Vol. 23, fls 150 a 153v, in Paulo Varela GOMES, *Arquitectura, religião e política em Portugal no século XVII : a planta centralizada*, 1a ed. Porto : FAUP-Faculdade de Arquitectura, 2001, p. 254. Paulo Varela Gomes distingue as intenções dos três cronistas. Se, no caso de Francisco Luiz Carvalhosa, o relato se deve à sua participação no evento como juiz de fora, nos casos do Conde da Ericeira e de António de Sousa Macedo, na qualidade de partidários das facções do Príncipe D. Pedro e de seu irmão, o rei D. Afonso VI, respectivamente.

Encontrámos ainda uma outra transcrição do século XVII da lápide, com uma tradução da mesma, e com a transcrição *ipsis verbis* do discurso que proferiu Francisco Luiz de Carvalhosa (BN, *Secção de Reservados*, ms, 589, fl. 62 a 63v). Apesar de anónimo, em estamos em crer que este manuscrito é da autoria de Luís Nunes Tinoco, dada a caligrafia, a variedade e características dos temas que o compõem, em tudo semelhantes a outras miscelâneas deste autor, assunto que retomaremos na IV PARTE, Cap.1.

¹⁰¹⁶ Inácio da Piedade e VASCONCELOS, *Historia de Santarem Edificada*, ob. cit., pp. 140 e 141. Obedecendo às normas do Concílio Tridentino vejamos, por exemplo, o que as Constituições Sinodais do Bispado de Lisboa nos dizem sobre a fundação de igrejas paroquiais, e embora neste caso não seja esse o seu estatuto, a ela se applicava também : “ *E quando se ouver de fazer, será com licença nossa, & feita vistoria, & iremos primeiro, ou outra pessoa de nosso mandado, levantar húa Cruz no lugar aonde ouver de ficar a Capella maior, & se demarcar o ambito da igreja, & adro della* ”, *Constituições synodales do Arcebispado de Lisboa. Novamente feitas no synodo diocesano que celebrou na Sé Metropolitana de Lisboa... D. Rodrigo da Cunha em os 30 dias de Mayo do anno de 1640. Concordadas com o sagrado Concilio Tridentino, & com o Direito Canonico, & com as Constituições antigas, & extravagantes primeiras, & segundas deste Arcebispado... Acabadas de imprimir, e publicadas por mandado dos muito reverendos senhores deað, & cabido da sancta Sé de Lisboa, Sede vacante, no anno de 1656*. Em Lisboa : na Officina de Paulo Craesbeeck, 1656. Livro IIII, Título V, Decreto I.

2. A geometria do plano

Quando analisamos a arquitectura da Igreja da Piedade de Santarém (Fig. 149), dois problemas se nos colocam, nenhum deles de resposta fácil. O primeiro diz respeito à autoria do projecto, para o qual a historiografia tem citados dois nomes em alternativa: João Nunes Tinoco e Jácome Mendes. O segundo diz respeito às possíveis fontes de inspiração, e até mesmo de justificação, para o recuperar da planta centralizada (Fig. 150) neste momento da história da arquitectura portuguesa. Ela daria origem a uma série tipológica que ia adquirindo cada vez mais importância à medida que nos aproximávamos do século XVIII, quer como verdadeiro polígono centralizado (isto é, inscrito num quadrado ou num círculo), quer como forma que para ele tendia, representada no rectângulo de ângulos cortados.

Uma deficiente redacção da crónica de Frei Luís de Jesus¹⁰¹⁷ terá induzido a que, durante muito tempo, o projecto fosse atribuído a Jácome Mendes, pois Frei Luís de Jesus afirma em dois momentos do seu texto que a traça se deve a um “...engenheiro romano...” e que “...Jacome Mendes vay para examinar a obra da Igreja, e Convento, e fazer della huma planta na forma que ajustamos...”¹⁰¹⁸. Esta atribuição seria finalmente corrigida com a descoberta¹⁰¹⁹ de um orçamento feito por João Nunes Tinoco para a igreja, datado de 28 de Julho de 1667¹⁰²⁰. A ele é atribuída a traça da mesma, não nos parecendo viável qualquer outra hipótese. Sucedendo a seu pai na

¹⁰¹⁷ Frei Luís de JESUS, *Historia Miscellanea, que comprehende a fundação dos Religiosos Descalços de Santo Augustinho da Villa de Santarém*, Lisboa: 1734, pp. 89 e 90, com o essencial da documentação transcrita sobre a autoria da obra, Vítor SERRÃO, “Jácome Mendes, arquitecto seiscentista. A traça da igreja de N.ª S.ª da Piedade de Santarém”, *Correio do Ribatejo*, 30 de Junho de 1973. Vítor SERRÃO, *Santarém*, 1ª ed. Lisboa : Presença, 1990, p. 118, nota 24.

¹⁰¹⁸ Frei Luís de JESUS, *Historia Miscellanea...*, ob.cit., pp. 89 e 90, Vítor SERRÃO, *Santarém*, ob. cit., p. 86.

¹⁰¹⁹ Rafael MOREIRA, citado por Vítor SERRÃO, in *Santarém*, ob. cit., pp. 86 e 118, nota 22. Nesta última publicação, Vítor Serrão refere já que a Jácome Mendes se ficou a dever a obra da cobertura, e não o projecto da igreja.

¹⁰²⁰ BA, Códice 51-IX-2, fls. 510 a 511v. Transcrição nossa, *inédita (Doc. 88 em anexo)*.

direcção das obras de S. Vicente em 1641 ¹⁰²¹, João Nunes Tinoco era, seguramente, já em 1663, um arquitecto de enorme prestígio assinando grande parte obras de iniciativa régia, prestígio que seria então reforçado pela já citada nomeação como *Arquiteto da Casa das Senhoras Rainhas* em 19 de Dezembro de 1665 (confirmado em 24 de Maio de 1666) ¹⁰²². Apesar do conflito que opunha D. Luísa de Gusmão ao seu filho Afonso VI, que fizera com que ela se retirasse para o Convento das *Grilas* em 1663, a própria Rainha não deve ter sido alheia a algumas decisões que se tomaram em relação à obra (tal como a sua entrega à Ordem dos Agostinhos, por si protegida e introduzida em Portugal) ¹⁰²³.

Uma leitura atenta do texto de Inácio da Piedade e Vasconcelos (1676-1747) mostrava-nos já que a planta não podia ser de Jácome Mendes, uma vez que nos relata que “ *Continuouse a obra da Igreja até a cimalha real, e assim ficou huns poucos de annos, porque como he sabido; o Rey q lhe mandou dar principio, até o seu falecimento teve impedimentos para a mandar acabar; depois disso governando, e sendo Rey deste Reyno D. Pedro segundo do nome, lhe mandou dar o fim com toda a perfeição, como hoje se está vendo*” ¹⁰²⁴.

O mesmo texto não deixa dúvidas de que ainda no reinado de D. Afonso VI a igreja foi continuada até à cimalha, tendo o resto sido terminado no reinado de D. Pedro II. Isto mesmo é confirmado ainda pelo orçamento realizado pelo próprio João Nunes Tinoco que nos mostra que a obra estava já em avançado estado construtivo, apenas quatro anos após o lançamento da primeira pedra, de acordo com o seu relato da “ *Obra feita e asentada q está por acabar q se ade avaliar por não ter preços no contrato, e outros materiais q achey na obra de Santarem*”¹⁰²⁵. Nele se descrevem quer

¹⁰²¹ Cf. I Parte, **Doc. 7**.

¹⁰²² Cf. I PARTE, **Doc. 8**.

¹⁰²³ Paulo Varela GOMES, *Arquitectura, religião e política em Portugal* ob. cit., p. 259.

¹⁰²⁴ Inácio da Piedade e VASCONCELOS, *História de Santarém Edificada...*, ob. cit., Tomo II, Livro I, Cap. XII, pp. 141 e 142.

¹⁰²⁵ BA, Códice 51-IX-2, fl. 511v.

os materiais que encontravam ainda no canteiro de obra, quer os que já estavam assentados no seu lugar. Dos primeiros, para além do material que não vem explicitado para que se destinava, salientamos perto de oitenta degraus para as escadas em caracol que conduzem ao coro, os onze degraus de um dos púlpitos que já estava assentado, a pedra para os pilares interiores e para os portais das sacristias, bem como a pedra para os cunhais exteriores. Do rol do material que estava já assentado, constam “ (...) *as bases desses mesmos cunhaes* (Fig. 151), *o arco novo de pedr.ª branca* (Fig. 152) *lios de Lx.ª bornida com seus lureis e fecho, os capiteis e bases vermelhos bornidos e lustrados o qual arco está na entrada da Ermida velha de N.Sr.ª* [agora retábulo da capela-mor da nova Igreja], *os dois portais das Sacristias que ligavam com a capela-mor, cõ seus exalços de pedr.ª lios de Lx.ª bornidos, o portal principal ate a simalha com os seus exalsos de pedr.ª lios de Lx.ª* (Fig. 153) *bornidos (...)*”¹⁰²⁶, um púlpito com sua bacia vermelha e lustrada (Fig. 154) estando o outro já pronto para assentar, bem como as duas pequenas janelas e portal e telhado que se fez no vão da capela-mor, para que esta pudesse continuar, entretanto, a servir de ermida. Segundo o orçamento estavam também já realizados as duas represas do arco do coro com os seus saiméis, bem como o arranque das abóbadas.

Na sua descrição da igreja, diz-nos Piedade e Vasconcelos que “ *he a sua fabrica de boa e bem lavrada pedraria branca e vermelha...*” (Fig. 155)¹⁰²⁷, cuja origem vem,

¹⁰²⁶ Idem, *Ibidem*.

¹⁰²⁷ Inácio da Piedade e VASCONCELOS, ob. cit., Tomo II, Livro I, Cap. XII, pp. 142 e 143: “ *Esta Igreja não he grande, porque o sitio não admitia mais largueza, e juntamente quizerão estes Monarcas, que a Capellinha da Senhora ficasse servindo de Capella mayor ao novo Templo. He esta Igreja **sextavada**, ficando-lhe os seos quatro lados fazendo regularmente huma Cruz ao seo corpo, porque hum braço da Cruz fica aonde està a porta principal, o outro fronteiro he onde fica a Capellinha da Senhora.; o outro aonde està húa porta travessa, e o outro fica na outra porta travessa, tudo em forma de húa medalha. He a sua fabrica de boa, e bem lavrada pedraria branca e vermelha, todo o corpo desta Igreja se eleva com hum **rotundo zimbório acompanhado de cintas da mesma pedraria, e a cupola do seu remate pela parte de fóra, he todo guarnecido de pastas de chumbo**. Tem tres altares, o primeiro he o da Capellinha da Senhora da Piedade, que serve de altar mor, os outros dous colaterais ficaõ nos dous braços da Cruz que cruzaõ o da porta principal e o da Capellinha, cada hum delles fica em hum lado dos dous braços, que fazem Cruz à Igreja, e estão encostados para os lados da Capella mayor, de sorte, que quem entrar pela porta travessa, que esta da parte da Villa, fica-lhe o altar à mão direita, e quem entrar pela outra porta travessa, que está da parte do chaõ da feira, ficálhe o altar à mão esquerda, este altar, que he o da parte do Evangelho, he dedicado à gloriosa Santa Rita, e o outro colateral a S. Guilherme; e nas duas faces, que fazem resalto para a Capella mayor, estão **dous magestosos pulpitos, hum de cada banda com seus plintos, ou bacias de boas pedras vermelhas e grades de evano**. Tem hum coro*

também, discriminada neste mesmo orçamento: pedra de Alcanede na maior parte da construção, e lioz de Lisboa (das pedreiras de Alcântara) nos elementos arquitectónicos mais importantes, como o arco da capelinha da antiga ermida.

Depois da fase construtiva inicial a obra seria abandonada por alguns anos, tendo a sua cobertura sido terminada só no século XVIII, pelo tal engenheiro Jácome Mendes, o que terá originado a já referida confusão sobre a autoria do projecto, só recentemente esclarecida.

Não sabemos por que razão a obra terá ficado parada tanto tempo mas é, uma vez mais, Piedade e Vasconcelos quem nos dá uma explicação plausível: *“Alguns annos durou o fervor da devoção desta Irmandade; porèm os novos, e diversos cuidados de outros projectos que houve no Reyno, foy descaindo e esfriando tanto esta devoção, que por bastantes annos se não satisfazia o culto, que se devia a esta Senhora, e para mayor desvio de se não conservar esta Irmandade, concorreo juntamente a tomarem posse da nova Igreja os Padres descalços de Santo Agostinho...”*¹⁰²⁸. Na realidade, só depois da sua entrega, em 1688, aos Frades de Santo Agostinho (para quem João Nunes Tinoco trabalhara em Lisboa, em diversos conventos, nomeadamente nos dois conventos de Xabregas, na sequência dos quais fora nomeado *arquitecto da Casa das Senhoras Rainhas*) deverá ter sido iniciado o processo para a sua conclusão, reforçado pela visita do monarca a Santarém, em 20 de Abril de 1701, durante a qual é novamente confirmado *Juiz perpétuo* (assentando-se então por Irmãos o Príncipe D.

pequeno, por cima da porta principal, que mostra não ser feito para Comunidade de Religiosos, com grades de evano, em cujo coro não rezaõ os PP. o Officio canonico, e se servem para este effeito de outro que fica por cima da Capellinha da Senhora, em o qual está aberto hum arco, q toma toda a altura dos braços da Igreja, todo fabricado da mesma pedraria bem lavrada, e no meyo do mesmo arco està hum trono de madeira bem artificiado, onde se expoem o Divinissimo SACRAMENTO do altar. E no pavimento da Igreja, aonde corre hum degrão desde o altar de Santa Rita athe o de S. Guilherme cruzando juntamente pelo arco que entra para a capella mayor, estaõ fixas humas grades de evano de quasi huma vara de altura, repartidas entre pilares de finissimo jaspe muyto claro. O Portico da porta principal pela parte de fóra he admiravelmente bem delicado, sendo a delineação do seu risco, primorosamente bem ideada, e a pedraria bem obrada com toda a delicadeza; tem por cima hum escudo com as Armas Reais, e os porticos das portas travessas pouco diferem do principal, tendo os dous a mesma inscriçãõ, que já fica referida na pedra fundamental desta Igreja.” (sublinhado nosso).

¹⁰²⁸ Inácio da Piedade e VASCONCELOS, *História de Santarém Edificada...*, ob. cit., Tomo II, Livro I, Cap. XIII, p. 148.

João e os Infantes D. António, D. Francisco e D. Manuel, bem como as Infantas D. Teresa e D. Francisca) “ (...) *pela grande devoção que tem à milagrosa Imagem da Virgem Nossa Senhora da Piedade sita no seu Oratorio da igreja que mandou edificar na Villa de Santarem (...) e se fes a publicação aos 27 de Abril do mesmo anno, e veyo S. Magestade em pessoa a Santarem, onde fes grandes offertas à Senhora, e obras taõ pias como costumava (...)*” ¹⁰²⁹.

Uma informação da *Contadoria Geral da Junta do Comércio* sobre as obras de Nossa Senhora da Piedade de Santarém ¹⁰³⁰ dá conta de diversos decretos e quantias pagas para a respectiva obra, a qual nos poderá ajudar a perceber um pouco esta questão. Numa Provisão de Outubro de 1671, ordenava-se que se entregassem a António Cavide sete mil cruzados por ano para as obras, de acordo com o Decreto de 23 de Agosto de 1665, e que em 1698 fora ordenado que se entregassem também várias verbas ao Sindico dos Religiosos Descalços, para fazerem as ligações do convento com o coro e igreja, de modo a poderem assistir ao serviço dela. Por fim, a mesma informação diz que, por Decreto de 12 de Dezembro de 1708, ordenara D. João V que a Junta do Comércio desse, pelo seu tesoureiro, cem mil réis para os reparos dos telhados do Convento de N. Sr.^a da Piedade, os quais foram entregues ao Procurador do mesmo.

Este documento permite-nos deduzir que a cobertura da Igreja estaria já acabada, sendo possível que as obras feitas por Jacome Mendes, tenham sido os concertos nele consignados.

¹⁰²⁹ Inácio da Piedade e VASCONCELLOS, *Historia...*, ob. cit., p., Tomo II, L^o I, Capítulo XIII, p. 150 e 151.

¹⁰³⁰ B.A., 54-XI-36, fls. 110 e 110v – **Doc. 89** em anexo *inédito*.

A planta, em forma de cruz grega (embora Piedade e Vasconcelos a descreva como “*sextavada*”¹⁰³¹), é constituída por um quadrado de cantos cortados, formando um octógono de lados de dimensões diferentes realçando, desse modo, a forma quadrada que o gerou. Foi já salientado como a sua planta, volumes, ordens e decoração constituem uma síntese de diversas obras e tradições anteriores¹⁰³². Obedecendo a uma orientação tradicional (capela-mor a nascente, portal voltado a poente), outras duas portas abrem-se nos topos dos braços laterais. Numa composição simétrica em relação ao eixo definido pela entrada e pela capela-mor, situam-se dois púlpitos nas paredes que ladeiam o arco que separa esta do corpo da igreja, bem como duas escadas que conduzem ao coro alto, ladeando a galilé (estas situadas nos vértices do quadrado em que se inscreve o octógono interior).

De acordo com o esquema que Rob Krier fornece para a análise das tipologias planimétricas dos diferentes espaços, estes podem ser formados por figuras geométricas simples, ou a partir destas, por adição, penetração, torção, segmentação, perspectiva ou distorção (Fig. 156)¹⁰³³. Usando este critério, poderemos classificar a planta de Nossa Senhora da Piedade como um espaço obtido através de agregação, penetração e segmentação. De acordo com o mesmo autor e a metodologia que fornece também para a análise de espaços que se formam a partir do quadrado (Fig. 157), a noção de centralidade é dada nestes através da forma geométrica básica, obrigando a que a atenção se fixe nos espaços limítrofes, criando uma sensação de vazio no espaço central¹⁰³⁴.

Foi já salientado, também, como o pé direito da igreja até à cornija sobre a qual arranca a abóbada, é igual ao lado do quadrado em que se inscreve a cruz grega, e

¹⁰³¹ Trata-se efectivamente de um engano, pois deveria querer mencionar oitavada, dado Piedade e Vasconcelos ser, como está provado pela sua obra, um conhecedor de geometria e de arquitectura.

¹⁰³² Paulo Varela GOMES, *Arquitectura, religião e política em Portugal*, ob. cit., p.253.

¹⁰³³ Rob KRIER, “Elements of Architecture”, *Architecture Design* nº 53, London: E.G. Bond Ltd,1983, p. 19.

¹⁰³⁴ Idem, *Ibidem*, p. 21, figs. 1 e 2.

transforma o corpo do templo num cubo de cantos cortados ¹⁰³⁵, com planta que se exprime no exterior pelo zimbório, cujo tambor tem exactamente a mesma planta e dimensão do octógono, numa composição em que o exterior esclarece o seu sistema construtivo, tal como se verifica também na Igreja do Bom Sucesso de Lisboa ¹⁰³⁶ (Fig. 158). Parece-nos que a par da forma cúbica que nela podemos encontrar, e que se gerou a partir de importantes relações métricas como acabámos de referir, a leitura da Piedade de Santarém põe em evidência a existência desse prisma octogonal que integra o próprio zimbório (como podemos encontrar na já citada Capela do Bom Sucesso) e que, ao reflectir-se no exterior, exprime uma lógica de correspondência entre exterior e interior, que nos é legada pelo Renascimento.

Podemos considerar, assim, que a volumetria da igreja resulta da interpenetração destas duas formas, cubo e prisma octogonal, as quais podem ser entendidas como síntese de duas tendências, simultaneamente inspiradas quer pela geometria dos modelos renascentistas, quer por uma explícita influência e alusão à arquitectura militar (basta recordar a *Turris Davidica* da gravura *A Virgem da Imaculada Conceição Protectora da Restauração*, de Lucas Vorstermn II, datada aproximadamente de 1648) ¹⁰³⁷, e a importância que teve a criação da Aula de Fortificação por Luís Serrão Pimentel, em 1647, no riscar de formas poligonais, ou a influência que o mítico templo de Salomão teve na arquitectura da época, como por

¹⁰³⁵ Ou num prisma octogonal de proporções próximas das do cubo.

¹⁰³⁶ Paulo Varela GOMES, *Arquitectura, religião e política em Portugal*, ob. cit., p.254. Paulo Varela GOMES sugere que é possível que a Igreja de *Corpus Christi* tenha sido gerada, também, a partir de um quadrado de cantos cortados, salientando aplicação desta forma no aparato riscado por Nicolau de Frias para as exéquias de Filipe I nos Jerónimos, em 1599.

¹⁰³⁷ Esta gravura foi amplamente estudada pela primeira vez por Luís de Moura SOBRAL, in “Théologie et propagande politique dans une gravure de Lucas Vorsterman II: l’Immaculée Conception et la restauration de la monarchie portugaise de 1640”, *Nouvelles de l’Estampe*, 1988, 101-102, pp. 4-9, e na versão portuguesa “Teologia e propaganda política numa gravura de Lucas Vorsterman II: A Imaculada Conceição e a Restauração de 1640”, in *Do Sentido das Imagens*, Lisboa: Editorial Estampa, 1996, pp. 145 a 158. O autor refere a estada de Lucas Vorsterman II (1624-1667) em Portugal entre 1645 e 1648, bem como os autores que se referem às obras que cá terá executado, e analisa a iconografia da gravura, relacionando-a com o momento político que então se vivia, salientando a importância que adquiriria o culto da Imaculada Conceição, e o significado da *Turris Davidica*, motivo proveniente do Cântico dos Cânticos, adoptada na Litanias da Virgem do Loreto, que confere à gravura um cariz defensivo e militar.

exemplo, no Escorial, através de autores como Juan Bautista Villalpando (1552-1608), ou de Bernardino Amico.

Em qualquer uma das leituras propostas, é inegável que a planimetria da Igreja da Piedade revela a crescente importância do retomar da planta centralizada, cuja utilização tem sido já objecto de numerosos e amplos estudos na arquitectura portuguesa ¹⁰³⁸. Interessa-nos agora, mais do que um historial da sua aplicação, integrar esta obra no vasto percurso do arquitecto que agora se revela ser o seu mais que provável autor, João Nunes Tinoco.

Um ensaio semelhante à planta aqui esboçada, parece ter sido feito por João Nunes Tinoco ainda na década de 50 na *Capela do Sn.º Jezus* na Igreja da Divina Providência, como se pode deduzir da planta traçada por Paes de Meneses em 1748 ¹⁰³⁹.

¹⁰³⁸ Não pretendemos abordar aqui a problemática da planta centralizada, a qual já foi objecto de estudo por parte de numerosos autores. Como já referimos noutra texto, a planta centralizada, sobretudo a poligonal, aparece-nos já na Antiguidade plenamente assumida na Domus Áurea de Nero e, ao criar espaços complexos, de grande dinâmica e qualidade, justifica a sua adopção em larga escala, pelas potencialidades que apresenta como elemento de ligação, em especial na arquitectura termal (Teresa Maria da Trindade de Campos COELHO, *Conímbriga: Termas do Aqueduto: Integração Urbana. Estudo Arquitectónico*. Tese de mestrado em História da Arte, Univ. Nova de Lisboa, Lisboa: 1993 (texto policopiado), p.37 a 47. Desempenhando um papel igualmente importante na Idade Média, nos *martyria* e baptistérios (preferindo estes últimos a forma octogonal, símbolo de ressurreição) assumir-se-ia como referência no Renascimento, integrando a tratadística da época, a que não ficariam alheios os arquitectos portugueses. Está também comprovado que a preferência tridentina pela planta longitudinal não evitou, entre nós, que a planta centralizada fosse esquecida, estando frequentemente ligada ao cultos Mariano e do Santíssimo. Da bibliografia sobre a importância da planta centralizada em Portugal, quer no Renascimento, quer no século XVII, salientamos: Ayres de CARVALHO, *As obras de Santa Engrácia e os seus artistas*, Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1971; Rui Manuel da Silva MATOS, *A Arquitectura Religiosa de Planta Centralizada no Renascimento*, Tese de maestr. Hist. da Arte, Lisboa: 1996 (texto policopiado); Paulo Varela GOMES, *Arquitectura, religião e política em Portugal no século XVII: a Planta Centralizada*, 1ª ed., Porto : FAUP-Faculdade de Arquitectura, 2001.

¹⁰³⁹ BN, *Secção de Iconografia*, D 12 R, inventariada por Ayres de CARVALHO no *Catálogo de Desenhos*, ob. cit., pp. 87 e 88, referida e publicada por Paulo Varela GOMES, "As iniciativas arquitectónicas dos Teatinos em Lisboa, 1648-1698, (mais alguns elementos) ", in *Penélope. Fazer e desfazer a História*, nº 9/10, Lisboa: Editorial Cosmos, 1993, pp. 72 a 82; Paulo Varela GOMES, *Arquitectura, religião e política em Portugal*, ob. cit., p.325 Sobre a intervenção de João Nunes Tinoco na Divina Providência, cf. o capítulo anterior.

O mesmo tambor octogonal veríamos noutras obras da autoria de João Nunes Tinoco, ou com forte possibilidade de serem da sua autoria, como a Igreja do Mosteiro do Bom Sucesso em Belém (que lhe é, também, frequentemente atribuído ¹⁰⁴⁰), no zimbório da Igreja do Socorro que, como atrás divulgámos, pensamos resultar de uma campanha de obras por si planeada e dirigida em 1667 ¹⁰⁴¹, bem como na Igreja dos Agostinhos de Vila Viçosa que poderá ter sido por si concluída cerca de 1677, após uma intervenção atribuída a Teodósio de Frias.

Já no que diz respeito ao prisma octogonal conjugado que podemos observar na Igreja do Bom Sucesso em Belém, ele apresenta fortes semelhanças com as gravuras publicadas por Bernardino Amico ¹⁰⁴² poucos anos antes da sua fundação, em especial com a que diz respeito ao *Templo da Ascensão* (Fig. 159).

No interior, uma decoração exacerbada e inadequada, posteriormente aposta, mostra que a época em que foi feita em nada entendeu o projecto de João Nunes Tinoco – no seu horror ao vazio, tentou anular aquela que era uma das principais características do projecto, como testemunho de uma fase em profunda mudança,

¹⁰⁴⁰ Apesar de o processo para a fundação do Convento ter sido iniciado ainda na década de trinta do século XVII, a primeira pedra só foi lançada em 1645, sendo frequentemente atribuído o projecto a João Nunes Tinoco. Em 1626, D. Iria de Brito, viúva do 2º Conde da Atalaia, iniciaria o processo para a fundação de um convento de monjas jerónimas neste local para o que doou a quinta que aí possuía. Em 1639, o dominicano irlandês Frei Domingos do Rosário pedia a Filipe III para que o mosteiro fosse entregue a monjas dominicanas irlandesas, o que veio a verificar-se (ficando o Convento subordinado ao frades dominicanos do Corpo Santo).

¹⁰⁴¹ Como vimos no capítulo anterior, João Nunes Tinoco apresentava um parecer incluso no contrato entre a Irmandade do Santíssimo Sacramento e a Santa Casa da Misericórdia, administradora da Capela-Mor da Igreja, em como as obras que se queriam fazer “...*senaõ bulle em paredes né nas casas que estaõ por detras e som. te se atrai para diante o que pede a traça...*” fazendo supor que as mesmas envolvessem o cruzeiro e, como tal, a cúpula octogonal deverá datar dessa campanha de obras.

¹⁰⁴² Bernardino AMICO, *Trattato delle Piante et Immagini de Sacri Edifizi di Terra Santa*, Firenze: Pietro Cecconcelli, 1620, fig.33 (*Santo Sepulcro*) e a fig.34 (*Templo da Ascensão*). Bernardino Amico de Gallipoli foi guardião do Santo Sepulcro da Terra Santa, tendo realizado, no tempo que lá permaneceu, o levantamento rigoroso dos monumentos que viria a ser publicado, em várias edições, desde o início do século XVII. Segundo Juan António RAMIREZ (in “Evocar, reconstruir, tal vez sonar *Dios Arquitecto*. J.B. Villalpando y El Templo de Salomón, Madrid: Ediciones Siruela, 1995, p.12), a ele se deve a verdade sobre a construção do Templo de Salomão, esclarecendo, de vez, que o templo centralizado que habitualmente era identificado com ele (conhecido como *Cúpula do Rochedo*) se tratava, na realidade, de um outro templo construído sobre o primitivo Templo de Salomão que tinha uma planta rectangular. Na planta do *Templo da Ascensão*, podemos ver a seguinte legenda: “A - *forma de um pé de N. Sig. te Giesu X. pto*; B - *dove orano li Turchi, sia per mezzo giorno*; C - *lume superiore*”.

cuja verdadeira dimensão só pode ser entendida quando nos abstraímos dessa mesma carga decorativa – a presença de panos murários quase lisos, seguindo uma tradição chã, animados apenas pelo jogo de contrastes cromáticos que pontuam os elementos arquitectónicos, de decoração ainda muito contida (mesmo a nível do exterior) como, de resto, temos vindo a encontrar em toda a obra de João Nunes Tinoco, e até mesmo em alguns trabalhos do pai, Pedro Nunes Tinoco, e que se pode observar ainda em toda a sua expressão nos espaços anexos, como a sacristia. Os tempos de mudança anunciavam-se, sobretudo, a nível da planimetria.

3. A migração de formas

As relações proporcionais observáveis na volumetria de Nossa senhora da Piedade, resultam também, indubitavelmente, das que são observáveis na sua planimetria, na qual podemos estabelecer um paralelo com as plantas da Academia Nacional de Belas Artes assinadas por um *Tinoco* (Figs. 160 e 161). Tradicionalmente atribuídas ao Padre Francisco Tinoco, na qualidade de mestre de João Antunes a quem se atribui, por sua vez, o projecto de Santa Engrácia (elas têm sido interpretadas como estudos para esta igreja), pensamos que possam ser, na realidade um desenho de João Nunes Tinoco¹⁰⁴³ ou, mais provavelmente, de Luís Nunes Tinoco que, já na qualidade de aprendiz de arquitectura acompanhou o pai na vistoria à capela-mor da Igreja de Santa Engrácia, em 26 de Fevereiro de 1681¹⁰⁴⁴. Conhecida é, também, a intervenção de João Nunes Tinoco, naquela que poderá ter sido uma curta passagem pela obra de Santa Engrácia - falecido Mateus do Couto (Tio), as obras ficariam de novo paradas. Nos livros só volta a fazer referência a uma intervenção por parte de João Nunes Tinoco, em 1673, depreendendo-se que deverá ter sido transitório, no impedimento

¹⁰⁴³ Hipótese já sugerida por Vítor SERRÃO em *Santarém...*, ob. cit., p. 86.

¹⁰⁴⁴ Ayres de CARVALHO, *As Obras de Santa Engrácia e os Seus Artistas*, ob. cit., p. 33.

de Mateus do Couto sobrinho: “ Em 8 de Julho de seis centos e setenta e tres asentou a mesa q a Joam Nunes Tinoco se lhe não pague ordenado, e só a obra q se lhe recomendace sem ser por salario nem obrigação e som.^{te} por paga do seu trabalho se lhe dé o q deverem ” ¹⁰⁴⁵.

Estes desenhos poderão ter sido feitos nesse âmbito, muito possivelmente influenciados pelo desenho realizado para Nossa Senhora Piedade. Fundamentamos a nossa atribuição em alguns factores que consideramos importantes analisar. Primeiro, em nenhum dos *curricula* do Padre Tinoco, apresentados em 1697 ¹⁰⁴⁶ e 1711 ¹⁰⁴⁷, respectivamente, é mencionada a obra de Santa Engrácia; em segundo lugar, o Padre não assinava apenas Tinoco, mas Tinoco da Silva, como podemos verificar na documentação que analisámos, muito provavelmente para o diferenciar desta outra família de arquitectos, e para realçar a sua origem; em terceiro lugar, a lógica que encontramos na planta da Piedade, quer no que diz respeito à distribuição dos espaços, quer em relação às proporções, repete-se também nas plantas da Academia. Estabelecida esta relação, resta-nos agora esboçar uma possível sequência para as mesmas. Aceitando que terão ter sido estudos para Santa Engrácia (poderíamos pôr, como hipótese remota, de que se tratavam de alternativas para a própria Igreja da Piedade), a lógica dos elementos do plano, leva-nos a admitir que a planta resultará de um “aperfeiçoamento” da planta desta, um exercício que junta já à planta anterior, uma dinâmica representada pelas características mistilíneas, que iremos encontrar em Santa Engrácia, e que não estão ainda presentes na Piedade. É possível, como tal, que se trate de um estudo realizado depois da vistoria de 1681 (na qual se determinou a demolição do existente, com a realização de um novo projecto), adoptando uma solução centralizada que deverá ter tido grande sucesso na época, e à qual se juntava agora um dinamismo inovador. A relação entre Nossa Senhora da Piedade e Santa

¹⁰⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p. 29.

¹⁰⁴⁶ Cf. I PARTE, **Doc. 68 – Inédito**.

¹⁰⁴⁷ Cf. I PARTE, **Doc. 69 – Inédito**.

Engrácia tem sido já amplamente referidas, quer na semelhança que se pode encontrar no seu desenho ¹⁰⁴⁸, quer na sucessão de formas nela implícita: “*Em relação à Piedade, Santa Engrácia excede-a em dimensões, volumetria e qualidade decorativa. As diferenças encontradas pontuam exactamente dois momentos diferentes da conjuntura e a uma arquitectura feita em tempo de guerra sucede uma arquitectura áulica anunciadora de novos e dasafogados tempos. No desejo de mudança que anima a arquitectura pós-Restauração, ambas se irmanam, mas Santa Engrácia completa e dá nova inflexão às propostas da igreja escalabitana.*” ¹⁰⁴⁹

Outros factores reforçam, ainda, a nossa hipótese. Quando é realizado o novo projecto para Santa Engrácia, que deverá ter sido realizado pouco depois da vistoria de 1681, João Antunes não era sequer aprendiz, contrariamente a Luís Nunes Tinoco que detinha esse cargo já desde 1677, e trabalhava ajudando Mateus do Couto (responsável pela Igreja) estando, como tal, em melhor posição para assinar esses estudos (a assinatura constante nestas plantas tem grandes semelhanças com outras que Luis faz em inúmeras portadas de livros). Grandes são também as semelhanças que uma delas apresenta com a planta de uma gravura dos *Grands Temples* (Edifício E) de Jacques Androuet du Cerceau (Fig.162), autor que teria grande influência no trabalho de Luís Nunes Tinoco, como veremos mais tarde ¹⁰⁵⁰. Parece-nos, assim, que existe uma estreita relação entre o projecto executado para a Igreja da Piedade e a planimetria ensaiada nas plantas entendidas como projectos para Santa Engrácia.

Para além da possível filiação em projectos anteriores como os dos conventos do *Corpus Christi* ou o do Bom Buccesso, este que parece ser directamente influenciado por Bernardino Amico, também, a Piedade apresenta uma grande semelhança, a nível simbólico e de desenho, com um outro exemplo que nos chega de fora – sobretudo a nível da volumetria poderíamos afirmar que ele se filia directamente em Santa Maria

¹⁰⁴⁸ Vítor SERRÃO, *Santarém...*, ob. cit., p. 86.

¹⁰⁴⁹ José Fernandes PEREIRA, “ Resistência e aceitação do espaço barroco: a arquitectura religiosa e civil”, *O Limiar do Barroco, História da Arte em Portugal*, Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 42.

¹⁰⁵⁰ Cf. IV PARTE, Cap. 2.

delle Carceri, no Prato, projecto de Giuliano da Sangallo (c. 1443-1516), arquitecto dilecto de Lourenço de Medici (1449-1492), executado entre 1486 e 1495 - a própria lenda de Nossa Senhora da Piedade tem fortes semelhanças com a da Virgem do santuário italiano¹⁰⁰⁷ (Fig. 163).

Apesar das diferenças que existem entre um e outro projecto - no templo italiano os panos de fachada articulados em dois pisos são divididos por uma expressiva cornija, corpo central cilíndrico, remate em frontão em cada um dos braços da cruz grega, na Piedade, também com dois pisos, essa divisão não existe, tal como não existe o remate em frontão, e o corpo central é, como já vimos, octogonal – são grandes, no entanto, as semelhanças: nas proporções dos braços que formam a cruz grega, no mesmo número de pisos, e numa mesma composição axial formada por portal com janelão ao nível do 2º piso.

A dúvida que se nos coloca é saber se João Nunes Tinoco conheceria o projecto de Giuliano da Sangallo (que o mesmo retomaria para S. Pedro de Roma, e que o irmão, António da Sangallo, utilizaria também San Biagio, em Montepulciano, em 1518) e, em caso afirmativo, como terá chegado até nós o seu desenho.

Vimos, a propósito de Santa Cruz de Coimbra, como no século XVI nos chegaram gravuras que terão influenciado esse projecto, para além de toda a tratadística que tem sido frequentemente referida¹⁰⁵¹. No caso do projecto para a Piedade, essa migração de formas poderá ter chegado por uma outra via, talvez através de algum desenho ou apontamento esquiçado por um seu colaborador, Andrea Sansovino (c. 1467-1529), que com ele trabalhou em vários projectos. A importância da presença de Sansovino em Portugal, entre 1492 e 1501, foi já estudada por Rafael Moreira¹⁰⁵²: em Portugal terá feito o projecto para o túmulo de D. João II,

¹⁰⁵¹ Remetemos, uma vez mais, para o artigo de Marie-Thérèse Mandroux-França *L'image ornementale et la littérature artistique importées du XIe au XVIIIe siècle : un patrimoine méconnu des bibliothèques et musées portugais*, Porto : Câmara Municipal, 1983.

¹⁰⁵² “Andrea Sansovino au Portugal (1492-1501)”, in *Revue de l'Art* nº 133, 2001, pp. 33 a 38.

de acordo com o desenho que lhe é atribuído por Vasari, e que hoje se conserva no Gabinete de Estampas dos Uffizi, em Florença ¹⁰⁵³.

Não deixa de ser curioso que Sansovino tenha trabalhado com o mesmo Sangallo na Villa que este construiu para Lourenço de Medicis em Poggio Caiano, e que é apontada como uma possível influência para o Palácio Fronteira ¹⁰⁵⁴ ...

Para além de toda a retórica política e religiosa que queira transmitir, o projecto Nossa Senhora da Piedade tem um significado mais profundo representando, dentro dos quadros da arquitectura da época, um espírito aberto à inovação que anunciava, ainda que timidamente, aquelas que iriam ser as grandes transformações do Barroco, plenamente assumidas então já em Santa Engrácia .

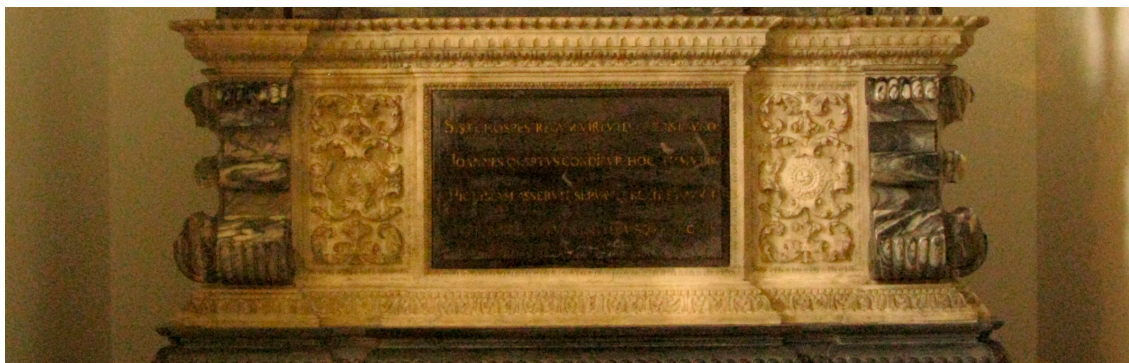
¹⁰⁵³ *Idem, Ibidem*, pp. 35 e 36.

¹⁰⁵⁴ Cristina CASTELO-BRANCO, *An Analysis and Restoration Proposal for a Seventeenth Century Garden*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Massachussets Boston: 1989, p. 367.

III Parte - João Nunes Tinoco, arquitecto da *Casa das Senhoras Rainhas*

Capítulo 5

Em S. Vicente de Fora: “*avendo respeito a suficiencia e muita continuação*”



*

” (...) *tem o tumulo outras perfeções que o fazem digno de respeyto, porque ainda que por razam do lugar que hade ocupar o sacrário nam se pode levantar muyto a obra do tumulo que lhe fica por bayxo, nam deyxou porem inda assim de sair muyto perfeyta, tanto pella boa qualidade dos finos marmores que dam materia ao tumulo, como pella boa forma e perfeçam com que elle está obrado, terminando-se na sua altura com as armas reaes, sobre as quaes assenta huma corôa de marmore muy fino e branco, obrada com a mayor perfeçam.* “

História dos Mosteiros

1. Principais campanhas de obras após a Restauração

Nomeado arquitecto e mestre das obras da Igreja de S. Sebastião e de S. Vicente em 8 de Fevereiro de 1641 ¹⁰⁵⁵, João Nunes Tinoco sucederia assim, a Pedro Nunes Tinoco na direcção da obra, com a qual deveria estar já familiarizado como se pode depreender da sua nomeação, “ (...) *eu hey por bem fazer merce a João Nunes tinoco que por minha ordem estudou Architectura do cargo de arquitecto, e mestre das*

* Túmulo de d. João IV em S. Vicente de Fora, Lisboa (Fota da Autora).

¹⁰⁵⁵ Cf. I PARTE, **Doc. 7.**

obras da Igreja de São Sebastião e São Vicente de fóra que vagou por falissimento de p.º nunes tinoquo seu pay proprietario que foi do dito cargo avendo respeito a suficiencia e muita continuação que tem nos papeis que se lhe emcarregarão por minha ordem; e sirvirá o dito cargo assy e da maneira que o fazia o dito seu pay (...)”, tanto mais que, seguindo possivelmente uma tradição profissional e familiar, desde bastante jovem deveria acompanhar o pai nos seus muitos trabalhos. Basta relembrar que com apenas quinze anos era nomeado aprendiz e, segundo essa mesma nomeação, como vimos, demonstrava já habilidade, dando traças para encomendas reais ¹⁰⁵⁶.

Escassos ou praticamente inexistentes são os relatos da sua actividade na direcção das obras do Mosteiro nos anos imediatamente a seguir à Restauração o que se deveu, sem dúvida, ao período difícil que então se vivia, obrigando a que todos os esforços construtivos e económicos se concentrassem na defesa do Reino. Isto mesmo se depreende das palavras de Frei Nicolau de Santa Maria na sua *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho* ao descrever o triénio em que o Padre Luis da Silveira, terá sido eleito Prior Geral pela segunda vez, em 9 de Maio de 1647, “(...)gouvernou o P. Prior géral este seu triénio cõ muita paz, & consolação de todos os Religiosos, & não fez obras por acudir cõ as Decimas a Sua Magestade pera defensão deste Reyno...” ¹⁰⁵⁷, mostrando que todos contribuíam, financeiramente, para essa mesma defesa.

Isto mesmo parece também sugerir o autor da *História dos Mosteiros* quando esboça, em 1704, um pequeno balanço das verbas gastas na obra ¹⁰⁵⁸:

“Mas pera que agora se veja com quanta razam merece o Real e magnifico templo e mosteyro de Sam Vicente o titulo de sumptuosissimo se

¹⁰⁵⁶ ANTT, *Chancelaria de Filipe III, Mercês*, L.º 23, fl. 386v. SOUSA VITERBO, in *Dicionário...*, ob.cit., Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Volume III, pp. 112 e 113 (Cf. I PARTE, **Doc.6**).

¹⁰⁵⁷ Dom Nicolau de SANTA MARIA, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho : primeira parte : dividida em VI Livros*, Lisboa : na Officina de Joam da Costa, 1668, Livro X, pp. 422 e 423.

¹⁰⁵⁸ *História dos Mosteiros...*, ob. cit., Vol. I, p. 46.

deve considerar que desde o mez de Agosto de 1582 em que começou a obra a este presente anno de 1704 se tem dispendido na obra da igreja, assim interior como exterior, claustros e sanchristia, quinhentos e quarenta e hum mil cruzados, e com esta despeza tam grande resta ainda pera fazer a muyta que demanda a obra da capella-mor, de seo retabolo, do côro que fica por detras delle, capellas grandes do cruzeyro e as sinco que estam ainda por aperfeiçoar e ornar no corpo da igreja, e sobre isso o que falta na obra dos claustros e da sanchristia, o que tudo sem duvida acrescentará muyto a despeza referida. E se ao que fica ditto juntarmos o muyto custo que tem feyto a nova fabrica do convento, do qual a despeza corre só por conta delle, e tendo começado no anno de 1671 consta pello livro da despeza das obras do convento que até o Sam Joam de 1704 se tem dispendido duzentos oito mil seyscentos e sincoenta cruzados advertindo que a obra que se fez até ao anno de 1660 foy com muyto mayor commodidade, assim no custo dos materiaes como nos jornaes dos officiaes e serventes, cujos preços depoyos do ditto tempo pera cá tem crescido todos muito “.

São várias as consultas e cartas trocadas entre o Rei e o Senado de Lisboa, em 1650, sobre as despesas das obras que corriam em S. Vicente, mostrando uma grande preocupação com essas mesmas despesas e o seu controlo. Nesse mesmo ano, como já vimos, João Nunes Tinoco terá realizado a planta da cidade de Lisboa, e os esforços concentravam-se no reforço das suas portas e muralha, de acordo com a vistoria e orçamento então realizado por Mateus do Couto Tio ¹⁰⁵⁹.

É assim que, de acordo com o assento de várias resoluções régias efectuado

¹⁰⁵⁹ Livro III de Consultas e Decretos de El Rey D. João IV, fls 35 a 37; Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1ª Parte, Tomo V, Lisboa: Typographia Universal, 1891.

em 7 de Maio desse ano, se determinava que haveria “...um apontador que assista ás férias; e que no pagamento «d'ellas sejam presentes os mestres da dita obra, dando a cada um sua certidão jurada de como são pagas todas as pessoas occupadas nas ditas obras, e que depois entrará S. Mag.^{de} com o conto de réis, na forma da promessa dos senhores reis seus antecessores, e que o architecto terá cuidado de ir vêr, duas vezes na semana, as obras se se fazem conforme a traça d'ellas...”¹⁰⁶⁰.

Decidia-se também “ que ao architecto se lhe pague seu ordenado aos quartéis, e a «decima fiquena mão de quem lhe pagar, para dar razão d'ella; e «cobrar a certidão da pessoa a quem pertence cobrar esse dinheiro das decimas, para lh'o haver de levarem conta quem lh'as tomar (...) Foi mais S. Mag.^{de} servido resolver que as decimas passadas se lhes descontem em dois annos ; e que o apontador e architecto dê conta ao senado, cada mez, do que se tem obrado, e as despezas que se fizerem sejam assignadas pelos ministros d'elle ...”¹⁰⁶¹.

Em Julho seguinte, pediam os frades de S. Vicente ao Senado que o seu presidente, vereadores e um contador effectuassem uma vistoria ao Mosteiro¹⁰⁶², ficando decidido que ao apontador se lhe daria “dois tostões por dia, e a pessoa se encomenda ao mester Agostinho Rodrigues...”¹⁰⁶³. Determinava-se, ainda, que se fizesse um inventário de toda a pedraria que estivesse no telheiro e no arraial, para ser entregue ao apontador que entrasse, e assim todas as mais coisas que pertencessem à obra e tivessem sido compradas para ela, inventário esse que deveria ser feito por Agostinho Rodrigues e João Luiz, *mestre da cidade*, e por um escrivão por

¹⁰⁶⁰ Livro IV de Assentos do Senado, fl. 32. Cf. Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História...*, ob. cit., 1ª Parte, Tomo V, pp. 206 e 207. No mesmo assento determinava-se, ainda, por questões económicas, que o carro da água necessária para as obras passe a ser feito por um aguadeiro, dispensando-se as juntas de bois e o jumento, e que o areal onde se fabricam as pedras se faça junto ao telheiro, para evitar qualquer transporte.

¹⁰⁶¹ Idem, *Ibidem*.

¹⁰⁶² Livro II de Consultas e Decretos de El Rey D. João IV, fl. 281; Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1ª Parte, Tomo V, Lisboa: Typographia Universal, 1891, pp. 210 e 211.

¹⁰⁶³ Livro IV de Assentos do Senado, fl. 36. Cf. Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História...*, ob. cit., 1ª Parte, Tomo V, pp. 215.

eles nomeado ¹⁰⁶⁴.

A 30 de Agosto do mesmo ano continuava ainda a polémica em torno das contas do Mosteiro, tendo o Senado decidido, de acordo com a resolução régia ¹⁰⁶⁵, que

¹⁰⁶⁴ Idem, *Ibidem*.

¹⁰⁶⁵ Livro I de Registo e de Consultas dos srs Reis D. João IV e D. Affonso VI, fl. 62v. Publicado por Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História...*, ob. cit., 1ª Parte, Tomo V, pp. 240 a 242:

«O contador João Borges de Moraes, conforme a resolução que «se tomou em presença de S. Mag.de, sobre as duvidas que moveu na conta que deram os rehgiosos de S. Vicente, da despeza «que se faz na obra da egreja e mais requerimentos que fizeram, continue a dita conta e a acabe, com as advertências seguintes:

1.º Que por ora n'esta conta lhes leve em despeza o gasto que «fizeram com o mantimento das Irez juntas de bois e do asno, com declaração que das ditas trez juntas lhes ficará só uma com um carro e um carreiro para todo o serviço das ditas obras, e o asno para tirar agua para ellas e trazer a que mais fôr necessaria para os officiaes beberem, e lhes alvidrará cincoenta mil réis «para o mantimento, assim dos bois como do asno, soldada de um «carreiro e concerto do carro. E as duas juntas que hão por escusas, sendo compradas com o dinheiro applicado ás obras (o que se verá pelas contas passadas), querendo-as os. religiosos se «lhes carregará o que justamente valerem, e não as querendo se venderão, e do procedido se fará receita;

2.º Que da compra dos paus, que dão em despeza, se lhes levará em conta os que dizem têm gasto até o presente, pelo «preço em que os estimarem, e os mais ficarão aos religiosos, cujos eram, para fazerem d'elles o que lhes parecer ; e quando se hajam mister ao diante se comprarão outros, accomodados ao particular a que forem necessários

3.º Que ao architecto se lhe fará desconto no ordenado que fôr vencendo, da decima que não tem pago, e ao diante a irá sempre pagando por ser ordenado e não jornal o qual vence com o dito officio;

4.º Que confirmem o padrão por S. Mag.^{de} e que os dois mestres, a que chamam aparelhadores, que hão de ter para a dita obra, será para o de pedraria e alvenaria João Luiz, mestre da cidade, e o de carpintaria se lhe nomeará quando houver necessidade d'elle;

5.º Que de hoje em diante haverá um apontador, que será Francisco da Silva, architecto, a quem se dará 200 réis por dia, «nos que forem de trabalho, que se lhe pagarão nas férias, o qual será obrigado a assistir sempre na dita obra, apontando todos os «oiíiciaes e mais pessoas, que trabalharem n'ella, em um livro, que terá para o ponto de cada dia, d'onde os passará aos cadernos das férias em que hão de receber suas pagas ;e quando se fizerem as ditas férias assistirá a ellas para satisfazer a alguma duvida, se se offerecer, sobre o ponto, tendo grande vigilância em vêr se os oiíiciaes trabalham, e em não lançar mais no ponto que o tempo que os officiaes assistirem na obra, para que justamente se lhe paguem só os jornaes que merecerem ;e ao pagar das férias também assistirão os mestres aparelhadores, e feita a fêria se íará pelo escrivão um termo de encerramento do que importou, em que assiguarão assim o apontador como os ditos mestres ; e guardada esta forma se levarão em conta;

6.º Far-se-ha um inventario de toda a pedraria que estiver assim no arraial, como no telheiro, e n'elle se escreverão todas as mais cousas que servem na fabrica da dita obra, o qual inventario fará João Luiz, mestre da cidade, que está nomeado para aparelhador da dita obra, com assistência do mester Agostinho Rodrigues, e por um escrivão que para o escrever escolherão, presente também o apontador, a quem se entregará o dito inventario, depois de feito, para que por elle conste o que estava já comprado e pago, quando se fez esta conta, e se lance de novo o que mais se fôr comprando, para que corra a despeza com distincção e se não confundam as cousas que se comprarem de novo, de que se não tem tomado conta, nem levado em despeza, com as que já estavam compradas e levada em conta a despeza d'ellas;

7.º Que o livro, que os religiosos fizerem cada anno para a «conta que se ha de tomar no senado, será rubricado e numerado pelo vereador do pelouro das obras, e n'elle se façam títulos separados dos

passaria a haver um apontador, o arquitecto régio Francisco da Silva (*Tinoco*, tio do Padre Francisco Tinoco da Silva) a quem seriam pagos 200 réis por dia, com a obrigação de registar o trabalho de cada um dos operários. Esta nomeação terá estado na origem do conhecido episódio, a que já fizemos referência, da tentativa de dispensa de João Nunes Tinoco da condução da obra, e sua substituição por Francisco Tinoco, como terá proposto o vereador Francisco de Valladares, de acordo com a consulta do Senado ao Rei, datada também de 30 de Agosto: *“e também lhe pareceu [a Francisco de Valladares] que, supposlo V. Mag.^{de} nomear por apontador Francisco da Silva, architecto de V. Mag.de se poderia escusar outro architecto que tem, com que se ficam poupando os 60\$000 réis de ordenado que leva cada anno “*¹⁰⁶⁶. O Senado não terá sido sensível a esta proposta alegando que *“ no que toca ao architecto, não obstante o parecer do vereador Francisco de Valladares, pareceu aos mais ministros que o architecto João Nunes Tinoco, que até agora serve, se lhe deu este officio por ser filho do architecto Pedro Nunes Tinoco, que correu com as mesmas obras, de que está de posse ha muitos annos, e se não deve V. Mag.^{de} servir tirar-lhe o officio por se acrescentar apontador de novo, que é para outra cousa mui diversa “*. Apesar da sugestão de *poupança* contida na proposta do vereador, o Senado estava bem consciente da importância do trabalho de João Nunes Tinoco, como sucessor do pai, e da diferença entre o cargo de *apontador* e o de *arquitecto da obra* mesmo que, como neste caso, o apontador designado fosse um arquitecto régio. De qualquer modo o Senado reconhecia, indubitavelmente, a importância de João Nunes Tinoco como

géneros das cousas que compram e despendem; e passando as addições das compras de mil réis assignarão as partes que os receberem, sem o que se não levarão em conta, por ser este o estylo usado em todas as despezas que se fazem da fazenda de S. Mag.^{de};

8.º Feita a vistoria da obra, que se manda fazer cada anno, e a conta do que se despendeu n'ella, se se achar que não estão despendidos os quatro mil e quinhentos cruzados applicados à dita obra, o que faltar para cumprimento será dinheiro com que os religiosos irão continuando o anno seguinte, e até o terem despendido (o que mostrarão) se lhes não passará certidão para cobrar outro “.

¹⁰⁶⁶ *Livro II de Consultas e Decretos de El Rey D. João IV*, fl. 287; publicado por Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1ª Parte, Tomo V, Lisboa: Typographia Universal, 1891, p. 242. A documentação mostra que Francisco de Valladares terá levantado, também, algumas objecções às contas apresentadas pelos frades de S. Vicente. Questões relacionadas com a administração das verbas para as obras foram constantes ao longo dos tempos, entre os frades vicentinos e o Senado, como se pode inferir quer da documentação municipal, quer do acervo documental do Mosteiro existente no ANTT.

arquitecto na direcção dos trabalhos.

Ao propor-se que fosse substituído por um apontador, sem necessidade aparente de um arquitecto projectista, tanto quanto uma possível demonstração de esfera de influências (que poderia ter na mente de Francisco de Valladares, a substituição de João Nunes Tinoco por Francisco Tinoco), este incidente pode indiciar, também, que estava já definido todo o plano do Mosteiro ou, em alternativa, que o ritmo da obra não seria o desejado, correndo muito lentamente, sem necessidade desse mesmo arquitecto projectista. Inclino-nos mais para esta última hipótese, tendo em atenção a já referida conjuntura económica e política.

Se se afigurou tarefa árdua, praticamente impossível, distinguir na obra de S. Vicente aquilo que terá resultado da traça de Baltazar Álvares da de Pedro Nunes Tinoco (já para não falarmos na tão discutida polémica em torno da autoria do projecto inicial, que nos coloca Herrera, Terzi ou Baltazar Álvares como possíveis autores), será igualmente difícil definirmos com precisão os ritmos construtivos de S. Vicente de Fora após a Restauração, por escassez de dados, e até mesmo percebermos o que terá resultado da mão de João Nunes Tinoco, ou da do seu filho Luís. Uma vez mais teremos que nos socorrer dos relatos dos cronistas, com todas as reservas que os mesmos possam levantar, as quais se colocaram logo sobre a possível atribuição da traça a Filipe Terzi.

A João Nunes Tinoco coube certamente o lançamento do corpo conventual e, senão a totalidade, a esmagadora maioria da construção dos seus dois claustros, pelo menos a nível do piso térreo. A dúvida que se nos coloca refere-se à autoria dos respectivos desenhos. Vimos anteriormente como os claustros obedecem a uma tipologia usual, pelo menos desde inícios do século XVII, apresentando grandes semelhanças com o do Convento de Jesus e o de Santa Marta, este último atribuído a Pedro Nunes Tinoco (vimos igualmente que a intervenção realizada por João Antunes

em Santa Marta, no final do século XVII, repôs os elementos arquitectónicos da campanha de Pedro Nunes Tinoco).

É quase certo, como tal, que em S. Vicente João Nunes Tinoco tenha dado continuidade a um projecto já delineado, como tem sido frequentemente salientado: “*Seguindo a traça aprovada por Filipe II, a João Nunes Tinoco coube apenas actualizar a linguagem arquitectónica do Mosteiro, ora reduzindo-a a uma expressão simplificada, como ocorre no perfil seco dos pilares claustrais ou no desenvolvimento dos alçados exteriores, de grandes superfícies murárias rebocadas, pontuadas por vãos austeros de cornija saliente e rematadas nos topos por pilastras de cantaria, ora recorrendo a um hiperdecorativismo barroco em elementos de aparato, como aquele que se descobre na entrada da portaria, de ordem coríntia fantasiada, pilastras-volutas e frontão cordeado com o escudo real empunhado por putti, aliás um tipo de ornamentação comum a outras peças conhecidas do Tinoco*”¹⁰⁶⁷. Pensamos, no entanto, que o grande contraste entre a expressão simplificada e o hiperdecorativismo barroco, aqui salientado, se deve sobretudo à colaboração de Luís Nunes Tinoco que, nomeado aprendiz em 29 de Setembro de 1677¹⁰⁶⁸ (teria então mais de trinta anos), deveria estar já a trabalhar com o pai desde longa data (como acontecera com as gerações antes de si), mesmo antes desta nomeação. Isto mesmo parece-nos ser perceptível na realização do túmulo de D. João IV, como adiante analisaremos. É bastante provável que já no fim da longa vida de João Nunes Tinoco (relembramos que quando faleceu em 1690, teria perto de setenta e quatro anos de idade, e sessenta de profissão¹⁰⁶⁹), a obra tenha sido dirigida também em parceria com o filho Luís Nunes Tinoco, que lhe sucederia no cargo.

¹⁰⁶⁷ Miguel SOROMENHO, “Hum dos mayores e magnificos templos não só de todo o reyno mas da Europa: a obra filipina”, in *Mosteiro de São Vicente de Fora : arte e história*, SALDANHA, Sandra Costa (coord.), Lisboa : Centro Cultural do Patriarcado, 2010, p. 143.

¹⁰⁶⁸ Cf. I PARTE, **Doc. 21**.

¹⁰⁶⁹ Cf. I PARTE, **Docs. 6, 17 e 52**.

A descrição dos gastos feita na *História dos Mosteiros* é da máxima importância pois permite-nos desvendar um pouco desses mesmos ritmos construtivos. Vemos, assim, que em 1704 faltava ainda o retábulo da capela-mor, retro-coro, capelas do cruzeiro e que, apesar da inauguração da igreja ter sido efectuada em 1629, estava ainda por adornar a esmagadora maioria das capelas da nave. O autor sugere também que a obra foi extremamente lenta até 1660, *com mayor commodidade no custo de materiaes como de jornaes*, retomando novo impulso em 1671, quando se efectua a trasladação do corpo de D. João IV para o novo mausoléu na capela-mor, ano que parece ter sido de grande importância para João Nunes Tinoco, a julgar pela quantidade de obras de índole teórica em que neste período colabora, como anteriormente referimos, e pela dedicatória que faz do manuscrito de Pedro Nunes Tinoco sobre a condução das águas à cidade “ *Dedicado. Ao illustre senado da Camara, Por Joaõ Nunes tinoco Architeto de S. A. F.º do Architeto P.º nunes tinoco q fes o dito Roteiro. Anno 1671*”¹⁰⁷⁰. Prova do vigor com que então o Mosteiro iniciava um novo ciclo de obras, foi também a necessidade que houve de se proceder à delimitação da respectiva cerca em 1673¹⁰⁷¹.

A ele não foi também alheio o clima económico e político mais favorável que se vivia, após a assinatura do tratado de paz em 1668, que punha fim às Guerras da Restauração, permitindo uma nova dinâmica construtiva por todo o Reino e em especial na cidade de Lisboa, como se depreende da consulta efectuada pelo Senado ao Rei em 23 de Maio de 1678, solicitando que fosse nomeado Mateus de Sousa como seu arquitecto: “ *Senhor – neste Senado houve sempre architecto assalariado para fazer as plantas das obras da cidade, o qual officio se não proveu de annos a esta parte por se entender não havia necessidade delle; agora, que este senado tem tantas obras, necessita cada dia de se fazerem plantas, que pagas cada uma de per si farão despeza consideravel no fim do anno, e estas se não fazem muitas vezes com a brevidade necessaria, por não haver official a que se mande, senão a que se*

¹⁰⁷⁰ *Roteiro da Agoa Livre...*, Doc. cit., fls. 77 a 709. Cf. II PARTE, Cap. 2.

¹⁰⁷¹ Miguel SOROMENHO, Nuno SALDANHA, “O Mosteiro e Igreja de S. Vicente de Fora”, in Irisalva MOITA (Coord), *O Livro de Lisboa*, Lisboa: Lisboa 94/Livros Horizonte, p. 211.

encomendem, como pessoa particular ” ¹⁰⁷² (o cargo de *arquitecto do Senado* fora extinto em 1665, na vaga deixada por Mateus do Couto ¹⁰⁷³, como se pode comprovar por outro assento camarário, datado de 2 de Janeiro desse ano: “ *Havendo consideração ao estado em que e presente se acha a fazenda da camara, e ás grandes despesas q d’ella se fazem, desnecessarias e de nenhuma utilidade ao bem publico, que em outro tempo se introduziram em razão das sobras que todos os annos havia das rendas da cidade, o que de presente é muito pelo contrario, que d’hoje em diante se extinga o officio de architecto, que vagou por Matheus do Couto (...)*”

Para o entendimento do que terá sido a campanha de obras no período em que João Nunes Tinoco foi responsável pela direcção das mesmas, é igualmente importante o testemunho que nos dá Frei Nicolau de Santa Maria, em 1668, mostrando que existiam ainda bastantes vestígios do primitivo mosteiro: “ *A mesma obra da Igreja se encostaõ pella parte do Sul duas grandes Claustras, em meio das quaes fica a Sanchristia, que ha de occupar tudo o que agora he Sanchristia, Casa do Capitulo, & Capella de Iesu*” ¹⁰⁷⁴. O mesmo pode ser comprovado pela planta delineada por João Nunes Tinoco ¹⁰⁷⁵ (Fig.164), na qual se sobrepõe o novo projecto ao traçado antigo, planta essa que serviu de base à reconstituição do primitivo mosteiro feita por Jorge Segurado ¹⁰⁷⁶. Frei Nicolau de Santa Maria conhecia bem o projecto, a que ele próprio alude, quando descreve os novos espaços (muitos deles ainda por construir, como se depreende do texto), em especial os dormitórios, que dele fazem parte “ *As*

¹⁰⁷² *Livro V de Consultas e Decretos do Principe D. Pedro*, fl. 211, publicado por Eduardo Freire de OLIVEIRA in *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1ª Parte, Tomo VIII, Lisboa: Typographia Universal, 1894, pp. 281 e 282. Mateus de Sousa que, de acordo com a mesma consulta, colaborava já com o Senado fazendo algumas plantas e “acudindo aos fogos”, seria nomeado para o cargo com o ordenado de 20\$000 réis cada ano, “...metade do ordenado que se dava antigamente ao architecto da cidade...”

¹⁰⁷³ *Livro IV de Assentos do Senado*, fl. 108, publicado por Eduardo Freire de OLIVEIRA in *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1ª Parte, Tomo VI, Lisboa: Typographia Universal, 1891, p. 529.

¹⁰⁷⁴ Dom Nicolau de SANTA MARIA, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes...*, ob. cit., Livro VIII, p. 148.

¹⁰⁷⁵ Academia Nacional de Belas Artes.

¹⁰⁷⁶ Jorge de Almeida SEGURADO, *Da obra Filipina de São Vicente de Fora*,. Lisboa : Academia Nacional de Belas Artes, 1976.

*mais oficinas do Mosteiro ficam para a parte do Nascente, & Campo de S. Clara, por cima das quaes corre o Dormitorio, que tem seu principio no postigo de S. Vicente, & vai correndo até o postigo que chamaõ do Arcebispo, donde vira, & vai continuando pella parte do Sul, fazendo segundo Dormitorio com bellas vistas sobre o Mar, Tejo, & banda d'alem do Tejo, & vai rematar no terceiro Dormitorio que corre pella parte do Poente, & vem fechar em a parede da Igreja, em hũa das torres do frontespicio, segundo se mostra no debuxo que se mandou fazer para a nova reedificação do mesmo Mosteiro de S. Vicente, que do antigo, edificado por El Rey D. Affonso Henriquez, não se conserva hoje mais que a Claustro principal, & parte da Claustro da portaria “*¹⁰⁷⁷. Esta planta revela ainda outros pormenores importantes. Ela mostra como o novo plano, assentando os novos claustros e paredes nas estruturas antigas, trouxe vários benefícios do ponto de vista económico e organizacional, ao aproveitar fundações e materiais, e ao preservar, de certa forma, alguns espaços que puderam manter-se em funções durante a própria obra, até serem intervencionados, como o demonstra também o texto de Frei Nicolau Santa Maria. Outro aspecto a considerar poderá estar relacionado com o comportamento do edifício perante o grande terramoto de 1755. Segundo o relato das *Memórias Paroquiais*¹⁰⁷⁸ (cujos dados são repetidos pelo Padre Baptista de Castro¹⁰⁷⁹), “(...) Padesseo Ruina o Convento de Sam Vic.^{te} no Seu zimborio e Sanchristia q se arazarão, como taobem, o Dormitorio alto q olha p.^a o Nassente, e aruynou muito Dormitorio grande, q olha p.^a o Sul, e se acha de todo reparado; Só o zimborio hé de madeira(...)”, mostrando que os maiores danos terão ocorrido nos lanços do claustro nascente, o qual parece ter sido construído de raiz, contrariamente aos do lanço poente (adjacente à Portaria) no qual as estruturas antigas em que assentou, de acordo com a referida planta, poderão ter ajudado a reforçar este corpo.

¹⁰⁷⁷ Frei Nicolau de SANTA MARIA, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes...*, ob. cit., Livro VIII, pp. 148 e 149.

¹⁰⁷⁸ ANTT, *Memórias paroquiais*, vol. 20, nº 93zf, p. 947.

¹⁰⁷⁹ *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Tomo III, Vol. V, Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luis Almeno, 1713, p. 443.

De qualquer modo, as datas que estão colocadas nos frontões de algumas das portas deste claustro (Figs. 165 a 167), mostram que elas foram construídas ainda em vida de João Nunes Tinoco, certamente com ampla, senão mesmo total, colaboração de Luís Nunes Tinoco.

Neste período, a par da construção do mosteiro, continuavam também as campanhas para a ornamentação dos altares da igreja. Sabemos que, segundo a *Corografia*, existiam em 1712 as seguintes capelas: quando se entra, do lado da Epístola, S. Miguel, S. Joseph, Nossa Senhora do Pilar, N.ª Senhoara da Pureza e a do Bom Jesus Crucificado seguindo-se, no cruzeiro, a Capela de N.ª Senhora das Necessidades, e a de Santo António. Também no cruzeiro, do lado do Evangelho, as capelas do Santíssimo Sacramento, e a de Nossa Senhora da Conceição ou da Enfermaria, seguindo-se a de Nossa Senhora da Pureza, a de Santiago, e a de Santa Catarina. A *Historia dos Mosteiros*¹⁰⁸⁰ dá-nos mais alguns esclarecimentos sobre as capelas que se situavam no cruzeiro, referindo que, ladeando o arco da capela-mor se situava, no lado do Evangelho, a capela dedicada a Santa Mónica, mãe de Santo Agostinho, e da outra parte, do lado da Epístola, uma outra “...consagrada ao melhor filho de Lisboa, o gloriosissimo Sancto Antonio...”, embora as Memórias Paroquiais nos informem que, em 1755, existiam no Cruzeiro, respectivamente, as capelas de S. Teotónio e de Nossa Senhora da Conceição e do outro lado Santo António e Santo Agostinho¹⁰⁸¹.

Muitos destes altares seriam construídos ou completados só em finais do século XVII ou início da centúria seguinte, sendo escassos os dados precisos sobre os mesmos¹⁰⁸².

¹⁰⁸⁰ *História dos Mosteiros (...)*, ob. cit., Tomo I, p. 25.

¹⁰⁸¹ ANTT, *Memórias paroquiais*, vol. 20, nº 93zf, p. 944. Fernando PORTUGAL, Alfredo de MATOS, *Lisboa em 1758*, Lisboa : [s.n.], 1973, p. 277

¹⁰⁸² Para o estudo dos mesmos cf. Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA, *A talha barroca de Lisboa (1670-1720) : os artistas e as obras*, Dissertação de Doutoramento em História (Especialidade Arte, Património e Restauro) da Faculdade e Letras de Lisboa, 2009, e Maria João Fontes

A primeira capela a ser construída terá sido o de Nossa Senhora do Pilar, cuja devoção foi instituída por um militar castelhano, Baltasar Granero, devoto da mesma Senhora, que trouxe de Saragoça uma cópia da imagem da Virgem existente na Catedral dessa cidade ¹⁰⁸³. O altar terá sido executado durante os anos de 1660, desconhecendo-se o seu autor ¹⁰⁸⁴. Conseguimos apurar que ela terá servido de modelo à Capela de S. Tiago, que lhe ficava fronteira, de acordo com o contrato notarial para a sua execução, datado de Junho de 1682, entre os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho do Mosteiro de S. Vicente de Fora, e o entalhador Pedro Álvares ¹⁰⁸⁵. Embora apareça neste contrato para S. Vicente de Fora citado apenas como *Pedro Alvares* assina-o, no entanto, como *Pedro Alz Pr.ª*, assinatura em tudo igual à dos documentos já por nós atrás citados a propósito da obra teórica e das intervenções realizadas por João Nunes Tinoco em algumas igrejas paroquiais, reforçando, uma vez mais, uma colaboração entre eles ¹⁰⁸⁶. Não nos fornecendo o nome do autor da traça do retábulo de Nossa Senhora do Pilar, o contrato pode ajudar-nos a compreender como este seria originalmente, hoje já com algumas alterações ¹⁰⁸⁷.

Pereira COUTINHO, *A produção portuguesa de obras de embutidos de pedraria policroma (1670-1720)*, Dissertação de Doutoramento em História (Especialidade Arte, Património e Restauro) da Faculdade e Letras de Lisboa, 2010.

¹⁰⁸³ *História dos Mosteiros (...)*, ob. cit., Tomo I, p. 28; Ignacio de Nossa Senhora da BOA MORTE - *Chronica do Insigne, e Real Mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Conegos Regulares de S. Agostinho*, 1761; Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA *A Talha Barroca de Lisboa (1670 - 1720). Os Artistas e as Obras*, Dissertação de Doutoramento em História (Especialidade Arte, Património, Restauro) apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa da Universidade de Lisboa, Departamento de História, Lisboa: 2009, Vol. I, p. 179.

¹⁰⁸⁴ Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA *A Talha Barroca de Lisboa...*, ob. cit., Vol. I, p. 180.

¹⁰⁸⁵ ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, Livro de notas 117, fls. 29 e 29v – (Doc. 90 - *Inédito* em anexo).

¹⁰⁸⁶ Relembramos que, além da sua participação como entalhador do retábulo da Igreja do Convento da Graça, o encontramos a trabalhar também na Igreja do Socorro, numa campanha de obras inédita de João Nunes Tinoco por nós revelada, bem como rubricando uma folha do tratado de arquitetura existente na Torre do Tombo (Cf. III PARTE, Capítulos 1 e 2).

¹⁰⁸⁷ Para as alterações sofridas por este altar, cf. Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA *A Talha Barroca de Lisboa...*, ob. cit., Vol. I, p. 181. Apoiada na descrição da *História dos Mosteiros* (ob. cit., Vol. I, p. 38) e na documentação existe no ANTT, (*Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, Maço. 477, Processo 10), a autora descreve assim este altar: “ (...) esta capela dedicada à

Segundo este contrato Pedro Álvares Pereira obrigava-se a dar o retábulo pronto até “ “... dia de pascoa de flores q embora vira do anno q vira de mil e seiscentos e outenta e tres e isto por presso e quantia de tresentos e quarenta mil reis em dinheiro de contado e cõ as clausulas condissois e obrigassois seg.^{tes}. Item q ele d.^{to} mestre sera obrigado a fazer hú Retabolo de entalhado e tribuna na forma da capela de nossa senhora do pilar cõ duas colunas redondas de cada p.^{te} asentadas sobre cartellas com seus tres pilares por detras delas e a roda pela parte de fora cõ seu pilar q fassa faser tambor este por sima e seu emvasam.^{to} em baixo e no lugar da tribuna fara hú nixo do santo q comresponda ao tamanho do d.^{to} Retabolo p.^a q fique em sua procissão e naõ disforme assy da largura como de alto esse d.^{to} nixo tera húas colunas e embasam.^{to} e capiteis q correrã por dentro dele o qual na volta sera feito em paineis revestidos de talha conforme o corpo dele e no campo q ficar livre entre as colunas principais e o d.^{to} nixo o revestira de talha e lhe fara no d.^{to} campo algumas (...) do s.^{to} aquelas q melhor acomodar em o lugar e sitio e dentro no d.^{to} nicho fara húa pianha seystavada ou outavada q diga cõ a mais obra m.^{to} bem feita cõ sua talha sobre a qual ha de estar o santo o qual retabolo fara cõ a talha ao valor e na mesma forma q a da tribuna de nossa s.^{ra} do pilar e cõ todas as mais obras q nela ha toquante ao frontespicio da tribuna porq nesta forma he q estaõ elles ajustados e contratados...”¹⁰⁸⁸.

Por esclarecer fica, uma vez mais, o nome do autor da traça do altar original, muito possivelmente João Nunes Tinoco, dada a sua experiência como tracista retabular e o seu estatuto de director da grande obra vicentina.

Muitos altares mudaram os seus nomes e os santos das respectivas invocações

Virgem do Pilar, em 1704, apresentava-se: « (...) Tam ornada que nam descobrem os olhos nella mays que ouro sobre talha, assim nos lados como no tecto, e esta mesma obra passou ao arco pella banda de fora, continuando a talha dourada, que como temos ditto, se ve em toda a capella (...) Sobre as paredes da igreja visinhas à sua capella (...) se veem pendentes muytos votos, que lhe foram offercidos em memoria e agradecimento das mercês (...)» (negrito nosso). Através da descrição efectuada pelo cronista da História dos Mosteiros conclui-se que esta capela teria, para além do retábulo, sobre arco e paredes adjacentes cobertas de talha. Este revestimento de acordo com a prática em voga em finais do século XVII e princípios do XVIII, deverá ter sido desmontado aquando das intervenções de restauro dirigidas por José Maria Nepomuceno”.

¹⁰⁸⁸ ANTT, Mosteiro de S. Vicente de Fora, Livro de notas 117, fls. 29 (Doc. Inédito).

ao longo do tempo, como o demonstra a planta publicada por Frei Inácio da Boa Morte, em 1761 ¹⁰⁸⁹ (Fig. 168) que ilustra quais os altares existentes após o terramoto de 1755, e o estudo elaborado por Júlio de Castilho , que integra já as transformações sofridas no século XIX ¹⁰⁹⁰.

Em S. Vicente de Fora, João Nunes Tinoco deverá ter-se limitado a seguir um plano previamente traçado, muito possivelmente ainda por Baltazar Álvares. Ao longo da intensa actividade que exerceu por perto de sessenta anos, conviveu com uma multiplicidade de influências que se fizeram sentir na nossa arquitectura – espanholas, flamengas, italianas e francesas (não deverá ter sido permeável já à corrente que o segundo casamento de D. Pedro II traria do centro da Europa, em 1687). A sua obra reflecte o conflito entre os dois mundos que caracterizam a arquitectura portuguesa de então – se, por um lado, ela nunca abandonaria uma linguagem maneirista, muito ligada, ainda, a uma arquitectura chã, como podemos observar no tratamento dos panos murários que oferece, e nos elementos decorativos que utiliza, seria, a nível da planimetria e volumetria, como na Igreja de Nossa Senhora da Piedade de Santarém, que ela reflectiria os tempos de mudança que anunciavam já o Barroco.

2. O *nobilissimo* túmulo de D. João IV

O contexto histórico em que foi construído o túmulo de D. João IV, na capela-mor de S. Vicente de Fora bem como algumas das suas características foram já objecto

¹⁰⁸⁹ Ignacio de Nossa Senhora da BOA MORTE - *Chronica do Insigne, e Real Mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Conegos Regulares de S. Agostinho*, 1761, ANTT, Manuscrito da Livraria 468, fl. 5.

¹⁰⁹⁰ *Lisboa Antiga*, Vol. VII, Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 94 a 97 .

de uma pormenorizado análise ¹⁰⁹¹, pelo que aqui abordaremos apenas alguns aspectos que consideramos importantes sobre o trabalho dos arquitectos em estudo.

Como manifestara no seu testamento, D. João IV pedia para ser sepultado em S. Vicente de Fora ¹⁰⁹², escolha que não terá sido de modo algum casual, ao determinar para sepultura um Mosteiro que estava ligado à Fundação da Nacionalidade ¹⁰⁹³. Essa mesma ideia e simbologia veremos retomada, em toda a sua força, num dos mais importantes espaços do Mosteiro, a Portaria.

Depositado em S. Vicente quando da sua morte, em 6 de Novembro de 1656, o corpo seria trasladado para a nova sepultura em Novembro de 1671, “ (...) *que se apresenta mais como um cofre-relicário – ainda hoje existente tendo sido, todavia, desenquadrado da sua legibilidade na capela-mor – ora sustentado por seis dragões, rematado aos ângulos por fogaréis e coroado por um emolduramento de estrutura piramidal, onde figuram as armas reais, num discurso esperançoso, nitidamente imperial e profundamente simbólico* “ ¹⁰⁹⁴. Filiado, ainda que remotamente, num modelo piramidal utilizado em Belém que atravessa todo o século XVII, a sua carga e pormenor decorativos (Fig. 169) anunciam já uma libertação da rigorosa geometria que caracterizam o protótipo em que se inspirou.

O seu grande poder retórico afirmava-se, não só pela sua localização, sob o sacrário (e que, segundo o o autor da *História dos Mosteiros*, apesar de condicionado pelo espaço, o *nobilíssimo* túmulo, como o apelida, não deixara de sair *perfeito* pela qualidade dos materiais e da sua traça), mas também pelos elementos decorativos

¹⁰⁹¹ Paulo Jorge Monteiro Henriques da Silva DIAS, *Real Panteão dos Braganças : arte e memória*, Tese de mestrado (Arte, Património e Restauro) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa : [s.n.], 2002.

¹⁰⁹² António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo IV, Coimbra: Atlântida, 1950, pp. 425 -429, Paulo Jorge Monteiro Henriques da Silva DIAS, *Real Panteão dos Braganças : arte e memória...*, ob. cit., p.29.

¹⁰⁹³ Paulo Jorge Monteiro Henriques da Silva DIAS, *Real Panteão dos Braganças : arte e memória ...*, ob. cit., pp. 27 e 28.

¹⁰⁹⁴ ANTT, *Miscelâneas Manuscritas*, nº 168, fl. 296, publ. por Paulo Jorge Monteiro Henriques da Silva DIAS, *Real Panteão dos Braganças : arte e memória ...*, ob. cit., p. 55.

que apresenta (Fig. 170) - assente sobre animais alados, que podem ser interpretados como basiliscos ou mais possivelmente dragões (Fig. 171), em virtude da simbologia destes últimos como vitória sobre os castelhanos ¹⁰⁹⁵, como Bouza Álvarez já salientara, a propósito da iconografia da *Lusitania Liberata*: “ O mesmo dragão que aparece espezinhando em *Phillipus Prudens* de Juan Caramuel, e que numa visão do mundo ao contrário, vence ao outrora violento leão de Castela.” ¹⁰⁹⁶

Foi já salientado, também, que é possível que Luís Nunes Tinoco tenha participado na sua realização ¹⁰⁹⁷. Quanto a nós não se trata de uma mera hipótese, mas de um facto provado pelas semelhanças com a sua obra gráfica (pormenores de cercaduras) ou com os animais fantásticos por si representados no álbum *Retrato de varias Aves* ¹⁰⁹⁸ (Fig.172), realizado em 1666, ou no álbum de desenhos que pertenceu à Biblioteca de D. Manuel II ¹⁰⁹⁹ que, apesar de não estar assinado, pensamos ser da sua mão (Fig. 173)¹¹⁰⁰. Um decorativismo que vamos já encontrar aposto a alguns elementos arquitectónicos de S. Vicente, como veremos, e que são seguramente da sua autoria.

¹⁰⁹⁵ Paulo Jorge Monteiro Henriques da Silva DIAS, *Real Panteão dos Braganças : arte e memória ...*, ob. cit., p. 58.

¹⁰⁹⁶ “Retórica da Imagem Real. Portugal e a Memória Figurada de Filipe II”, in *Penélope: fazer e desfazer a história*, nº4, Lisboa: Quetzal Editores,1989.

¹⁰⁹⁷ Paulo Jorge Monteiro Henriques da Silva DIAS, *Real Panteão dos Braganças : arte e memória ...*, ob. cit., p. 61.

¹⁰⁹⁸ BA, 49-II-71, *Retrato de varias Aves tiradas ao natural. Por Luís Nunes Tinoco. Anno aetatis suae 23 de 1666.*

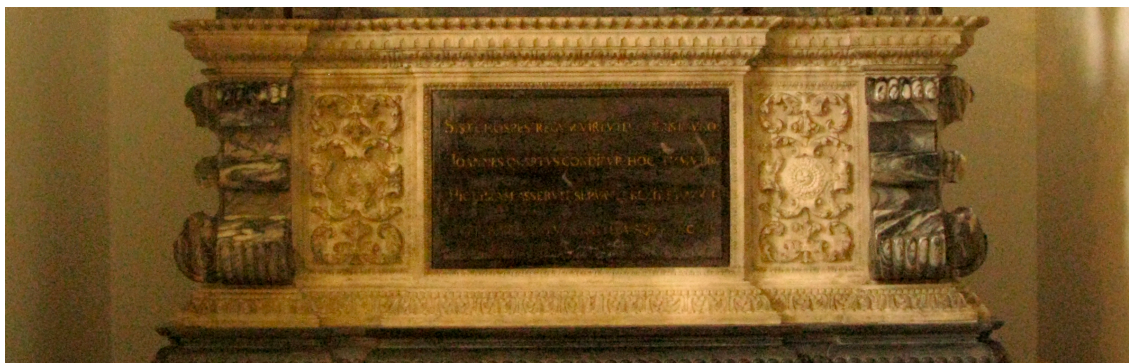
¹⁰⁹⁹ VVBDM, Ms. XCVI.

¹¹⁰⁰ Cf. IV PARTE, Cap.1.

III Parte - João Nunes Tinoco, arquitecto da *Casa das Senhoras Rainhas*

Capítulo 5

Em S. Vicente de Fora: *“avendo respeito a suficiencia e muita continuação”*



*

“ (...) tem o tumulo outras perfeções que o fazem digno de respeyto, porque ainda que por razam do lugar que hade ocupar o sacrário nam se pode levantar muyto a obra do tumulo que lhe fica por bayxo, nam deyxou porem inda assim de sair muyto perfeyta, tanto pella boa qualidade dos finos marmores que dam materia ao tumulo, como pella boa forma e perfeçam com que elle está obrado, terminando-se na sua altura com as armas reaes, sobre as quaes assenta huma corôa de marmore muy fino e branco, obrada com a mayor perfeçam. “

História dos Mosteiros

1. Principais campanhas de obras após a Restauração

Nomeado arquitecto e mestre das obras da Igreja de S. Sebastião e de S. Vicente em 8 de Fevereiro de 1641 ¹⁰⁵⁵, João Nunes Tinoco sucederia assim, a Pedro Nunes Tinoco na direcção da obra, com a qual deveria estar já familiarizado como se pode depreender da sua nomeação, *“ (...) eu hey por bem fazer merce a João Nunes tinoco que por minha ordem estudou Architectura do cargo de arquitecto, e mestre das*

* Túmulo de d. João IV em S. Vicente de Fora, Lisboa (Fota da Autora).

¹⁰⁵⁵ Cf. I PARTE, **Doc. 7.**

obras da Igreja de São Sebastião e São Vicente de fóra que vagou por falissimento de p.º nunes tinoquo seu pay proprietario que foi do dito cargo avendo respeito a suficiencia e muita continuação que tem nos papeis que se lhe emcarregarão por minha ordem; e sirvirá o dito cargo assy e da maneira que o fazia o dito seu pay (...)”, tanto mais que, seguindo possivelmente uma tradição profissional e familiar, desde bastante jovem deveria acompanhar o pai nos seus muitos trabalhos. Basta relembrar que com apenas quinze anos era nomeado aprendiz e, segundo essa mesma nomeação, como vimos, demonstrava já habilidade, dando traças para encomendas reais ¹⁰⁵⁶.

Escassos ou praticamente inexistentes são os relatos da sua actividade na direcção das obras do Mosteiro nos anos imediatamente a seguir à Restauração o que se deveu, sem dúvida, ao período difícil que então se vivia, obrigando a que todos os esforços construtivos e económicos se concentrassem na defesa do Reino. Isto mesmo se depreende das palavras de Frei Nicolau de Santa Maria na sua *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho* ao descrever o triénio em que o Padre Luis da Silveira, terá sido eleito Prior Geral pela segunda vez, em 9 de Maio de 1647, “(...)gouvernou o P. Prior géral este seu triénio cõ muita paz, & consolação de todos os Religiosos, & não fez obras por acudir cõ as Decimas a Sua Magestade pera defensão deste Reyno...” ¹⁰⁵⁷, mostrando que todos contribuíam, financeiramente, para essa mesma defesa.

Isto mesmo parece também sugerir o autor da *História dos Mosteiros* quando esboça, em 1704, um pequeno balanço das verbas gastas na obra ¹⁰⁵⁸:

“Mas pera que agora se veja com quanta razam merece o Real e magnifico templo e mosteyro de Sam Vicente o titulo de sumptuosissimo se

¹⁰⁵⁶ ANTT, *Chancelaria de Filipe III, Mercês*, L.º 23, fl. 386v. SOUSA VITERBO, in *Dicionário...*, ob.cit., Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, Volume III, pp. 112 e 113 (Cf. I PARTE, **Doc.6**).

¹⁰⁵⁷ Dom Nicolau de SANTA MARIA, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho : primeira parte : dividida em VI Livros*, Lisboa : na Officina de Joam da Costa, 1668, Livro X, pp. 422 e 423.

¹⁰⁵⁸ *História dos Mosteiros...*, ob. cit., Vol. I, p. 46.

deve considerar que desde o mez de Agosto de 1582 em que começou a obra a este presente anno de 1704 se tem dispendido na obra da igreja, assim interior como exterior, claustros e sanchristia, quinhentos e quarenta e hum mil cruzados, e com esta despeza tam grande resta ainda pera fazer a muyta que demanda a obra da capella-mor, de seo retabolo, do côro que fica por detras delle, capellas grandes do cruzeyro e as sinco que estam ainda por aperfeiçoar e ornar no corpo da igreja, e sobre isso o que falta na obra dos claustros e da sanchristia, o que tudo sem duvida acrescentará muyto a despeza referida. E se ao que fica ditto juntarmos o muyto custo que tem feyto a nova fabrica do convento, do qual a despeza corre só por conta delle, e tendo começado no anno de 1671 consta pello livro da despeza das obras do convento que até o Sam Joam de 1704 se tem dispendido duzentos oito mil seyscentos e sincoenta cruzados advertindo que a obra que se fez até ao anno de 1660 foy com muyto mayor commodidade, assim no custo dos materiaes como nos jornaes dos officiaes e serventes, cujos preços depoyos do ditto tempo pera cá tem crescido todos muito “.

São várias as consultas e cartas trocadas entre o Rei e o Senado de Lisboa, em 1650, sobre as despesas das obras que corriam em S. Vicente, mostrando uma grande preocupação com essas mesmas despesas e o seu controlo. Nesse mesmo ano, como já vimos, João Nunes Tinoco terá realizado a planta da cidade de Lisboa, e os esforços concentravam-se no reforço das suas portas e muralha, de acordo com a vistoria e orçamento então realizado por Mateus do Couto Tio ¹⁰⁵⁹.

É assim que, de acordo com o assento de várias resoluções régias efectuado

¹⁰⁵⁹ Livro III de Consultas e Decretos de El Rey D. João IV, fls 35 a 37; Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1ª Parte, Tomo V, Lisboa: Typographia Universal, 1891.

em 7 de Maio desse ano, se determinava que haveria “...um apontador que assista ás férias; e que no pagamento «d'ellas sejam presentes os mestres da dita obra, dando a cada um sua certidão jurada de como são pagas todas as pessoas occupadas nas ditas obras, e que depois entrará S. Mag.^{de} com o conto de réis, na forma da promessa dos senhores reis seus antecessores, e que o architecto terá cuidado de ir vêr, duas vezes na semana, as obras se se fazem conforme a traça d'ellas...”¹⁰⁶⁰.

Decidia-se também “ que ao architecto se lhe pague seu ordenado aos quartéis, e a «decima fiquena mão de quem lhe pagar, para dar razão d'ella; e «cobrar a certidão da pessoa a quem pertence cobrar esse dinheiro das decimas, para lh'o haver de levarem conta quem lh'as tomar (...) Foi mais S. Mag.^{de} servido resolver que as decimas passadas se lhes descontem em dois annos ; e que o apontador e architecto dê conta ao senado, cada mez, do que se tem obrado, e as despezas que se fizerem sejam assignadas pelos ministros d'elle ...”¹⁰⁶¹.

Em Julho seguinte, pediam os frades de S. Vicente ao Senado que o seu presidente, vereadores e um contador effectuassem uma vistoria ao Mosteiro¹⁰⁶², ficando decidido que ao apontador se lhe daria “dois tostões por dia, e a pessoa se encomenda ao mester Agostinho Rodrigues...”¹⁰⁶³. Determinava-se, ainda, que se fizesse um inventário de toda a pedraria que estivesse no telheiro e no arraial, para ser entregue ao apontador que entrasse, e assim todas as mais coisas que pertencessem à obra e tivessem sido compradas para ela, inventário esse que deveria ser feito por Agostinho Rodrigues e João Luiz, *mestre da cidade*, e por um escrivão por

¹⁰⁶⁰ Livro IV de Assentos do Senado, fl. 32. Cf. Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História...*, ob. cit., 1ª Parte, Tomo V, pp. 206 e 207. No mesmo assento determinava-se, ainda, por questões económicas, que o carro da água necessária para as obras passe a ser feito por um aguadeiro, dispensando-se as juntas de bois e o jumento, e que o areal onde se fabricam as pedras se faça junto ao telheiro, para evitar qualquer transporte.

¹⁰⁶¹ Idem, *Ibidem*.

¹⁰⁶² Livro II de Consultas e Decretos de El Rey D. João IV, fl. 281; Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1ª Parte, Tomo V, Lisboa: Typographia Universal, 1891, pp. 210 e 211.

¹⁰⁶³ Livro IV de Assentos do Senado, fl. 36. Cf. Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História...*, ob. cit., 1ª Parte, Tomo V, pp. 215.

eles nomeado ¹⁰⁶⁴.

A 30 de Agosto do mesmo ano continuava ainda a polémica em torno das contas do Mosteiro, tendo o Senado decidido, de acordo com a resolução régia ¹⁰⁶⁵, que

¹⁰⁶⁴ Idem, *Ibidem*.

¹⁰⁶⁵ Livro I de Registo e de Consultas dos srs Reis D. João IV e D. Affonso VI, fl. 62v. Publicado por Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História...*, ob. cit., 1ª Parte, Tomo V, pp. 240 a 242:

«O contador João Borges de Moraes, conforme a resolução que «se tomou em presença de S. Mag.de, sobre as duvidas que moveu na conta que deram os rehgiosos de S. Vicente, da despeza «que se faz na obra da egreja e mais requerimentos que fizeram, continue a dita conta e a acabe, com as advertências seguintes:

1.º Que por ora n'esta conta lhes leve em despeza o gasto que «fizeram com o mantimento das Irez juntas de bois e do asno, com declaração que das ditas trez juntas lhes ficará só uma com um carro e um carreiro para todo o serviço das ditas obras, e o asno para tirar agua para ellas e trazer a que mais fôr necessaria para os officiaes beberem, e lhes alvidrará cincoenta mil réis «para o mantimento, assim dos bois como do asno, soldada de um «carreiro e concerto do carro. E as duas juntas que hão por escusas, sendo compradas com o dinheiro applicado ás obras (o que se verá pelas contas passadas), querendo-as os. religiosos se «lhes carregará o que justamente valerem, e não as querendo se venderão, e do procedido se fará receita;

2.º Que da compra dos paus, que dão em despeza, se lhes levará em conta os que dizem têm gasto até o presente, pelo «preço em que os estimarem, e os mais ficarão aos religiosos, cujos eram, para fazerem d'elles o que lhes parecer ; e quando se hajam mister ao diante se comprarão outros, accomodados ao particular a que forem necessários

3.º Que ao architecto se lhe fará desconto no ordenado que fôr vencendo, da decima que não tem pago, e ao diante a irá sempre pagando por ser ordenado e não jornal o qual vence com o dito officio;

4.º Que confirmem o padrão por S. Mag.^{de} e que os dois mestres, a que chamam aparelhadores, que hão de ter para a dita obra, será para o de pedraria e alvenaria João Luiz, mestre da cidade, e o de carpintaria se lhe nomeará quando houver necessidade d'elle;

5.º Que de hoje em diante haverá um apontador, que será Francisco da Silva, architecto, a quem se dará 200 réis por dia, «nos que forem de trabalho, que se lhe pagarão nas férias, o qual será obrigado a assistir sempre na dita obra, apontando todos os «oiíiciaes e mais pessoas, que trabalharem n'ella, em um livro, que terá para o ponto de cada dia, d'onde os passará aos cadernos das férias em que hão de receber suas pagas ;e quando se fizerem as ditas férias assistirá a ellas para satisfazer a alguma duvida, se se offerecer, sobre o ponto, tendo grande vigilância em vêr se os oiíiciaes trabalham, e em não lançar mais no ponto que o tempo que os officiaes assistirem na obra, para que justamente se lhe paguem só os jornaes que merecerem ;e ao pagar das férias também assistirão os mestres aparelhadores, e feita a fêria se íará pelo escrivão um termo de encerramento do que importou, em que assiguarão assim o apontador como os ditos mestres ; e guardada esta forma se levarão em conta;

6.º Far-se-ha um inventario de toda a pedraria que estiver assim no arraial, como no telheiro, e n'elle se escreverão todas as mais cousas que servem na fabrica da dita obra, o qual inventario fará João Luiz, mestre da cidade, que está nomeado para aparelhador da dita obra, com assistência do mester Agostinho Rodrigues, e por um escrivão que para o escrever escolherão, presente também o apontador, a quem se entregará o dito inventario, depois de feito, para que por elle conste o que estava já comprado e pago, quando se fez esta conta, e se lance de novo o que mais se fôr comprando, para que corra a despeza com distincção e se não confundam as cousas que se comprarem de novo, de que se não tem tomado conta, nem levado em despeza, com as que já estavam compradas e levada em conta a despeza d'ellas;

7.º Que o livro, que os religiosos fizerem cada anno para a «conta que se ha de tomar no senado, será rubricado e numerado pelo vereador do pelouro das obras, e n'elle se façam títulos separados dos

passaria a haver um apontador, o arquitecto régio Francisco da Silva (*Tinoco*, tio do Padre Francisco Tinoco da Silva) a quem seriam pagos 200 réis por dia, com a obrigação de registar o trabalho de cada um dos operários. Esta nomeação terá estado na origem do conhecido episódio, a que já fizemos referência, da tentativa de dispensa de João Nunes Tinoco da condução da obra, e sua substituição por Francisco Tinoco, como terá proposto o vereador Francisco de Valladares, de acordo com a consulta do Senado ao Rei, datada também de 30 de Agosto: *“e também lhe pareceu [a Francisco de Valladares] que, supposlo V. Mag.^{de} nomear por apontador Francisco da Silva, architecto de V. Mag.de se poderia escusar outro architecto que tem, com que se ficam poupando os 60\$000 réis de ordenado que leva cada anno “*¹⁰⁶⁶. O Senado não terá sido sensível a esta proposta alegando que *“ no que toca ao architecto, não obstante o parecer do vereador Francisco de Valladares, pareceu aos mais ministros que o architecto João Nunes Tinoco, que até agora serve, se lhe deu este officio por ser filho do architecto Pedro Nunes Tinoco, que correu com as mesmas obras, de que está de posse ha muitos annos, e se não deve V. Mag.^{de} servir tirar-lhe o officio por se acrescentar apontador de novo, que é para outra cousa mui diversa “*. Apesar da sugestão de *poupança* contida na proposta do vereador, o Senado estava bem consciente da importância do trabalho de João Nunes Tinoco, como sucessor do pai, e da diferença entre o cargo de *apontador* e o de *arquitecto da obra* mesmo que, como neste caso, o apontador designado fosse um arquitecto régio. De qualquer modo o Senado reconhecia, indubitavelmente, a importância de João Nunes Tinoco como

géneros das cousas que compram e despendem; e passando as addições das compras de mil réis assignarão as partes que os receberem, sem o que se não levarão em conta, por ser este o estylo usado em todas as despezas que se fazem da fazenda de S. Mag.^{de};

8.º Feita a vistoria da obra, que se manda fazer cada anno, e a conta do que se despendeu n'ella, se se achar que não estão despendidos os quatro mil e quinhentos cruzados applicados à dita obra, o que faltar para cumprimento será dinheiro com que os religiosos irão continuando o anno seguinte, e até o terem despendido (o que mostrarão) se lhes não passará certidão para cobrar outro “.

¹⁰⁶⁶ *Livro II de Consultas e Decretos de El Rey D. João IV*, fl. 287; publicado por Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1ª Parte, Tomo V, Lisboa: Typographia Universal, 1891, p. 242. A documentação mostra que Francisco de Valladares terá levantado, também, algumas objecções às contas apresentadas pelos frades de S. Vicente. Questões relacionadas com a administração das verbas para as obras foram constantes ao longo dos tempos, entre os frades vicentinos e o Senado, como se pode inferir quer da documentação municipal, quer do acervo documental do Mosteiro existente no ANTT.

arquitecto na direcção dos trabalhos.

Ao propor-se que fosse substituído por um apontador, sem necessidade aparente de um arquitecto projectista, tanto quanto uma possível demonstração de esfera de influências (que poderia ter na mente de Francisco de Valladares, a substituição de João Nunes Tinoco por Francisco Tinoco) , este incidente pode indiciar, também, que estava já definido todo o plano do Mosteiro ou, em alternativa, que o ritmo da obra não seria o desejado, correndo muito lentamente, sem necessidade desse mesmo arquitecto projectista. Inclino-nos mais para esta última hipótese, tendo em atenção a já referida conjuntura económica e política.

Se se afigurou tarefa árdua, praticamente impossível, distinguir na obra de S. Vicente aquilo que terá resultado da traça de Baltazar Álvares da de Pedro Nunes Tinoco (já para não falarmos na tão discutida polémica em torno da autoria do projecto inicial, que nos coloca Herrera, Terzi ou Baltazar Álvares como possíveis autores), será igualmente difícil definirmos com precisão os ritmos construtivos de S. Vicente de Fora após a Restauração, por escassez de dados, e até mesmo percebermos o que terá resultado da mão de João Nunes Tinoco, ou da do seu filho Luís. Uma vez mais teremos que nos socorrer dos relatos dos cronistas, com todas as reservas que os mesmos possam levantar, as quais se colocaram logo sobre a possível atribuição da traça a Filipe Terzi.

A João Nunes Tinoco coube certamente o lançamento do corpo conventual e, senão a totalidade, a esmagadora maioria da construção dos seus dois claustros, pelo menos a nível do piso térreo. A dúvida que se nos coloca refere-se à autoria dos respectivos desenhos. Vimos anteriormente como os claustros obedecem a uma tipologia usual, pelo menos desde inícios do século XVII, apresentando grandes semelhanças com o do Convento de Jesus e o de Santa Marta, este último atribuído a Pedro Nunes Tinoco (vimos igualmente que a intervenção realizada por João Antunes

em Santa Marta, no final do século XVII, repôs os elementos arquitectónicos da campanha de Pedro Nunes Tinoco).

É quase certo, como tal, que em S. Vicente João Nunes Tinoco tenha dado continuidade a um projecto já delineado, como tem sido frequentemente salientado: “*Seguindo a traça aprovada por Filipe II, a João Nunes Tinoco coube apenas actualizar a linguagem arquitectónica do Mosteiro, ora reduzindo-a a uma expressão simplificada, como ocorre no perfil seco dos pilares claustrais ou no desenvolvimento dos alçados exteriores, de grandes superfícies murárias rebocadas, pontuadas por vãos austeros de cornija saliente e rematadas nos topos por pilastras de cantaria, ora recorrendo a um hiperdecorativismo barroco em elementos de aparato, como aquele que se descobre na entrada da portaria, de ordem coríntia fantasiada, pilastras-volutas e frontão cordeado com o escudo real empunhado por putti, aliás um tipo de ornamentação comum a outras peças conhecidas do Tinoco*”¹⁰⁶⁷. Pensamos, no entanto, que o grande contraste entre a expressão simplificada e o hiperdecorativismo barroco, aqui salientado, se deve sobretudo à colaboração de Luís Nunes Tinoco que, nomeado aprendiz em 29 de Setembro de 1677¹⁰⁶⁸ (teria então mais de trinta anos), deveria estar já a trabalhar com o pai desde longa data (como acontecera com as gerações antes de si), mesmo antes desta nomeação. Isto mesmo parece-nos ser perceptível na realização do túmulo de D. João IV, como adiante analisaremos. É bastante provável que já no fim da longa vida de João Nunes Tinoco (relembramos que quando faleceu em 1690, teria perto de setenta e quatro anos de idade, e sessenta de profissão¹⁰⁶⁹), a obra tenha sido dirigida também em parceria com o filho Luís Nunes Tinoco, que lhe sucederia no cargo.

¹⁰⁶⁷ Miguel SOROMENHO, “Hum dos mayores e magnificos templos não só de todo o reyno mas da Europa: a obra filipina”, in *Mosteiro de São Vicente de Fora : arte e história*, SALDANHA, Sandra Costa (coord.), Lisboa : Centro Cultural do Patriarcado, 2010, p. 143.

¹⁰⁶⁸ Cf. I PARTE, **Doc. 21**.

¹⁰⁶⁹ Cf. I PARTE, **Docs. 6, 17 e 52**.

A descrição dos gastos feita na *História dos Mosteiros* é da máxima importância pois permite-nos desvendar um pouco desses mesmos ritmos construtivos. Vemos, assim, que em 1704 faltava ainda o retábulo da capela-mor, retro-coro, capelas do cruzeiro e que, apesar da inauguração da igreja ter sido efectuada em 1629, estava ainda por adornar a esmagadora maioria das capelas da nave. O autor sugere também que a obra foi extremamente lenta até 1660, *com mayor commodidade no custo de materiaes como de jornaes*, retomando novo impulso em 1671, quando se efectua a trasladação do corpo de D. João IV para o novo mausoléu na capela-mor, ano que parece ter sido de grande importância para João Nunes Tinoco, a julgar pela quantidade de obras de índole teórica em que neste período colabora, como anteriormente referimos, e pela dedicatória que faz do manuscrito de Pedro Nunes Tinoco sobre a condução das águas à cidade “ *Dedicado. Ao illustre senado da Camara, Por Joaõ Nunes tinoco Architeto de S. A. F.º do Architeto P.º nunes tinoco q fes o dito Roteiro. Anno 1671*”¹⁰⁷⁰. Prova do vigor com que então o Mosteiro iniciava um novo ciclo de obras, foi também a necessidade que houve de se proceder à delimitação da respectiva cerca em 1673¹⁰⁷¹.

A ele não foi também alheio o clima económico e político mais favorável que se vivia, após a assinatura do tratado de paz em 1668, que punha fim às Guerras da Restauração, permitindo uma nova dinâmica construtiva por todo o Reino e em especial na cidade de Lisboa, como se depreende da consulta efectuada pelo Senado ao Rei em 23 de Maio de 1678, solicitando que fosse nomeado Mateus de Sousa como seu architecto: “ *Senhor – neste Senado houve sempre architecto assalariado para fazer as plantas das obras da cidade, o qual officio se não proveu de annos a esta parte por se entender não havia necessidade delle; agora, que este senado tem tantas obras, necessita cada dia de se fazerem plantas, que pagas cada uma de per si farão despeza consideravel no fim do anno, e estas se não fazem muitas vezes com a brevidade necessaria, por não haver official a que se mande, senão a que se*

¹⁰⁷⁰ *Roteiro da Agoa Livre...*, Doc. cit., fls. 77 a 709. Cf. II PARTE, Cap. 2.

¹⁰⁷¹ Miguel SOROMENHO, Nuno SALDANHA, “O Mosteiro e Igreja de S. Vicente de Fora”, in Irisalva MOITA (Coord), *O Livro de Lisboa*, Lisboa: Lisboa 94/Livros Horizonte, p. 211.

encomendem, como pessoa particular ” ¹⁰⁷² (o cargo de *arquitecto do Senado* fora extinto em 1665, na vaga deixada por Mateus do Couto ¹⁰⁷³, como se pode comprovar por outro assento camarário, datado de 2 de Janeiro desse ano: “ *Havendo consideração ao estado em que e presente se acha a fazenda da camara, e ás grandes despesas q d’ella se fazem, desnecessarias e de nenhuma utilidade ao bem publico, que em outro tempo se introduziram em razão das sobras que todos os annos havia das rendas da cidade, o que de presente é muito pelo contrario, que d’hoje em diante se extinga o officio de architecto, que vagou por Matheus do Couto (...)*”

Para o entendimento do que terá sido a campanha de obras no período em que João Nunes Tinoco foi responsável pela direcção das mesmas, é igualmente importante o testemunho que nos dá Frei Nicolau de Santa Maria, em 1668, mostrando que existiam ainda bastantes vestígios do primitivo mosteiro: “ *A mesma obra da Igreja se encostaõ pella parte do Sul duas grandes Claustras, em meio das quaes fica a Sanchristia, que ha de occupar tudo o que agora he Sanchristia, Casa do Capitulo, & Capella de Iesu*” ¹⁰⁷⁴. O mesmo pode ser comprovado pela planta delineada por João Nunes Tinoco ¹⁰⁷⁵ (Fig.164), na qual se sobrepõe o novo projecto ao traçado antigo, planta essa que serviu de base à reconstituição do primitivo mosteiro feita por Jorge Segurado ¹⁰⁷⁶. Frei Nicolau de Santa Maria conhecia bem o projecto, a que ele próprio alude, quando descreve os novos espaços (muitos deles ainda por construir, como se depreende do texto), em especial os dormitórios, que dele fazem parte “ *As*

¹⁰⁷² *Livro V de Consultas e Decretos do Principe D. Pedro*, fl. 211, publicado por Eduardo Freire de OLIVEIRA in *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1ª Parte, Tomo VIII, Lisboa: Typographia Universal, 1894, pp. 281 e 282. Mateus de Sousa que, de acordo com a mesma consulta, colaborava já com o Senado fazendo algumas plantas e “acudindo aos fogos”, seria nomeado para o cargo com o ordenado de 20\$000 réis cada ano, “...metade do ordenado que se dava antigamente ao architecto da cidade...”

¹⁰⁷³ *Livro IV de Assentos do Senado*, fl. 108, publicado por Eduardo Freire de OLIVEIRA in *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1ª Parte, Tomo VI, Lisboa: Typographia Universal, 1891, p. 529.

¹⁰⁷⁴ Dom Nicolau de SANTA MARIA, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes...*, ob. cit., Livro VIII, p. 148.

¹⁰⁷⁵ Academia Nacional de Belas Artes.

¹⁰⁷⁶ Jorge de Almeida SEGURADO, *Da obra Filipina de São Vicente de Fora*,. Lisboa : Academia Nacional de Belas Artes, 1976.

*mais oficinas do Mosteiro ficam para a parte do Nascente, & Campo de S. Clara, por cima das quaes corre o Dormitorio, que tem seu principio no postigo de S. Vicente, & vai correndo até o postigo que chamaõ do Arcebispo, donde vira, & vai continuando pella parte do Sul, fazendo segundo Dormitorio com bellas vistas sobre o Mar, Tejo, & banda d'alem do Tejo, & vai rematar no terceiro Dormitorio que corre pella parte do Poente, & vem fechar em a parede da Igreja, em hũa das torres do frontespicio, segundo se mostra no debuxo que se mandou fazer para a nova reedificação do mesmo Mosteiro de S. Vicente, que do antigo, edificado por El Rey D. Affonso Henriquez, não se conserva hoje mais que a Claustro principal, & parte da Claustro da portaria “*¹⁰⁷⁷. Esta planta revela ainda outros pormenores importantes. Ela mostra como o novo plano, assentando os novos claustros e paredes nas estruturas antigas, trouxe vários benefícios do ponto de vista económico e organizacional, ao aproveitar fundações e materiais, e ao preservar, de certa forma, alguns espaços que puderam manter-se em funções durante a própria obra, até serem intervencionados, como o demonstra também o texto de Frei Nicolau Santa Maria. Outro aspecto a considerar poderá estar relacionado com o comportamento do edifício perante o grande terramoto de 1755. Segundo o relato das *Memórias Paroquiais*¹⁰⁷⁸ (cujos dados são repetidos pelo Padre Baptista de Castro¹⁰⁷⁹), “(...) Padesseo Ruina o Convento de Sam Vic.^{te} no Seu zimborio e Sanchristia q se arazarão, como taobem, o Dormitorio alto q olha p.^a o Nassente, e aruynou muito Dormitorio grande, q olha p.^a o Sul, e se acha de todo reparado; Só o zimborio hé de madeira(...)”, mostrando que os maiores danos terão ocorrido nos lanços do claustro nascente, o qual parece ter sido construído de raiz, contrariamente aos do lanço poente (adjacente à Portaria) no qual as estruturas antigas em que assentou, de acordo com a referida planta, poderão ter ajudado a reforçar este corpo.

¹⁰⁷⁷ Frei Nicolau de SANTA MARIA, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes...*, ob. cit., Livro VIII, pp. 148 e 149.

¹⁰⁷⁸ ANTT, *Memórias paroquiais*, vol. 20, nº 93zf, p. 947.

¹⁰⁷⁹ *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Tomo III, Vol. V, Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luis Almeno, 1713, p. 443.

De qualquer modo, as datas que estão colocadas nos frontões de algumas das portas deste claustro (Figs. 165 a 167), mostram que elas foram construídas ainda em vida de João Nunes Tinoco, certamente com ampla, senão mesmo total, colaboração de Luís Nunes Tinoco.

Neste período, a par da construção do mosteiro, continuavam também as campanhas para a ornamentação dos altares da igreja. Sabemos que, segundo a *Corografia*, existiam em 1712 as seguintes capelas: quando se entra, do lado da Epístola, S. Miguel, S. Joseph, Nossa Senhora do Pilar, N.ª Senhoara da Pureza e a do Bom Jesus Crucificado seguindo-se, no cruzeiro, a Capela de N.ª Senhora das Necessidades, e a de Santo António. Também no cruzeiro, do lado do Evangelho, as capelas do Santíssimo Sacramento, e a de Nossa Senhora da Conceição ou da Enfermaria, seguindo-se a de Nossa Senhora da Pureza, a de Santiago, e a de Santa Catarina. A *Historia dos Mosteiros*¹⁰⁸⁰ dá-nos mais alguns esclarecimentos sobre as capelas que se situavam no cruzeiro, referindo que, ladeando o arco da capela-mor se situava, no lado do Evangelho, a capela dedicada a Santa Mónica, mãe de Santo Agostinho, e da outra parte, do lado da Epístola, uma outra “...consagrada ao melhor filho de Lisboa, o gloriosissimo Sancto Antonio...”, embora as Memórias Paroquiais nos informem que, em 1755, existiam no Cruzeiro, respectivamente, as capelas de S. Teotónio e de Nossa Senhora da Conceição e do outro lado Santo António e Santo Agostinho¹⁰⁸¹.

Muitos destes altares seriam construídos ou completados só em finais do século XVII ou início da centúria seguinte, sendo escassos os dados precisos sobre os mesmos¹⁰⁸².

¹⁰⁸⁰ *História dos Mosteiros (...)*, ob. cit., Tomo I, p. 25.

¹⁰⁸¹ ANTT, *Memórias paroquiais*, vol. 20, nº 93zf, p. 944. Fernando PORTUGAL, Alfredo de MATOS, *Lisboa em 1758*, Lisboa : [s.n.], 1973, p. 277

¹⁰⁸² Para o estudo dos mesmos cf. Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA, *A talha barroca de Lisboa (1670-1720) : os artistas e as obras*, Dissertação de Doutoramento em História (Especialidade Arte, Património e Restauro) da Faculdade e Letras de Lisboa, 2009, e Maria João Fontes

A primeira capela a ser construída terá sido o de Nossa Senhora do Pilar, cuja devoção foi instituída por um militar castelhano, Baltasar Granero, devoto da mesma Senhora, que trouxe de Saragoça uma cópia da imagem da Virgem existente na Catedral dessa cidade ¹⁰⁸³. O altar terá sido executado durante os anos de 1660, desconhecendo-se o seu autor ¹⁰⁸⁴. Conseguimos apurar que ela terá servido de modelo à Capela de S. Tiago, que lhe ficava fronteira, de acordo com o contrato notarial para a sua execução, datado de Junho de 1682, entre os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho do Mosteiro de S. Vicente de Fora, e o entalhador Pedro Álvares ¹⁰⁸⁵. Embora apareça neste contrato para S. Vicente de Fora citado apenas como *Pedro Alvares* assina-o, no entanto, como *Pedro Alz Pr.ª*, assinatura em tudo igual à dos documentos já por nós atrás citados a propósito da obra teórica e das intervenções realizadas por João Nunes Tinoco em algumas igrejas paroquiais, reforçando, uma vez mais, uma colaboração entre eles ¹⁰⁸⁶. Não nos fornecendo o nome do autor da traça do retábulo de Nossa Senhora do Pilar, o contrato pode ajudar-nos a compreender como este seria originalmente, hoje já com algumas alterações ¹⁰⁸⁷.

Pereira COUTINHO, *A produção portuguesa de obras de embutidos de pedraria policroma (1670-1720)*, Dissertação de Doutoramento em História (Especialidade Arte, Património e Restauro) da Faculdade e Letras de Lisboa, 2010.

¹⁰⁸³ *História dos Mosteiros (...)*, ob. cit., Tomo I, p. 28; Ignacio de Nossa Senhora da BOA MORTE - *Chronica do Insigne, e Real Mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Conegos Regulares de S. Agostinho*, 1761; Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA *A Talha Barroca de Lisboa (1670 - 1720). Os Artistas e as Obras*, Dissertação de Doutoramento em História (Especialidade Arte, Património, Restauro) apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa da Universidade de Lisboa, Departamento de História, Lisboa: 2009, Vol. I, p. 179.

¹⁰⁸⁴ Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA *A Talha Barroca de Lisboa...*, ob. cit., Vol. I, p. 180.

¹⁰⁸⁵ ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, Livro de notas 117, fls. 29 e 29v – (Doc. 90 - *Inédito* em anexo).

¹⁰⁸⁶ Relembramos que, além da sua participação como entalhador do retábulo da Igreja do Convento da Graça, o encontramos a trabalhar também na Igreja do Socorro, numa campanha de obras inédita de João Nunes Tinoco por nós revelada, bem como rubricando uma folha do tratado de arquitetura existente na Torre do Tombo (Cf. III PARTE, Capítulos 1 e 2).

¹⁰⁸⁷ Para as alterações sofridas por este altar, cf. Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA *A Talha Barroca de Lisboa...*, ob. cit., Vol. I, p. 181. Apoiada na descrição da *História dos Mosteiros* (ob. cit., Vol. I, p. 38) e na documentação existe no ANTT, (*Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, Maço. 477, Processo 10), a autora descreve assim este altar: “ (...) esta capela dedicada à

Segundo este contrato Pedro Álvares Pereira obrigava-se a dar o retábulo pronto até “ “... dia de pascoa de flores q embora vira do anno q vira de mil e seiscentos e outenta e tres e isto por presso e quantia de tresentos e quarenta mil reis em dinheiro de contado e cõ as clausulas condissois e obrigassois seg.^{tes}. Item q ele d.^{to} mestre sera obrigado a fazer hú Retabolo de entalhado e tribuna na forma da capela de nossa senhora do pilar cõ duas colunas redondas de cada p.^{te} asentadas sobre cartellas com seus tres pilares por detras delas e a roda pela parte de fora cõ seu pilar q fassa faser tambor este por sima e seu emvasam.^{to} em baixo e no lugar da tribuna fara hú nixo do santo q comresponda ao tamanho do d.^{to} Retabolo p.^a q fique em sua procissão e naõ disforme assy da largura como de alto esse d.^{to} nixo tera húas colunas e embasam.^{to} e capiteis q correrã por dentro dele o qual na volta sera feito em paineis revestidos de talha conforme o corpo dele e no campo q ficar livre entre as colunas principais e o d.^{to} nixo o revestira de talha e lhe fara no d.^{to} campo algumas (...) do s.^{to} aquelas q melhor acomodar em o lugar e sitio e dentro no d.^{to} nicho fara húa pianha seystavada ou outavada q diga cõ a mais obra m.^{to} bem feita cõ sua talha sobre a qual ha de estar o santo o qual retabolo fara cõ a talha ao valor e na mesma forma q a da tribuna de nossa s.^{ra} do pilar e cõ todas as mais obras q nela ha toquante ao frontespicio da tribuna porq nesta forma he q estaõ elles ajustados e contratados...”¹⁰⁸⁸.

Por esclarecer fica, uma vez mais, o nome do autor da traça do altar original, muito possivelmente João Nunes Tinoco, dada a sua experiência como tracista retabular e o seu estatuto de director da grande obra vicentina.

Muitos altares mudaram os seus nomes e os santos das respectivas invocações

Virgem do Pilar, em 1704, apresentava-se: « (...) Tam ornada que nam descobrem os olhos nella mays que ouro sobre talha, assim nos lados como no tecto, e esta mesma obra passou ao arco pella banda de fora, continuando a talha dourada, que como temos ditto, se ve em toda a capella (...) Sobre as paredes da igreja visinhas à sua capella (...) se veem pendentes muytos votos, que lhe foram offercidos em memoria e agradecimento das mercês (...)» (negrito nosso). Através da descrição efectuada pelo cronista da História dos Mosteiros conclui-se que esta capela teria, para além do retábulo, sobre arco e paredes adjacentes cobertas de talha. Este revestimento de acordo com a prática em voga em finais do século XVII e princípios do XVIII, deverá ter sido desmontado aquando das intervenções de restauro dirigidas por José Maria Nepomuceno”.

¹⁰⁸⁸ ANTT, Mosteiro de S. Vicente de Fora, Livro de notas 117, fls. 29 (Doc. Inédito).

ao longo do tempo, como o demonstra a planta publicada por Frei Inácio da Boa Morte, em 1761¹⁰⁸⁹ (Fig. 168) que ilustra quais os altares existentes após o terramoto de 1755, e o estudo elaborado por Júlio de Castilho, que integra já as transformações sofridas no século XIX¹⁰⁹⁰.

Em S. Vicente de Fora, João Nunes Tinoco deverá ter-se limitado a seguir um plano previamente traçado, muito possivelmente ainda por Baltazar Álvares. Ao longo da intensa actividade que exerceu por perto de sessenta anos, conviveu com uma multiplicidade de influências que se fizeram sentir na nossa arquitectura – espanholas, flamengas, italianas e francesas (não deverá ter sido permeável já à corrente que o segundo casamento de D. Pedro II traria do centro da Europa, em 1687). A sua obra reflecte o conflito entre os dois mundos que caracterizam a arquitectura portuguesa de então – se, por um lado, ela nunca abandonaria uma linguagem maneirista, muito ligada, ainda, a uma arquitectura chã, como podemos observar no tratamento dos panos murários que oferece, e nos elementos decorativos que utiliza, seria, a nível da planimetria e volumetria, como na Igreja de Nossa Senhora da Piedade de Santarém, que ela reflectiria os tempos de mudança que anunciavam já o Barroco.

2. O *nobilissimo* túmulo de D. João IV

O contexto histórico em que foi construído o túmulo de D. João IV, na capela-mor de S. Vicente de Fora bem como algumas das suas características foram já objecto

¹⁰⁸⁹ Ignacio de Nossa Senhora da BOA MORTE - *Chronica do Insigne, e Real Mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Conegos Regulares de S. Agostinho*, 1761, ANTT, Manuscrito da Livraria 468, fl. 5.

¹⁰⁹⁰ *Lisboa Antiga*, Vol. VII, Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 94 a 97.

de uma pormenorizado análise ¹⁰⁹¹, pelo que aqui abordaremos apenas alguns aspectos que consideramos importantes sobre o trabalho dos arquitectos em estudo.

Como manifestara no seu testamento, D. João IV pedia para ser sepultado em S. Vicente de Fora ¹⁰⁹², escolha que não terá sido de modo algum casual, ao determinar para sepultura um Mosteiro que estava ligado à Fundação da Nacionalidade ¹⁰⁹³. Essa mesma ideia e simbologia veremos retomada, em toda a sua força, num dos mais importantes espaços do Mosteiro, a Portaria.

Depositado em S. Vicente quando da sua morte, em 6 de Novembro de 1656, o corpo seria trasladado para a nova sepultura em Novembro de 1671, “ (...) *que se apresenta mais como um cofre-relicário – ainda hoje existente tendo sido, todavia, desenquadrado da sua legibilidade na capela-mor – ora sustentado por seis dragões, rematado aos ângulos por fogaréis e coroado por um emolduramento de estrutura piramidal, onde figuram as armas reais, num discurso esperançoso, nitidamente imperial e profundamente simbólico* “ ¹⁰⁹⁴. Filiado, ainda que remotamente, num modelo piramidal utilizado em Belém que atravessa todo o século XVII, a sua carga e pormenor decorativos (Fig. 169) anunciam já uma libertação da rigorosa geometria que caracterizam o protótipo em que se inspirou.

O seu grande poder retórico afirmava-se, não só pela sua localização, sob o sacrário (e que, segundo o o autor da *História dos Mosteiros*, apesar de condicionado pelo espaço, o *nobilíssimo* túmulo, como o apelida, não deixara de sair *perfeito* pela qualidade dos materiais e da sua traça), mas também pelos elementos decorativos

¹⁰⁹¹ Paulo Jorge Monteiro Henriques da Silva DIAS, *Real Panteão dos Braganças : arte e memória*, Tese de mestrado (Arte, Património e Restauro) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa : [s.n.], 2002.

¹⁰⁹² António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo IV, Coimbra: Atlântida, 1950, pp. 425 -429, Paulo Jorge Monteiro Henriques da Silva DIAS, *Real Panteão dos Braganças : arte e memória...*, ob. cit., p.29.

¹⁰⁹³ Paulo Jorge Monteiro Henriques da Silva DIAS, *Real Panteão dos Braganças : arte e memória ...*, ob. cit., pp. 27 e 28.

¹⁰⁹⁴ ANTT, *Miscelâneas Manuscritas*, nº 168, fl. 296, publ. por Paulo Jorge Monteiro Henriques da Silva DIAS, *Real Panteão dos Braganças : arte e memória ...*, ob. cit., p. 55.

que apresenta (Fig. 170) - assente sobre animais alados, que podem ser interpretados como basiliscos ou mais possivelmente dragões (Fig. 171), em virtude da simbologia destes últimos como vitória sobre os castelhanos ¹⁰⁹⁵, como Bouza Álvarez já salientara, a propósito da iconografia da *Lusitania Liberata*: “ O mesmo dragão que aparece espezinhando em *Phillipus Prudens* de Juan Caramuel, e que numa visão do mundo ao contrário, vence ao outrora violento leão de Castela.” ¹⁰⁹⁶

Foi já salientado, também, que é possível que Luís Nunes Tinoco tenha participado na sua realização ¹⁰⁹⁷. Quanto a nós não se trata de uma mera hipótese, mas de um facto provado pelas semelhanças com a sua obra gráfica (pormenores de cercaduras) ou com os animais fantásticos por si representados no álbum *Retrato de varias Aves* ¹⁰⁹⁸ (Fig.172), realizado em 1666, ou no álbum de desenhos que pertenceu à Biblioteca de D. Manuel II ¹⁰⁹⁹ que, apesar de não estar assinado, pensamos ser da sua mão (Fig. 173)¹¹⁰⁰. Um decorativismo que vamos já encontrar aposto a alguns elementos arquitectónicos de S. Vicente, como veremos, e que são seguramente da sua autoria.

¹⁰⁹⁵ Paulo Jorge Monteiro Henriques da Silva DIAS, *Real Panteão dos Braganças : arte e memória ...*, ob. cit., p. 58.

¹⁰⁹⁶ “Retórica da Imagem Real. Portugal e a Memória Figurada de Filipe II”, in *Penélope: fazer e desfazer a história*, nº4, Lisboa: Quetzal Editores,1989.

¹⁰⁹⁷ Paulo Jorge Monteiro Henriques da Silva DIAS, *Real Panteão dos Braganças : arte e memória ...*, ob. cit., p. 61.

¹⁰⁹⁸ BA, 49-II-71, *Retrato de varias Aves tiradas ao natural. Por Luís Nunes Tinoco. Anno aetatis suae 23 de 1666.*

¹⁰⁹⁹ VVBDM, Ms. XCVI.

¹¹⁰⁰ Cf. IV PARTE, Cap.1.

IV PARTE – Luís Nunes Tinoco, *engenho soberano*

Capítulo 1

Um arquitecto de múltiplos talentos



1. “ Pelo amor que sempre lhe tive”

“*Pelo amor que sempre lhe tive*” é a enternecedora, e não muito frequente, forma como um pai, neste caso João Nunes Tinoco ¹¹⁰⁰, se dirige ao filho pedindo-lhe que fosse seu testamenteiro, revelando bem o ambiente de afectos em que Luís Nunes Tinoco cresceu e foi educado: também por amor, João Nunes Tinoco ousara desafiar a autoridade de Pedro Nunes Tinoco, ao casar sem a sua autorização.

* BPDVV, *Biblioteca de D. Manuel II*, Ms CIII , pormenor da portada do *COMPROMISSO DA IRMANDADE DOS ESCRAVOS DO SANTISSIMO SACRAMENTO SITUADA NO REAL MOSTEIRO DE S. VICENTE de fóra da Cidade de Lx.ª Para a solemnidade das 40 Horas das Carnestollendas; a q se deu principio no Anno de 1670. Luis Nunez Tinoco o fez.* João RUAS, *Manuscritos da Biblioteca de D. Manuel II : Paço Ducal de Vila Viçosa*, 1.ª ed. Caxias : Fundação Casa de Bragança - Casa de Massarelos, 2006, p. 94, nº 110.

¹¹⁰⁰ Testamento de João Nunes Tinoco, datado de 6 de Abril de 1690. ANTT – *Registo Geral de testamentos*, Lº 58 , fls. 23 a 24v, publicado por João Miguel Ferreira Antunes SIMÕES, in *Arte e Sociedade na Lisboa de D. Pedro II. Ambientes de trabalho e mecânica do mecenato*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa : [s.n.], 2002, Vol. II, p.43 e 44, e por nós novamente transcrito (Ver Parte I, **Doc. 17**).

É muito possível que tenha sido este clima de afectos que permitiu, a Luís Nunes Tinoco, desenvolver livremente as suas muitas aptidões, sem qualquer tipo de constrangimentos familiares, de *engenho soberano* como o definiu um seu contemporâneo ¹¹⁰¹ ...

Nomeado *aprendiz de architectura* em 29 de Setembro de 1677, Luís teria mais de trinta anos, idade já bastante avançada para o cargo, especialmente se compararmos com a idade com que foram nomeados o avô e, sobretudo o pai que, de acordo com a nossa investigação, teria em 1604, pouco mais de vinte anos. A explicação reside, certamente, na falta de vaga para aceder ao lugar, tendo que aguardar que qualquer outro aprendiz deixasse livre um dos lugares, neste caso Mateus do Couto (sobrinho), então promovido a arquitecto dos Paços de Salvaterra, e de Almeirim, e do Mosteiro da Batalha.

O alvará de nomeação de D. Pedro II (então ainda Príncipe Regente) refere “ (...) **a boa Imformação q. tive da suficiencia e partes de Luis Nunes tinoco na arquitetura sivil q. estuda com seu pai Joaó Nunes tinoco. Hey por bem de lhe fazer m.^{ce} da propriedade da praça de v.^{te} mil reis p.^a estudar a d.^a arte (...) com sua obrigação q. he ir estudando a d.^a Architectura e geometria e fazer tudo mais q. lhe for ordenado Pello d.^a prov.^{or} de meu serviço e começara a servir a d.^a praça e vencer os d.^{os} v.^{te} mil reis de v.^{te} de setr.^o do anno pasado de 677 em diante...** ” ¹¹⁰² . Em 29 Outubro de 1688 seria nomeado *Escrivão e Contador dos Contos do Reino e da Casa*, na vaga deixada por João Pereira da Silva, então aposentado “...Ouve S. Mg.^{de} p bem tendo resp.^{to} **ao dito Luis Nunes Tinoco haver servido nos Contos do Reyno e Caza há mais de des annos de escrivaõ e serventia sendo plo seu prestimo ocupado em m.^{tas} diligencias asim na arumação do cartorio dos mesmos Contos como no registo da**

¹¹⁰¹ “Engenho soberano” é a expressão utilizada por Joseph Correia de BRITO para definir Luís Nunes Tinoco em “Metricas ociosidades em varias rimas. Desacordos da musa, & ociosa occupaçam da Penna”, in *MISCELANEA DE POESIA*, fls. 109 a 110v. (BA, ms. 50-I-1). Cf. I PARTE, Cap.2.

¹¹⁰² Cf. I PARTE, **Doc. 21** (sublinhado nosso).

marinha onde passou varias ordés plas comarcas p^a os Almo^x.^{es} entrarem com as suas contas p^a boa arecadação da fazenda real sendo nomeado por despacho do Conselho para assistir ao Contador M.^{el} da Silva nas contas dos administradores das Cazas dos presos do santo Officio em q ouve trabalho e se haver em todos com prestimo e emtelligencia...”¹¹⁰³, cargo que ocuparia até à sua nomeação como Contador dos Contos, em 7 de Março de 1697: “... Dom Pedro ett.^a faço saber aos q esta minha Carta virem, q tendo respeito a Luis Nunes tinoco aver servido nos Contos dos R.^{no} e Caza a perto de vinte annos nos lugares de Escrivão de serventia propriedade, e actualm.^{te} na serventia de Contador no lugar de Juseph feúza de Arauiu as quais ocupassoés servio com satisfação e bom procedim.^{to} sendo o escrivão daquelles Contos o mais antigo como constou por informação do Contador Mor de q ouve vista o Procurador de minha fazenda. Hei por bem fazerlhe m.^{ce} ao dito Luis Nunes tinoco da propriedade do off.^o de Contador dos Contos do R.^{no} e Caza q vagou pelo dito Juseph feuzza...”¹¹⁰⁴, vindo a aposentar-se em 14 de Junho de 1718¹¹⁰⁵.

Os officios mostram que a actividade de Luís Nunes Tinoco na *Casa dos Contos* recua a Agosto de 1676, isto é, a um ano antes de ser nomeado aprendiz de arquitectura, como se pode depreender da própria nomeação: “Ouve S. Mg.^{de} p bem tendo resp.^{to} ao d^o Luis Nunes Tinoco n.^{al} desta cid.^e f^o de João Nunes Tinoco ter servido de escrivão de contador dos Contos do Rn^o e Caza por espaço de 25 annos continuados de 3 Ag.^{to} de 676 the o prez.^{te} em q esta continuando de contador”¹¹⁰⁶, cargo que acumularia com o da direcção da obra vicentina para o qual fora nomeado a 23 de Junho de 1690 sucedendo ao pai, João Nunes Tinoco “Ouve SMg.^{de} p bem tendo resp.^{to} ao dito joão nunes tinoco Architecto e mestre das obras do Real Mosteiro de

¹¹⁰³ Cf. I PARTE, **Doc. 28** (sublinhado nosso).

¹¹⁰⁴ Cf. I PARTE, **Doc. 29** (sublinhado nosso).

¹¹⁰⁵ Cf. I PARTE, **Doc. 30** (sublinhado nosso).

¹¹⁰⁶ Cf. I PARTE, **Doc. 28** (sublinhado nosso).

Saõ Vicente de fora o haver servido há perto de sincoenta annos com toda a boa satisfação e em tudo o mais q lhe foi encarregado o qual officio foi já de seu Pay Pedro Nunes Tinoco e a Luis Nunes tinoco haver servido húa praca de aprender a Architectura com boa satisfação e ser filho do dito Joaõ nunes tinoco e este estar já velho, há S Mg.^{de} p bem fazer m.^{ce} ao dito Luis Nunes Tinoco de propriedade do dito officio de Mestre Architecto das obras do Real Convento de Saõ Vicente de fora p^a o servir assim e da maneyra q o servia o dito seu pay (...) “¹¹⁰⁷.

Outro aspecto a salientar é, também, o facto de nos próprios documentos podermos intuir o estatuto de *Mestre Architeto da obra vicentina* como um cargo a que se acedia por sucessão dinástica (João Nunes Tinoco servindo o cargo, como servira o pai, e Luís Nunes Tinoco sucedendo a João), tal como acontecia com outros cargos como, por exemplo, o de Provedor das Obras Reais.

Sobre a *Casa dos Contos do Reino e Casa*, e a profissão de *Contador dos Contos* esclarece-nos o Padre António Carvalho da Costa na sua *Corografia*¹¹⁰⁸: “*Situava-se o Tribunal defronte do Palácio Real, que he húa grande casa, & das melhores que tem os outros Tribunaes, a qual tem doze Contadores, cada hum com seu Escrivão, & quatro extravagantes, cinco Provedores, hum Guarda môr, hum Thesoueyro do cofre com seu Escrivão, tres moços dos Contos, que assistem sem capa para o expediente da Mesa do Contador môr, administrando nella o que o dito Presidente lhes manda; cinco Requerentes das execuções, hum Meyrinho com seu Escrivão, dous Porteyros, doze Caminheyros do numero, & quatro extravagante. Assistem neste Tribunal doze Praticantes, para se fazerem capazes na arrecadação da Fazenda Real, os quaes depois saõ oppositores aos officio, que vagaõ, os quaes **naõ saõ hereditarios, & se costumãõ dar aos mais benemeritos...** “.*

¹¹⁰⁷ Cf. I PARTE, **Doc. 22** (sublinhado nosso).

¹¹⁰⁸ P^e. António Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa*, Tomo III, Lisboa, Officina Real Deslandesiana, 1712, Cap. XXXVI, “Dos Tribunais desta Cidade. Titulo III. Do Tribunal dos Contos”, pp. 571 a 574. Carvalho da Costa traça aqui, também, a genealogia do então Contador-mor, Luís Castanheda de Moura (sublinhado nosso).

A capacidade e dedicação exigidas aos Contadores do Conto, e que demonstrou ao longo da sua carreira, ficariam expressas nos alvarás que lhe foram concedidos, nos quais estas qualidades aparecem frequentemente citadas.

A sua nomeação como Mordomo da Irmandade de S. Lucas, em 1689 e em 1690¹¹⁰⁹, vem comprovar, também, o reconhecimento do grande prestígio que deveria ter já atingido, ao qual não foi, certamente, estranha a sua participação nas festas do casamento de D. Pedro II, e a imensa actividade exercida ao serviço da Coroa.

2 . “ *Debuxos de Penadas Lavoires e Versos* “

A uns escassos meses da sua morte, quando redige o seu testamento em 29 de Maio de 1719¹¹¹⁰, Luís Nunes Tinoco deixou instruções para que os seus testamenteiros, o pároco da Igreja da Pena, João Pereira da Costa, e o Padre Estêvão Gonçalves, distribuíssem os proventos das suas obras, caso viessem a ser impressas, a saber: “ (...) os *Livr.^{os}* de q mando se satisfaçaõ estes sobre.^{os} proximo Legados com os que vendidos empremirem sejaõ para se empremirem saõ os seg..^{tes} (...) seis tomos de folha cada hum de doze meses por q.^{to} obra de hum Intitulada *Ephemeride Hystorial, ou Epitome diario, e outros mais de 4^a de versos e sonetos manuscritos // Nomeyo por meus testr.^{os} ao R.^{do} P.^e João Pr.^a da Costa q ao préz.^{te} he Paro^{co} desta m^a freg^a de N. Sr.^a da Pena e ao Rev^o P.^{dre} Estêvão Glez aos q pessoas p^{te} mim a miz^a q nelles sempre experimentei façaõ dar comp^{to} a este meu testam^{to} como nelle se conthem despondo e ao R.^{do} P.^e João Pr.^a da Costa pello trabalho q hade ter com este meu testam^{to} lhe deixo todos os meus L^{os} de Sermoés asim empresos como manuscritos // Mando outrosim q **todos os meus Livros Manuscryptos asim enquadernados em forma de Livro como encadernados avulsos se entreguem a meus testt p^a que delles façam o que eu lhes***

¹¹⁰⁹ Sousa VITERBO, *Dicionário...*, ob. cit., Vol. III, pp.117, Francisco Augusto Garcês TEIXEIRA, *A Irmandade de S. Lucas: estudo do seu arquivo*, Lisboa: Imp. Beleza, 1931, p. 125.

¹¹¹⁰ Cf. I PARTE, **Doc. 24**, fls. 53 e 53v (sublinhado nosso).

tenho comunicado e nesta p^{te} tambem se estará q^{to} juram^{to} dos d^{os} meus testr^{os} p que delle farão o q eu lhes tenho communicado e neste p^{te} tambem se estará q^{to} juram^{to} dos d^{os} meus testr^{os}.^{os} Declaro que nestes d^{os} manuscryptos prox^{os} tambem entram os debuxos de Penadas Lavoress e Versos todas as quaes despoziçoés he m^a vont^e satisfaçam (...) “. A este conjunto deverão pertencer alguns dos manuscritos que a investigação tem vindo a revelar (dispersos por vários núcleos, sendo os principais, a Biblioteca da Ajuda, a Biblioteca Nacional e a Biblioteca da Universidade de Coimbra), nomeadamente através os trabalhos de Sousa Viterbo, de Ana Hatherly e de Luís de Moura Sobral.

Muitos continuarão por estudar, ainda anónimos, integrados nas muitas miscelâneas das nossas bibliotecas. Outros foram por nós localizados (ou atribuídos, a partir de características gráficas, como caligrafia, traço dos desenhos, ou do até mesmo pelo seu estilo literário).

Como afirmámos na Introdução ao nosso trabalho, o estudo de parte da obra de Luís Nunes Tinoco que a nossa investigação revelou, será desenvolvido futuramente, dada a especificidade dos seus conteúdos, os quais envolvem ligações com os mais variados ramos do conhecimento, e a necessidade de serem analisadas em pormenor as colecções em que se inserem, tendo em especial atenção a sua proveniência, material de suporte, relações entre essas mesmas colecções, etc. É o caso de alguns manuscritos seus que localizámos na Biblioteca da Universidade de Coimbra (*Secção de Reservados*), onde estão integrados em vários tomos que têm por título *Jardim Histórico* ¹¹¹¹, por vezes misturados com outros já conhecidos e que, apesar das nossas tentativas, não foi possível até ao momento, conhecer a sua proveniência, a qual poderia ser bastante útil para essa mesma investigação.

¹¹¹¹ Ana Hatherly refere já esta *miscelânea*, na qual retirou o ms. 346, *A Pheniz de Portugal Prodigioza*. In Ana HATHERLY (apres. e ed.), Luís de Moura SOBRAL (est. crít.), *Elogio da pintura / Luís Nunes Tinoco*, Lisboa : Inst. Port. do Património Cultural, Galeria de Pintura do Rei D. Luis, 1991, p. 15.

Não quisemos deixar de referir, ainda que sumariamente, algumas características da sua obra gráfica e escrita, “ *Debuxos de Penadas Lavores e Versos* “, como os define o próprio Luís Nunes Tinoco, o que faremos através de um breve comentário relativo ao contexto em esses trabalhos foram produzidos, salientando os aspectos que considerámos mais significativos.

A primeira obra que se conhece de Luís Nunes Tinoco é o álbum de desenhos intitulado *Retratos de varias Aves. Tirados ao natural. Por Luiz Nunes Tinoco. Anno ætatis suæ 23 de 1666* (Fig. 174) composto por trinta e nove fólhos, seguido de *Outros Retratos Assim de Passaros, como de Animaes quadrupedes, & algũs fabulosos, & menos naturaes* (Fig. 175), também ilustrado, composto por vinte e sete estampas ¹¹¹².

O primeiro é, como o próprio Luís Nunes Tinoco define, um *Compendio da Definiçam, Etimologia, & Diferença das Aves ou Passaros* ¹¹¹³. Citando Plínio e Varrão, o autor estabelece a diferenças entre as aves ¹¹¹⁴, e elabora um índice alfabético (no qual o nome em português é seguido da sua designação em castelhano, grego, latim, flamengo, francês, italiano e inglês), remetendo para as respectivas ilustrações. Antes destas, elabora ainda uma lista com os *nomes das partes de uma ave* ¹¹¹⁵ no fólho 89 (Fig. 176), remetendo também para a respectiva ilustração. O estudo de animais, e em especial das aves, constituía uma tradição antiga, fazendo também parte da tratadística na qual Luís parece ter-se inspirado, nomeadamente no Livro III de Juan

¹¹¹² BA, 49-II-71. Publ. por Sousa VITERBO, *Dicionário...*, ob. cit., Vol. III, p. 117. A título meramente ilustrativo, mostramos aqui apenas algumas desses desenhos.

¹¹¹³ BA, 49-II-71, fl. 2.

¹¹¹⁴ Luís Nunes Tinoco estabelece seis principais *Diferenças*: “ (...) a 1ª hé das Aves, que vivem de rapina; asi Diurnas, como Nocturnas. A 2ª he das Aves, que vivem junto a rios; e tem os pés espalmados, e cerrados. A 3ª hé das Aves Aquaticas, q não tem pés espalmados. A 4ª das Aves agrestres, que fazem seus ninhos sobre a terra. A 5ª de Aves, que habitão indifferentemente em todos os lugares, & se sustentão de toda a sorte de comida, & pasto. A 6ª & ultima diferença, hé das Aves pequenas, que habitão em sylvados, bosques, matos, e outros lugares semelhantes “ (fls. 2 e 3).

¹¹¹⁵ Idem, *Ibidem*, fl. 8.

d'Arphe y Villafañe (1535 – 1603)¹¹¹⁶ que na época circulava entre nós ¹¹¹⁷, e que aparece frequentemente por ele citado na sua *Universidade Moral*, como veremos, embora os desenhos de Luís Nunes Tinoco sejam já muito mais rigorosos e pormenorizados.

Quanto aos desenhos *fabulosos* de que trata na segunda parte do manuscrito, assume especial importância o mítico dragão que na literatura e iconografia da época simbolizava Portugal na sua conturbada relação com Castela, e que terá servido de inspiração a Luís para a iconografia do túmulo de D. João IV ¹¹¹⁸.

De Luís Nunes Tinoco deve ser também o álbum de desenhos à pena existente na Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, integrada na colecção da Biblioteca de D. Manuel II ¹¹¹⁹. O álbum é constituído por representações de aves, pássaros, animais pedestres e animais fantásticos, em tudo semelhantes ao álbum existente na Biblioteca da Ajuda (técnica, desenho de cada animal, não faltando sequer o mítico dragão), parecendo mesmo ser cópia uns dos outros como acontece, por exemplo, com os desenhos dos veados, em que estão representados da mesma maneira, só com uma pequena alteração na sua colocação no campo visual (Figs. 177 e 178). Pelo exposto, pensamos que não será errado atribuímos também a Luís Nunes Tinoco este manuscrito. Aliás, um dos animais fabulosos que nele aparece é muito parecido com o que está representado no túmulo de D. João IV.

¹¹¹⁶ *Varia conmensuración para la escultura y arquitectura*, Seville, 1585-7. A Terceira parte deste tratado, no Título I é dedicado os animais quadrúpedes, e o Título II sobre aves. Parece ser nítida a influência deste último, embora a metodologia utilizada por Villafane seja diferente da de Luís Nunes Tinoco. Villafane não dedica, no entanto, nenhum estudo pormenorizado à anatomia das aves, o que é feito por Tinoco.

¹¹¹⁷ Como se pode ver pelo trabalho de Rafael MOREIRA (coord.), e Ana Duarte RODRIGUES (coord.), *Tratados de Arte em Portugal (Art Treatises in Portugal)*, Lisboa: Scribe, 2011, pp. 34 e 36, em Portugal circulava esta edição de 1585-7, bem como a de Madrid, datada de 1675.

¹¹¹⁸ Cf. Bouza ÁLVAREZ e o que dissemos na III PARTE, Cap. 5.

¹¹¹⁹ BPDVV, *Biblioteca de D. Manuel II*, Ms XCVI. João RUAS, *Manuscritos da Biblioteca de D. Manuel II : Paço Ducal de Vila Viçosa*, 1.ª ed. Caxias : Fundação Casa de Bragança - Casa de Massarelos, 2006, p. 68, nº 74 – (Atribuição inédita).

Da obra gráfica de Luís Nunes Tinoco fazem parte também outros trabalhos (assinados ou anónimos que, pelas suas características, pensamos ser da sua autoria), como desenhos feitos à pena, integrados em portadas de livros, ou a ilustração de compromissos de diversas irmandades.

No que diz respeito aos desenhos, este é quase sempre feito à pena (por vezes aguarelado), continuando uma técnica que, como se pode ver pelo álbum *Retratos de varias Aves*, dominava perfeitamente. Referimo-nos ao desenho que abre um dos livros das avaliações dos *Ofícios do Ultramar*¹¹²⁰ (Fig. 179), escrito por António da Costa em 1692, tendo na base a assinatura “*Ludovicus Nunez Tinoco faciebat*”. Apesar de se tratar de um desenho à pena, os elementos decorativos que o compõem (monstros marinhos, concheados, etc.) aparecem também noutras obras suas, como no *Compromisso da Irmandade de N.ª Sr.ª da Conceição da Vila de Tancos*, por si iluminado em 1673¹¹²¹ (Figs. 180 e 181).

Já o *L.º X de avaliações dos Ofícios do Ultramar*¹¹²², por si manuscrito e ilustrado em 1699 (Fig. 182), apresenta um desenho mais linear, feito de entrelaçados ao “correr da pena”, sem o trabalho de pormenorização do livro anterior, tal como encontraremos também em algumas vinhetas de obras suas. Estamos, com efeito, perante dois métodos *intencionalmente diferentes* de desenho, embora possuam alguns elementos decorativos em comum.

¹¹²⁰ ANTT, *Chancelaria-Mor da Corte e do Reino*, L.º 5, LIVRO.9. E PRIMEYRO DAS AVALIAÇOÉS DOS OFFICIOS DO ULTRAMAR Feyto De ordem de S. Mag.ª POR LOURENÇO PIZ CARVALHO. Do Conselho do dito Senhor, seu Sumilher de Cortina, Deputado da Meza da Consciencia, & Ordês, & da Iunta dos Tres Estados. Escrito Por Antonio da Costa. 1692 – (Doc. inédito).

¹¹²¹ Catálogo do *Palácio do Correio Velho*, leilão da Coleção de António Capucho, de Julho de 2009. Agradecemos uma vez mais à família deste colecionador ter-nos permitido o acesso ao manuscrito citado.

¹¹²² ANTT, *Chancelaria-Mor da Corte e do Reino*, L.º 6, LIVRO.X. & 2.º. DAS AVALIAÇOÉS AVALIAÇOÉS dos Officios do Ultramar. Feyto de ordem de S. Mag.ª Por Lourenço Pirez Carvalho, do Cons.º do dito Sñor, seu Sumilher de Cortina, Deputado da Meza da Consci.ª, & Ordens, & da Iunta dos 3 Estados. Esçrypto Por Luiz Nunez Tinoco. 1699 - (Doc. inédito).

Quando escreveu o seu testamento, vimos como Luís Nunes Tinoco refere entre os seus manuscritos, a obra *Intitulada Ephemeride Hystorial (ou Epitome diario)*, pronto para impressão. Inédita até ao momento, conseguimos localizá-la no espólio da Casa Cadaval adquirido pela Biblioteca Nacional ¹¹²³ (descreveremos o seu conteúdo quando abordarmos as obras literárias do autor). O 1º Tomo (que é na realidade o 3º da colecção original) abre com um desenho (Fig.183) cuja técnica e iconografia apresenta fortes semelhanças com o *Livro X das Avaliações dos Ofícios*, o que reforça o que atrás dissemos, sobre haver uma intenção deliberada em adoptar um novo estilo de desenho. Segundo os testemunhos da época, é conhecido o gosto de D. João V pela arte da caligrafia, num período em que a beleza e a clareza da letra eram sinónimo de virtude ¹¹²⁴. É neste contexto, em data indeterminada entre 1712 e 1718, que chega a Portugal o calígrafo espanhol Marcos de las Roelas y Paz. Sendo-lhe confiada a educação dos filhos ilegítimos de D. Pedro II, D. Miguel e D. José ¹¹²⁵, escreve então *Pratica de el noble, y primoroso Arte de Escribir varios caracteres, y distintas formas de letra* ¹¹²⁶, numa altura em que Manoel de Andrade de Figueiredo (1670-1735) escrevia também a *Nova Escola para aprender a ler, escrever, e contar*, que publicaria em 1722 ¹¹²⁷, obra que se tornaria uma referência para outros manuais de caligrafia. Conhecidas

¹¹²³ BN, *Secção de Reservados*, Cod. 13152 - (Doc. 94 - Inédito).

¹¹²⁴ Ana Martínez PEREIRA, “Un calígrafo español en la corte de D. João V: Marcos de las Roelas y Paz”, in: *Península - Rev. de Estudos Ibéricos*, Porto: Inst. de Estudos Ibéricos, Fac. de Letras da Univ. do Porto, n.º 0 (2003), p. 356. Neste artigo é referida extensa bibliografia sobre este assunto. Cf. também Márcia ALMADA, *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos do século XVIII*, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História, Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG Programa de Pós-Graduação do Departamento de História, 2011

¹¹²⁵ Ana Martínez PEREIRA, “Un calígrafo español...”, ob. cit., p. 358.

¹¹²⁶ BN, *Secção de Reservados*, Cod. 10833, publ. por Ana Martínez PEREIRA, “Un calígrafo español...”, ob. cit., p. 360.

¹¹²⁷ *Nova Escola para aprender a ler, escrever, e contar. Offerecida á Augusta Magestade do Senhor Dom João V. Rey de Portugal. Primeira parte / por Manoel de Andrade de Figueiredo, Mestre desta Arte nas*

são também as décimas de Luís Nunes Tinoco nela integradas que mereceram já a maior atenção por parte de alguns autores ¹¹²⁸. A par da alusão à amizade que os unia, nelas tece um rasgado elogio ao autor do livro, comparando-o “ (...) *ao grão Morante & a de Velde (...)*” ¹¹²⁹.

Um novo aspecto ganha importância nesta referência a autores consagrados, à luz dos desenhos inéditos que aqui revelamos – ao nomear Velde ou Morante, Luís Nunes Tinoco fornece também a fonte de inspiração para o tipo de desenho de entrelaçados que pratica (e para a própria caligrafia), na transição do século XVII para o XVIII, o qual apresenta fortes semelhanças com o dos autores por ele citados,

idades de Lisboa Occidental, e Oriental, Lisboa Occidental : na Officina de Bernardo da Costa de Carvalho, Impressor do Serenissimo Senhor Infante, 1722, fl.5:

“Andrade he tão relevante, / de vossa Escola a doutrina, / que quem a ella se inclina, / nunca será ignorante. A penna do grão Morante, / e a de Velde suspendeis, / quanto tão douto escreveis / as regras da Orthographia; / pois com prudente energia / da Aritmética dais leis.

Tão rara he cada lição, / que aquelle que a aprender / saberá bem escrever, / e será grande escrivão; / Pois he tal a admiração / que motiva o vosso empenho / que a certificar-me venho / na Europa não se ha de achar; / nem no Brazil se ha de dar / outro mais subtil engenho.

Bem ostentais nas pennadas, / e no insigne dos traslados / caracteres bem formados / com pennas bem aparadas: / Que por vós são inventadas / he cousa muito notoria / fique na fama a memoria / porque a sorte assim ordena / que na vossa mesma penna / tenhais uma immortal gloria.

Pelo que será razão / que obra de tão grande Author, / sendo em tudo superior, / se dedique á impesaõ: / E que por esta occasiaõ / com canora voz, e amena / hoje na esfera terrena / publique a fama mil vezes / que tambem ha Portuguezes / Heroes insignes na penna.”

¹¹²⁸ Ana HATHERLY, *A experiência do prodígio : bases teóricas e antologia de textos-visuais portugueses dos séculos XVII e XVIII*, [Lisboa] : Imp. Nac. Casa da Moeda, 1983, pp. 249 e 251. Márcia ALMADA, *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII*, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011, p. 141.

¹¹²⁹ Luís Nunes Tinoco refere-se, certamente, a Pedro Díaz MORANTE (1565-1636), autor da *Arte Nueva de Escribir*, método de caligrafia para escrita cursiva, publicado em cinco volumes entre 1615 e 1631, e a Jan van de Velde I (1568-1623), calígrafo e desenhador que publicou em 1605, *Spiegel der Schrijffkonste*. Cf. a este propósito, Ana Martínez PEREIRA, “Un calígrafo español...”, ob. cit., p. 357, e Márcia ALMADA, *Das artes da pena e do pincel: caligrafia...*, ob. cit., passim. Jan van de Velde I pertenceu a uma importante família de artistas. O seu filho, Jan van de Velde II (1593-1641) seria também um reconhecido desenhador e gravador.

em especial com a obra de Manoel de Andrade de Figueiredo (Fig. 184). Não é de estranhar, assim, que seja também uma referência para este último, citando-o no seu livro, a propósito das regras para o desenho da *letra Romana* “ (...) *Esta regra se observa na letra mais alta, a que chamaõ Parangona, pela fazer mais agradável aos olhos, como vemos na que obrou o nosso insigne Portuguez Luiz Nunes Tinoco; e sendo da mais baixa, a que chamaõ de Breviario, diminuindo-lhe alguma cousa dos tres grossos do largo que fique em dous e meyo, me parece fica mais engraçada (...)*” ¹¹³⁰.

Completando o grupo dos desenhos à pena, é também de Luís Nunes Tinoco o conjunto de gravuras que ilustram a obra que António Álvares da Cunha (1626-1690) compôs e dedicou a D. Pedro II em 1687, sobre a ascendência da Rainha Maria Sofia de Neuburgo. A identificação é feita pela assinatura “ *Luis Nunes fecit* ”, constante das mesmas ¹¹³¹.

Dos muitos compromissos por si iluminados, a maior parte data da década de setenta (Luís Nunes Tinoco teria pouco mais de trinta anos), antes de ser nomeado aprendiz de arquitectura em 1677 - compromissos *da Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento do Mosteiro de S. Vicente de Fora* (1670) ¹¹³² (Fig.185 e 186), da

¹¹³⁰ *Nova Escola para aprender a ler, escrever, e contar...*, ob. cit., Tratado II, Cap. IV, p. 53 “ Da letra Romana” (sublinhado nosso).

¹¹³¹ BN, *Secção de Reservados*, Cód. 13152, *Arvores genealogicas da real ascendencia da muito soberana Princesa Maria Sofia Isabel Palatina Raynha de Portugal athe os outavos avós offerecidas ao muito esclarecido Principe D. Pedro II do nome vigessimo Rey de Portugal por D. Antonio Alvares da Cunha seu trinchante*. Joaquim de Oliveira CAETANO, Miguel Conceição SOROMENHO, Teresa A. S. Duarte FERREIRA, Ana Cristina de Santana SILVA, Lígia de Azevedo MARTINS, Luís Farinha FRANCO, *A ciência do desenho : a ilustração na colecção de códices da Biblioteca Nacional* 1ª ed., Lisboa : B.N., 2001, p. 134. O manuscrito pertenceu também à Livraria da Casa de Cadaval, tal como outros que encontramos de Luís Nunes Tinoco. Apresentamos aqui apenas um desses desenhos, a título meramente ilustrativo.

¹¹³² BPDVV, *Biblioteca de D. Manuel II*, Ms CIII , *COMPROMISSO DA IRMANDADE DOS ESCRAVOS DO SANTISSIMO SACRAMENTO SITUADA NO REAL MOSTEIRO DE S. VICENTE de fóra da Cidade de Lx.ª Para a solemnidade das 40 Horas das Carnestollendas; a q se deu principio no Anno de 1670. Luis Nunez Tinoco o fez*. João RUAS, *Manuscritos da Biblioteca de D. Manuel II : Paço Ducal de Vila Viçosa*, 1.ª ed. Caxias : Fundação Casa de Bragança - Casa de Massarelos, 2006, p. 94, nº 110.

Irmandade do Senhor dos Passos do Real Convento de Belém (1672)¹¹³³ (Figs. 187), da *Irmandade da Sacratíssima Virgem de Nossa Senhora da Vida de Alcochete* (1672)¹¹³⁴, o já citado *Compromisso da Irmandade de N.ª Sr.ª da Conceição da Vila de Tancos* (1673)¹¹³⁵, o da *Irmandade de Nossa Senhora de Porto Salvo de Caspolima* (1675)¹¹³⁶, bem como o *Livro de acordãos ou Advertencias para melhor governo da Irmandade da Gloriosa Virgem Martyr, & Doutora S. Catherina de Monte Sinay Orago de sua Parochia extra muros desta Cidade; com as obrigações do Compromisso, & outras, que, despoys delle feyto, crescerão* (1673)¹¹³⁷.

Mais problemática é a sua autoria do *Compromisso Confraria do Bemaventurado S. Antonio e do officio dos tanoeiros*, do Convento de S. Francisco do Porto¹¹³⁸. Como notou Sousa Viterbo, apesar de nele figurar o nome de Luís Nunes Tinoco, o compromisso iluminado é uma cópia do original “(...) formando parte de uma collecção de Compromissos identicos, que o catalogador equivocadamente attribue a Luiz

¹¹³³ MJB, *Arquivo da Irmandade do Senhor dos Passos do Mosteiro de Belém*, in Anísio FRANCO, *PORTUGAL. Mosteiro dos Jerónimos - Jerónimos 4 Séculos de Pintura* [catálogo]. Lisboa: M.J., 1992, Vol. 2, pp. 202 a 205.

¹¹³⁴ José Manuel VARGAS, apud Vítor SERRÃO, “ O Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora de Porto Salvo de Caspolima (1675) por Luís Nunes Tinoco e Bento Coelho da Silveira”, in *Boletim da Direcção Geral de Arquivos*, nº12, Janeiro / Março 2010, p. 11.

¹¹³⁵ *COMPROMISSO DA IRMANDADE DE N.S. DA CONCEIÇÃO SITA Na Igreja da mesma Señra titular, & orago desta Villa de Tancos. Anno 1673. Ludovicus Nunez Tinoco totum faciebat*. Catálogo do Palácio do Correio Velho, leilão da Colecção Capucho de Julho de 2009.

¹¹³⁶ *COMPROMISSO DA IRMANDADE DE N.S. DO PORTO SALVO DO LUGAR DE ASPOLIMA & sita na Igreja de N.S.ÑRA DA VICTORIA desta Cidade de Lx.ª. Anno 1675. Ludovicus Nunez Tinoco fecit*, SOUSA VITERBO, ob. cit., pp. 119. Desaparecido durante bastante tempo, foi adquirido há alguns anos pela ANTT. Apud Vítor SERRÃO, “ O Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora de Porto Salvo de Caspolima (1675) por Luís Nunes Tinoco e Bento Coelho da Silveira”, ob. cit., pp. 10 e 11.

¹¹³⁷ Sousa VITERBO, *Dicionário...*, ob. cit., Vol. III, p. 119. Segundo Sousa Viterbo, encontrava-se no Arquivo da Irmandade de Santa Catarina mas, apesar dos nossos esforços e dos do Padre Pedro Boto, a quem agradecemos uma vez mais, não foi possível localizá-lo quando tentámos consultá-lo.

¹¹³⁸ BPMP, Ms 1571, *Estatutos ordenados para bom governo da Irmandade e Confraria do Bemaventurado S. Antonio e do officio dos tanoeiros : instituidos novamente pelos officiaes e irmaons della... no anno ... de 1621 / Luiz Nunes Tinoco delineabat, et scribebat*. Sousa VITERBO, *Dicionário...*, ob. cit., pp. 117 e 118.

Nunes Tinoco. O copista foi porventura o mesmo, mas de uma época muito posterior (...) “¹¹³⁹. Composto por vários capítulos começados por letra iluminada (como acontece na grande maioria dos compromissos que fez), o segundo fólio tem um pórtico com a imagem de Santo António ao centro. É possível, como tal, que tenha feito uma das versões do compromisso, cujo original datado de 1621, foi sucessivamente reescrito.

Analisemos algumas características destes mesmos compromissos. No da *Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento do Mosteiro de S. Vicente de Fora* (1670), o fólio inicial, com a sua identificação, apresenta num pórtico jónico com frontão interrompido com cartelas com enrolamentos e mascarões de influência flamenga, com duas figuras femininas dispostas lateralmente a um medalhão oval, sustentadas por mísulas. A do lado esquerdo segura uma âncora e na mísula podemos ver a expressão *Ad firmandum*, a qual é completada pela da figura da direita, *Cor syncerum*. A frase, com o significado “para firmar um coração sincero”, em conjunto com as que contornam o medalhão central, remetem para a obra *Pange lingue*, composta por S. Tomás de Aquino, em 1200, para a festa do Corpo de Deus. *Putti* e grinaldas completam uma composição em que sobressai o seu expressivo colorido. No segundo fólio, vemos cinco figuras ajoelhadas com círios num altar que, para além da representação de um friso de embutidos, se destaca pelo rico trabalho de talha. No retábulo, dois arcos com as inscrições “*Qui manducat hunc panem vivet in aeternum*” e “*Panis angelicus fit panis hominum*” (remetendo, novamente, para a obra de S. Tomás de Aquino) e dois pares de colunas coríntias salomónicas, enquadram um sacrário ladeado por anjos. Alguns dos elementos que aqui encontramos (frisos do frontão, forma do sacrário, entrelaçados da cercadura) apresentam, também características decorativas que iríamos encontrar nos túmulos de D. João IV e da Infanta D. Maria.

¹¹³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 118. Na actual ficha de catalogação elaborada pela BPMP consta a data de 1821.

No que diz respeito ao *Compromisso da Irmandade do Senhor dos Passos do Real Convento de Belém* (1672), as características das suas páginas iluminadas foram já salientadas: “ *um desenho algum ingénuo, um colorido pouco natural, e apresentam falhas técnicas, nomeadamente no campo da perspectiva, gozam, mesmo assim, de uma certa graciosidade. Na primeira página, por exemplo, o iluminador serviu-se de um sistema de cartelas de inspiração flamenga para compor a moldura em que se regista o título do compromisso (...) Para a composição da segunda página, o autor foi buscar aos retábulos de embrexados, típicos do barroco português, a sua fonte de inspiração*” ¹¹⁴⁰.

Foi já estudado também o *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora de Porto Salvo de Caspolima* (1675): “*Decorado com um singelo frontispício barroco ornado de cartela simples, e mostrando em muitos dos fólhos várias capitais iluminadas, com ornamentação maneirista de grotesco fantasista e folhagem acântica (...)*” ¹¹⁴¹, a inclusão entre os fólhos 5v e 6 de uma miniatura com a Imaculada Conceição entre nuvens e cabeças de anjos alados, integrada numa cartela de influência maneirista nórdica, e decoração floral, atribuída a Bento Coelho da Silveira ¹¹⁴², pode indicar ser esta uma das possíveis fontes utilizadas por Luís Nunes Tinoco para as suas composições.

Já o *Compromisso da Irmandade de N.ª Sr.ª da Conceição da Vila de Tancos*, datado de 1673, pertencente à Biblioteca de António Capucho ¹¹⁴³, consta dois fólhos ricamente iluminados. No primeiro, podemos identificar algumas semelhanças com o

¹¹⁴⁰ Anísio FRANCO, *PORTUGAL. Mosteiro dos Jerónimos - Jerónimos 4 Séculos de Pintura*, ob. cit., Vol. 2, p. 202.

¹¹⁴¹ Vítor SERRÃO, “ O Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora de Porto Salvo de Caspolima (1675) por Luís Nunes Tinoco e Bento Coelho da Silveira”, ob. cit., p. 10.

¹¹⁴² Idem, *Ibidem*, p. 10.

¹¹⁴³ *CÕPROMISSO DA IRMANDADE DE N.S. DA CONCEIÇÃO SITA Na Igreja da mesma Señra titular, & orago desta Villa de Tancos. Anno 1673. Ludovicus Nunez Tinoco totum faciebat.* Catálogo do Palácio do Correio Velho, leilão da Colecção Capucho de Julho de 2009.

Compromisso de Porto Salvo, nomeadamente na cabeça de anjo alado, nos elementos fitomórficos, bem como na cartela de influência flamenga. Já no segundo fólio, encontramos elementos (caravela, motivos em emblema) muito semelhantes a outros que figuram no álbum das *Festas que se fizerão pelo Casamento del Rey D. Affonso VI*¹¹⁴⁴, de que nos ocuparemos mais adiante. Alguns elementos dos primeiro fólio, como os monstros marinhos, denotam ainda alguma influência da tratadística, nomeadamente da obra de Georg Andreas Böckler (ca. 1617–1687) *Architectura Curiosa Nova*, publicada em Nuremberga, em 1664¹¹⁴⁵ (Fig. 188). Esquecida tem sido essa influência (que poderemos comprovar noutras obras, tais como em alguns desenhos das *Festas do Casamento de D. Pedro II*). A existência na Biblioteca da Ajuda de um exemplar deste tratado prova que ele era conhecido entre nós, pelo que deveremos incluí-lo na lista de tratados que circulavam em Portugal¹¹⁴⁶.

Embora não estejam assinados, o que não é costume nas obras de Luís Nunes Tinoco, é possível que seja também o autor do *Compromisso e Estatutos dos Irmãos Escravos do S.^{mo} Sacramento da Vila de Alcáçovas* (1690)¹¹⁴⁷ (Fig.189 e 190), e o da

¹¹⁴⁴ BPDVV, *Biblioteca de D. Manuel II*, Cod. XCVIII.

¹¹⁴⁵ *Architectura curiosa nova [exponens 1. Fundamenta hydragogica, indolemque aquae, aeris interventu in altum levandae. 2. Varios aquarum ac salientium fontium lusus per varia spectatu jucunda epistomiorum seu siphonum genera. 3. Magnum amoenissimorum fontium, machinarumque, aquaeductoariarum sumtu magno exstructarum, ac per Italiam, Galliam, Britanniam, Germaniam &c. visendarum, numerum; 4. Sepecus artificiales fumtuosissimas, cum plerisq; Principum Europae o rum Palatiis, hortiiis, aulis; nec non praecipuis monasferiis atq; arcibus; 5. Cum auctario figurarum elegantissimarum, ad hortorum topiaria vario ductu dividenda, nec non conclavium laquearibus ac pavimentis fegmentandis, itemq; Labyrinthis construendis, adhibendarum.]* Norimbergae : Impensis Pauli Fürsten / Biblio-technopolae : typis Cristophori Gerhardi, [1664]. Existe um exemplar deste tratado na BA (41-X-8) que pertenceu, também, à Livraria das Necessidades, o que vem provar que este autor era conhecido entre nós.

¹¹⁴⁶ Rafael MOREIRA (coord.), e Ana Duarte RODRIGUES (coord.), *Tratados de Arte em Portugal (Art Treatises in Portugal)*, Lisboa: Scribe, 2011.

¹¹⁴⁷ BN, *Secção de Reservados*, Il. 229, *COMPROMISSO & ESTATUTOS DOS IRMÃOS ESCRAVOS DO S.^{MO} SACRAMENTO DA VILLA DAS ALCASAVAS feito no anno de 1690 – (Atribuição Inédita)*.

Confraria e Irmandade do Santíssimo Sacramento de Jesus de Odivelas (Fig.191) ¹¹⁴⁸.

O primeiro apresenta grandes semelhanças com o *Compromisso da Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento do Mosteiro de S. Vicente de Fora* (tratamento das figuras, modelos dos sacrários e altares, pormenores decorativos). Datado de 1690, nele é já bastante notória a influência dos trabalhos de embutidos, na bicromia dos elementos arquitectónicos representados, que Luís Nunes Tinoco tão bem conhecia, nomeadamente nos trabalhos então em curso em S. Vicente de Fora. Como nos outros compromissos por si iluminados, os capítulos começam por letras iluminadas e terminam, frequentemente, por desenhos de entrelaçados feitos à pena em tudo semelhantes às ilustrações dos *Livros de Avaliação do Ultramar*, de que já falámos.

Quanto ao segundo, embora não tenha o nome do autor nem a data, está identificado como sendo do século XVIII ¹¹⁴⁹. São também grandes as semelhanças com outros compromissos da sua autoria. No primeiro fólio, a identificação da Irmandade está inserida numa cartela rectangular, coroada por um anjo alado. Os motivos decorativos acusam uma influência flamenga. Mas é sobretudo no segundo fólio que as semelhanças com outras iluminuras de Luís Nunes Tinoco são mais flagrantes: nas cabeças de querubins, no modelo da custódia e, sobretudo, no desenho dos anjos alados que a seguram. Podemos identificar, também, algumas afinidades com o *Livro das Capellas, missas, & aniversarios, que se disem neste mosteiro de S. Viçete todolos anos de sua administração, e administradores* ¹¹⁵⁰, que anteriormente atribuímos a Estêvão Gonçalves Neto ¹¹⁵¹ - no desenho das grinaldas com flores e frutos, nos *putti*, e

¹¹⁴⁸ BN, *Secção de Reservados*, II. 131, *CONFRARIA E IRMANDADE DO SANTISSIMO SACRAMENTO DA FREGUEZIA DO NOME DE IESU DE ODIVELLAS TERMO DA CIDADE DE LISBOA* – (Atribuição Inédita).

¹¹⁴⁹ De acordo com a respectiva ficha de catalogação da BN – (Atribuição Inédita).

¹¹⁵⁰ BN, *Secção de Reservados*, il-104.

¹¹⁵¹ Cf. O que dissemos a propósito deste livro, quando falámos dos trabalhos de cartografia de Pedro Nunes Tinoco (II PARTE, Cap. 2).

na harmonia das cores fortes e vibrantes. Fazendo parte da Livraria de S. Vicente de Fora, é natural que Luís Nunes Tinoco conhecesse esta e outras obras de Estêvão Gonçalves Neto, como o seu célebre *Missal*, bem como a de outros iluminadores - com efeito, todo o seu desenho aponta para uma influência da grande tradição que teve a iluminura entre nós ¹¹⁵².

Como já foi salientado, o uso do nome latinizado poderá ser uma influência da Antiguidade, numa tentativa de identificação com Apeles ¹¹⁵³. Entre as características gerais destas obras (as quais poderemos encontrar também em outros trabalhos da sua autoria, como, por exemplo, nos motivos decorativos dos túmulos de D. João IV, e da Infanta D. Maria), referiremos, entre outras: um colorido forte, artificial, que se insere na tradição da iluminura (e que o aproxima da obra Estêvão Gonçalves Neto), perspectivas pouco correctas, figuras ingénuas que denunciam um desenho pouco perfeccionista e, até mesmo, “amador” do ponto de vista anatómico, erudição de fontes, quer a nível dos textos, quer a nível dos pormenores arquitectónicos e decorativos (com referência a técnicas como a dos embutidos marmóreos, e aos trabalhos de talha então em uso). Como característica poderemos referir, ainda, a influência da tratadística que então circulava entre nós.

Não cabendo aqui examinar a importância das festas como expressão de poder régio e do imaginário referencial de cada época, nem como veículo de modelos que inspirariam a própria arquitectura, temas que têm sido amplamente abordados por muitos autores, não deixaremos de salientar, no entanto, uma das características fundamentais, presente também na obra de Luís Tinoco – como já foi sublinhado, para além do efémero e do próprio espectáculo que representavam, reclamavam a necessidade “ (...) do referente de outra forma de olhar, a qual, nesta ocasião, se

¹¹⁵² Para uma bibliografia actualizada sobre este tema cf. Márcia ALMADA, *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura...*, ob. cit.

¹¹⁵³ Anísio FRANCO, *PORTUGAL. Mosteiro dos Jerónimos – Jerónimos...*, ob. cit., p. 202.

*dirigia para esses mesmos símbolos pintados ou, sobretudo, gravados. Neste sentido, o olhar havia começado a exigir a leitura (...) ”*¹¹⁵⁴. Com efeito, esta associação entre leitura e olhar, inerente a toda a retórica da imagem, seria uma das constantes da obra de Luís Nunes Tinoco, mesmo a nível do texto escrito, como tão bem demonstrou Ana Hatherly nos seus estudos.

Neste contexto, não será despropositado pensar que tenha participado na preparação dos grandes festejos do casamento de D. Afonso VI com Maria Francisca Isabel de Sabóia, que tiveram lugar em Lisboa, entre Agosto e finais de Outubro de 1666, e nas quais teve um papel determinante António de Sousa Macedo, Secretário do Rei. São muitas as dúvidas quanto ao álbum que as registou¹¹⁵⁵, intitulado *Festas que se fizeram pelo Casamento del Rey D. Affonso VI*, as quais dizem respeito não apenas ao autor, mas também à função do próprio álbum (tratar-se-ia de um “livro de aparato”?), dadas as divergências que apresenta com outras descrições dos mesmos festejos¹¹⁵⁶.

João Nunes Tinoco teve um papel importante na arquitectura das festas, projectando os palanques erguidos no Terreiro do Paço, e uma das máquinas de fogo,

¹¹⁵⁴ Fernando Bouza ÁLVAREZ “*Amor Parat Regna. Memória Visual dos afectos na política barroca*”, in *Festas que se fizeram pelo casamento do rei D. Afonso VI*, Ângela Barreto XAVIER, Pedro CARDIM, Fernando Bouza ÁLVAREZ. Lisboa : Quetzal, 1996, p. 16.

¹¹⁵⁵ BPDVV, *Biblioteca de D. Manuel II*, Cod. XCVIII. É constituído por 27 desenhos aguarelados que foram exibidos nos arcos triunfais levantados em Lisboa, em 29 de Agosto de 1666. Sobre a iconografia e significado deste álbum, cf. , em especial, a já citada obra *Festas que se fizeram pelo casamento do rei D. Afonso VI*, Ângela Barreto XAVIER, Pedro CARDIM, Fernando Bouza ÁLVAREZ. Lisboa : Quetzal, 1996, bem como os artigos de Filipa MEDEIROS, “«O engenho e a arte» de Camões nos emblemas das festas que se fizeram pelo casamento del Rey D. Affonso VI”, *Imago. Revista de emblemática e cultura visual*, nº4, Valência: Sociedad Española de Emblemática, 2012, pp. 79 a 95., e de Ana Cristina Cardoso da Costa GOMES, “Alianças, poder e festa. Os casamentos de D. Afonso VI e de D. Pedro II”, in *Arte efémera em Portugal*, João Castel-Branco PEREIRA (coord.), Ana Cristina Cardoso da Costa GOMES (co-aut.), Ana Paula Rebelo CORREIA, João Carvalho DIAS, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 50 a 99, e Ana Paula Rebelo CORREIA, “Fogos de artifício e artificios de fogo nos séculos XVII e XVIII. A mais efémera das artes efémeras”, in *Arte efémera em Portugal*, João Castel-Branco PEREIRA (coord.), Ana Cristina Cardoso da Costa GOMES (co-aut.), Ana Paula Rebelo CORREIA, João Carvalho DIAS, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000,p. 100 a 149.

¹¹⁵⁶ Ângela Barreto XAVIER, Pedro CARDIM, *Festas que se fizeram pelo casamento...*, ob. cit., p. 37.

como vimos ¹¹⁵⁷. É natural que Luís estudasse e praticasse a profissão, mesmo antes da sua entrada para aprendiz. Existem semelhanças entre a caligrafia usada evento e a de Luís Nunes Tinoco, como na representação de alguns símbolos e o colorido de alguns desenhos que realizou, como o *Compromisso da Irmandade de N. S. da Conceição*, sita na Igreja homónima de Tancos (1673). Embora estando por fazer um estudo que confirme estas hipóteses, não custa imaginar um auto-retrato de Luís Nunes Tinoco na figura sentada num cadeirão (Fig. 192). É segura é a sua participação nas festas de casamento de D. Pedro II com D. Isabel de Neuburgo, pelo menos como autor de um dos álbuns que registaram os respectivos festejos. Analisadas já por vários autores, em especial Nelson Correia Borges, que à sua organização e programa artístico dedica uma monografia¹¹⁵⁸, não repetiremos o que já foi escrito; salientaremos apenas alguns

¹¹⁵⁷ Cf. III PARTE, Cap. 2.

¹¹⁵⁸ *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II : Lisboa 1687*, Porto : Paisagem, 1986, onde se descreve pormenorizadamente todos os festejos, a partir da documentação e dos relatos dos diferentes cronistas. O autor cita os principais autores que, antes de si, se ocuparam deste assunto: Eduardo BRAZÃO, *O Casamento de D. Pedro II com a Princesa de Neuburg (Documentos Diplomáticos)*, Coimbra, 1936; *Idem*, “ A recepção de uma Rainha – Festas Lisboetas no século XVII “, *Boletim Cultural e Estatístico* , (Câmara Municipal de Lisboa), I, nº2, Lisboa: 1937, pp. 185-200; Fernando CASTELO-BRANCO, *Lisboa Seiscentista*, Lisboa: 1969, pp. 253 a 257; Paulino MONTEZ, *As Belas-Artes nas Festas Públicas em Portugal*, Lisboa: 1931, PP. 39 e 40, HATHERLY, Ana “Para uma arqueologia da poesia experimental. Anagramas Portugueses do século XVII”, *Colóquio-Artes*, nº 40, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, pp. 32 a 41 e “Labirintos Portugueses dos séculos XVII e XVIII”, *Colóquio-Artes*, nº 45, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, pp. 20 a 29. Ana HATHERLY, *A experiência do prodígio : bases teóricas e antologia de textos-visuais portugueses dos séculos XVII e XVIII*, [Lisboa] : Imp. Nac. Casa da Moeda, 1983.

A par destes, cita os álbuns de desenhos aguarelados, um do jesuíta João REIS, existente na secção de *Reservados* da Biblioteca Nacional, e outro que apesar de anónimo está atribuído a Luís Nunes Tinoco, *A Pheniz de Portugal Prodigioza em seus nomes D. Maria Sofia Isabel Raynha Serenissima & Sra Nossa*, da Biblioteca da Ajuda (52-VIII-37), atribuição essa feita a partir de um manuscrito homónimo e por ele

aspectos que consideramos pertinentes para a obra de Luís Nunes Tinoco. Destas festas ficaram nos arquivos portugueses, para além do álbum de João dos Reis (1639-1691)¹¹⁵⁹, dois registos gráficos homónimos, intitulados *A Pheniz de Portugal Prodigioza em seus nomes D. Maria Sofia Isabel Raynha Serenissima & Sra Nossa*, um na Biblioteca da Universidade de Coimbra¹¹⁶⁰, assinado por Luís Nunes Tinoco, e outro anónimo na Biblioteca da Ajuda¹¹⁶¹, que pelas grandes semelhanças com o manuscrito de Coimbra, tem sido atribuído também a este autor. A estes junta-se um terceiro manuscrito, existente na *Library of Congress* in Washington¹¹⁶², datado também de 1687, composto por trinta e seis figuras de arquitectura ornamental com textos alusivos ao evento. Por estudar está ainda a verdadeira relação entre estas três

assinado, existente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (Reservados, ms 346). Refere, ainda, os autores que na época descreveram o evento: Manoel de COIMBRA, *Descrição da sumptuosa e magnifica ponte, que se fabricou para o desembarque da augustissima Rainha de Portugal D. Maria Sofia Isabel. Offerecida à mesma serenissima senhora com huma illustração das inscripções* (BGUC, ms 323), António Rodrigues da COSTA (1656-1732), *Embaixada que fes o Excellentissimo Senhor Conde de Villar-Maior ao Principe Philippe Guilhelmo Conde Palatino do Rhim... Conduçam da Rainha Nossa Senhora a estes Reinos, festas, & applausos, com que foi celebrada sua felix vinda, & as augustas vodas de Suas Majestades*, Lisboa: na officina de Miguel Manescal, 1694, D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real*, tomo V, pp. 73 e ss., Manuel Nogueira de SOUZA, *Relação dos reaes Despozorios de El Rey D. Pedro II de Portugal com a Serenissima Princeza Eleytoral D. Maria Sofia Izabel. De sua feliz chegada à Corte de Lix.^a Da Triumphal entrada de S. Magestades à Sé, e festas que se lhes fizeraõ* (BGUC, ms 456, com dedicatória datada de 25 de Outubro de 1687, logo após os festejos). Sobre estas festas veja-se também Ana Cristina Cardoso da Costa GOMES, “Alianças, poder e festa. Os casamentos de D. Afonso VI e de D. Pedro II”, ob. cit., pp. 50 a 99, Ana Paula Rebelo CORREIA, “Fogos de artifício e artifícios de fogo nos séculos XVII e XVIII”, ob. cit., p. 100 a 149, e Sandra SIDER ‘Luis Nunes Tinoco’s Architectural Emblematic Imagery in Seventeenth-Century Portugal: Making a Name for a Palatine Princess’, in *Emblems and the Manuscript Tradition*, ed. Laurence Grove (Glasgow: Glasgow Emblem Studies 2, 1997), pp. 63-79.

¹¹⁵⁹ BN, *Secção de Reservados*, A.T./L. 317, *Copia dos reaes aparatos e obras que se ficeram em Lixboa na occasiam da entrada e dos despozorios de Suas Majestades : Imago Ulysseae exultantis in adventu Ser[enissi]mae Portugalliae Reginae Mariae Sophiae*, 1687.

¹¹⁶⁰ BGUC, *Secção de Reservados*, ms. 346 (cf. Ana HATHERLY e Nelson Correia BORGES, na bibliografia citada a propósito das festas).

¹¹⁶¹ BA, 52-VIII-37 (cf. também Ana HATHERLY e Nelson Correia BORGES, na bibliografia citada a propósito das festas).

¹¹⁶² LC, ms. P-209 (nº 182 Portuguese Collection), publ. por Sandra SIDER ‘Luis Nunes Tinoco’s Architectural Emblematic Imagery in Seventeenth-Century Portugal: Making a Name for a Palatine Princess’, ob. cit., p.64.

versões que Luís Nunes Tinoco nos dá sobre o mesmo acontecimento – é provável que constituíssem estudos para um único álbum que nos documentasse sobre os diferentes aspectos desse mesmo acontecimento.

Ao Conde de Villar Maior, Manuel Teles da Silva (1641-1709), acompanhado do seu jovem filho João Gomes da Silva (1671-1738), futuro Conde de Tarouca, caberia chefiar a Embaixada que foi a Neuburgo tratar do casamento e acompanhar a Rainha até Portugal, conforme nos relatam os cronistas. A descrição desta embaixada fornece-nos pormenores interessantes não apenas referentes às festas celebradas em Lisboa, mas também dos preparativos empreendidos pelo Conde de Villar Maior na sua viagem. Escreve para Lisboa, a 1 de Abril de 1687, via Paris, sobre os pormenores do Tratado de Casamento, e no mesmo dia “ (...) e para não perder hum sò instante de tempo, & adiantar os aprestos que lhe erão necessarios para as funções publicas da Embaixada, partiu para Francfort, onde naquella altura occasião podia achar com abundancia todo o necessario para o lusimento da entrada por ser o tempo da feira da Paschoa, que naquella Cidade se celebra todos os annos acudindo a ella todas as riquezas, que produsio a natureza, & fabricou a arte, fazendo-se por essa rasão a mais memoravel que se conhece em Europa (...) Feitas as prevenções para as galas, & adorno de casa (porque as carrossas, cavallos, & tudo o mais se fasia, & comprava em Holanda pelo cuidado, & industria do thesoureiro da Embaixada Miguel Diogo da Gama, & do Agente Jeronymo Nunes da Costa) voltou o Embaixador para Manheim (...)”¹¹⁶³.

Confirmava-se que a Holanda era um mercado de abastecimento muito importante para os mais variados artefactos, como se verificaria pelo mesmo relato, que nos diz que, quando a Rainha chegou a Lisboa “ (...) se trabalhava

¹¹⁶³ António Rodrigues da COSTA (1656-1732) , *Embaixada que fes o Excellentissimo Senhor Conde de Villar-Maior ao Principe Philippe Guilhelmo Conde Palatino do Rhim...*, ob. cit., pp. 54, 55 e 56.

*em ajustar na Capitania huma magnifica escada, que se havia fabricado em Hollanda para a Rainha N. S. poder desembarcar por ella.”*¹¹⁶⁴ .

Ao casamento, celebrado a 2 de Julho de 1687, na Capela Eleitoral de Heidelberg, seguir-se-iam grandiosos festejos em Lisboa, organizados por D. Luís de Meneses (1632-1690), 3º Conde da Ericeira (que representaria no Terreiro do Paço, o jardim do seu palácio com a famosa fonte de Bernini e de Ercole Ferrata), que recebeu dos cronistas os maiores elogios, não faltando com a sua presença na orientação da montagem de todo o cenário e espectáculo, elogios que se estenderam também ao Provedor das Obras, Lourenço Pires de Carvalho, “pella officiosa assistencia” prestada à construção do pórtico de desembarque e respectivo corredor¹¹⁶⁵.

De toda a arquitectura efémera projectada para o efeito, a ponte de desembarque mereceu também os maiores elogios, levando a que Manoel Coimbra descrevesse o arquitecto da ponte como “ ciente e consumado “, arquitecto que sabemos ter sido Mateus do Couto, por uma referência feita por Luís Nunes Tinoco, que o cita como seu tracista¹¹⁶⁶ .

A ponte que saía do Pórtico¹¹⁶⁷ era composta por dezassete arcos de volta

¹¹⁶⁴ Idem, *Ibidem*, p. 124. Estes contactos comerciais deverão ter sido de grande utilidade a João Gomes da Silva (1671-1738), futuro Conde de Tarouca, que acompanhara o pai, o Conde de Villar Maior, Manuel Teles da Silva (1641- 1709) a Neuburgo em 1687, pois sabemos, por uma notícia da Gazeta de Lisboa de 1721, que quando foi nomeado Embaixador em Cambrai, “ (...) tendo informação de que naquella Cidade não havia casa, em que se pudesse alojar commodamente, resolveu formar huma de madeira na qual pudesse ter todos os alojamentos, & officinas necessarias, & a mandou fabricar neste paiz [Haia], para ser conduzida a Cambrai, onde se ha de assentar no meyo da Praça “. Apud AYRES DE CARVALHO, *As Obras de Santa Engrácia e os Seus Artistas*, p. 43. É possível que na Embaixada do Conde de Villar Maior a Neuburgo, tenham sido adquiridos alguns livros e tratados que integrariam a sua livraria, e que possam ter servido de inspiração ao célebre palácio que D. João Gomes da Silva mandou construir, cujo projecto tem sido atribuído ao arquitecto régio João Antunes .

¹¹⁶⁵ Manuel Nogueira de SOUZA, *Relação dos reaes Despozorios de El Rey D. Pedro II de Portugal...*, fl. 10v, apud Nelson Correia BORGES, *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II ...*, ob. cit., p. 103.

¹¹⁶⁶ Manuel Nogueira de SOUZA, *Relação dos reaes Despozorios de El Rey D. Pedro II de Portugal...*, fl. 3, apud Nelson Correia BORGES, *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II ...*, ob. cit., p. 105.

¹¹⁶⁷ Cf. Nelson Correia BORGES, *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II ...*, ob. cit., que descreve pormenorizadamente, de acordo com a também já citada *Descrição* de Manoel COIMBRA.

perfeita com óculos circulares no seu tímpano, limitados por pilastras toscanas, cujo desenho remete para os desenhos dos pórticos toscanos propostos por Serlio (Livro IV, Estampa XXXII) , ou até mesmo por Jacques Androuet du Cerceau (c. 1515-1585), no seu *Second Livre de Architecture* (Estampa XXXIII). Este autor, cuja obra que parece ter tido também uma forte influência na retabulística de embutidos da época ¹¹⁶⁸, era conhecido entre nós ¹¹⁶⁹, pois para o período a que nos reportamos, circulavam duas edições de obras suas datadas, respectivamente, de 1561 (*Second Livre d'Architecture* ¹¹⁷⁰) e de 1615 (*Livre D'Architecture* ¹¹⁷¹).

Foram já salientadas algumas semelhanças destas festas com as do casamento de D. Afonso VI, sobretudo no que diz respeito ao programa do *Arco dos Mercadores*, que nos dois festejos oferece a mesma estratégia de invocar heróis nacionais a partir

¹¹⁶⁸ Maria João Pereira COUTINHO, “Estruturas retabulares de embutidos marmóreos. Último quartel do século XVII. Primeiro quartel do século XVIII”, *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 549.

¹¹⁶⁹ Rafael MOREIRA e Ana Duarte RODRIGUES (coord.), *Tratados de Arte em Portugal (Art Treatises in Portugal)*, Lisboa: Scribe, 2011, pp. 32 e 34.

¹¹⁷⁰ *Second livre d'architecture : Contenant plusieurs & diverses ordonances de cheminees, lucarnes, portes, fontaines, puis, & pavillons, pour enrichir tant le dedans que le dehors de tous edifices. Avec les desseins de dix sepultures toutes differentes*, Paris : De l' Imprimerie d' André Wechel, 1561 . Encontrámos um exemplar na Biblioteca da Ajuda (BA, 39-XV-28 (2)), que está integrado num livro único que pertenceu à Livraria oratoriana das Necessidades, o qual contem também, do mesmo autor, o *De Architectvra : Quo descriptae sunt aedificiorum quinquaginta planè dissimilium ichnographiae, in omnium non modà potentiorum, sed etiam mediocrium, & tenuiorum gratia[m], quos aedificandi studium oblectat ... ; vnà cum integra cuiusque aedificij dimensione ; Húc accedit breuis explicatio de structurarum, quibus aedificia constant, dimensione per orgyiam, que Gallica est architectorum mensura, sex longa pedes ...*, Lutetiae Parisiorum [Paris] : [E typographia Benedicti Praeuotijad, clausum Brunellum, via Frementella, sub stella aurea], 1559, bem como as seguintes obras: *Delli cinque ordini d'architettura di M. Iacomo Barozzio da Vignola*, [Venezia] : Bolognini Zalterii Formis, 1570, e o *Libro d'Antonio Labacco appartenente a l'architettura : nel qual si figurano alcune notabili antiquita di Roma [Venezia] : Bolognini Zalterii Formis, 1570*.

¹¹⁷¹ *Livre D'Architectvre de Jacques Androuet, du Cerceau: Avqvel Sont Contenves Diverses Ordonnances De Plants Et éléuations de bastiments pour Seigneurs, Gentilshommes, & autres qui voudront bastir aux champs*, Paris (s.n): 1615.

das oitavas dos Lusíadas ¹¹⁷², tema e autor largamente celebrados nas sessões académicas da época .

Sabemos, pelos alvarás de mercês concedidos a Luís Nunes Tinoco e a uma das suas filhas, D. Joana Antónia de Sousa, entre 1716 e 1721, “(...) *por ter prestado asistencia, e ajudar ao Arquitecto, e Enginhrº Matheos do Coutto a fazer todos os papeis, e traças q o s.ºr D. Pedro Pay de Smg.ºe mandava fazer mostrando m.ªa inteligencia, destreza, e habilid.º obrando tudo grande zello: Há Smg.ºe p bem fazerlhe m.ºe p bem de outras de 20\$000 de tença ef.ºs cada anno em vida pª sua f.ª D. Joanna An.ª de souza (...)*” ¹¹⁷³, que deverá ter sido muita estreita a colaboração entre estes dois arquitectos (pela data, o documento só pode referir-se a Mateus do Couto Sobrinho), à qual se juntava também uma ligação de amizade, facto realçado pelo próprio Manuel do Couto que afirmou, no processo de Habilitação de Pedro Nunes Tinoco (filho de Luís) a familiar do Santo Ofício, que Mateus do Couto fora testemunha do recebimento do casamento do seu pai ¹¹⁷⁴.

Sabemos também, que grande era a ligação entre Luís Nunes Tinoco e os Condes da Ericeira – em 1689 escolhe o filho de D. Luís de Meneses, D. Francisco de Meneses (que aparece nos registos paroquiais como Conde da Ericeira, quando, na realidade, o pai, o 3º Conde era ainda vivo) para padrinho do filho Pedro. Esta relação foi certamente começada pelo pai, João Nunes Tinoco (ou continuada, na qualidade de sucessor do arquitecto régio Pedro Nunes Tinoco), nos muitos trabalhos que executou na Corte – basta citar, entre outras muitas possibilidades, o facto de João Nunes Tinoco ter trabalhado para a *Irmandade do Senhor dos Passos da Igreja Graça*, em cuja capela-mor tinham os Ericeira o seu jazigo de família.

¹¹⁷² Filipa MEDEIROS, “«O engenho e a arte» de Camões nos emblemas das festas que se fizeram pelo casamento del Rey D. Affonso VI “, ob. cit., p.84, nota 13.

¹¹⁷³ Cf. I PARTE, **Doc. 30** (sublinhado nosso).

¹¹⁷⁴ Cf. I PARTE, **Doc. 53**.

O testemunho das festas dado por Luís Nunes Tinoco na *Pheniz de Portugal*, as suas relações profissionais e de amizade com Mateus do Couto e o Conde da Ericeira, bem como a notoriedade que já teria como arquitecto, desenhador e calígrafo, são argumentos mais do que suficientes para que possamos deduzir que deverá ter tido um papel relevante na concepção das festas do casamento de D. Pedro II.

Ordenava Luís Nunes Tinoco no seu testamento “ (...) q meu corpo amortalhado / do habito do Nosso P.^e S. Fra.^{co} de q.^m sou Indigno Irmão 3^o na m.^a freg^a de N.^a Sr.^a da Pena (...)”¹¹⁷⁵. Desconhecemos em que data terá sido ordenado irmão terceiro, nem qual o *caminho de espiritualidade* que teve que percorrer para ser aceite. Pensamos que lhe possa ser atribuída, pela caligrafia e natureza dos textos que a integram, uma *Miscelânea*¹¹⁷⁶ manuscrita, na qual se descreve a interessante armação de uma capela para este tipo de festas¹¹⁷⁷. Entre outros assuntos salientamos uma descrição dos “*Letreiros que continha a Esa que se fez na capella real ao S.^{or} D. Duarte. Anno 1649*”¹¹⁷⁸, e uma cópia do discurso que fez Francisco Luiz de Carvalhosa, Juiz de Fora de Santarém, quando da visita do Rei e lançamento da primeira pedra da Ermida de N.^a Sr.^a da Piedade, em 25 de Janeiro de 1664 (obra também de João Nunes Tinoco), com a inscrição constante da mesma¹¹⁷⁹. Mas o que atraiu sobretudo a nossa atenção foi o texto intitulado “*Memorias (...) Experiencias q fiz na Armação da Gloria*”¹¹⁸⁰ na qual o autor regista a preparação de toda a decoração que efectuou numa capela, quando tomou o hábito de *Irmão Terceiro de S. Francisco*, numa 4^a feira de cinzas, 2 de Março

¹¹⁷⁵ Cf. I PARTE, **Doc. 24**, fl. 52.

¹¹⁷⁶ ANTT, *Secção de Reservados*, ms. 589 (**Doc. 91** em anexo – *Inédito*)

¹¹⁷⁷ (**Doc. 91** em anexo – *Inédito*)

¹¹⁷⁸ *Idem*, fls. 18 a 19.

¹¹⁷⁹ *Idem*, fls. 63 a 64v.

¹¹⁸⁰ *Idem*, fls. 93 e 93v.

de 1672 (data que coincide com o período em que Luís Nunes Tinoco executou a maior parte dos Compromissos de Irmandades) ¹¹⁸¹. A este texto segue-se outro intitulado “*Curiozidade Para se meterẽ 9 pedras em um signo samão...*”, bem ao jeito de Luís Nunes Tinoco... O grande interesse da descrição da cerimónia da tomada de hábito reside, não apenas no facto de ser raro este tipo de descrições mas, sobretudo, pelo seu conteúdo. Nela se explicam várias técnicas de pintura e de trabalhos manuais para decorações efémeras (tintas, pigmentos, tipo de papel, truques para tirar o maior partido dos materiais, preços e, até mesmo, o local onde estes podiam ser adquiridos), enfim, um verdadeiro receituário para execução de “lavors”, termo utilizado no texto, (e até pelo próprio Luís Nunes Tinoco no seu testamento, quando refere as obras que deixa) para designar este tipo de trabalhos. Só a curiosidade de uma personalidade multifacetada e enciclopédica como a dele, comprovada em outros trabalhos da sua autoria, poderá explicar a natureza deste texto ¹¹⁸².

Entre os múltiplos talentos por que ficaria conhecido, sobressaem as muitas páginas que redigiu, como poeta, autor de tratados, e outros trabalhos.

Como já demonstrámos, Ana Hatherly e Luís de Moura Sobral têm vindo a dedicar grande atenção à obra de Luís Nunes Tinoco como poeta e escritor, nomeadamente como autor de um *Tratado de Pintura*, e às muitas influências por si sofridas. Com efeito, são estes autores que, depois de Sousa Viterbo, publicam a maior parte dos dados que conhecemos sobre a sua vida e actividade, a qual merecera já dos seus contemporâneos, ainda em vida do artista, os mais rasgados elogios - as suas virtudes de *debuxador* seriam enaltecidas por Joseph Correia de Brito na poesia

¹¹⁸¹ Podemos estranhar aparecer citada uma capela e não uma igreja, mas a Igreja da Pena só foi terminada em 1705. Até lá, a Capela da Pena funcionou no Convento de Santana que lhe ficava fronteiro.

¹¹⁸² Como temos vindo a referir, o estudo pormenorizado de alguns aspectos da obra de Luís Nunes Tinoco que aqui revelamos, será feito noutros trabalhos, posteriormente, nomeadamente no que diz respeito à sua actividade como Irmão Terceiro da Freguesia da Pena.

intitulada “ *A um filho varaó que nasceo a Luís Tinouco grande debuxador escrivao grande* ” ¹¹⁸³ (baptizado em Fevereiro de 1699 ¹¹⁸⁴), a que se seguiriam outras poesias laudatórias sobre a sua multifacetada actividade, quer da autoria do mesmo Joseph Correia de Brito ¹¹⁸⁵, de Pascoal Ribeiro Coutinho ¹¹⁸⁶ e de Francisco Leitão Ferreira ¹¹⁸⁷ a propósito da *Pheniz de Portugal Prodigioza*.

¹¹⁸³ BA, mss. 50-I-1, “Metricas ociosidades em varias rimas. Desacordos da musa, & ociosa occupaçam da Penna”, in *MISCELANEA DE POESIA*, por Joseph Correia de Brito, fls. 109 a 110v. Cf. a transcrição deste elogio na I PARTE, Cap.2.

¹¹⁸⁴ Cf. I PARTE, **Doc. 53**.

¹¹⁸⁵ Ana HATHERLY, *A experiência do prodígio : bases teóricas e antologia de textos-visuais portugueses dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa: Imp. Nac. Casa da Moeda, 1983, pp. 168 e 169:

*Em aplauso da soberana Idea, que recopila as Artes
De Joseph Correa de Brito
Soneto*

Este compendio de Artes, esse estudo / Em todos visto, em todos admirado, / Seja por todo o mundo acreditdo / Se he que não deyxa o mesmo aplauzo mudo.

Admire este Prodígio o que mais rudo / À razão nobre se mostrou negado; / Pois só tu (ó Tinoco) celebrado / Em tudo acertas, escrevendo em tudo.

Se aos foros soberanos obedeces, / Dous Lauros ganhas, logras duas ditas, / Que com razão possues e mereces.

Poys que mostrando partes infinitas. / Com assumpto tam alto te engrandeces, / Com obra tam Heroyca te acreditas.

¹¹⁸⁶ BGUC, ms 346, publ. por Ana HATHERLY, *A experiência do prodígio...*, p. 270, e fig. 49. Segundo a autora, existe noutro manuscrito da mesma biblioteca (ms. 455) outra versão, ainda que incompleta.

Neste Sol, que qual Feniz abrazado / De sy renasce, quando em sy espira, / O Assumpto contemplay da vossa Lyra / Juntamente illustrando e illustrado / O Nome invicto. O Nome celebrado / (Que misteriosamente tudo admira) / Alentos dá ao Nome que respira: / Este lhe inculca encómio duplicado, / Esta Pheniz ao mundo tam notória, / Sol mereceo aplauzos da Camena / Quando do Sol no Zenit lhe illustrays tanto a Memória, / Admire pois a Idea mais amena / Ver o Sol no Zenit de tanta gloria / Ver a Feniz na gloria dessa pena

¹¹⁸⁷ BGUC, ms. 346, publ. por Ana HATHERLY, *A experiência do prodígio...*, ob. cit., p. 272, e fig. 56:

Deus a tu ingenio ó Luis sus immortales / Atributos La Phenix, que eternizas, / Pues del olvido, que industriozo pizas, / Redimes sus grandezas perennales / En ti bien se acreditan liberales / Las Hermanas que docto symbolizas. / Quando apezar de rusticas cenizas / Dan Lumóre a tu saber con sus fanales / Oh! Ciñate el Laurel, que descompuzo / Mi mano indocta; y vive sin rezelo / De infiel Zoylo, u de mordaz abuzo; / Remontese su pluma al paralelo / De dós Aves, que adoran nuestro Luzo / Viendo Phenix en vida, Aguila en buelo.

A primeira referência a Luís Nunes Tinoco numa actividade relacionada com a escrita, sem ser nos versos que lhe dedicam os seus contemporâneos, é feita por Barbosa Machado (1811-1890)¹¹⁸⁸ que nos diz:

“LUIZ NUNEZ TINOCO natural de Lisboa Contador do Tribunal dos Contos do Reyno, e Casa, insigne escripto, cujos caracteres formados com a penna pareciaõ debuxados pelo pincel. Soube com perfeição a lingua Castelhana da qual traduziu no idioma materno as seguintes obras. Reformaçam christãa pelo Padre Francisco de Castro da Companhia de Jesus. Lisboa por Joaõ Galraõ 1677.

Secretos de Filosofia, Astrologia, e Medecina, e das quatro mathematicas Sciencias colhidos de muitos e diversos Authores, e divididos em cinco quinquagenas de perguntas pelo Licenciado Afonso Lopes Corella Medico. Sendo estas perguntas em verso as traduzio felizmente em a nossa lingua. Esta tradução vimos elegantemente escrita pela penna do traductor com hum largo Index trabalhado por elle com grande curiosidade .”

Como se depreende do próprio texto de Barbosa Machado, contrariamente à *Reformaçam christã* do Padre Francisco de Castro (1567-1632) da Companhia de Jesus, que estava já publicada¹¹⁸⁹, a tradução do texto de Afonso Lopes Corella (1513-1584) estava ainda inédita, e dela não conseguimos localizar nenhum manuscrito. A informação dada por Barbosa Machado assume especial importância pois, para além de confirmar Luís Nunes Tinoco como autor bilingue, permite-nos deduzir que

¹¹⁸⁸ Diogo Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana historica, critica e cronologica... /*, Tomo 3º, Lisboa Occidental : na Officina de Ignacio Rodrigues, 1752, p. 125.

¹¹⁸⁹ *Reformaçam christãa assim do peccador como do virtuoso : composta em castelhano / pelo P. Francisco de Castro da Companhia de Jesu, natural de Granada : oferecida, e dedicada em portuguez a Jesu Christo Redemptor Nosso*, Lisboa : na Officina de Joam Galram : traduzido & impresso à sua custa, 1677. Existe uma outra edição, do mesmo editor e também traduzida e impressa à sua custa, datada de 1689.

trabalharia em estreita colaboração com João Galvão, importante livreiro da época, que mandara imprimir e traduzir o livro à sua custa.

Seguir-se-ia a referência de Sousa Viterbo à sua autoria de umas décimas do *Ramalhete Apolíneo* de Francisco de Sousa de Almada, publicado em 1714¹¹⁹⁰ e, já recentemente, o trabalho de Ana Hatherly que o dá como autor de um *Promptuario Poetico* no qual Luís Nunes Tinoco anuncia que se propõe fazer uma *Sylva de Epitetos*¹¹⁹¹. Logo no *Prólogo* apresenta as razões que o levaram a escrevê-lo – fornecer, a todos os poetas, uma obra em que junta e copia as frases e modos de falar dos mais ilustres poetas portugueses e castelhanos¹¹⁹², e na qual, dirigindo-se ao leitor propõe “*Esta he a obra que te offereço para q a recebas, e estimes, não como minha, senão como parto de tam grandes empenhos, a quem a Fama tem calificado. E quando te agrade este meu obsequio, ainda q não louveis a minha curiosidade, não deyxarey de me mostrar obrigado, e agradecido, para continuar com 2º e 3º livro. E se ainda houver, e tiver tempo, e não me faltar vida, lograrás outra Obra concernente a esta materia Poetica q he hũa Sylva de Epitetos (...)*”. Desta última não encontramos, no entanto, nenhum registo.

Da sua mão é ainda a poesia *Sentimentos de Lysia* que escreve quando da morte do Infante D. João, primogénito de D. Pedro II, em 1688¹¹⁹³.

¹¹⁹⁰ *Dicionario...*, ob. cit., Vol III, p.119.

¹¹⁹¹ BN, *Secção de Reservados*, Cod. 3166, *Promptuario Poetico / Poezias Exemplares / Tomo 1º / Donde se pode tirar sentido, e cujo estilo se pode / imitar para outros semelhantes Assumptos. / Por Luis Nunez Tinoco*, publ. por Ana HATHERLY, ob. cit., p. 13.

¹¹⁹² Luís Nunes Tinoco elabora, um “Index Dos Poetas das Frases deste Lº”, no qual refere os autores e obras a que recorreu: Quevedo (*Das 9 Musas*), Pricepe de Esquilache, Conde de Villa Mediana, Gongora, (1ª e 2ª p.^e), Cancer, Joseph de Valdevieso na (*Vida de S. Joseph, Autos Sacramentaes, Romancero Espiritual*), Lope de Vega (*Isidro, Corona Tragica, Pastores de Belén, Filomena* e outros, *Laurel de Apolo, La hermosura de Angelica*), Boscan e Garcilaso, Miguel de Silveyra (*Macabeo*), Alonso de Ercilla (*Araucana*), Antonio Henriquez Gomes (*Sanson Nazareno, Academias Morales, Culpa del primer Peregrino*).

¹¹⁹³ Transcrição nossa a partir do exemplar existente na BACL, *Manuscritos Vermelhos*, nº 187 “*Curiosidades Dos Primeiros annos de Fr. Vicente Salgado Religioso da Ordem de S. Francisco*”, fl.177 a 185 (Doc. 92 em anexo)

O nome de Luís Nunes Tinoco não nos aparece entre os que são, até agora, conhecidos como membros das Academias literárias da época. O seu género de escrita e o tipo de “curiosidade” que a sua obra expressa, mergulhada simultaneamente, num hermetismo barroco e numa racionalidade própria de um enciclopedismo embrionário, assim o faria supor – é provável que tenha assistido a algumas das suas sessões, dada a suas relações com académicos como Luís Serrão Pimentel, Joseph Correia de Brito (que, como vimos, lhe dedica dois sonetos, um quando nasce o seu filho Pedro, e outro “*Em aplauso da soberana Idea...*”, isto é da *Pheniz de Portugal*), António Álvares da Cunha (secretário da *Academia dos Generosos*, para quem ilustra, como vimos, o códice com as árvores genealógicas de Maria Francisca Isabel ¹¹⁹⁴) e, em especial, com o Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes (que foi padrinho do filho), e em casa de quem decorreram as *Conferências Eruditas e Discretas*, sucessoras da *Academia dos Generosos*, entre 1696 e 1705 ¹¹⁹⁵.

Os estudos de Ana Hatherly ¹¹⁹⁶ seriam fundamentais para entendermos a verdadeira dimensão da escrita de Luís Nunes Tinoco no contexto da poesia barroca portuguesa, num período em que texto e imagem andaram frequentemente associados, reforçando-se mutuamente na grande capacidade retórica que podiam representar. Salientando que na obra de Luís Nunes Tinoco se pode encontrar eco de uma crença antiga nas virtudes ocultas da astrologia, e das propriedades secretas das

¹¹⁹⁴ BN, *Secção de Reservados*, Cód. 13152, *Arvores genealogicas da real ascendencia da muito soberana Princesa Maria Sofia Isabel Palatina Raynha de ...*, ob., cit.

¹¹⁹⁵ Para o conhecimento das actividades das Academias literárias neste período, cf., entre outros, os trabalhos de João PALMA-FERREIRA, *Academias literárias dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa: Biblioteca Nacional 1982, e Elze M. H. Vonk MATIAS: *A Academia dos Generosos : uma academia ou uma sequência de academias?*, Lisboa : Biblioteca Nacional, 1982, “Seis certames generosos”, *Revista da Biblioteca Nacional*, Vol. 3, nº 1 e 2, Lisboa: Biblioteca Nacional, Janº/Dezº 1983, *Academias literárias portuguesas dos séculos XVII e XVIII*, Dissertação de Doutoramento à Universidade de Lisboa, 1988, *Guia ilustrativo das Academias Literárias Portuguesas dos séculos XVII e XVIII* [Texto policopiado] Lisboa: 1995.

¹¹⁹⁶ Cf. a bibliografia que citámos a propósito das festas dos casamentos de D. Afonso VI e de D. Pedro II.

coisas naturais ¹¹⁹⁷, destaca a importância que assumiu o misticismo dos números na sua obra, de acordo com uma tradição pitagórica. Ao analisar a sua produção poética e bem como as fontes em que se inspirou, com especial enfoque para os muitos anagramas e labirintos que produziu, realça a forte ligação entre pintura e poesia que transparece em todo o seu trabalho, a qual é particularmente evidente no *Tratado de Pintura* que compôs, já estudado por Luís de Moura Sobral ¹¹⁹⁸. Salientando a importância de Carducho como fonte de inspiração para Tinoco refere, no entanto, as diferenças que os separam – em Luís Nunes Tinoco está subjacente a mimésis aristotélica, afastando-se, assim, do anti-naturalismo de Carducho, apesar dessa mesma mimésis não constituir fundamento doutrinário ou postulado estético, uma vez que refere episódios em que existe implícita a ideia de beleza ideal ¹¹⁹⁹. Este conflito entre “dois mundos” iremos encontrar também em outras obras suas, nomeadamente na *Universidade Moral das Ciências, e Artes*, que começaria a escrever em 1701.

3. Uma *Universidade Moral* e outros escritos inéditos

Na nossa investigação deparámos com algumas obras inéditas de Luís Nunes Tinoco, umas por ele assinadas, outras por nós atribuídas, por razões que apontaremos quando delas nos ocuparmos.

Em 1701 Luís Nunes Tinoco escrevia um esboço daquilo que chamou *Universidade Moral das Ciências, e Artes* ¹²⁰⁰ que, como o nome indica, a partir da

¹¹⁹⁷ *A experiência do prodígio...*, ob. cit., pp. 18 e 19.

¹¹⁹⁸ Luís de Moura SOBRAL, “Luís Nunes Tinoco e a teoria da pintura”, in *Elogio da pintura / Luís Nunes Tinoco*, Ana HATHERLY (apres. e ed.), Lisboa : Inst. Port. do Património Cultural, Galeria de Pintura do Rei D. Luís, 1991, pp. 19 a 28.

¹¹⁹⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 23 e 24.

¹²⁰⁰ BGUC, ms. 500. Apesar de referenciado por Augusto Mendes Simões de CASTRO no *Catálogo Geral da Universidade. Manuscritos*, Vol. 2: Códices 251 a 555, Coimbra: Publicações da Biblioteca Geral da Universidade, 1945, p. 404, este manuscrito tem permanecido inédito no tratamento do seu conteúdo. Tal como temos vindo a referir, este e outros manuscritos aqui referidos, ou pertencentes a esta

especificidade de cada uma das Ciências e Artes e em comparação com estas, construiria um *Tratado de Moral* (Fig. 193), fundamentado em premissas filosóficas e religiosas no qual, como o próprio autor afirma “ (...) *se recopilao varios discursos, e conceytos, q se achao na licao de diversas obras compostas por varoës, e Autores doctissimos (...) E se podem aplicar aos conceytos, q aludirem, e to=/carem às Sciencias, e Artes Liberaes (...)* ” .

A seguir à folha de rosto com que abre, e na qual explica a organização e anotações que constariam do texto, Luís Nunes Tinoco elabora uma lista das Artes e Ciências que o comporiam, bem como o respectivo índice (Fig 194). Pela indicação das folhas em que cada dissertação iniciava, podemos ver quais as matérias que estariam já prontas: *Arithmetica, Architectura, Perspectiva, Filosofia, Grammatica, Geometria, Medicina, Mathematica, Muzica*. Deste elenco faziam parte, ainda, a *Chiromancia, Agricultura, Rhetorica, Orthografia, Pintura, Esculptura, Milicia, Nautica, Jurisprudencia, Chimica, Geographia, Theologia e Poezia*, que ficariam por fazer.

Luís Nunes Tinoco não justifica por que razão as elencou de acordo com esta ordem. De qualquer modo, deixou uma lista com o nome dos autores e obras a que faz referência ¹²⁰¹ (Fig.195), intitulado “*Autores do q contem este 1º* ”, o que deixa supor que estaria previsto mais do que um tomo.

coleção serão objecto de um trabalho posterior (**Doc.93**, em anexo –*Inédito*)

¹²⁰¹ A lista contem os seguintes títulos e autores: *Enchiridion de los Tiempos, Criticon, Antonio Perez, Quevedo, Alonso de Ledesma, Manoel de Faria, Theatro de los Dioses, Padre António Vieira, Antonio de Souza Macedo Eva e Ave, Frei Fernando de Camargo, Lopo da Vega, Brevedad de Despachos, Escola das Verdades, Arte de merecer m.to com poco, Regidor, Dialogos da Verdade de Urrea, Historia da nova Espanha de Solis, Zavaleta, Ethiopia Oriental, Antonio Henriquez Gomez, Gongora, Dominio sobre a Fortuna, Villafane, Iacob Vitelio, Hier^o Salas Barbadillo, Exemplar Politico, Alciato, Embl., Exequias de Felipe I, El Heroe Portuguez, Septem Miracola, Historia do Predestinado, Filosofo dela Aldea, Arte de Gramatica de Chorro, Ioan Azorius Inst. Mor., D. Antonio Ardizon, Estatua con voz, Gregorio Veneto, Conde de Villa Mediana, Fr. Heytor Pinto, P.^e Julião Hainefe, Martin Carrillo, P.^e Eusebio, Laurencio Bello, Fonseca de Amor de Dios, Fr. Luiz de Granada, Dialogos da verdadeyra honra, Thesaurus Plutarchi, Guia para tirar as Almas, Nobreza Politica, Sigalion Eusebiy, P. Fr. Alonso de Vega sum. Cas. Conse., Fr. M.^{el} Roiz Explic. da Bula da Cruz, D.^{or} Martin Carrillo Explic da Bul. de Def., Fr. Fran.^{co} de S. Hier.^o Serm. de Apocalip, D. Fran.^{co} dela Torre Atht. Pereg., Chronic de Castor, Paradoxos de Horosco, Exort. Militar, D. Fran.^{co} Lucio Espinosa, Francisco Patricio de Reyno, Mascardo Disc. Morales, P.^e Andre Lucas in Isaiam, Estaço Poeta, P.^e Ribadaneyra, Principe Xptão, Themistocles, Ente Dilucidado, Fr. Domingos de S. Thomas, D. Francisco Manuel, Abysius Syderum, Verdad en el Potro, Republica Original.*

A natureza, extensão e complexidade deste manuscrito obrigam a que tenha que ser analisado com uma profundidade que não cabe no contexto deste trabalho. Como tal, referiremos apenas, e sumariamente, alguns aspectos que consideramos ser os mais relevantes, extraídos do *Tratado de Architectura* que o integra ¹²⁰². Construído a partir da especificidade desta ciência, o objecto e léxico inerente à mesma é aqui utilizado sempre na perspectiva da dimensão física e moral do *edifício divino*, isto é, do próprio Homem criado por Deus. Como tal, não é de estranhar que abra com uma citação extraída dos sermões do Padre António Vieira, como o próprio Luís Nunes Tinoco refere (Tomo 5, Sermão 1 de *Advento*, fl. 327).

Todo o tratado se desenrola, assim, na equiparação entre o processo construtivo inerente à própria Arquitectura, e o processo construtivo da Moral Humana: “ *Corpo Humano Edifício. Breve el Cuerpo caduco / Edificio sin cimiento / y como la vida es viento. / La vida le derribó.* ” ¹²⁰³. Numa multiplicidade de referências e comparações, os elementos arquitectónicos, tipologias ou materiais, aparecem sempre associados aos mais variados conceitos morais e, também, numa dimensão religiosa. Interessam-nos especialmente, pela informação que nos podem dar sobre a formação de Luís Nunes Tinoco, aqueles que se referem a artistas e obras. Neste âmbito, salientamos entre outros, a referência às ordens de arquitectura e ao nome de alguns arquitectos:

“ (...) são 5 a q correspondem 5 edif.⁰⁵. Toscano o Homem. Dorico os Profetas. Jonico N.^a Sr.^a Corinthio Christo, Compozito os Apostolos (...) E se edificavao, e dedicavão aos Deozes pla maneyra seg.^{te} Ionicos a Juno, Diana, Bacco. Porem dizem **Vitr. Sebast. Serlio, Jacobo Baracio em Vignola, e Juan de Arfe**, q a invenção desta Ordem Jonica foi introduzida p.^a adorno dos Templos, e Edif.⁰⁵ dedicados as Matronas Romanas. E assim o pr.^a Templo se dedicou a Diana foy Jonico (como diz Vitr.) porq este modo de edificar (segundo Plinio) participa, de delicado e forte, calidades q tem

¹²⁰² Fls. 55 a 72v, de acordo com o índice feito pelo próprio Luís Nunes Tinoco.

¹²⁰³ Fl. 63v.

Diana por Donzella e caçadora. Doricos a Minerva, Marte, Hercules. Corinthios a Venus, Flora, Proserpina, Ninfas de Fontes, e Montanhas, porq são Deosas delicadas e formozas. E assim esta obra se adorna com couzas graciozas, floridas, folhages, e fermozura. A origem e invenção do Capitel Corinthio se pode ver no d.º Theatro de los Deoses Lib.5 C.7 “¹²⁰⁴.

Outras referências aparecem também ao longo do tratado, como a que é feita ao Livro IV de Juan d’Arphe e Villafane ¹²⁰⁵ “*Varia commensuracion para la escultura y arquitectura*”, bem como a Diego de Sagredo, a propósito das proporções da cabeça e rosto humano:

“ De manera q todo o edif.º bien ordenado y repartido es comparado al Hombre bien dispuesto y proporcionado concertavan y armavan los Antigos las Molduras de la cornixa sobre el Rostro del Hombre: poniendo cinco quadros en cinco lugares del d.º rostro. El pr.º sobre la Frente (corniya). El 2º sobre los ojos (cordão<9. El 3º por los Narizes (Corona). El 4º sobre la Bocca (Bocel). El 5 sobre la Barba (Talam). No capitel Jonico diz: Estas bueltas significavam los cabellos de las Mujeres bien assi como las Estrias, los pliegues de los mantos. Lº Medidas del Romano. Autor. Diogo de Sagredo.”¹²⁰⁶

Não menos interessantes são as descrições que faz de alguns monumentos, como do Panteão de Roma, do Santuário do Loreto em Itália (que descreve

¹²⁰⁴ Fls. 56 e 58v (sublinhado nosso).

¹²⁰⁵ Fl. 66v.

¹²⁰⁶ Fl. 65v.

pormenorizadamente ¹²⁰⁷), bem como de algumas edificações romanas em Espanha, nomeadamente em Castelo Rodrigo, Mérida e Sevilha.

Ficariam por fazer, infelizmente, os tratados referentes à Pintura e à Escultura que, embora devessem abordar essencialmente aspectos de índole ética, como o resto da obra, poderiam desvendar um pouco mais da sua teoria da pintura e das Artes. Mais uma vez, Luís Nunes Tinoco perdeu uma hipótese de escrever sobre esta Arte, tal como aconteceu com o “Tratado de Pintura” integrado na *Pheniz de Portugal*: “ *Talvez ao fim e ao cabo, Luís Nunes Tinoco tenha simplesmente avaliado mal a importância de escrever sobre a pintura em Portugal em 1687, para além do facto de não poder imaginar que lhe viessem pedir contas , volvidos mais de trezentos anos...*”

¹²⁰⁸

Não nos parece, no entanto, que tivesse como principal intenção escrever um verdadeiro tratado de pintura, como técnica e estética, mas apenas reflectir sobre a sua dimensão ética.

De Luís Nunes Tinoco poderão ainda ser outros dois tratados, como adiantámos a propósito da obra de João Nunes Tinoco ¹²⁰⁹. Afirmámos, então, de que de Luís poderia ser, também, o esboço de tratado existente na Torre do Tombo. Cremos, como referimos também, que a ele se deve a recompilação do *Tratado que leu Mateus do Couto Velho*, na forma que hoje conhecemos, a partir de um possível manuscrito original redigido por João Nunes Tinoco quando, em 1631, entrou para aprendiz de arquitectura.

¹²⁰⁷ Quando descreve este santuário, cita a obra *Proza Vária IV*. Cremos que se trata de uma das muitas obras de sua autoria que não conseguimos localizar pois, como tivemos oportunidade de referir quando transcrevemos a descrição da *Armação* que foi feita para a tomada de hábito de S. Francisco, documento que consideramos ser da sua mão, este fazia parte de um opúsculo denominado *Proza Varia I*, integrado numa Miscelânea de vários autores..

¹²⁰⁸ Luís de Moura SOBRAL, “Elogio da Pintura”, ob. cit., p. 25.

¹²⁰⁹ Cf. III PARTE, Cap. 1.

Referimos anteriormente, a propósito do desenho da sua portada, a obra *Intitulada Ephemeride Hystorial (ou Epitome diario)*, citada por Luís Nunes Tinoco no seu testamento, a qual conseguimos localizar no espólio da *Casa Cadaval* da Biblioteca Nacional ¹²¹⁰. Inédita até ao momento, e apesar de não estar assinada, não há dúvida que se trata da mesma obra. Composta, actualmente, por dez dos doze volumes iniciais, correspondendo cada um dos tomos a um mês do ano (faltam os meses de Janeiro e de Fevereiro) ¹²¹¹, Luís esclarece-nos no *Prólogo*, à semelhança do que fez noutras obras, qual é o seu objectivo:

“ (...) Porq Ephemeride Historial, mostra que tudo o que se tratar há de ser Historia, ou Historial. De sorte q se a reflexã for Moral, trará historias Moraes; se for Polityca, allegará historias polyticas; se for natural reffirirá historias naturaes; e assim das maes. E tudo serve p.ª dar huma noticia universal de todas as materias, especies e qualidades da Historia (...) não parecerà mal a hú Leytor Pulytyco, Cortezaõ, e Prudente, se applique à Licçaõ destas noticias; (...) p.ª q qd.ª succeda acharse em conversassã de homens curiosos, e de Letras, esteja presente p.ª tambem responder, e dar sua razaõ com acerto; poes de outro modo, ficando callado parecerà mudo, ou estatua de pedra, e não de homem racional . “ ¹²¹²

Luís Nunes Tinoco compôs, assim, uma obra que corresponderia a dois objectivos bem definidos: primeiro, a compilação de um saber que se queria universal, adequado ao século XVIII que então despontara; em segundo, elevar o Homem ao nível desse mesmo saber, preparando-o para a conversação *de homens curiosos e de Letras*, que esse mesmo saber exigia.

¹²¹⁰ BN, *Secção de Reservados*, Cod. 13152 a Cod. 13161 – *Inéditos (Doc. 94 – Inédito)*.

¹²¹¹ Não cabe aqui o estudo exaustivo destes volumes os quais, à semelhança do que acontece com o *Tratado Moral*, será desenvolvido por nós futuramente.

¹²¹² BN, *Secção de Reservados*, Cod. 13152, fl. II.

Desfolhando estes tomos verifica-se que eles se ocupam de um conjunto de efemérides não apenas nacionais, de ordem histórica, política, religiosa e militar, revelando uma nova “velha História de Portugal” e, até mesmo, da Europa. Igualmente curiosos são outros textos manuscritos que encontrámos na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Pela caligrafia, conteúdos e diversidade temática, ao gosto do saber universal que Luís Nunes Tinoco cultivou, cremos serem também da sua autoria. Alguns deles pertencem a códices nos quais foram identificados textos seus. No primeiro, intitulado *VERDADE DAS HISTORIAS*¹²¹³, Luís Nunes Tinoco explica no Prólogo que “*Foy o intento de formar este Tratado; apontando, e recopilando nelle com as mesmas e formais palavras de seus Historiadores todas as Materias, em q pode haver duvida, e mover questão.*”. Pretendia, assim, “ (...) numa empreza tam laboriosa, que por curiosidade tomara para meu entretenimento (...)”, abordar todas as questões mal esclarecidas que a sabedoria popular divulgava, ou outras que a ciência tentava clarificar – como é o caso, a título de exemplo, do pequeno texto que escreve sobre a problemática da percepção das cores, intitulado *Não ha Cores*. Citando o *Criticon* de Lorenzo Gracián¹²¹⁴: “*Hum Filosofo estoico dezia; Que no avia verdaderos colores en los objectos; que el verde no es verde, ni el colorado, colorado, sino que todo consiste en las diferentes disposiciones de las superficies, y en la Luz que las baa. Rara Paradoxa! Critic, 3ª p.ª f 1138.*”¹²¹⁵ O segundo diz respeito a temas diversificados (receitas, credices, notícias sobre reis de Portugal, modos para adivinhar números por qualquer pessoas, alvarás vários sobre cobranças e rendimentos, nomeadamente relativos à Casa dos Contos, etc.) constantes no mesmo manuscrito de “*A Pheniz de Portugal Prodigioza...*”¹²¹⁶, o que o permite atribuí-los, indubitavelmente, a Luís Nunes Tinoco.” Mais “popular” nas temáticas é o texto com receitas de *mezinhas*, descrição das propriedades curativas de várias pedras, ervas, animais, ou diversas combinações, tais como *Secreto de Amor*, fazer negros os cabelos brancos, dor de cabeça, e mais uma infinidade de conselhos¹²¹⁷. No mesmo manuscrito surgem muitas outras curiosidades¹²¹⁸, que revelam a sua cultura e enquadramento filosófico.

¹²¹³ BGUC, ms 345, fls. 97 e ss, *VERDADE DAS HISTORIAS Por Questões Em que se apontão As razões, que dão os Autores Sobre varias opiniões de algũas couzas, q ou se tẽ por Fabulozas, ou não ha dellas certeza constante. Por Luís Nunez Tinoco. Anno 1701 (Doc. 95 - Atribuição Inédita).*

¹²¹⁴ Lorenzo GRACIÁN (pseudónimo de Baltasar Gracián), *El criticon : primera [-tercera] parte. En la primavera de la niñez, y en el estio de la juventud*, Lisboa : en la officina de Henrique Valente de Oliveira, 1656. O autor usava Lorenzo como pseudónimo, sendo Baltasar o seu verdadeiro nome.

¹²¹⁵ Idem, *Ibidem*, fl. 98.

¹²¹⁶ BGUC, *Secção de Reservados*, ms. 346.

¹²¹⁷ BGUC, Ms. 346, fls. 138 a Este manuscrito foi já referido por Ana Hatherly, do qual retirou *A Pheniz de Portugal Prodigioza*. Cf. Ana HATHERLY, *A experiência do prodígio : bases teóricas e antologia de textos-visuais portugueses dos séculos XVII e XVIII*, ob. cit., e Ana HATHERLY, Luís de Moura SOBRAL (est. crít.), *Elogio da pintura / Luís Nunes Tinoco*, ob. cit.

¹²¹⁸ Idem, *Ibidem*, fls. 161 e 162.

IV PARTE – Luís Nunes Tinoco, *engenho soberano*

Capítulo 2 Da Poesia à Arquitectura



1219

“ (...) a Sacristia nova será brevemente o «non plus ultra das obras», que toda vay de embutidos de pedras de varias cores: tem dous claustros com huma portaria taõ regia, que bem mostra q nella se empenhou a arte pello vistoso da pintura, & perspectiva da obra (...)”

Padre Carvalho da Costa (1712)¹²²⁰

1. Um curioso e intrigante contrato

Apesar da nomeação de Luís Nunes Tinoco para aprendiz de arquitectura em 1677¹²²¹ referir que ele estudava já arquitectura civil com o pai, e de termos

¹²¹⁹ Portaria de S. Vicente de Fora, pormenor do painel de azulejos da fundação do Mosteiro por D. Afonso Henriques (foto da Autora).

¹²²⁰ *Corografia Portuguesa*, Tomo III, Cap. IX, “ Da Parochia de S. Vicente de fóra, & fundaçãõ deste Convento “, p. 365.

¹²²¹ Cf. I PARTE, Doc. 21.

provado que era grande o conhecimento teórico que tinha da arquitectura, a sua actividade como arquitecto continua a ser uma incógnita, para além da que terá exercido na condução da obra vicentina, cuja direcção herdou em 1690¹²²², após a morte do João Nunes Tinoco.

Sabemos também pela documentação revelada por Ayres de Carvalho, que acompanhou o pai e os outros arquitectos na vistoria feita a Santa Engrácia, em 1681, após a derrocada ocorrida em Fevereiro do mesmo ano¹²²³, sendo possível que sejam da sua autoria os desenhos existentes na Academia Nacional de Belas Artes, questão que abordámos a propósito da Igreja da Piedade¹²²⁴.

Conhecida é, como vimos no capítulo anterior, a sua participação nos preparativos das festas de casamento de D. Pedro II e, muito possivelmente, mesmo no de D. Afonso VI. Do mesmo modo, tal como fizera o seu pai e avô, é possível que tenha colaborado também na realização das exéquias fúnebres. Assim o sugerem os desenhos integrados na sua obra *Sentimentos de Lysia*, na qual narra a morte do Infante D. João, em 1688, e a sua sepultura em S. Vicente de Fora (onde estaria já a trabalhar, secundando o pai nos trabalhos em curso), quer no manuscrito de Coimbra *A Pheniz de Portugal Prodigioza*, os quais remetem para o funeral da Rainha Maria Sofia Isabel de Neuburgo, em Agosto de 1699¹²²⁵. É possível, também, que tenha participado nos preparativos das exéquias da Rainha da Grã-Bretanha, D. Catarina de Bragança (1638-1705). Como vimos, o seu nome aparece citado com o de outros elementos da Casa das Obras, imediatamente a seguir ao do Padre Francisco Tinoco, a

¹²²² Cf. I PARTE, **Doc. 22**.

¹²²³ Ayres de CARVALHO, *As Obras de Santa Engrácia e os Seus Artistas*, Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1971, p.33.

¹²²⁴ Cf. III PARTE, Cap. 4.

¹²²⁵ BGUC, ms 346, cf, Ana HATHERLY, *A experiência do prodígio : bases teóricas e antologia de textos-visuais portugueses dos séculos XVII e XVIII*, [Lisboa] : Imp. Nac. Casa da Moeda, 1983, p. 276 e fig. 65 e 66, Sandra SIDER, 'Luís Nunes Tinoco's Architectural Emblematic Imagery in Seventeenth-Century Portugal: Making a Name for a Palatine Princess', in *Emblems and the Manuscript Tradition*, ed. Laurence Grove (Glasgow: Glasgow Emblem Studies 2, 1997),, pp. 69, 71 e 72.

receber uma remuneração quando do funeral da Rainha ¹²²⁶; ou poderá significar, ainda, a sua participação em obras dos Paços. Assim o sugere um *Regimento para os concertos y obras q se hão de fazer nos Paços de Azeytão* integrado no mesmo manuscrito da *Pheniz de Portugal* de Luís Nunes Tinoco ¹²²⁷ - ou tratou-se apenas de uma medida como escrivão da Casa dos Contos, numa obra cujas plantas parecem ter sido delineadas pelo Padre Francisco Tinoco da Silva, como se afirma num alvará, datado de 1711, em que consta o *curriculum* deste ¹²²⁸.

Entre as muitas tarefas a que estavam obrigados os architectos régios, para além da contribuição nas diferentes celebrações como entradas régias, casamentos ou exéquias, fazia parte, também, a elaboração dos projectos necessários à realização dos autos de fé, cuja teatralidade se transformou num dos espectáculos urbanos mais concorridos por todas as camadas sociais. A sua realização obrigava, como tal, a uma preparação à escala urbana e à montagem de estruturas nas quais se tornava indispensável a participação do architecto, simultaneamente também como cenógrafo e engenheiro. Neste contexto, é já conhecida a participação de Luís Nunes Tinoco na realização do Auto de Fé de Lisboa de 1698, de que nos deixou um relatório pormenorizada de toda a preparação logística intitulado “*Extracto da fabrica do Auto da fé que se celebrou no Adro de São Domingos em 9 de Novembro de 1698 conforme o que sempre se observou*” ¹²²⁹, e em que fica bem comprovada a sua experiência de obra.

¹²²⁶ ANTT, *Núcleos Extraídos do Conselho da Fazenda*, Casa das Obras e Paços Reais, L^o 108, fl. 58. T Campos COELHO, cit. por Vítor SERRÃO, *A cripto-história de arte : análise de obras de arte inexistentes*, Lisboa : Livros Horizonte, 2001, p. 114. Documento transcrito por Maria João Fontes Pereira COUTINHO, *A produção portuguesa de obras de embutidos de pedraria policroma (1670-1720)*, Lisboa: 2010, Vol. II., pp.184 a 186.

¹²²⁷ BGUC, ms. 346, fl. 179.

¹²²⁸ Cf. I PARTE, Cap.3, **Doc. 69**.

¹²²⁹ ANTT, *Conselho Geral do Santo Ofício*, L^o 273, fl. 183v, *apud* Isabel M. R. Mendes Drummond BRAGA, “ «Para Triunpho da Fé e mayor gloria de Deos»: O Cadafalso do Auto da Fé de Lisboa em 1698 segundo o Projecto do Architecto Luís Nunes Tinoco”, in *ARTIS. Revista do Instituto de História da Arte da*

Foi já salientada a importância deste texto pelas informações que dá, quer aos locais em que ao longo do século XVII foram sendo sucessivamente escolhidos, quer pelos anos em que se terão realizado outros autos de fé, nos quais participaram Pedro e João Nunes Tinoco, este último certamente nos autos de 1684, 1686 e 1688. Quanto ao Auto de 1694, também citado (João Nunes Tinoco era já falecido), sabemos que Luís teve nele um papel de relevo, como se refere no seu processo para *familiar do Santo Ofício*, em 1698/99 ¹²³⁰:

*Diz Luís Nunez Tinoco, architecto de S.Mag.^{de} e das obras do R.^l Conv.^{to} de S. Vicente de fora; q por ordem de V.Illm.^a e deste Supremo Tribunal assistiu elle Supp.^{te} à fabrica do auto da Fé q este prez.^{te} anno de 698 se celebrou no adro da Igr.^a de S. D.^{os} e o tinha também feyto no Auto q se celebrou dentro da d.^a Igr.^a no ano de 694 fazendo p.^a esse effeito todas as Plantas, e dando aos off.^{es} as clarezas, e noticias necessr.^{as} com q obraraõ tudo pela sua direcçaõ, como hé notório. E porque nesta occupaçaõ serviraõ também a este Tribunal os Architectos P.^a Nunez Tinoco, e Joaõ Nunez Tinoco, avo e pay do Supp.^{te}, e na mesma forma deve elle supp.^{te} ser admittido pelo honorifico que mais estima conseguir com o favor de V.Illm.^a e patrocínio dos ministros deste Cons.^o gl. Do S.^{to} Off.^o Portanto P. a V.Illm.^a que **attendendo ao cuydado, e zelo com q o Supp.^{te} tem assistido aos dous Autos referidos, e o terem feito também o Avo e Pay delle Supp.^{te} em serviço do S.^{to} Off.^o. Muitos anos lhe faça m.^{ce} admittillo com o cargo de Architecto desta s.^{ta} Caza mandandolhe passar sua Provisaõ, como aos mais officiais della, na forma do estylo.C.R.M.**"*

Ficamos a saber, assim, que pertenceu a Luís Nunes Tinoco a decisão de celebrar o Auto de 1694 no exterior da Igreja de S. Domingos confirmando, ainda, a participação do pai e do avô em autos anteriores, por si enunciada no relatório.

Faculdade de Letras de Lisboa, nº 4, Lisboa: 2005, p. 191 a 204, em que se transcreve e analisa o documento citado.

¹²³⁰ Cf. I PARTE, **Doc. 44**, fl. 6 (sublinhado nosso).

Contrariamente às outras descrições de recepções públicas por si elaboradas (como, por exemplo, a *Pheniz de Portugal*), este “Extracto da fabrica do Auto de Fé...”, escrito por Luís Nunes Tinoco em 23 de Novembro de 1698 (duas semanas após o acontecimento), não é um trabalho retórico ou laudatório mas, isso sim, um verdadeiro relatório técnico com um balanço da obra construída e, em simultâneo, a preparação de uma “memória descritiva” para eventos posteriores, como se pode depreender das próprias palavras de Luís Nunes Tinoco “ *Por estas razões boa eleyção do sitio comodidade da Planta e agrado geral do Dezenho deste Auto se podera daquy em diante fabricar no dito Adro sendo assy a vontade e benepalcito do Illustrissimo Senhor Inquizidor Geral e daquelle Supremo Tribunal para Triumpho da Fé e mayor gloria de Deos (...)*” ¹²³¹.

Quer pela sua origem familiar, quer pelas múltiplas relações que o cargo que ocupava lhe permitia estabelecer, em especial a protecção que usufruiu de figuras como o Duque de Cadaval ou o Conde da Ericeira, é provável que tenha sido o autor de muitas campanhas de obras em residências nobres, ou em igrejas e conventos (basta lembrar a quantidade de compromissos de irmandades por si realizados) em finais do século XVII ou no início do século XVIII. Foi já adiantada a hipótese de ter sido responsável pelas obras de alteração do *Palácio e Quinta dos Aciprestes*, em virtude das características de alguns pormenores decorativos, e da sua relação com o proprietário, Francisco de Miranda Soares, casado com a sua filha Maria de Aguillar e Miranda ¹²³². A documentação da época é pouco esclarecedora sobre o respectivo processo de construção, tudo apontando para que tivesse evoluído em duas fases,

¹²³¹ Isabel M. R. Mendes Drummond BRAGA, “ «Para Triumpho da Fé e mayor gloria de Deos»: O Cadafalso do Auto da Fé de Lisboa em 1698 segundo o Projecto do Architecto Luís Nunes Tinoco”, ob. cit., p. 204.

¹²³² Hipótese colocada por Joaquim M.F. BOIÇA e Maria de Fátima Rombouts de BARROS, in *O Palácio e a Quinta dos Aciprestes*, Oeiras: Fundação Marquês de Pombal, Julho de 2007, p. 26, devido ao grau de parentesco que o unia ao dono da propriedade, Francisco de Miranda Soares, casado com a sua filha Maria de Aguillar e Miranda, como referimos já anteriormente (I PARTE, Cap. 2). Sequestrada a Francisco de Miranda em virtude do processo que lhe foi movido em Julho de 1724, seria doada por D. José I a Alexandre de Gusmão, em 1750, sofrendo bastantes alterações ao longo dos séculos, como os autores descrevem nesta obra.

uma nos finais do século XVII (anos 90), outra no decurso das duas primeiras décadas do século XVIII ¹²³³, não tendo nós encontrado, ao longo da nossa investigação, qualquer documentação que possa suportar a hipótese da sua autoria.

Atribuímos, no capítulo anterior, o *Compromisso e estatutos dos Irmãos Escravos do S^{mo} Sacramento* de Alcáçovas, a Luís Nunes Tinoco, em virtude das semelhanças de desenho que apresenta com outros compromissos do mesmo autor, semelhanças essas não apenas no desenho das figuras e cercaduras, mas também pelas características dos elementos decorativos que os aproxima de alguns trabalhos de pedraria que decoram os túmulos de D. João IV e da Infanta D. Maria, realizado em em 1690 ¹²³⁴. Desconhecemos qual a relação de Luís com Alcáçovas - sabemos apenas que, à época, era então 8º senhor da Vila, D. Jorge Henriques Pereira de Faria, veador da Rainha D. Maria Sofia de Neubourg, encarregado por D. Pedro II da educação dos infantes D. António e D. Manuel ¹²³⁵. É possível que João Nunes Tinoco e Luís tenham trabalhado no Palácio e no Horto, em campanhas de obras datadas, respectivamente, de meados do século XVII e de 1674 ¹²³⁶. O jardim evoca-nos, pela sua implantação em

¹²³³ Joaquim M.F. BOIÇA e Maria de Fátima Rombouts de BARROS, in *O Palácio e a Quinta dos Aciprestes*, ob. cit., pp. 22 a 24, e 85 e 86. Situada em Linda-a-Velha, o núcleo urbano e rural da quinta terá sido construído a partir de um núcleo inicial constituído por casa térreas com curral, palheiros e eira, às quais se juntaram a *Terra de Coudel* e a *Terra da Porta do Casal Grande*. De acordo com os autores "(...) não se sabe se Luís Nunes Tinoco teve alguma intervenção no traçado da casa, ou no desenho de alguns elementos particulares como a porta principal ou a escadaria de acesso, tal como se desconhece se os delicados ornamentos esgrafitados do muro da quinta ou a cartela da abóbada da capela são da mão do exímio calígrafo e desenhador." (p. 86). Os elementos que decoram o muro da propriedade, como o sol e a lua, correspondem a um gosto da época pela astrologia, constituindo também um dos temas favoritos de Luís Nunes Tinoco, como vimos na sua *Universidade Moral*, composta em 1701, no qual lhe dedica um capítulo, e em toda a sua obra (Cf. Capítulo anterior).

¹²³⁴ BNP, *Secção de Reservados*, II 229, *Compromisso e estatutos dos Irmãos Escravos do S^{mo} Sacramento da villa das Alcasavas feito no anno de 1690*, (manuscrito).

¹²³⁵ D. Jorge era neto do 6º Senhor das Alcáçovas D. Jorge Henriques (1571-1650), e filho do 7º senhor, D. Henrique Henriques (1601-1685), figuras que salientaram na Restauração de Portugal. D. Henrique Henriques desempenhou um papel importante nas campanhas do Alentejo. Cf André Lourenço e SILVA, *Conservação e valorização do património : os embrechados do Paço das Alcáçovas*, Lisboa : Esfera do Caos Editores, 2012, p. 112

¹²³⁶ André Lourenço e SILVA, ob. cit., pp. 116 e 121. O autor refere que o conhecimento dos materiais coevos sugere uma campanha de obras no Palácio na década de 40 ou 50 do século XVII, e o ano de

quadrado e pela decoração de embrechados, o jardim do Palácio Fronteira, terminado também na mesma data por uma das figuras grandes das campanhas da Restauração e muito próximo de D. Pedro II, D. João de Mascarenhas ¹²³⁷.

Como vimos no capítulo anterior, pelos alvarás de mercês concedidos a Luís Nunes Tinoco e a uma das suas filhas, D. Joana Antónia de Sousa, entre 1716 e 1721 ¹²³⁸, que foi muita estreita a colaboração entre este arquitecto e Mateus do Couto *Sobrinho*.

Esta colaboração permite ainda levantar a hipótese de ter sido Luís Nunes Tinoco a terminar a fachada da igreja do Colégio de Santarém, no início do século XVIII. Como avançámos anteriormente ¹²³⁹, a Igreja pode ter tido um projecto inicial de André Ribeiro Tinoco, seguindo-se uma intervenção de Mateus do Couto em 1647, depois da morte de André, ocorrida nesta cidade em 1645 ¹²⁴⁰. O já citado documento de 1647, no qual o Rei cede as suas casas para esse fim, refere apenas a participação de Mateus do Couto a desenhar os Paços Reais que a companhia se obrigava a construir em troca. Faz todo o sentido que fosse também Mateus do Couto a dar continuidade à obra, fazendo as alterações ao projecto, e que após a morte deste, em 1660, a obra fosse dirigida por Mateus do Couto (*Sobrinho*), seu sucessor.

1674 para finalização do jardim, de acordo com o Doc.1 por si publicado. Agradecemos ao nosso orientador ter-nos chamado a atenção para esta obra.

De referir ainda que na Ermida da Conceição, integrada no Jardim, o altar encontra-se revestido com frontais seiscentistas de aves e ramagens, inspirados nos panos da Índia, tal como num dos altares colaterais da igreja matriz da Vila, e como encontrámos também no Convento de Carnide, mandado fazer pela Infanta D. Maria, no mesmo período, com intervenções de João e Luís Nunes Tinoco.

¹²³⁷ Cf. III PARTE, Cap. 2.

¹²³⁸ Cf. I PARTE, **Doc. 30**. O último alvará foi a título póstumo, pois Luís Nunes Tinoco falecera em Novembro de 1719.

¹²³⁹ Cf. I PARTE, Cap. 5.

¹²⁴⁰ C. MANUEL, “André Tinoco”, *Enciclopédia Luso-Brasileira*, Edição do século XXI, Braga: 2003, Tomo 17, p. 1561.

Foi colocada também a hipótese de a obra, iniciada em 1676 após as alterações feitas ao projecto inicial em Roma, em 1673, ter sido seguida por João Nunes Tinoco, que teria mesmo traçado a frontaria da igreja ¹²⁴¹, atribuição que tem gerado algumas dúvidas. Não nos parece de todo impossível que tenha colaborado pontualmente no projecto, tanto mais que então trabalhava na fronteira Igreja da Piedade.

Certo é que após a morte destes arquitectos - João Nunes Tinoco faleceria em 1690, e Mateus do Couto, cuja data da morte tem sido frequentemente citada como 1696, a questão da direcção e conclusão da obra ter-se-á colocado de novo, vindo a igreja a ser terminada apenas em 1711, de acordo com a data que figura na fachada. Alguns dos seus pormenores arquitectónicos e decorativos – recortado das aletas, cordas pétreas e calabres de inspiração gótico-manuelina - apresentam fortes semelhanças com um decorativismo presente na obra gráfica e arquitectónica de Luís Nunes Tinoco, nomeadamente com os do portal que, em S. Vicente de Fora, dá acesso à Portaria.

Esta possível sucessão de Luís Nunes Tinoco a Mateus do Couto (Sobrinho) na Igreja do Colégio de Santarém não seria de estranhar, dadas as ligações profissionais (citadas nos próprios alvarás referentes a Luís Nunes Tinoco ¹²⁴²) e de amizade entre estas duas dinastias de arquitectos. A estreita ligação entre Luís Nunes Tinoco e Mateus do Couto II, remete também para uma outra questão, a da autoria das plantas centralizadas com a assinatura *Tinoco*, da colecção da Academia Nacional de Belas Artes e que, como propusemos quando discutimos o projecto da Igreja de Nossa Sr.^a da Piedade de Santarém ¹²⁴³, serão muito provavelmente da autoria de Luís Nunes Tinoco.

¹²⁴¹ Reynaldo dos SANTOS, *Oito Séculos de Arte Portuguesa*, Vol. II, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1970, p. 218.

¹²⁴² Cf. I PARTE, **Doc. 30**.

¹²⁴³ Cf. III PARTE, Cap. 4.

Tal como aconteceu com Pedro e João Nunes Tinoco, também Luís traçou alguns projectos no âmbito da tumulária. Quando falámos do túmulo de D. João IV, referimos que muitos dos seus pormenores tinham grandes semelhanças com a sua obra, em especial no que diz respeito à iconografia salientando, uma vez mais, a estreita colaboração entre pai e filho. Tem-lhe sido atribuída, também, a autoria dos túmulos de Pedro Gonçalves Brandão e de Manuel Martins Brandão, e de seus herdeiros, e dos de António Carvalhal Esmeraldo e de D. Maria Brandão, sua mulher, executados em 1686¹²⁴⁴, situados na Igreja do Carmo no Funchal, bem como o da Infanta D. Maria, filha de D. João IV, no convento por ela fundado em Carnide¹²⁴⁵, e no qual Luís deverá ter trabalhado em colaboração com o pai.

Estes exemplos, apesar de apresentarem ainda características que os relaciona com o arquétipo adoptado na tumulária da capela-mor de Belém (inserção em arcossólios, articulação de volumes inscritos numa composição piramidal), adquirem já um dinamismo que, evoluindo “ (...) *para fórmulas mais livres mas ainda presas a uma certa rigidez arquitectónica, e a um barroco mais decorativo do que plástico (...)* ”¹²⁴⁶, anunciam já um progressivo afastamento desse mesmo arquétipo. Embora ainda sem o *pathos* e teatralidade da iconografia que a tumulária barroca portuguesa iria apresentar a partir de finais do século XVII, essa evolução é já bastante notória, sobretudo no que diz respeito tratamento dos volumes, remetendo para uma gramática formal e decorativa que denuncia, uma vez mais uma forte influência da tratadística, da qual poderemos destacar, o *Second Livre de Architecture* Androuet du Cerceau, bem como a *Architectura Curiosa Nova* de Georg Andreas Böckler, publicado

¹²⁴⁴ Vítor SERRÃO, *História da Arte em Portugal – O Barroco*, Lisboa: Editorial Presença, 2003, p. 136, e Teresa Leonor VALE, “A tumulária no contexto da obra do arquitecto maneirista Pedro Nunes Tinoco (activ. 1604-1641)”, in Lusíada, arqueologia, História, Arte e Património, Universidade Lusíada Editora,(no prelo), *apud* Maria João Fontes Pereira COUTINHO, *A produção portuguesa de obras de embutidos de pedraria policroma (1670-1720)*, Dissertação de Doutoramento em História (Arte, Património e Restauro), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa : [s.n.], 2011, Vol. I., p. 210.

¹²⁴⁵ Vítor SERRÃO, *História da Arte em Portugal...*, ob. cit., p. 136.

¹²⁴⁶ António Filipe PIMENTEL, *Tumulária*, in José Fernandes PEREIRA, (dir. de), *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 503.

em Nuremberga em 1664¹²⁴⁷, aos quais Luís Nunes Tinoco iria buscar as formas utilizadas em muitas das taças dos projectos de fontes, e da própria tumulária. Quer Androuet du Cerceau, quer Böckler, parecem ter sido uma fonte de inspiração de inegável importância para Luís Nunes Tinoco, a par de Villafane, não apenas a nível de uma gramática decorativa, mas também a nível formal e iconográfico (embora não aparecem entre os arquitectos frequentemente citados na *Universidade Moral*, escrita em 1701, no capítulo dedicado à Arquitectura). São grandes as semelhanças das formas que utiliza, quer na tumulária, quer em alguns dos manuscritos que iluminou (como por exemplo, o *Compromissos da Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento de S. Vicente de Fora* (1670), ou o *Compromisso da Irmandade de N.ª Sr.ª da Conceição da Vila de Tancos* (1673), como vimos no capítulo anterior, ou até mesmo de alguns elementos iconográficos que utilizou nas decorações efémeras, com as formas e decorações representadas por estes autores nos capítulos que dedicam ao desenho de fontes, e à própria tumulária (Fig.196 e 197), o que só vem confirmar, uma vez mais, a erudição de Luís Nunes Tinoco.

Ainda que sem documentação que a possa comprovar, é a possibilidade de ter sido o autor da capela funerária mandada construir por António de Sousa Macedo (1606-1682), no braço norte da Igreja do Convento de Jesus em Lisboa (actual Igreja das Mercês). Com uma arca tumular assente em leões, sobrepujada por um volume piramidal e inserida num arcossólio, a capela é toda forrada a azulejos, com desenhos e alusões à obra de António Sousa Macedo, cuja iconografia apresenta algumas semelhanças com o álbum das “*Festas que se fizeram pelo Casamento del Rey D. Affonso VI*”¹²⁴⁸ (como, por exemplo, na representação de símbolos como a harpa,

¹²⁴⁷ Cf. O que dissemos no capítulo anterior sobre a influência destes tratados, a propósito dos Compromissos de irmandades e do pórtico de desembarque construído para as festas do casamento de D. Pedro II.

¹²⁴⁸ BPDVV, *Colecção D. Manuel*, Cod. XCVIII. Conjunto de 27 desenhos aguarelados que foram exibidos noas arcos triunfais levantados em Lisboa, em 29 de Agosto de 1666. Sobre a iconografia e significado deste álbum, cf. , em especial, a já citada obra *Festas que se fizeram pelo casamento do rei D. Afonso VI*, Ângela Barreto XAVIER, Pedro CARDIM, Fernando Bouza ÁLVAREZ. Lisboa : Quetzal, 1996, bem como o artigo de Filipa MEDEIROS, “«O engenho e a arte» de Camões nos emblemas das festas que se fizeram pelo casamento del Rey D. Affonso VI “, *Imago. Revista de emblemática e cultura visual*, nº4, Valência: Sociedad Española de Emblemática, 2012, pp. 79 a 95.

entre outros), o qual tem fortes probabilidades de ter sido feito também por Luís Nunes Tinoco, como sugerimos no capítulo anterior.

De Luís Nunes Tinoco poderá ser, também, a traça do Palácio que pertencera à família de Sousa Macedo, junto a Santa Catarina, hoje conhecido como Palácio Mesquitela. Sustenta a nossa hipótese o facto de o nome de António de Sousa Macedo e a sua obra *Eva e Ave*¹²⁴⁹, composta por este autor em 1676, ser um dos títulos que incluído na lista de autores que, segundo o próprio Luís Nunes Tinoco, integram o 1º volume do seu prontuário poético e da *Universidade Moral das Ciências e Artes*, escrito em 1701.

Na Rua de S. José, também o Palácio do Lavre apresenta um portal com fortes afinidades com a obra de Luís, pelo que é possível que ele tenha colaborado na sua remodelação quando, no início do século XVIII, terá passado para esta família¹²⁵⁰.

A sua condição de Irmão Terceiro da Freguesia da Pena, em cuja Igreja seria sepultado, leva-nos a considerar a pensar que, dado o seu prestígio como arquitecto régio, possa ter colaborado em alguns trabalhos desta Igreja, o que não passa, no entanto, de uma mera hipótese, sem documentação que a suporte.

Apesar de já termos salientado que a autoria de um projecto resultava de um compromisso pessoal entre o encomendador e o próprio artista, raramente celebrado em cartório, este último aparece não raras vezes citado no contrato celebrado entre o dono da obra e o executante da mesma. No caso de Luís Nunes Tinoco essas referências são, no entanto, praticamente inexistentes, com excepção do contrato que aqui revelaremos a propósito do retábulo da capela-mor da Igreja dos

¹²⁴⁹ *Eva, e Ave ou Maria triumphante theatro da erudiçam, e da Philosophia chrystam : em que se representam os dous estados do mundo: cahido em Eva, e levantado em Ave...*, primeira e segunda parte. Impresso em Lisboa : à despesa de Antonio Craesbeeck de Mello, impressor da Casa Real, 1676.

¹²⁵⁰ Os irmãos Manuel e André Lopes Lavre foram muito protegidos por D. Pedro II, vindo a desempenhar cargos importantes na administração do Reino. Este edifício, que pertencera no século XVI ao Desembargador Damião Aguiar Ribeiro, passaria para a família no início do século XVIII. Agradecemos ao nosso orientador ter-nos chamado a atenção para estas semelhanças.

Anjos, em Lisboa. A 8 de Outubro de 1668 celebrava a Irmandade do Santíssimo Sacramento sita na Igreja dos Anjos, através do seu Juiz, o Desembargador Manuel da Cunha Sotto Mayor, um contrato com o mestre entalhador e ensamblador Francisco Marques para que este fizesse a obra do retábulo da capela-mor “... **segundo a trasa e modello do architecto Luis Nunes tinoco** seguindo em tudo ele dito mestre a forma do dito rascunho q vay asinada plo dito juis pr.^{or} e thez.^{ro} he qual retabulo se obriga ele d.^o mestre a fazer tudo de madr.^a de bordo m.^{to} bem feito e bem talhado com a per/feiçaõ q mostra o dito rascunho sendo a talha cõ todo o relievo q for neces.^{ro} p.^a q a dita obra fique em sua conta e segura e asentada em seu lugar “ ¹²⁵¹.

Luís Nunes Tinoco teria, então, pouco mais de vinte anos, não tendo ainda iniciado a sua actividade como aprendiz de arquitectura (o que só aconteceria em 1677), nem ingressado na Casa dos Contos. Segundo o contrato, que remete para um rascunho dado pelo architecto (sem se descrever pormenorizadamente o trabalho), o exterior do retábulo teria que estar pronto até ao dia de *endoenças* do ano seguinte, e a tribuna interior e o trono terminados até ao mês de Agosto do mesmo ano. Pelo obra, seria pago ao mestre entalhador sessenta e cinco mil reis em dinheiro de contado, recebendo ainda o primeiro e o segundo corpo do retábulo velho. Luís Nunes Tinoco, que estava presente no assinar do contrato, para além de autor do desenho, aparece também como fiador e principal pagador de Francisco Marques, situação não muito comum neste tipo de contratos. No entanto, o aspecto mais intrigante diz respeito ao facto de, apesar de aparecer explícita no texto a referência à presença de Luís Nunes Tinoco neste acto, é o pai João Nunes Tinoco, quem assina o documento ¹²⁵².

Podemos levantar algumas hipóteses em relação a esta situação : ou o

¹²⁵¹ ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa nº3* (antigo 11) Cx 79, Lº 294, fl.135 a 136 – **Doc. 96** em anexo – *Inédito*.

¹²⁵² *Idem*, *Ibidem*, fl. 136.

tabelião confundiu pai e filho porque, muito provavelmente, seria habitual trabalharem em conjunto, ou João Nunes Tinoco aparece em representação do filho, embora no texto não conste existir nenhuma procuração para esse efeito, como era costume fazer-se. De qualquer modo, e mesmo que o tabelião tenha trocado os nomes, é indubitável que estamos perante mais uma obra, até agora inédita, desta família.

No início do século XX, a implantação de um novo traçado viário com a abertura da Av. D. Amélia (actual Av. Almirante Reis) levou a que a Igreja dos Anjos fosse demolida em 1908, e reconstruída noutro ponto. O arquitecto responsável pela instalação do edifício sobre esta nova artéria seria Honorato José Correia que, conforme ainda hoje se pode ler numa inscrição no interior, terá adoptado integralmente a antiga igreja na parte interna da nave ¹²⁵³.

Como atrás referimos, não é descrita a composição e desenho do trabalho no contrato notarial que aqui transcrevemos, pelo que só poderemos apenas analisar a composição do que restou do retábulo barroco após as alterações que a Igreja sofreu ao longo dos séculos. Diz-nos o *Mappa de Portugal* que, em 1755, ficou bastante arruinada não se descrevendo, no entanto, a reconstrução que se lhe seguiu ¹²⁵⁴. Podemos ter uma noção de como seria antes do terramoto, através da descrição feita na *Corografia*, no início do século XVIII: “A Igreja he nova, de hũa só nave (...), A Capella môr ha da invocaçã dos Anjos, tem sua tribuna dourada muito aprazivel, em que se expõem o Senhor, & se fecha com hum panel grande dos Anjos, que são tres, que foraõ a casa do Patriarca Abraham, que por serem em tudo semelhantes, representaõ a Santissima Trindade, como diz a sagrada Escritura: Tres vidit, & unum adoravit. O tecto desta Capella, & o arco he todo de talha dourada, & nella està o Sacrario, & em dous nichos de hũa, & outra bãda estaõ as Imagens de Santo Antonio,

¹²⁵³ “Este edificio foi projectado pelo architecto José Luiz Monteiro que adaptou integralmente à parte interna da nave o que existia na antiga egreja”.

¹²⁵⁴ *Mappa de Portugal*, ob. cit., Tomo III, pp. 226 e 227. O Santíssimo Sacramento foi então transferido, provisoriamente, para a Ermida de Alexandre Metello situada no Campo do Curral.

*& do Arcanjo S. Miguel. O tecto da Igreja he de payneis da vida de Christo, & passos da Escritura de Anjos..”*¹²⁵⁵.

Sabemos que, ainda antes da demolição empreendida para abertura da Av. D. Amélia, a Igreja sofrera uma campanha de obras em 1855, de acordo com um relatório da Irmandade do Santíssimo Sacramento, datado de 1856, segundo o qual, nas obras de renovação então empreendidas no interior do templo, se optou por conservar as telas e a talha, em vez de substituí-las por estuques¹²⁵⁶.

Da sua fisionomia, antes da demolição empreendida no início do século XX, podemos ter também uma noção, através de um artigo publicado na *Ilustração Portuguesa* de 5 de Agosto de 1907¹²⁵⁷ (Figs. 196 e 197), no qual se podem ver, entre outros, pormenores da capela-mor e do revestimento a talha do seu arco, como vem citado na *Corografia*.

Como foi já salientado, é possível que com a deslocação dos elementos, quando da campanha de obras no início do século XX, estes tenham sido danificados, pelo que a talha que hoje podemos observar, pode resultar de uma combinação entre aquela que efectivamente existia no templo primitivo, e alguma que terá sido executada para suprir a falta da que não resistiu à mudança¹²⁵⁸. Comparando atentamente as fotografias anteriores à demolição de 1908, e as fotografias actuais

¹²⁵⁵ *Corografia ...*, ob. cit., Vol. III, p. 418. O autor refere ainda que era padroeiro da capela-mor D. Francisco de Sousa, capitão da Guarda de Sua Magestade, e que as capelas colaterais, N.ª Sr.ª da Conceição, N.ª Sr.ª dos Anjos, S. Sebastião (com imagens de S. Brás e de S. Jordão), e Santa Catarina (com imagens de Santa Bárbara e Santa Apolónia). Diz-nos, ainda, que tinha duas Sacristias, uma da Igreja com ricos ornamentos e muita prata, e outra da Irmandade do Senhor, bem como uma Capela no alto, do Senhor Jesus, com festa no primeiro de Janeiro.

¹²⁵⁶ Mesa da Irmandade do S.S. da Igreja dos Anjos, *Relatorio e mais documentos relativos as obras que tiveram logar na Parochial igreja dos Anjos*, Lisboa, Tipographia da Revista Universal, 1856, p. 7, *apud* Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA, *A talha barroca de Lisboa (1670-1720) : os artistas e as obras*, Tese de Doutoramento em História (Especialidade Arte, Património e Restauro) apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa : [s.n.], 2009.Vol. I. pp. 194 e 195.

¹²⁵⁷ “A Velha Igreja dos Anjos,. Um templo que desaparece”, in *Ilustração Portuguesa*, Carlos MALHEIRO DIAS (dir.), II Série, Volume IV, nº 76 pp. 169 e 170. Fotografias de Joshua Benoliel (1873-1932).

¹²⁵⁸ Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA, *A talha barroca de Lisboa (1670-1720)...*, ob. cit., p. 195.

(Fig. 198 e 199), podemos ver que a nível dos embutidos marmóreos do altar-mor houve também uma pequena alteração do seu desenho, tendo os originais um perfil mais simples, mais de acordo com outros trabalhos da época que pudemos observar nomeadamente na obra de João Nunes Tinoco. Embora não tenhamos documentos comprovativos é possível que, à semelhança do que aconteceu com outras igrejas paroquiais, João Nunes Tinoco tenha sido também responsável, em colaboração com o filho, por outros trabalhos nela empreendidos.

A estrutura retabular da capela-mor insere-se no formulário que anuncia o barroco do chamado *estilo nacional* - rematada por um arco de volta inteira, este assenta em duplas colunas de fuste direito decorado com motivos fitomórficos, no qual se enquadra o trono.

Quanto ao executor, Francisco Marques, é conhecida já a sua actividade no retábulo da capela-mor da igreja de Santa Maria de Serpa, por encomenda de Pedro de Mello, comendador da Ordem de Cristo, segundo projecto de Mateus do Couto¹²⁵⁹, bem como no retábulo de N.ª Sr.ª do Bom Despacho sito na igreja do convento de S.º Antão-o-Velho dos Padres Agostinhos¹²⁶⁰, vulgo *Colégio*.

Lançando a dúvida de quem terá sido, na realidade, o autor da traça do retábulo da capela-mor, este contrato vem reforçar os dados que já possuíamos sobre a significativa colaboração entre João Nunes Tinoco e o seu filho, Luís Nunes Tinoco salientando, uma vez mais, a importância que as dinastias de arquitectos tiveram no transmitir de um conhecimento teórico e prático.

¹²⁵⁹ ANTT, *C.N.L.*, n.º 1 (actual n.º 2), Cx. 56, L.º 278, fls. 76v e 77 v, publ. por Ayres de CARVALHO, *D. João V e a Arte do seu Tempo*, Vol I (...), p. 130. Cota publ. por Vítor SERRÃO, "O Conceito de Totalidade (...)", p. 256. Cf. Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA, *A talha barroca de Lisboa (1670-1720)*..., ob. cit., p. 415, que transcreve no documento 13 o respectivo contrato datado de 5 de Maio de 1677.

¹²⁶⁰ ANTT, *C.N.L.*, n.º 12 A (actual n.º 1), Cx. 62, L.º 259, fls. 17-18. Publ. por Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva FERREIRA, *A talha barroca de Lisboa (1670-1720)*..., ob. cit., pp. 127, 285 e 286, que transcreve no documento 22 o respectivo contrato, datado de 2 de Outubro de 1681. A igreja foi totalmente refeita após o terramoto, tendo ficado do primitivo colégio o corpo que integra o claustro manuelino. Embora se desconheça o seu autor, não seria improvável que fosse de João Nunes Tinoco a traça do retábulo, dada a estreita colaboração deste arquitecto com os agostinhos.

2. Na direcção de S. Vicente de Fora

Nomeado *Arquitecto e Mestre* das obras do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora em 23 de Junho de 1690, Luís vem ocupar o lugar que o pai detivera por perto de cinquenta anos, como diz o próprio alvará de nomeação. Como afirmámos a propósito dos ritmos da obra e da nomeação de João Nunes Tinoco para a direcção de S. Vicente, é bastante difícil definirmos, por escassez de dados, o que terá resultado da sua mão, ou da do seu filho, Luís Nunes Tinoco. Durante todo este período (isto é, entre os finais do século XVII e o início do século XVIII), poderemos imputar a cada um destes arquitectos algumas decisões relacionadas mais com a definição de determinados pormenores decorativos, do que propriamente com o plano geral do conjunto que, tudo indica, estava já traçado desde o início.

Remetemos, uma vez mais, para a descrição da *História dos Mosteiros* datada de 1704¹²⁶¹. Para além das obras que então se contratavam, referentes à construção dos altares e acabamentos, faltavam ainda o retábulo da capela-mor, o retrocoro, e algumas capelas do cruzeiro. Procedia-se, também, à construção de parte dos novos dormitórios e cozinha, como podemos inferir de uma petição feita pelos frades, datada de 2 de Outubro de 1688¹²⁶².

Falecido João Nunes Tinoco em 1690, tudo indica que Luís tenha herdado o cargo naquele que parece ter sido, do ponto de vista financeiro, um momento difícil na gestão das obras, como o parece demonstrar o agravo dos padres de

¹²⁶¹ *História dos Mosteiros...*, ob. cit., Vol. I, p. 46.

¹²⁶² ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 2ª incorp., Cx. 18, Docs.113 a 114 (2ª petição a 26 Novembro de 1694). Para a principal bibliografia documentação referente às campanhas de obras de S. Vicente, remetemos para a obra de Miguel Soromenho, já referida.

S. Vicente contra o Senado, relacionado com cobranças de 1689 e de 1690 ¹²⁶³, relativas à construção da Igreja, ou o contrato celebrado em 20 de Novembro de 1687 com Francisco Pereira de Matos, segundo a qual este se obriga a fornecer a madeira de castanho para os novos dormitórios, contrato esse entretanto distratado, em 5 de Janeiro de 1688, “ (...) por não ser necessária a madeira por ora (...) ” ¹²⁶⁴ - o que só é possível explicar por falta de verba para as referidas obras.

As datas gravadas sobre algumas das portas que dão para os claustros (Fig. 200 e 201), ajudam a esclarecer, também, qual o ritmo da construção: no lanço sul do dormitório, sobre o segundo claustro (o que se situa mais a nascente), a data de 1688 encima um dos portais – 1688 é também a data avançada por Júlio de Castilho para a construção desta ala do convento : “ Em 1688 as obras do convento estavam bastante atrasadas; achavam-se na altura em que « que se trabalha já em o cunhal do dormitório, que hade equiparar o da egreja na frontaria do dito mosteiro»” o que, como vimos, é reforçado pela data do contrato atrás referido ¹²⁶⁵.

No lanço poente do primeiro claustro, na parede da Portaria, a data de 1691 (Fig. 202) encima um outro portal. Sabemos ainda que, por um contrato celebrado pela Irmandade do Pilar com o Mosteiro, em 18 de Março de 1699 ¹²⁶⁶, que este lhe cedia uma casa no claustro de baixo, junto da Portaria, para que a Irmandade

¹²⁶³ ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 1ª incorporação, Cx. 1, Docs. 261 e 262

¹²⁶⁴ ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, Livro de notas nº 117, fls. 182v a 183 (*Doc. inédito*).

¹²⁶⁵ Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga*, Vol. VII, p. 65.

¹²⁶⁶ ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, Livro de notas nº 95, fls. 134 e 134v (*Doc. inédito*). Nele se menciona que pertencia à Irmandade Lourenço Pires de Carvalho, então Provedor das Obras Reais. Vimos que no seu testamento, o Padre Francisco Tinoco da Silva afirma também a ela pertencer (cf. I PARTE, **Doc. 56**). Segundo Frei Inácio da Boa Morte, ela integrava, desde a sua fundação a melhor nobreza de Lisboa “Logo no mesmo anno de 1644 a 13 de 7.^{bro} se instituiu sua illustrissima Irmandade na qual som.^{te} pessoas da mais principal nobreza da Corte entrou para seu augmento e se fez hú compromisso q para ser mais inviolavel sua observancia se alcançou Alvara de confirmaçã de S. Mag.^{de} p.^a que o fervor da devoçã dos fieis se augmentasse se impetrou Bulla de Alex.^e 7º em que se concede aos Irmaõs desta Irmandade muytas indulgencias as quaes se podem ver no livro que compos da devoçã a Snr.^a do Pillar o P. D. Thomas da Luz Conego Regular...” (ANTT, *Manuscrito da Livraria* nº 468, fls 7v e 8 – sublinhado nosso).

pudesse guardar as alfaias, o vem confirmar que, pelo menos o piso térreo desta ala estava já concluído.

Com a morte de João Nunes Tinoco, e sob a orientação do seu filho, iria iniciar-se um novo ciclo na construção do Mosteiro. Ainda que respeitando um plano havia muito traçado, a mutação de gosto, denunciada em alguns pormenores arquitectónicos, permite atribuí-los a Luís Nunes Tinoco, que iria dirigir a construção, ou até mesmo *traçar*, os mais notáveis espaços e programas decorativos de todo o conjunto, e da Lisboa de então: referimo-nos ao “ *«non plus ultra das obras», que toda vay de embutidos de pedras de varias cores (...)* “, a Sacristia, e à sua *régia* Portaria, como são descritas pelo Padre Carvalho da Costa, em 1712, mostrando que mais do que à arquitectura, é aos seus programas decorativos que devem o seu prestígio. A descrição mostra que, em 1712, a Sacristia estava já bastante avançada (Figs. 203 e 204), num momento em que os trabalhos de embutidos tinham já invadido algumas das capelas da Igreja, como aconteceu com a Capela de Nossa Senhora da Conceição, no transepto do lado da Epístola. Esses trabalhos são também referenciados Frei Inácio da Boa Morte, que nos diz que, apesar da destruição causada pela queda do imenso zimbório que se situava no cruzeiro da igreja, foi possível reconstruí-la como era antes grande terramoto de 1755, citando ainda os efeitos que teve o sismo noutras partes do edifício: “ *A Sacristia fica como já disse entre os dous claustros hé toda de pedra athe simalha e de embutidos de pedras de varias cores que representaõ ramos, flores e varias figuras, tudo com miudeza grande e de grande trabalho e custo. Tinha uns bellos caixoens de pau preto com excelentes chapas de bronze, dourado, todos ficaraõ muito destruidos por lhe cahirem sima todo o Teto da Sacristia dia do Terremoto que as muitas pedras do zimbório lhe lançou em sima: já se tem em parte reparado estes danos e brevem.^{te} se pora em seu antigo ser (...)* “ ¹²⁶⁷.

¹²⁶⁷ ANTT, *Manuscrito da Livraria* n.º 468, Frei Inácio da BOA MORTE, fl. 16. Nos fls. 50 e 51v, dá-nos a seguinte descrição dos estragos provocados no Mosteiro pelo Terramoto de 1755: “ *No 1º de 9b.^{to} do mesmo anno [1755] succedeo aquelle formidavel Terramoto que asolou toda a Cid.^e de Lisboa juntam.^{te} com o fogo que lhe sobreveyo onde morreraõ milhares e milhares de pessoas húas nas ruinas das Igr.^{as} e de casas, e outras queimadas vivas como neste ponto se tem escrito muitas*

A autoria da Sacristia tem gerado alguma controvérsia, sendo frequentemente avançado, a par do nome de Luís Nunes Tinoco (que mostrara já a sua experiência com os trabalhos de pedraria, como o túmulo de Carnide da Infanta D. Maria veio provar), o nome de João Antunes, pela semelhança com outros trabalhos de embutidos que lhe estão atribuídos, tal como os da Sacristia de Santo Antão e da Igreja do Menino Deus, só para citar alguns deles. Proposta a datação aproximada para a execução do seu portal o ano de 1691 “ (...) onde o dinamismo da cimalha recortada e o recurso a colunas pseudo-salomónicas se articulam com a sinuosidade do tratamento das formas pétreas e com os efeitos cromáticos do material marmóreo, numa versão que é já eloquentemente discursiva (...) ”¹²⁶⁸, e dada a condição de Luís Nunes Tinoco como arquitecto responsável pela obra do Mosteiro, é natural que seja o seu nome o primeiro a ser citado, apesar de não existir qualquer documentação que o confirme.

O estado da investigação tem trazido à luz, também, outros nomes que lhe poderão ser associados - referiremos, entre outros, o nome dos Garvo que desempenharam um importante papel no contacto com Génova, donde eram oriundos, na importação de instrumentos e materiais necessários a uma técnica decorativa que ganhava cada vez mais importância. Em 1713, no concurso para

Rellaçoens a q som.^{te} damos conta das ruinas que teve este Mostr.^o e do mais que nelle succedeu por este motivo.

Pellas 9 horas e 3 quartos estava a comunidade deste Mostr.^o na Capella mor, dando principio a Missa cãtada naõ se podendo dizer mais que as palavras do Introito Gaudeamus ominus in Domino quando se centiu tremor com horrorro [sic] espanto todo o Templo, já inclinandose a húa parte já a outra como se fosse hú Barco agitado das ondas. Os Religiosos fugiraõ cada qual p.^o onde pode, e só dous ficaraõ mal tratados nas pernas por lhe terem nellas dado algumas pedras. A antiga Imagé de N Sr.^o da Con.^{cam} cahio do seu altar e por ser a cabeça de pedra se lhe tiraraõ algumas cascas. Outras Imagens cahiraõ mas ficaraõ nos Altares, exceto as duas de pedra de saõ Joaq.^m e de S.^{ta} Anna da Cap.^o da Con.^{cam} que tambem cahiraõ. Depois de alguns minutos em q hia continuando o Terramoto; cahio todo o zimbório da Igr.^o p.^{te} p.^o a Rua e p.^{te} no Cruzeiro, e parte sobre o Tilhado da Sacristia, e Claustro. Habateo todo o telhado da Sacristia escapando no Lavatorio hú P.^e com hú mosso. Os bellos caixoens que havia pouco tempo se tinhaõ feito ficaraõ destruidos com os Missaes e Vestimentas sagradas. Cahiraõ com as grandes pedras do zimbório alguns arcos de sima dos dous claustros. A capella chamada da comunid.^e aonde estava o Ss.^{mo} lhe cahio toda a parede p.^o a Baranda que habateo toda, cahindo na casa que serve de passadiso p.^o o coro de sima, ao cahir fes abalar a abobeda da Portaria despegando a bella pintura que nella havia. A parede mestra de sima do Dormitorio que fica p.^o o Campo de S.^{ta} Clara toda cahio athe os frizos das janellas exceto os dos corpos com as sellas que naõ cahiraõ. O Dormitorio com as sellas que ficaõ p.^o o mar tambem teve muitas ruinas e com serem tantas foy o q menos padeceo em Lisboa. O arco pequeno que vay p.^o o cerco tambem habateo com as pedras do Zimbório.”

¹²⁶⁸ Vítor SERRÃO, *O Barroco...*, ob. cit., p. 136.

Arquitecto das Ordens Militares Carlos Baptista Garvo afirmava ser “ (...) mestre pedreiro e architetto e ter requezitos necessarios por ser muito perito como poderá constar (...) ”¹²⁶⁹ - estamos certos de que surgirão, futuramente, outros dados que virão clarificar muitas das atribuições que até agora têm sido feitas.

A possibilidade de se tratar de uma obra da autoria de João Antunes (ou até mesmo de Garvo) pode ganhar alguma consistência, se pensarmos que em 1708 contrataram este arquitecto para medir e avaliar uns prazos de umas casas junto ao Arco de S. Vicente, medição que foi feita com Francisco Pinheiro, mestre carpinteiro, e com Carlos Baptista Garvo, mestre pedreiro, ambos juizes do ofício, e o também mestre pedreiro Francisco Cardoso¹²⁷⁰. Que João Antunes estava bem informado sobre os trabalhos de embutidos de S. Vicente de Fora, é notório quando lemos a carta que escreve a D. Luís de Sousa, na qual menciona também os mármorees fingidos da capela-mor¹²⁷¹, sem descrever, no entanto, qualquer sua participação neste tipo de trabalho do Mosteiro. Talvez viesse a ser chamado mais tarde.

Quanto à Portaria, pelas características do programa decorativo que integra (Figs. 205 a 212), quer a nível técnico, quer como *máquina retórica* de poder, esta merece-nos uma atenção especial que analisaremos. Um pormenor importante reside no facto de, em 1712, quando os representantes da sociedade de pedreiros que executaram o chão da Portaria, entretanto já terminada, terem pedido um ajuste de

¹²⁶⁹ ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens*, Ofícios, Maço 12 “Arquitectos” . Teresa de Campos COELHO, “Concursos para o lugar de arquitecto das Ordens Militares no séc. XVIII”, in *Pedra e Cal*, Revista Gecorpa, Setembro 2002. Parte desta documentação tinha já sido por nós por nós publicada e transcrita em “ Um concurso para o provimento do lugar de arquitecto das Ordens Militares – A propósito de um *curriculum* do Padre Francisco Tinoco da Silva”, in *Revista Monumentos*, nº 7, Lisboa: Setembro de 1997. Cf o que dissemos a propósito de Manuel Nunes na III PARTE, Cap.3, relembando que colaborou com João Antunes na campanha de obras de 1677, da Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora de Jesus, actual Igreja das Mercês.

¹²⁷⁰ ANTT, Mosteiro de S. Vicente de Fora, L^o11, fls 644 e 644v, publicado por Miguel SOROMENHO, “Hum dos mayores e magnificos templos não só de todo o reyno mas da Europa: a obra filipina”, in *Mosteiro de São Vicente de Fora : arte e história*, SALDANHA, Sandra Costa (coord.), Lisboa : Centro Cultural do Patriarcado, 2010, p. 152, nota 25.

¹²⁷¹ Maria João Fontes Pereira COUTINHO, *A produção portuguesa de obras de embutidos de pedraria policroma (1670-1720)*, ob. cit., Vol II, Doc. 28, pp. 144 e 145.

contas sobre esta obra, relativo ao contrato celebrado em 1707 ¹²⁷², se afirmar “ (...) quis V. R.^{ma} por em execuçam o mandar Lagiar por obra de xadres a portaria deste Real Mosteiro, e os *supp.*^{es} como *offiçiaes que costumavaó sempre trabalhar no ditto Mosteiro, estimulados de que viessem offiçiaes de fora tirarlhes a ditta obra, se picaram nos lanços em forma que a vieram a tomar a preço de cento e outenta mil por palmo (...)* ¹²⁷³, o que vem provar que havia a possibilidade de em 1707, o trabalho poder ser entregue a equipas exteriores. No ano seguinte, eram contratados, como vimos, João Antunes e Carlos Baptista Garvo, os mais experientes entre os experientes neste tipo de trabalho, para fazerem a medição e avaliarem a umas casas do Mosteiro...

3. “O sonho de Jacob”: retórica de uma *régia portaria*

“ E tornando a decer pella mesma fermosa escada por onde sobimos pera os dormitorios, repetindo a via de hum e outro claustro, se vem a parar na portaria, que he huma casa quasi quadrada de sufficiente grandeza, e sem duvida parecerá muyto bem tanto que tiver o ornato que ainda lhe falta. E saindo pella porta se ve o taboleyro que está diante della, que pera seo resguardo tem humas grades altas de ferro pera se fecharem de noyte. E logo se segue huma larga e magestosa escada de pedra, em que se contam vinte e hum degraos, com que se desce ao terreyro que fica immediato à escada, a qual com a sobida pera o alpendre da portaria acompanha a com que se sobe pera o portico da igreja, com o qual fica igual o pavimento do alpendre da portaria, que faz muy fermosa a magestade da sua obra, onde se vem duas misolas sobre dous pilares, e sobre o arco da entrada da porta huma grave obra de varios revirados, quartelas e molduras

¹²⁷² Cf. Docs. 97 e 98 em anexo – *Inéditos*.

¹²⁷³ *Idem*.

curvas, com as armas reais metidas dentro da dita obra as quaes sustentam dous anjos com que toda a obra do frontispicio da portaria vem a dizer muyto bem com a grandesa e magestade do frontispicio da igreja “.

Pela qualidade da arquitectura e dos seus elementos decorativos, com especial enfoque para a pintura do tecto e para a temática do revestimento azulejar, a Portaria de S. Vicente de Fora tem merecido sempre especial atenção por parte de cronistas e de historiadores, nos muitos estudos e descrições dedicados ao Mosteiro. Situada na ala que vem rematar na fachada da Igreja, a ela se acede por um átrio cujo portal, encimado por uma janela de sacada, é rematado por uma composição com características já declaradamente barrocas.

A descrição acima transcrita é do autor anónimo da *História dos Mosteiros*. Datando de 1704 ¹²⁷⁴, quando a Portaria se encontrava ainda em construção, ela assume especial importância não só por salientar a proporção da planta, quase quadrada, como por testemunhar que na época estava já construído o portal, “...*obra de varios revirados, quartelas e molduras curvas...*” (data de 1694 o portal sobre o pátio que lhe fica próximo). O testemunho realça outro aspecto igualmente importante. Apesar de estarmos perante uma obra que se distancia, mais de meio século, da obra da igreja, o autor considera que não existe dissonância entre a grandeza das fachadas dos dois corpos. A mesma opinião parece não ter tido Júlio de Castilho afirmando, a propósito da fachada da Portaria, que “... *a entrada nos claustros, na frente, junto à actual capela particular do senhor Patriarca, é de um róccó amaneirado, que chega a incomodar. Na sua enfase e falsidade, é pura « phenix renascida » ... em pedra lioz ...*” ¹²⁷⁵, sem saber que o seu mais provável autor, Luís Nunes Tinoco, seria também autor de uma obra com o mesmo nome ¹²⁷⁶.

¹²⁷⁴ *História dos Mosteiros...*, ob. cit., Vol. I., pp. 45 e 46.

¹²⁷⁵ Júlio CASTILHO, *Lisboa Antiga*, Vol. VII, Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 66. Júlio de CASTILHO transcreve ainda a opinião de Cirillo V. MACHADO sobre S. Vicente (*Collecção de memórias, relativas às vidas dos pintores, e escultores, architetos, e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal / recolhidas e ordenadas por Cyrillo Volkmar Machado...* Lisboa : na Impr. de Victorino

Vimos como em 1712, para o Padre Carvalho da Costa, a par da igreja, o que tinha de mais notável o mosteiro vicentino, era a nova sacristia, e a *régia* portaria¹²⁷⁷.

Mais completa é a descrição que nos dá Frei Inácio da Boa Morte, na já citada *Chronica do Insigne, e Real Mosteiro de S. Vicente de Fóra*: “ A portaria do Mostr.^o hé hua das Melhores casas delle: p.^a ella se sobe do Adro da Igr.^a por húa bella escada que fica ao lado das Escadas da Igr.^a, tem 5 grandes portas e 4 janellas sacadas com suas grades de ferro. Ao lado da porta principal fica outra porta que he das Escadas que vão ao Coro de sima e Torre. Em correspondencia a estas portas ficaó outras duas aonde está o P.^e Port.^o. No meyo destas Portas está hú Altar com a Imagem do N. P. S.^{to} Agostinho, ornando as paredes desta bella Casa, Painéis de S.^{tos} e Pessoas Veneráveis q faleceraó nesta Cong.^{am}. O Plano da Portaria hé de finos marmores de varias cores, e o Teto he de abobeda de excelentes Pintores “¹²⁷⁸. A descrição corresponde ao que ainda hoje podemos observar (nas quatro janelas de sacada referidas está incluída a sala anexa, por onde outrora se entrava, na qual se situa a grande janela de sacada barroca que marca a fachada da ala conventual, no plano da Igreja), à excepção do altar dedicado a Santo Agostinho, hoje desaparecido.

Com uma planta quase quadrada e um pé direito de reduzidas dimensões (que nem a arte de Baccherelli e a sua pintura de quadratura terão conseguido anular totalmente), o carácter marcadamente intimista que marca todo este espaço (que contrasta com a imponência e a escala do próprio do mosteiro), é reforçado pelo

Rodrigues da Silva, 1823., p. 179), demonstrando a grande mudança estética que a obra de Mafra implicaria “ *O bom juiz Cirilo, diz que « o modo de lavar bem os ornatos de pedra data do tempo de João Frederico Ludovice, pois que bem se deixa ver nos capitéis e ornatos da porta da igreja de S. Vicente, e noutros edificios mais antigos que o de Mafra, que a pedra era mal cortada, e tôda a mão d’obra pouco elegante» “.*

¹²⁷⁶ Pheniz de Portugal Prodigioza, 1687.

¹²⁷⁷ *Corografia Portuguesa*, Tomo III, Cap. IX, “ Da Parochia de S. Vicente de fóra, & fundação deste Convento “, p. 365.

¹²⁷⁸ ANTT, *Manuscrito da Livraria* 468, fl. 13. Ignacio de Nossa Senhora da BOA MORTE *Chronica do Insigne, e Real Mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Conegos Regulares de S. Agostinho*, 1761, § III, fl. 13.

jogo de claro-escuro que a luz natural proporciona, aqui entendida também como elemento modelador do espaço. Parece-nos que houve uma intenção deliberada em criar um ambiente que se parecesse mais com uma pequena sala palaciana (como intimista parece a escadaria que lhe dá acesso, se a compararmos com a majestosa escadaria que num dos claustros dá acesso aos dormitórios), na qual não se dispersasse toda a retórica do seu programa iconográfico.

Os lintéis das portas, de verga direita com decoração geométrica simples, semelhantes ao do portal da Igreja do Convento de Santa Teresa de Carnide (obra de João Nunes Tinoco com a possível colaboração do seu filho) contrastam com o remate dos portais que encontramos nos claustros, ou com a exuberância que marca o portal da fachada que lhe dá acesso (seus contemporâneos), que denotam já uma estética barroca, e que podemos atribuir a Luís. Parecem expressar uma vontade em quase os anular, de modo a realçar todo o programa decorativo representado pela azulejaria e pintura. Esta completa a própria arquitectura, como *arquitectura fingida*, nos elementos representados no tecto, com um objectivo bem definido, presente em toda a pintura de quadratura – o de ampliação e de dinamização do espaço.

A sala está hoje dividida por uma balaustrada de acrotérios de mármore policromos com as armas brigantinas – parecem ser os mesmos que serviam de protecção ao túmulo de D. João IV, de acordo com o testemunho da *História dos Mosteiros*¹²⁷⁹. Deverão ter sido removidos do seu local original, na década de 80 do século XIX, e aqui colocados quando nela se instalou, sob o pontificado do Cardeal D. José Neto (1883-1907)¹²⁸⁰, a *Capela do Patriarca* referida por Júlio de Castilho.

¹²⁷⁹ Tomo I, p. 27, cf. Maia João Pereira COUTINHO, “A magnificência do mármore: obras de embutidos de pedraria policroma”, in *Mosteiro de São Vicente de Fora : arte e história*, Sandra Costa SALDANHA (coord.), Lisboa : Centro Cultural do Patriarcado, 2010, pp. 263 e 265..

¹²⁸⁰ Ricardo ANICETO, “De Cenóbio a Cúria Patriarcal. Dialéctica de um lugar durante os séculos XIX e XX”, in *Mosteiro de São Vicente de Fora : arte e história*, Sandra Costa SALDANHA (coord.), Lisboa : Centro Cultural do Patriarcado, 2010, p. 62.

Tudo indica que a construção da Portaria deva ter sido iniciada por volta de 1691, a julgar pela data que encima o portal situado na parede que a separa do claustro. Esta estava ainda por terminar em 1707, como se pode ler no contrato celebrado entre P.^e Dom João de Christo, Camarário do Mosteiro, em representação do P.^e Dom José de São João, Prior do mesmo, e os mestres pedreiros José da Silva, morador às Portas do Mar, José de Oliveira, morador na Rua da Oliveira aos Anjos, João Monteiro (assistente no Mosteiro) e Domingos Ferreira, para realização do chão em pedraria ¹²⁸¹. No contrato referia-se que a obra deveria ser feita até ao Natal do mesmo ano e que “ (...) *pelo ditto Mostr.^o naó ter portaria conventual se lhe pareçia que a d.^{ta} portaria se acabaçe e puzesse em termos de o Conv.^{to} se servir por ella por se evitarem imdicenças, e porq.^{to} a Comunid.^e se naó achava com dinhr.^o para a d.^{ta} obra se poder conseguir, que viçem se lhe pareçia que p.^a a d.^{ta} obra se conseguir se tornaçe à rezam de juro o dinhr.^o que p.^a ella fosse neçess.^o (...)* “ ¹²⁸², mostrando que o mosteiro continuava com problemas financeiros, como tínhamos já observado para o final da década de oitenta.

Referia-se, ainda, que “ (...) *R.^{do} P.^e Prior emcomendou ao R.^{do} P.^e Camarario que procurasse os officiaes que lhe tomassem a d.^{ta} obra de empreitada p.^a haver de a fazer e acabar com toda a prefeição decençia e ajustamento ao papel de xadrez que p.^a isso mandou fazer e havendo varios Mestres que vieram Lançar na ditto obra por diferentes Lanços se ajustaram os dittos Jozeph da Sylva Jozeph de oliveira Joaó Montr.^o e Domingos Frr.^a a que lhe queriam fazer a ditto obra com toda a prefeição e ajustamento ao debucho do ditto xadres a preço de cento e outenta rs cada hum palmo de igual quer Lavor e debucho que nelle houvesse com a varied.^e das cores de pedra q no ditto debucho estavaó pintadas sendo todas as pedras do xadres inteiras sem batume e que se imtende nas pedras incorporadas no ditto xadres, nam falando nas faixas de fora, nem na roza do meio, que pela grandeza naó podia ser de pedra inteiriça; o que tudo se obrigavaó a lhe dar posto, bornido, e assentado a sua custa, e*

¹²⁸¹ ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, Livro de notas nº 98, fls. 63v e 64 – (Doc. 97 em anexo. *Inédito*).

¹²⁸² *Idem*, *Ibidem*, fl. 63v.

*pelo ditto preço de cento e outenta rs cada hum palmo (...) “*¹²⁸³*. Apesar de se mencionar “ um debucho com a variedade das cores ” que o trabalho exigia (e que apresenta semelhanças com o chão da Capela de N.ª Sr.ª do Pilar, da nave da Igreja), não é mencionado o seu autor, sendo provável que tenha sido Luís Nunes Tinoco, dado seu estatuto de* *Arquiteto e Mestre do Mosteiro.*

Em 1712 esta obra estava já terminada, de acordo com o ajuste de contas da sociedade formada para a sua execução ¹²⁸⁴, a qual era constituída, como se pode deduzir do próprio contrato, por “ (...) *offiçiaes que costumavaó sempre trabalhar no ditto Mosteiro, estimulados de que viessem offiçiaes de fora tirarlhes a ditto obra, se picaram nos lanços em forma que a vieram a tomar a preço de cento e outenta mil por palmo (...)* ¹²⁸⁵.

A datação proposta para a decoração da portaria (c. 1711), que tem sido baseada na data da pintura do teto da autoria de Baccherelli (e registada neste, quando do restauro executado em 1796), na análise estilística dos azulejos, e até mesmo sustentada pela aparência jovem de D. João V ¹²⁸⁶ poderá, na nossa opinião, ser recuada alguns anos, se atendermos na descrição da *História dos Mosteiros* que nos relata, em 1704, que o portal da fachada que lhe dá acesso estava já construído, bem como na data em que foi realizado o contrato que aqui revelamos (1707). Podemos até considerar que a *ideia* que orientou todo o programa iconográfico recua mesmo ao reinado de D. Pedro II. Com efeito, mais do que o ignorar da dinastia filipina, a ausência já notada da representação de D. Afonso VI nos painéis (sucessor

¹²⁸³ Idem, *Ibidem*, fl. 63v.

¹²⁸⁴ ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, Livro de notas nº 101, fls. 66 a 67 – (Doc. 96 em anexo. *Inédito*).

¹²⁸⁵ Idem, *Ibidem* fl. 66v.

¹²⁸⁶ Cf. José MECO, “Manuel dos Santos”, in Sep. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III Série, nº 86, Lisboa: 1980, p.p. 54-55. Luísa d’Orey Capucho ARRUDA, “O retrato de D. João V na portaria de S. Vicente de Fora: um retrato barroco azul e branco”, in *Claro e Escuro. Revista de Estudos Barrocos*, nº2/3, Lisboa: Quimera, 1989, pp. 16.

natural do *Restaurador*)¹²⁸⁷, parece-nos corresponder a uma intenção propositada de *damnatio memoriae* por parte de D. Pedro II, como se confirma com a ausência dos sepultamentos desse monarca, e de D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, em S. Vicente de Fora¹²⁸⁸.

Como referimos, o programa iconográfico foi já amplamente estudado, sobretudo no que diz respeito à inovação que constituiu a pintura do tecto, e aos retratos dos monarcas nele representados, que deverão ser entendidos no contexto de uma cultura de símbolos barroca, num jogo de alusões, efeitos, referências e ausências¹²⁸⁹.

Atrevemo-nos a afirmar que nenhum programa iconográfico, na arte portuguesa, consegue ser mais representativo de uma retórica de poder, quer de em ordem espiritual (aqui expressa nas batalhas de D. Afonso Henriques e de D. Sebastião contra os infiéis, em Santarém, Lisboa e Alcácer Quibir, e na apoteose de Santo Agostinho da pintura do tecto) quer, em simultâneo, de natureza temporal (representada na fundação da nacionalidade por D. Afonso Henriques, e na Restauração do Reino com a dinastia de Bragança, ou até mesmo nas lutas no seio desta em finais do século XVII), do que aquele que aqui nos é revelado.

¹²⁸⁷ Luísa Capucho ARRUDA, ob. cit., p. 14.

¹²⁸⁸ D. Afonso VI, falecido a 12 de Setembro de 1683, seria então sepultado nos Jerónimos. D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, falecida em 27 de Dezembro do mesmo ano, viria a ser sepultada no Convento do Crucifixo, por si fundado em 1667. Só no século XX os restos mortais dos dois monarcas viriam a integrar o panteão brigantino em S. Vicente de Fora.

¹²⁸⁹ Luísa d'Orey Capucho ARRUDA, "O retrato de D. João V na portaria de S. Vicente de Fora: um retrato barroco azul e branco", in *Claro e Escuro. Revista de Estudos Barrocos*, nº2/3, Lisboa: Quimera, 1989, pp. 13 a 18. Este tema seria retomado pela autora na Revista Monumentos, nº2, Lisboa: Direcção Geral dos edifícios e Monumentos Nacionais, Março 1995, pp. 33 a 38.

A modernidade da Portaria de S. Vicente de Fora afirma-se também na pintura do seu tecto que foi já objecto de um pormenorizado estudo ¹²⁹⁰, considerada um “ (...) *ex-libris da pintura do Real Mosteiro*” ¹²⁹¹. Executada pelo florentino Vincenzo Baccherelli (activo entre 1690 e 1719), quando da sua vinda a Portugal nos finais do século XVII, ou início do século XVIII, a introdução da *quadratura* veio inovar os modelos utilizados que, até então, se apresentaram sobretudo em pinturas de brutesco de origem ítalo-flamenga ¹²⁹².

Chegado a Lisboa, tendo sido convidado por mercadores portugueses em Livorno, em 1703 estava já a trabalhar na pintura do sub-coro da Igreja do Loreto, vindo a ser posteriormente apresentado à Corte e ao Rei em pessoa ¹²⁹³ (é possível que o seu contacto com os Nunes Tinoco se tenha verificado na Igreja dos italianos, onde esta dinastia de arquitectos trabalhava já desde Pedro Nunes Tinoco).

Conhecidas são também as questões que manteve com os frades de S. Vicente ¹²⁹⁴, levando-o a abandonar o país em 1719.

¹²⁹⁰ Magno Moraes de MELLO, *A pintura de tectos em perspectiva no Portugal de D. João V*, 1ª ed., Lisboa : Estampa, 1998. Cf. também, entre outros, Nuno SALDANHA “S. Vicente de Fora - A Pintura”, *O Livro de Lisboa*, Irisalva MOITA (coord.), Lisboa, C.M.L., 1994, pp. 214 e 215 e “Transitoriedade e permanência – a pintura de S. Vicente de Fora”, in *Mosteiro de São Vicente de Fora : arte e história*, Sandra Costa SALDANHA (coord.), Lisboa : Centro Cultural do Patriarcado, 2010, pp.157 a 187.

¹²⁹¹ Nuno SALDANHA, “Transitoriedade e permanência – a pintura de S. Vicente de Fora”, ob. cit., p. 166.

¹²⁹² Magno Moraes de MELLO, *A pintura de tectos em perspectiva no Portugal de D. João V*, ob. cit., pp. 119 e 27.

¹²⁹³ *Dizionario Biografio Degli Italiani*, Istituto Della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani, Roma, 1963, pp. 20-21; Emilio Lavagnino, *Gli Artisti italiani in Portogallo*, Roma: Libreria dello Stato, 1940. *Apud* Magno Moraes Mello, *A pintura de tectos...*, ob. cit., p. 119.

¹²⁹⁴ ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 2ª Incorporação, Caixa 1, *Avulsos*, doc.264, publicado por Nuno SALDANHA in “S. Vicente de Fora - A Pintura”, ob. cit., pp. 214 e 216, nota 54. Em julho de 1713 uma provisão real nomeava o Provedor da Coroa para assistir os frades de S. Vicente na causa que tinham com Vicente Baccherelli sobre a pintura do teto da capela-mor, causa que seria ganha por eles, quer na Correição do Cível da Corte, quer na instância do agravo que o supplicante embargara na Chancelaria: “ (...) e estando nestes termos, como os suppl. tinhaõ mandado fazer a dita pintura vendo q por sentença estava o contrato nullo, e a capp.ª mor impedida pª nella se celebrar os offc.ºs Devinos, e também os três dias da festa de Santa Engrácia, mandaraõ deitar abaixo os d.ºs andaymes, ao q o suppl.ª viera cõ artigos de attentado q se lhe julgaraõ...”.

Sabemos que a pintura do tecto foi parcialmente destruída pelo terramoto de 1755, como nos diz Frei Inácio da Boa Morte “ (...) *A capella chamada da comunid.^e aonde estava o Ss.^{mo} Ihe cahio toda a parede p.^a a Baranda que habateo toda, cahindo na casa que serve de passadiso p.^a o coro de sima, ao cahir fes abalar a abobeda da Portaria despegando a bella pintura que nella havia ...*”¹²⁹⁵, sendo recoberta por uma camada de cal em 1773, e restaurada por Manuel da Costa em 1796, de acordo com o testemunho de Cirillo Wolkmar Machado¹²⁹⁶. Tudo indica que para o espaço que se encontra hoje vazio, por cima dos painéis de azulejo, terão sido feitos alguns retratos pelo pintor Jerónimo da Silva, que no seu percurso terá estudado em Roma¹²⁹⁷. Hoje desaparecidos, constituíam um conjunto de 14 retratos de Patriarcas¹²⁹⁸.

¹²⁹⁵ ANTT, *Manuscrito da Livraria 468*, fl. 13. Ignacio de Nossa Senhora da BOA MORTE *Chronica do Insigne, e Real Mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Conegos Regulares de S. Agostinho*, 1761, § III, fl. 13.

¹²⁹⁶ Cf. Norberto de ARAÚJO, *Inventário de Lisboa*, Fasc.1, Câmara Municipal de Lisboa 1944, pp. 61-68; Cyrillo Volkmar MACHADO, *Collecção de memórias relativas às vidas dos pintores, e escultores, architetas, e gravadores portugueses, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal, recolhidas e ordenadas por Cyrilo Volkmar Machado*, Dr. J. M. Teixeira de CARVALHO e Dr. Vergílio CORREIA (anot.). Coimbra: Imp. da Universidade, 1922, p. 144. Magno Moraes de MELLO, *A pintura de tectos em perspectiva no Portugal...*, ob. cit., p. 120. Nuno SALDANHA, “Transitoriedade e permanência – a pintura de S. Vicente de Fora”, ob. cit., p. 167. É bastante interessante a notícia dada por Cirillo Machado, a propósito de Baccherelli e da obra da Portaria: “ (...) *Das que existem são as mais notáveis o tecto da escada de hum palácio no Campo pequeno, pintado a fresco, e o da Portaria de S. Vicente feito a óleo em 17 10. He huma das melhores cousas, ou antes a melhor que deste género temos em Lisboa. A composição, a harmonia de cores, o effeito da perspectiva, os partidos de luz, e de sombra, o manejo precioso do pincel, tudo concorre para o fazer admirável. O painel era igualmente bello, elle o pintou, e executou todo o tecto, á excepção das festonadas de flores, que forão feitas pelo Serra, Mestre de José Bernardes, e são primorosas. Pelo terremoto de 55 cahio só o reboco, que continha o painel. Quando foi a Patriarcal para S. Vicente, mandarão os ignorantísimos Mestres cair o tecto todo, e logo a casa, que até allí parecia huma das mais bellas, e regulares de toda a cidade, ficou parecendo a mais defeituosa, baixa, e irregular. Quando os Cónegos tornarão de Mafra o mandarão restaurar, o que foi feito, e muito bem, por Manoel da Costa em 1796, e se o painel, que elle também fez, não fosse bom teria alguma desculpa, visto não ser essa a sua profissão* “. As datas referentes à obra de Baccherelli, e ao restauro aqui mencionado, realizado por Manoel da Costa, ficariam registadas na própria pintura do tecto.

¹²⁹⁷ Cyrillo MACHADO, ob. cit., p. 76: “ *Temos deste Artista o S. Francisco de Sales na Igreja das Necessidades, o painel da Capella Mór das Commendadeiras da Encarnação que he de grande maneira; o grande quadro, e as virtudes do tecto do Menino Deos os da Capella Mór da Igreja da Pena, os que estão debaixo do Coro em S. Sebastião, os retratos na Portaria de S. Vicente, e os da Casa do Capitulo na Graça que são de Papas, Cardeaes, Bispos, e Veneráveis da Ordem, sendo alguns de André Gonçalves. Entrou na Irmandade de S. Lucas em 18 de Outubro de 171 1, e sérvio vários lugares na Meza desde 1713 até 1732. O Lobo louva-o em dous versos dizendo que entre muitos figuristas fora hum dos melhores. Ouvimos dizer estudou em Roma*”. Sobre Jerónimo da Silva cf. também Nuno SALDANHA, “Jerónimo da Silva (act. 1700-1753)”, in *a Pintura em Portugal ao tempo de D. João V – 1706-1750, Joanni Magnifico*, cat., Lisboa: IPPAR, 1994, pp. 137-139, e “Jerónimo da Silva (1687-1753). Um pintor joanino na Lisboa setecentista”, *Actas do Colóquio Lisboa Barroca e o Barroco de Lisboa*, Lisboa: Livros

Denotando a preocupação com a constituição de uma espacialidade total, o tecto pintado com falsas perspectivas acentua a percepção do espaço quase quadrado que tem no seu centro geométrico, numa composição de mármore policromos, o ponto de fuga dos balcões angulares e da quadratura da pintura ¹²⁹⁹. A exiguidade do pé direito da sala terá obrigado o pintor a determinar pontos de observação diferentes quer para o painel central (num eixo inclinado em relação ao suporte), quer em relação aos elementos arquitectónicos (para estes, no centro geométrico da sala): “ A partir do momento em que o espectador reconstrói a verticalidade dos quatro cantos, destrói toda a possibilidade da correcta visão do pano central, na sua ascensão ao espaço de rasgamento do suporte. Tudo vem provar a preocupação do pintor e a sua sensatez diante do espaço arquitectónico, bem como a natural integração da pintura de perspectiva com o olho do fruidor ” ¹³⁰⁰.

No que diz respeito à azulejaria, ela é constituída por painéis cuja autoria está atribuída a Manuel dos Santos ¹³⁰¹. O facto de resultar de uma única encomenda, o que se traduz na uniformidade da altura dos painéis e no tratamento das cercaduras rectas, bem como a grande qualidade que exhibe no tratamento das figuras e dos ambientes, contribuem para a excelência de todo este espaço, a par do forte sentido narrativo que, seguindo uma tradição que percorre todo o século XVII, em

Horizonte, 2007, pp. 105 a 121; Susana Cavaleiro Ferreira Nobre GONÇALVES, André Gonçalves e a pintura de cavalete em Portugal no tempo de D. João V, Dissertação de Mestrado em *Arte e Património* apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa: 2002, Vol. I, pp. 22 e 223; Magno MELLO, “O figurista Jerônimo da Silva e a pintura barroca na Igreja de Nossa Senhora da Pena, em Lisboa”, *Revista de Historia da Arte e Arqueologia*, nº 17, Universidade Estadual de Campinas: Departamento de História, Janeiro-Junho 2012., pp. 49 a 63.

¹²⁹⁸ Nuno SALDANHA “S. Vicente de Fora - A Pintura”, ob. cit., p. 214.

¹²⁹⁹ Magno Moraes MELLO, , *A pintura de tectos em perspectiva no Portugal de D. João V...*, ob. cit., pp. 125 e 130. Para o total entendimento desta pintura remetemos, uma vez mais, para a pormenorizada análise realizada pelo autor nesta obra.

¹³⁰⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 136 e 137.

¹³⁰¹ José MECO, “ Manuel dos Santos”, ob. cit.

que texto e imagem se completam, numa leitura cujo entendimento total só é possível, quando feita em conjunto.

Quando entramos na Portaria, percursos paralelos conduzem às figuras de D. Afonso Henriques e de D. João V, colocados simetricamente no topo da sala, numa retórica que tem por objectivo equiparar, do ponto de vista simbólico, os dois monarcas. Do lado esquerdo, a partir da parede de entrada (onde se relatam episódios relacionados com a vida da Ordem) enaltecem-se os feitos da conquista do território, empreendida por D. Afonso Henriques, representada nas tomadas de Santarém e de Lisboa aos mouros. Este percurso termina com o painel onde um arquitecto apresenta o projecto do mosteiro ¹³⁰² ao rei onde se representa, em simultâneo, a sua construção numa fase já bastante adiantada.

Retratando fielmente a fachada da mesma, como se pode inferir da comparação entre o que está esboçado e o que foi construído, a torre da direita não estava ainda construída, tal como a ala do convento que encosta na igreja. Aparentemente outro pormenor de insignificante importância ele permite, no entanto, acompanhar o discurso simbólico subjacente a todo o programa iconográfico – assinala uma etapa construtiva que coincide, no tempo, com o afirmar da dinastia bragantina, numa cenografia que remete para D. Afonso Henriques e para a conquista do Reino. Inconciliáveis no tempo convergem, no entanto, para uma mesma ideia de fundação nacional, ainda que separadas por cinco séculos de história, ideia essa que se completa nos outros painéis da sala.

Do lado direito, e a contemplar as conquistadas cidades referidas, sucede-se um ciclo de painéis com a representação dos monarcas que foram, simultaneamente importantes para a vida do mosteiro, e para a fundação e

¹³⁰² Interessante é o pormenor dos dois frades que, pela iconografia, parecem ser Santo Agostinho e Santo António. O primeiro aponta para o cruzeiro, do lado da epístola, onde seriam construídas as capelas destes dois santos.

consolidação da nacionalidade, com especial enfoque para a dinastia brigantina da qual se exclui, propositadamente, D. Afonso VI.

Parece-nos que o programa iconográfico ultrapassa em muito, na sua dimensão simbólica, o simples papel de enaltecimento régio que lhe tem sido habitualmente atribuído. Se a leitura dos atributos reais e da cenografia em que se inserem os retratos de D. João IV, D. Pedro II e de D. João V apontam para um retrato de Corte que, evoluindo na segunda metade do século XVII, se renova no reinado do Magnânimo no sentido de afirmação do poder real ¹³⁰³, uma outra (ou outras) leituras subjacentes a todo o programa aqui representado, directamente relacionadas com o contexto político em que se desenrola a regência de D. Pedro II, afirmam-se muito mais importantes do ponto de vista simbólico, como retórica e, até mesmo, como legitimação régia.

Se, como foi já salientado, no que diz respeito aos retratos dos monarcas nele representados, eles deverão ser entendidos no contexto de uma cultura de símbolos barroca, num jogo de alusões, efeitos, referências e ausências ¹³⁰⁴, no quadro das referências sociais e políticas assumem especial importância, para além dos atributos que os acompanham, as frases latinas inscritas nas filacteras de cada um deles ¹³⁰⁵, em especial os que se referem aos monarcas D. João IV, D. Pedro II e D. João V, por transporem, para uma dimensão bíblica, factos de extraordinária relevância, relacionados com o clima político que marcou toda a segunda metade do século XVII, e

¹³⁰³ Salientamos, da vasta bibliografia que se debruça sobre este temas, para além dos já citados textos de Luísa d'Orey Capucho Arruda, os trabalhos de Luís de Moura SOBRAL, "Os retratos de D. João V e a tradição do retrato de Corte", *Claro-Escuro*, no 2-3, Lisboa, 1989, p. 31, José-Augusto FRANÇA, *O retrato na arte portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte, 1981, António Filipe PIMENTEL, " Os pintores de D. João V e a invenção do retrato de corte", *Revista de História da Arte* nº5, 2008, pp. 132 a 151, Susana Cavaleiro Ferreira Nobre GONÇALVES, *A Arte do Retrato em Portugal no Tempo do Barroco (1683-1750). Conceitos, Tipologias e Protagonistas*, Dissertação de Doutoramento em História, (especialidade de Arte, Património e Restauro), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012

¹³⁰⁴ Luísa d'Orey Capucho ARRUDA, "O retrato de D. João V...", ob. cit.

¹³⁰⁵ Podemos ver nos retratos dos outros monarcas, nos registos inferiores, as seguintes inscrições: D. Afonso Henriques *DONEC AVFERATVR LVNA*, D. Sebastião *SAGITA VOLANTE INDIE CADENT ALATERE TVO MILLI & DE CEM MILLIA ADEXTRISTVIS AD TIAVTEM FON APPOPINQVABIT*.

de que sentiam ainda ecos, estando ainda certamente vivos na memória de muitos, quando da construção da Portaria.

Referimo-nos, não apenas a todo o processo que permitiu a nossa independência do domínio filipino (período aqui acintosamente apagado), personificada na figura de D. João IV, fundador de uma dinastia que escolheria S. Vicente para seu Panteão, mas também ao traumático episódio que representou a tentativa da devolução do poder a D. Afonso VI, em 1673, e da qual fariam parte personagens até então insuspeitas, como o secretário António Cavide, homem que fora de grande confiança de D. João IV e do próprio D. Pedro II ¹³⁰⁶.

A representação de cada um dos monarcas é feita em painéis isolados, separados pelos vãos de janelas (constitui excepção o do painel referente a D. João V, colocado no topo da Sala, imediatamente a seguir a D. Pedro II). Eles são organizados de modo a permitir a inserção de uma dupla imagem de cada personagem régia ¹³⁰⁷.

No registo superior, a representação régia remete para os modelos do retrato de Corte, apresentando grandes afinidades com os retratos que conhecemos de cada um deles. Como já foi salientado, atitudes, trajes e objectos são sinais de uma modernidade que é utilizada também para reforçar o sentido de fausto e majestade

¹³⁰⁶ A par dos cargos de confiança que António Cavide ocupou, por nós já referidos (como é o caso de ter substituído, em 1641, o Provedor das Obras Lourenço Pires de Carvalho quando este foi preso por inconfidente da D. João IV, e de este monarca ter escolhido a sua casa para nela educar a sua filha natural, a Infanta D. Maria), António Cavide desempenhou um papel fundamental na crise que em 1667 opôs os partidários de D. Afonso VI, aos do Infante D. Pedro, futuro D. Pedro II. Com efeito terá substituído o Secretário de Estado António de Sousa Macedo, segundo proposta do Conselho de Estado de 31 de Agosto de 1667, sendo dado também como autor das declarações de desistência e sobre a não consumação do matrimónio por parte de D. Afonso VI, no final desse ano (cf. , entre outros, António Álvaro DÓRIA, *A rainha D. Maria Francisca de Sabóia : 1646-1683 : ensaio biográfico*, Porto : Livr. Civilização, 1944, pp. 165, 228 e 261).

Não terá sido por acaso que em 1672, Diogo Henriques de VILHEGAS publicou em Lisboa *Leer sin libro...*, no qual compara a leitura com o olhar: “El leer es para perceber; el mirar una figura introduce en la misma inteligencia; con que sin libro vendré a conseguir advertencias para as normas en la vida, para aciertos en el gobierno, para obviar deslizes, y tropeieços, para introducirme en plausibles aciertos” (*Leer sin Libro. Direcciones acertadas para el gobierno ético, económico y político. Dirigido al Señor Príncipe D. Pedro el Félíce*, Lisboa: António Craesbeeck de Mello, 1672, p. 2). Cit. por Ângela Barreto XAVIER, Pedro CARDIM, Fernando BOUZA ÁLVAREZ, *Festas que se fizeram pelo casamento do rei D. Afonso VI*. Lisboa : Quetzal, 1996, p. 18.

¹³⁰⁷ Luísa d’Orey Capucho ARRUDA, “O retrato de D. João V...”, ob. cit., p. 14.

que caracterizaria todo o reinado de D. João V ¹³⁰⁸. Nos registos inferiores, o poder real é simbolicamente explicado pela representação de cada um dos monarcas em enquadramentos que legitimam esse mesmo poder, numa retórica reforçada pelas frases de cada uma das filacteras que os acompanham.

No registo inferior do retrato de D. João IV, o monarca está representado junto ao túmulo vicentino que viria ser construído para sua sepultura (obra de João Nunes Tinoco, a qual deverá ter tido certamente a participação de Luís Nunes Tinoco, como vimos), acompanhada da frase *Haec Rea QUIS MEA IN SaeCULUM SaeCULI HIC HABITABO QUONIUM ELEG. EAM. Psal 131 v.14*, que significa “esta é a minha morada para sempre”, cujo duplo sentido alude não apenas ao desejo manifestado pelo monarca em aqui ser sepultado, mas também ao *Templo de Pedra*, que David prometera construir, e à protecção divina que assim obteve para a sua dinastia, templo mítico que será edificado por Salomão, seu filho ¹³⁰⁹ (ideia que parece estar presente, também, como vimos, na arquitectura da Igreja, na forma que adopta nos contrafortes da nave central, que nos remete para o modelo do templo inferior de Salomão (Templo referido pelo próprio Luís Nunes Tinoco no seu *Elogio da Pintura* ¹³¹⁰). No painel referente a D. Pedro II, este recebe o poder das mãos de Deus, junto a um grupo de fidalgos, acompanhado do excerto bíblico *DILECTUS DEO ET HOMNIBUS eccl: 45 n2* (“Amado de Deus e dos Homens”) ¹³¹¹, justificando e sacralizando o poder usurpado a seu irmão. No painel seguinte, de D. João V, a frase *REDITE ERGO QVae SUNT CaeSARIS CaeSARI ET QVae SUNT DEI DEO* (S. Mateus, 22), com o significado de “a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”.

Centrada toda a atenção nos painéis com os retratos régios e nos que têm a Tomada de Santarém e a Tomada de Lisboa aos Mouros tem passado despercebido um

¹³⁰⁸ Luísa d’Orey Capucho ARRUDA, “O retrato de D. João V...”, ob. cit., pp. 15 e 16.

¹³⁰⁹ Luísa d’Orey Capucho ARRUDA, “O retrato de D. João V...”, ob. cit., pp. 14 e 17, nota 7.

¹³¹⁰ Cf. o que dissemos a propósito deste, no capítulo anterior

¹³¹¹ Luísa d’Orey Capucho ARRUDA, “O retrato de D. João V...”, ob. cit., pp. 16 e 17, nota 22.

outro que, quanto a nós, poderá encerrar a principal mensagem de todo o espaço. Colocado em oposição ao painel de D. João V, fornece mais uma relação significativa em todo o conjunto. Situado logo à entrada da Portaria, do lado direito, junto ao retrato de D. Afonso Henriques, está igualmente dividido em dois registos. No superior, um monge de joelhos recebe duas chaves das mãos de um sacerdote. O tema foi já identificado como sendo a portaria de um convento, muito possivelmente a do próprio Mosteiro de S. Vicente. Quanto a nós, a sua leitura, em conjunto com a da filacteria do registo inferior, remete para um significado muito mais profundo e simbólico, talvez a chave para o verdadeiro entendimento de toda a sala: a frase nele contida *NON EST HIC ALIVD DOMVS DEI ET PORTA CaeLI* gen. 28, n28, cujo significado é “ Não é outra coisa senão a Casa de Deus, e a Porta do Céu”. A frase, como a própria filacteria indica, refere-se a uma passagem do Génesis e está atribuída a Jacob, quando desperta do seu sonho, e promete erguer a Casa de Deus ¹³¹², num surpreendente percurso biográfico, em tudo semelhante ao do próprio D. Pedro II ¹³¹³. O episódio a que se alude não poderia ser mais simbolicamente ajustado, tendo em atenção a sua relação e sucessão a D. Afonso VI: a própria Raquel, mãe de Jacob e de Esaú, não escondendo a predilecção por Jacob, chegara mesmo a revelar a profecia de que o segundo, apesar de primogénito, serviria o mais novo. A frase esconde, assim, sob uma forma profética e simbólica, a legitimação do governo de D. Pedro e da sua descendência, aqui não representada pelo filho José, como relata a Bíblia, mas pelo jovem D. João V (estrategicamente colocado em frente ao painel do Sonho de Jacob),

¹³¹² Neste episódio (Genesis 28) Jacob, desperta do sonho, no qual reconhece a Casa de Deus e a escada que conduz aos Céus. Utilizando a pedra que lhe serviu de travesseiro, inicia então a construção do Templo, e transforma a cidade Luza, em Bethlem. Amplamente utilizado, ao longo da História, a dimensão simultaneamente dinástica e sagrada deste episódio parece estar presente, também, em alguns Livros de Linhagens. Veja-se, a este propósito, Pedro PICOITO, *O sonho de Jacob: sacralidade e legitimação política nos livros de linhagem*, Lisboa: Lusitania Sacra, Centro de Estudos de História Religiosa Universidade Católica Portuguesa, 1998.

¹³¹³ No *Genesis*, os capítulos 25 a 50 são dedicados à biografia de Jacob. São grandes as semelhanças que podemos encontrar entre a sua biografia, e a de D. Pedro II. Filho de Isaac e de Raquel, a sua vida foi marcada pela luta constante com o irmão gémeo, mas mais velho, Esaú. Preferido por Raquel, esta aconselha-o a sair de casa, chegando mesmo a profetizar a dependência do irmão mais velho, em relação a si. Do seus casamentos com Raquel e Lea, bem como de outras mulheres, teria doze descendentes que iriam fundar as tribos de Israel, cabendo a José, o filho preferido, a sua liderança.

cujo nome reforça a legitimação como sucessor do homónimo avô, fundador da Dinastia de Bragança. Apesar de no painel figurar já como D. João V, isto é, já depois da morte de D. Pedro II parece-nos, como já afirmámos, que a ideia do programa recua ao reinado deste último. A sucessão dinástica, centrada num filho de nome João, tinha sido logo materializada com o Infante D. João de Bragança, nascido em 30 de Agosto de 1688, e prematuramente falecido em Setembro do mesmo ano. O acontecimento foi registado, pelo próprio Luís Nunes Tinoco na sua poesia *Sentimentos de Lysia na morte do Primogenito del Rey D. Pedro II e D. Maria Sofia, escritos por Luis Nunes Tinoco, no anno de 1688*¹³¹⁴, na qual descreve a sua sepultura junto do avô (bem como a do Marquês de Marialva), e se profetiza já a prometida (e legítima) vinda de um outro herdeiro¹³¹⁵:

*(...) Inda, que a Parca Austera / Roubou a nossos olhos tanta Gloria; /
Lysia não desespera / Da Promes Divina com Memoria, / Que como em Deos
confia, / Em seo poder hum Rey Pedro se fia.*

*Repare o nosso affecto / Que ja o Luzo Império se edifica, / Se o
supremo Architecto / Primeiro enterra a Jóia, q he mais rica; / E por mor
beneficio / Faz profundo alicerce ao Edifício.*

*Qual Joam, que primeiro / Principe Precursor foi, có Mysterio / Este
nosso, outro Verdadeiro / Nos mostra, q hade vir ao Nosso Império / E se
hade ver cumprida / Nesta voz, a Palavra prometida.*

¹³¹⁴ Cf. capítulo anterior (Doc. 92 em anexo)

¹³¹⁵ Fls. 183 a 184.

*Se era Flor, se era Fructo / Que de Lysia ao Jardim dava Dilicia / A
Deos, pelo attributo / De creador, se deve esta Primícia: / Oh queira o Ceo se
veja, / Que dos futuros Dizimo este seja.*

*De Vicente no Templo / Junto ao ínclito Avó, tem Mauséolo / e ja
nisto os contemplo / Iguaes no assento nese Imperyo solo; / Se com Lugar
succinto / Na Terra hú Quarto Joaõ, com Joaõ Quinto.*

*Se obsequio peregrino / Foi de hum Leal vassallo / Injuria ao Ouro¹³¹⁶
pondo o coração fino / Aos pés reaes do singular Thezouro, / Agora / E nunca
exhausto / Melhor duplicaria esse Holocausto (...).*

Esta narrativa completa, e ajuda a entender melhor, o texto da filacteria do painel de D. João V, “ a César o que é de César e a Deus o que é de Deus ”, legitimando e, até mesmo sacralizando, o poder do seu sucessor.

Vemos, assim, como a par da grande qualidade estética que caracteriza todo o espaço, ele se impõe também pela simbologia ligada ao seu programa iconográfico, e pelo modo como aqui é abordada: ultrapassando a simples narrativa, apresenta-se como um discurso que requer mais do que uma mera receptividade por parte do observador, permitindo-nos afirmar que todo este espaço, sendo barroco pelas características estéticas, é-o também pelo sentido de jogo com que nos interpela.

Como uma poesia barroca deve ser entendida e “lida” a Portaria de S. Vicente de Fora. Tal como num *labirinto poético*, no qual as múltiplas leituras devem ser feitas a partir do centro, depois de percorridos os outros percursos (que é usado aqui

¹³¹⁶ Na margem direita: *Ao pé do tu-/mulo doSnr / Rey D. Joaõ / 4º está o coração se/pultado do / invicto Mar/quez de Marialva.*

também, como sinónimo de *tesouro, compêndio* ou *súmula*)¹³¹⁷, propomos que aqui se faça a partir do centro, assinalado pelo magnífico trabalho de embutidos de mármore policromos. A narrativa deverá, então, ser seguida não apenas nos dois percursos mais simples, sugeridos a partir da entrada (no lado esquerdo, a epopeia das conquistas de D. Afonso Henriques, no lado direito, os monarcas atrás referidos), mas, como num labirinto, nas relações cruzadas entre os diversos painéis, isto é, nos múltiplas leituras para que nos remetem os seus conteúdos. Num processo em que , tal como acontece na poesia, “ (...) *multiplicidade e mobilidade das imagens e o seu significado são o fundamento dinâmico da concepção da arte barroca, em que impera a alegoria* (...)”¹³¹⁸.

Uma outra leitura podemos entender como proposta por este *enigma*. No mesmo painel em que se apresenta a planta da Igreja a D. Afonso Henriques, um outro pormenor, também ele aparentemente insignificante, poderá fornecer-nos a pista para uma história paralela – a do afirmar de uma outra dinastia, aqui subtilmente sugerida – a dos próprios arquitectos Nunes Tinoco que, em S. Vicente, asseguram hereditariamente a transmissão de um cargo de grande prestígio - representada naquele arquitecto que protagoniza e materializa, em simultâneo, a ligação entre os dois importantes momentos históricos: enquanto apresenta a planta a D. Afonso Henriques, acompanha o desenrolar de uma obra nas vésperas, ou até mesmo já em plena Restauração.

Não andou longe da verdade José Queiroz¹³¹⁹ ao identificar o arquitecto dos painéis com João Nunes Tinoco – mais do que Herrera, Terzi, ou até mesmo Baltazar Álvares (arquitectos certamente familiares ao autor do programa iconográfico), tudo indicia tratar-se de João ou do pai, Pedro Nunes Tinoco, patriarca desta outra família.

¹³¹⁷ Ana HATHERLY, *A ciência do prodígio...*, ob. cit., pp. 82 e 86.

¹³¹⁸ Ana HATHERLY, *A ciência do prodígio...*, ob. cit., p. 70

¹³¹⁹ “Azulejos de S. Viente de Fóra”, Sep. do *Bolletino del Museo Internazionale delle Ceramiche*, fasc. 3, Faenza:1913, p. 6.

Podemos imaginar que, para além de uma retórica de afirmação de poder da Casa de Bragança, o autor do programa iconográfico propõe um hábil e subtil jogo de duplos sentidos, num programa que só Luís Nunes Tinoco, pela sua formação e percurso, estaria em posição de idealizar. Considerado o autor do Labirinto Métrico¹³²⁰, é pela sua erudição que aqui se revela totalmente como artista barroco, tal como este deve ser entendido: “ (...) *Mais do que o gosto pelo revivalismo, que é sobretudo renascentista, o que se revela aqui é o processo que costumamos designar por antológico, um gosto pelo armazenagem e selecção do saber que anuncia já o espírito dos Enciclopedistas. Sem esta chamada à erudição a alegoria não pode funcionar (...)* ”

¹³²¹

Sabemos da grande amizade que unia D. Pedro II e o Duque de Cadaval, e conhecida é também, através dos documentos por nós revelados, que grande era a ligação e protecção prestada por este a Luís Nunes Tinoco. Isto mesmo parece comprovar a sua *Efhemerida Historial*, obra inédita que revelámos no capítulo anterior, na qual agradece a protecção real (não sabemos se a D. Pedro II, ou se já a D. João V), e que integrou a *Colecção de Manuscritos* do Duque do Cadaval¹³²². Não nos custa supor, como tal, que tenha sido Luís Nunes Tinoco o verdadeiro autor de toda a iconografia pensada para a Portaria, numa narrativa que colhe, na poesia da época, as categorias narrativas necessárias para o seu entendimento. Numa viagem que nos leva “ da Poesia à Arquitectura ”.

Nenhuma obra deverá ter sido tão emblemática da História da Arquitectura Portuguesa como foi S. Vicente de Fora. Perfeitamente integrada num discurso conscientemente simbólico do poder, ela representa também o próprio discurso dessa mesma arquitectura, nos seus múltiplos aspectos e influências.

¹³²⁰ Ana HATHERLY, *A ciência do prodígio*, ob. cit., p. 100.

¹³²¹

Idem, *Ibidem*, p. 72.

¹³²² Hoje na BN, *Secção de Reservados*, Códice 13152. Cf. capítulo anterior.

Para além deste valor simbólico, que se afirma a todos os níveis, e dos quais de destacam os seus aspectos políticos e artísticos, S. Vicente revela também um outro aspecto que considerámos relevante no nosso estudo. Panteão dos Bragança, este terá sido também o “panteão artístico” de uma família de arquitectos, os Nunes Tinoco, que aqui tiveram a sua formação, maturação artística, e reconhecimento do seu valor, expressos no cargo de *Arquitecto e Mestre* que nele ocuparam. Com efeito, as aprendizagem de Pedro Nunes Tinoco (iniciada, no seio da família, no estaleiro de Santa Catarina dos Livreiros, e continuada em S. Vicente de Fora, com Baltazar Álvares), de João e de Luís foram, do ponto de vista prático, realizadas neste imenso e prestigiante estaleiro que atravessou todo o século XVII.

Apesar de toda a atenção dispensada por D. João V à obra do mosteiro vicentino, a *Real Obra de Mafra* iniciava, em 1717, um outro ciclo na arquitectura portuguesa, assumindo-se então, como novo paradigma estético e de retórica de poder. Em 1719, e de acordo com essa mesma retórica, D. João V tentava iniciar a construção de uma nova Patriarcal e de um novo Palácio em Lisboa, tendo como provável cenário o sítio de Buenos Aires, de acordo com o testemunho do autor do *Mapa de Portugal*¹³²³. Eram então chamadas pelo Rei, “à sua Real presença” as principais figuras da Corte, arquitectos incluídos, entre os quais se destacavam Frederico Ludovice e Juvarra (o tal “*D. Filippe Ibarra, principal Arquitecto Siciliano...*” de que nos fala o texto), a quem têm sido atribuídos os planos para a sua construção.

¹³²³ *Mappa de Portugal...*, ob. cit., Tomo III, pp. 193 e 194: “*Faltava ao material da Igreja a sagrada fabrica de hum edificio competente, que merecesse no magnífico o nome de Basílica, e Templo Regio Patriarcal. Preoccupado o zelo delRey com esse santissimo pensamento, mandou chamar à sua Real presença em 7 de Fevereiro de 1719 alguns Fidalgos, Ministros, e Medicos pelo que tocava à eleição de hum sítio saudavel, e arquitectos, que dirigissem a projecção da grande obra, que intentava (...) reconheciam em Buenos Aires todas as vantagens, que a Filosofia natural, e a Medicina procuravam no caso proposto. Os mais votos se dividiram, porque os Marquezes de Abrantes, e Minas, o Conde de assumar, o Padre D. Manoel Caetano de Sousa, Mons. Berger se inclinavam a edificar no terreiro do Paço. O Marquez do Alegrete, os Condes de Aveiras, Unhão, Ericeira, Valladares, e S. Lourenço, e Federico foram de parecer, que se preferisse Buenos Aires, e D. Filippe Ibarra, principal Arquitecto Siciliano, não declarou o seu voto. Com essa diversidade de pareceres ficou indeciso o projecto, contentando-se ElRey de que supposto à maneira de David não edificara na sua Corte sumptuoso Templo a Deos, como empreendera, deixava ao menos as riquezas, para que seu filho imitando a salomão o edificasse*”

Considerações finais

Oriundos de uma família de mestres pedreiros, como referimos, a nomeação de Pedro Nunes Tinoco para aprendiz conferiu um novo estatuto à família, estatuto esse que lhes assegurava também um lugar de referência no contexto profissional, no qual se posicionavam também outras famílias igualmente importantes como os Frias ou os Couto, só para citar as mais importantes. Esta ascensão de um membro ao estatuto de arquitecto assegurava-lhes ainda uma perfeita organização familiar em moldes que, para a época, podemos definir quase como empresariais: a família funcionava como um grande atelier em que o arquitecto assinava a traça, e os outros membros poderiam surgir como empreiteiros ou mesmo fiscalizando os trabalhos (como o cargo de *medidor de obras da cidade* lhes permitia desempenhar), assegurando a funcionalidade e qualidade total da obra (veja-se o exemplo de Álvaro Gomes e dos filhos Pedro Nunes Tinoco e Manuel Quaresma).

Esta dinâmica familiar permitiu-lhes também uma multiplicidade de contactos que, isoladamente ou na sequência de uma colaboração com outros elementos da mesma esfera profissional, lhes garantiu uma abrangente actividade, expressa na quantidade de encomendas que lhes foi feita não apenas no âmbito das encomendas reais, como sucedeu com os Tinoco da Silva, abrangendo uma diversificada e intensa actividade. Fruto de uma dinâmica familiar endógena com características próprias, esta dinastia de arquitectos desenhou a especificidade da arquitectura de todo o século XVII e inícios do século XVIII, razão pela qual a elegemos como o objecto do nosso estudo.

Estudando e construindo formas de abastecimento de água, construindo pontes ou cartografando o território, Pedro Nunes Tinoco é o exemplo paradigmático de como os nossos arquitectos estiveram atentos e aplicaram os ensinamentos dos grandes especialistas estrangeiros chamados a trabalhar entre nós, adquirindo uma formação que os habilitava a realizar projectos no âmbito da engenharia, preparando-os para as grandes tarefas que a Restauração lhes iria exigir, trabalhando lado a lado

Considerações finais

com uma nova vaga de técnicos que, vindos de fora, iriam ajudar a concentrar todos os esforços nas questões relacionadas com a defesa do Reino.

É vasta a intervenção de Pedro Nunes Tinoco em mosteiros e igrejas paroquiais, embora sejam escassos os vestígios materiais que chegaram até nós. Socorrendo-nos das crónicas elaboradas ao longo dos séculos, a obra de Pedro Nunes Tinoco, como é testemunhada, dá-nos o perfil de um arquitecto que junta à qualidade da traça (expressa nas formas que utiliza e num cuidado jogo de proporções, como salientam alguns cronistas) a expressividade dos materiais que emprega, tirando partido do jogo cromático de mármore polido, e dos revestimentos azulejar e em talha dourada. Em quase todos os seus projectos de natureza religiosa, mesmo nos que recorrem às mais depuradas formas são, com efeito, os jogos cromáticos dos mármore polido que utiliza que sobressaem, estabelecendo contrastes entre pilastras, capitéis, cornijas, fecho de arcos, e outros elementos arquitectónicos, contribuindo para uma maior riqueza do espaço.

Ao enorme prestígio que representou para Pedro Nunes Tinoco a sua nomeação na direcção de S. Vicente de Fora, juntavam-se agora as grandes obras do arcebispado que, reforçando a sua qualidade como arquitecto demonstradas em obras anteriores como nas campanhas de Santa Clara ou de Santa Marta, tornando-o um dos mais requisitados arquitectos do Reino.

Apesar de contrariar o rigor e o depuramento decorativo que caracterizam as suas obras, ele demonstra, pelo contrário, uma grande capacidade como arquitecto, sintetizando as mais variadas influências numa obra de carácter único. Juntando ao seu percurso uma diversidade arquitectónica que só um exímio e experiente arquitecto seria capaz de projectar...

Quanto a João Nunes Tinoco, entre as várias obras, salientámos a sua intervenção em Santarém, na Igreja de Nossa Senhora da Piedade, e em S. Vicente de Fora, embora nesta última deva ter-se limitado a seguir um plano previamente traçado (por Baltazar Álvares). Ao longo da intensa actividade que exerceu por perto de sessenta anos, conviveu com uma multiplicidade de influências que se fizeram sentir na nossa

arquitectura, tendo sido permeável à corrente que o segundo casamento de D. Pedro II traria do centro da Europa. Assim, a sua obra acusa o conflito entre os dois mundos que caracterizam a arquitectura portuguesa de então, entre a erudição maneirista e a vernaculidade da arquitectura chã.

A Luís Nunes Tinoco atribuímos a tensão entre uma arquitectura ainda de características chãs e uma ornamentação que denota uma índole própria da cultura e arquitectura barrocas. Barroca é também a mentalidade expressa num acumular de referências eruditas, num pré-enciclopedismo, na tentativa de construção de um pensamento racional, fundamentado nesse próprio saber e na importância do número e raciocínio aristotélico na raiz, mas ainda ligada a toda ao misticismo do século XVII – número é simultaneamente o representante de um misticismo que se transmite no hermetismo do pensamento do século XVII, e o caminho para o pensamento racional que se quer construir no século XVIII.

Bastante doente e aposentado desde 1718, Luís Nunes Tinoco não deverá ter estado presente na reunião de 7 de Fevereiro de 1719 na qual se discutiu a construção de uma nova Patriarcal e de um novo Palácio em Lisboa, vindo a falecer em Lisboa a 2 de Novembro do mesmo ano. Com Luís extinguiu-se não apenas a direcção dos Nunes Tinoco na gestão do grande empreendimento que, por mais de um século, constituiu a maior encomenda de iniciativa régia, mas extinguiu-se, também, o entendimento de uma profissão que tinha no seio da família a maior fonte de aprendizagem, anunciando-se já o declínio da importância da tradição familiar na transmissão de conhecimentos teóricos e práticos.

Com Luís Nunes Tinoco desapareceu uma das últimas dinastias de arquitectos a qual, durante três gerações, e por mais de um século, desempenhou um papel primordial na arquitectura portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

[Alvará de mercê] *Eu El Rey Faço saber aos q este meu Alvará virem q attendendo ao q me representou Fran.^{co} Tinoco da Silva Architeto dos Paços da Ribeira desta Cid.^e...* [Manuscrito], 9 Março 1728. Disponível em: ANTT, *Chancelaria de D. João V. Próprios*, L^o 73, fls 202v e 203 (doc. 70).

[Alvará de mercê de capela] *Dom Phellippe III faço saber aos q esta minha / carta virem que por parte do Alferes Paulo nu/nes tinoco ...* [Manuscrito], 29 Agosto 1630. Disponível em: ANTT, *Chancelaria de Filipe III*, L. 1 de Privilégios, fol. 255-255v. (doc. 42).

[Alvará de mercê de capela] *Eu El Rey faço saber q por p.^{te} de Luis Nunes / tinoco me foy apresentado hum alvara tirado do Registo / da Chr.^a de que o theor he o seguinte...* [Manuscrito], 20 Outubro 1686. Disponível em: ANTT, *Chancelaria de D. Pedro II*, L.^o 17, fls. 323v.-324 (doc. 27).

[Alvará do Príncipe Regente D. Pedro] *A Fran.^{co} da Sylva Tinoco Alvará de Tiz.^{ro} do depozito das Comendas da Caza de Aveiro Eu O Principe Ett.^a Faço saber aos que este Alvara virem ...* [Manuscrito], 28 Junho 1678. Disponível em: ANTT, *Chancelaria da Ordem de Santiago*, L^o 20, fls. 222 e 222v. (doc. 11).

[Alvará para ser armado Cavaleiro da Ordem de Cristo] *Eu El Rey como governador ett.^a mando a qualquer cavaleyro / professo da dita ordem morador no estado do Brazil a que / este meu alvara for apresentado que dentro em qualquer Igreja...* [Manuscrito], 8 Fevereiro 1630. Disponível em: ANTT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, L. 26, fol. 73v-74v. (doc. 41).

[Assento de baptismo] André Ribeiro Tinoco, filho de Pedro Nunes Tinoco... [Manuscrito], 28 Fevereiro 1611. Disponível em: ANTT, *Registos Paroquiais de Santa Catarina*, L^o 2 de Baptismos, 1591-1614, fl. 150 (doc. 51).

[Assento de batismo] Anna Vicência Tinoco, filha de Pedro Nunes Tinoco... [Manuscrito], 4 Abril 1603. Disponível em: ANTT, *Registos Paroquiais de Santa Catarina*, L^o 2 de Baptismos, 1591-1614, fl. 91v. (doc. 50).

[Assento de baptismo] Diogo, irmão de Pedro Nunes Tinoco... [Manuscrito], 4 Março 1584. Disponível em: ANTT, *Registos Paroquiais de Santa Catarina*, L^o 1 de Baptismos, 1572-1591, fl. 75v. (doc. 46).

[Assento de baptismo] Francisco Tinoco da Silva... [Manuscrito], 7 Setembro 1656. Disponível em: Arquivo Nacional Distrital de Braga, L.^o 1, Mistos, fl. 19 (doc. 55).

[Assento de baptismo] João Nunes Tinoco, filho de Pedro Nunes Tinoco... [Manuscrito], 29 Junho 1616. Disponível em: ANTT, *Registos Paroquiais de Santa Catarina*, L^o 3 de Baptismos, 1614-?, fl. 38 (doc. 52).

[Assento de baptismo] Manuel Quaresma, irmão de Pedro Nunes Tinoco... [Manuscrito], 30 Março 1586. Disponível em: ANTT, *Registos Paroquiais de Santa Catarina*, L^o 1 de Baptismos, 1572-1591, fl. 90 (doc. 47).

[Assento de casamento] *Alvaro Gomes com Graça Nunes...* [Manuscrito], 5 Julho 1578. Disponível em: ANTT, *Registos Paroquiais de Santa Catarina*, L 1 de mistos, 1572-1595, fl. 22 (doc. 45).

[Assento de casamento] *Luis Nunes Tinocho cõ D. M.^a de Aguiar e Miranda ...* [Manuscrito], 27 Fevereiro 1683. Disponível em: ANTT, *Registos Paroquiais da Freguesia de Santa Justa*, Caixa 15, L.^o 5 de Casamentos de Santa Justa, fl. 226v. (doc. 25).

Bibliografia

[Assento de óbito] *Álvaro Gomes, pai de Pedro Nunes Tinoco ...* [Manuscrito], 4 Setembro 1609. Disponível em: ANTT, *Registos Paroquiais de Santa Catarina*, L^o 2^o Mistos, (1595-1615), (Óbitos) fl. 12 (doc. 48).

[Assento de óbito] *Aos vinte e dous dias de Janeiro de mil e settecentos e trinta faleceu a Penha de frança o P.^e Francisco Tinoco foi sepultado...* [Manuscrito] 22 Janeiro 1730. Disponível em: ANTT, *Registos Paroquiais de Lisboa. Freguesia dos Anjos*, L^o 3, cx. 36, fl. 123v. (doc. 57).

[Assento de óbito] *Aos vinte e tres dias do mes Junho de mil e setecentos e dois / annos faleceu da vida prezente Diogo Tinoco...* [Manuscrito] 23 Junho 1702. Disponível em: ANTT, *Registos Paroquiais de Barcarena (Oeiras)*, L^o 1 de Óbitos, fl.71 (doc. 58).

[Assento de óbito] *No f.^l de dezembro de 632 faleceu m.^{el} / coresma...* [Manuscrito], Dezembro 1632. Disponível em: ANTT, *Registos Paroquiais da Freguesia das Mercês*, L^o 1^o de Óbitos, fl.67v. (doc. 32).

BOA MORTE, Frei Inácio de Nossa Senhora da – *Chronica do insigne e real Mosteiro de S. Vicente de Fora de Conegos Regulares de Santo Agostinho* [Manuscrito], 1761. Disponível em: ANTT, Ms. da Livraria, N^o 468.

[Carta patente] *Dom filipe etc faço saber aos que esta minha carta patente...* [Manuscrito], 9 de Junho de 1628. Disponível em: ANTT, *Chancelaria de Filipe III*, L^o 17 Doações, fl. 237 (doc. 38).

[Carta régia] *Dom Pedro ettc faço saber aos q esta minha carta virem q havendo resp.^{to} a boa informaçãõ q tenho das Letras mais p.^{tes} q concorrem no D.^{or} P.^o Nunes tinouco...* [Manuscrito], 21 Março 1682. Disponível em: ANTT, *Chancelaria de Afonso VI*, L^o 40, fls.161v.-162 (doc. 19).

[Consulta à Mesa de Consciência e Ordens] *Em carta de V. Mg.^{de} de 21 do p.^{do} escrita ao ttr.^{co} gov.^{or} V. Mg.^{de} que vio húa cons.^{ta} sobre Paullo Nunes tinoco ...* [Manuscrito], 3 Março 1629. Disponível em: ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens*, Consultas, L^o 31, fls. 85 e 85v. (doc. 39).

[Contrato] *Em nome de Deos amen saibaõ q.^{tos} esta escritura de obrigaçãõ...* [Manuscrito], 16 Junho 1682. Disponível em: ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, Livro de notas 117, fls. 29-29v. (doc. 90).

[Contrato] *Em nome de D.^s Amen Saybaó quantos este instrum.^{to} de contrato e obrigaçãõ com tempo e preço sabido...* [Manuscrito], 13 abril 1707. Disponível em: ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, Livro de notas n^o 98, fls. 63v.-64 (doc. 95).

[Contrato] *Saibaõ q.^{tos} este instrum.^{to} de obrigaçãõ e qual mais / firme seja em direito Lugar...* [Manuscrito], 27 Agosto 1667. Disponível em: ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* n^o 3 (antigo 11), Cx. 78, L^o 292, fls. 47-48 (doc. 87).

[Contrato] *Saibaõ q.tos este instrum.to de obrigaçãõ virem q no anno do nascimento de Nosso S.^r Jesus Xp.^{to} de mil e seiscentos secenta e oito...* [Manuscrito], 8 Outubro 1668. Disponível em: ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* n^o 3 (antigo 11), Cx 79, L. 294, fl.135 a 136 (doc. 94).

[Cordeamento] *Cordeam.^{to} que se fés em hum / apozento de cazas do Conde / de Sancta crus...* [Manuscrito], 16 Junho 1636. Disponível em: Arquivo Municipal de Lisboa, Núcleo Histórico, L^o de Cordeamento referente ao ano de 1636, fls. 27 a 28. (doc. 71).

COUTO, Mateus do – *Tractado De Architectura Que leo o Mestre, e Archit^o Mattheus do Couto o velho* [Manuscrito], 1631. Disponível em: Biblioteca Nacional de Portugal, *Secção de Reservados*, Cod. 946//1.

CRÓ, João do – *Livro do Armeiro-Mor* [Manuscrito], 1509. Disponível em: ANTT, *Casa Real, Arquivo da Nobreza*, L. 19, fl.92.

CRUZ, Frei Marcos da – *Catálogo dos priores do Mosteiro de S. Vicente* [Manuscrito], [1626]. Disponível em: ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, L. 149.

[Escritura] *Saybam quantos esta scrittura de distrato quitaçao e obrigaçao virem q no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e setecentos e doze annos...* [Manuscrito]. Disponível em: ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, Livro de notas nº 101, fls. 66-67 (doc. 96).

[Extinção de capela] *Dom Jose Faço saber q o Alferes Fran.^{co} Nunes / Tinoco...* [Manuscrito] 27 Junho 1777. Disponível em: ANTT, *Chancelaria de D. José I*, L.º 54, fl. 173v e 174 (doc. 33).

GODINHO, António – *Livro da nobreza e perfeição das armas dos reis christãos e nobres linhagens dos reinos e senhorios de Portugal*”, [Manuscrito], s/d. Disponível em: ANTT, *Casa Real. Arquivo da Nobreza*, Lº 20, fl. 20.

FARIA, Manuel Severino de – *Memória do Convento de S. Vicente de fora dos Conegos regrantes de Santo Agostinho* [Manuscrito], c.1604. Disponível em: Biblioteca Nacional de Portugal, *Secção de Reservados*, Cód. 7642.

[Instrução] *Instrução e ordem que hade ter o Provedor das obras de minha / caza em servir seu officio...* [Manuscrito], 11 Julho 1637. Disponível em: Biblioteca da Ajuda, BA, 51 - IX – 4, fls. 46 a 48 (doc. 73).

[Habilitação à Ordem de Cristo] *Em carta de S. M.de de 21 de fevereiro de 1629 Vy huá consulta vossa q. me enviastes sobre Paulo Nunez Tinoco...*[Manuscrito], 15 Outubro 1629. Disponível em: ANTT, *Habilitações à Ordem de Cristo*, Letra P, Maço 11, nº 32 (doc. 40).

[Habilitação de Genere] *Diz diogo tinoco da silva compatriota deste ArceB^{pdo} de Lx.^a ...* [Manuscrito] 4 Agosto 1666. Disponível em: ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa, Habilitações de Genere*, 1666, Maço 122, Pº 15 (doc. 62).

[Habilitação de Genere] *Fran.^{co} Tinoco da Silva natural da freguezia de São Cosme e São Damião de Garfe...* [Manuscrito], 27 Junho 1676. Disponível em: ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa, Habilitações de Genere*, 1676, Maço 521, Pº 4 (doc. 63).

[Habilitação de Genere] *O Bacharel Pº Nunes Tinoco filho de Joaõ Nunes Tinoco e da sua mulher Mª Prª de Souza, naturaes desta Cidade e freg.^a de Sta Anna, e neto por parte de seu Pay de Pº Nunes Tinoco, e de sua m^{er} Maria Ribrª Leitaõ...*[Manuscrito], 24 Janeiro 1678. Disponível em: ANTT, *Leitura de Bacharéis*, Letra P, Maço 2, Doc.32 (doc. 18).

Livro da Fundação do Real Convento de Carnide de Carmelitas Descalços De q é Fundadora e Padroeira a Sereniss.^a Sñra D. Maria, filha do Sereniss.^o Rey, & Sñor D. João o 4º Restaurador da liberdade Portugueza, & verdadeyro Pay da Patria. Anno de 1681, ANTT, *Convento de S. João da Cruz de Lisboa*, Lº 1.

[Memória] *De uma armação de igreja ...* [Manuscrito], s/d. Disponível em: IAN/TT, *Secção de Reservados*, ms 589, fls. 93-93v. (doc. 91).

[Mercê de capela] *Pedindo a SMg.^{de} o dº Luis Nunes Tinoco q porq fora cazado com a d.^a Adeodata Thereza Sotto Mayor lhe pertencia...* [Manuscrito], 8 Outubro 1686. Disponível em: ANTT, *Registo Geral de Mercês*, D. Pedro II, L. 1, fl. 264v. (doc. 26).

[Nomeação] *Que sirva Luis Pedro Nunes Tinoco, de Apontador do Tilheiro da Ovedoria, e Fiel da Cal...*[Manuscrito], 28 Fevereiro 1770. Disponível em: ANTT, *Intendência das Obras Públicas, Registo Geral de Provisões, Nomeações e Ordens*, L. 1, fl. 18v. (doc. 34).

[Partilha de bens] *Partilha anna p.^{ta} de sousa com joaó nunes tinoco e salvador vieira. e m.^{el} nunes* [Manuscrito], 22 Outubro 1640. Disponível em: ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa nº 15 (antigo 7A)*, Cx. 56, L. 260, fls. 3v.-5 (doc. 15).

[Petição] *Diz Pedro Nunes Tinoco q elle / Sopp.^{te} p. Bem de seus requerim.^{tos} pre/siza q V.A.R. lhe mande pasar Ao / Guarda Mor do Real Arqivo de Torre / do Tombo sertidaõ das Moradias ...*

Bibliografia

[Manuscrito], 23 Setembro 1811. Disponível em: ANTT, *Feitos Findos*, Justificações de Nobreza, mç. 30, n.º 33 (doc. 37).

[Portaria] *Dom João por Graça de Deos Rey de Portugal ettc Faço saber aos que esta minha Carta de Padraõ virem que tendo resp.^{to} aos serviços do Padre Fran.^{co} Tinoco da Silva...* [Manuscrito], 4 Março 1711. Disponível em: ANTT, *Chancelaria de João V*, Lº 58, fls. 247-248v. (doc. 69).

[Portaria de mercê] *El Rey nosso S.^{or} respeitando os serviços que o capitaõ Paulo Nunez Tinoco...* [Manuscrito], 23 Junho 1637. Disponível em: ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens*, Registo Geral de Portarias, L. 101, fol. 13v. (doc. 43).

[Processo de Habilitação a Familiar do Santo Ofício] *Luís Nunes Tinoco ...* [Manuscrito], 1698-1699. Disponível em: ANTT, *Habilitações ao Sº Ofício*, Maço 14, nº 331, Cx 3158 (doc. 44).

[Processo de Habilitação a Familiar do Santo Ofício] *Luís Pedro Nunes Tinoco ...* [Manuscrito], 24 Janeiro 1786. Disponível em: ANTT, *Habilitações ao Santo Ofício*, Luís, Maço 39, Doc. 636 (doc. 35).

[Processo de Habilitação a Familiar do Santo Ofício] *Pedro Nunes Tinoco...* [Manuscrito], 1705-1706. Disponível em: ANTT, *Habilitações ao Sº Ofício*, Pedro Nunes Tinoco, Cx. 3158, Maço 14, nº 331 (doc. 53).

[Profissão] *Professou o Irmão fr. Pedro da purificação q no mundo se chama pedro / Nunes Tinoco filho de Pedro Nunes Tinoco e de Joana Ribr^a de lemos...* [Manuscrito], 13 Maio 1638. Disponível em: BNP, *Secção de Reservados*, Cod. 8930, *Livro dos Capitulos Provinciais de Carmelitas Descalços da Provincia de S. Philippe de Portugal...1612-1808*, fl 257v. (doc. 50).

SÁ, Frei Manuel de – *Noticias do Real Conv.^{to} do Carmo de Lx.^a occid.^{al}, extraidas de varios livros impressos, e manuscritos, reduzidas a forma historica...* [Manuscrito], 1721. Disponível em: Biblioteca Nacional de Portugal, *Secção de Reservados*, Ms. iluminado nº 238.

[Testamento] *Apontamentos em forma de testamento q faso per minhas declarasois feito com meu filho Eusebio nunes o qual trato neste prensipio nas divedas q me devé e do que devo e no fim dellas tratarei do q se ade fazer por minha alma de testamento de m.^{el} Coaresma* [Manuscrito], 27 Dezembro 1632. Disponível em: ANTT, *Registo Geral de Testamentos*, Lº 9, fl. 41 a 44 (doc. 31).

[Testamento] *Em nome da S^{ma} Trind^e.P^e f.^a Espirito s.^{to} tres pessoas, e hu so Ds verdadr^e; saibão, q^{tos} este instrom^{to} virem como no anno do nascim.^{to} do nosso s.^{or} Jezus X.^{to} de 1696 annos / aos 9 dias do mês de Jan^{ro}. eu Fr.^{co} da Silva Tinoco ...* [Manuscrito], 9 Janeiro 1696. Disponível em: ANTT, *Registo Geral de Testamentos*, Lº 87, fl. 48 a 50v. (doc. 60).

[Testamento] *Testamento de Catherina Colimer. Tº Antº Ferr.^a de Lima...* [Manuscrito] 3 Setembro 1675. Disponível em: ANTT, *Registo Geral de Testamentos*, Lº 97, fls. 20-21 (doc. 61).

[Testamento] *Testam.^{to} do R.^{do} P.^e Diogo Tinoco da Sylva...* [Manuscrito], 2 Abril 1730. Disponível em: ANTT, *Registo Geral de Testamentos*, L. 195, fls. 119-120 (doc. 64).

TINOCO, João Nunes – *Livro das Praças de Portugal*, [Manuscrito], 1664/1668. Disponível em: Biblioteca da Ajuda, 52/XIV/22.

TINOCO, João Nunes – *Planta da cidade de Lisboa em q se mostrão os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar*, reprodução facsimilada da planta desenhada em 1650. Lisboa: Lith. da Imprensa Nacional, 1853. Disponível em WWW:<URL:http://purl.pt/4503>.

TINOCO, João Nunes – *Plantas e desenhos para uma igreja*, [Manuscrito]. Disponível em: Biblioteca Nacional de Portugal, Cód. 427.

TINOCO, João Nunes – *Taboadas gerais para com facilidade se medir qualquer obra do officio de pedreiro, assim de cantaria como de aluenaria, com outras varias curiozidades da geometria pratica... feitas pello architecto de Sua Mag.de João Nunes Tinoco*, [Manuscrito], 1660. Disponível em: Biblioteca Nacional de Portugal, F.R. 629.

TINOCO, Luís Nunes – *Ephemeride ...* [Manuscrito], s/d. Disponível em: Biblioteca Nacional de Portugal, *Secção de Reservados*, Códice 13152 (doc. 93a).

TINOCO, Luís Nunes – *Promptuario Poetico / Poezias Exemplares / Tomo 1º / Donde se pode tirar sentido, e cujo estilo se pode / imitar para outros semelhantes Assumptos...* [Manuscrito], s/d. Disponível em: Biblioteca Nacional de Portugal, *Secção de Reservados*, Cod. 3166.

TINOCO, Luís Nunes – *Retratos de várias aves. Tirados ao natural Anno aetatis suae 23 &c. 1666. Seguido de Outros retratos assim de Pássaros, como de animais quadrúpedes, & alguns fabulosos, & menos naturais* (27 estampas), [Manuscrito], 1666. Disponível em: Biblioteca da Ajuda, 49/II/71.

TINOCO, Luís Nunes – *Universidade moral das sciencias, e artes...* [Manuscrito], 1701. Disponível em: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, *Secção de Reservados*, Ms. 500 (doc. 93).

TINOCO, Luís Nunes – *Verdade das historias por questões em que se apontão as razões, que dão os autores sobre varias opiniões de algũas couzas, q ou se tẽ por fabulozas, ou não ha de ellas certeza constante...* [Manuscrito], 1701. Disponível em: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, *Secção de Reservados*, ms 345, fls. 97-97v. (doc. 93b).

TINOCO, Pedro Nunes – *Livro de todas as plantas e perfis das igreias e vilas do Preorado do Crato feito por Pedro Nunes Tinoco Architecto delrei n. S. E do dito Preorado* [Manuscrito], 1620. Disponível em: Seminário das Missões, Cernache de Monjardim, s/ cota.

TINOCO, Pedro Nunes – *Roteiro da Agoa liure e Agoa de monttemor e mais fontes junto a ellas / feito por ... Architecto de Sua mg.^{de} e mais pessoas que assestirão á diligensia que se fez sobre as mediçois das agoas que ã de vir a cidade de L.^o e no caminho que ande fazer ate os moinhos do vento junto a S. Roque* [Manuscrito], 1617. Disponível em: Biblioteca Nacional de Portugal, *Secção de Reservados*, Cód. 427//24.

Fontes Impressas

AMICO, Bernardino – *Trattato delle Piante et Immagini de Sacri Edifizi di Terra Santa*. Firenze: Pietro Ceconcelli, 1620.

ANDRADE LEITÃO – *Famílias de Portugal*, Tomo 20, Lisboa: [s.n.], s/d.

BARTOLI, Cosimo – *Del modo di misurare le distantie, le superficie, i corpi, le piante, la prouincie, le prospettiue, & tutte le altre cose terrenne, che possono occorrere a gli huomini, secundo le uere regole d'Euclide, & de gli altri piu lodati scrittori*, Venetia : per Francesco Franceschi Sanese, 1620.

BÖCKLER, Georg Andreas – *Architectura curiosa nova [exponens 1. Fundamenta hydragogica, indolemque aquae, aeris interventu in altum levandae. 2. Varios aquarum ac salientium fontium lusus per varia spectatu jucunda epistomiorum seu siphonum genera. 3. Magnum amoenissimorum fontium, machinarumque, aquaeductostrarum sumtu magno exstructarum, ac per Italiam, Galliam, Britanniam, Germaniam &c. visendarum, numerum; 4. Sepecus artificiales fumtuosissimas, cum plerisq'; Principum Europae o rum Palatiis, hortiiis, aulis; nec non praecipuis monasteriis atq; arcibus; 5. Cum auctario figurarum elegantissimarum, ad hortorum*

Bibliografia

topiaria vario ductu dividenda, nec non conclavium laquearibus ac pavimentis fegmentandis, itemq: Labyrinthis construendis, adhibendarum. Norimbergae : Impensis Pauli Fürsten Bibliothecopolae : typis Christophori Gerhardi, [1664].

CASTRO, P.^e Baptista – *Mappa de Portugal antigo e moderno*. 2ª ed. rev. e aumentada. Lisboa: officina Patriarcal de Luiz Ameno, 1762-1763, 3 vols.

CASTRO, Padre Francisco de – *Reformaçãõ Christãa assim do peccador como do virtuoso: composta em castelhano, pelo P. Francisco de Castro da Companhia de Jesus, natural de Granada: offerecida, e dedicada em portuguez a Jessu Christo Redemptor Nosso. Traduzido & impresso à sua custa*. Tradução de Luís Nunes Tinoco. Lisboa: na officina de Joam Galram: 1677.

CERCEAU, Androuet du – *Second livre d'architecture : Contenant plusieurs & diverses ordonances de cheminees, lucarnes, portes, fontaines, puis, & pavillons, pour enrichir tant le dedans que le dehors de tous edifices. Avec les desseins de dix sepultures toutes differentes*, Paris: De l' Imprimerie d' André Wechel, 1561.

COSTA, António Carvalho da – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*. Lisboa: Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, 1706-1712, 3 vols.

COSTA, Antonio Rodrigues da – *Embaixada que fes o Excellentissimo Senhor Conde de Villar-Maior (hoje Marques de Alegrete) (...) ao (...) Principe Philippe Guilherme Conde Palatino (...) Conduçam da Rainha Nossa Senhora a estes Reinos, festas, & applausos, com que foi celebrada sua felix vinda, & as augustas vodas de Suas Majestades*, Lisboa, Officina de Miguel Menescal, 1694.

CUNHA, D. Rodrigo da – *Constituições synodaes do Arcebispado de Lisboa. Novamente feitas no synodo diocesano que celebrou na Sé Metropolitana de Lisboa (...) D. Rodrigo da Cunha em os 30. dias de Mayo do anno de 1640. Concordadas com o sagrado Concilio Tridentino, & com o Direito Canonico, & com as Constituições antigas, & extravagantes primeiras, & segundas deste Arcebispado (...) Acabadas de imprimir, e publicadas por mandado dos muito reverendos senhores deaõ, & cabido da sancta Sé de Lisboa, Sedevacante*. Lisboa: Officina de Paulo Craesbeeck, 1656.

Definição e Estatutos dos Cavalleiros, e Freires da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, com a História da origem e princípio della. Lisboa: Pedro Craesbeeck impressor del Rey, 1628.

DUQUE DE CADAVAL, D. Jaime – *Ultimas Acções do Duque D. Nuno Álvares Pereira de Mello*. Lisboa: Officina da Musica, 1730.

ESPERANÇA, Frei Manuel da – *História Seráfica da Ordem de S. Francisco*, volume 2, Lisboa: Off. de Domingos Gonçalves: 1735.

FARIA, Manuel Severim de – *Notícias de Portugal escritas por ...em que se declarão as grandes commodidades, que tem para crescer em gente, industria, commercio, riqueza e forces militares por mar, e terra, as origens de todos os appellidos e armas das famílias nobres do Reyno, as moedas, que correrão nesta província do tempo dos romanos até ao presente, e se referem varios elogios de principes, e varoens illustres portuguezes/acrescentadas pelo P. D. Jozé Barbosa*. 2ª Edição, Lisboa Occidental: 1740.

FIGUEIREDO, Manoel de Andrade, *Nova Escola para aprender a ler, escrever, e contar. Offerecida á Augusta Magestade do Senhor Dom Joaõ V. Rey de Portugal. Primeira parte /*

por Manoel de Andrade de Figueiredo, *Mestre desta Arte nas cidades de Lisboa Occidental, e Oriental*. Lisboa Occidental : na Officina de Bernardo da Costa de Carvalho, Impressor do Serenissimo Senhor Infante, 1722.

FRANCO, Padre António – *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus, Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu na Corte de Lisboa em que se contem a fundaçam da Caza & os Religiosos da virtude, que em Lisboa forão noviços...* Coimbra: no Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1717.

JESUS, Frei Luís – *Historia Miscellanea, que comprehende a fundação dos Religiosos Descalços de Santo Augustinho da Villa de Santarém*. Lisboa occidental: na officina de Pedro Ferreira, 1734.

LABACCO, Antonio – *Libro d'Antonio Labacco appartenente a l'architettura : nel qual si figurano alcune notabili antiquta di Roma*. [Venezia] : Bolognini Zalterii Formis, 1570.

MARIA, Frei José de Jesus – *Chonica de Carmelitas Descalços Particular do Reyno de Portugal e Provincia de S. Filippe do Reyno*. Tomo III. Lisboa: Officina de Bernardo Antonio de Oliveira, 1753.

MENEZES, Dom Luís de, *Historia de Portugal restaurado : offerecida ao Serenissimo Principe Dom Pedro Nosso Senhor / escrita por Dom Luis de Menezes Conde da Ericeyra, do Conselho de Estado de S. Alteza, seu Vêdor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c., tomo I [-II]*. Lisboa : na Officina de Joaõ Galraõ, 1679.

PRADO, Dom Jacinto de Agular y – *Certissima relacion de la entrada que hizo su Magestad, y sus Altezas en Lisboa; y de la jornada que hizieron las galeras de España, y de Portugal, desde el Puerto de Santa Maria, hasta la famosa ciudad de Lisboa. Donde se refiere las prevenciones, fiestas, y grandezas que hizieron en ella, y otras muchas cosas notables, sucedidas en esta facion*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1619.

Regimento da Bulla da Santa Cruzada, Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1696.

S. ANNA, Frei Belchior de – *Chronica de Carmelitas Descalços Particular do Reyno de Portugal e Provincia de Sam Flippe*. Tomo I, Lisboa: Officina de Valente de Oliveira, 1657.

SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Santuário Mariano, e Historia das Image[n]s milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente apparecidas, em graça dos Prêgadores, & dos devotos da mesma Senhora... / Fr. Agostinho de Santa Maria, Exdefinidor Géral da Congregação dos Agostinhos Descalços deste Reyno....* Lisboa : na Officina de Antonio Pedrozo Galrao, 1707-1723.

SANTA MARIA, Dom Nicolau de – *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho: primeira [-segunda] parte : dividida em VI. livros pello P. Dom Nicolao de S. Maria, natural de Lisboa, Conego Regrante, & Chronista da Congregação de S. Cruz de Coimbra*. Lisboa: Officina de Joam da Costa, 1668.

SERLIO, Sebastiano – *Il primo [-quinto] libro di architettura*. Venezia: Melchiorre Sessa, 1551.

SOUSA, Francisco Luís Pereira de – *O Terramoto do 1.o de Novembro de 1755 em Portugal e um Estudo Demográfico. Vol. III – Distrito de Lisboa*. Lisboa: Tipografia do Comércio, 1923.

SOUZA, D. António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa occidental: Officina Joseph Antonio da Sylva, 1735-1749, 14 vols.

TELLES, Baltazar – *Chronica da Companhia de Jesus em Portugal*, Tomo II. Lisboa: Officina de Paulo Craesbeck, 1647.

TYNOCO, Eusebio Nunes – *Sermaõ q. Pregou o Reverendo Padre Frey Manoel das Chagas, Religiosos da sagrada Ordem de Nossa Senhora do Carmo, no seu Convento de Lisboa*,

Bibliografia

Sabbado 29 de Novembro, na solemnidade que Sua Magestade mandou fazer ao Sanctissimo Sacramento, que no mesmo dia esteve exposto: offerecido a Serenissima Princesa pello Padre Eusebio Nunes Tynoco, sobrinho do autor. Lisboa: Pedro Craesbeeck, Lisboa 1637.

VASCONCELOS, Inácio da Piedade e – *História de Santarém Edificada que dá Notícia da sua Fundação, e das couzas mais notáveis nela sucedidas.* Lisboa occidental: na logea de Jozé Francisco Mendes, a diante da Igreja da Magdalena: e na de Antonio Costa defronte da Igreja da Boa Hora, 1740.

VIGNOLA, Giacomo Barozzi – *Delli cinque ordini d'architettura di M. Iacomo Barozzio da Vignola.* [Venezia]: Bolognini Zalterii Formis, 1570.

Outras fontes e obras de consulta

ACADEMIA NACIONAL DE BELAS ARTES – *Inventário Artístico de Portugal*, 13 volumes, Lisboa: ANBA, 1943-1995.

ALBUQUERQUE, Luís de – *A "Aula da Esfera" do Colégio de Santo Antão no século XVII*, Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1972.

ALBUQUERQUE, Luís de – *A geometria em Portugal no início do século XVIII*, [S.l.]: [s.n.], 1986. (Lisboa : Tip. Silvas)].

ALBUQUERQUE, Luís de – “Origem da profissão de engenheiro em Portugal”, *Sep. Bol. Ordem dos Engenheiros*, 2, Lisboa : Ordem dos Engenheiros, 1967, pp. 5-11.

ALMADA, Mácia – *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos do século XVIII.* Belo Horizonte: [s.n.], 2011. Tese de Doutoramento em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Inventário dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América.* Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros.

ALVAREZ, Fernando Bouza – *Cartas para duas infantas meninas: Portugal na correspondência de D. Filipe I para as suas filhas (1581-1583)*, apresentação de António Hespanha, tradução Nuno Senos, revisão científica e Pedro Cardim. 1ª ed., Lisboa: D. Quixote, 1999.

ALVAREZ, Fernando Jesús Bouza – “ Lisboa Sozinha, quase viúva. A cidade e a mudança da Corte no Portugal dos Filipes”, *Penélope. Fazer e desfazer a História*, 13, Lisboa, 1994, pp. 71-93.

ALVAREZ, Fernando Jesús Bouza – *Portugal no tempo dos Filipes : política, cultura, representações, 1580-1668*, Lisboa: Cosmos, 2000.

ALVAREZ, Fernando Jesús Bouza – “Retórica da Imagem Real. Portugal e a Memória Figurada de Filipe II”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, 4, Lisboa, Novembro de 1989, pp. 19 a 58.

ALVES, Joaquim Jaime Ferreira – “Elementos para a história das sociedades entre mestres pedreiros nos séculos XVII-XVIII”. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto: 1992, pp. 337-355.

ARAÚJO, Norberto de – *Peregrinações em Lisboa*, Vol. 1, Livro 5, Lisboa: Parceria A. M. Pereira, [s.d.].

ARAÚJO, Norberto de, LIMA, Durval Pires de – *Inventário de Lisboa*, Fascículo 11, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1956.

ARRUDA, Luísa d'Orey Capucho – “Retrato azul e branco de D. João V”. *Monumentos*, nº 2, Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Março 1995, pp. 33-38.

ARRUDA, Luísa d'Orey Capucho – “O retrato de D. João V na portaria de S. Vicente de Fora: um retrato barroco azul e branco”. *Claro-Escuro-Revista de Estudos Barrocos*, nº 2-3, Lisboa: Quimera, 1989, pp. 13-18.

Arte efémera em Portugal, PEREIRA, João Castel-Branco (coord.), GOMES, Ana Cristina Cardoso da Costa (co-aut.), CORREIA, Ana Paula Rebelo, DIAS, João Carvalho, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

ARTUR, Antonio-Paulo Ubieta, “Aportações à Biografia de João Baptista Lavanha”, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXVI, 1991.

ATAÍDE, Manuel Maia – “A Igreja de Santa Engrácia”. In: MOITA, Irisalva (dir.) – *Livro de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 283-292.

ATAÍDE, Manuel Maia (dir.) – *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, 3 vols. Lisboa: Junta Distrital, 1975-1996.

BARBOSA, Inácio de Vilhena – *Monumentos de Portugal. Históricos, Artísticos, e Archeológicos*. Lisboa: Castro Irmão Editores, 1886.

BATTELLI, Guido, COELHO, Henrique Trindade – *Filippo Terzi architetto e ingegnere militare in Portogallo (1577 – 97)*. Firenze: Tip. Alfani e Venturi, 1935.

BOIÇA, M.F., BARROS, Maria de Fátima Rombouts de – *O Palácio e a Quinta dos Aciprestes*, Oeiras: Fundação Marquês de Pombal, 2007.

BONIFÁCIO, Horácio, *Polivalência e contradição. Tradição seiscentista: o barroco e a inclusão de sistemas ecléticos no séc. XVIII: a segunda geração de arquitectos*. Lisboa: [s.n.], 1990. Tese de doutoramento em História da Arquitectura, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.

BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira – “Tinocos”, PEREIRA, José Fernandes (dir.), PEREIRA, Paulo (coord.), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Ed. Presença, Lisboa: 1989, p.483.

BORGES, Nelson Correia – *A Arte nas Festas do casamento de D. Pedro II*, Porto: Paisagem, 1982.

BORGES, Nelson Correia – *História da Arte em Portugal. Vol. 9. – Do Barroco ao Rococó*, Lisboa: Publicações Alfa, 1987.

BOUZA, Fernando, MATOS, Artur Teodoro de (coord. Cient.), COSTA, João Paulo Oliveira e (colab.), CENTRO DE ESTUDOS DOS POVOS E CULTURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA – *D. Filipe I*, [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2010.

BRAGA, Isabel Drumond – “Para Triunpho da Fé e Mayor Gloria de Deos: o Cadafalso do Auto da Fé de Lisboa de 1698 segundo o Projecto do Architecto Luis Nunes Tinoco”, *Artis*, Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, 4, 2005, pp. 191-204.

BRAGA, Paulo Drumond – *D. Pedro II 1648-1706: uma biografia*. Lisboa: Tribuna, 2006.

BRANCO, Padre Carlos Alberto da Silva – “Igreja de Nossa Senhora da Encarnação: viagem no tempo, convento de Carmelitas Descalços”. *Olhalvo: Paróquia de Olhalvo*, Janeiro 1994.

Bibliografia

BRANCO, Ricardo Lucas de Sousa – *Italianismo e contra-reforma: a obra do arquitecto Baltazar Álvares em Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2008. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

BRAZÃO, Eduardo – *O casamento de D. Pedro II com a Princesa de Neuburg: documentos diplomáticos*. Coimbra, Coimbra Editora, 1936.

BRAZÃO, Eduardo – “Ditos, e acções da R.^a D. Luiza”. *Revista Ocidente*, vol VIII, pp. 427-430.

BRAZÃO, Eduardo – “A recepção de uma rainha – festas lisboetas no século XVII”. *Boletim Cultural e Estatístico*, vol. 1, nº 2, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Abril-Junho 1937, pp. 185-200.

BUSTAMANTE, Augusto, MARÍAS, Fernando – “Francisco de Mora y La arquitectura portuguesa”. *Relações Artísticas entre Portugal e Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos, As relações artísticas entre Portugal e Espanha na época dos descobrimentos*, II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte, Coimbra: Livraria Minerva, 1987, pp. 298-312.

CAEIRO, Baltazar Matos – *Os conventos de Lisboa*. Lisboa: Distri, 1989.

CAETANO, Joaquim Oliveira, SOROMENHO, Miguel (org.) – *A ciência do desenho: a ilustração na colecção de códices da Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN, 2001.

CALADO, Margarida – *Azeitão*. 1.^a Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

CALADO, Maria Margarida Barradas – *Arte e Sociedade no Tempo de D. João V*. Lisboa: [s.n.], 1996. 2 vols. Tese de Doutoramento em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

CÂMARA, Alicia, MOREIRA, Rafael, VIGANÒ, Marino – *Leonardo Turriano : ingeniero del rey*. Transc. Y notas de Daniel Crespo Delgado. Madrid: Fundación Juanelo Turriano, 2010.

CARDEAL SARAIVA – *Lista de alguns artistas portugueses*, Lisboa: [s.n.], 18??.

CARDIM, Pedro António Almeida – *O poder dos afectos* [Texto policopiado]: *ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: [s.n.], 2000. Tese de Doutoramento em História Cultural e das Mentalidades Modernas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

CARITA, Rui, FREITAS, Maria Teresa Homem de Gouveia Figueira (coord.) – *O Colégio dos Jesuítas do Funchal*. Funchal: Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional de Educação, 1987.

CARITA, Rui – “Os engenheiros-mores na gestão do Império: a Provedoria das Obras dos meados do século XVI”. In: ROSSA, Walter, ARAÚJO, Renata, CARITA, Helder (org.) – *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: C.N.C.D.P., 2001, pp. 393-405.

CARVALHO, Ayres de – *Catálogo da Colecção de Desenhos da BNL*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1977.

CARVALHO, Ayres de – “Documentário artístico do primeiro quartel de Setecentos exarado nas notas dos vários tabeliães de Lisboa”, *Bracara Augusta*, vol. XXVII, nº 63(75), 1973, pp. 131-212.

CARVALHO, Ayres de – *D. João V e a Arte do seu Tempo* (2 Vols.), Lisboa: ed. Autor, 1960-62.

CARVALHO, Ayres de – “Novas Revelações para a História do Barroco”. *Sep. Belas Artes*, 2.^a série, nº 20, 1964.

- CARVALHO, Ayres de – *As Obras de Santa Engrácia e os Seus Artistas*, Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1971.
- CARVALHO, J. M. Teixeira – *A cerâmica coimbrã*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.
- CASTEL-BRANCO, Fernando – “Lisboa maneirista: a renovação urbana: o Bairro Alto”, In: MOITA, Irisalva (dir.) – *Livro de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 219-226.
- CASTEL-BRANCO, Fernando – *Lisboa Seiscentista*, Lisboa: Livros Horizonte, 1956.
- CASTELO-BRANCO, Cristina – *An Analysis and Restoration Proposal for a Seventeenth Century Garden*. Boston: [s.n.], 1989. Dissertação de Mestrado.
- CASTILHO, Júlio – *Lisboa Antiga – bairros orientais*. 2ª ed. Revista e ampliada pelo autor com anotações de Augusto Vieira da Silva. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1935-1938, 12 vols.
- CASTILHO, Júlio – *A Ribeira de Lisboa*. 3ª ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1954-1966, 5 vols.
- CEBALLOS, Allonso Rodriguez de – *La Arquitectura de los Jesuitas*, 1ª Edição, [Madrid]: Edilupa, 2002.
- COELHO, Maria Helena Cruz, SANTOS, Maria José Azevedo – *De Coimbra a Roma: uma viagem em meados de 500*. Coimbra: Coimbra Editora, 1990.
- COELHO, Teresa de Campos – “Lisboa, a cidade «d’escrita»”, in *Actas do Colóquio Literatura e História*, Lisboa: Universidade Aberta, 2002, pp. 301-310.
- COELHO, Teresa de Campos – “Concursos para o lugar de arquitecto das Ordens Militares no séc. XVIII”, *Pedra e Cal - Revista Gecorpa*, Setembro 2002, pp. 26-29.
- COELHO, Teresa de Campos – “Um Concurso para Provisão do Lugar de Arquitecto das Ordens Militares”, *Monumentos*, nº 7, Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1997, pp. 102-107.
- COELHO, Teresa de Campos – “A Igreja dos Navegantes: notável exercício de geometria”, *Monumentos*, nº 31, Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Junho de 2011, pp. 76-83.
- COELHO, Zulmira – “Chagas, Frei Manuel”. In: MACHADO, Álvaro Manuel (dir.), *Dicionário da Literatura Portuguesa*, Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 126.
- CORRÊA, Fernando Cecílio Calapez – *A Cidade e o Termo de Lagos no período dos Reis Filipes*, Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1994.
- CORREIA, J. M. Silva, GUEDES, Natália Brito Correia – *O Paço Real de Salvaterra de Magos*, 1.ª edição, Lisboa: Livros Horizonte, 1989.
- CORREIA, José Eduardo Horta – “A arquitectura – maneirismo e «estilo chão»”. In: SERRÃO, Vítor – *História da Arte em Portugal. Volume 7*. Lisboa: Alfa, 1986, pp. 92-135.
- CORREIA, José Eduardo Horta – *Arquitectura portuguesa: renascimento maneirismo e estilo chão*. 1ª ed. Lisboa: Presença, 1991.
- CORREIA, Virgílio – “Notícias sobre a topografia do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra extraídas de manuscritos do antigo cartório”. In: CORREIA, Virgílio – *Obras*. Vol. 1. Coimbra: Universidade, 1946, pp. 247-261.

Bibliografia

CORTESÃO, Armando, TEIXEIRA DA MOTA, Avelino – *Portugaliae monumenta cartographica*, Apresentação e notas de Alfredo Pinheiro Marques. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1987.

COSTA, Leonor Freire, CUNHA, Mafalda Soares da – *D. João IV*, 1a ed. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2006.

COUTINHO, Maria João Pereira – *A produção portuguesa de obras de embutidos de pedraria policroma (1670-1720)*. Lisboa: [s.n.], 2010. 3 vols. Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Pref. António Pedro Pita, fotografia de Pedro Medeiros. Coimbra: Direcção Regional de Cultura do Centro, 2011.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes – *O Renascimento em Coimbra: modelos e programas arquitectónicos*. Coimbra: [s.n.], 2002. Tese de Doutoramento em História da Arte, Universidade de Coimbra.

DÁ MESQUITA, Marieta – *História e arquitectura uma proposta de investigação : o Palácio dos Marqueses de Fronteira com situação exemplar da arquitectura residencial erudita em Portugal* [Texto policopiado] Lisboa : [s.n.], 1992. Tese de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.

DÁ MESQUITA, Marieta – “Palácio Fronteira. Um Percurso Arquitectónico”, *Monumentos*, nº 7, Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1997, pp. 9-13.

DEMERSON, Paulette – “Correspondance diplomatique de François Lanier, résidant de France à Lisbonne 1642-44”. *Arquivos do Centro Cultural Português*, 1994-96, vol. XXXIII, p. 812.

DIAS, Carlos Malheiro – “A velha Igreja dos Anjos: um templo que desaparece”. *Ilustração Portuguesa*. Série II, vol. 4, nº 76, pp. 169-170.

DIAS, Paulo Jorge Monteiro Henriques da Silva – *Real Panteão dos Braganças: arte e memória* [Texto policopiado]. Lisboa : [s.n.], 2002. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

DIAS, Pedro – *Coimbra: guia para uma visita*. Coimbra: Dias & Maleitas, 1977.

DIAS, Pedro – *A Viagem das Formas. Estudos sobre as Relações Artísticas de Portugal com a Europa, a África, o Oriente e as Américas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

DINIS, Filipe Blanch – “A Igreja do Menino Deus”. *Vértice*, 3, Junho de 1998.

DINIZ, Tânia Maria Pinto Pereira – *A Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso* [Texto policopiado]. Lisboa: [s.n.], 2004. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

ERICEIRA, Conde de – *História de Portugal Restaurado*. Anotação e prefácio de António Álvaro Dória. Nova edição. 4 vols. Porto: Civilização, 1945-1946.

ESPANCA, Túlio – “Documentos Notariais Inéditos e Artistas Alentejanos dos Séculos XVI-XVII”, *Cidade de Évora*, Nº 67-68, 1984-1985.

ESPANCA, Túlio – *Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1966.

História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa, na qual se dá notícia da fundação e fundadores das instituições religiosas, Igrejas, Capelas e Irmandades desta cidade, Tomo II, Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa, 1950-1972.

- FERRÃO, Leonor – “Antunes, João”. In: TURNER, Jane (dir.) – Dictionary of Art. Vol 2. New York: Grove, 1996, pp. 188-190.
- FERRÃO, Leonor – “Lisboa barroca: da Restauração ao terramoto de 1755: desenvolvimento urbanístico: os palácios e os conventos”. In: MOITA, Irisalva (dir.) – *Livro de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 239-282.
- FERRÃO, Leonor – *A Real Obra de Nossa Senhora das Necessidades*, Lisboa: Quetzal, 1994.
- FERREIRA, Luís Nazaré, “A Devoção de Nossa Senhora da Piedade de Santarém”, in *Igreja da Nossa Senhora da Piedade, Santarém : história e património*, Santarém: APRODER - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo : Diocese-Paróquia do Divino Salvador-Sé, 2008
- FERREIRA, Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva – *A talha barroca de Lisboa (1670-1720): os artistas e as obras*. Lisboa: [s.n.], 2009. Dissertação de doutoramento em História (História de Arte, Património e Restauro), Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa: Biblioteca Breve, 1980.
- FRANÇA, José-Augusto – *O retrato na arte portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.
- FRANCO, Anízio (coord.) – *Jerónimos 4 Séculos de pintura*. Lisboa: Mosteiro dos Jerónimos, 1992.
- FREITAS, Maria Brak-Lamy Barjona – “Os livreiros da Lisboa quinhentista”, *Revista Municipal*, Ano XIII, nº 54, Lisboa, 3º trimestre de 1952, pp. 5 -25.
- GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, IX Volume, Tomo XXVII, [Braga]: Agostinho de Azevedo Meireles e Domingos de Araújo Afonso, 1941.
- GOMES, Paulo Varela – “A arquitectura: um tipo único de Igreja. A importância da planta centralizada da Igreja do Menino Deus”. *Reabilitação Urbana- Publicação da Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa* (Intervenção de conservação e restauro Igreja do Menino Deus). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Reabilitação Urbana, 1, 2005, pp. 95-104.
- GOMES, Paulo Varela – *A Cultura Arquitectónica e artística em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Caminho, 1988.
- GOMES, Paulo Varela – *O Essencial sobre a arquitectura Barroca em Portugal*. Lisboa: INCM, 1987.
- GOMES, Paulo Varela – *Igrejas de planta centralizada em Portugal no século XVII. Arquitectura, religião e política*. Porto: FAUP – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001.
- GONÇALVES, Iria – “Onomástica pessoal da Lisboa de quinhentos”. *Sep. Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, II Série, 79-80, 1973-1974.
- GONÇALVES, J. Cardoso – *O missal pontifical de Estevam Gonsalves Netto : subsidios para o estudo deste célebre códice iluminado do século XVII*. Prefácio de Gustavo Matos Sequeira. Lisboa : Tip. do Comércio, 1927.
- GONÇALVES, J. Cardoso – *Uma jóia da iluminura portugues : o Missal Pontifical de Estevão Gonçalves Neto*, Gaia: Pátria, 1931.
- GONÇALVES, J. Cardoso – *Mais algumas achegas para a biografia de Estêvão Gonçalves Neto*, [S.l. : s.n.], 1936.

Bibliografia

GONÇALVES, Susana – *A arte do retrato em Portugal no tempo do barroco 1683-1750: conceitos, tipologias e protagonistas*. Lisboa: [s.n.], 2012. Tese de Doutoramento em História (Especialidade Arte, Património e Restauro), Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

GRACIÁN, Lorenzo (pseud. de Baltasar Gracián) – *El criticón : primera [-tercera] parte. En la primavera de la niñez, y en el estío de la juventud*, Lisboa: en la oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1656.

GRANADOS, Juan de Ávila Gijón – “La bibliografía de la Orden Militar de Cristo (Portugal). Del manuscrito al soporte electrónico”. *Via spiritus*, 9, Porto: Faculdade de Letras, 2002, pp. 349-428.

GUEDES, Livio da Costa – *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII : a descrição de Alexandre Massai (1621)*. Prefácio de Carlos Bessa. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1988.

HATHERLY, Ana – “O divertimento proveitoso: enigmas barrocos portugueses”, *Sep. Colóquio. Artes*, 76, Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

HATHERLY, Ana – *A experiência do prodígio: bases teóricas e antologia de textos-visuais portugueses dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

HATHERLY, Ana – *O ladrão cristalino: aspectos do imaginário barroco*, 1ª ed., Lisboa: Cosmos, 1997.

HATHERLY, Ana – “Para uma arqueologia da poesia experimental: anagramas portuguesas do século XVII”, *Sep. Colóquio Artes*, 40, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

HATHERLY, Ana – *Poemas em língua de preto dos séculos XVII e XVIII*, 1ª ed. Lisboa: Quimera, 1990.

HATHERLY, Ana – *Poesia incurável: aspectos da sensibilidade barroca*, 1ªed. Lisboa: Estampa, 2003.

HATHERLY, Ana – *A reinvenção da leitura: breve ensaio crítico seguido de 19 textos visuais*, Lisboa: Futura, 1975.

HEINTZE, Beatrix – *Fontes para a História de Angola do século XVII*. Transcrição dos documentos em colaboração com Maria Adélia de Carvalho Mendes. Stuttgart: Franz Steiner Verlag Wiesbaden, 1985.

História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa. Edição de Durval Pires de Lima. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950-1972. 2 vols.

HOLANDA, Francisco d’ – *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*. Introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

JONG, Krista de – “A Arte da festa em Portugal e nos Países Baixos meridionais, no século XVI e no início do século XVII”. In: MOREIRA, Rafael, (comm.), *Portugal et Flandres: Visions de L’Europe (1550-1680)*. Bruxelas: Europália, 1991, pp.85-101.

KUBLER, George – *A arquitectura portuguesa chã: entre as especiarias e os diamantes, 1521-1706*. Tradução de Jorge Henrique Pais da Silva. Prefácio à edição portuguesa de José Eduardo Horta Correia. Lisboa: Vega, 1988.

KUBLER, George – *A forma do tempo*. Tradução de José Vieira de Lima. 1ª ed. Lisboa: Vega, 1991.

LAMEIRA, Francisco – *O retábulo em Portugal: das origens ao declínio (coleção promontória monográfica história da arte 01)*. Faro: Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve e centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2005.

LAMEIRA, Francisco, SERRÃO, Vítor – “O Retábulo Proto-Barroco da capela do Antigo Paço Real de Salvaterra de Magos (c.1666) e os seus autores”. *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*, Porto, 2001, pp. 215-226.

LAVANHA, João Baptista – *Viagem da catholica real magestade del rey D. Filipe II N. S. ao reyno de Portugal*. Madrid: Thomas Tunti, 1622.

LEITÃO, Henrique, *A Ciência na “Aula da Esfera” no Colégio de Santo Antão. 1590- 1759*. Lisboa: Comissariado Geral das Comemorações do V Centenário do Nascimento de S. Francisco Xavier, 2007.

LIMA, Carlos Manuel Ruão da Costa – *O Eupalinos Moderno: teoria e prática da arquitectura religiosa em Portugal: (1550-1640)*. Coimbra : [s.n.], 2006. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a El Rei Nosso Senhor no ano de 1565: documentos para a história da cidade de Lisboa / [ed. lit.] Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: C.M.L., 1947.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Casa, corte e património das rainhas de Portugal (1650-1754): poder, instituições e relações sociais*. Lisboa: [s.n.], 1999. Tese de Doutoramento em História Moderna, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal (coord. cient.), MATOS, Artur Teodoro de Matos (coord. cient.), COSTA, João Paulo Oliveira (colab.) – *D. Pedro II : o pacífico (1648-1706)*, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa. 5a ed. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2011.

MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana historica, critica e cronologica*, Tomo 3, Lisboa Occidental: na Officina de Ignacio Rodrigues, 1752.

MACHADO, Cirillo Volkmar – *Collecção de memórias relativas às vidas dos Pintores, e Escultores, Architectos, e Gravadores Portuguezes, E dos Estrangeiros, que estiverão em Portugal*. 1ª ed. Lisboa: na Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva, 1823.

MAGALHÃES, Isabel Allegro de Magalhães (ed. lit.), HATHERLY [et al.], *Literatura panfletária e satírica*, Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação e Bolsas, 2005.

MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – *L’Image ornementale et la littérature artistique importées du XVI.^{ème} siècle, un patrimoine méconnu des bibliothèques et musées portugais*. Porto: CMP, 1983.

MANUEL, C., “Tinoco”. *Grande Enciclopédia Luso-Brasileira*, Edição do século XXI, Braga: 2003, Tomo 17, p. 1560.

MARTINS, Fausto, *A Arquitectura dos Primeiros Colégios Jesuítas da Companhia de Jesus em Portugal: 1542-1759*, Dissertação de Doutoramento, Porto: 1994.

MARTINS, Fausto Sanches – “Culto e Devoções dos Jesuítas em Portugal”. *Actas do Colóquio Internacional A Companhia de Jesus na Península Ibérica nos séculos XVI e XVII, espiritualidade e cultura*, Maio 2004, Vol. I, pp. 89-117.

Bibliografia

MARTINS, Fausto Sanches – “Trono Eucarístico do Retábulo Barroco Português: Origem, Função, Forma e Simbolismo”. *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto - Governo Civil do Porto, 1991, vol. 1, pp. 17-58.

MARTINS, Francisco d’Assis d’Oliveira, *O Convento de S. João da Cruz de Carmelitas Descalços de Carnide na Historiografia Portuguesa*, Lisboa [s.n.]: 1977.

MATIAS, Elze M. H. Vonk – *A Academia dos Generosos : uma academia ou uma sequência de academias?* Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.

MATIAS, Elze M. H. Vonk – *Academias literárias portuguesas dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: [s.n.], 1988. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

MATIAS, Elze M. H. Vonk – *Guia ilustrativo das Academias Literárias Portuguesas dos séculos XVII e XVIII* [Texto policopiado] Lisboa: [s.n.], 1995.

MATOS, José Sarmiento de – *Lisboa – Um passeio a Oriente*. Lisboa: Parque Expo'98: 1994.

MATOS, José Sarmiento de, PAULO, Jorge Ferreira – *Caminho do Oriente: guia histórico*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999.

MATOS, Rui Manuel da Silva – *A arquitectura religiosa de planta centralizada no Renascimento* [texto policopiado]. Lisboa: [s.n.], 1996. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Universidade do Minho.

MECO, José – “Lisboa Barroca: da Restauração ao Terramoto de 1755. A Talha e o Azulejo na valorização da Arquitectura”. In: MOITA, Irisalva (coord.) – *O Livro de Lisboa*, Lisboa: 1994, pp. 313-342.

MECO, José – “Manuel dos Santos”. *Sep. Boletim cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, 3ª série, nº 86, Lisboa, 1980.

MEDEIROS, Filipa – “O engenho e a arte” de Camões nos emblemas das festas que se fizeram pelo casamento del Rey D. Affonso VI”. *Imago. Revista de emblemática e cultura visual* , nº 4, Valência: Sociedad Española de Emblemática, 2012, pp. 79-95.

MEGIANI, Ana Paula Torres – “Entre Arcos Triunfais e Fogos de Artifício: Práticas Festivas Efémeras e o Diálogo dos Poderes nas Visitas Régias dos Filipes a Lisboa (1581-1619)”, In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.), *Colóquio Internacional Sons, Formas, Cores e Movimentos na Modernidade Atlântica – Europa, Américas e África*, Belo Horizonte, 2005, pp. 137-159.

MELLO, Magno Moraes – “O figurista Jerónimo da Silva e a pintura barroca na Igreja de Nossa Senhora da Pena em Lisboa”. *Revista de História da Arte e Arqueologia-Universidade Estadual de Campinas-Departamento de História*, nº 17, Janeiro-Junho 2012, pp. 49-63.

MELLO, Magno Moraes – *A pintura de tectos em perspectiva no Portugal de D. João V*. 1ª ed. Lisboa: Estampa, 1998.

MOITA, Irisalva (sel e inv.) – *D. João V e o abastecimento de água de Lisboa*. 2 vols. Introdução de João Soares. Lisboa: Câmara Municipal, 1990.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos”. In: MATTOSO, José (dir.), MONTEIRO, Nuno Gonçalo(coord.) – *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*. Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores, 2011, pp. 130-158.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Casa e linhagem : O vocabulário aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII”. *Sep. Penélope*, [S.l. : s.n.]: 1993, nº 2, pp. 43-63.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “ Casamento, celibato e reprodução social : a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII”. *Sep. Análise Social*, nº 28, Lisboa : [s.n.], 1993, pp. 921-950.

MORAES, Alexandre José de Mello, SILVA, Ignácio Accioli de Serqueira e – *Memórias diárias da guerra do Brasil por espaço de nove annos: começando em 1630, deduzidas das que escreveu o Marquez de Basto, Conde e Senhor de Pernambuco*, Rio de Janeiro: Tipografia de M. Barreto, 1885.

MOREIRA, Rafael – “Andrea Sansovino au Portugal (1492-1501)”. *Revue de l’Art*, nº 133, 2001, pp. 33-38.

MOREIRA, Rafael – “Arquitectura”. In: *Catálogo da XVII Exposição de Arte Ciência e Cultura do Conselho da Europa , Arte Antiga*. Vol. 1. Lisboa: M.C.C.C., 1983.

MOREIRA, Rafael – “ Arquitectura: Renascimento e Classicismo”. In: PEREIRA, Paulo (dir.) – *História da Arte Portuguesa*. Vol.2. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, pp. 303-375.

MOREIRA, Rafael – *A arquitectura do renascimento no Sul de Portugal : a encomenda Régia entre o moderno e o romano*. Lisboa: [s.n.], 1991. Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

MOREIRA, Rafael – “A Escola de Arquitectura do Paço da Ribeira e a Academia de Matemáticas de Madrid”. *As relações artísticas entre Portugal e Espanha na época dos descobrimentos*, II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte. Coimbra: Livraria Minerva, 1987, pp. 65-77.

MOREIRA, Rafael – “Castro, António Vaz de”. In: PEREIRA, José Fernandes (dir.), PEREIRA, Paulo (coord.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Presença, 1989, pp. 110-111.

MOREIRA, Rafael – *Jerónimos*. Lisboa: Verbo, 1995.

MOREIRA, Rafael – “Do rigor Teórico à Urgência Prática: a Arquitectura Militar”. In: MOURA, Carlos (dir.) – *História da Arte em Portugal. Volume 8*. Lisboa: Alfa, 1986, pp. 66-85.

MOREIRA, Rafael (dir.) – *Portugal no mundo : história das fortificações portuguesas no mundo*, Lisboa : Alfa, 1989.

MOREIRA, Rafael – *O Rosto de Camões e outras Imagens*. Lisboa: CNCDP, 1989.

MOREIRA, Rafael – *O torreão do Paço da Ribeira*, Coimbra : Imprensa de Coimbra, 1983.

MOREIRA, Rafael – “Tratados de arquitectura”. In: PEREIRA, José Fernandes (dir.), PEREIRA, Paulo (coord.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Presença, 1989, pp. 492-494.

MOREIRA, Rafael – *Um Tratado Português de Arquitectura do século XVI (1576-1579)*. Lisboa: [s.n.], 1982. Dissertação de mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

MOREIRA, Rafael, RODRIGUES, Ana Duarte (coord.) – *Tratados de Arte em Portugal (Art Treatises in Portugal)*. Lisboa: Scribe, 2011.

MOURA, Carlos – “O sentido do barroco na arte seiscentista e início do século XVIII”. In: MOURA, Carlos (dir.) – *História da Arte em Portugal. Volume 8*. Lisboa: Alfa, 1986, pp. 159-177.

MOUZINHO, António João Medina – *Afonso Álvares, arquitecto funcionalista - a tradição e a modernidade na arquitectura portuguesa do século XVI : os eixos das invariantes funcionais*.

Bibliografia

Lisboa: [s.n.], 1986. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da – “Pedras de Armas e armas tumulares do Distrito de Braga”, *Concelhos de Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso - Vol. IV*. Braga: Junta Distrital de Braga, 1974.

OLIVAL, Fernanda – *D. Filipe II : de cognome «o Pio»*, 1a ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

OLIVEIRA, António de – “Estrutura Social de Coimbra no século XVI”, *Sep. A Sociedade e a Cultura de Coimbra no Renascimento (Actas do Simpósio Internacional)*. Coimbra: Epartur, 1982, pp. 57-95.

OLIVEIRA, António de, MATOS, Artur Teodoro de (coord. cient .), COSTA, João Paulo Oliveira e (colab.), CENTRO DE ESTUDOS DOS POVOS E CULTURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA – *D. Filipe III* [1a ed.]. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2005.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do Município de Lisboa*. Lisboa: Tip. Universal, 1882-1943, 17 vols.

OLIVEIRA, Maria Leonor Morgado Ferrão de – *Eugénio dos Santos e Carvalho arquitecto e engenheiro militar (1711-1760) : cultura e prática de arquitectura*. Lisboa: [s.n.], 2007. 2 vols. Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

PALMA-FERREIRA, João – *Academias literárias dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa: Biblioteca Nacional 1982.

PEREIRA, Ana Martínez – “Un calígrafo español en la corte de D. João V: Marcos de las Roelas y Paz”. *Península - Revista de Estudos Ibéricos*. Porto: Instituto de Estudos Ibéricos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, n.º 0, 2003, pp. 355-368.

PEREIRA, J.M. Esteves, RODRIGUES, Guilherme – *Portugal: Dicionário histórico, chorográfico, heraldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico : abrangendo a minuciosa descrição... de todos os factos notáveis da história portuguesa, etc., etc. / obra il. com centenas de fotografuras e redigida segundo os trabalhos dos mais notáveis escriptores por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues*. Lisboa: João Romano Torres, 1915.

PEREIRA, João Castel-Branco (coord.) – *Arte Efémera em Portugal* [catálogo da exposição], Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

PEREIRA, José Fernandes – *Arquitectura barroca em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1986.

PEREIRA, José Fernandes – “Resistências e aceitação do espaço barroco: a arquitectura religiosa e civil”. In: MOURA, Carlos – *História da Arte em Portugal. Volume 8*. Lisboa: alfa, 1986, pp. 9-65.

PEREIRA, José Fernandes (dir.), PEREIRA, Paulo (coord.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Presença, 1989.

PEREIRA, Fernando António Baptista – “Lisboa barroca: da restauração ao terramoto de 1755: a vida e a mentalidade do espaço do tempo e da morte”. In: MOITA, Irisalva (dir.) – *Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 343-362.

PEREIRA, Luiz Gonzaga – *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*. Prefácio de Augusto Vieira da Silva. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1927.

- PEREIRA, Paulo – “O Livro das Fortalezas de Duarte d’Armas”. *A Arquitetura Imaginária*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2012, pp. 42-43.
- PEREIRA, Paulo – “A Traça como Único Princípio”, *Estudos de Arte e História (Homenagem a Artur Nobre de Gusmão)*. Lisboa: Vega, 1995.
- PEREIRA, Paulo (dir.) – *História da Arte Portuguesa*. 3 vols. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.
- PIMENTEL, António Filipe – “Os pintores de D. João V e invenção do retrato de corte”. *Revista de História da Arte*, nº 5, Lisboa: Instituto de História da Arte, 2008, pp. 132-151.
- PIMENTEL, António Filipe – “Tumulária”. In: PEREIRA, José Fernandes (dir.), PEREIRA, Paulo (coord.) – *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 502.
- PIZARRO, Francisco Xavier – “La Jornada de Filipe II a Portugal en 1619 y la Arquitectura Efímera”. *Relações Artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos*, II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte, Coimbra: Livraria Minerva, 1987, pp. 123-146.
- PONCE DE LÉON, Fernando – *Carmelitas Descalços – Teresios – em Pernambuco. Padroado e vida conventual* [Texto policopiado]. Pernambuco: [s.n.], 1995. Tese de Doutoramento em História, Universidade Federal de Pernambuco.
- PONCE DE LÉON, Fernando – “O Convento do Desterro – Santa Teresa de Olinda e a Arquitectura Carmelitana”. *Actas do III Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*, Évora, 1997, pp. 111-128.
- QUARESMA, António Martins – *Alexandre Massai: a "escola Italiana" de engenharia militar no litoral alentejano (séculos XVI e XVII)*, [Sines] : Centro Cultural Emmerico Nunes, 2007.
- QUEIROZ, José – “Azulejos de S. Vicente de Fora”. *Sep. Bolletino del museo internazionale delle ceramiche*. Faenza, Fasc. 3, 1913.
- RACZINSKI, Comte de – *Dictionnaire historique-artistique du Portugal*. Paris: Renouard, 1847.
- RAMALHO, Margarida – “Em busca do túmulo desaparecido”, *Revista Única – Jornal Expresso*, 17 de Setembro de 2011.
- RAMIREZ, Juan António (dir.) – *Dios Arquitecto. J.B. Villalpando y El Templo de Salomón*, Madrid: Ediciones Siruela, 1995.
- Regimento da Bulla da Santa Cruzada*, Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1696.
- ROCHA, Manuel João Paulo – *As forças militares de Lagos nas Guerras da Restauração e Peninsular e nas pugnas pela Liberdade*. Porto: Typographia Universal, 1909.
- RODRIGUES, Luís Alexandre – “O edifício do Seminário de S. José e Paço Episcopal em Miranda do Douro: subsídios para o estudo da arquitectura civil nos séculos XVII e XVIII”. *Revista da Faculdade de Letras do Porto - Ciências e Técnicas do Património*, I Série, Volumes 7-8, Porto, 2008-2009, pp. 361-378.
- RUAS, João – *Manuscritos da Biblioteca de D. Manuel II : Paço Ducal de Vila Viçosa*, 1.ª ed. Caxias: Fundação Casa de Bragança - Casa de Massarelos, 2006.
- SAGRADA FAMÍLIA, Frei Emígdio da – “Arquitectura hispano-carmelitana. II Reseña histórica de los principales ejemplares”. *Monte Carmelo*, Ano XLIX, Burgos, Abril-Setembro 1948.
- SALDANHA, Nuno – “Jerónimo da Silva (act. 1700-1753)”. *A pintura em Portugal no tempo de D. João V. 1706-1750 Joanni Magnifico* [Catálogo exposição]. Lisboa: IPPAR, 1994, pp. 137-139.
- SALDANHA, Nuno – “Jerónimo da Silva (1687-1753): um pintor joanino na Lisboa setecentista”.

Bibliografia

Actas do Colóquio Lisboa Barroca e o Barroco de Lisboa, Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 105-121.

SALDANHA, Sandra Costa (coord.) – *Mosteiro de São Vicente de Fora: arte e história*. Lisboa: Centro Cultural do Patriarcado, 2010.

SALLES, Padre Ernesto – *Nosso Senhor dos Passos da Graça (de Lisboa): estudo histórico da sua irmandade com o título “Santa Cruz e Passos”*. Prefácio de Pedro de Azevedo. Edição especial. Lisboa: ed. do autor, 1925.

SAMPAIO, José Augusto Nogueira – “Notícia sobre a IGREJA DO REAL COLLEGIO DOS JESUÍTAS em Angra do Heroísmo”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos*, Tomo VIII, 3ª Série, nº 1 e 2, p. 80.

SÁNCHEZ RUBIO, Isabel Testón Nuñez Rocio, SÁNCHEZ RUBIO, Carlos – *La memoria ausente. Cartografía de España y Portugal en Archivo Militar de Estocolmo. Siglos XVII y XVIII* [Em linha]. Badajoz: Editorial 4 Gatos, 2008. [Consult. 10 Nov. 2011]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.4gatos.es/MemoriaAusente/>>.

SANTANA, Francisco, SUCENA, Eduardo (dir) – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas, 1994.

SANTOS, Reynaldo dos – *Oito Séculos de Arte Portuguesa*. Vol. 2. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, [s.d.].

SANTOS, Rita Pereira dos – “A Igreja de S. Miguel de Alfama: renovação estética entre 1673 e 1728”. In: SERRÃO, Vítor (coord.) – *Estudos de História da Arte: novos contributos*, Lisboa: C.M.L., 2002, pp. 10-22.

SENOS, Nuno de Carvalho Conde – *O Paço da Ribeira : 1501-1581*, 1ª ed., Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

SEROL, Maria Elisabete Gromicho – *O Campo de Santa Clara, em Lisboa. Cidade, História e Memória. Um roteiro cultural*. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Aberta.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Vols. 5-7, Lisboa: 1980-1985.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Lisboa: Ed. Colibri, 1994.

SERRÃO, Vítor – “António Pereira Ravasco, ou a influência francesa na arte do tempo de D. Pedro II”. *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*. Coordenação de Mário Jorge Barroca. Vol. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 347-360.

SERRÃO, Vítor – “O arquitecto maneirista Pedro Nunes Tinoco: novos documentos e obras: 1616-1636”. *Sep. Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, 3ª Série, nº 83, Lisboa : 1979.

SERRÃO, Vítor – “O compromisso da Irmandade de N. S. de Porto Salvo de Caspolima (1675) por Luís Nunes Tinoco e Bento Coelho da Silveira”. *Boletim da Direcção Geral de Arquivos*, nº 12, Janeiro-Março 2010, pp. 11-13.

SERRÃO, Vítor – *A Cripto-História de Arte. Análise de Obras de Arte Inexistentes*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SERRÃO, Vítor – “Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650)”. *Sep. Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III Série, nº 90, Lisboa : 1989.

SERRÃO, Vítor – *História da Arte em Portugal – O Renascimento e o Maneirismo*, Lisboa: Editorial Presença, 2001.

SERRÃO, Vítor – *História da Arte em Portugal – O Barroco*, Lisboa: Editorial Presença, 2003.

SERRÃO, Vítor – “Jácome Mendes, arquitecto seiscentista. A traça da Igreja de N. S. Da Piedade de Santarém”. *Correio do Ribatejo*, 30 Junho 1973.

SERRÃO, Vítor – “Lisboa maneirista: oito notas a propósito da imagem da cidade nos anos 1557 a 1668”. In: MOITA, Irisalva (dir.) – *Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 195-206.

SERRÃO, Vítor – “Marcos de Magalhães, arquitecto e entalhador do ciclo da Restauração (1647-1664)”, *Sep. do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III Série, nº 89, 1º Tomo, Lisboa, 1983.

SERRÃO, Vítor – “O Programa Artístico da Igreja de São Cristóvão de Lisboa. O retábulo quinhentista e a campanha de obras protobarrocas (1666- 1685)”. *Sep. Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, série IV, nº 92, 1998.

SERRÃO, Vítor – *Santarém*. 1ª ed. Lisboa: Presença, 1990.

SILVA, Augusto Vieira da - *Plantas Topográficas de Lisboa*, Lisboa: Câmara Municipal, 1950

SILVA, Jorge Henrique Pais da - *Estudos sobre o maneirismo*. Lisboa: Estampa, 1983.

SILVA, Jorge Henrique Pais da – *Páginas de História da Arte*. Lisboa: Estampa, 1986, 2 vols.

SILVA, José Justino Andrade e – *Collecção Chronológica de Legislação Portuguesa (1634-1640)*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854-1859. 8 vols.

SILVA, Fernando – *Religiosidades e Tradições de Barcarena*. Oeiras: Câmara Municipal, 2002.

SILVA, Luciano A. Pereira da – “Os dois Doutores Pedro Nunes”. *Sep. Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. 2, nº 1, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *D. João V*. 1ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 146.

SILVA, Maria de Lurdes Ribeiro da – “Aspectos da intervenção do Senado da Câmara na reconstrução pombalina. Os Livros de Cordeamentos”. *Actas das Sessões: I Colóquio Temático O Município e a Dinâmica Urbana (séculos XVI a XIX)*, Lisboa: CML, Divisão de Arquivos, 1997, pp. 101 -120.

SIMÕES, João Miguel Ferreira Antunes – *Arte e Sociedade na Lisboa de D. Pedro II. Ambientes de trabalho e mecânica do mecenato*. Lisboa: [s.n.], 2002. 2 vols. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

SIMÕES, Santos – *Azulejaria portuguesa nos Açores e na Madeira*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963.

SMITH, Robert Chester – *The Art of Portugal, 1500-1800*. New York: Meredith Press, 1968.

SOBRAL, Luís de Moura (coord.) – *Bento Coelho da Silveira (1620-1708) e a Cultura do seu Tempo* [catálogo]. Lisboa: IPPAR, 1998.

Bibliografia

- SOBRAL, Luís de Moura – “Espiritualidade e propaganda nos programas iconográficos dos Jesuítas Portugueses”, in, *Actas do Colóquio Internacional A Companhia de Jesus na Península Ibérica nos sécs XVI e XVII, espiritualidade e cultura*, Maio 2004, Vol. I, pp. 385-415.
- SOBRAL, Luís de Moura – “L’estampe anversoise et la peinture portugaise au début du XVII^e siècle. *Le Missel pontifical de Gonçalves Neto*”. In: MOREIRA, Rafael (comm.) – *Portugal et Flandres. Visions de l’Europe*. Bruxelas: Musées royaux des Beaux-Arts de Belgique, 1991, pp. 56-67.
- SOBRAL, Luís de Moura – *Do sentido das imagens: ensaios sobre pintura barroca portuguesa e outros temas ibéricos*, 1^a ed. Lisboa: Estampa, 1996.
- SOBRAL, Luís de Moura – “Os retratos de D. João V e a tradição do retrato de corte”. *Claro-Escuro*, nº2-3, Lisboa: Quimera, 1989, pp. 19-34.
- SOBRAL, Luís de Moura – “Um bel composto: a obra de arte total”. *Actas do Simpósio Internacional The Struggle for Synthesis*. Vol. 1. Lisboa: IPPAR, 1999, pp. 303-315.
- SOBRAL, Luís de Moura – *Pintura e poesia na época Barroca: a homenagem da Academia dos Singulares a Bento Coelho da Silveira*. Lisboa: Estampa, 1994.
- SOROMENHO, Miguel – “O arquitecto João Antunes no Convento de Santo Elói de Lisboa. Uma carta e alguns desenhos” (no prelo).
- SOROMENHO, Miguel – “Classicismo, Italianismo e Estilo Chão”. In: PEREIRA, Paulo (dir.) – *História da Arte Portuguesa*. Vol 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, pp. 377-403.
- SOROMENHO, Miguel – “A Administração da arquitectura: o Provedor das Obras Reais em Portugal no século XVI e na 1^a metade do século XVII”. *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte*, Vols. 9-10, Madrid: Universidade Autónoma, 1997-1998, pp. 197 -209.
- SOROMENHO, Miguel – “Juan de Herrera, Baltazar Álvares y la iglesia filipina de San Vicente de Fora de Lisboa”. In: *Juan Herrera, arquitecto real* [catálogo de exposição]. Barcelona: Lunweg Editores, 1997, pp. 133-144.
- SOROMENHO, Miguel – “Os grandes programas arquitectónicos filipinos para as Ordens Militares e o Mosteiro de Santos-o-Novo”. *Monumentos*, nº 11, Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro de 2001, pp. 19-23.
- SOUSA, Nestor – *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada nos séculos XVI a XVIII* [Texto policopiado]. Lisboa: [s.n.], 1986. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- SOUSA, Nestor [et al.] – *Museu Carlos Machado, núcleo de Arte Sacra: Igreja do colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada*. Ponta Delgada: Presidência do Governo Regional dos Açores, 2006.
- TEDIM, José Manuel – *A Festa Régia no Tempo de D. João V. Poder, Espectáculo, Arte Efémera*. Porto: [s.n.], 1999. Dissertação de Doutoramento, Universidade Portucalense.
- TEIXEIRA, F. A. Garcês – *A Irmandade de S. Lucas, Corporação de Artistas*. Lisboa: [s.n.], 1931.
- TEIXEIRA, José de Monterroso – *El palacio de Palhavã : arquitectura y representación*, [Lisboa] : Embajada España en Portugal, 2008.
- TINOCO, Luís Nunes – *Elogio da pintura*. Estudo crítico de Ana Hatherly e de Luís Moura Sobral. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, Galeria de Pintura do Rei D. Luís, 1991.
- TRINDADE, António de Oriol Vazão – *A Arquitectura Maneirista em Portugal. Da capela-panteão de Santa Maria de Belém ao Real Mosteiro de S. Vicente de Fora*. Lisboa: [s.n.], 2002.

Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

VALLERY-RADOT, Jean – *Le recueil de plans d'édifices de la Campagne de Jésus conservé à la Bibliothèque nationale de Paris; suivi de l'inventaire du recueil de Quimper*. Rome: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1960.

VASCONCELOS, Luís Mendes de – *Do sítio de Lisboa. Dialogos*. Lisboa: Imprensa Régia, 1803

VENTURA, Manuel Sousa – *Vida e obra de Pedro Nunes*. 1ª Edição. Lisboa: Instituto de Língua e Cultura Portuguesa, 1985.

VENTURA, Maria da Graça Colaço Mateus, MARQUES, Maria da Graça Maia – *Portimão*, Lisboa: Presença, 1993.

VECHINA, Padre Jeremias – *Reforma Teresiana em Portugal* [Em linha]. [S.l.: s.n., s.d.]. [Consult. 26 Set. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://www.domuscarmeli.net/ficheiros/dossier/capitulo_24Abr_ReformaOCD_Pt.pdf>

VIEGAS, Inês (coord.) – *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa sob a direcção de Filipe Folque, 1856-1858*. Lisboa: C.M., 2000.

VITERBO, Francisco Marques Sousa – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou ao serviço de Portugal*. 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899-1922.

XAVIER, Ângela Barreto, CARDIM, Pedro Cardim – *D. Afonso VI*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2011.

XAVIER, Ângela Barreto, CARDIM, Pedro, ÁLVAREZ, Fernando Bouza – *Festas que se fizeram pelo casamento do Rei D. Afonso VI*. Lisboa: Quetzal, 1996.

WILKINSON-ZERNER, Catherine – *Juan de Herrera, arquitecto de Felipe II*. Madrid: Akal, 1996.